

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



A Arqueologia em Portugal
entre o final do século XX e o início do século XXI
(1970 – 2014)

Volume 1

Jacinta da Conceição Marques Bugalhão

Orientador: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
na especialidade de Arqueologia

2021

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



A Arqueologia em Portugal
entre o final do século XX e o início do século XXI
(1970 – 2014)
Volume 1

Jacinta da Conceição Marques Bugalhão

Orientador: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
na especialidade de Arqueologia

Júri:

Presidente: Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Diretor da
Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais: Maria Manuela dos Reis Martins, Professora Catedrática do Instituto de
Ciências Sociais da Universidade do Minho

Maria Eduarda Gonçalves, Professora Catedrática Aposentada do ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa

João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro, Professor Associado da Faculdade
de Letras da Universidade de Lisboa

Mariana Teodósia Lemos Castelo Branco Diniz, Professora Associada da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Professor Associado da Faculdade de
Letras da Universidade de Lisboa, Orientador

Financiada parcialmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia
SFRH/BD/80087/2011

2021

A todos os arqueólogos portugueses
e a todos os arqueólogos que trabalharam e trabalham em Portugal,
pelas suas glórias, pelas suas fraquezas, mas principalmente
pela sua imensa paixão pela Arqueologia

Resumo

Esta dissertação incide sobre a história recente (entre 1970 e 2014) da Arqueologia portuguesa (no território de em Portugal continental), nomeadamente da legislação arqueológica, da estrutura do Estado, do ensino da Arqueologia, dos arqueólogos, das instituições com actividade em Arqueologia e da actividade arqueológica. O estudo recorre à análise intensiva de dados quantitativos, procurando efectuar o diagnóstico e a caracterização dos indicadores essenciais para a compreensão da realidade em análise.

Durante o período em estudo, o regime jurídico português aplicável à Arqueologia sofreu um processo de especialização, complexificação e amplificação de âmbito, em contexto nacional mas também europeu, através dos mecanismos de transposição e ratificação legislativas. Na estrutura do Estado com competências sobre a Arqueologia, verificou-se uma primeira fase, até 2007, de progressiva especialização, seguida de uma fase de contracção e descaracterização, associada a uma “regionalização” latente. No ensino superior, a área científica da Arqueologia autonomizou-se e especializou-se, verificando-se um considerável aumento, dispersão e diversificação da oferta formativa. O grupo sociológico dos arqueólogos cresceu consideravelmente, profissionalizou-se, qualificou-se e diversificou-se. No exercício da profissão, agravaram-se as condições laborais e aprofundou-se a instabilidade. As instituições com actividade em Arqueologia aumentaram de número, verificando-se igualmente uma diversificação (nomeadamente no sector privado) e dispersão no território, com os municípios e as empresas de Arqueologia a assumirem um papel central. A actividade arqueológica registou uma evolução quantitativa notável, evoluindo também para uma progressiva diversificação de âmbito e forma, com a Arqueologia Preventiva a assumir um protagonismo crescente, em detrimento de componentes como a investigação e a valorização.

A dissertação persegue um objectivo de observatório da Arqueologia portuguesa, instrumento de análise e diagnóstico que permita delinear propostas futuras. É um trabalho interdisciplinar que cruza as disciplinas da Arqueologia, História e Sociologia, na esfera da Arqueologia Pública, procurando reflectir sobre o papel cívico, social e cultural da Arqueologia.

Palavras-chave: História da Arqueologia portuguesa; legislação arqueológica; gestão do Património arqueológico; arqueólogos; actividade arqueológica.

Abstract

This dissertation focuses on the recent history (from 1970 to 2014) of the Portuguese Archaeology (on Portugal's continental territory), namely the archaeological legislation, the State's structure, the teaching of Archaeology, the archaeologists, the institutions with archaeological activity and the archaeological fieldwork. This study resorts to the deep analysis of quantitative data, aiming to carry out the diagnosis and characterization of essential markers in order to understand the reality of the matter.

During the period of study, the Portuguese legal system applicable to Archaeology suffered a process of specialization, complexification and expansion of scope (in both national and European context) through legislative mechanisms of transposition and ratification. It could be noted an initial phase (until 2007) of progressive specialization on the State's structure that has competences over Archaeology, followed by a phase of contraction and mischaracterisation, associated to a hidden 'regionalization'. The teaching of the Archaeology's scientific field at the University became autonomous; the training offer at that level increased, scattered and diversified. The archaeologists' sociological group grew substantially, got professionalized, qualified and diversified. On the professional practicalities, the working conditions aggravated and the instability deepened. The institutions with archaeological activities increased in number, also being noted diversification (namely in the private sector) and dispersal on the territory, with the municipalities and archaeological companies taking the central role. The archaeological fieldwork registered a remarkable quantitative development, also evolving into a progressive diversification of scope and mode, with the Preventive Archaeology assuming a progressive main role at the expense of components such as the investigation and valorisation.

The dissertation follows a goal of being the observatory for Portuguese Archaeology, analysis tool and diagnosis that allows to outline future proposals. It is an interdisciplinary work that crosses the subjects of Archaeology, History and Sociology, on the Public Archaeology's domain, aiming to ponder on the civic, social and cultural roles of Archaeology.

Key words: History of the Portuguese Archaeology; archaeological legislation; management of archaeological Heritage; archaeologists; archaeological fieldwork.

Siglas e acrónimos

AAP	Associação dos Arqueólogos Portugueses
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
APA	Associação Profissional de Arqueólogos
CNANS	Centro Nacional de Arqueologia Subaquática
CIPA	Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências
Convenção sobre o Património Subaquático	Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático aprovada em Paris em 2 de Novembro de 2001, na 31.ª Conferência Geral da UNESCO (Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 de 18 de Julho; republicada com nova tradução pelo Aviso n.º 6/2012 de 26 de Março)
Convenção de Faro	Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, aprovado em Faro, em 27 de Outubro de 2005 e ratificada pelo Estado Português (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro)
Convenção de Londres	Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico aprovada a 6 de Maio de 1969, em Londres e ratificada pelo Estado Português (Despacho Normativo n.º 39/82 de 2 de Abril)
Convenção de Malta	Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992 e ratificada pelo Estado Português (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 16 de Dezembro)
DGEEC	Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGES	Direcção-Geral do Ensino Superior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
DGPC1	Direcção-Geral do Património Cultural (1975-1980)
DGPC2	Direcção-Geral do Património Cultural (2012-)
DRC1	Direcção Regional de Cultura/Direcções Regionais de Cultura (2007-2012)
DRC2	Direcção Regional de Cultura/Direcções Regionais de Cultura (2012-)
<i>Endovélico</i>	<i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica</i>
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
FCSH-UNL	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
FLUC	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
ISPCN	Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural
IGT	Instrumentos de ordenamento, planeamento e gestão do território
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPPAR1	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1991 -

	1997)
IPPAR2	Instituto Português do Património Arquitectónico (1997 - 2007)
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
JNE	Junta Nacional de Educação
LARC	Laboratório de Arqueociências
LPC/85	Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, publicada no Diário da República n.º 153, I Série)
LBPC/2001	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, publicada no Diário da República n.º 209, I SÉRIE-A)
PATA	Pedidos de Autorização para trabalhos Arqueológicos
PIPA	Projectos de Investigação Plurianual de Arqueologia
PNTA	Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos
RTA	Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
RTA/78	Portaria n.º 269/78 de 12 de Maio (Diário da República n.º 109, I Série) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; alterada pela Portaria n.º 195/79, 24 de Abril (Diário da República, n.º 95, I Série)
RTA/99	Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho (Diário da República n.º 163, I Série-A) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, rectificado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro (Diário da República n.º 260, I Série-A)
RTA/2014	Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro (Diário da República n.º 213, I Série) que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
STARQ	Sindicato dos Trabalhadores em Arqueologia
SRAZ	Serviços Regionais de Arqueologia das Zonas Norte, Centro e Sul

Agradecimentos

No momento de agradecer, as primeiras palavras são necessariamente dirigidas ao meu orientador, Prof. Doutor Carlos Fabião, arqueólogo e investigador brilhante, por quem nutro elevada admiração intelectual e pessoal e em quem confio quase cegamente. Devo-lhe ter-me aceitado como orientanda, a confiança, a inspiração, o apoio, a tolerância e, principalmente, a grande amizade.

Este doutoramento teve duas entidades de acolhimento, a UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (que me acolheu na pessoa do Prof. Doutor Victor Gonçalves), e a Direcção-Geral do Património Cultural (que outro tanto fez pela mão do Prof. Doutor João Pedro Ribeiro). Foram muito raras e fugazes as minhas passagens pela UNIARQ, onde contudo, os muitos e bons amigos e colegas que aí tenho me fizeram sempre sentir em casa. Na DGPC tive a minha verdadeira entidade de acolhimento. Não só contei sempre com o total (e nunca regateado) apoio por parte das minhas chefias (Ana Catarina Sousa, num primeiro momento; Catarina Coelho, durante quase todos os últimos oito anos; António Batarda, mais recentemente), como tive acesso aos muitos e ricos recursos que a DGPC guarda (arquivos, sistemas de informação, biblioteca), como, principalmente, beneficiei do ambiente de camaradagem e total solidariedade proporcionado pelos meus colegas. A eles devo muitíssimo e a minha gratidão é imensa.

Agradeço toda ajuda que recebi durante a longa e dura fase de recolha de dados aos meus colegas na DGPC, Vítor Santos, Filipa Bragança, Ana Sofia Gomes, Alexandra Estorninho, João Marques, Pedro Barros, Natalina Guerreiro, Isabel Inácio, Rui Couto, Sofia Pereira, Diogo Gomes, Fernando Moser, Fernanda Torcato, João Paulo Machado, Nelson Camacho e Luís Marques Ribeiro; e fora da DGPC, Maria Belém Paiva, Joaquim Garcia, Nuno Neto, André Teixeira, Andreia Martins e equipa da Associação dos Arqueólogos Portugueses (nomeadamente, a Sónia Tavares e Paulo Gonçalves). No entusiasmante processo de recolha de documentos e testemunhos contei com os preciosos contributos de Fernando Real (que literalmente me ofereceu o seu arquivo pessoal), José Morais Arnaud, António Carlos Silva, Teresa Marques, Luís Raposo, Francisco Sande Lemos, José de Encarnação, Jorge Paulino Pereira, Francisco Alves, Rui Parreira, Ana Catarina Sousa e Vasco Mantas; e também, João Ludgero Marques,

Manuela Alves Dias e Clara Vaz Pinto. Muitos destes colegas são, aliás, verdadeiros modelos para mim...

Na fase de revisão de texto, contei também com enorme ajuda. Destaco a Catia (Ana Cristina Araújo) em quem tanto confio e que tanto me ajudou; mas também, o olhar atento e amigo de Alexandra Estorninho, Filipa Bragança, Ana Sofia Gomes, Ana Nunes, Regis Barbosa, João Marques, Patrícia Mendes, Sónia Gabriel, José António Bettencourt e Sandra Lourenço. Agradeço ainda a Joana Malta e João Zilhão, o esclarecimento de dúvidas sobre o tratamento de dados; ao meu filho Francisco Guerreiro, a tradução do resumo; a André Pereira, António José Cruz, Ana Cristina Araújo, José Paulo Ruas e Cristóvão Fonseca, a ajuda na fase de montagem da tese.

Nestes momentos singulares da vida, impõe-se também um reconhecimento a quem amparou e ampara o percurso pessoal de uma vida. Por isso endereço a minha gratidão ao meu país, minha família e casa intemporal, que me proporcionou tantas oportunidades e possibilidades. Entre tantos desacertos, Portugal é o melhor lugar do mundo. Que sorte temos em ter aqui nascido e em aqui viver!

Aos meus pais devo muito mais que a existência. Devo-lhes todas as vivências que me proporcionaram e os milhões de mensagens não-verbais que me endereçaram, quase sempre boas e acertadas, que me enformaram como pessoa. Mas agradeço-lhes principalmente a aposta que fizeram na educação dos filhos. Para eles, como para tantos da sua geração, de forma até inesperada, esta foi uma prioridade. Espero ter correspondido ao seu enorme esforço e investimento.

Obrigada, ainda, às minhas sobrinhas que são a alegria da minha vida; aos meus maravilhosos e numerosos amigos e familiares - do açúcar, do tremço, do ciga, da luta, das tias, do starq, dos pregos e caracóis, dos primos, dos bugas e outros de quem me estarei a esquecer (eles sabem quem são...); aos meus “colegas de doutoramento”, cúmplices neste caminho, Inês Pinto Coelho, Carolina Grilo, César Neves e Victor Filipe; ao meu querido amigo, mestre, segundo pai, eu sei lá, José Morais Arnaud; aos meus colegas arqueólogos, que tantas vezes se transformaram em amigos e algumas em irmãos (o meu maior orgulho é a consideração e respeito que sei que me dedicam).

Agradeço finalmente a Deus que me deu forças que já não existiam e que faz brotar alegria, onde por vezes só há desalento.

Obrigada!

Índice (Volume I)

1. Introdução.....	33
2. Enquadramento legal e estrutura do Estado.....	41
2.1. Legislação.....	41
2.1.1. Constituição e tratados internacionais.....	47
2.1.2. Bases do regime jurídico do Património Cultural.....	49
2.1.3. Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.....	61
2.1.4. Regulamentação da actividade arqueológica em meio subaquático.....	73
2.1.5. Regulamentação e regulação da actividade arqueológica de investigação.....	76
2.1.6. Carreiras específicas da área funcional de Arqueologia.....	80
2.1.7. Legislação regional.....	82
2.1.8. Circulares, despachos, memorandos, anúncios.....	83
2.2. Tutela arqueológica. Organismos da estrutura do Estado com competência sobre a Arqueologia.....	84
2.2.1. Antecedentes.....	84
2.2.2. Ainda a Junta Nacional de Educação.....	87
2.2.3. Instituto Português do Património Cultural.....	90
2.2.4. Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico.....	99
2.2.5. Instituto Português de Arqueologia.....	102
2.2.6. Do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico à Direcção-Geral do Património Cultural.....	110
3. Dados quantitativos.....	119
3.1. Recolha, selecção e tratamento de dados.....	119
3.1.1. Tabela Arqueólogos.....	121
3.1.2. Tabela Ensino Superior da Arqueologia.....	123
3.1.3. Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia.....	123
3.1.4. Tabela Instituições.....	123
3.1.5. Tabela Actividade arqueológica - trabalhos arqueológicos.....	123
3.1.6. Tabela Actividade arqueológica - projectos.....	124
3.1.7. Tabela processo de AIA.....	125
3.1.8. Tabela processo de IGT.....	125
3.1.9. Descritores com categorias de escolha múltipla.....	125
3.2. Fontes de informação.....	127
3.2.1. <i>Arquivo da Arqueologia Portuguesa</i>	127
3.2.2. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses.....	130

3.2.3.	<i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica</i>	131
a)	<i>Autorizações</i>	134
b)	<i>Trabalhos Arqueológicos</i>	136
c)	<i>Pessoas</i>	136
d)	<i>Pessoa Colectiva</i>	137
e)	<i>Bibliografia e Autores</i>	137
f)	<i>Autorizações, Trabalhos, Projectos, Pessoas Colectivas, Relatórios</i>	138
g)	<i>Processo e Entradas</i>	140
h)	<i>Sítios Arqueológicos</i>	141
3.2.4.	<i>Ulysses, Sistema de informação do património classificado, versão intranet</i>	142
3.2.5.	Base de dados <i>FileMaker</i> do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR	142
3.2.6.	Tabelas <i>Excel</i> para apoio da gestão da actividade arqueológica	143
3.2.7.	<i>Portal do Arqueólogo</i>	144
3.2.8.	Bibliografia	147
3.2.9.	Arquivo “do Conselho Consultivo”	149
3.2.10.	Conteúdos disponíveis <i>online</i>	151
a)	PORDATA	151
b)	Direcção-Geral do Ensino Superior	152
c)	Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	153
d)	Diário da República Electrónico. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Presidência do Conselho de Ministros	153
e)	Repositórios académicos (e outros conteúdos <i>online</i> disponibilizados por instituições de ensino superior)	154
f)	PORBASE. Biblioteca Nacional de Portugal	155
g)	Depósito de Dissertações e Teses Digitais. Biblioteca Nacional de Portugal	155
h)	Plataforma DeGóis/Ciência Vitae. Fundação para a Ciência e a Tecnologia	155
i)	Outros conteúdos disponíveis <i>online</i> (dados biográficos e curriculares de arqueólogos)	156
3.3.	Protecção de Dados Pessoais	157
4.	Formação académica superior em Arqueologia	159
4.1.	Antecedentes	159
4.2.	Autonomização do ensino da Arqueologia	162
4.3.	Diplomados	170
4.3.1.	Licenciatura	171
4.3.2.	Mestrado	173

4.3.3.	Doutoramento	174
4.3.4.	Diferenças de género no ensino da Arqueologia em Portugal	176
4.4.	O ensino da Arqueologia em Portugal	178
5.	Arqueólogos	183
5.1.	Conceito	183
5.2.	Objectivos, fontes de informação e metodologia	190
5.3.	Número	197
5.4.	Sexo	204
5.4.1.	Sexo/Nacionalidade	210
5.4.2.	Sexo/Naturalidade	211
5.4.3.	Sexo/estrutura etária	213
5.4.4.	Sexo/Habilitação académica	217
5.4.5.	Sexo/Forma de exercício da actividade	220
5.4.6.	Sexo/Vínculo, relação ou situação laboral	221
5.4.7.	Sexo/Enquadramento institucional	223
5.4.8.	Diferenças de género entre arqueólogos em Portugal	225
5.5.	Nacionalidade	229
5.5.1.	Nacionalidade/Sexo	233
5.5.2.	Nacionalidade/Estrutura etária	234
5.5.3.	Nacionalidade/Habilitação académica	236
5.5.4.	Nacionalidade/Forma de exercício da actividade	239
5.5.5.	Nacionalidade/Vínculo, relação ou situação laboral	239
5.5.6.	Nacionalidade/Enquadramento institucional	241
5.5.7.	O mundo na Arqueologia portuguesa	243
5.6.	Naturalidade	246
5.6.1.	Naturalidade/Sexo	251
5.6.2.	Naturalidade/Estrutura etária	253
5.6.3.	Naturalidade/Habilitação académica	255
5.6.4.	Naturalidade/Forma de exercício da actividade	257
5.6.5.	Naturalidade/Vínculo, relação ou situação laboral	259
5.6.6.	Naturalidade/Enquadramento institucional	262
5.6.7.	As origens dos arqueólogos portugueses	264
5.7.	Estrutura etária	266
5.7.1.	Estrutura etária/Sexo	270

5.7.2.	Estrutura etária/Nacionalidade	271
5.7.3.	Estrutura etária/Naturalidade	272
5.7.4.	Estrutura etária/Habilitação académica	274
5.7.5.	Estrutura etária/Forma de exercício da actividade	276
5.7.6.	Estrutura etária/Vínculo, relação ou situação laboral	278
5.7.7.	Estrutura etária/ Enquadramento institucional	279
5.7.8.	As idades dos arqueólogos	282
5.8.	Habilitação académica	284
5.8.1.	Habilitação académica/Sexo	290
5.8.2.	Habilitação académica/Nacionalidade	294
5.8.3.	Habilitação académica/Naturalidade	295
5.8.4.	Habilitação académica/Estrutura etária	298
5.8.5.	Habilitação académica/Forma de exercício da actividade	300
5.8.6.	Habilitação académica/Vínculo, relação ou situação laboral	302
5.8.7.	Habilitação académica/Enquadramento institucional	304
5.8.8.	Formação académica dos arqueólogos	305
5.9.	Forma de exercício da actividade	309
5.9.1.	Forma de exercício da actividade/Sexo	312
5.9.2.	Forma de exercício da actividade/Nacionalidade	314
5.9.3.	Forma de exercício da actividade/Naturalidade	315
5.9.4.	Forma de exercício da actividade/Estrutura etária	316
5.9.5.	Forma de exercício da actividade/Habilitação académica	317
5.9.6.	Forma de exercício da actividade/Vínculo, relação ou situação laboral	319
5.9.7.	Forma de exercício da actividade/Enquadramento institucional	319
5.9.8.	Da paixão à profissão	320
5.10.	Vínculo, relação ou situação laboral	325
5.10.1.	Vínculo, relação ou situação laboral/Sexo	329
5.10.2.	Vínculo, relação ou situação laboral/Nacionalidade	331
5.10.3.	Vínculo, relação ou situação laboral/Naturalidade	333
5.10.4.	Vínculo, relação ou situação laboral/Estrutura etária	336
5.10.5.	Vínculo, relação ou situação laboral/Habilitação académica	337
5.10.6.	Vínculo, relação ou situação laboral/Forma de exercício da actividade	340
5.10.7.	Vínculo, relação ou situação laboral/ Enquadramento institucional	340
5.10.8.	Precariedade e estabilidade na Arqueologia portuguesa	343

5.11.	Enquadramento institucional	346
5.11.1.	Enquadramento institucional/Sexo	349
5.11.2.	Enquadramento institucional/Nacionalidade	352
5.11.3.	Enquadramento institucional/Naturalidade	355
5.11.4.	Enquadramento institucional/Estrutura etária	357
5.11.5.	Enquadramento institucional/Habilitação académica	359
5.11.6.	Enquadramento institucional/Forma de exercício da actividade	362
5.11.7.	Enquadramento institucional/Vínculo, relação ou situação laboral	364
5.11.8.	Os arqueólogos e as instituições	368
5.12.	Arqueólogos em Portugal, entre 1970 e 2014	373
6.	Instituições	383
6.1.	Tipo	386
6.2.	Região	388
6.3.	As instituições da Arqueologia portuguesa	390
7.	Actividade arqueológica	403
7.1.	Conceito	403
7.2.	Objectivos, fontes de informação e metodologia	407
7.3.	Número	409
7.4.	Categoria	414
7.4.1.	Categoria/Tipo de Trabalho	418
7.4.2.	Categoria/Região	419
7.4.3.	Categoria/Entidade Enquadrante	421
7.4.4.	“Organizar a Arqueologia Portuguesa por meio de Projectos”	422
7.5.	Tipo de trabalho	425
7.5.1.	Tipo de trabalho/Categoria	433
7.5.2.	Tipo de trabalho/Região	434
7.5.3.	Tipo de trabalho/Entidade Enquadrante	436
7.5.4.	Os cinco trabalhos da Arqueologia portuguesa	437
7.6.	Região	439
7.6.1.	Região/Categoria	443
7.6.2.	Região/Tipo de trabalho	444
7.6.3.	Região/Entidade Enquadrante	446
7.6.4.	Pelos caminhos (da actividade arqueológica) de Portugal	447
7.7.	Entidade Enquadrante	449

7.7.1.	Entidade Enquadrante/Categoria	453
7.7.2.	Entidade Enquadrante/Tipo de Trabalho	454
7.7.3.	Entidade Enquadrante/Região	456
7.7.4.	O enquadramento institucional da actividade arqueológica portuguesa	457
7.8.	As várias faces da Arqueologia portuguesa	460
7.8.1.	Arqueologia de Investigação	460
7.8.2.	Valorização de sítios arqueológicos	480
7.8.3.	Arqueologia Preventiva	492
a)	Carta Arqueológica e gestão e ordenamento do território	500
b)	Avaliação de Impacte Ambiental	514
c)	Licenciamento e Obras	525
d)	Intervenção e/ou valorização em Património arquitectónico	529
7.8.4.	Emergência e salvamentos	533
7.8.5.	Arqueologia Urbana	539
7.8.6.	Arqueologia subaquática: abordagem preliminar	553
7.9.	Financiamento	565
7.10.	Actividade Arqueológica em Portugal, entre 1970 e 2014	579
8.	A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI	589
8.1.	1970 - 1974: ecos do passado, gritos do presente	591
8.2.	1974 - 1980: democratização e associativismo	594
8.3.	1980 - 1989: organização, consolidação territorial e proto-profissionalização	599
8.4.	1990 - 1996: profissionalização, transição e ruptura	607
8.5.	1997 – 2008: autonomia, regulação e crescimento	612
8.6.	2009 - 2014: retracção, diversificação e desregulação	624
8.7.	Epílogo (para já)	632
	Bibliografia	641

Volume 2 - Anexos - Gráficos

Volume 3 - Anexos - Documentos

Índice de gráficos (incluindo os apenas referenciados e incluídos no Volume 2)

Gráfico	Pag.
Gráfico 1: Formação superior em Arqueologia, 1993 - 2014. Licenciados - Estabelecimento de ensino superior.	172
Gráfico 2: Formação superior em Arqueologia, 1993 - 2014. Licenciados.	172
Gráfico 3: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Licenciados por quinquénio.	173
Gráfico 4: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Mestrados - Estabelecimento de ensino superior.	174
Gráfico 5: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Mestrados por quinquénio.	174
Gráfico 6: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Doutoramentos - Estabelecimento de ensino superior.	174
Gráfico 7: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Doutoramentos por quinquénio.	175
Gráfico 8: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Diplomados por quinquénio.	175
Gráfico 9: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Diplomados - Estabelecimento de ensino superior.	175
Gráfico 10: Formação superior em Arqueologia, 1970 - 2014. Diplomados - Sexo.	177
Gráfico 11: Portugal, 1998 - 2014. Formação superior e trabalho científico em Arqueologia - Sexo Feminino.	178
Gráfico 12: Arqueólogos em actividade em Portugal, 1970 - 2014 Estimativas.	194
Gráfico 13: Arqueólogos em actividade em Portugal, 1970 - 2020.	198
Gráfico 14: Arqueólogos em actividade, 1970 - 2014.	199
Gráfico 15: Arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos, 1970 - 2020 (fonte: Endovélico).	201
Gráfico 16: Arqueólogos, 1970 - 2014. Maturidade/Imaturidade do grupo.	204
Gráfico 17: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo.	205
Gráfico 18: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo por quinquénio.	205
Gráfico 19: População residente em Portugal, 1970 - 2014 (fonte: Pordata).	206
Gráfico 20: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo Feminino.	206
Gráfico 21: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Nacionalidade.	210
Gráfico 22: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Nacionalidade por quinquénio.	211
Gráfico 23: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Naturalidade.	212
Gráfico 24: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Naturalidade por quinquénio.	212
Gráfico 25: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Ano de nascimento.	213
Gráfico 26: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Média etária por quinquénio.	214
Gráfico 27: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo por quinquénio, pirâmides etárias.	216
Gráfico 28: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica.	218
Gráfico 29: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica por quinquénio.	218
Gráfico 30: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica/Área científica.	219
Gráfico 31: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica/Estabelecimento de ensino superior.	220
Gráfico 32: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Forma de exercício da actividade.	220

Gráfico	Pag.
Gráfico 33: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Sexo - Vínculo, relação ou situação laboral.	222
Gráfico 34: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Sexo - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	223
Gráfico 35: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Enquadramento institucional.	224
Gráfico 36: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Enquadramento institucional por quinquénio.	225
Gráfico 37: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade.	230
Gráfico 38: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Nacionalidades estrangeiras.	231
Gráfico 39: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Nacionalidade estrangeira e espanhola.	232
Gráfico 40: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade por quinquénio.	233
Gráfico 41: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Sexo.	234
Gráfico 42: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Sexo por quinquénio.	234
Gráfico 43: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Ano de nascimento.	235
Gráfico 44: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Média etária por quinquénio.	236
Gráfico 45: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Habilitação académica.	237
Gráfico 46: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Habilitação académica por quinquénio.	238
Gráfico 47: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Nacionalidade - Vínculo, relação ou situação laboral.	240
Gráfico 48: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Nacionalidade - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	241
Gráfico 49: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Enquadramento institucional.	242
Gráfico 50: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Enquadramento institucional por quinquénio.	243
Gráfico 51: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade.	247
Gráfico 52: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Fora do país.	248
Gráfico 53: Nascimentos em Portugal em 1981 (PORDATA/INE) - Arqueólogos (nacionalidade portuguesa) nascidos entre 1980 e 1989.	250
Gráfico 54: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade por quinquénio.	251
Gráfico 55: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Sexo.	252
Gráfico 56: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Sexo por quinquénio.	253
Gráfico 57: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Ano de nascimento.	254
Gráfico 58: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Média etária por quinquénio.	255
Gráfico 59: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Habilitação académica.	257
Gráfico 60: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Forma de exercício da actividade.	259

Gráfico	Pag.
Gráfico 61: Arqueólogos (profissionais de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Vínculo, relação ou situação laboral.	261
Gráfico 62: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Naturalidade - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	262
Gráfico 63: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Enquadramento institucional.	264
Gráfico 64: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento.	267
Gráfico 65: Arqueólogos, 1970 - 2014. Estrutura etária - média e moda etárias no quinquénio.	269
Gráfico 66: Arqueólogos, 1970 - 2014. Estrutura etária por quinquénio.	269
Gráfico 67: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento - Sexo.	270
Gráfico 68: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Sexo por quinquénio.	271
Gráfico 69: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento - Nacionalidade.	272
Gráfico 70: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Nacionalidade por quinquénio.	272
Gráfico 71: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Ano de nascimento - Naturalidade.	273
Gráfico 72: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Média etária - Naturalidade.	274
Gráfico 73: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento - Habilitação académica.	275
Gráfico 74: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Habilitação académica por quinquénio.	276
Gráfico 75: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento - Forma de exercício da actividade.	277
Gráfico 76: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Forma de exercício da actividade no quinquénio.	277
Gráfico 77: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Ano de nascimento - Vínculo, relação ou situação laboral.	278
Gráfico 78: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Média etária - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	279
Gráfico 79: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Ano de nascimento - Enquadramento institucional.	280
Gráfico 80: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Enquadramento institucional por quinquénio.	282
Gráfico 81: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica.	286
Gráfico 82: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica por quinquénio.	288
Gráfico 83: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Área científica.	289
Gráfico 84: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Estabelecimento de ensino superior.	290
Gráfico 85: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Sexo.	292
Gráfico 86: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Sexo por quinquénio.	292
Gráfico 87: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Área científica - Sexo.	293
Gráfico 88: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Estabelecimento de ensino superior - Sexo.	294
Gráfico 89: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Nacionalidade.	295

Gráfico	Pag.
Gráfico 90: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Nacionalidade por quinquénio.	295
Gráfico 91: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Habilitação académica - Naturalidade.	297
Gráfico 92: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Habilitação académica - Naturalidade por quinquénio.	297
Gráfico 93: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Ano de nascimento.	298
Gráfico 94: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Média etária por quinquénio.	299
Gráfico 95: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Forma de exercício da actividade.	301
Gráfico 96: Arqueólogos, 1970 - 1999. Habilitações académicas - Forma de exercício da actividade por quinquénio.	301
Gráfico 97: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Habilitação académica - Vínculo, relação ou situação laboral.	303
Gráfico 98: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Habilitação académica - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	303
Gráfico 99: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Enquadramento institucional.	305
Gráfico 100: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Enquadramento institucional por quinquénio.	305
Gráfico 101: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade.	311
Gráfico 102: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade por quinquénio.	312
Gráfico 103: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Sexo.	313
Gráfico 104: Arqueólogos, 1970 - 1999. Forma de exercício da actividade - Sexo por quinquénio.	314
Gráfico 105: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Naturalidade.	316
Gráfico 106: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Ano de nascimento.	317
Gráfico 107: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Média etária por quinquénio.	317
Gráfico 108: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Habilitação académica.	318
Gráfico 109: Arqueólogos, 1970 - 1999. Forma de exercício da actividade - Habilitações académicas por quinquénio.	319
Gráfico 110: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Enquadramento institucional.	320
Gráfico 111: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Enquadramento institucional por quinquénio.	320
Gráfico 112: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral.	327
Gráfico 113: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral, variabilidade.	328

Gráfico	Pag.
Gráfico 114: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	329
Gráfico 115: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Sexo.	330
Gráfico 116: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Sexo por quinquénio.	331
Gráfico 117: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Nacionalidade.	332
Gráfico 118: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Nacionalidade por quinquénio.	333
Gráfico 119: Arqueólogos (profissionais de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Naturalidade.	335
Gráfico 120: Arqueólogos (profissionais de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	335
Gráfico 121: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Ano de nascimento.	336
Gráfico 122: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Média etária por quinquénio.	337
Gráfico 123: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Habilitação académica.	339
Gráfico 124: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Habilitação académica por quinquénio.	340
Gráfico 125: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Enquadramento institucional.	342
Gráfico 126: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Enquadramento institucional por quinquénio.	342
Gráfico 127: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional.	348
Gráfico 128: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional, variabilidade.	348
Gráfico 129: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional por quinquénio.	349
Gráfico 130: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Sexo.	351
Gráfico 131: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Sexo por quinquénio.	352
Gráfico 132: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Nacionalidade.	354
Gráfico 133: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Nacionalidade por quinquénio.	354
Gráfico 134: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Naturalidade.	366
Gráfico 135: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Ano de nascimento.	367
Gráfico 136: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Média etária por quinquénio.	359
Gráfico 137: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Habilitação académica.	361
Gráfico 138: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - habilitação académica por quinquénio.	362

Gráfico	Pag.
Gráfico 139: Arqueólogos, 1970 - 1999. Enquadramento institucional - Forma de exercício da actividade.	364
Gráfico 140: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Forma de exercício da actividade por quinquénio.	364
Gráfico 141: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Vínculo, relação ou situação laboral.	367
Gráfico 142: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Enquadramento institucional - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.	368
Gráfico 143: Instituições por quinquénio, 1970 - 2014.	385
Gráfico 144: Instituições, 1970 - 2014. Museus por quinquénio.	386
Gráfico 145: Instituições, 1970 - 2014. Tipo.	387
Gráfico 146: Instituições, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	387
Gráfico 147: Instituições, 1970 - 2014. Região - Tipo.	388
Gráfico 148: Instituições, 1970 - 2014. Região.	389
Gráfico 149: Instituições, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	389
Gráfico 150: Instituições, 1970 - 2014. Tipo - Região.	390
Gráfico 151: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2020.	411
Gráfico 152: Projectos e trabalhos arqueológicos por quinquénio. 1970 - 2019.	412
Gráfico 153: Projectos e trabalhos arqueológicos por quinquénio. 1970 - 2014.	413
Gráfico 154: Sítios arqueológicos inventariados e/ou registados no Endovélico, Sistema de Informação e Gestão arqueológica, 1980 - 2020.	414
Gráfico 155: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria.	415
Gráfico 156: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria por quinquénio.	416
Gráfico 157: Projectos, 1970 - 2014. Categoria.	417
Gráfico 158: Projectos, 1970 - 2014. Categoria por quinquénio.	418
Gráfico 159: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Tipo.	419
Gráfico 160: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Tipo por quinquénio.	419
Gráfico 161: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Região.	420
Gráfico 162: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Região por quinquénio.	421
Gráfico 163: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Entidade Enquadrante.	422
Gráfico 164: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Entidade enquadrante por quinquénio.	422
Gráfico 165: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo.	430
Gráfico 166: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	431
Gráfico 167: Projectos, 1970 - 2014. Tipo de trabalho.	432
Gráfico 168: Projectos, 1970 - 2014. Tipo de trabalho por quinquénio.	432
Gráfico 169: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Categoria.	433
Gráfico 170: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Categoria por quinquénio.	434
Gráfico 171: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Região.	435
Gráfico 172: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Região por quinquénio.	435
Gráfico 173: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Entidade enquadrante.	436
Gráfico 174: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Entidade enquadrante por quinquénio.	437
Gráfico 175: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região.	440

Gráfico	Pag.
Gráfico 176: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	441
Gráfico 177: Projectos, 1970 - 2014. Região.	442
Gráfico 178: Projectos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	443
Gráfico 179: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Categoria.	444
Gráfico 180: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Categoria por quinquénio.	444
Gráfico 181: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Tipo.	445
Gráfico 182: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Tipo por quinquénio.	446
Gráfico 183: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Entidade Enquadrante.	447
Gráfico 184: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Entidade enquadrante por quinquénio.	447
Gráfico 185: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante.	451
Gráfico 186: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	452
Gráfico 187: Projectos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante.	452
Gráfico 188: Projectos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	453
Gráfico 189: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante - Categoria.	454
Gráfico 190: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade enquadrante - Categoria por quinquénio.	454
Gráfico 191: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante - Tipo.	455
Gráfico 192: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade enquadrante - Tipo por quinquénio.	456
Gráfico 193: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante - Região.	456
Gráfico 194: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Entidade enquadrante - Região por quinquénio.	467
Gráfico 195: Arqueologia de Investigação, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	462
Gráfico 196: Trabalhos Arqueológicos de Investigação, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	463
Gráfico 197: Trabalhos Arqueológicos de Investigação, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	464
Gráfico 198: Trabalhos Arqueológicos de Investigação, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	464
Gráfico 199: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Duração.	465
Gráfico 200: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Período Histórico.	466
Gráfico 201: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Região - Período histórico.	467
Gráfico 202: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Período Histórico por quinquénio.	468
Gráfico 203: Projectos de Investigação (e valorização), 1998 - 2020. Avaliação e regulação.	475
Gráfico 204: Arqueologia de Valorização, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	482
Gráfico 205: Trabalhos Arqueológicos de Valorização, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	483
Gráfico 206: Trabalhos Arqueológicos de Valorização, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	484
Gráfico 207: Trabalhos Arqueológicos de Valorização, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	484

Gráfico	Pag.
Gráfico 208: Arqueologia Preventiva, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	494
Gráfico 209: Arqueologia Preventiva, 1970 - 2014. Tipo de projecto.	495
Gráfico 210: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	496
Gráfico 211: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	496
Gráfico 212: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	497
Gráfico 213: Ordenamento do Território, 1970 - 2014. Tipo.	504
Gráfico 214: Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Processos - Região.	504
Gráfico 215: Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Processos por quinquénio.	505
Gráfico 216: Carta arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	506
Gráfico 217: Carta Arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.	507
Gráfico 218: Carta Arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.	508
Gráfico 219: Carta Arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Entidade Enquadrante.	508
Gráfico 220: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos por quinquénio.	517
Gráfico 221: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos - Tipo de projecto.	518
Gráfico 222: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos - Região.	519
Gráfico 223: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	519
Gráfico 224: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.	520
Gráfico 225: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.	521
Gráfico 226: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Entidade Enquadrante por quinquénio.	521
Gráfico 227: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos Arqueológicos por quinquénio.	527
Gráfico 228: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.	527
Gráfico 229: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.	528
Gráfico 230: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Entidade Enquadrante por quinquénio.	529
Gráfico 231: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	530
Gráfico 232: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo por quinquénio.	531
Gráfico 233: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.	532

Gráfico	Pag.
Gráfico 234: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Entidade Enquadrante por quinquénio.	532
Gráfico 235: Arqueologia de Emergência, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	533
Gráfico 236: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Agente - Impacto.	534
Gráfico 237: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.	535
Gráfico 238: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Região por quinquénio.	536
Gráfico 239: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Entidade Enquadrante por quinquénio.	536
Gráfico 240: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	540
Gráfico 241: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	541
Gráfico 242: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Categoria por quinquénio.	542
Gráfico 243: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo de projecto por quinquénio.	543
Gráfico 244: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo por quinquénio.	544
Gráfico 245: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Região por quinquénio.	545
Gráfico 246: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Núcleos urbanos (com + de 100 intervenções).	546
Gráfico 247: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Entidade Enquadrante por quinquénio.	547
Gráfico 248: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.	554
Gráfico 249: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Categoria.	555
Gráfico 250: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo.	555
Gráfico 251: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região.	556
Gráfico 252: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Arqueólogos por quinquénio.	556
Gráfico 253: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento.	566
Gráfico 254: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento por quinquénio.	567
Gráfico 255: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Categoria.	568
Gráfico 256: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Forma de financiamento.	569
Gráfico 257: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Tipo.	570
Gráfico 258: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Região.	570

Gráfico	Pag.
Gráfico 259: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Entidade enquadrante.	571

Índice de Quadros

Quadro 1: Bibliografia consultada	148
Quadro 2: Arquivo do “Conselho Consultivo”, documentação consultada	151
Quadro 3: Tabela Arqueólogos: fontes de informação e limites cronológicos	196
Quadro 4: Arqueólogos, 1970 - 2014. Abandono - Continuidade – Ingresso	203
Quadro 5: Arqueólogos, 1970 - 2014. Abandono - Continuidade – Ingresso. Distribuição por sexo	209
Quadro 6: Tabelas Actividade Arqueológica: fontes de informação e limites cronológicos	408

Índice de Figuras

Figura 1: Manifestação contra a extinção do IPA em frente à Assembleia da República, em 21 de Maio de 2002 (fotografia Patrícia Mendes)	109
Figura 2: Evolução institucional dos organismos do Estado com competência sobre a Arqueologia (tutela arqueológica), entre 1975 e 1995, logotipos	116
Figura 3: Gráfico (tipo) de representação de descritores com categorias de escolha múltipla	127
Figura 4: Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, consulta <i>online</i> de documentação digitalizada	131
Figura 5: Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ficha de associada de Teresa Júdice Gamito	131
Figura 6: Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica. Diagrama simplificado	134
Figura 7: <i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica. Print Screens</i> de formulários	135
Figura 8: <i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica. Processo de aquisição de dados sobre as entidades enquadrantes na actividade arqueológica (e dados indirectos sobre o enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos)</i>	139
Figura 9: <i>Print screen</i> da base de dados Access para a qual foram migrados os dados da base de dados FileMaker utilizada no Departamento de Arqueologia (IPPC/IPPAR1) para gestão da actividade arqueológica	143
Figura 10: Portal do Arqueólogo, <i>print screen</i> da versão <i>intranet</i>	146
Figura 11: Análise dos planos dos cursos de arqueologia (ensino superior público) em 2009. APA, 22/05/2009	169
Figura 12: Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril, para efeitos de organização territorial) e regiões autónomas dos Açores e da Madeira	246
Figura 13: Arquivo da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia. Documentos sobre empresas de arqueologia (1996)	398
Figura 14: Número de autorizações anuais para trabalhos arqueológicos por projecto (<i>Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica</i>). Em 2009, número extraordinariamente elevado de autorizações no âmbito do Subsistema de Rega do Ardila	410

1. Introdução

O presente trabalho corresponde a uma dissertação do Doutoramento em Arqueologia e Pré-História, no Ramo de Conhecimento da História, na especialidade de Arqueologia, desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 2012 e 2021. Decorreu sob orientação do Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião e teve como entidades de acolhimento a UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). Estive matriculada no curso de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa durante seis anos lectivos, entre 2012-2013 e 2016-2017 e em 2020-2021.

O projecto recebeu uma bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no *Concurso para a atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento 2011*, avaliada na área de História e Arqueologia (SFRH/BD/80087/2011). Usufri efectivamente dessa bolsa durante um período de um ano e oito meses (distribuídos entre Outubro de 2012 e Agosto de 2015), tendo o respectivo contrato com a FCT sido interrompido definitivamente em Janeiro de 2016, devido à absoluta impossibilidade de conciliação entre o estatuto de bolseira e o de trabalhadora em funções públicas ao serviço da DGPC. Para realização dos trabalhos académicos, a DGPC concedeu-me parte considerável do meu tempo de serviço na instituição entre Fevereiro de 2013 e Dezembro de 2017, quatro meses de equiparação a bolseiro com pagamento integral de vencimento (Setembro de 2012, Setembro de 2014, Dezembro de 2016 e Dezembro de 2017) e declaração de interesse público ao meu projecto de doutoramento (Despacho (extrato) n.º 14603/2012 de 5 de Novembro, publicado no Diário da República n.º 219, 2.ª Série, de 13 de Novembro de 2012; Despacho (extrato) n.º 4539/2015 de 20 de Abril, publicado no Diário da República n.º 87, 2.ª Série, de 6 de Maio de 2015).

Os trabalhos académicos conducentes à elaboração da presente dissertação decorreram, de facto, entre Fevereiro de 2013 e Fevereiro de 2021, de forma descontínua (intercalada com as tarefas profissionais e outras actividades de investigação e intervenção cívica), num total de cerca de cinco anos de trabalho efectivo. A tese foi registada em Agosto de 2016. A fase de recolha e organização primária de dados decorreu entre Fevereiro de 2013 e Agosto de 2018; o tratamento,

sistematização e verificação de dados decorreu entre Agosto de 2018 e Julho de 2019; a redacção do corpo central da dissertação decorreu entre Agosto de 2019 e Dezembro de 2020 (em cerca de sete meses de trabalho efectivo); a fase de revisão e verificação bibliográfica decorreu entre Junho de 2020 e Fevereiro de 2021 (em cerca de três meses de trabalho efectivo).

O tema desta dissertação de doutoramento é a “A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI”, tendo como limite geográfico o território continental de Portugal e como limite cronológico o período entre 1970 e 2014. Trata-se de um estudo assumidamente endógeno, não tendo sido considerada qualquer referência ao panorama internacional. A comparação do percurso e dados da Arqueologia portuguesa com outras realidades nacionais (nomeadamente na Europa) importa e interessa, contudo a amplitude e complexidade desta tarefa eram incompatíveis com a sua concretização no âmbito desta tese, cujo objecto de estudo é, por si só, já consideravelmente amplo.

O domínio de investigação situa-se, portanto, na história recente da Arqueologia portuguesa, incidindo sobre a actividade arqueológica, os arqueólogos (como grupo funcional e profissional), as instituições com actividade em Arqueologia, o ensino da Arqueologia como disciplina científica, a legislação arqueológica e a estrutura do Estado dedicada à gestão pública da Arqueologia. Intencionalmente, não são analisados indivíduos, nem percursos ou contributos individuais, pois o objecto de estudo escolhido foi o processo histórico e a sua “construção colectiva”. É um projecto interdisciplinar na área das ciências sociais, que cruza as disciplinas da Arqueologia, História e Sociologia, na esfera da Arqueologia Pública. Persegue o aprofundamento da discussão em torno do papel social, cultural e cívico dos arqueólogos, da disciplina científica da Arqueologia e do Património arqueológico e da Arqueologia como actividade económica, ou seja, da Arqueologia no seu todo e do seu impacto na sociedade, na qual goza de uma recente, mas crescente, visibilidade.

O projecto que subjaz a este doutoramento decorre da minha prática profissional com mais de 31 anos e tem uma motivação principalmente cívica. Neste sentido, considero relevante a explicitação, quer do meu percurso pessoal e profissional, quer das minhas filiações sociais, filosóficas e políticas. Sou uma mulher (com identidade de género feminina e orientação heterossexual), portuguesa (que conheça, de origem europeia),

de uma família com origem social e cultural no proletariado rural do Alto Alentejo, que ascendeu, com a Democracia, à classe média suburbana da grande Lisboa; sou católica; politicamente, inscrevo-me na Esquerda, na área do socialismo democrático ou da social-democracia, liberal e europeia, com preocupações essencialmente sociais e socioeconómicas, especialmente em relação à pobreza e às desigualdades; no quadro do espectro partidário, considero-me independente.

Licenciei-me em História (curso a que acedi em primeira opção, por gosto académico cimentado durante o ensino secundário) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na segunda metade dos anos 80 do século passado. Sendo filha de dois primogénitos, fui a primeira da família (a que felizmente se seguiram diversos outros) a adquirir um grau académico superior. No momento do ingresso na Faculdade, perspectivava um futuro profissional como docente do ensino básico ou secundário, situação que se alterou progressivamente, desde o primeiro ano, à medida que o contacto com a Arqueologia ocorreu e se consolidou. No final da licenciatura, sonhava, com pouca expectativa, ser arqueóloga mas, circunstâncias felizes da vida e a situação da Arqueologia nacional no final dos anos 80, proporcionaram-me a inesperada sorte de me tornar de imediato arqueóloga profissional, única profissão que conheço.

Comecei a trabalhar em 1989 como tarefeira no IPPC, em Arqueologia preventiva, primeiro nas “florestas” (no âmbito dos protocolos celebrados com as empresas de florestação), transitando, em 1991, para a equipa que trabalhava na Arqueologia urbana de Lisboa. Tendo uma clara consciência das limitações da minha formação e almejando qualificar-me científica e profissionalmente, ingressei, como tantos da minha geração, em 1993, no mestrado de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, diplomando-me em 1997. Entretanto, dirigi escavações de emergência e preventivas (nomeadamente no âmbito do projecto do gasoduto nacional). Durante estes anos fui desenvolvendo e aprofundando uma opinião muito crítica sobre a forma como a Arqueologia em Portugal se estruturava, organizava e praticava, nomeadamente sobre o valor do Património arqueológico e sua salvaguarda e as relações entre o público e o privado, intervenção e gestão, trabalho de campo e investigação subsequente. Em meados dos anos 90, ponderando a minha experiência de trabalho e profunda crise da Arqueologia nacional que culminou na “questão do Côa”, ponderei seriamente abandonar a profissão. Mas o devir dos tempos foi-me

propício: por decreto, tornei-me funcionária pública e, em 1997, transitei para o Instituto Português de Arqueologia entretanto criado, precisamente como resposta às profundas disfunções do sector. Trabalhei dedicadamente no IPA (no Inventário e na Extensão de Lisboa) e vivi intensamente todos os momentos da sua fugaz existência. A experiência, provavelmente irrepetível, de trabalhar num organismo exclusivamente dedicado à Arqueologia - polo agregador de toda a comunidade arqueológica, com colegas de todas as especialidades, arqueocientistas (no Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências), arqueólogos subaquáticos (no Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática), conservadores-restauradores, com acesso directo e permanente ao sistema de informação *Endovélico*, ao *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, à *Biblioteca de Arqueologia* – assumiu um carácter revelador, na minha reflexão pessoal sobre a gestão pública da Arqueologia.

Com a extinção do IPA (e após um penoso ano de transição para o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), em 2008, fui trabalhar para a Câmara Municipal de Cascais, onde pude experienciar uma acção integrada sobre o Património Cultural e de maior proximidade com a comunidade. Em 2012, regressei à administração central, na DGPC e iniciei o doutoramento.

Este diversificado trajecto profissional possibilitou-me o privilégio de trabalhar em gestão (quer corrente, quer estrutural na elaboração de normativos e coordenação de infra-estruturas de gestão pública em Arqueologia, quer ao nível da articulação interinstitucional), investigação, prevenção e emergência, valorização e divulgação do Património arqueológico (nomeadamente, a nível expositivo e museológico), gestão de espólios e colecções, etc.

Como arqueóloga sou trabalhadora dependente na administração pública e dedico-me, convictamente, ao serviço público. Considero-me, na base, uma técnica, que também faz investigação (essencialmente, sobre a Arqueologia de Lisboa, a ocupação e cerâmica medieval islâmica, a história e gestão da Arqueologia em Portugal) e que se dedica intensamente à intervenção cívica em Arqueologia. Nestes 31 anos, a par do exercício profissional e da investigação independente, militei também no trabalho associativo, na Associação dos Arqueólogos Portugueses e no Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, mas também em inúmeros movimentos informais de defesa da Arqueologia e do Património arqueológico, frequentemente no âmbito da

defesa e promoção global do Património cultural e da sua gestão. Destaco, contudo, o trabalho associativo e cívico de representação laboral e profissional, verdadeira vocação, e que tem assumido relevância crescente atendendo à também crescente degradação das condições de trabalho e de exercício profissional que se vive em Arqueologia.

Esta dissertação não é uma autobiografia, nem um livro de memórias. Esta deriva autobiográfica destina-se apenas a explicitar o processo de reflexão sob o qual se foi estruturando a motivação primordial para elaborar esta dissertação de doutoramento. O percurso profissional mas, principalmente, as intensas e profícuas relações pessoais, profissionais, científicas e cívicas que cultivei provocaram, por um lado, uma reflexão crítica sobre a realidade arqueológica nacional e, por outro, o impulso de aprofundamento do conhecimento sobre a mesma e sobre os seus diversos e complexos processos de mudança. Entendi o desconhecimento profundo da comunidade arqueológica sobre os principais indicadores quantitativos relacionados com a sua área de actividade como uma severa lacuna. Os graves, estruturais e persistentes problemas da Arqueologia nacional impunham um esforço de diagnóstico que ultrapassasse os limites da percepção ou impressão momentânea e pouco fundamentada da realidade. Por outro lado, o trabalho no IPA, na área do Inventário (no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*), proporcionou-me um conhecimento bastante especializado (e inacessível à maioria) sobre as fontes de informação disponíveis no que se refere aos dados quantitativos da Arqueologia, despertando uma convicção que a apreensão e estudo destes constituía uma via incontornável para a sua compreensão e para a elaboração de propostas consequentes para uma mais racional e eficiente gestão arqueológica (Bugalhão, 2011, p. 20).

Na primeira década do século XXI, encontravam-se disponíveis alguns estudos sobre os primórdios da Arqueologia científica portuguesa e sobre a centenária história da defesa do Património arqueológico em Portugal. Sobre a história recente e sobre a Arqueologia como actividade profissional, com excepções pontuais, existiam essencialmente textos de reflexão e opinião, baseados no conhecimento empírico e qualitativo, mais do que estudos fundamentados ou baseados em dados quantitativos. Em 2006 desenvolvi um primeiro ensaio quantitativo sobre a Arqueologia de Lisboa (Bugalhão, 2008). Em 2007, na sequência do convite da Associação dos Arqueólogos

Portugueses para participar nas suas 1.^{as} Jornadas de Arqueologia e Património “1807-2007, Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional”, preparei um primeiro estudo de âmbito nacional (Bugalhão, 2011), a que se seguiram outros, realizados já no âmbito do doutoramento (Bugalhão, 2013a, 2013b, 2014, 2015, 2016, 2017b, 2017c, 2017d, 2018a, 2018b, 2018c, 2019a, 2020, no prelo; Bugalhão *et al.*, no prelo; Bugalhão, Sousa e Bragança, 2021). Nestes trabalhos abordei os principais objectos de estudo da presente dissertação: a constituição, características e evolução do grupo dos arqueólogos, o ensino da Arqueologia e as qualificações académicas dos arqueólogos, a evolução da actividade arqueológica, as instituições, a legislação e a gestão pública da Arqueologia.

Assim, nesta dissertação pretendo, a partir essencialmente da análise diacrónica de dados quantitativos ou quantificáveis, relativos às últimas décadas, proceder à caracterização dos indicadores essenciais da realidade arqueológica nacional, delineando as principais linhas de tendência e caracterizando o papel dos diversos agentes envolvidos, individuais e institucionais, públicos e privados. Existe pois, como referido, um propósito retrospectivo de observatório da Arqueologia nacional, criando eventualmente condições para a sua continuação prospectiva, permitindo delinear propostas de futuro para a Arqueologia nacional.

Os objectivos desta dissertação podem enumerar-se de forma muito simples: quantos são e quando, onde e como evoluem, nos últimos 50 anos, os principais indicadores quantitativos da realidade arqueológica portuguesa? O questionário científico e a metodologia de recolha e tratamento dos dados - organizados em blocos correspondentes à estrutura da dissertação: enquadramento legal, estrutura do Estado, ensino da Arqueologia, arqueólogos, instituições, actividade arqueológica - foram sofrendo adaptações ao longo do processo, decorrentes das limitações impostas pelo carácter rudimentar das ferramentas de tratamento da informação ao meu dispor. Procurei minimizar estes constrangimentos através da exposição exaustiva de metadados e da explicação detalhada dos processos de recolha e análise quantitativa desenvolvidos.

A abordagem do tema em estudo foi multifocal, ou seja, procurei analisar a Arqueologia portuguesa sob várias e diferentes perspectivas, com o objectivo de produzir uma caracterização tão pluridimensional quanto possível. Os capítulos

correspondem assim a perspectivas de observação distintas do mesmo objecto, com a correspondente apresentação de dados quantitativos e elaboração de sínteses (de capítulo e sub-capítulo) que incluem a confrontação bibliográfica que foi possível estabelecer. Por essa razão, não consegui evitar alguma repetição de discurso, que tentei limitar, mas que assumo como necessária. Na síntese final (capítulo 8, Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI), o discurso assume uma linha narrativa temporal, histórica, livre da referenciação já efectuada anteriormente, terminando num breve comentário sobre a situação actual com algumas observações prospectivas. Acredito que os resultados obtidos correspondem, senão a uma imagem exacta, eventualmente inalcançável, a uma caracterização muito próxima e fidedigna dos principais traços da realidade arqueológica nacional entre 1970 e 2014.

A dissertação integra três componentes essenciais: informação, interpretação e opinião. Como referi, este projecto teve uma motivação cívica, pois visou constituir um repositório de informação, colocado ao dispor dos arqueólogos que trabalham em Portugal, possibilitando releituras e apoiando o processo de autoconhecimento e de reflexão prospectiva. Neste sentido, a informação é a componente principal desta dissertação, que aqui se apresenta e se disponibiliza para utilização comum.

Por fim, gostaria de deixar uma recomendação. Este texto aproxima-se de um auto-retrato colectivo, no sentido em que todos os arqueólogos em actividade em Portugal e o seu trabalho se encontram aqui representados e retratados. Assim, pode facilmente assumir para qualquer arqueólogo um carácter biográfico, autobiográfico ou biográfico não autorizado, tanto mais quanto mais velho for (no meu caso, estão aqui retratados mais de 30 anos da minha vida profissional). Por isso, sublinho que a Arqueologia portuguesa, aqui, é um objecto de estudo e é nessa acepção que, tanto quanto possível, deve ser considerada, e não no registo pessoal em que subsiste na memória de cada um. Este esforço de distanciamento analítico deve ser promovido durante a leitura da dissertação, separando a experiência pessoal, da interpretação dos dados e as memórias, da História. Se é que tal é possível.

2. Enquadramento legal e estrutura do Estado

2.1. Legislação

A legislação relativa à Arqueologia - Património arqueológico e actividade arqueológica - em Portugal (Anexo 1)¹ desenvolveu-se no âmbito do regime jurídico relativo ao Património cultural, imóvel e móvel. Remonta ao século XVIII, com o alvará de D. João V de 1721, a primeira regulação de protecção dos bens imóveis e móveis com valor cultural (Fabião, 1995, p. 77; Marques, 2002, p. 134; Silva, 2002a, p. 302; Fabião, 2011, p. 49-53). Este alvará vale essencialmente pelo seu conteúdo e pelo que representa sobre a visão do Património de um grupo reduzido de eruditos da época, uma vez que teve aplicação muito reduzida.

A partir do século XIX, desenvolveu-se, pouco a pouco, o conceito de “classificação”, como instrumento de protecção do Património Cultural. Em 1880, o Governo pediu à então *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* que elabore uma proposta com a lista de monumentos a classificar (Arnaud, 2013, p. 21). O Decreto de 30 de Dezembro de 1901 (Diário do Governo n.º 153 de 12 de Julho de 1902) aprovou as “Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos”. Na sequência do trabalho desenvolvido, em 1907, foi publicada a primeira lista de catorze monumentos nacionais, no Decreto de 10 de Janeiro (Diário do Governo n.º 14 de 17 de Janeiro de 1907). Como culminar deste processo verdadeiramente histórico para o Património Cultural português, foi publicado o Decreto de 23 de Junho de 1910 (Diário do Governo n.º 136, Série I), classificando 468 monumentos nacionais (Marques, 2020, p. 134). Em todo o século XX, o enquadramento jurídico do instrumento “classificação” foi o mais profícuo em termos de diplomas legais, o que bem revela a sua importância.

Até aos anos 70 do século XX, os diplomas legais relativos ao Património Cultural contemplaram conjuntamente normas relativas ao regime jurídico e à estruturação orgânica das sucessivas entidades públicas com competência de gestão do Património Cultural e respectivas atribuições, tanto a nível executivo, como a nível consultivo.

¹ Os anexos que integram esta dissertação podem consultados no volume 3.

Neste sentido, o Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911 (Diário do Governo n.º 124, Série I, de 29 de Maio) estruturou os “Serviços Artísticos e Arqueológicos”; o Decreto n.º 5.267 de 19 de Março de 1919 (republicado no Diário do Governo n.º 58, Série I, de 21 de Março de 1919) criou a Direcção Geral de Belas Artes; a Lei n.º 1.700 de 18 de Dezembro de 1924 (Diário do Governo n.º 281, Série I) instituiu o Conselho Superior de Belas Artes (e também os Conselhos de Arte e Arqueologia – Silva, 2002a, p. 304 -, substituídos em 1926 pelas Comissões Municipais de Arte e a Arqueologia); o Decreto n.º 1.638 de 9 de Janeiro de 1929 criou a Junta de Educação Nacional (Diário do Governo, I Série, de 16 de Janeiro de 1929); o Decreto n.º 20.985 de 7 de Março de 1932 (Diário do Governo n.º 56, Série I) criou a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes; e o Decreto 32.125 de 12 de Outubro de 1933 criou a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades (Diário do Governo n.º 232, I Série). Este conjunto de serviços do Estado tinha uma actividade muito reduzida no que se refere à gestão arqueológica.

Relativamente à legislação de base ou de enquadramento, a Portaria de 10 de Abril de 1901 do Ministério das Obras Públicas (Diário do Governo, n.º 78 de 11 de Abril de 1901) estabeleceu a, talvez mais antiga e ainda vigente, norma de salvaguarda dos vestígios arqueológicos conservados no subsolo: “Sendo de toda a conveniência aproveitar e recolher cuidadosamente todos os elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa historia antiga: há por bem Sua Majestade El-Rei ordenar:

1.º Quando em quaesquer trabalhos e escavações empreendidas por conta do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, appareçam objectos archeologicos de facil transporte, taes como moedas, utensílios de barro, de metal, de pedra, ou de qualquer outra sunstancia, bem como lapides com inscripções, estatuas, pedras esculpturadas, etc., ainda que não estejam em bom estado de conservação, sejam taes objectos immediatamente arrecadados ou resguardados com todo o cuidado, comunicando-se o achado á Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, a fim de serem os objectos encontrados transportados para o museu ethnologico portugêz. (...). 4.º Que todos os funcionários dependentes do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, dêem parte á Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, por intermedio das respectivas direcções geraes, de qualquer aparecimento de ruínas ou

objectos archeologicos de que tenham notícia, ainda mesmo que o facto não se dê nos trabalhos ou serviços de que estejam incumbidos”.

No que se refere aos bens móveis, esta disposição inscrevia-se numa tradição que remontava ao Direito Romano, alegada em parecer elaborado no século XVIII, no qual se arguia que os “tesouros” encontrados fortuitamente deviam reverter para o erário público, na perspectiva de que “todos os bens vagos a que se não achar Senhor certo sejaõ Direitos Reaes” e que “nas outras couzas que achadas forem o achador seja obrigado geralm.^e em todo o tempo a entregar isso q̃ achou, sem poder demandar achádego” (Almeida, 1960-1961, p. 336).

O Decreto de 30 de Dezembro de 1901 (Diário do Governo n.º 153 de 12 de Julho de 1902), que aprovou as “Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais”, reproduziu com ligeiras alterações a formulação anterior, aprofundando a norma relativamente aos bens imóveis: “Art. 11.º Quando forem encontrados em terreno público ou particular, em consequência de escavações ou quaisquer outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscrições ou outros objectos que interessem a historia, archeologia ou a arte ou tiver conhecimento de que se trata de se substituir ou damnificar os já conhecidos, ou ainda castros importantes e grutas prehistoricas, o administrador do concelho respectivo providenciará immediatamente, mandando, no primeiro caso, suspender os trabalhos, e, no segundo, impedindo a destruição ou a damnificação. Além d’isso, a mesma auctoridade mandará vedar, e, sendo possível e necessario, aterrar, o local archeologico, para lhe assegurar a conservação, e participará o facto ao Governo Civil do districto, que transmittirá o aviso ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, a fim de serem pelo Governo tomadas as providencias convenientes nos termos do presente decreto”.

O Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911, para além de definir a constituição e atribuições dos já referidos “Serviços Artísticos e Arqueológicos” (nomeadamente que a Comissão dos Monumentos deve integrar “archeologos”, bem como um representante da AAP; Arnaud, 2013, p. 49), regulamentou o funcionamento de museus, a protecção legal das obras de arte e peças arqueológicas e a protecção legal dos monumentos nacionais, mantendo a disposição sobre achados fortuitos já referida (artigo 51.º).

A Lei n.º 1.700 de 18 de Dezembro de 1924 seguiu de perto esta normalização, mas no seu artigo 54.º determinou também a elaboração de um “cadastro especial” de imóveis “que, sem merecerem classificação de monumento nacional, ofereçam todavia algum interesse sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico”, que receberam igualmente protecção legal, numa antecipação da figura legal da “inventariação” mais tarde instituída. No artigo que dedicou ao Património arqueológico (o 72.º) foram adicionadas novas disposições: “(...) § 1.º Quando em quaisquer construções, acidentalmente, existirem, como materiais, peças ou fragmentos de valor histórico, arqueológico ou artístico, que seja útil ou conveniente arrecadar, poderá o Governo adquiri-los, mediante parecer do Conselho, a fim de que sejam devidamente recolhidos em museu, procedendo, quando necessário, à sua expropriação por utilidade pública. § 2.º O reconhecimento do local arqueológico será feito por vistorias e a vedação estritamente limitada a esse local, sob pena de indemnização de perdas e danos.”

O Decreto n.º 20.985 de 7 de Março 1932 (Diário do Governo n.º 56/1932, Série I) regulou a protecção das obras de arte e peças arqueológicas, e a protecção, conservação, restauro, reintegração, classificação e conservação dos monumentos (Silva, 2002a, p. 305). Foram extintos os Conselhos de Arte e Arqueologia e criadas a longevas Comissões Municipais de Arte e a Arqueologia. Especificamente sobre o Património arqueológico manteve-se a formulação jurídica anterior.

Em 1932 foi produzido um pacote legislativo que constituiu a base do regime jurídico português aplicável ao Património Cultural durante largas décadas (Raposo, 1995c, p. 14). Foi publicado o Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril (Diário do Governo n.º 91, Série I) com o objectivo de regulamentar o Decreto n.º 20.985 de 7 de Março 1932, no que respeita ao Património arqueológico (Anexo 5). Neste diploma, referia-se já a necessidade de comunicação e autorização prévia pelas entidades tutelares política e administrativa (artigo 9.º, Capítulo III), definiram-se normas específicas para a classificação de bens arqueológicos, imóveis e móveis, e para a “guarda e vigilância dos monumentos” arqueológicos, mas principalmente, regulamentaram-se, pela primeira vez as “escavações” arqueológicas. Para este efeito, o diploma fazia referência à cientificidade da actividade arqueológica e à Carta Arqueológica, determinava a obrigatoriedade de obter autorização oficial para realizar escavações e definia a

qualificação de quem as dirigia, estabelecendo ainda a fiscalização do Estado sobre esta actividade, o destino do espólio e uma primeira noção de reserva (ou prioridade) científica (Bugalhão, 2015, p. 40). Embora a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes permanecesse em funções, este diploma atribuiu competências tutelares ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, consideradas aliás, por alguns sectores, centralizadoras e monopolizadoras (Arnaud, 2013, p. 65), gerando por isso ampla contestação das demais instituições envolvidas na Arqueologia portuguesa de então (Fabião, 1999, p. 122-123; Cardoso, 1999, p. 144-146; Raposo, 2010a, p. 202) e culminando na sua revogação em 1933 (Raposo, 2010a, p. 202).

Em 1936, foi publicado o Regimento da Junta Nacional de Educação (JNE) no Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de Maio de 1936 (Diário do Governo n.º 116, I Série) que, no seu artigo 21.º, §2.º, atribuiu à 2.ª subsecção (antiguidades, escavações e numismática) da 6.ª secção (belas artes) da JNE, a competência de “promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham valor arqueológico (...), e propor as medidas eficientes para a sua conservação e guarda” (2.º), ou seja, de inventariação dos bens arqueológicos imóveis e móveis. Competia também à JNE emitir parecer sobre “quaisquer trabalhos de exploração de antiguidades”, cuja autorização depende do Ministro da Educação Nacional (Artigo 21.º, § 2.º, 6.º). Esta estruturação orgânica pode ser interpretada como consequência da anterior polémica em torno do predomínio excessivo do Museu Nacional de Arqueologia (Raposo, 2010a, 202).

Em 1960, foi publicada a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho (Diário do Governo n.º 159, I Série) (Anexo 6) com o objectivo de “regulamentar a actividade dos campos de trabalho destinados a explorações arqueológicas”, o primeiro regulamento de trabalhos arqueológicos (embora ainda sem ser assim denominado), no qual foi definido o conceito de “direcção” dos trabalhos, se pormenorizaram as exigências académicas e curriculares exigidas ao director dos trabalhos e da equipa e se fixou a obrigatoriedade de entrega de um relatório (Bugalhão, 2015, p. 41).

O Regulamento da JNE foi revisto em 1965, pelo Decreto-Lei n.º 46.349 de 22 de Maio (Diário do Governo n.º 114, I Série) (Anexo 7), passando aquele órgão a contar com a 1.ª subsecção da 2.ª secção (antiguidades e belas artes). Nas competências desta, estava incluída a primeira referência legal ao financiamento organizado da actividade arqueológica, o “plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos” (Raposo,

1995b, p. 71; Bugalhão, 2015, p. 41), definindo como prioritário o apoio financeiro a intervenções nas “estações e monumentos de maior importância ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica” (7.º do § 1.º do artigo 19.º).

Remonta a 1966 o artigo do Código Civil (extraordinariamente ainda em vigor, aliás) relativo ao achado de “tesouros” (artigo 1.324.º do Decreto-Lei n.º 47.344 de 25 de Novembro de 1966, publicado no Diário do Governo n.º 274/1966, Série I) que contradiz a norma de 1901, bem como a tradição alegada no parecer do século XVIII, anteriormente referidas. Este artigo do Código Civil define: “1. Se aquele que descobrir coisa móvel de algum valor, escondida ou enterrada, não puder determinar quem é o dono dela, torna-se proprietário de metade do achado; a outra metade pertence ao proprietário da coisa móvel ou imóvel onde o tesouro estava escondido ou enterrado. 2. O achador deve anunciar o achado (...), ou avisar as autoridades, excepto quando seja evidente que o tesouro foi escondido ou enterrado há mais de vinte anos (...)”. Esta formulação, se aplicada a bens arqueológicos móveis, é errada, anacrónica e contraditória com o regime jurídico do Património Cultural. Contudo, continua em vigor e em aplicação sobre os achados arqueológicos fortuitos, com sérios prejuízos para o Património nacional e para o interesse público, beneficiado infractores e destruidores de Património.

A questão da propriedade dos bens arqueológicos é uma preocupação bastante anterior à primeira lei de bases do Património Cultural. Para além das referências indirectas na legislação anterior já referidas, foram elaboradas propostas legislativas sobre este assunto nos anos 70 e 80 (Anexo 20) que não foram promulgadas, mas cujos conteúdos reverteram para a legislação posterior (ponto 2.1.2.).

2.1.1. Constituição e tratados internacionais

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada por Decreto publicado no Diário da República n.º 86/1976, Série I de 10 de Abril². A lei fundamental incluiu uma referência clara ao Património Cultural desde a sua redacção inicial, demonstrando o valor que lhe era atribuído desde os alvares da nossa Democracia. O artigo 78.º definia que “o Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português”.

Na revisão de 1982, a protecção e valorização do Património Cultural foi promovida a “tarefa fundamental do Estado”, passando assim a figurar no artigo 9.º da Constituição. Na mesma revisão, no capítulo relativo aos direitos e deveres culturais (artigo 78.º), definiu-se que “todos têm (...) o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural” e que “incumbe ao Estado (...) promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”. A partir da revisão de 1989, a Constituição instituiu os direitos de petição e de acção popular para promover a preservação do Património Cultural (artigo 52.º), no seguimento de norma previamente integrada na LPC/85 (Anexo 21).

No que se refere a tratados internacionais, em 1982 foi ratificada a Convenção de Londres (Despacho Normativo n.º 39/82, publicado no Diário da República n.º 77, Série I, que aprova para ratificação a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada e aberta à assinatura em Londres, a 6 de Maio de 1969), que incluía muitas das normas e figuras jurídicas que Portugal já genericamente cumpria através da legislação nacional (Real, 1993a, p. 95).

Em 1997 (depois de longo processo administrativo iniciado em 1993; Real, 1993a, p. 97) foi ratificada por Portugal a Convenção de Malta (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 9 de Outubro, publicada no Diário da República n.º 289, I Série-A, de 16 de Dezembro, que ratifica a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992) (Anexo 40). Portugal esteve representado nos trabalhos preparatórios desta

² A Constituição foi sujeita a alterações em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005 (Lei Constitucional n.º 1/2005, publicada no Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 12 de Agosto).

convenção entre 1988 e 1991 (Real, 1993a, p. 95; Deus, 2013, p. 52), marcando presença formal na sua assinatura (Real, 1993a, p. 95; Real, 1993b, p. 309).

A ratificação destas convenções internacionais reflecte a necessidade crescente que se sentia em Portugal de definição de políticas públicas na gestão do Património arqueológico (Silva, 2002a, p. 301), bem como a evolução da disciplina e a consolidação do seu papel social (Silva, 2002a, p. 302). A ratificação da Convenção de Malta por Portugal, em 1997, é considerado um dos elementos da recuperação da crise em qua a Arqueologia nacional se encontrava e da implantação de um novo modelo para a sua gestão (Lemos, 2007, p. 107).

A Convenção de Malta inclui também muitas disposições já presentes da legislação nacional, como sejam, o inventário ou Carta Arqueológica, os procedimentos de notificação de achados fortuitos e as normas de licenciamento da actividade arqueológica. Mas também introduziu muitos elementos novos (ou quase novos) no ordenamento jurídico português, como sejam: o âmbito formal do conceito de bem arqueológico (aquele que é obtido ou identificado através da actividade arqueológica); o conceito de reserva arqueológica para gerações futuras; a preferência por métodos não destrutivos; o primado da preservação *in situ* dos vestígios arqueológicos; a regulação do uso de detectores de metais e equipamentos afins; a necessidade de constituição de “armazéns” para espólio arqueológico recolhido; a articulação entre gestão do Património arqueológico e os IGT e a AIA; a integração das fases de estudo e publicação no âmbito do “trabalho arqueológico”; a promoção da fruição pública dos sítios arqueológicos; o financiamento da actividade arqueológica através da aplicação do princípio do “poluidor-pagador”; a implementação da difusão da informação científica e da consciência pública; o combate à circulação ilícita de bens arqueológicos. Estes conceitos e normas foram em grande parte integrados posteriormente na legislação portuguesa, bem como na reflexão e actuação dos arqueólogos em Portugal.

Relativamente ao Património Cultural subaquático, entre o final dos anos 80 do século XX e 2001, decorreu na UNESCO um longo debate com a participação de representantes portugueses³. Consequentemente, em 2001, a 31.ª Conferência Geral

³ Neste contexto, o International Council on underwater Cultural Heritage do ICOMOS elaborou a Carta Internacional do ICOMOS sobre a Protecção e a Gestão do Património

da UNESCO reunida em Paris aprovou a Convenção sobre o Património Subaquático. Finalmente, em 2006, o Estado Português ratificou a Convenção sobre o Património Subaquático (Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 de 18 de Julho, publicada no Diário da República, n.º 137, I Série, com tradução republicada pelo Aviso n.º 6/2012 de 26 de Março, Diário da República n.º 61, I Série) (Anexo 51) (Bugalhão, 2014, p. 20). Esta convenção assume um papel particularmente importante para Portugal, atendendo à dispersão do Património náutico português por todos os oceanos e porque elimina o risco de retrocesso para opção de comercialização ou concessão do Património arqueológico subaquático em águas portuguesas.

Foram ainda ratificados pelo Estado português outros tratados internacionais com relevância para o Património arqueológico, como é o caso da Convenção de Faro (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro, publicada no Diário da República n.º 177, I Série, que aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, aprovado em Faro, em 27 de Outubro de 2005), inscrita no movimento progressivo que coloca a pessoa no centro das problemáticas patrimoniais.

2.1.2. Bases do regime jurídico do Património Cultural

Nos anos 70, no que respeita ao Património arqueológico, permanecia em vigor, essencialmente, o regime jurídico instituído em 1932 (Marques, 1981a, p. 5; Silva e Marques, 1992b, p. 34), anteriormente referido e que, nessa altura era já considerado muito insuficiente (Raposo, 1971; Santos, 1973, p. 8; Oleiro, 1974, p. 18).

De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa (1976/2005, VII Revisão Constitucional), compete à Assembleia da República legislar sobre as bases do sistema de protecção do Património Cultural. Assim, na sequência de um processo de elaboração que se prolongou por diversos anos, durante a qual foram ouvidos diversos intervenientes da Arqueologia Portuguesa (Silva e Marques, 1992b, p. 33; Silva, 2002a, p. 308), bem como as diversas estruturas consultivas (Raposo, 1984, p. 52; Silva, 2003b, p. 127), foi publicada em 1985 a Lei do

Cultural Subaquático que foi ratificada pela 11ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em Sófia, em 1996. Em 2004, esta Carta foi traduzida para português por Francisco J. S. Alves e de Isabel Costeira.

Património Cultural Português (Anexo 21). A LPC/85 constituiu um marco para a gestão do Património Cultural e para o arqueológico também (Silva e Marques, 1992b, p. 34; Raposo, 1993, p. 41).

A LPC/85 enquadrava, obviamente, o Património arqueológico no Património Cultural português, “constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (artigo 1.º). Os bens materiais que integram o património Cultural português são os “bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os (...) os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico (...)” (n.º 2 do artigo 8.º).

A LPC/85 consagrava um capítulo ao Património arqueológico, que aqui se reproduz:

“CAPÍTULO IV

Do regime específico do património arqueológico

ARTIGO 36.º

Os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional.

ARTIGO 37.º

1 - Para os efeitos do presente diploma, entendem-se por trabalhos arqueológicos todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico, no caso de estas investigações implicarem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície, bem como no caso de se realizarem no leito ou no subsolo de águas interiores ou territoriais.

2 - São abrangidos pelas disposições do presente diploma os testemunhos arqueológicos descobertos nas áreas submersas ou arrojados pelas águas.

ARTIGO 38.º

1 - A realização de trabalhos arqueológicos em monumentos, conjuntos e sítios classificados ou em vias de classificação nas respectivas zonas de protecção e ainda em imóveis não classificados mas de interesse arqueológico carece de autorização prévia do Ministro da Cultura, ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos consultivos competentes.

2 - O Ministério da Cultura poderá mandar inspeccionar os trabalhos arqueológicos e ordenar a sua suspensão quando os mesmos não obedeçam a critérios científicos ou não estejam a ser cumpridas as condições eventualmente fixadas.

ARTIGO 39.º

1 - Quem tiver encontrado ou encontrar em terreno público ou particular, incluindo em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar imediato conhecimento à autoridade local, que, por sua vez, informará de imediato o Ministério da Cultura, a fim de serem tomadas as providências convenientes.

2 - A autoridade local assegurará a salvaguarda desses testemunhos, nomeadamente recorrendo a entidades científicas de reconhecida idoneidade que efectuem estudos na região, sem prejuízo da imediata comunicação ao Ministério da Cultura.

ARTIGO 40.º

1 - Em qualquer lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos poderá ser estabelecida, com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério da Cultura uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

2 - Dada a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas, o Ministério da Cultura promoverá a publicação de legislação cautelar específica que contemple as diversas situações.

3 - Qualquer particular que se prove ter sido directamente prejudicado por efeito do disposto no n.º 1 poderá requerer indemnização à entidade responsável pelo estabelecimento da reserva arqueológica.

ARTIGO 41.º

1 - O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja acompanhada por técnicos especializados.

2 - No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, deverão obrigatoriamente prever-se os meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos de prospecção e eventuais salvamentos que, na sequência de projectos específicos aprovados pelos serviços competentes do Ministério da Cultura, se julguem necessários.

ARTIGO 42.º

1 - O Ministério da Cultura organizará anualmente um plano de trabalhos arqueológicos, com preferência dos sítios, monumentos e estações de maior importância que corram perigo de destruição ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica.

2 - Na elaboração desse plano deverá ser fundamentalmente observado o seguinte:

- a) Definição clara e precisa das obrigações do responsável científico pelos trabalhos;
- b) Conservação dos sítios, monumentos, estações e espólio recuperado;
- c) Publicação dos resultados;
- d) Limites da propriedade científica;
- e) Afectação dos espólios recuperados.

3 - A concessão de autorizações a um mesmo responsável para continuação ou início de trabalhos arqueológicos deverá assentar nos seguintes critérios:

- a) Anterior cumprimento das obrigações fixadas;
- b) Número e importância dos sítios, monumentos e estações em que o responsável já esteja autorizado a realizar trabalhos;
- c) Equilíbrio necessário entre a execução de novos trabalhos de campo e a publicação de resultados anteriores.”

A LPC/85 recuperou e ordenou os principais preceitos jurídicos desenvolvidos na legislação portuguesa desde o final do século XIX, como sejam, a regulamentação da

actividade arqueológica, os achados fortuitos, o regime de salvaguarda (as reservas arqueológicas temporárias, a especificidade da arqueologia urbana, e o âmbito da Arqueologia preventiva) e o PNTA (numa formulação recuperada do regulamento da JNE de 1965, Anexo 7 -; Raposo, 1995b, p. 71).

A LPC/85 incluía um preceito fundamental para o Património arqueológico, determinando que “os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional” (artigo 36.º). Esta formulação constitui a base legal para o regime de protecção universal do Património arqueológico que tendencialmente se pratica em Portugal⁴. Todos os bens arqueológicos gozam de protecção legal, pois são “património nacional”. Embora a aplicabilidade deste princípio seja muitas vezes contestada (Jorge, 1989, p. 112), é com base nele que se desenvolverão as políticas de gestão do Património arqueológico, nomeadamente, a proibição de destruição de qualquer bem arqueológico e, mais tarde, a imposição do princípio da “conservação pelo registo científico”. Só a generalização da Arqueologia preventiva a partir de final dos anos 90, viabilizaria a sua aplicação.

No seu Título III (Do fomento da conservação e valorização do património cultural), a lei estipulava que “as despesas respeitantes à salvaguarda de bens culturais postos em perigo pela execução de obras do sector público, incluindo trabalhos arqueológicos preliminares, serão suportadas pelas entidades promotoras do respectivo projecto, as quais deverão, para o efeito, considerar nos orçamentos a previsão desses encargos (n.º 2 do artigo 45.º), instituindo a aplicação do princípio do “poluidor-pagador” à salvaguarda do Património arqueológico (Raposo, 2010b, p. 364), ou seja, em trabalhos arqueológicos preventivos. Esta linha estratégica jurídica tinha sido iniciada em legislação norte-americana ainda nos anos 70, estendendo-se de seguida para a Europa (Zilhão, 2000a, p. 6; Silva, 2002a, p. 301). Embora com algum cepticismo (Alarcão, 1989, p. 88), em Portugal, registam-se casos esporádicos de aplicação deste princípio desde os anos 80 (Silva, 1994a, p. 90). “Os meios globais de funcionamento de uma arqueologia moderna estão já lá na sociedade civil; só falta definir (...) as regras de comparticipação dos agentes económicos, responsáveis por qualquer

⁴ Contrariamente ao que ocorre com “outros” patrimónios como o arquitectónico, o etnográfico ou o paisagístico, cuja protecção legal depende quase exclusivamente da classificação.

transformação do meio físico, nas despesas com a salvaguarda e investigação dos testemunhos do passado nele conservados” (Alves, 1989, p. 102). Nos anos 90, a aplicação do princípio do “poluidor-pagador” torna-se mais frequente (Lemos, 1994, p. 98; Silva, 1995a, p. 100; Silva, 1998a, p. 17; Zilhão, 1997a, p. 83; Zilhão, 2000b, p. 12) e no século XXI generaliza-se (Silva, 2003b, p. 124), instituindo-se “uma exigência técnico-administrativa, tendencialmente burocratizada e cujos benefícios ou resultados nem sempre são completamente evidentes” (Silva, 2003b, p. 125). Aliás, a aplicação deste princípio no financiamento de trabalhos preventivos no âmbito de empreendimentos privados não é universal, uma vez que, muitas vezes, os organismos públicos assumem os seus custos, como forma de apoio social ou de acordo com modelos de gestão que visam a concentração da actividade arqueológica sob sua responsabilidade directa (Silva, 2005b, p. 92).

O texto da LPC/85 determinava a necessidade de legislação de desenvolvimento e, de facto, durante os anos que se seguiram à sua publicação, a necessidade da sua regulamentação é referida abundantemente (Martins, 1986, p. 2-3; Silva e Marques, 1992b, p. 34; Raposo, 1993, p. 41; Real, 1993a, p. 309; Real, 1993c, 50; Raposo, 1995c, p. 16; Jorge, 1997a, p. 256; Sarrazola, 2000, p. 55). Em 1990, a 1.ª Secção do Conselho Consultivo do IPPC pronunciou-se sobre uma proposta de regulamentação da LPC/85, cujos conteúdos relativos à Arqueologia haviam sido elaborados pelo Departamento de Arqueologia daquele Instituto (Anexo 22). Nesse parecer apresentava-se uma proposta de redacção concreta, referindo-se as matérias relativas ao Património arqueológico sujeitas a regulamentação, designadamente: a definição de bens arqueológicos (imóveis e móveis), a propriedade dos bens arqueológicos, os achados “ocasionais”, as reservas arqueológicas temporárias, a Arqueologia urbana, a Arqueologia preventiva e o regime sancionatório. Neste elenco figuravam os principais temas da gestão do Património arqueológico em debate, numa época de profunda alteração dos pressupostos que a baseavam, nomeadamente do que se refere à sua salvaguarda. Entre estes destacam-se, por omissos na legislação anterior, a elaboração de conceitos, a tentativa de definição do regime de propriedade para os bens arqueológicos (Jorge, 1985, p. 180; Real, 1993b, p. 309; Raposo, 1994, p. 52; Deus, 2014, p. 54), a Arqueologia em meio urbano, a figura da “reserva arqueológica”, os IGT e a AIA como mecanismos de salvaguarda do Património arqueológico e a

regulamentação da utilização de detectores de metais (Real, 1993b, p. 309; Raposo, 1994, p. 52). Todos estes temas serão desenvolvidos na legislação posterior, recuperando várias das formulações aqui enunciadas.

Nos anos 90 continuou a sentir-se a necessidade de revisão da LPC/85 (Fabião, 1995, p. 89; Jorge, 2000a, p. 187), processo que se iniciou, tendo a primeira versão da nova lei de bases sido aprovada em 1999 (Real, 2001, p. 92). O processo de revisão da LPC/85 não decorreu de forma tão participada como seria desejável (Raposo, 1994, p. 51).

Em 2001, foi publicada a Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (LBPC/2001) (Anexo 49). Como é natural, a LBPC/2001 considera o Património arqueológico no conceito e âmbito do Património Cultural (n.º 3 do artigo 2.º), consagrando-lhe também um capítulo específico (Real, 2001, p. 92), que aqui se reproduz:

“CAPÍTULO II

Do património arqueológico

Artigo 74.º

Conceito e âmbito do património arqueológico e paleontológico

1 - Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:

- a) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;
- b) Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

2 - O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

3 - Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.

4 - Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

5 - Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido.

Artigo 75.º

Formas e regime de protecção

1 - Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico.

2 - Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

3 - Sempre que o interesse de um parque arqueológico o justifique, o mesmo poderá ser dotado de uma zona especial de protecção, a fixar pelo órgão da administração do património cultural competente, por forma a garantir-se a execução futura de trabalhos arqueológicos no local.

4 - A legislação de desenvolvimento poderá também estabelecer outros tipos de providências limitativas da modificação do uso, da transformação e da remoção de solos ou de qualquer actividade de edificação sobre os mesmos, até que possam ser estudados dentro de prazos máximos os testemunhos que se saiba ou fundamentadamente se presuma ali existirem.

5 - Desde que os bens arqueológicos não estejam classificados, ou em vias de o serem, poderão os particulares interessados promover, total ou parcialmente, a expensas suas, nos termos da lei, os trabalhos arqueológicos de cuja conclusão dependa a cessação das limitações previstas nos n.ºs 2 e 4 do presente artigo.

6 - Depende de prévia emissão de licença a utilização de detectores de metais e de qualquer outro equipamento de detecção ou processo destinados à investigação arqueológica, nos termos da lei.

7 - Com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, definidos no n.º 4 do artigo 74.º, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico.

8 - Os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento.

Artigo 76.º

Deveres especiais das entidades públicas

1 - Constituem particulares deveres do Estado, sem prejuízo do disposto nos estatutos das Regiões Autónomas:

- a) Criar, manter e actualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel;
- b) Articular o cadastro da propriedade com o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico;
- c) Estabelecer a disciplina e a fiscalização da actividade de arqueólogo.

2 - Constitui particular dever do Estado e das Regiões Autónomas aprovar os planos anuais de trabalhos arqueológicos.

3 - Constituem particulares deveres da Administração Pública competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas:

- a) Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico;
- b) Dotar-se de meios humanos e técnicos necessários no domínio da arqueologia ou recorrer a eles sempre que necessário.

Artigo 77.º

Trabalhos arqueológicos

1 - Para efeitos da presente lei, são trabalhos arqueológicos todas as escavações, prospecções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a protecção e a valorização do património arqueológico.

2 - São escavações arqueológicas as remoções de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico.

3 - São prospecções arqueológicas as explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem as actividades e objectivos previstos no número anterior.

4 - A realização de trabalhos arqueológicos será obrigatoriamente dirigida por arqueólogos e carece de autorização a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

5 - Não se consideram trabalhos arqueológicos, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos em consequência de outro tipo de remoções de terra, demolições ou obras de qualquer índole.

Artigo 78.º

Notificação de achado arqueológico

1 - Quem encontrar, em terreno público ou particular, ou em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar conhecimento do achado no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes.

2 - A descoberta fortuita de bens móveis arqueológicos com valor comercial confere ao achador o direito a uma recompensa, nos termos da lei.

Artigo 79.º

Ordenamento do território e obras

1 - Para além do disposto no artigo 40.º, deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.

2 - Os serviços da administração do património cultural condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adopção pelos respectivos promotores, junto das autoridades competentes, das alterações ao projecto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

3 - Os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos.

4 - No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, quaisquer intervenções arqueológicas necessárias deverão ser integralmente financiadas pelo respectivo promotor.”

Assim, a LBPC/2001 integra a definição (conceito e âmbito) de Património arqueológico (artigo 74.º): “todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução (...) dos seres humanos (...) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da (...)

humanidade e a sua relação com o ambiente, (...) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”. Neste enunciado, inspirado em formulação idêntica contida na Convenção de Malta, o conceito de bem arqueológico deixa de ter apenas um âmbito material para integrar também uma componente formal. O carácter arqueológico do bem decorre da forma/método através do qual foi descoberto, recuperado e conceptualizado. Neste sentido, são referidos os “depósitos estratificados”, o “contexto” e até o “território envolvente”.

Por outro lado, a LBPC/2001 enuncia uma norma que poderá ser entendida como restritiva relativamente à anterior (Silva, 2003b, p. 123). São “património nacional” os “bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos” (ou seja, apenas os bens móveis e, entre estes, apenas os recolhidos no âmbito da actividade arqueológica), embora esta aparente redução de âmbito seja, de alguma forma, contrariada por outros trechos da mesma lei. É consensualmente aceite que a condição de “património nacional” não define o regime de propriedade do Património arqueológico. Na complexa questão da propriedade dos bens arqueológicos, há a considerar que “tendo em conta a sua mais-valia social ou colectiva, o património arqueológico, móvel ou imóvel, é por tradição, e até certo ponto por definição, considerado com algo independente da propriedade onde, por mero acaso, se encontra “enterrado” e vem a ser ocasional ou intencionalmente posto a descoberto” (Silva, 2004, p. 50); ou seja os bens arqueológicos assumem um carácter quase imaterial de recurso colectivo (Silva, 1994b, p. 50).

Para salvaguarda do Património arqueológico, a LBPC/2001 institui um dos preceitos fundamentais (e mais contestados, Valera, 2008b) do nosso sistema jurídico, o princípio da “conservação pelo registo científico”. O n.º 1 do artigo 75.º define que “aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico”. Talvez inspirado na antiga norma do LPC/85 (segundo a qual todos “os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional”, artigo 36.º), este princípio confere ao Património arqueológico protecção tendencialmente universal, uma vez que, qualquer bem arqueológico (móvel ou imóvel, classificado ou não, situado ou não em zona de protecção geral ou especial,

inventariado ou não) está legalmente protegido, só podendo sofrer algum impacto após o seu registo científico. Ou seja, no caso dos sítios arqueológicos, após os adequados trabalhos arqueológicos preventivos que dêem cabal cumprimento àquele princípio. Assim, este princípio e o seu carácter universal constituem a base das políticas de protecção e salvaguarda do Património arqueológico imóvel, nomeadamente, a proibição de destruição de qualquer sítio arqueológico. A universalidade deste princípio baseia-se no facto dos bens arqueológicos constituírem “um recurso finito e cuja perda é irreversível, pelo que as sociedades modernas entendem que o seu estudo antes da destruição é ética e patrimonialmente imprescindível” (Zilhão, 2000a, p. 8).

A aplicação em regra (“será desde logo aplicável”) do princípio da “conservação pelo registo científico” contradiz, de algum modo, a orientação que subjaz à Convenção de Malta, que se orienta para o primado da conservação *in situ* dos vestígios arqueológicos (alínea *ii*) do artigo 4.º; n.º 4, artigo 5.º). A disposição contida na LBPC/2001 (n.º 1, artigo 75.º), o princípio da “conservação pelo registo científico”, é aparentemente uma tentativa de compatibilizar a salvaguarda arqueológica com a sociedade contemporânea, assumida como extraordinariamente ameaçadora e destruidora do Património. Desta forma, este princípio resulta numa desmaterialização do Património arqueológico (Silva, 2003b, p. 124), impondo como norma geral, a conservação dos bens através do registo e não dos bens propriamente ditos. Em Portugal, o princípio da “conservação pelo registo científico” tem sido aplicado essencialmente aos bens arqueológicos imóveis, embora surjam também alguns contextos em que se defende a sua aplicação aos bens móveis (Raposo, 2019; Silva, 2019).

A LBPC/2001 lista no seu artigo 76.º os deveres especiais das entidades públicas, recuperando figuras jurídicas há muito presentes na legislação portuguesa: o inventário arqueológico georeferenciado - Carta Arqueológica -, a fiscalização da actividade arqueológica, o financiamento da actividade e investigação arqueológica (através dos planos anuais de trabalhos arqueológicos) e a salvaguarda arqueológica (no âmbito da gestão urbanística), num rol que corresponde *grosso modo* às competências do Estado (através de organismos tutelares) sobre o Património arqueológico (Bugalhão, 2011, p. 37 e ss; Bugalhão, 2013a, p. 148-149; Bugalhão,

2015, p. 41). Esta lei consagra espaço especial à regulação do Património arqueológico no âmbito do ordenamento do território e da gestão urbanística (obras) (Real, 2001, p. 94), definindo procedimentos de Arqueologia preventiva e confirmando o financiamento desta actividade com base na aplicação do princípio do “poluidor-pagador”. Relativamente aos bens arqueológicos móveis recuperados acidentalmente, “achados fortuitos” o normativo mantém-se praticamente inalterado⁵.

No que respeita às normas de salvaguarda de bens imóveis classificados, a LBPC/2001 define que “as normas específicas para a protecção do património arqueológico existente” devem ser contempladas nos seus planos de pormenor e salvaguarda (alínea e) do n.º 3 do artigo 53.º). É instituída a figura de parque arqueológico, como instrumento do regime de valorização dos bens culturais (alínea c) do artigo 71.º)⁶.

No Título XI (Da tutela penal e contra-ordenacional), Capítulo I (Da tutela penal) é definido o crime de destruição de vestígios (arqueológicos): “quem, por inobservância de disposições legais ou regulamentares ou providências limitativas decretadas em conformidade com a presente lei, destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias” (artigo 103.º) (Real, 2001, p. 93).

Vinte anos após a sua entrada em vigor muitos aspectos da LBPC/2001 mereceriam revisão (Deus *et al.*, 2007, p. 105). No que à Arqueologia diz respeito, salientam-se:

- i. Exclusão do património paleontológico, uma vez que se trata de património natural e não cultural (n.º 1 do artigo 74.º);

⁵ Em sentido idêntico vai o artigo 364.º (Património cultural e restos humanos) do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, consolidado, Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de Março): “1 - Todos os bens com valor histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico encontrados no decurso da execução da obra são entregues pelo empreiteiro ao dono da obra, acompanhados de auto donde conste especificamente o objeto da entrega. 2 - Quando se trate de bens móveis cuja extração ou desmontagem envolva trabalhos, conhecimentos ou processos especializados, o empreiteiro comunica o achado ao dono da obra e, se necessário, suspende a execução dos trabalhos até receber instruções sobre como proceder. 3 - O dono da obra está obrigado a dar conhecimento de todos os achados referidos nos números anteriores às autoridades administrativas competentes. 4 - No caso de serem detetados restos humanos, o empreiteiro deve comunicar imediatamente o facto às autoridades policiais competentes, dando conhecimento ao dono da obra”.

⁶ Mais tarde regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 131/2002 de 11 de Maio (Diário da República n.º 109, I Série-A).

- ii. Clarificação do regime de propriedade dos bens arqueológicos, nomeadamente dos bens móveis provenientes de trabalhos arqueológicos (n.º 3 do artigo 74.º) (Jorge, 1985, p. 180; Silva, 2003b, p. 124; Almeida, 2006b, p. 31 e 34; Deus, 2014, p. 5);
- iii. Ponderação da exclusão da figura de “reserva arqueológica de protecção” temporária devido à sua inaplicabilidade (n.ºs 2 e ss do artigo 75.º);
- iv. Introdução de disposição relativa a imposição de trabalhos arqueológicos de diagnóstico e caracterização em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos;
- v. Exclusão da competência do Estado de estabelecer a disciplina da actividade de arqueólogo (alínea c) do n.º do artigo 76.º);
- vi. Exclusão do direito a recompensa no caso de achados fortuitos em ambiente terrestre (n.º 2 do Artigo 78.º);
- vii. Clarificação e operacionalização do conceito de “grande empreendimento que envolva significativa transformação da topografia ou paisagem” e sua abrangência e aplicabilidade, remetendo de forma inequívoca para o organismo tutelar do Estado a decisão sobre quais os empreendimentos nele se enquadram (n.º 4 do artigo 79.º);
- viii. Institucionalização dos instrumentos de gestão arqueológica: *Endovélico, Sistema de informação e gestão arqueológica, Arquivo da Arqueologia Portuguesa e Biblioteca de Arqueologia*;
- ix. Revisão do articulado relativo ao “crime de destruição de vestígios” (harmonizada com o Código de Processo Penal) como vista à sua maior operacionalidade;
- x. Introdução de norma relativa à “denúncia obrigatória”, em articulação com o artigo 242.º do Código de Processo Penal, estabelecendo a obrigatoriedade de denúncia de crime de destruição de vestígios arqueológicos para trabalhadores em funções públicas quanto a crimes de que tomem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

Ainda no âmbito da lei ordinária, deve mencionar-se a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto, publicada no Diário da República n.º

195, I Série-A), nomeadamente o seu artigo 14.º que define que a incorporação de bens arqueológicos móveis provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos é efectuada em museus, preferencialmente integrados na Rede Portuguesa de Museus. Esta disposição é muito relevante para a valorização dos espólios e colecções arqueológicas e consolida a tese que sustenta a propriedade pública dos mesmos. Contudo, a sua aplicação tem sido dificultada pela dimensão e natureza da estrutura museológica nacional, nomeadamente no que respeita aos museus de Arqueologia ou com colecções de Arqueologia.

2.1.3. Regulamento de Trabalhos Arqueológicos

No ordenamento jurídico português, a actividade arqueológica carece de licenciamento pelo Estado. Embora tal não esteja efectivamente expresso nos textos legais, esta obrigatoriedade decorre da acepção segundo a qual os bens arqueológicos imóveis, ou seja, os sítios arqueológicos, são Património nacional, ou seja, bem comum (Gonçalves, 2003, p. 111; Fabião, 2006, p. 37). Este bem é considerado em duas vertentes: a científica e a patrimonial. A acepção científica baseia-se no facto dos sítios arqueológicos (restos materiais que os integram), se decodificados pelos arqueólogos de forma científica, contêm informação (dados) passível de gerar conhecimento histórico, que é um bem comum (Silva, 2005b, p. 87). Na acepção patrimonial considera-se que os bens arqueológicos imóveis, vestígios materiais das sociedades pretéritas (Silva, 2005b, p. 87), constituem, materialmente, Património Cultural comum, ou seja, são “testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante”, constituindo “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”, carecendo de protecção e valorização (LBPC/2001, Anexo 49). Em ambas acepções, acresce que os bens arqueológicos imóveis, ou seja, os sítios arqueológicos, são um recurso finito e não renovável (Jorge, 1983, p. 3; Zilhão, 2000a, p. 8; Silva, 2005b, p. 87); e que a actividade arqueológica se reveste, frequentemente, de natureza intrusiva e, por isso, e destrutiva (Valera, 2008b). Os procedimentos de licenciamento público da actividade arqueológica funcionam assim, como mecanismo de controlo e gestão do Património arqueológico imóvel e da informação recolhida na actividade desenvolvida sobre ele. O licenciamento de qualquer intervenção sobre os sítios arqueológicos pelo Estado

representa a validação, pela comunidade nacional, da intervenção sobre um bem que lhe pertence.

Esta perspectiva foi comumente aceite entre a comunidade arqueológica portuguesa, com excepções muito pontuais (Alarcão, 1989, p. 83 e 86). Contudo, no âmbito do debate sobre a eventual constituição de uma ordem profissional, foi discutida a possibilidade de implementação de um sistema de credenciação profissional (Silva e Correia, 1998, p. 62; Marques, 1994, p. 86; Almeida, 2007a, p. 103) que eventualmente dispensasse o licenciamento de trabalhos arqueológicos.

Com já foi referido, a regulamentação da actividade arqueológica remonta, pelo menos, aos anos 30 do século XX (Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril de 1932, Anexo 5; Decreto-Lei n.º 26.611 de 10 de Maio de 1936).

Em 1960, o primeiro RTA (a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho (Anexo 6) regulou a actividade arqueológica (“actividade dos campos de trabalho destinados a explorações arqueológicas”) confirmando, em grande parte, a legislação anterior. Reafirmava-se a obrigatoriedade de autorização prévia pelo Estado (Ministro da Educação Nacional), requeria-se “reconhecida competência” ao arqueólogo que dirigia os trabalhos, determinava-se a obrigatoriedade de entrega de um relatório no final dos mesmos e definiam-se os procedimentos de depósito do espólio. Esta Portaria conferia especial atenção à constituição da equipa de campo e às condições específicas para a participação de estrangeiros na actividade arqueológica, no que pode ser interpretado como um claro sinal da importante posição relativa dos arqueólogos estrangeiros (Bugalhão *et al.*, no prelo).

Em 1965 foi publicado novo regulamento da JNE (Anexo 7), documento legal fundacional no que respeita à gestão pública da actividade arqueológica (essencialmente o seu Artigo 19.º). Este regulamento atribuiu à 1.ª Subsecção da 2.ª Secção a competência de emissão de parecer sobre “a realização de sondagens, escavações e outros trabalhos de exploração arqueológica” e “a realização de quaisquer trabalhos em imóveis não classificados mas de interesse arqueológico”. Foram também estabelecidos os procedimentos formais de licenciamento da actividade arqueológica, nomeadamente os clássicos pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos (PATA) (Anexo 10).

No início do período em estudo, em 1970, ou mesmo antes, a necessidade de revisão desse normativo e de disciplinar a actividade arqueológica era bastante referida pela comunidade arqueológica (Almeida, 1970b, p. 367; Raposo, 1971; Oleiro, 1974, p. 18 e 22; Lemos, 1992, p. 55). No arquivo da Comissão Organizadora do ISPCN conserva-se um parecer da mesma datado de 16 de Março de 1978, que afirma que “pelo menos desde 1972 que a extinta J.N.E. começou a ocupar-se do problema debatendo-o larga e exaustivamente. Como primeiro passo nesse sentido elaborou um projecto de RTA que considerou elemento fundamental e básico para a organização dos planos nacionais de escavações” (Anexo 62). Durante os anos que antecederam a publicação no novo RTA/78, parece verificar-se alguma indistinção entre os conceitos de “planificação” e “regulamentação” da actividade arqueológica, mas neste documento a regulamentação é referida claramente com um elemento essencial da planificação.

Em parecer da 1.ª Sub-Secção da 2.ª Secção da JNE datado de 14 de Novembro de 1975, era referida “a urgente necessidade de fixação de normas reguladoras da actividade arqueológica, que permitam a organização de planos nacionais e evitem uma descoordenação e indisciplina que reveste aspectos profundamente negativos” (Anexo 11). O projecto de RTA preparado pela 1.ª Sub-Secção da 2.ª Secção da JNE foi aprovado em reunião realizada em 11 de Janeiro de 1974 (que se julga corresponder ao documento conservado no arquivo da JNE, Anexo 11). Este projecto de regulamento foi remetido ao Governo da época, mas o seu percurso terá sido interrompido pelos acontecimentos decorrentes da revolução de 25 de Abril de 1974.

Após esta, a 29 de Junho de 1974, em pleno ambiente revolucionário, reuniu no Ateneu Comercial de Lisboa um Plenário de Arqueólogos, cuja convocatória explicitava o objectivo “de se organizarem a nível nacional as actividades arqueológicas, que até agora têm sido levadas a cabo sem sistematização e sem o apoio legal e económico das entidades oficiais” (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 1; Pereira, 2014; Anexo 61). Assim, foi apresentada uma proposta de decreto-lei regulador das actividades arqueológicas, cuja elaboração final foi remetida para a Comissão Coordenadora então eleita e a sua votação para um plenário seguinte que não chegou a ocorrer (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 1).

Os arquivos da JNE e da Comissão Organizadora do ISPCN guardam documentos que testemunham as tentativas da 1.ª Sub-Secção da 2.ª Secção da JNE e da Subcomissão

de Arqueologia da Comissão Instaladora do ISPCN para recolocar o assunto à consideração da tutela política em Outubro de 74, Novembro de 1975, Janeiro de 1976, Janeiro de 1978 e Março de 1978 (Anexos 11 e 62). Em Janeiro de 1976, uma informação então elaborada pelo Secretário da 1.^a Sub-Secção da 2.^a Secção da JNE referia que “atendendo a que o Regulamento foi elaborado tendo em atenção o condicionalismo então existente no país e considerando, por outro lado, que tal condicionalismo foi alterado pelos acontecimentos do “25 de Abril”, parece que o projecto em causa deveria ser de novo presente à 1.^a Subsecção para que esta se pronunciasse sobre as alterações indispensáveis a introduzir-lhe, de modo a adaptá-lo às circunstâncias especiais que o país atravessa e a poder responder ao novo ritmo de actividades e participações locais que se pretende imprimir ao processo socialista em marcha, intuito este que a proposta agora apresentada visa alcançar”. Então “por despacho ministerial de 22 de Janeiro de 1976 foi determinado que se procedesse à revisão do projecto de regulamento, o que se concluiu em 27 de Maio” (Anexo 62). Após nova revisão, o projecto de portaria viria a ser apresentado ao governo em Maio de 1977 (Anexo 12) e, novamente, no início de 1978 (Anexo 62).

Apesar da já referida intenção de adaptar o RTA com as “alterações indispensáveis (...) ao processo socialista em marcha”, o projecto apresentado em Maio de 1977 é em tudo idêntico ao projecto terminado por volta de Janeiro de 1974, substituindo-se apenas o órgão decisório (da JNE para o ISPCN). A versão final do regulamento viria a ser finalmente publicada em 12 de Maio de 1978 (RTA/78) (Anexo 14) e corresponde integralmente a esta versão, somente com a alteração do órgão decisório, neste caso para Comissão Organizadora do ISPCN.

Assim, um dos aspectos caracterizadores neste processo legislativo foi a profusão de protagonistas. Nestes anos, trabalharam simultânea ou sucessivamente na redacção do regulamento a JNE, a DGPC-1, a “Comissão Coordenadora” eleita no Plenário de Arqueólogos em 1974 (Anexo 61), a Comissão Organizadora do ISPCN, a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia (Silva, 2002a, p. 306) e, eventualmente, outras entidades. Aliás, pode concluir-se que o RTA do Portugal democrático foi de facto escrito ainda durante o Estado Novo, “à mesa” da JNE (Coelho, 2018).

Entretanto, na sequência da extinção da JNE em 1977, o Decreto-Lei n.º 1/78 de 7 de Janeiro tinha transferido para a Comissão Organizadora do ISPCN (integrante da

orgânica da Secretaria de Estado da Cultura) as competências de licenciamento da actividade arqueológica (ponto 2.2.3.).

No RTA/78 (Anexo 14) recuperam-se e mantêm-se alguns elementos do anterior “regulamento” de 1960, como é o caso da necessidade de autorização do Estado para realização de trabalhos arqueológicos (artigo 1.º e ss), a imposição de restrições a arqueólogos estrangeiros (n.º 2 do artigo 11.º), a designação do arqueólogo responsável como fiel depositário do espólio recolhido (n.º 2 do artigo 10.º) e os procedimentos relativos ao depósito provisório do espólio (artigo 15.º). As principais características do novo regulamento relacionam-se com a densificação da sua função regulamentar e procedimental, estipulando-se prazos, relações entre os intervenientes na actividade arqueológica e o Estado e passos do procedimento administrativo (Bugalhão, 2015, p. 41), bem como sanções por incumprimento (cancelamento ou não concessão de novas autorizações, artigos 8.º e 9.º)⁷. Seguindo a tendência da época, este regulamento impõe a integração dos trabalhos no “plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos” (artigo 6.º) (Silva, 2015, p. 16), subordinada à avaliação do “interesse e oportunidade dos trabalhos” (artigo 5.º).

Mas, a maior inovação do RTA/78 talvez seja a consolidação da figura da direcção científica, relativa à imediata, intransmissível, efectiva e continuada orientação dos trabalhos (artigo 10.º), tarefa atribuída ao “arqueólogo a quem tiver sido concedida a autorização ou que for designado como responsável”. Em substituição da anterior “reconhecida competência”, não são estabelecidos critérios específicos de acesso a esta função, requerendo-se apenas idoneidade do arqueólogo responsável e a garantia de meios financeiros, científicos e técnicos (artigo 5.º). Contudo, no impresso de PATA (publicado em anexo ao RTA/78), o requerente/responsável tinha de indicar as suas qualificações, “títulos, trabalhos e publicações”, deduzindo-se que estes elementos eram indispensáveis e objecto de apreciação. O requisito das informações relativas à equipa praticamente desaparece.

O RTA/78 detalhou o conteúdo do relatório dos trabalhos arqueológicos (no artigo 13.º, a que se junta em 1979, a distinção entre relatórios preliminares e finais estabelecida na alteração promovida pela Portaria n.º 195/79, Anexo 14). Incluía as

⁷ Apesar destas disposições o incumprimento na entrega de relatórios de trabalhos arqueológicos persistiu em níveis muito elevados (Silva, 1983, p. 17).

primeiras referências legais à publicação dos resultados dos trabalhos arqueológicos e à conservação dos sítios “pós-intervenção” (artigo 5.º), estabelecia os procedimentos de incorporação definitiva, distinguindo-a do depósito provisório (artigos 15.º e 16.º) e enunciava o critério da valorização e equilíbrio entre as colecções de museus nacionais e regionais, referindo-se à necessidade destes oferecerem as “necessárias condições” (n.º 2 do artigo 16.º).

Por fim, o novo RTA integrou um reforço do papel do Estado, ou seja, da sua função tutelar, designadamente: na alínea d) do artigo 9.º - “as autorizações podem ser canceladas (...) desde (...) que, dada a importância excepcional dos resultados obtidos ou dos monumentos descobertos, os trabalhos dev[a]m prosseguir sob a imediata orientação dos competentes serviços oficiais”; no artigo 11.º - “a execução dos trabalhos poderá ser acompanhada por delegados da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural sempre que for superiormente determinado, sem prejuízo das atribuições dos serviços de inspecção”; e no artigo 14.º - “não é permitida, antes de apreciada pela Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural a publicação do relatório”, que poderia ser directamente promovida pelo Estado. Este reforço do papel do Estado relaciona-se com a consolidação da sua estrutura administrativa e dos procedimentos burocráticos e conduzirá, progressivamente, ao desaparecimento da distinção entre órgão instrutório e decisório. A partir de 1980, a competência de autorização de trabalhos arqueológicos é transferida definitivamente os órgãos da administração do Estado, sem necessidade de parecer de qualquer órgão consultivo, nem de intervenção do órgão político.

O RTA/78 (Anexo 14) vigorou até 1999 e foi um dos principais elementos da definição da actividade arqueológica e da profissão de arqueólogo, como hoje as conhecemos (Bugalhão, 2015, p. 41). Contudo, durante esses vinte e um anos, foi sendo sentida a necessidade da sua revisão (Caninas e Henriques, 1980, p. 8; Jorge, 1985, p. 179; Real, 1993c, p. 50; Deus *et al.*, 2007, p. 105) e apresentadas propostas nesse sentido, principalmente a partir de Novembro de 1995, com a constituição da Comissão Instaladora do IPA e em 1997, após a criação do IPA (Anexo 30).

A necessidade de revisão do RTA centrava-se em aspectos específicos que à época se consideravam desregulados e geradores de disfunções na actividade arqueológica,

como sejam: a definição de trabalhos arqueológicos (alargando o conceito contido na LPC/85); os requisitos habilitacionais e curriculares do arqueólogo responsável - director científico; a salvaguarda do Património arqueológico e a consequente necessidade de implementação de procedimentos de Arqueologia preventiva; a adaptação do RTA à Convenção de Malta aprovada em 1992; a submissão da actividade arqueológica de investigação a prévia avaliação de mérito científico; a regulação do financiamento da actividade arqueológica, nomeadamente através do estabelecimento de planos plurianuais de financiamento à investigação; a propriedade dos bens arqueológicos; a regulação e regularização dos procedimentos de depósito do espólio, incluindo documentação de campo; a promoção da publicação científica dos resultados da actividade arqueológica; a especificidade da actividade arqueológica subaquática.

Finalmente, o IPA granjeia a publicação do novo regulamento. No RTA/99 (Anexo 47), a perspectiva da salvaguarda era dominante, pretendendo-se “acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por intervenções humanas de diversa natureza e dimensão, que passa, assim, a merecer atenção prioritária” (preâmbulo). Este regulamento tinha um carácter eminentemente programático, com o propósito de alterar a realidade de acordo com um programa teórico que se pretendia implementar - a Arqueologia preventiva (Zilhão, 1997a, p. 83; Bugalhão, 2015, p. 41). Outros objectivos igualmente enunciados eram a desburocratização, o incentivo à interdisciplinaridade, a conservação dos sítios arqueológicos, a gestão adequada dos espólios recolhidos, o estudo e publicação dos resultados dos trabalhos arqueológicos. São muitas as normas anteriores que se mantêm em vigor, mas o RTA/99 tem diversas novidades. Neste regulamento os níveis do licenciamento e do financiamento da actividade arqueológica foram diferenciados de forma clara, sendo que o regulamento se destinava essencialmente a normalizar o licenciamento (artigo 4.º e 5.º). Foi imposta a notificação à autarquia sobre os trabalhos autorizados para o seu território (artigo 5.º) e explicitada a função inspectiva do Estado sobre a actividade arqueológica (n.º 3 do artigo 9.º).

O conceito de trabalhos arqueológicos foi clarificado e alargado, relativamente ao contido na LPC/85 (artigo 2.º). Introduziu-se finalmente uma categorização da actividade arqueológica, para os trabalhos de investigação, valorização, prevenção e

emergência (artigo 3.º), bem como o planeamento e financiamento plurianual para a mesma (artigo 4.º) (Silva, 2015, p. 16).

Foram estabelecidos requisitos habilitacionais - titularidade de licenciatura ou grau académico de nível superior na área da Arqueologia - e curriculares (n.º 1 do artigo 5.º) (Silva, 2015, p. 16), de acordo com os critérios já estabelecidos para o acesso à carreira de arqueólogo na função pública (Anexo 39).

Foi explicitado conceito de reserva/prioridade científica (artigo 11.º) e concedida alguma especificidade à Arqueologia em meio urbano (n.º 2 do artigo 7.º; n.º 5 do artigo 11.º). Foram criadas regras específicas para a escavação de contextos de necrópole (artigo 8.º) (Silva, 2015, p. 16) e implementados os estudos arqueocientíficos (artigo 13.º).

Foram reforçadas as normas relativas ao depósito de espólio recolhido, que passou a incluir a documentação necessária à sua compreensão e manuseamento (artigos 5.º e 16.º) e foi esboçada pela primeira vez a ideia de uma “rede de depósitos” para espólio arqueológico (n.º 3 do Decreto-Lei e n.º 3 do artigo 16.º do RTA/99) e imposto o critério da não dispersão de espólios de cada sítio arqueológico (n.º 6 do artigo 16.º).

Foram definidos prazos para publicação científica dos resultados dos trabalhos arqueológicos (artigo 15.º) e estabelecida a ligação da publicação à política editorial do IPA - série monográfica *Trabalhos de Arqueologia* e *Revista Portuguesa de Arqueologia* (n.º 3 do artigo 15.º). No que respeita à divulgação mais geral dos resultados dos trabalhos arqueológicos, é referida a disponibilização de resumos dos trabalhos na Internet (n.º 2 do artigo 15.º).

Embora o objectivo do RTA/99 (Anexo 47), de implantação generalizada de procedimentos de Arqueologia preventiva, tenha sido *grosso modo* alcançado, os restantes e não menos relevantes, permaneceram em grande parte por cumprir: a qualificação científica da actividade arqueológica, a implementação da investigação e publicação associadas e decorrentes dos trabalhos arqueológicos e a gestão de espólios foram áreas de concretização muito insuficiente deste regulamento, não obstante as evoluções positivas verificadas. Por outro lado, o objectivo algo subliminar e latente do diploma, a “moralização” do sistema, também ficou aquém das expectativas, muito devido ao enorme crescimento da actividade arqueológica. Por

fim, verificou-se um grau de incumprimento muito acentuado do RTA/99, durante o seu período de vigência (Bugalhão, 2011, p. 23-24).

Neste contexto, durante muito tempo, considerou-se que mais importante que rever o RTA/99 seria dar-lhe devido cumprimento (Bugalhão, 2015, p. 42). Contudo, a profunda alteração da realidade na actividade arqueológica ocorrida a partir do final dos anos 90 do século XX contribuiu para uma rápida desactualização do RTA/99, que se tornou, rapidamente, desajustado, insuficiente, na opinião de alguns, obsoleto. A exigência de revisão do RTA/99 instalou-se na comunidade arqueológica (principalmente nos sectores mais ligados à Arqueologia por contrato e empresarial, crescentemente predominante), escassos anos após a sua publicação (Raposo, 2003b, p. 134; Silva, 2003e, p. 147-149).

Os primeiros trabalhos com vista à efectiva revisão do RTA/99 terão ocorrido no IPA entre 2003 e 2005, quando foi redigido um primeiro documento de trabalho (Real e Alfaro, 2006), infelizmente não localizado no *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*. Este incluía referências aos problemas essenciais que se vinham sentindo na aplicação do RTA/99, nomeadamente: os requisitos académicos para a direcção de trabalhos arqueológicos no contexto de Bolonha, o alargamento de responsabilidade a pessoas colectivas nos trabalhos arqueológicos, o enquadramento dos trabalhos de âmbito académico (mestrados e doutoramentos), a compatibilização entre a Arqueologia preventiva e de investigação, a prioridade científica, a segurança e os acidentes de trabalho, o sancionamento por incumprimento do RTA e a clarificação de aspectos processuais como: renúncia à direcção de trabalhos, distinção entre relatórios de progresso, preliminares e finais, elementos de relatórios específicos de trabalhos no âmbito de AIA ou subaquáticos, imposição de prazos para apreciação de relatórios (e não apenas para a sua entrega), disponibilização pública dos relatórios. Este processo não teve desenvolvimento significativo, tendo ficado “na gaveta” provavelmente devido ao processo de desagregação do IPA.

Em Outubro de 2008, no IGESPAR, retomou-se o processo de revisão e foi produzida uma versão colocada à consulta e discussão das entidades interessadas em Janeiro e Fevereiro de 2010 (Anexo 55)⁸. Esta segunda versão, embora mais trabalhada, não se

⁸ Foi contactado um conjunto alargado de entidades, estando registadas participações, formais e informais, das DRC1, Instituto dos Museus e da Conservação, APA, AAP, Universidades do

distinguiria significativamente da anterior. Contudo, introduz alguns elementos novos: primeiro esboço de tipificação das entidades que intervêm na actividade arqueológica (que contratam, que são contratadas ou subcontratadas, que enquadram) e o papel dos cadernos de encargos. O elemento mais curioso neste documento é a inadequada tentativa de resolução, no âmbito do RTA, da confusão de competências entre o IGESPAR e as entretanto criadas DRC1 implantada pela reforma orgânica do sector do Património Cultural do Estado, desenvolvida em 2007, no âmbito do PRACE (ponto 2.2.6.).

Entre os meses de Março e Junho de 2010, prosseguiram os trabalhos de revisão com o envolvimento de um conjunto de arqueólogos das então Extensões Territoriais do IGESPAR (muito experientes na gestão corrente da actividade arqueológica). Esta “terceira versão” foi remetida ao Governo, em Junho de 2010, mas terá sido bloqueada pela lacuna de um procedimento legal de credenciação de empresas de arqueologia (Anexo 55). Em Junho de 2011, a proposta de revisão do RTA foi novamente submetida à tutela política, mas o contexto político não era propício e o processo não teve seguimento (Bugalhão, 2015, p. 43).

A revisão do RTA é retomada apenas em Outubro de 2012. O texto é novamente sujeito a revisão, uniformização de redacção, explicitação de conceitos e terminologia, num esforço de simplificação e clarificação. Nesta fase, também é redigido o preâmbulo que expõe a fundamentação e contextualização do novo regulamento. A versão do RTA resultante desta fase dos trabalhos de revisão foi sujeita a uma consulta e discussão limitada⁹. Em Janeiro de 2013, foi remetida ao Secretário de Estado da Cultura (Anexo 55) e, em Junho de 2013, à Presidência do Conselho de Ministros, para a fase final do processo legislativo, que decorreu até Agosto de 2014 (Bugalhão, 2015, p. 44). Após este longo processo, o novo RTA/2014 (Anexo 60) é aprovado em Conselho de Ministros a 11 de Setembro, promulgado pelo Presidente da República em 28 de Outubro e publicado em Diário da República em 4 de Novembro de 2014.

Minho, Porto, Coimbra, Lisboa, Nova de Lisboa, Évora, Algarve, Instituto Politécnico de Tomar e empresas de arqueologia (Arqueohoje, Crivarque, Dryas, Era, Archeoestudos e Arqueologia e Património), bem como um conjunto alargado de arqueólogos que também se pronunciaram individualmente e mais ou menos informalmente.

⁹ Junto das DRC2 e em consultas informais a arqueólogos da DGPC e outros.

As principais características do RTA/2014 começam por ser plasmadas no seu preâmbulo, no qual se expõe a sua fundamentação e contextualização, enunciando claramente o principal objectivo da actividade arqueológica: a produção de conhecimento histórico, com base em procedimentos científicos. Salienta-se também a referência deliberada a um conjunto de instrumentos e infra-estruturas ao dispor do Estado e dos cidadãos para a gestão do Património arqueológico, designadamente o sistema *Endovélico*, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, a *Biblioteca de Arqueologia*, a *Revista Portuguesa de Arqueologia* e a série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*. O Regulamento inclui um artigo (2.º) de definições, embora, infelizmente com algumas imprecisões (Bugalhão, 2015).

Um dos aspectos fundamentais do RTA/2014 foi a formalização da submissão electrónica dos pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos, via *Portal do Arqueólogo*, em funcionamento desde 2012. O *Portal do Arqueólogo* foi um passo decisivo para a desburocratização e o aumento de eficiência e eficácia no licenciamento de trabalhos arqueológicos, especialmente num contexto de elevada dispersão de competências por várias entidades (Sousa, 2013, p. 42).

No RTA/2014 destaca-se a clara definição dos requisitos académicos e curriculares para acesso à direcção científica de trabalhos arqueológico (no contexto posterior à implementação de Bolonha) (Silva, 2015, p. 16) e a introdução do conceito de adequação curricular à direcção de cada trabalho arqueológico específico (artigo 4.º; ver ponto 5.1.).

A figura de direcção científica mantém-se em grande parte inalterada, mas são explicitados os direitos e deveres associados e o seu âmbito foi claramente alargado às fases subsequentes ao trabalho de campo, nomeadamente à publicação e depósito do espólio. Foi esclarecido em definitivo o carácter solidário e não hierarquizado da co-direcção científica (artigo 5.º). O conceito de reserva científica é clarificado e regulamentado (artigo 10.º).

Foi introduzido um novo artigo relativo aos trabalhos arqueológicos de investigação programada (artigo 8.º), impondo a obrigatoriedade de avaliação científica através da criação da figura do *Painel Nacional de Avaliação* (em articulação com os demais mecanismos do sistema científico nacional). Os níveis da avaliação técnica e formal e do financiamento são separados do processo de avaliação científica. Este modelo de

gestão da actividade arqueológica de investigação foi posteriormente desenvolvido nas Circulares relativas aos *Projectos de Investigação Plurianuais de Arqueologia* (PIPA, Anexo 58) (ponto 2.1.8.).

Foram fixados os conceitos de entidade contratante e enquadrante (Silva, 2015, p. 16) e estabelecidos os seus direitos e deveres, nomeadamente no que se refere à salvaguarda dos bens arqueológicos móveis e imóveis (n.º 6 do artigo 5.º), à entrega de relatórios, ao depósito do espólio, ao estudo e publicação dos resultados (alínea a) do n.º 7 do artigo 6.º) e à segurança durante os trabalhos (artigo 12.º). Foram harmonizados os prazos relativos à entrega de relatórios, publicação de resultados, depósito e incorporação de espólio e reserva científica, conforme as categorias de trabalhos. Foi estabelecida uma definição abrangente de espólio arqueológico e foram aprofundadas e explicitadas as regras de depósito e organização das colecções (artigo 18.º). A notificação às autarquias foi alargada à comunicação de aprovação do relatório final (n.º 5 do artigo 16.º).

Por fim, merece menção no RTA/2014 a introdução ou consolidação das vertentes da divulgação, sensibilização e educação patrimonial, dirigidas ao público em geral, não especializado (preâmbulo, artigo 3.º, n.º 1 do artigo 7.º e n.º 1 do artigo 15.º).

O RTA/2014 (Anexo 47) contém na sua natureza e motivação uma diferença significativa relativamente ao seu antecessor (Bugalhão, 2015, p. 45-45). Este regulamento surge na sequência das grandes alterações do contexto em que se desenvolve a actividade arqueológica portuguesa ocorridas entre o final dos anos 90 do século XX e a primeira década do XXI (Bugalhão, 2011, p. 22-33; Sousa, 2013, p. 39-40). Trata-se portanto de um regulamento reactivo e pragmático, por contraposição ao carácter programático, estratégico e prospectivo do RTA/99. No mesmo sentido, convém também sublinhar que o RTA/2014, ao contrário do anterior, foi elaborado com base na prática concreta de gestão da actividade arqueológica nos anos precedentes, ou seja, na experiência dos organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia e dos arqueólogos, durante a vigência do regulamento anterior. Com base nesta experiência e no diagnóstico de alguns problemas sistémicos, pretendeu-se encontrar soluções normativas eficazes.

2.1.4. Regulamentação da actividade arqueológica em meio subaquático

Desde muito cedo, o regime jurídico português consagrou um enquadramento específico aos achados arqueológicos fortuitos em meio subaquático (Decreto-Lei n.º 416/70 de 1 de Setembro, Diário do Governo n.º 202, Série I e Decreto-Lei n.º 577/76 de 21 de Julho, Diário da República n.º 169, Série I), distinguindo os achados subaquáticos arqueológicos (“com interesse científico ou artístico”) dos demais e atribuindo-lhes protecção legal acrescida e estatuto de Património Cultural e propriedade do Estado (Anexo 8) (Alves, 2002, p. 256; Bugalhão, 2014, p. 20; Bugalhão, 2018b, p. 178-179).

Como já foi referido, a legislação de base, a LPC/85 (Anexo 21) e LBPC/2001 (Anexo 49), e o RTA/99 (Anexo 47) incluem referências explícitas ao Património arqueológico conservado em meio húmido e subaquático. Nos anos 80 e 90 do século XX foram formalizadas estruturas orgânicas para a gestão da Arqueologia subaquática, a nível consultivo (Comissão Nacional Provisória de Arqueologia Subaquática, IPPC, 1982; Comissão do Património Cultural Subaquático, IPPAR, 1993) e executivo (Divisão de Arqueologia Subaquática, IPPC, 1990, Anexo 23; Divisão do Património Subaquático, IPPAR, 1994). Estas últimas nunca chegaram a existir de facto, almejando-se a criação de um serviço nacional e especializado para este objectivo (Silva, 1987, p. 6; Alves, 1989, p. 101; Alves, 1995, p. 111; Anexo 74).

Entre 1993 e 1995, foram publicados dois diplomas legais (Decreto-Lei n.º 289/93 de 21 de Agosto, Diário da República n.º 196, I Série-A, regime jurídico património cultural subaquático; Portaria n.º 568/95 de 16 de Junho, Diário da República n.º 137, Série I-B, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos Subaquáticos, Anexo 27) que, ao arripio do processo internacional que decorria na UNESCO com a participação de representantes do Estado Português (ponto 2.1.1.), visavam a legalização da exploração comercial da actividade arqueológica subaquática, com prejuízos para aquele Património Cultural e para o carácter científico daquela actividade (Silva, 2002a, p. 310). Estas iniciativas mereceram forte contestação de diversos sectores da sociedade portuguesa, muito especialmente de arqueólogos, arqueólogos subaquáticos e personalidades especialmente interessadas na defesa dos patrimónios do mar (Alves, 2002, p. 258). Em Julho de 1995, no Instituto Superior Técnico em Lisboa, decorreu uma sessão de debate público organizada pela associação *Arqueonáutica*, *Centro de Estudos sobre a*

legislação da Arqueologia subaquática em Portugal. Participaram neste debate arqueólogos e outros académicos e representantes das mais importantes associações da Arqueologia portuguesa, tendo sido aprovada uma moção pedindo a revogação do Decreto-Lei nº 289/93 de 21 de Agosto. Os resultados desta sessão estão sintetizados na publicação sugestivamente intitulada *Arqueologia ou Caça ao Tesouro? Livro Branco. Para um debate sobre a legislação do património arqueológico subaquático em Portugal* (AAVV, 1995) e culminaram na revogação daqueles diplomas legais, em 1995. Esta decisão colocou Portugal na vanguarda mundial no que respeita ao regime jurídico para o Património Cultural subaquático. O Património arqueológico náutico e subaquático é património nacional e logo a intervenção sobre ele restringe-se à esfera da investigação científica, salvaguarda, divulgação e fruição públicas (Bugalhão, 2014, p. 20; Bugalhão, 2018b, p. 179).

Na sequência da criação do IPA e no contexto da renovação do regime jurídico nacional para o Património arqueológico, em 1997, foi publicado o Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho (Diário da República n.º 146, I Série-A) (Anexo 38), ainda em vigor, que harmoniza a legislação que rege a actividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à actividade arqueológica em meio terrestre. Este diploma legal é fortemente influenciado pela rejeição da “exploração comercial da actividade arqueológica subaquática” e da concessão “da exploração comercial do património cultural subaquático” (preâmbulo). Ou seja, afirma-se a exclusividade do carácter científico, de investigação, valorização ou salvaguarda da intervenção sobre contextos arqueológicos subaquáticos (Bugalhão, 2014, p. 20; Bugalhão, 2018b, p. 179). Este diploma reuniu diversos contributos dispersos em anteriores propostas legislativas (nomeadamente em algumas das propostas de revisão do RTA), nomeadamente a muito pormenorizada definição de Património Cultural subaquático, que aqui se reproduz:

“Artigo 1.º

Património cultural subaquático

1 - O património cultural subaquático é constituído por todos os bens móveis ou imóveis e zonas envolventes, testemunhos de uma presença humana, possuidores de valor histórico, artístico ou científico, situados, inteiramente ou em parte, em meio subaquático, encharcado ou húmido:

- a) No mar territorial, seus leitos e margens;
- b) Nos cursos de água, seus leitos e margens;
- c) Nos lagos, lagoas e lagunas, seus leitos e margens;

- d) Nos cais e valas, seus leitos e margens;
 - e) Nas águas sujeitas à influência das marés nos rios, lagos, lagoas e lagunas, seus leitos e margens;
 - f) Nos pântanos;
 - g) Nas águas subterrâneas;
 - h) Nas águas dos poços e reservatórios;
 - i) Nas zonas inundadas periodicamente ou actualmente assoreadas, seus leitos e margens, desde que tais trabalhos incidam sobre bens ou indícios de âmbito náutico.
- 2 - Integram ainda o património cultural subaquático os bens que sejam arrojados ou que se encontrem no subsolo das águas e zonas referidas no número anterior.
- (...)
- 4 - São também património cultural subaquático os sítios arqueológicos subaquáticos localizados em zonas submersas onde se encontrem bens culturais que pela sua natureza ou interesse de conjunto ali devam permanecer”.

Os trabalhos arqueológicos subaquáticos são também alvo de definição (artigo 7.º) e é imposto o regime de protecção dos bens arqueológicos subaquáticos “a recolha de bens do património cultural subaquático só é permitida no âmbito de trabalhos arqueológicos subaquáticos devidamente licenciados” (n.º 2 do artigo 3.º). São ainda regulados os procedimentos de inventariação (artigos 3.º a 6.º, 14.º) e dos achados fortuitos (artigos 12.º a 15.º).

Seguindo a orientação contida na Convenção de Malta (Anexo 40), em 20 de Agosto de 1999 é publicada a lei sobre a utilização de detectores de metais (Lei nº 121/99 de 20 de Agosto, Diário da República n.º 194, I Série-A, Anexo 48)¹⁰. Este diploma proíbe a utilização não licenciada “de detectores de metais na pesquisa de objectos e artefactos relevantes para a história, para a arte, para a numismática ou para a arqueologia (...) em monumentos e sítios arqueológicos” (artigo 1.º). O licenciamento para uso de detectores de metais é permitido para prospecção arqueológica, ou seja, no âmbito da actividade arqueológica, “em função dos objectivos a atingir, dos locais a prospectar e da idoneidade científica do interessado” (artigo 2.º).

Na primeira década do século, foram produzidas circulares para apoio à regulamentação específica da actividade arqueológica subaquática: a Circular - Acções de formação Actividade Arqueológica Subaquática Preventiva, IPA, 2005; e a Circular - Património Cultural Subaquático. Norma 2010/01 de 12 de Agosto. Directiva sobre a apresentação de relatórios finais relativos a prospecções arqueológicas subaquáticas

¹⁰ Esta regulamentação vinha sendo preparada desde o início da década de 90 (Real, 1993b, p. 309).

recorrendo ao uso de métodos geofísicos de detecção remota, IGESPAR, 2010 (Anexo 15).

O regime jurídico de protecção do Património arqueológico subaquático em Portugal foi reforçado em 2006 com a ratificação pelo Estado Português da já referida Convenção sobre o Património Subaquático (Anexo 51) (Bugalhão, 2015, p. 20; Bugalhão, 2018b, p. 179).

2.1.5. Regulamentação e regulação da actividade arqueológica de investigação

O funcionamento e financiamento da actividade arqueológica de investigação foram normalizados muito precocemente em Portugal. Como foi já referido e à frente será desenvolvido (ponto 7.8.1.), a primeira referência na lei ao financiamento organizado da actividade arqueológica, o “plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos” (Bugalhão, 2015, p. 41), surge no Regulamento da JNE revisto em 1965 (Anexo 7). Segundo este diploma, a preferência no financiamento é conferida a intervenções nas “estações e monumentos de maior importância ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica”, ou seja, mereciam financiamento as intervenções em sítios aos quais era atribuído maior potencial científico. No início dos anos 70, procurava-se ainda a operacionalização deste instrumento (Oleiro, 1974, p. 22).

Com a publicação do RTA/78 (Anexo 14), a autorização de trabalhos arqueológicos depende, em regra da inclusão destes “no âmbito dos planos nacionais de escavações e trabalhos arqueológicos” (artigo 6.º).

No mesmo sentido, a LPC/85 definiu (no n.º 1 do seu artigo 42.º) que “o Ministério da Cultura organizará anualmente um plano de trabalhos arqueológicos, com preferência dos sítios, monumentos e estações de maior importância que corram perigo de destruição ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica”, remetendo para critérios de prioridade onde se conjugam a anterior formulação relativa ao potencial científico dos sítios a intervencionar, com a sua “importância”/valor patrimonial e a eventual necessidade de proceder a trabalhos de emergência ou salvamento (Anexo 21).

A falta de programação da actividade arqueológica de investigação em Portugal foi-se assumindo, crescentemente, como um dos problemas estruturais da nossa

Arqueologia. Assim, na fase de reestruturação do modelo de gestão da Arqueologia “pós-Côa”, em Abril-Maio de 1996, a então Comissão Instaladora do IPA elaborou o “Documento preliminar com vista ao estabelecimento do Regulamento de Projectos de Trabalho Arqueológico (PTA). 1997-1999” e definiu a constituição e regime de funcionamento da respectiva Comissão de Avaliação (Anexo 32). O documento, que foi colocado à discussão entre a comunidade arqueológica (Jorge e Oosterbek, 1997, p. 98), visava precisamente “um efectivo planeamento de acções, por forma a articular as iniciativas da comunidade arqueológica com as prioridades nacionais”, excluindo emergências, arqueologia de prevenção e iniciativas do futuro IPA (que se regeriam por outras regras). Todo o modelo proposto é inovador, destacando-se a natureza plurianual, programada e calendarizada dos projectos elegíveis, a prioridade conferida aos resultados patrimoniais – “investigação de sítios, monumentos, ou paisagens arqueológicas, na óptica da sua valorização, consolidação, restauro, e preparação para visita pública, por forma a servirem os interesses do património nacional” e a promoção das arqueociências. Procurava-se também promover o co-financiamento da investigação arqueológica, reconhecendo a escassez de meios ao dispor do Estado.

Outro aspecto fundamental desta proposta é o cuidado colocado no processo de avaliação. Os projectos seriam avaliados por uma “Comissão de Avaliação” constituída por consultores doutorados externos ao IPA, ou seja, independente do órgão decisor e financiador, com mandato finito (em cada concurso anual seria nomeada nova comissão de avaliação), podendo ainda recorrer-se a “uma bolsa de avaliadores” (doutorados ou com currículo equivalente). A avaliação dos projectos ocorria em regime de anonimado dos respectivos proponentes e era independente da avaliação do mérito da equipa.

Embora a nível processual este modelo assumisse um carácter muito burocrático, foi assumido pelos seus criadores como uma “faceta determinante do futuro da nossa Arqueologia” (Anexo 32). Esta proposta de “Regulamento de Projectos de Trabalho Arqueológico” não vingou, mas muitos dos seus pressupostos foram recuperados nas soluções desenvolvidas posteriormente.

Após a criação do IPA, foi implementado por este organismo, em 1998, um novo modelo de regulação e financiamento da actividade arqueológica de investigação, que recuperou a designação tradicional de PNTA. O processo foi normalizado através do

respectivo “Regulamento do Concurso” (Anexo 43). Também este modelo assentava na relação entre programação plurianual, avaliação e financiamento, tendo contudo desaparecido a prioridade da abordagem patrimonial. Neste Regulamento do PNTA que vigorou entre 1998 e 2003, a prioridade era concedida à “qualidade científica, a capacidade dos proponentes e ao interesse global da intervenção”. Tratava-se de um instrumento misto, de avaliação de mérito científico e de financiamento, que definia como critério de distribuição de recursos financeiros, o mérito científico dos projectos. Impôs-se o carácter independente da avaliação, neste caso assegurada por “peritos nacionais ou estrangeiros de reconhecido mérito e idoneidade”, seguindo o “modelo JNICT” (Zilhão, 1997a, p. 83; Anexos 44 e 93). Este modelo mereceu algumas críticas, nomeadamente relacionadas com a falta de parâmetros critérios pré-definidos de avaliação (Silva, 1999c, p. 19).

No que se refere à regulação da actividade de investigação a LBPC/2001 (Anexo 49) mantém a formulação em vigor, referindo que “constitui particular dever do Estado e das Regiões Autónomas aprovar os planos anuais de trabalhos arqueológicos” (n.º 2 do artigo 76.º), revelando desajuste em relação à já implantada perspectiva de programação plurianual.

Em 2003 é alterado o regime de financiamento da actividade arqueológica de investigação, através da publicação do Despacho Normativo n.º 18-A/2003 de 7 de Maio (Diário da República n.º 105, I Série-B) que aprova Regulamento de Apoio Financeiro ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (Anexo 50). Com a publicação deste regulamento parece ter-se pretendido transformar o PNTA num instrumento destinado exclusivamente ao financiamento, e não à gestão global da actividade arqueológica de investigação, deixando implícita a possibilidade de apenas carecerem de avaliação científica os projectos candidatos a financiamento. Este facto gerou nova fase de desregulação da actividade arqueológica de investigação, entre 2006 e 2012, uma vez que, na ausência de concursos para financiamento, cessou a avaliação científica de projectos de investigação. Salienta-se que este regulamento ainda se encontra, formalmente, em vigor.

Em 2012, o então IGESPAR desenvolveu novo modelo de gestão da actividade arqueológica de investigação, independente da abertura de concursos para apoio financeiro - o modelo PIPA, regulado por meio de Circulares dirigidas à comunidade

arqueológica¹¹ (Anexo 58). O modelo PIPA foi delineado em 2012, durante o processo de revisão do RTA/2014 (Anexo 60) e as suas linhas orientadoras encontram-se vertidas no artigo 8.º daquele. Atendendo à urgência na adopção de normas de regulação da investigação arqueológica e à morosidade do processo legislativo do RTA/2014, a implementação deste modelo de gestão precedeu a publicação do novo RTA.

No modelo PIPA, o formato de apresentação de projectos de investigação para aprovação mantém-se idêntico (embora submetido electronicamente, no *Portal do Arqueólogo*, a partir de 2015), mas estes são sujeitos a dupla apreciação: formal, instruída pelos serviços, e científica da responsabilidade do *Painel Nacional de Avaliação* (“constituído por peritos de reconhecido mérito e idoneidade científica, indicados pelas instituições de investigação e de ensino superior universitário que celebraram protocolos de colaboração com a DGPC), ou por investigadores especializados em temáticas não representadas no Painel Nacional de Avaliação”; Anexo 58). São fixados prazos para os procedimentos de submissão e avaliação dos projectos, e a última obedece a critérios previamente estipulados. A sua constituição é pública e divulgada no *site* da DGPC. Até 2021, funcionaram três Painéis Nacionais de Avaliação (Anexo 58). Os efeitos concretos destes modelos de gestão serão apresentados adiante (ponto 7.8.1.).

Ficam isentos de avaliação os projectos “previamente sujeitos a avaliação de mérito científico por instituições nacionais com competências na área” ou os que contemplem “exclusivamente trabalhos de prospeção, registo e estudo de espólio de carácter não intrusivo” (n.º 4 do artigo 8.º do RTA/2014, Anexo 60).

O modelo PIPA tem (até 2021) a particularidade de não contemplar a concessão de financiamento, ou seja, separou os processos de avaliação científica de projectos de investigação e de processo financiamento dos mesmos, como anteriormente se reclamava (Valera, 2005, p. 153). A abertura de concurso para financiamento dos projectos de investigação no âmbito do PNTA é remetida para um Despacho

¹¹ Circular n.º 1 – 2012. Projectos de Investigação de Arqueologia Plurianuais - Categoria A, de 6 de Agosto; e Circular n.º 1. Projectos de Investigação de Arqueologia Plurianuais (rectificação), de 7 de Dezembro de 2012. Após a publicação do RTA/2014 e para harmonização mútua surge a Circular n.º 1/2015. Projectos de Investigação de Arqueologia Plurianuais, de 27 de Abril (Anexo 58).

Normativo a publicar futuramente (aparentemente, uma revisão do Despacho Normativo n.º 18-A/2003 de 7 de Maio, Anexo 50).

2.1.6. Carreiras específicas da área funcional de Arqueologia

A necessidade de regulamentação pública das diversas profissões e carreiras que trabalham na área funcional da Arqueologia fez-se sentir em todo o período em estudo.

No Plenário de Arqueólogos realizado em Junho de 1974, o objectivo da profissionalização da arqueologia foi claramente enunciado, a alcançar através da criação de postos de trabalho públicos a preencher por concurso, a que poderiam aspirar os arqueólogos “devidamente qualificados”. Nesse âmbito era exigida a criação da licenciatura em Arqueologia (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7 e 9). Em 1975, o Secretariado da Comissão Coordenadora eleita no Plenário referia a necessidade de “criar uma instituição que integre todos os trabalhadores de arqueologia”, incluindo nestes, para além do arqueólogo, o investigador, o prospector, o colector e o topógrafo e “todos aqueles que de algum modo trabalham em arqueologia” (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7). Nesta formulação, embora não necessariamente relativa a uma realidade profissional realmente existente à data, equaciona-se claramente que na área funcional da Arqueologia existiam diferentes tipos de funções/trabalhadores.

Nos anos seguintes, na função pública, vão sendo criadas carreiras na área funcional da Arqueologia. Em 1980¹² foram criadas carreiras de “assistente de arqueólogo e de técnico auxiliar de arqueologia (...), respectivamente, de entre indivíduos habilitados com o curso complementar e curso geral dos liceus e prática profissional adequada, devidamente comprovada, com a duração mínima de dois anos”. A necessidade de definição de carreiras específicas em Arqueologia era sentida de forma especial, precisamente, pelos SRAZ do IPPC, atendendo às tarefas e funções que estes serviços desenvolviam (Dias, 1992, p. 47; Dias, 1998, p. 38-39). No mesmo ano, o quadro do

¹² No n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de Setembro (Diário da República n.º 223, Série I) que cria os Serviços Regionais de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural nas zonas Norte, Centro e Sul do País (Anexo 18).

Museu Nacional de Arqueologia¹³ incluía técnicos auxiliares de conservação e restauro de materiais arqueológicos. Em 1989, a criação das escolas profissionais permitiu o surgimento de oferta formativa para estas carreiras (Dias, 1992, p. 47).

Em 1990, iniciou-se o primeiro curso de Assistente de Arqueólogo na Escola Profissional de Arqueologia (Freixo, Marco de Canavezes) (Dias, 1992, p. 48), mais tarde regulamentado pela Portaria n.º 693/93 de 22 de Julho (Diário da República n.º 170, Série I-B, que cria os cursos de Técnico de Biblioteca e Documentação, Animador Social/Técnico Psicossocial e Assistente de Arqueólogo). Ainda em 1990, o quadro do reestruturado IPPC¹⁴ integrava assistentes de arqueólogo, técnicos auxiliares de arqueologia, desenhadores de arqueologia e técnicos de conservação e restauro (de objectos arqueológicos).

Mas a principal profissão na área funcional da Arqueologia era definitivamente a de arqueólogo, que não mereceu precocemente regulamentação específica ao nível das carreiras da função pública, não obstante os sucessivos apelos (Serrão, 1977, p. 8; Jorge, 1985, p. 179; Gamito, 1989, p. 106)) e os esforços desenvolvidos nesse sentido, documentados, pelo menos, desde os anos 90 do século XX (Anexo 77; cfr. Processo 91/1(136) do *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*). Os arqueólogos dos serviços públicos eram integrados na carreira geral de técnico superior, não tendo por isso conteúdo funcional específico associado ao seu vínculo laboral.

Na sequência das propostas elaboradas na década de 90 (Anexo 77), a Comissão Instaladora do IPA entendeu como tarefa prioritária a criação da carreira de arqueólogo e a regulação das demais carreiras específicas na área da arqueologia já pré-existent (Anexo 35).

Finalmente, após a criação do IPA, foi estabelecido o estatuto das carreiras de pessoal, específicas da área funcional de Arqueologia, no Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho (Diário da República n.º 166, I Série-B) (Anexo 39). Este diploma, referindo que o sector da arqueologia se “ressentia (...), desde longa data, da inexistência de um quadro jurídico que regulasse especificamente toda a gestão das carreiras de pessoal

¹³ Portaria n.º 509/80 de 12 de Agosto (Diário da República n.º 185, Série I) que altera o quadro do pessoal do Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia (Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos).

¹⁴ Decreto-Lei n.º 216/90 de 3 de Julho (Diário da República n.º 151, Série I) que aprova o novo estatuto orgânico do IPPC.

específicas da área funcional de arqueologia” (preâmbulo), cria as carreiras de arqueólogo e de operário de arqueologia, regulamenta as de assistente de arqueólogo e desenhador de arqueologia e extingue a carreira de técnico auxiliar de arqueologia. Os técnicos de conservação e restauro de arqueologia (para bens móveis e imóveis) não foram contemplados neste diploma legal. O diploma incluía em anexo os conteúdos funcionais das carreiras criadas e regulamentadas, no que viria a constituir-se o seu contributo mais relevante e perene. Em Portugal, o processo de construção do conceito de arqueólogo, como ocupação e profissão, foi longo e será abordado adiante (ponto 5.1.). A definição do conteúdo funcional da carreira de arqueólogo contida no Decreto Regulamentar n.º 28/97 foi um dos momentos decisivos deste processo, mantendo-se ainda hoje operativa, não obstante a sua revogação formal.

As carreiras específicas da área funcional de Arqueologia, nomeadamente as de arqueólogo, assistente de arqueólogo e desenhador de arqueologia, foram integradas nos quadros de pessoal de diversos organismos públicos da administração central e, principalmente, local. Estas carreiras viriam a ser extintas pelo Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho (Diário da República n.º 133, Série I), transitando os profissionais para as carreiras gerais dos trabalhadores que exercem funções públicas, constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

2.1.7. Legislação regional

Em 2000, através da Lei n.º 19/2000 de 10 de Agosto (Diário da República n.º 184, I Série-A), a República transferiu para os Governos Regionais a competência de gestão da actividade arqueológica (terrestre e subaquática) nos respectivos territórios.

A Região Autónoma dos Açores aprovou em 2004, o regime jurídico da gestão do património arqueológico no sentido da prevenção, salvamento e investigação do património arqueológico imóvel e móvel na região, através do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A de 24 de Agosto (Diário da República n.º 199, I Série-A). Este diploma foi posteriormente alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2006/A de 10 de Março (Diário da República n.º 50, Série I-A). Em 2018, a Região Autónoma do Açores aprovou novo Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico, o

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A de 16 de Maio (Diário da República n.º 94, Série I).

A Região Autónoma da Madeira não promulgou legislação regional para o Património Cultural ou para a Arqueologia.

2.1.8. Circulares, despachos, memorandos, anúncios

Para além da legislação, os organismos do Estado com competência na gestão da Arqueologia, da actividade arqueológica e do Património arqueológico, recorreram com frequência, a outras formas de regulamentação e de comunicação com a comunidade arqueológica: despachos (publicados em diário oficial ou não), memorandos, anúncios e, principalmente, circulares. Embora a validade legal destes documentos como instrumentos reguladores tenha sido por vezes contestada, estes desempenharam, ao longo do período em estudo, uma importante função de informação, explicitação e pormenorização da legislação em vigor e das orientações e medidas emanadas dos organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia.

As circulares versaram sobre aspectos muito variados da gestão da actividade arqueológica, como sejam, informações sobre os serviços, suas competências e funcionamento, publicitação de decisões e medidas das entidades tutelares, requisitos curriculares de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos, orientações sobre a fiscalização e acompanhamento de trabalhos arqueológicos, orientações sobre tipos específicos de trabalhos arqueológicos (trabalhos arqueológicos de investigação, Arqueologia subaquática, Arqueologia funerária, AIA - Raposo, 2010b, p. 365 -, IGT), orientações sobre entrega de relatórios de trabalhos arqueológicos e explicitação de elementos a incluir em relatório de trabalhos arqueológicos (Anexo 15). A estas juntam-se ainda as relativas a instrumentos de regulação da actividade arqueológica de investigação, PNTA e PIPA (Anexos 58 e 44) e ao apoio às arqueociências e aos estudos arqueométricos (Anexo 42).

Estes documentos orientadores foram divulgados e difundidos de formas muito variadas ao longo do tempo, desde o envio pelo correio, à publicação da revista *Informação Arqueológica* e à afixação nos *sites* oficiais dos organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia.

2.2. Tutela arqueológica. Organismos da estrutura do Estado com competência sobre a Arqueologia

2.2.1. Antecedentes

No final do século XIX, Estácio da Veiga concebe e apresenta um arrojado programa de estruturação e institucionalização da Arqueologia e actividade arqueológica (Gonçalves, 1980b, p. x-xi; Fabião, 1999, p. 112; Silva, 2002a, p. 303; Fabião, 2011, p. 147-148; Carvalho, 2018, p. 83; Fabião, 2018, p. 97-98) que não veio a registar concretização prática (Fabião, 2018, p. 101). Assim, as políticas públicas de gestão do Património Cultural em Portugal começaram a desenhar-se apenas no século XX. Até à implantação da República em 1910 existiram apenas apontamentos pontuais sem coerência ou orientação definida (Custódio, 2010, p. 89). A nível da organização da estrutura do Estado com competências sobre a gestão do Património Cultural, como já foi referido, o Decreto n.º 1 de 26 de Maio de 1911 (Diário do Governo n.º 124, Série I, de 29 de Maio) estruturou os “Serviços Artísticos e Arqueológicos”; o Decreto n.º 5.267 de 19 de Março de 1919 (republicado no Diário do Governo n.º 58, Série I, de 21 de Março de 1919) criou a Direcção Geral de Belas Artes; a Lei n.º 1.700 de 18 de Dezembro de 1924 (Diário do Governo n.º 281, Série I) instituiu o Conselho Superior de Belas Artes (e também os Conselhos de Arte e Arqueologia, substituídos em 1926 pelas Comissões Municipais de Arte e a Arqueologia) (Raposo, 1995b, p. 70); o Decreto n.º 1.638 de 9 de Janeiro de 1929 criou a Junta de Educação Nacional (Diário do Governo, I Série, de 16 de Janeiro de 1929); o Decreto n.º 20.985 de 7 de Março de 1932 (Diário do Governo n.º 56, Série I) criou a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes; e o Decreto 32.125 de 12 de Outubro de 1933 criou a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades (Diário do Governo n.º 232, I Série) (Raposo, 1995b, p. 71).

Finalmente, à Junta de Educação Nacional sucede a JNE, criada pela Lei n.º 1.941 de 11 de Abril de 1936 (Diário do Governo n.º 84, I Série). A JNE era o órgão político, técnico e consultivo do Ministério da Educação Nacional que assegurava a coordenação do sistema educativo e cultural do regime (Raposo, 1995c, p. 14). Era um “órgão de superior dignidade administrativa e extraordinária amplitude de suas funções” (Raposo, 1995b, p. 71; Raposo, 1995c, p. 15), pronunciando-se a pedido do Ministro, a quem pertencia o poder decisório. Integrava membros funcionários e membros nomeados ou em representação institucional (Silva, 1994a, p. 90).

O seu primeiro regimento foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de Maio de 1936. No seu formato inicial, a JNE herdou a configuração e competências do anterior Conselho Superior de Belas Artes, mas conferindo poderes muito abrangentes ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, na gestão do Património e actividade arqueológicas (Fabião, 1999, p. 122). Em 1965, a JNE sofre uma profunda reestruturação, quer na sua orgânica - Decreto-Lei n.º 46.348 de 22 de Maio de 1965 (Diário do Governo n.º 114, I Série) -, quer no seu regulamento - Decreto-Lei n.º 46.349 de 22 de Maio de 1965 (Diário do Governo n.º 114, I Série, Anexo 7), resultando numa maior estruturação e operacionalidade (Raposo, 1995b, p. 71; Raposo, 1995c, p. 15). Esta orgânica subsistiu até ao início do período em estudo no presente trabalho, ou seja, até à extinção do organismo em 1977 (pelo Decreto-Lei n.º 70/77 de 25 de Fevereiro de 1977, publicado no Diário da República n.º 47, I Série).

O organismo integrava oito secções (artigo 2.º), nomeadamente a 2.ª secção - Antiguidades e Belas-artes e a 3.ª secção – Bibliotecas e Arquivos. O § 1.º desse artigo determinava ainda que a 2.ª secção - Antiguidades e Belas-artes – era constituída por cinco subsecções, entre as quais a 1.ª subsecção, de Arqueologia. A 1.ª subsecção (Arqueologia) da 2.ª Secção integrava representantes da DGEMN, Junta de Investigações do Ultramar, Academia Portuguesa de História, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdades de Letras (entre os professores de Pré-História, Arqueologia, Epigrafia, e Numismática), Instituto de Antropologia das Universidades, Museu Numismático Português, AAP, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e Direcção-Geral dos Serviços Geológicos (§ 1.º do artigo 6.º) (Fabião, 1999, p. 123), numa composição representativa dos sectores essenciais da Arqueologia portuguesa da época (Raposo, 1995b, p. 73).

O artigo 19.º do Regulamento definia as competências da 2.ª secção: “definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico da Nação”. À 1.ª subsecção de Arqueologia da 2.ª Secção competia (§ 1.º do artigo 19.º): pronunciar-se sobre realização de trabalhos arqueológicos e outros projectos de escavação dentro das zonas de protecção de monumentos nacionais ou imóveis de interesse público e “em imóveis não classificados mas de interesse arqueológico” (determinando se deveriam decorrer com

o acompanhamento de delegados); promover anualmente “um plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos”, definindo como prioritário o apoio financeiro a intervenções nas “estações e monumentos de maior importância ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica” (Raposo, 1995b, p. 71); promover a Carta Arqueológica de Portugal; propor as normas gerais de execução de trabalhos arqueológicos e documentação a apresentar na sequência destes; propor a incorporação museológica dos objectos recolhidos; estimular o estudo e publicação sobre Património arqueológico; propor ou pronunciar-se sobre a inventariação de bens arqueológicos móveis; pronunciar-se sobre a criação, o funcionamento e os dirigentes de museus arqueológicos; pronunciar-se sobre a constituição e funcionamento de associações dedicadas à Arqueologia; promover a realização e participação em reuniões científicas arqueológicas, dentro e fora do país.

No Ministério da Educação Nacional funcionava também um organismo com competências de natureza mais administrativa e instrutória, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (criada pelo Decreto nº 18.082, de 12 de Março de 1930, Diário do Governo n.º 58, Série I) que preparava os processos a apresentar à JNE (Fabião, 1995, p. 82; Silva, 2002a, p. 306). Nessa época, não existiam estruturas desconcentradas do Estado que permitissem a implementação local ou regional das políticas públicas em Património Cultural. Existiam as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia (estruturas criadas Decreto n.º 20.985 de 7 de Março 1932 e reguladas pelos artigos 113.º e 114.º do Decreto-Lei n.º 31.095 de 31 de Dezembro de 1940, Diário do Governo n.º 303, 1º Suplemento, Série I, Código Administrativo). Existiam também os delegados municipais da JNE (arqueólogos externos à JNE, naturais ou moradores de um determinado município), aos quais eram delegadas tarefas de acompanhamento e/ou fiscalização de trabalhos ou acções sobre bens imóveis ou móveis arqueológicos (Silva, 1994a, p. 90; Raposo, 1993, p. 39). Estas estruturas integravam “o professor, o médico, o padre, enfim, os notáveis e os «homens de boa vontade» de cada terra” (Raposo, 1995c, p. 15). A sua eficácia era muito limitada, pois para além do seu carácter essencialmente amador (Marques, 1991a, p. 5; Jorge e Jorge, 1996a, p. 151; Silva, 2002a, p. 305), manifestavam-se incapazes de garantir a salvaguarda do Património arqueológico, acrescentando que, no início dos anos 70, eram raros os municípios em que existiam (Viana, 1970, p. 320; Alarcão, 1971, p. 8; Oleiro,

1974, p. 22). Algumas destas comissões e delegados mantiveram-se em funções após a sua extinção formal, até aos anos 80 do século XX (Silva, 1994b, p. 50; Raposo, 1995c, p. 15).

Paralelamente à Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes (Fabião, 1995, p. 82), funcionou também a DGEMN, criada em 1929 (Fernandes, 2001, p. 60). A DGEMN teve uma reduzida (Fernandes, 2001, p. 66-67) e muito contestada (Fernandes, 2001, p. 62-63) actividade em Arqueologia. Desenvolveu trabalhos em Conimbriga (Silva, 2002a, p. 305), Briteiros e Santa Luzia (Lemos, 2004b, p. 46), Milreu e Miróbriga (Fernandes, 2001, p. 63), na Citânia de Sanfins (Fernandes, 2001, p. 64; Arnaud, 2013, p. 62) e em Vila Nova de São Pedro (Arnaud, 2013, p. 60 e ss).

2.2.2. Ainda a Junta Nacional de Educação

Em 1971, na gestão do Património Cultural, à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes sucedeu a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (Anexo 2), criada no âmbito da Lei orgânica do Ministério da Educação Nacional, Decreto-Lei n.º 408/71 de 27 de Setembro, Diário do Governo n.º 228, Série I e com lei orgânica publicada pelo Decreto-Lei n.º 582/73 de 5 de Novembro, Diário do Governo n.º 258, I Série, Anexo 9), reflectindo uma tendência de modernização do Estado neste sector (Lemos, 1992, p. 54). A Divisão do Património Cultural da DGAC assegurava a tramitação administrativa dos processos, nomeadamente os de Arqueologia (Arnaud, 2013, p. 76). A esta Divisão competia (artigo 5.º), nomeadamente: promover o inventário e a classificação de bens móveis e imóveis arqueológicos; patrocinar a criação e apoiar as associações de defesa do Património Cultural; promover a suspensão de quaisquer trabalhos não autorizados em imóveis classificados (e respectivas zonas de protecção). No que se refere ao património imóvel, a sua esfera de actuação aparenta ter estado muito ligada à concretização de actos administrativos decorrentes da existência de servidões administrativas relativas a bens classificados.

No início dos anos 70, enquanto decorria um processo de transição na organização da estrutura do Estado (Raposo, 1995c, p. 15), parece claro que não estão completamente separadas as esferas de actuação dos níveis consultivo e administrativo (com sobreposição de várias competências) (Anexo 12). Na DGAC existia um real aparelho burocrático e as tarefas administrativas, processuais e de

fiscalização, ainda que muito limitadas, surgiam como atribuições efectivas e com maior possibilidade de concretização, através de um quadro técnico e orçamento próprio. Mas as decisões emanavam ainda, essencialmente, da JNE (Oleiro, 1974, p. 21; Raposo, 1993, p. 39; Marques, 2002, p. 135). Este sistema orgânico era alvo de algumas críticas, registando-se já a aspiração à criação de um organismo autónomo para a gestão da Arqueologia (Raposo, 1971; Raposo, 1989a, p. 116; Silva, 1994a, p. 90; Jorge e Jorge, 1996a, p. 155).

Com a revolução de 25 Abril de 1974 e a consequente transição para o regime democrático, a estrutura administrativa do Estado evoluiu significativamente. O sector Arqueologia participou desde o início no processo revolucionário, com iniciativas colectivas (com objectivo de veicular as posições das “bases” do sector) e reivindicativas (Silva e Marques, 1992b, p. 33; Silva, 2002a, p. 305). Em Maio de 1974, regista-se a entrega ao Ministério da Educação e Cultura de um documento reivindicativo subscrito por “meia centena de arqueólogos de todo o país” (Anexo 61), que exigia a criação da licenciatura em Arqueologia e o afastamento da prática não especializada, voluntária e amadora da Arqueologia¹⁵. Em consonância com o espírito da época, verifica-se um conflito geracional, com um grupo de jovens e dinâmicos arqueólogos a assumir posições de forte contestação contra os responsáveis pela estrutura de gestão do Património arqueológico do Estado Novo, a JNE (Silva e Marques, 1992b, p. 33).

Na sequência de uma reunião na AAP, foi constituída a “Comissão Promotora da Assembleia Plenária dos Arqueólogos Portugueses”, que convocou e organizou o já mencionado I Plenário de Arqueólogos realizado em 29 de Junho de 1974, no Ateneu Comercial de Lisboa. A Comissão Promotora levou a plenário uma proposta que visava a organização do sector através da sua “democratização, regionalização e profissionalismo”. Era proposta a criação de um “Serviço Nacional de Arqueologia” (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 4; Silva, 2002a, p. 306; Arnaud, 2013, p. 78), dirigido por um órgão eleito (executivo, de coordenação central), o “Directório” e controlado pelo “Plenário dos Trabalhadores de Arqueologia” (Marques, Pereira e

¹⁵ O *modus operandi* revolucionário mantém-se presente em muitas propostas e reivindicações entre 1974 e 1975, como sucedeu no contexto da nomeação do Director de Museu Nacional de Arqueologia, em 1975 (Anexo 61).

Coelho, 1976, p. p. 8), com serviços descentralizados a nível regional, distrital e municipal (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. p. 4). Neste plenário foi eleita uma Comissão Coordenadora (encarregue de organizar novo Plenário que nunca chegou a ocorrer) que reuniu diversas vezes em cerca de um ano de actividade até suspender funções, tentando coordenar as diversas propostas existentes num só “texto”. O Secretariado da Comissão Coordenadora (eleito em reunião desta de 27 de Julho de 1974) publicou um “texto-plataforma” resultado do trabalho desenvolvido (Marques, Pereira e Coelho, 1976).

Em 1974 refere-se a intenção de criação de um “Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional” (Anexo 61), nunca concretizada. Nesta fase, a área da Cultura consolidou-se ao nível da esfera governativa (Raposo, 1995c, p. 15), embora mantendo a sua gestão como domínio subalterno de outras, nomeadamente a Educação. Em 1975, foi criado o primeiro órgão administrativo especializado do Estado com competências tutelares sobre o Património Cultural, que se autonomiza do âmbito mais geral dos “assuntos culturais” (Lemos, 1992, p. 55). Tratava-se da DGPC1 (Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de Agosto, Diário do Governo n.º 177, I Série) instituída, inicial e muito transitoriamente, no âmbito do Ministério da Comunicação Social, “regressando” de seguida ao Ministério da Educação e Cultura ou para a dependência da Presidência do Conselho de Ministros (Decreto-Lei n.º 340/77 de 19 de Agosto, Diário da República n.º 191, I Série). Também este organismo assumiu funções de tutela administrativa sobre a Arqueologia (Arnaud, 2013, p. 76). De acordo com a lei orgânica do Ministério da Cultura e da Ciência (Decreto-Lei n.º 498-C/79 de 21 de Dezembro, Diário da República n.º 293, 1º Suplemento, Série I), competia à DGPC1 (artigo 14.º): “a) planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda do património cultural do povo português; b) executar a política cultural superiormente definida (...) c) promover a divulgação do património cultural português no estrangeiro”.

Continuava a fazer-se sentir uma necessidade de aproximação dos serviços públicos à actividade de terreno (Viegas, 1975, p. 243; Serrão, 1977, p. 9). Nesse sentido, a “Comissão Coordenadora” eleita no Plenário de Arqueólogos realizado em Junho de 1974 elegeu a “regionalização” como um dos princípios de base do serviço nacional de

Arqueologia cuja criação se reivindicava (Anexo 61), defendendo que este integrasse equipas distritais (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 5-6; Arnaud, 2013, p. 78).

2.2.3. Instituto Português do Património Cultural

Finalmente, em Janeiro de 1977, foi extinta a JNE (Decreto-Lei n.º 70/77 de 25 de Fevereiro, Diário de República n.º 47, Série I) (Lemos, 1992, p. 55; Raposo, 1997b, p. 73). Salienta-se que no já referido Plenário de arqueólogos realizado 1974, tinha sido exigida a sua extinção, bem como do Instituto de Alta Cultura e do Centro Piloto de Arqueologia da Mocidade Portuguesa (Pereira, 2014; Anexo 61). A 1.ª subsecção da 2.ª Secção da JNE, com competências sobre a Arqueologia, manteve-se em funcionamento (artigo 3.º) por mais alguns meses (Anexo 12), aguardando a criação do organismo que lhe sucederia em funções. Em 30 de Março de 1977, a Secretaria de Estado da Cultura emitiu despacho que homologa a constituição da Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia (Raposo, 1995b, p. 73; Silva, 2002a, p. 306; Anexo 63). Contudo a implementação efectiva da formação e início do funcionamento desta estrutura tardaria ainda mais de um ano.

Em Julho de 1977, foi criada a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (Despacho de 20 de Junho de 1977 da Secretaria de Estado da Cultura, Diário da República n.º 166, II Série, de 20 de Julho) (Anexo 13). O futuro do Património arquitectónico era visto com apreensão “face ao surto previsível da construção pública e privada (...) para que não se destruam valores culturais insubstituíveis. (...) Se compreendemos e apoiamos o melhoramento das condições de vida do povo português (...) julgamos, porém, que o propósito de resolução desse urgente problema nacional não pode conduzir, por facilidade de soluções, ao empobrecimento de um património cultural de que, mais tarde, venha o povo português lamentar as consequências” (Anexo 13).

A Comissão Organizadora do ISPCN era um órgão técnico e consultivo que tinha por missão a criação do ISPCN, através da recolha de dados, contactos institucionais, preparação de legislação e definição do “programa de salvaguarda do património”.

Herdou o pessoal e as instalações da extinta JNE, bem como as funções anteriormente acometidas à sua 2.ª Secção (conforme artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/78 de 7 de

Janeiro, Diário de República n.º 6, I Série, que transfere para a Secretaria de Estado da Cultura as atribuições respeitantes à defesa do património cultural e natural). A Comissão Organizadora do ISPCN funcionava simultânea mas nem sempre pacificamente com a DGPC1 (que lhe devia apoio técnico e administrativo) e podia criar subcomissões especializadas. No que respeita à Arqueologia, verificava-se considerável acumulação de processos por despachar. Em Março de 1978, a Comissão Organizadora do ISPCN queixou-se deste congestionamento processual e solicitou a criação de facto da Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia, ou seja, o cumprimento do já referido Despacho de 30 de Março de 1977 (Anexo 63). A partir de meados de 1978 e até 1980, a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia funcionou como órgão consultivo da Arqueologia portuguesa (Arnaud, 2013, p. 76).

Ao nível dos serviços desconcentrados, em 1978, a DGPC1 apresentou um *memorandum* propondo a criação de uma “rede de Centros Regionais e Sub-Regionais de Estudo e Salvaguarda do Património” (Anexo 62), numa iniciativa criticada pela Comissão Organizadora do ISPCN por considerar que esta extrapolava as suas competências. No mesmo sentido, e atendendo à cessação de funções das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia e dos delegados concelhios da JNE, e considerando a necessidade sentida de uma territorialização efectiva dos serviços do Estado que asseguravam a gestão do Património arqueológico, em Maio de 1979, a Comissão Organizadora do ISPCN e a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia apresentaram à Secretaria de Estado da Cultura a proposta de criação de oito “Sectores de Arqueologia” regionais (Minho, Douro Litoral, Beira Litoral, Estremadura Cistagana e Ribatejo, Estremadura Transtagana e Alentejo Litoral, Médio Alentejo, Baixo Alentejo Meridional e Algarve) para os quais seriam nomeados “coordenadores” entre “investigadores de reconhecida competência” com trabalho nas referidas regiões (Anexo 64). Esta proposta inscrevia-se em continuidade com o modelo de organização regional delineada por Estácio da Veiga no final do século XIX (Gonçalves, 1980b, p. x-xi; Fabião, 1999, p. 112; Silva, 2002a, p. 303; Fabião, 2011, p. 147-148; Carvalho, 2018, p. 83; Fabião, 2018, p. 97-98), mas, como outras no mesmo sentido, não viria a merecer concretização. Ainda assim, constituíram antecedentes relevantes para a posterior criação de serviços desconcentrados de Arqueologia.

Neste contexto, em Portugal, nos anos 80 do século XX, considera-se imperativa a definição de políticas de gestão pública da Arqueologia, seguindo uma tendência também verificada na Europa (Silva, 2002a, p. 301), relacionada com a Convenção de Londres (1969, mas ratificada em Portugal apenas em 1982) e com os trabalhos preparatórios da nova convenção para o Património arqueológico (Convenção de Malta, assinada em 1992; Anexo 40).

Em Abril de 1980, a Secretaria de Estado da Cultura foi reestruturada (Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Abril, Diário da República n.º 79, I Série) e no seu âmbito foi criado o IPPC (com lei orgânica publicada no Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de Agosto, Diário da República n.º 177, I Série, Anexo 16), a “vaca sagrada” da gestão do Património Cultural dos anos 80 (Raposo, 1995c, p. 15). O desenho orgânico do IPPC preconizava uma estratégia holística e integrada para a gestão pública do Património Cultural (Raposo, 1995c, p. 15), nas suas diversas vertentes: Arqueologia, Património Arquitectónico, Museus, Palácios e “Artes Plásticas”, Etnologia, Bibliotecas e Arquivos e Musicologia (artigo 5.º do Decreto-Regulamentar n.º 34/80 de 2 de Agosto). Por um lado, foi abandonada a perspectiva ambiental ou territorial, deixando cair a relação entre Património Natural e Cultural¹⁶; por outro, pretendia-se anular sobreposições de âmbitos de actuação de organismos públicos distintos¹⁷.

No que respeita à Arqueologia, competia ao IPPC promover o estudo, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda do Património

¹⁶ Embora se reafirme uma “discriminação dos bens culturais, neles incluindo os bens naturais como parte que dos primeiros são e que se contém na designação genérica de «património cultural»” (Decreto-Regulamentar n.º 34/80, preâmbulo). Nesta acepção, o Património Natural só é Cultural quando constitui “enquadramento orgânico, natural ou construído dos bens culturais imóveis (...), que afecta a percepção e leitura de conjuntos ou elementos, ou que com eles esteja directamente relacionado, por razões de integração especial ou motivos sociais, económicos ou culturais” e assim, “deve ser sempre definido de acordo com a importância histórica, artística ou paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens” (n.º 2 do artigo 4.º Decreto-Regulamentar n.º 34/80) (Anexo 16).

¹⁷ “... ultrapassar situações criadas por departamentos que têm actuado em posição de paralelismo administrativo, sem qualquer coordenação (razão por que o Instituto Português do Património passa a englobar a Direcção-Geral do Património Cultural e o projectado instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, absorvendo ainda algumas atribuições da extinta Junta Nacional de Educação e apontando para um futuro enquadramento, no seu âmbito, de órgãos e serviços de outros Ministérios que, por sua natureza, nele devam ser integrados), e instituir departamentos que pela sua estrutura possam solucionar a multiplicidade de problemas com que, no domínio cultural, se debate o País” (Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Abril, Diário da República n.º 79, I Série, preâmbulo).

arqueológico e definir as directrizes para a sua defesa, conservação e enriquecimento (artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Abril). O IPPC integrava o Departamento de Arqueologia, ao qual competia: inventário do Património arqueológico (imóvel e móvel), nomeadamente na implementação da Carta Arqueológica de Portugal; classificação e inventariação; apoio técnico e logístico à gestão de colecções arqueológicas; defesa, recuperação, conservação e valorização do Património arqueológico; fiscalização da actividade arqueológica; apoio à criação e funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do Património arqueológico (artigo 20.º do Decreto-Regulamentar n.º 34/80, Anexo 16). De acordo com o artigo 30.º do mesmo diploma, o Departamento de Arqueologia compreendia uma Divisão de Pré-História e uma Divisão de Arqueologia, Epigrafia e Numismática, numa estrutura anacrónica, inscrita na tradição da JNE (Silva, 2002a, p. 308) e sem correspondência real. Na prática organizava-se em três sectores: planeamento da actividade arqueológica, intervenções de campo e serviço de documentação e informação (IPPC, 1982, p. 15). Em 1980, o Departamento de Arqueologia do IPPC instalou-se no Museu Nacional de Arqueologia, sendo a chefia dos dois organismos comum (Alves, 1982, p. 19; Alves, 2019, p. 15) até 1982 (Silva, 1983; Lemos, 1992, p. 64).

No que se refere à desconcentração dos serviços, Decreto-Regulamentar n.º 34/80 (Anexo 16) definiu que “nos concelhos ou agrupamentos de concelhos em que existam monumentos arqueológicos a conservar, defender ou valorizar poderão ser criadas comissões” com atribuições de fiscalização e de cooperação com municípios e associações para a defesa do Património na salvaguarda do Património arqueológico (n.º 2 do artigo 20.º). Com inspiração da experiência prévia do Campo Arqueológico de Braga, entre os arqueólogos envolvidos na estruturação do IPPC existia a consciência da necessidade de uma gestão de proximidade do Património arqueológico, através da criação de estruturas regionais com capacidade operacional (Alves, 1982, p. 19; Martins, 1989, p. 170; Silva e Marques, 1992b, p. 33; Lemos, 1993, p. 162; Raposo, 1995c, p. 15; Silva, 2002a, p. 314; Silva, 2003b, p. 127; Alves, 2019, p. 15). Neste contexto, são criados os “serviços regionais de arqueologia do Instituto Português do Património Cultural nas zonas norte, centro e sul” (Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de

Setembro, Diário da República n.º 223, I Série, Anexo 18)¹⁸, com o objectivo de suprir a “falta de serviços dotados de uma efectiva capacidade executiva, aptos a coordenar todas as iniciativas oficiais e particulares nesta área, estruturados em moldes regionalizados e em estreita ligação com órgãos consultivos de idêntico âmbito regional, dotados de indispensável representatividade e indiscutível competência” (preâmbulo). O SRAZ Norte foi criado em Braga, beneficiando da preexistente estrutura Campo Arqueológico de Braga/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho/Museu de D. Diogo de Sousa (Alves, 2019, p. 16). O SRAZ Sul instalou-se junto à Universidade de Évora, com o apoio desta entidade (IPPC, 1982, p. 19). A instalação do SRAZ Centro tardaria, não estando ainda em funcionamento em 1983 (Silva, 1983, p. 18). Não obstante as múltiplas dificuldades sentidas na fase de instalação (Alves, 1982, p. 19; IPPC, 1982, p. 19; Silva, 1983, 17-18; Silva, 2002a, p. 308), durante toda a década de 80, os SRAZ viriam a tornar-se nas mais relevantes estruturas do Estado na gestão da Arqueologia e do Património arqueológico (Wiseman, 1982, p. 402; Silva, 1987, p. 2; Alves, 1989, p. 101; Jorge e Jorge, 1996a, p. 146; Marques, 2002, p. 136; Parreira, 2007a, p. 98), “espinha dorsal da única política coerente de defesa do património arqueológico” (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 3).

Ao nível das funções consultivas, a orgânica do IPPC integrava o Conselho Consultivo (artigos 14.º e 15.º do Decreto-Regulamentar n.º 34/80, Anexo 16), cujo regulamento (aprovado pela Portaria n.º 16/81 de 9 de Janeiro, Diário da República n.º 7, Série I; e revisto pela Portaria n.º 80/85 de 7 de Fevereiro, Diário da República n.º 32, Série I; Anexo 19) contemplava a 1.ª Secção de Arqueologia. Contudo, à Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia (Anexo 63) que apoiava a Comissão Instaladora do ISPCN, sucedeu no apoio ao funcionamento do IPPC na sua fase inicial, a Comissão *ad hoc* de Arqueologia (criada pelo Despacho 118/80, de 16 de Abril), a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (criada por Despacho de 22 de Maio de 1981 do Secretário de Estado da Cultura, Anexo 67, que deveria “por inerência” constituir futura Secção de Arqueologia do Conselho Consultivo) e, ainda, a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia Subaquática (1982), num “enredo de comissões” (Lemos, 1992, p. 55). Com o IPPC, a gestão do Património Cultural é promovida para o nível de uma direcção-geral, mas

¹⁸ Durante os anos 80 os arqueólogos do IPPC foram reclamando a criação de um SRAZ na região de Lisboa (Silva, 1987, p. 7) e no Algarve, sem sucesso.

desaparece uma estrutura consultiva, coordenadora de nível superior, de apoio ao poder político (Raposo, 1995c, p. 15).

A Comissão Nacional Provisória de Arqueologia constituiu um órgão relativamente consensual (Silva, 1994a, p. 90; Raposo, 1995b, p. 74). Nesta comissão estavam representadas as cinco Universidades com ensino de Arqueologia, os serviços de Arqueologia do IPPC (Lemos, 1987, p. 8) e, desde 1982, os museus de Arqueologia (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 6). Tendo apresentado a sua demissão em Outubro de 1984 atendendo à anunciada criação da 1.ª Secção (Arqueologia) do Conselho Consultivo do IPPC (Anexo 67) (Raposo, 1995b, p. 74), na prática manteve-se em funcionamento até Março de 1985 (Silva, 1994b, p. 46). Apesar da aspiração de tornar esta comissão provisória numa “Comissão Nacional de Arqueologia” (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 6; Raposo, 1993, p. 41; Anexo 67), tal não sucedeu.

A 1.ª Secção (Arqueologia) do Conselho Consultivo do IPPC foi finalmente constituída de facto e começou a funcionar em meados da década. De acordo com o seu regulamento, na gestão da actividade arqueológica era valorizada a vertente patrimonial (Raposo, 1995b, p. 74). Conforme o artigo 9.º do Regulamento do Conselho Consultivo revisto em 1985 (Anexo 19), a 1.ª Secção (Arqueologia) integrava um representante da DGEMN, os directores dos SRAZ e dos museus de Arqueologia do IPPC e vogais nomeados sob proposta do IPPC de organismos públicos e privados e um representante das associações de defesa do Património (Anexo 71). Considerando esta configuração (na qual estava omissa a anteriormente prevista representação formal das universidades), registaram-se críticas relacionadas com a sub-representação da academia (Gonçalves, 1989, p. 118) e reclamou-se a criação de “comissões consultivas” para a apreciação dos PATA (Jorge, 1985, p. 179-180; Jorge, 1986, p. 2; Departamento de Arqueologia, 1986, p. 9; Silva, 1987, p. 5; Alves, 1989, p. 99-100; Raposo, 1989b, p. 3). De facto, entre 1974 e o final dos anos 80 do século XX, na actuação do Estado, as esferas técnica e consultiva não estavam ainda completamente diferenciadas (Silva, 1987, p. 10 e anexo; Raposo, 1995b, p. 72). Durante todos os anos 80 (e na década seguinte também) é referenciada com especial insistência a necessidade da existência de uma estrutura consultiva nacional e representativa (Jorge, 1982b, p. 4; Martins, 1986, p. 2-3; Silva, 1987, p. 6; Alarcão, 1989, p. 86;

Gamito, 1989, p. 106; Martins e Lemos, 1989, p. 105; Raposo, 1989a, p. 116; Silva, 1989b, p. 94; Marques, 1991a, p. 6; Silva e Marques, 1992b, p. 35) e as correspondentes estruturas consultivas de âmbito regional (Jorge, 1982b, p. 4; Silva, 1987, p. 3).

O IPPC e a SEC contavam com as Comissões Consultivas Regionais de Arqueologia, também designadas como Comissões Consultivas “ad hoc” Regionais de Arqueologia, ou como Comissões Consultivas Regionais Provisórias de Arqueologia, “órgãos regionais de apoio técnico-científico, constituídas por representantes de instituições e por individualidades de reconhecida competência oficial nesta área de especialidade” (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 403/80, Anexo 18). Estas estruturas consultivas regionais funcionaram efectivamente entre 1980 (PNTA, 1984, p. 50; Anexo 66) e 1986¹⁹, embora de forma não uniforme em todo o país.

Entretanto, após várias experiências de enquadramento distinto, nas áreas da educação, comunicação social e ciência, a partir de 1987, a tutela política sobre o Património Cultural estabilizou-se na área governativa da Cultura (Raposo, 1993, p. 39; 1995b, p. 73).

O modelo de organização da estrutura do Estado com competência sobre a gestão da Arqueologia implementado pelo IPPC/SRAZ constituía uma “concepção intervencionista ou estatizante, que pretendia, em última análise, a coordenação de toda a actividade arqueológica” (Silva, 1994a, p. 91; Silva, 2003b, p. 124). O seu funcionamento na década de 80 do século XX representou uma valorização da posição institucional da Arqueologia (Alves, 1989, p. 100; Lemos, 1992, p. 56; Silva e Marques, 1992b, p. 34; Jorge, 2000b, p. 162; Oosterbeek, 2008, p. 139), estando associado a uma fase de grande desenvolvimento da actividade arqueológica. Por outro lado, estes organismos públicos contribuíram decisivamente para o arranque da profissionalização com a abertura de um conjunto significativo (para a época) de postos de trabalho remunerados para arqueólogos (Lemos, 1993, p. 163; Silva, 1994a, p. 90; Almeida, 2007a, p. 102; Lemos, 2007, p. 106)).

¹⁹ Em Março de 1986, um ofício do Vice-Presidente do IPPC informa o Director do SRAZ Sul “não ser conveniente a realização da reunião em causa [da Comissão Consultiva “ad hoc” do Sul], atendendo a que as referidas ‘comissões regionais’ não estão institucionalizadas”. *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* – 81/1(134).

Contudo, a dimensão, abrangência e complexidade orgânica deste organismo eram excessivas (Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Silva e Marques, 1992b, p. 34; Marques, 2002, p. 135; Lemos, 2004b, p. 51), conferindo-lhe um carácter de “verdadeiro dinossáurio burocrático” (Lemos, 1994, p. 96)²⁰. O funcionamento do Departamento de Arqueologia e SRAZ distinguia-se, de alguma forma. “Os arqueólogos surgiam como um corpo estranho, algo marginal, com rituais e tempos próprios, com exigências que chocavam as obsoletas praxes do funcionalismo público, pelas quais se regia o I.P.P.C.” (Lemos, 1992, p. 57). Nos serviços foram elaboradas diversas propostas de reorganização dos serviços para responder a estas fragilidades (Silva, 1987; Anexos 79 e 78), mas sem sucesso. Assim, no final dos anos 80, com o aumento e a complexificação da actividade arqueológica, este modelo de gestão pública “colapsou” (Gamito, 1989, p. 106; Gonçalves, 1989, p. 117; Martins e Lemos, 1989, p. 104; Raposo, 1989a, p. 116; Lemos, 1992, p. 58-59; Silva, 1994a, p. 90-91; Parreira, 2007a, p. 99).

Um dos aspectos críticos mais referenciados desta crise é a indefinição do quadro institucional e das esferas de actuação entre os dois protagonistas da Arqueologia na década de 80: o Estado e as universidades, que gerou um clima de conflito latente entre ambos (Jorge, 1983, p. 3; Martins, 1986, p. 2; Silva, 1987; Alarcão, 1989, p. 84; Alves, 1989, p. 99; Jorge, 1989, p. 111; Gonçalves, 1989, p. 117; Silva, 1989a, p. 94; Marques, 1991a, p. 6; Marques 1994, p. 83), com expressão ao nível do financiamento (Jorge, 1983, p. 3; Gonçalves, 1983-1984, p. 10 e 12; PNTA, 1984, p. 50; Alarcão, 1989, p. 83; Gonçalves, 1989, p. 117; Silva, 2002a, p. 308; Lemos, 2007, p. 107; Oliveira, 2020, p. 82), das críticas sobre a competência técnica e científica dos serviços públicos (Silva, 1989a, p. 94; Raposo, 1992, p. 40; Silva, 2002a, p. 308; Oliveira, 2020, p. 82 e 87); e sobre a gestão da actividade arqueológica de investigação (crítica à obrigatoriedade de apresentação de projectos) (Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Oliveira,

²⁰ “... complexo labirinto de corredores e gabinetes, onde se acumulavam funcionários e sobre tudo tarefeiros, sem tempo para definir e por em prática políticas concertadas e (para acorrer às mais gritantes exigências do dia-a-dia” (Raposo, 1995c, p. 16). “Num processo relativo a um monumento e sítio, que de informação inútil: quatro despachos contemplam um documento a que bastava dois, cinco informações que nada dizem ilustram um processo que irá ainda ascender a uma Comissão, que o remeterá a um Departamento, que o devolverá a um Serviço, que a tornará a remeter a uma Comissão, que a passará ao Departamento, que a remeterá a nova Comissão, de onde seguirá para o Presidente, dele ao Ministro, de novo ao Presidente, depois ao Departamento, dele ao arqueólogo interessado” (Gonçalves, 1983-1984, p. 14).

2020, p. 81). Por um lado, clama-se que à ditadura das universidades sucedeu a ditadura do IPPC (Gonçalves, 1989, p. 117). Por outro, salienta-se o estremar de posições entre os dois lados, “elitismo universitário” *versus* “banalização tecnicista e burocrática” (Silva, 1989a, p. 94); “guardiões do templo” *versus* “colaboracionistas” (Lemos, 1994, p. 99).

Em 1990, a estrutura orgânica do IPPC foi alterada (Decreto-Lei n.º 216/90, de 3 de Junho, Diário da República n.º 151, Série I, Anexo 23), reestruturação que constitui um prólogo da extinção do organismo (Silva e Marques, 1992b, p. 35; Raposo, 1995c, p. 16). O principal objectivo desta reforma foi a criação de estruturas desconcentradas, as direcções e delegações regionais, alegando-se a necessidade de “uma estrutura descentralizada de serviços nem dotada de corpos técnicos, designadamente nas áreas de arquitectura e engenharia. A experiência de outros departamentos (...) indica que é necessário montar (...) delegações com suficiente autonomia para assegurar uma intervenção eficaz no domínio da salvaguarda do património” (preâmbulo). A criação de serviços regionais no IPPC com âmbito de actuação alargado e não apenas “de Arqueologia” vinha sendo preparada desde meados da década de 80, sendo encarada com apreensão pelos arqueólogos que temiam que tal iniciativa viesse a coarctar a autonomia técnica e operacional dos SRAZ (Silva, 1987, p. 2; Lemos, 1992, p. 58; Silva 1994a, p. 89-90; Anexo 70), com razão, como se verá.

Assim, no que respeita à Arqueologia, esta alteração orgânica teve como consequência nefasta a extinção dos SRAZ, que foram integrados nas direcções e delegações regionais do IPPC - direcções regionais no Porto, Coimbra, Évora e Faro e delegações em Vila Real, Viseu, Castelo Branco e Portalegre (artigo 22.º). Atendendo à relevância que os SRAZ haviam alcançado na eficácia da gestão pública da Arqueologia, esta decisão mereceu forte contestação ao nível da estrutura interna do Estado (Anexos 75 e 77) e desencadeou a elaboração de propostas dos arqueólogos dos serviços com vista ao enquadramento dos SRAZ no quadro das novas Direcções Regionais do IPPC (Anexo 78), que não vieram a merecer acolhimento e desenvolvimento. Os directores dos SRAZ foram despromovidos a chefes de divisão e procuravam com dificuldade articular-se com os directores regionais e com o Departamento de Arqueologia (Lemos, 1992, p. 58). As competências de gestão da actividade e Património arqueológicos continuaram a ser desenvolvidas no âmbito das Direcções (e

delegações) Regionais do IPPAR, numa perspectiva patrimonial integrada (Parreira, 2007a, p. 99), mas sem enquadramento orgânico especializado, nunca recuperando os níveis de autonomia técnica e de decisão alcançados na década anterior. Os protestos a estas alterações orgânicas estenderam-se também à comunidade arqueológica (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11; Lemos, 1992, p. 58; Raposo, 1993, p. 42; Anexo 76) e este clima de descontentamento veio a ser muito agravado nos meses e anos seguintes, nomeadamente devido a problemas na atribuição dos subsídios anuais a trabalhos arqueológicos (Silva, 2002a, p. 309; Silva, 2007a, p. 95; Anexo 80), bem como à sucessão de situações de destruição patrimonial amplamente difundidas na comunicação social (Lemos, 1992, p. 58).

Na mesma reforma orgânica, foi alterada a estrutura do Departamento de Arqueologia do IPPC, que passou a integrar as Divisões de Inventário e Divulgação, de Salvaguarda e Valorização e de Arqueologia Subaquática (alínea d) do n.º 1 do artigo 12.º, Anexo 23). As duas primeiras divisões já funcionavam na prática desde a década de 80 e a Divisão de Arqueologia Subaquática, como já foi referido, nunca chegaria a funcionar de facto (Anexo 74). A nível consultivo, embora esta reestruturação omita a existência de secções no Conselho Consultivo do IPPC reestruturado (Raposo, 1995b, p. 75), a Secção de Arqueologia mantém-se em funcionamento (Anexos 83 e 19).

2.2.4. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Entre 1987 e 1990, foram saindo da estrutura orgânica do IPPC diversos sectores, como bibliotecas, arquivos, academias (Academia das Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa de História e Academia Nacional de Belas-Artes), museus, fotografia, musicologia e etnologia (Lemos, 1992, p. 59; Silva e Marques, 1992b, p. 34; Raposo, 1995c, p. 16; Marques, 2002, p. 136). Quando em 1992 o IPPC foi extinto, sucedeu-lhe na “gestão dos palácios e outros monumentos nacionais de gestão estadual e dos sítios e estações arqueológicas” o IPPAR¹ (criado pelo Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de Junho, Diário da república n.º 126, 1.º Suplemento, Série I-A, Anexo 24), de âmbito consideravelmente reduzido. Desta forma foi abandonado um conceito globalizante de Património Cultural (Lemos, 1992, p. 59). Na estrutura deste organismo mantinha-se o Departamento de Arqueologia (Artigo 12.º) que integrava as pré-existentes Divisões de

Inventário e Divulgação e de Salvaguarda e Valorização. Competia ao Departamento de Arqueologia do IPPAR a elaboração do plano anual de trabalhos arqueológicos; a promoção do inventário do Património arqueológico imóvel e móvel; a salvaguarda do Património arqueológico nos centros históricos; a classificação e a inventariação de sítios arqueológicos; a realização de trabalhos arqueológicos de salvaguarda e emergência em meio terrestre e submerso, nomeadamente no âmbito de EIA; a gestão de espólios e colecções arqueológicas; a gestão e a fiscalização da actividade arqueológica; a promoção de acções de formação e de divulgação na área da arqueologia, incluindo actividade editorial. Apesar deste leque variado de competências, este modelo orgânico foi considerado um “claro esvaziamento e subalternização da arqueologia face ao património arquitectónico” (Silva, 1993b, p. 56; e no mesmo sentido, Lemos, 1992, p. 58; Silva e Marques, 1992a, p. 44; Silva e Marques, 1992b, p. 35; Raposo, 1993, p. 42; Silva, 1993a, p. 53; Fabião, 1995, p. 88; Silva, 2002a, p. 309; Parreira, 2007a, p. 99). Nas Direcções Regionais foram extintas as efémeras Divisões de Arqueologia (Lemos, 1992, p. 59) e a capacidade operacional do Departamento de Arqueologia ficou seriamente comprometido (Lemos, 1992, p. 60; Parreira, 2007a, p. 99). O ambiente de profunda contestação que já se vivia entre os arqueólogos viveu um momento particularmente agudo no Verão-Outono de 1992, com tomada pública de posições críticas, processos disciplinares a funcionários do IPPAR, abaixo-assinados, etc. (Raposo, 1993, p. 43; Silva, 1994a, p. 92; Raposo, 1995c, p. 16; Gonçalves, 1997, p. 23; Silva, 2002a, p. 309; Anexos 81 e 82).

Em 1994, o IPPAR¹ foi reestruturado (Decreto-Lei n.º 316/94 de 24 de Dezembro, Diário da República n.º 296, Série I-A), incorporando competências relativas à conservação e restauro de bens móveis integrados em bens imóveis. Por outro lado, jalegando a necessidade de apoiar a Comissão de Património Cultural Subaquático no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 289/93 de 21 de Agosto, é tentada mais uma vez, debalde, a criação da Divisão do Património Subaquático (Anexo 27).

Ao nível das funções consultivas, foi constituído no âmbito do IPPAR o seu Conselho Consultivo (criado pelo Decreto-Lei n.º 106-F/92, Anexo 24, e regulamentado pela Portaria n.º 1.008/92 de 26 de Outubro, Diário da República n.º 247, I Série-B, Anexo 25), cuja 2.ª Secção era dedicada ao Património Arqueológico (Real, 1993c, p. 49). A 2.ª Secção do Conselho Consultivo do IPPAR integrava dirigentes do IPPAR (apenas num

caso de unidade orgânica dedicada à Arqueologia) e representantes da AAP (um), das associações de defesa do Património Cultural (máximo cinco) e individualidades de reconhecida competência no âmbito da actuação do IPPAR. Esta composição foi considerada pouco representativa (Raposo, 1995c, p. 17; Gonçalves, 1997, p. 27), renovando-se os apelos para a criação de uma estrutura consultiva/representativa da Arqueologia Portuguesa (Marques, 1994, p. 84; Raposo, 1994, p. 54; Silva, 1994a, p. 91; Alves, 1995, p. 102 e ss; Raposo, 1995b, p. 70; Raposo, 1995c, p. 17; Silva, 2002a, p. 311; Silva, 2002b, p. 20; Anexo 83). De facto, entre 1965 e 1993, foi diminuindo a representatividade nos órgãos consultivos e coordenadores da Arqueologia portuguesa, sendo a sua composição asseguradas crescentemente apenas por dirigentes da administração pública (Raposo, 1995b, p. 75). Na primeira metade da década de 90 chega a ser elaborado um Projecto-Lei com vista à constituição de um Conselho Superior de Arqueologia com competências de coordenação das políticas nacionais no sector da arqueologia (Raposo, 1995b, p. 77; Anexo 84), projecto abandonado no final de 1995 com a mudança de legislatura e a redefinição de políticas para a gestão da Arqueologia.

Pela publicação do Decreto-Lei n.º 289/93 de 21 de Agosto relativo ao regime jurídico património cultural subaquático (Anexo 27) (ponto 2.1.4.), foi criada a Comissão do Património Cultural Subaquático (herdeira da Comissão Nacional Provisória de Arqueologia Subaquática criada nos anos 80), entidade de natureza imprecisa, entre competências consultivas e executivas e de existência muito efémera.

A posição subalterna que a área da Arqueologia assumia na estrutura do IPPAR, conjugada com a sua manifesta e crescente incapacidade de gestão da actividade arqueológica, de salvaguarda do Património arqueológico e de cumprimento de todas as outras suas competências na área da Arqueologia, geraram uma crescente contestação ao seu modelo de gestão (Lemos, 1992, p. 60-61), acompanhada de propostas de reestruturação orgânica (Jorge, 1993, p. 1). Algumas destas propostas surgiram no seio do próprio IPPAR (Anexo 79).

Na primeira metade dos anos 90, aprofundou-se a dicotomia entre a academia e o organismo tutelar do Estado, o IPPAR¹ (Jorge e Jorge, 1996a, p. 145; Oliveira, 2020, p. 81-82), que terá aliás constituído uma das principais motivações à constituição da

Comissão Inter-Universitária de Arqueologia pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (Oliveira, 2020, p. 83).

Esta contestação sofreu forte agravamento com a chamada questão do Côa, entre Novembro de 1994 e Outubro de 1995 (Silva, 2002a, p. 310; Real, 2011, p. 212-215), consolidando uma convicção bastante generalizada entre a comunidade arqueológica de que o IPPAR1 era um organismo incompetente para a gestão da Arqueologia (Marques, 1994, p. 85; Real, 1993b, p. 307; Silva, 1993a, p. 52; Silva, 1994a, p. 92; Lemos, 1994, p. 98; Fabião, 1995, p. 89; Oosterbeek, 1997, p. 50 e 52; Silva, 1997, p. 40; Silva, 2002a, p. 309; Bugalhão, 2002, p. 45; Lemos, 2007, p. 107; Silva, 2008b, p. 17; Oosterbek, 2008, p. 140).

A autonomização da gestão arqueológica no aparelho do Estado, reivindicação há muito perseguida, acentuou-se nesta época (Alarcão, 1989, p. 86; Alves, 1989, p. 100-101; Marques, 1991a, p. 6; Silva e Marques, 1992, p. 44; Marques, 1994, p. 85; Silva, 1994a, p. 92; Alves, 1995, p. 99; Raposo, 1995c, p. 17; comentários a Zilhão, 1997a; Jorge, 1998, p. 15; Silva, 1998c, p. 31; Silva, 2002a, p. 311; Bugalhão, 2002, p. 48; Lemos, 2007, p. 107).

2.2.5. Instituto Português de Arqueologia

Neste contexto e na sequência de alterações governativas (após as eleições legislativas de 1 de Outubro de 1995), a construção da Barragem de Vila Nova de Foz Côa foi suspensa e, em Novembro de 1995, foi criada a Comissão Instaladora do IPA (Despacho n.º 26/95 do Ministro da Cultura, 16 de Novembro, Diário da República n.º 279 de 4 de Dezembro de 1995, II Série, Anexo 28) (Jorge e Oosterbek, 1997, p. 88). Os objectivos desta estrutura eram “a reformulação e autonomização institucionais do Departamento de Arqueologia” do IPPAR, nomeadamente, estudar e propor as principais linhas de orientação da política arqueológica nacional e um projecto de estrutura orgânica para o futuro IPA. De facto, beneficiando da reflexão ocorrida entre a comunidade arqueológica nos anos anteriores (Anexo 29) e dispensada da gestão corrente, a Comissão Instaladora do IPA dedicou-se a conceptualizar, planear, projectar e programar uma nova forma de gerir a Arqueologia portuguesa. Os resultados do seu trabalho alimentaram as reformas que vieram a ocorrer nos anos

seguintes, constituindo ainda hoje um repositório de informação e reflexão, em grande parte por estudar e concretizar (Jorge, 1997a e 1997b; Jorge e Oosterbeek, 1997; Jorge, 1998).

Em Fevereiro de 1996 a Comissão Instaladora do IPA apresentou aos arqueólogos portugueses as “Grandes Linhas Orientadoras do Instituto Português de Arqueologia” (Anexo 87), documento conceptual e programático, que define Património arqueológico como uma criação contemporânea e não residual; elemento fundamental de caracterização das paisagens, da memória colectiva, da educação e da cultura; entidade disseminada pelo território, não “quantificável” nem “delimitável”. Segundo este documento, as características únicas e distintas dos bens arqueológicos em relação aos “outros ‘lugares da memória’” justificam que a sua gestão seja tutelada na estrutura do Estado por uma unidade autónoma e especializada. O IPA então sonhado não transigiria com “qualquer tentativa de secundarização da Arqueologia, ou de amputação das responsabilidades e competências que lhe forem atribuídas, (...) representando uma conquista dos profissionais portugueses do sector na luta pela sua dignidade (...). Só quem sabe de Arqueologia pode geri-la” (Anexo 87).

Neste documento, é proposta uma estrutura orgânica para o futuro IPA, incluindo cinco serviços regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), na linha das anteriores e já referidas propostas de organização desconcentrada, e serviços dependentes (CNANS, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Museu Nacional de Arqueologia, outros museus de sítio e museus regionais de Arqueologia) (Silva, 2002a, p. 311). Ao nível das atribuições, o inventário arqueológico (imóvel e móvel) é identificado como principal objectivo, a que se juntam: a identificação das ameaças (AIA), a coordenação da política de salvamento e salvaguarda (gestão do território), a gestão de sítios, a classificação, o apoio à investigação, a gestão da actividade arqueológica numa perspectiva coordenadora e fiscalizadora (Jorge, 1997a, p. 256), a gestão de espólio e colecções e a promoção da Arqueologia Subaquática e da Arqueologia de época moderna e contemporânea. Na componente consultiva, a proposta da Comissão Instaladora do IPA inclui um Conselho Consultivo, sendo defendida também a criação de um Conselho Superior de Arqueologia (Anexo 87).

Ainda em Fevereiro de 1996, a Comissão Instaladora do IPA informa o Ministro da Cultura sobre os trabalhos já desenvolvidos, relativos à estrutura orgânica do futuro

IPA e aos demais documentos em preparação (Anexo 88). Em ofício dirigido ao Ministro da Cultura datado de 8 de Abril de 1996, são listados os documentos programáticos em elaboração pela Comissão Instaladora do IPA: revisão do RTA, regulamento de trabalhos programados e plurianuais, regulamento relativo à política editorial, protocolo-tipo com autarquias, protocolo-tipo com unidades de investigação, programa de estímulo a jovens arqueólogos (bolsas), prémio nacional de Arqueologia, bases da cooperação internacional em Arqueologia, promoção de reuniões científicas (Anexo 31). Outros documentos preparados pela Comissão Instaladora do IPA foram: o decreto-lei de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, o decreto-lei de criação CNANS (e revogação dos já mencionados Decreto-Lei nº 289/93 e Portaria n.º 568/95, Anexo 27), projecto-lei de criação do Conselho Superior de Arqueologia, revisão da LPC/85 (Anexo 21), logística e instalações e quadro de pessoal (Anexo 88). Relativamente à relação a desenvolver com as autarquias, a Comissão Instaladora do IPA, com a colaboração da Associação Nacional de Municípios, promoveu um inquérito dirigido aos municípios, com o objectivo de diagnosticar os recursos e problemas existentes, que infelizmente não veio a ser implementado no terreno.

A Comissão Instaladora do IPA promoveu igualmente um intenso processo de audição e consulta a todas as estruturas com actividade em Arqueologia, na época, em Portugal. A título de exemplo, e numa escolha afectiva, cita-se o contributo apresentado pela equipa de numerosos arqueólogos e técnicos de Arqueologia que, em 1996, trabalham com vínculo laboral precário no Departamento de Arqueologia do IPPAR (Anexo 89).

Finalmente, em Maio de 1996, a Comissão Instaladora do IPA entregou ao Ministério da Cultura a sua proposta de Lei Orgânica do futuro IPA (Anexo 34), incluindo uma lista de monumentos afectos. Mas nessa altura, tinha-se instalado entre arqueólogos, entre os demais organismos do Ministério da Cultura e no seio da própria Comissão Instaladora, a discórdia sobre o modelo orgânico e de funcionamento do ainda inexistente IPA (Silva, 2002a, p. 311). O principal foco de discórdia era a integração das competências relativas à salvaguarda, gestão e valorização de sítios arqueológicos classificados na esfera de actuação do IPA.

Neste contexto de dissensão, a Comissão Instaladora do IPA é extinta, atendendo a que “os objectivos daquela comissão instaladora se encontram plenamente

alcançados” (Despacho n.º 90/96 de 10 de Setembro do Ministro da Cultura, Diário da República n.º 223 de 25 de Setembro de 1996, II Série, Anexo 36). A Comissão Instaladora do IPA funcionou entre Dezembro de 1995 e Setembro de 1996 e o seu trabalho está documentado num relatório de actividades (Anexo 90).

Entre o final de 1996 e os primeiros meses de 1997 decorreu a preparação dos documentos legislativos relativos à criação do novo organismo de tutela arqueológica, vingando a perspectiva que, *grosso modo*, distinguia organicamente a gestão da actividade e investigação arqueológicas, da gestão do Património arqueológico (Zilhão, 1997a, p. 81; Silva, 2002a, p. 311). Assim, o IPA é criado no quadro da Lei Orgânica do Ministério da Cultura (Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de Maio, Diário da República n.º 106, Série I-A), tendo as suas atribuições, competências e estrutura sido definidas pelo Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de Maio (Diário da República n.º 111, I Série-A, Anexo 33), sob críticas relativas ao modelo escolhido (comentários a Zilhão, 1997a; Zilhão, 1997b; Silva, 1998a, p. 17; Silva, 1999c, p. 19; Oosterbek, 2008, p. 140).

No mesmo acto foi criado o IPPAR2 através do Decreto-Lei n.º 120/97, de 15 de Maio (Diário da República n.º 113, I Série-A – Lei Orgânica do IPPAR2, Anexo 37) junto ao qual funcionou o Conselho Consultivo do IPPAR2 (Decreto-Lei n.º 120/97, de 15 de Maio, Criação do IPPAR2; Portaria n.º 1.221/97 de 3 de Dezembro, Diário da República n.º 279, I Série-B, aprova o Regulamento do Conselho Consultivo do IPPAR2, Anexo 41). No IPPAR2 manteve-se a disseminação de competências de gestão arqueológica pelas Direcções e Delegações Regionais, centradas essencialmente na valorização de sítios afectos e na actividade de salvaguarda em áreas classificadas.

Quanto ao IPA, tinha por atribuições: inventário, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do Património arqueológico nacional e a promoção a articulação entre entidades com intervenção no domínio do Património arqueológico (Artigo 17.º). De acordo com o preâmbulo da sua lei orgânica, o IPA foi desenhado para responder aos fortes impactos que os vestígios arqueológicos sofrem na sociedade contemporânea, implementando procedimentos de Arqueologia preventiva (Zilhão, 1997a, p. 91). Os seus objectivos fundamentais são: inventário (imóvel, Carta Arqueológica) (Zilhão, 1997a, p. 95), fiscalização da actividade arqueológica preventiva (nomeadamente AIA) (Zilhão, 1997a, p. 91), promoção da ciência na Arqueologia, gestão e financiamento da actividade arqueológica de investigação, gestão do património subaquático e política

editorial. Tratava-se portanto de uma estrutura essencialmente reguladora e não interveniente na actividade arqueológica (Zilhão, 1997a, p. 83; Zilhão, 2000a, p. 7; Almeida e Neves, 2006, p. 86). A sua estrutura integrava as áreas de gestão da actividade arqueológica, inventário e divulgação e ainda, como serviços dependentes, o CNANS, o Centro Nacional de Arte Rupestre (Baptista, 2014, p. 83) e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (artigo 9.º).

No início do seu funcionamento, o IPA dedicou-se à sua instalação, ao recrutamento da sua equipa, mas também a aspectos práticos da transferência de competências do IPPAR2 (Anexo 15, 1998, s/d, Circular - Programas, projectos e Intervenções incluindo trabalhos arqueológicos sob responsabilidade do IPPAR. Normalização processual IPPAR – IPA. Instruções relativas aos procedimentos de transferência para o arquivo do IPA dos processos de trabalhos arqueológicos existentes nas Direcções Regionais do IPPAR; Anexo 92, Delimitação de competências e transferência de competências na área da acção inicial do IPA foi a elaboração de diversos diplomas legais (cuja preparação tinha sido iniciada pela Comissão Instaladora do IPA). No decurso do processo de elaboração esses diplomas (ponto 2.1.) foram colocados à discussão da comunidade arqueológica documentos orientadores, como sejam, a estratégia de salvaguarda arqueológica no âmbito de processos de AIA (Anexo 15, 1997, s/d, Memorando sobre o processo de AIA na vertente do património arqueológico; Memorando sobre a intervenção do IPA no processo de Avaliação de Impacte Ambiental, enquanto não for transposta para a legislação portuguesa a nova directiva comunitária (DIR.97/11/CE) de 1997.10.23), ou a localização e funções das equipas técnicas do IPA (Anexo 91). Como já foi referido, muitos destes documentos orientadores foram posteriormente transformados em circulares, despachos e memorandos, transmitidos à comunidade arqueológica com vista à sua implementação (Anexo 15) (ponto 2.1.8.).

Ao nível das estruturas desconcentradas, vingou no IPA a perspectiva da criação de um maior número de equipas técnicas (constituídas a partir de novos recrutamentos), distribuídas de forma mais disseminada pelo território (Zilhão, 2000b, p. 11), numa lógica de aproximação ao terreno, com um funcionamento de base tecnológica. Assim, o IPA contou com dez equipas técnicas - as chamadas Extensões Territoriais do IPA - distribuídas pelo território continental, considerando na sua localização a necessária

articulação com o poder local e com os demais serviços desconcentrados da administração central com actividade em Arqueologia (n.º 2 do artigo 10.º da Decreto-Lei n.º 117/97, Anexo 33). Na sequência de diversas reflexões anteriores (já referidas), foi ponderado o formato e distribuição destas Extensões Territoriais (Anexo 91), tendo a sua constituição efectiva sido formalizadas entre 1998 e 2001²¹ (Anexo 45). As Extensões Territoriais tiveram (têm) uma existência prevalecente ao próprio IPA (grande parte delas continua a funcionar de forma desconcentrada em relação aos diversos organismos que integram) e desempenharam um papel muitíssimo relevante na implementação da estratégia do IPA na gestão da actividade arqueológica e do Património arqueológico, baseada nomeadamente, no conhecimento do território (inventário e Carta Arqueológica) e na fiscalização e acompanhamento da actividade arqueológica preventiva (Almeida e Rocha, 2011, p. 391).

Pode dizer-se que o IPA dispensou a função consultiva, pois embora a sua Lei orgânica previsse a existência do Conselho Consultivo (artigo 8.º, Anexo 33), cuja constituição foi aliás bastante contestada devido à ausência das estruturas representativas da Arqueologia nacional (comentários a Zilhão, 1997a, p. 84; Arnaud, 2013, p. 77). Em Janeiro de 1998 foram nomeadas as “cinco individualidades de reconhecido mérito” (Anexo 93), que aliás vieram a constituir a Comissão de Avaliação do PNTA entre 1998 e 2001, mas o Conselho Consultivo do IPA nunca chegou a funcionar (Real e Alfaro, 2006, p. 12).

Em 1999, era já claro que a estratégia de separação de competências na gestão arqueológica entre dois organismos públicos (ou até três, se considerarmos a área dos museus) levantava sérios problemas, nomeadamente uma série de diferenças de interpretação na forma como eram vistas as esferas de actuação dos organismos tutelados pelo Ministério da Cultura, resultando no então designado “conflito IPPAR-IPA” (replicado, embora com menor intensidade, no conflito entre o IPA e o Instituto Português de Museus, entretanto também criado). De facto, as divergências que se

²¹ Despacho do Ministro da Cultura n.º 8.690/98 de 23 de Março (Diário da República n.º 119, II Série, de 25 de Maio), criação das Extensões Territoriais de Viseu, Covilhã, Torres Novas, Crato e Castro Verde; Despacho do Ministro da Cultura n.º 14.820/98 de 28 de Julho (Diário da República n.º 192, Série II, de 21 de Agosto), criação das Extensões Territoriais de Silves, Vila do Conde e Macedo de Cavaleiros; Despacho do Secretário de Estado da Cultura n.º 11.596/2001 de 11 de Maio (Diário da República n.º 126, II Série, de 31 de Maio), criação das Extensões Territoriais de Lisboa e Pombal.

faziam sentir desde 1995 no que se refere ao desenvolvimento e articulação das diversas competências na gestão arqueológica, já anteriormente referidas, não ficaram resolvidas com a criação do IPA, nem durante todo período em que este funcionou (Silva, 2002a, p. 311). O principal foco de discórdia foi a competência sobre a salvaguarda de sítios arqueológicos classificados e das realidades arqueológicas em imóveis classificados e respectivas áreas de protecção (Anexo 92). Consequentemente, o IPA retomou a estratégia defendida pela Comissão Instaladora do IPA e apresentou ao Ministério da Cultura uma proposta de alteração das leis orgânicas do IPA e do IPPAR2 que se consubstanciava na transferência das competências de gestão e salvaguarda de imóveis classificados e sítios/monumentos arqueológicos para o IPA (Anexo 46). Contudo, esta proposta mereceu forte discordância por parte do IPPAR2 e não foi implementada politicamente. O conflito institucional arrastou-se pelos meses e anos seguintes (Anexo 96), por vezes com sérios prejuízos para a salvaguarda do Património arqueológico.

Entretanto, desde meados de 1999, no IPA foi-se constituindo o CIPA (Anexo 94), estrutura orgânica informal que aquele organismo tentou insistentemente institucionalizar como Laboratório de Estado, tutelado conjuntamente pelos Ministérios da Cultura e da Ciência. Entre 2000 e 2002, o IPA apresentou diversas propostas de alteração da sua Lei orgânica, de forma a contemplar o alargamento de competências sobre os bens classificados e (ou apenas) a formalizar o CIPA (Anexo 46). Não obstante o acordo político diversamente manifestado, estas alterações orgânicas nunca foram concretizadas (Zilhão, 2003, p. 16). Consequentemente, o carácter informal da estrutura CIPA persistiu, bem como o sempre latente conflito entre o IPPAR2 e o IPA que se arrastou até ao anúncio da decisão de fundir os dois organismos.

Os recursos humanos foram um dos problemas mais críticos e crónicos do IPA, uma vez que durante toda a sua existência não foi possível a este organismo preencher os seus quadros, funcionando com um número muito elevado de trabalhadores avençados, sem o adequado vínculo público (Batata *et al.*, 2001, p. 211; Silva, 2002a, p. 311; Silva, 2006, p. 16; Deus *et al.*, 2007, p. 105). Este problema acentuou, segundo algumas opiniões, as fragilidades institucionais e orgânicas do IPA e da sua estrutura demasiado “leve” (Silva, 2002a, p. 311; Raposo, 2003b, p. 133; Silva, 2006, p. 16).

Na sequência de nova alteração governativa, mas resultando igualmente de outros factores, entre os quais a vontade de reorganizar o sector de gestão do Património Cultural, em Maio de 2002, foi anunciada a decisão de fundir o IPA e o IPPAR²². Esta decisão despoletou um conjunto amplo de reacções, a nível nacional e internacional, algumas de concordância (Barata, 2003, p. 18 e 21-22), a maioria de discordância (Bugalhão, 2002; Lemos, 2003, p. 49)²², num debate que se arrastou por meses e anos. A contestação laboral/institucional do IPA a esta medida anunciada foi plasmada num documento, o *Portfolio IPA* (Anexo 95), amplamente difundido entre a comunidade arqueológica, mas principalmente junto de órgãos políticos, associações representativas e comunicação social, que procurava fundamentar a importância de uma gestão pública autónoma na Arqueologia portuguesa, nos bons resultados alcançados nos cinco anos de existência do IPA (Bugalhão, 2011).



Figura 1: Manifestação contra a extinção do IPA em frente à Assembleia da República, em 21 de Maio de 2002 (fotografia Patrícia Mendes).

O processo de extinção viria a arrastar-se por cinco longos e penosos anos, com degradação progressiva da gestão pública arqueológica (Almeida e Neves, 2006, p. 89;

²² O processo de reacção e contestação à extinção do IPA, principalmente nos primeiros meses após o anúncio da decisão, foi cuidadosamente documentado por alguns trabalhadores do IPA, tendo esse fundo documental sido depositado no Arquivo da AAP, onde pode ser consultado.

Deus *et al.*, 2007, p. 104; Valera, 2007, p. 80; Almeida *et al.*, 2008, p. 66; Deus, 2014, p. 53; Anexo 96), durante os quais a crítica à medida e à reestruturação que se seguiu nunca cessou (Silva, 2006, p. 15-16; Deus *et al.*, 2007; Silva, 2008b, p. 17).

Apesar da sua fugaz existência, o legado do IPA para a Arqueologia portuguesa é muito relevante (Silva, 2003a, p. 66; Bugalhão, 2011), nomeadamente no que se refere ao inventário/Carta Arqueológica, à Arqueologia preventiva e seu financiamento através da aplicação do princípio do “poluidor-pagador”, à consolidação da presença da Arqueologia nos processos de AIA e IGT, ao apoio à investigação (com o novo modelo de gestão/financiamento do PNTA, promoção das arqueociências, implementação da linha editorial) e na Arqueologia náutica e subaquática. Posteriormente ao anúncio da sua extinção e, principalmente após a efectivação desta, a acção do IPA tem sido louvada e elogiada (Silva, 2006, p. 16; Lemos, 2007, p. 107; Parreira, 2007a, p. 99; Silva, 2007a, p. 97; Raposo, 2010b, p. 365; Silva, 2013, p. 16).

2.2.6. Do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico à Direcção-Geral do Património Cultural

No âmbito do PRACE, Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (2006), com vista à sua contracção no quadro de uma estratégia de contenção da despesa pública, concretizou-se finalmente a reestruturação do aparelho de Estado dedicado à gestão arqueológica. São criados o IGESPAR (Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março, Diário da República n.º 63, 1.ª Série, cria o IGESPAR; Portaria n.º 376/2007 de 30 de Março, Diário da República n.º 64, 1.ª Série, publica os Estatutos do IGESPAR; Anexo 52) e as DRC1 do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (Decreto Regulamentar n.º 34/2007 de 29 de Março, Diário da República n.º 63, 1.ª Série, que define a orgânica das DRC; Portaria n.º 373/2007 de 30 de Março, Diário da República n.º 64, 1.ª Série, que fixa a estrutura das DRC; Anexo 53).

O IGESPAR resultou da fusão entre IPA, IPPAR2 e a DGEMN (organismo até esta data integrado na área governativa das obras públicas). Foi igualmente instituído o Conselho Nacional da Cultura (Decreto Regulamentar n.º 35/2007 de 29 de Março, Diário da República n.º 63, 1.ª Série, Anexo 54) que integrava a Secção do Património Architectónico e Arqueológico, constituída por dirigentes de organismos públicos, um representante da Conferência Episcopal Portuguesa e seis “individualidades de

reconhecido mérito” (n.º 1 do artigo 22.º). As associações de defesa do Património não estão representadas (Caninas, 2010, p. 292). Salienta-se que, com esta configuração, pela primeira vez desde 1936, não existe um órgão consultivo especializado em Arqueologia, o que resultou num sério comprometimento da representação da Arqueologia nacional e da capacidade da transmissão dos interesses e aspirações do sector junto dos serviços do Estado e dos órgãos políticos.

À Secção do Património Architectónico e Arqueológico do Conselho Nacional da Cultura competia: apoiar Governo nas questões relativas às políticas nacionais no âmbito do património architectónico e arqueológico, emitir pareceres sobre as matérias da competência do IGESPAR e formular propostas ou sugestões sobre salvaguarda e valorização do Património Cultural architectónico e arqueológico (n.º 2 do artigo 22.º). Mas a efectivação desta secção tardou muito, mantendo-se em funcionamento informal o Conselho Consultivo do entretanto também extinto IPPAR2. Com esta reestruturação de 2007, ocorreu uma reforma estrutural (embora deficientemente desenhada) na gestão do Património Cultural. Por um lado, finalmente reuniu-se na área governativa da Cultura a tutela do Património Cultural (com a integração no IGESPAR da maioria dos serviços anteriormente integrados na DGEMN). A gestão do Património Cultural passou a desenvolver-se em dois níveis, o nacional, de pendor mais normativo e regulador (assegurado pelo IGESPAR) e o regional, de pendor mais executivo e instrutório (assegurado pelas DRC1 que integraram as antigas direcções regionais do IPPAR2), com o mesmo estatuto orgânico (equiparados a direcções-gerais) e ambas dependentes directamente do Governo. Saliente-se que, ao nível das competências, as DRC1 são organismos de largo espectro, que reuniram as funções de todas as estruturas desconcentradas da área governativa da Cultura, não se dedicando em exclusivo à gestão do Património Cultural. Neste modelo, ensaiou-se ainda um modelo de gestão orgânica integrada, sem separação “disciplinar” (designadamente entre o Património architectónico e a Arqueologia).

Contudo, as fronteiras entre os níveis de actuação nacional e regional estavam muito indefinidas, pelo que grande parte das sobreposições de competências (e conflitos de actuação institucional) anteriormente verificadas entre o IPPAR2 e o IPA passou a verificar-se entre o IGESPAR (que detinha a maioria das competências de gestão arqueológica) e as DRC1 (Silva, 2007a, p. 97; Silva, 2007b, p. 14; Silva, 2008b, p. 18). A

este foco de conflito, juntou-se um segundo, relativo à sobreposição de competências na actividade de salvaguarda do Património classificado, em geral, uma vez que estas atribuições (como outras) estavam distribuídas de forma muito difusa entre o IGESPAR e as DRC1. Assim, durante os cinco anos em que vigorou este modelo de gestão, nunca foi totalmente evidente o processo de tramitação e decisão, tanto na gestão arqueológica, como na gestão do Património classificado (Anexo 97; Despacho nº 1/MC/2008 - Articulação entre IGESPAR e DRC1, de 7 de Janeiro de 2008, Anexo 15) (Bugalhão, 2011, p. 22, 38-39).

Neste modelo, a Arqueologia retornou a uma posição de subalternidade na estrutura orgânica e no elenco de competências dos organismos então criados (Silva, 2006, p. 15; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Almeida, 2008b, p. 146-147). A separação dos níveis de gestão regional e nacional não se efectivou completamente (Almeida, 2008b, p. 146), uma vez que as Extensões Territoriais (do extinto IPA) se mantiveram na estrutura do IGESPAR (perpetuando assim a sobreposição de âmbitos de actuação entre estas e as DRC1). Na gestão arqueológica, de uma forma geral, o rol de competências do extinto IPA foi contraído e atribuído ao IGESPAR; as competências do extinto IPPAR2 transitaram, quase *ipsis verbis*, para as DRC1. No IGESPAR, e no que respeita às funções básicas de tutela arqueológica, não existia qualquer referência ao inventário arqueológico (Carta Arqueológica ou *Endovélico*), ao *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, ou à linha editorial arqueológica (*Revista Portuguesa de Arqueologia* e a série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*). Era referida a Biblioteca de Arqueologia e a área das arqueociências (antigo CIPA) não mereceu formalização orgânica específica, sendo integrada numa unidade orgânica dedicada aos estudos patrimoniais. No final da primeira década do século XXI, a tendência de contracção da estrutura do Estado fazia-se sentir ainda de forma muito intensa. E assim, em Maio de 2012, ocorre mais uma reestruturação orgânica no sector do Património Cultural, que reuniu novamente no mesmo organismo a gestão do Património imóvel classificado, da Arqueologia, dos museus (Oosterbeek, 2008, p. 140), do Património móvel, da conservação e restauro e do Património imaterial. Assim, foi criada a DGPC2 (Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de Maio, Diário da República n.º 102, 1.ª Série que cria a DGPC2; Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho, Diário da República n.º 142, 1.ª Série,

que estabelece a Estrutura Nuclear da DGPC2²³; Despacho n.º 11.142/2012 de 7 de Agosto, Diário da República n.º 158, 2.ª Série, de 16 de Agosto que define as unidades flexíveis da DGPC2²⁴; Despacho n.º 414/2020 de 2 de Janeiro, Diário da República n.º 8, 2.ª Série, de 13 de Janeiro, que define as competências cometidas às várias unidades orgânica da DGPC2; Anexo 57). Na DGPC2, “a gestão do património arqueológico minimiza-se em extremo na administração central” (Silva, 2013, p. 16).

Simultaneamente foram criadas as DRC2 do Norte, Centro, Alentejo e Algarve (Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, Diário da República n.º 102, 1.ª Série, que cria as DRC2; Portaria n.º 227/2012, de 3 de Agosto, Diário da República n.º 150, 1.ª Série, que fixa estrutura nuclear DRC2; Anexo 56). A DGPC2 assegura as funções das DRC2 no território correspondente à região de Lisboa e Vale do Tejo.

Como órgão consultivo mantém-se o Conselho Nacional de Cultura com funcionamento e constituição redefinidos (Decreto-Lei n.º 132/2013 de 13 de Setembro, Diário da República n.º 177, 1.ª Série, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 46/2013 de 28 de Outubro, Diário da República n.º 211, Série I, de 31 de Outubro; Anexo 59). Neste conselho permanece em funcionamento a Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico, que se mantém ao serviço do Governo e da DGPC2 (Artigo 21.º), com competências idênticas às definidas em 2007. Ao nível da constituição, figuram membros indicados pelos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (estranhamente), bem como um representante da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Em 2013, são nomeadas as “individualidades de reconhecido mérito” a integrar a Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico (Despacho n.º 3.962/2013 de 27 de Fevereiro do Secretário de Estado da Cultura, Diário da República n.º 53, 2.ª Série, de 15 de Março; Anexo 59).

No que à Arqueologia diz respeito, a reforma de 2012 procedeu à integração das Extensões Regionais (do antigo IPA e que se tinham mantido em formato idêntico no

²³ Alteração irrelevante para a matéria em estudo na Portaria n.º 263/2019 de 26 de Agosto, Diário da República n.º 162, 1.ª Série - alteração da estrutura nuclear da Direcção-Geral do Património Cultural.

²⁴ Alteração irrelevante para a matéria em estudo no Despacho n.º 2.952/2018 de 21 de Fevereiro, Diário da República n.º 58, 2.ª Série, de 22 de Março - Alteração Unidades flexíveis da Direcção-Geral do Património Cultural.

IGESPAR) nas DRC2. Assim, também a gestão arqueológica passou a estar disseminada de forma difusa e confusa, entre os níveis de actuação nacional e regional, com a inexplicável excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo que ficou sob alçada da DGPC2 (Bugalhão, 2013a, p. 151). Embora sempre de forma equívoca, as competências normativas e regulatórias estão na DGPC2, bem como o *Endovélico*, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, a *Biblioteca de Arqueologia* e a linha editorial (*Revista Portuguesa de Arqueologia* e a série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*), o LARC (herdeiro do anterior CIPA, nomeadamente no carácter informal) e a gestão do Património arqueológico subaquático (com o CNANS); as funções instrutórias e de fiscalização passam para as DRC2, bem como a gestão de sítios e monumentos valorizados e afectos (Bugalhão, 2013a, p. 149-150), com excepção de alguns dos monumentos incluídos na lista de Património da Humanidade da UNESCO. No seu desenho inicial, nenhum destes organismos integrou qualquer estrutura orgânica especializada em Arqueologia. Mais uma vez, para além da complexificação burocrática, o modelo de gestão instituído impôs um exercício administrativo complexo, na definição de quem faz o quê e quem decide o quê (Anexo 99).

Nos anos seguintes, quer a DGPC2, quer as DRC2 viram transferidas algumas competências para os municípios (Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30 de Janeiro, Diário da República n.º 21, 1.ª Série, transferência de competências no domínio da cultura para os municípios) num processo de descentralização do Estado que ainda decorre. Foi aprovado um novo modelo de gestão para os museus, monumentos e palácios dependentes da estrutura central do Estado (Decreto-Lei n.º 78/2019 de 5 de Junho, Diário da República n.º 108, 1.ª Série, que aprova o regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios), cuja implementação ainda decorre.

Concluindo, em Portugal, entre 1970 e a segunda década do século XXI, o regime jurídico do Património Cultural, do Património arqueológico e da actividade arqueológica sofre um processo de complexificação que se estende a todos os níveis hierárquicos da legislação (Anexo 1), desde a Lei Constitucional, aos despachos administrativos. Para além da definição do regime aplicável aos diversos tipos de bens arqueológicos, vigoram diversos regulamentos e leis orgânicas, que no seu conjunto regulam as acções de inventário, salvaguarda, estudo, valorização e divulgação do

Património arqueológico e a actividade arqueológica na sua globalidade. No início do século XXI, o quadro legal e regulamentar em vigor foi um factor decisivo para o extraordinário desenvolvimento da actividade arqueológica em Portugal (Silva, 2005a, p. 17).

A estruturação e âmbito de actuação dos organismos públicos com competência sobre a Arqueologia são também uma parte relevante do enquadramento legal em apreço. Assim, a evolução institucional e orgânica destes organismos públicos (Anexo 2) é muito significativa para a compreensão do quadro jurídico-institucional que regula a Arqueologia Portuguesa. Sendo certo que a legislação e a estrutura do Estado foram elementos muito relevantes da história recente da Arqueologia portuguesa (Gonçalves, 1980a, p. 52), cada vez mais a Arqueologia existe fora do Estado e independentemente da configuração dos seus organismos competentes (Lemos 1993, p. 164; Oosterbeek, 2003, p. 10; Oosterbeek, 2007, p. 91-92).

A evolução institucional da estrutura do Estado no que se refere aos organismos públicos com tutela sobre a Arqueologia é complexa e não revela uma tendência unívoca. Após uma fase de alguma indecisão, a gestão da Arqueologia fixa-se na área governativa da Cultura, situação que de alguma forma conferiu maior protagonismo à vertente patrimonial da Arqueologia, de detrimento da científica (Raposo, 1995c, p. 17). Verificou-se um movimento pendular, numa primeira fase, até 1997, tendente a uma especialização progressiva dos organismos públicos com tutela sobre a Arqueologia (e sobre as outras vertentes do Património Cultural), que originou uma maior segmentação institucional e orgânica; numa segunda fase, desde 2007, no sentido inverso, visando uma concentração da gestão dos vários “patrimónios” em organismos de competências alargadas e incaracterísticas, que resultou na contracção da estrutura orgânica do Estado dedicada ao Património Cultural.

Contudo, das diversas experiências e soluções históricas decorre a necessidade de um poder tutelar público, uma tutela arqueológica (Jorge, 1983, p. 3; Raposo, 1992, p. 39; Valera, 2005, p. 165 e ss; Bugalhão, 2013a, p. 148-149; Bugalhão, 2019a, p. 50 e 52). Nas funções primordiais da tutela destaca-se: inventário e gestão da informação arqueológica (Silva, 1994a, p. 92; Silva, 1995a, p. 99 e ss.; Zilhão, 1997a, p. 95; Jorge, 1997b, p. 130; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 2000, p. 24; Silva, 2002a, p. 301; Oosterbeek, 2003, p. 7), gestão, regulação e fiscalização da actividade arqueológica (Silva, 1994a; Silva, 1995a, p. 100; Zilhão, 1997a, p. 83 e comentários; Jorge, 1998, p. 14; Silva, 1998a, p. 17; Silva, 2000, p. 22; Zilhão, 2000a, p. 7 e ss; Silva, 2002b, p. 20; Oosterbeek, 2003, p. 7; Raposo, 2003c, p. 58; Raposo, 2003c, p. 65; Carneiro, 2003a, p. 116; Real, 2003, p. 88; Lago, 2003, p. 102; Valera, 2005, p. 116 e 123; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Fabião, 2006, p. 36; Deus *et alii*, 2007, p. 105; Oosterbeek, 2007, p. 92; Parreira, 2007a, p. 100; Silva, 2008a, p. 14), apoio à investigação arqueológica (Jorge, 2000c, p. 11; Lago, 2000, p. 21; Silva, 2008b, p. 19), gestão de bens arqueológicos móveis - espólios e colecções (Zilhão, 1997a, p. 89; Silva, 2008b, p. 19; Raposo, 2019; Silva, 2019), manutenção das infra-estruturas públicas fundamentais ao bom funcionamento da Arqueologia (*Endovélico* e SIG associado, *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, *Biblioteca de Arqueologia*, LARC) e de uma linha editorial específica (Silva, 1995a, p. 99; Zilhão, 1997a, p. 89; Silva, 1998a, p. 17; Silva, 2002b, p. 20; Gonçalves, 2003, p. 113; Silva, 2008b, p. 19) e promoção da institucionalização da “Arqueologia” no todo social.

3. Dados quantitativos

3.1. Recolha, selecção e tratamento de dados

Os dados quantitativos que constituem a base do presente trabalho foram recolhidos e armazenados em tabelas *Excel* (*Microsoft Office Excel*, da *Microsoft Windows*). O número e configuração das tabelas foram planeados para responder aos questionários iniciais do projecto e incidem sobre quatro grandes áreas temáticas: a formação académica superior em Arqueologia, os arqueólogos, as instituições com actividade em Arqueologia e a actividade arqueológica. Estes quatro objectos, elementos essenciais caracterizadores da Arqueologia nacional, reúnem elevado potencial de análise quantitativa e quantitativa evolutiva.

Ao nível da organização da informação estes temas foram estruturados em bloco (correspondente aos 45 anos do período em estudo) e em função do factor tempo, uma vez que a perspectiva evolutiva é essencial no estudo. A análise evolutiva e de tendência dos diversos descritores efectuou-se à escala do quinquénio (ou lustro)²⁵, embora por vezes se recorra à apresentação de séries quantitativas mais discriminadas temporalmente (anuais).

Os dados foram sendo organizados e estruturados de forma a permitir tratamento quantitativo e, de alguma forma, estatístico. Nem sempre foi possível determinar de forma inequívoca, ou pelo menos com aceitável grau de exactidão, toda a informação relativa aos campos que compõem as tabelas. Assim, os dados quantitativos obtidos resultam quase sempre num valor estimado com base em informação apurada (que será sempre quantificada), não reflectindo valores reais do universo total.

Os dados incluídos nas tabelas foram objecto de repetidos testes de qualidade, nomeadamente através do cruzamento de informação carregada em cada uma delas. Estes procedimentos permitiram corrigir algumas discrepâncias ou mesmo erros e melhorar a qualidade da informação. Contudo, existe a consciência que este trabalho não fez uso de ferramentas especializadas, e seguramente mais adequadas, de tratamento de dados, quer ao nível do seu armazenamento, quer ao nível da sua abordagem quantitativa e esse facto comporta riscos. Tentou-se colmatar esta falha

²⁵ Para os 45 anos do período em estudo consideraram-se os quinquénios: 1970 - 1974; 1975 - 1979; 1980 - 1984; 1985 - 1989 ; 1990 - 1994; 1995 - 1999; 2000 - 2004; 2005 - 2009; 2010 - 2014.

com um investimento reforçado e repetido na qualidade e na quantidade da informação. A este respeito é muito importante que sejam sempre claramente expressos a origem, processo de aquisição e grau de integridade da informação, e serão.

Os dados quantitativos utilizados não foram objecto de tratamento estatístico elaborado, mas apenas de tratamento quantitativo simples: contagem (com recurso às ferramentas básicas de quantificação disponibilizadas pelo *Microsoft Office Excel*, da *Microsoft Windows*) e método estatístico relacional simples, com o cruzamento de duas séries de dados, ou duas séries de dados em sequência temporal (quinquénio) no período em estudo. Estes dados serão apresentados essencialmente de forma gráfica, mais uma vez utilizando as ferramentas do *Excel* (*Microsoft Office Excel*, da *Microsoft Windows*)²⁶.

A apresentação gráfica dos dados quantitativos respeitou um critério de simplicidade. Os gráficos são essencialmente de um tipo, histograma (“de colunas”), em grande parte dos casos, de frequência absoluta. Pontualmente, quando se considerou que era mais eficaz para a apresentação da realidade quantitativa em causa, foram utilizados histogramas de frequência relativa ou cumulativa. No caso das séries de dados numéricas (essencialmente para as médias etárias), ou quando se considerou adequada a apresentação de dois eixos distintos, utilizaram-se gráficos de linhas. Para as sequências temporais (por quinquénio) foi sempre contemplada a representação gráfica em abcissa (em eixo horizontal), embora por vezes seja cumulativamente utilizado outro tipo de representação. De uma forma geral, os descritores serão objecto de: análise global, sobre toda a informação recolhida para a totalidade dos indivíduos que compõem o universo apurado; análise evolutiva ao longo do período em estudo (1970 - 2014) com recurso aos quinquénios referidos; e análise cruzada de pares de descritores (e para esta, quando considerado relevante, também análise evolutiva ao longo do período em estudo - 1970 - 2014 -, com recurso aos quinquénios referidos). Estas abordagens quantitativas e gráficas são precedidas da apresentação de caixas com os dados numéricos apurados para cada um dos descritores, apresentando os valores absolutos analisados em cada momento do estudo.

²⁶ Os gráficos estão representados no corpo do texto sempre que a sua dimensão é compatível com tal opção. Os gráficos maiores podem ser consultados no volume 2.

Ao nível do discurso escrito é privilegiada a menção a valores relativos, de forma a estabelecer a adequada análise comparativa entre as diversas categorias definidas para cada descritor, ou entre cada categoria e o universo.

3.1.1. Tabela Arqueólogos

Foram considerados os seguintes descritores:

- Nome;
- Sexo;
- Nacionalidade;
- Naturalidade:
 - Região²⁷;
- Data de Nascimento:
 - Ano de Nascimento;
 - Média etária por quinquénio;
- Profissão (para os amadores);
- Habilitação académica²⁸;
 - Licenciatura:
 - Área científica;
 - Ano;
 - Estabelecimento de ensino superior;
 - Mestrado:
 - Área científica;
 - Ano;
 - Estabelecimento de ensino superior;
 - Doutoramento:
 - Área científica;
 - Ano;

²⁷ Unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril (que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial), ou seja, regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

²⁸ Consideram-se os graus académicos superiores de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha, mestrado/2.º ciclo de Bolonha e doutoramento/3.º ciclo de Bolonha. No texto estas categorias serão referidas abreviadamente como “licenciatura”, “mestrado” e “doutoramento”.

- Estabelecimento de ensino superior;
 - Outras;
 - Habilitação académica no quinquénio;
- Período de actividade (anos de início e de fim de actividade);
- Tipo de actividade:
 - Profissional;
 - Amadora;
- Vínculo, relação ou situação laboral:
 - Trabalhador dependente;
 - Trabalhador independente;
 - Bolseiro/investigador;
 - Empresário;
- Enquadramento institucional da actividade arqueológica:
 - Administração pública central;
 - Museu;
 - Administração pública local;
 - Museu;
 - Universidade ou unidade de investigação portuguesa;
 - Universidade ou unidade de investigação estrangeira;
 - Empresa de arqueologia;
 - Empresa - outras (donos de obra, empreiteiros, empresas de AIA, fundações, etc.);
 - Associação;
 - Sem enquadramento institucional;
- Observações (entre outras informações relevantes, regista-se data/ano de óbito, quando aplicável).

Para efeitos de determinação do período de actividade, foram ainda considerados, de forma apenas indicativa, os descritores: n.º de direcções de trabalhos arqueológicos (autorizações e trabalhos), n.º de direcções de projectos; n.º de referências bibliográficas; n.º de relatórios.

3.1.2. Tabela Ensino Superior da Arqueologia

- Área científica/denominação;
- Grau/Ciclo;
- Universidade;
- Data;
 - Ano;
- Diploma legal;
- Observações.

3.1.3. Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia

Foram considerados os seguintes descritores:

- Nome do titular;
- Sexo;
- Ano;
- Grau/Ciclo;
- Área científica/denominação;
- Universidade;
- Título da dissertação;
- Orientador.

3.1.4. Tabela Instituições

Foram considerados os seguintes descritores:

- Instituição;
- Tipo;
 - Museu;
- Período de funcionamento/quinquénio;
- Morada/Sede;
 - Região.

3.1.5. Tabela Actividade arqueológica - trabalhos arqueológicos

Foram considerados os seguintes descritores:

- Projecto;
- Categoria;
 - Tipo de Categoria C e D;
- Data;
 - Ano;
 - Quinquénio;
- Tipo de trabalho;
- Local/Sítio/Território;
 - CNS;
 - Meio (urbano ou rural);
 - Arqueologia Urbana – Tipo.
 - Concelho;
 - Região;
- Responsável(eis);
- Entidade enquadrante;
 - Tipo de Entidade Enquadrante;
- Financiamento (directo ou sob contrato).

3.1.6. Tabela Actividade arqueológica - projectos

Foram considerados os seguintes descritores:

- Projecto;
- Categoria;
 - Tipo de Categoria C e D;
 - Categoria A – Período histórico;
 - Categoria A – duração;
- Quinquénio;
- Tipo de trabalho;
- Território;
 - Meio (urbano ou rural);
 - Região;
- Tipo de Entidade enquadrante.

3.1.7. Tabela processo de AIA

Foram considerados os seguintes descritores:

- AIA (processo de avaliação de impacto ambiental);
- Tipo;
- Região;
- Ano;
- Quinquénio.

3.1.8. Tabela processo de IGT

Foram considerados os seguintes descritores:

- IGT (instrumento de ordenamento, planeamento e gestão do território);
- Tipo;
- Região;
- Ano;
- Quinquénio.

3.1.9. Descritores com categorias de escolha múltipla

A apresentação de dados quantitativos dos descritores que possibilitam a escolha múltipla (de diversas categorias e não exclusivamente uma) merece uma explicação específica.

Relativamente aos arqueólogos (capítulo 5), encontram-se neste caso:

- Habilitação académica de arqueólogos; cada arqueólogo, se considerado todo o período em estudo pode ser titular de apenas um “tipo” de habilitação académica, ou acumular várias;
- Forma de exercício da actividade; cada arqueólogo pode desenvolver actividade em Arqueologia de forma amadora ou de forma profissional, ou evoluir ou alternar entre uma e outra forma;
- Vínculo, relação ou situação laboral; cada arqueólogo profissional pode trabalhar enquadrado em apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral, ou alternar entre vários, ou acumular vários em simultâneo;

- Enquadramento institucional (do trabalho do arqueólogo); cada arqueólogo pode trabalhar enquadrado por apenas uma instituição (e logo apenas um tipo de instituição), ou alternar, ou ser simultaneamente enquadrado por diversas instituições/tipos de instituição.

Relativamente à actividade arqueológica (capítulo 7), mais especificamente no que se refere aos projectos, encontram-se neste caso:

- Categoria, esporadicamente, num mesmo projecto, registam-se trabalhos com enquadramento em categorias distintas;
- Tipo de trabalho; frequentemente, num mesmo projecto, registam-se vários tipos de trabalho (prospecção, escavação levantamento, conservação e restauro, etc.);
- Entidade Enquadrante; ocasionalmente, num mesmo projecto, registam-se trabalhos com distintas entidades enquadrantes e logo com distintos tipos de entidade enquadrante.

Nestas situações os valores relativos apresentados referem-se à percentagem em relação ao universo (ou universo apurado) e não a percentagens comparativas entre as diversas categorias. Ou seja, a soma das percentagens apresentadas é necessariamente superior a 100%, uma vez que cada indivíduo do universo pode inscrever-se em diversas das categorias definidas.

Exemplificando, em relação às habilitações académicas (ponto 5.8), verifica-se que em 2.080 arqueólogos que compõem o universo, 98% são licenciados, 31% são mestres, 15% são doutores, 1% detêm outras habilitações “não secundárias” e 1% não possui habilitação superior. Conforme aqui se explica, neste exemplo (extrapolável para os outros referidos), os valores relativos apresentados referem-se a percentagens do universo, ou do universo apurado; e a soma das percentagens atribuídas às diversas categorias é superior a 100%. De forma a propiciar uma melhor compreensão dos dados quantitativos relativos assim estruturados, estes serão representados, preferencialmente, em histograma de frequência relativa (“colunas empilhadas a 100%”, na terminologia do *Microsoft Office*), como aqui se ilustra:

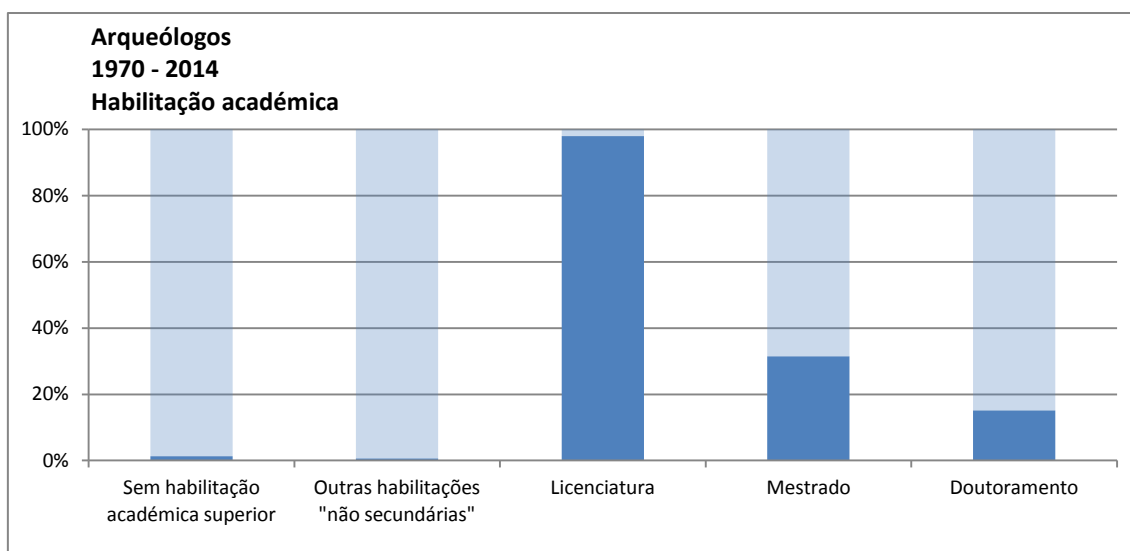


Figura 3: Gráfico (tipo) de representação de descritores com categorias de escolha múltipla.

Na representação gráfica da análise cruzada de pares de descritores (por exemplo, habilitação académica - sexo), quando um dos descritores possibilita a escolha múltipla de categorias manter-se-á o histograma ("de colunas agrupadas") de frequência absoluta. Em qualquer dos casos, a apresentação destes dados quantitativos será sempre previamente referenciada como "descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias", com percentagens de categoria com soma superior a 100.

3.2. Fontes de informação

3.2.1. *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*

Segundo a página oficial da DGPC na *internet* (DGPC), o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* "é o maior e mais abrangente fundo arquivístico de arqueologia a nível nacional, integrando conjuntos documentais das instituições públicas com competência sobre a gestão do património arqueológico". O arquivo integra processos da JNE (os mais antigos remontam aos anos 40 do século XX), da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais e da DGPC1 - organismos que funcionaram nos anos 70 da século XX -, do IPPC, do IPPAR1, do IPA, do IGESPAR e da DGPC2.

Em 2020, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* integrava cerca de 22.000 processos, cerca de 600.000 documentos, em quase 2 Km lineares de estante.

O arquivo integra essencialmente documentação técnica e científica relativa a sítios arqueológicos e à actividade arqueológica (relatórios de escavação, prospecção,

acompanhamento, conservação, valorização, etc.) “de investigação ou de âmbito preventivo, informações sobre a monitorização e estado de conservação dos sítios, documentação sobre projectos de investigação e elementos sobre a história da investigação e gestão do património arqueológico português. Os documentos (textos, desenho, fotografia, cartografia, etc.), físicos e digitais (em suporte diverso, disquete, cd, dvd), são na sua maioria produzidos por arqueólogos, de natureza científica (decorrente da actividade arqueológica) e técnico-administrativa (de análise e apreciação, no âmbito das competências de tutela). É portanto um arquivo misto, histórico e corrente, uma vez que se encontra em permanente constituição e actualização” (DGPC).

O *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* constitui a principal fonte de informação do presente trabalho. Embora a recolha de dados tenha sido efectuada essencialmente sobre o *Endovélico* e outras bases de dados de suporte digital (como a diante se explicará) é certo que a informação aí carregada tem origem, em sua grande parte, no *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* (Divisão de Inventário *et al.*, 2002, p. 281; Bugalhão e Lucena, 2006, p. 179). Trata-se de um arquivo institucional público (Bugalhão, Sousa e Bragança, 2021) e é o maior e mais importante repositório de informação sobre a Arqueologia portuguesa e como tal merece salvaguarda e valorização, tal como refere o preâmbulo do RTA/2014 (Anexo 60).

Atendendo ao facto de sempre ter funcionado como arquivo corrente e quase nunca ter beneficiado de organização e gestão arquivística especializada, durante a sua existência este arquivo sofreu diversas delapidações que resultaram em importantes lacunas de documentação e informação. Alguns processos registados não se encontram no arquivo, sem que se saiba exactamente qual o seu paradeiro.

Relativamente aos fundos arquivísticos mais antigos, até ao final dos anos 70 do século XX, a documentação em arquivo apresenta-se frequentemente lacunar. Na actualidade é potencialmente impossível perceber o grau de integridade destes fundos arquivísticos, uma vez que resultaram de sucessivas reorganizações, dispersões e espartilhamentos que foram ocorrendo ao sabor das reestruturações orgânicas do sector de gestão do Património Cultural na administração pública central do Estado.

Entre o final dos anos 80 e grande parte dos anos 90 do século XX, verificou-se uma forte tendência de transferência de processos para os SRAZ e (posteriormente) para as

Direcções Regionais do IPPAR. O objectivo destes procedimentos foi de alguma forma benévolo, pois baseava-se no pressuposto de que os processos deviam estar onde os assuntos eram tramitados e resolvidos. Contudo, o resultado final foi muito nefasto. A informação e documentação não reconduzida para o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* é essencialmente informação e documentação morta; não é carregada no único sistema de informação arqueológico nacional, o *Endovélico*; não sofreu qualquer acção de digitalização, nem está disponível *online*; não está disponível à consulta pública. Saliente-se que de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do RTA/2014 “os relatórios de trabalhos arqueológicos integram o Arquivo da Arqueologia Portuguesa e estão disponíveis para consulta pública, salvaguardados os direitos de autor” (Anexo 8). Nesse sentido, em Dezembro de 2018, a DGPC disponibilizou a consulta *online* de relatórios de trabalhos arqueológicos, no *Repositório Arqueológico Nacional*²⁹.

Nos primeiros anos de existência do IPA (1997 - 1999), procurou-se que os processos do *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* que se encontrassem nos serviços regionais referidos fossem devolvidos (Acta - Delimitação de competências entre o IPPAR e o IPA, 02/12/1997, Anexo 92; Circular - Programas, projectos e Intervenções incluindo trabalhos arqueológicos sob responsabilidade do IPPAR. Normalização processual IPPAR – IPA. Instruções relativas aos procedimentos de transferência para o arquivo do IPA dos processos de trabalhos arqueológicos existentes nas Direcções Regionais do IPPAR, 1998, Anexo 15), o que veio a acontecer em número considerável, mas nunca na totalidade. Assim, e essencialmente entre o final dos anos 80 e 1997, existem lapsos de tempo não documentados, no que se refere aos sítios identificados e intervencionados nesta fase e à actividade arqueológica então realizada. Crê-se que, pelo menos em parte, esta documentação permaneça nos arquivos das actuais DRC2. Presentemente e infelizmente continua a verificar-se alguma irregularidade no encaminhamento da documentação técnica arqueológica decorrente da actuação dos diversos organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia, para o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*. Na sequência das alterações orgânicas instituídas em 2012 pela criação da DGPC2 e das DRC2, a “instrução dos processos” arqueológicos nas áreas das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, decorre nas respectivas DRC2,

²⁹ Os relatórios são disponibilizados através do acesso aos conteúdos do *Endovélico*, no *Portal do Arqueólogo*, após o fim do período de reserva científica.

nomeadamente a apreciação de relatórios de trabalhos arqueológicos. Embora tais actos careçam de despacho administrativo final da DGPC2, tal ocorre de forma “desmaterializada”, ou seja, sem a presença física dos relatórios. Em teoria, após a aprovação, os relatórios seriam remetidos fisicamente para o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, mas tal nem sempre ocorre. Por outro lado, como se sabe, é muito frequente, os relatórios permanecerem na situação de *aprovação pendente*, facto que constitui, aparentemente, motivo para que os mesmos não sejam remetidos para arquivo. Por fim, muito embora a DGPC ter publicitado há já alguns anos a necessidade de proceder à “digitalização que permita a racionalização da gestão e consulta deste importante fundo documental” (DGPC), esta tarefa decorre muito lentamente.

Os arquivos dependem das instituições. O Estado Português e os arqueólogos portugueses decidirão, na sua acção, se é importante ou não existir um arquivo histórico e centralizado para a Arqueologia portuguesa. Mas é certo que, hoje, a informação ausente do *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* é informação que não reverte para o *Endovéllico*. A informação ausente do *Endovéllico* é, frequentemente, informação morta no que se refere à IGT, à gestão urbanística, à AIA e também, pelo menos em parte, à investigação.

3.2.2. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses

O Arquivo da AAP integra “um conjunto de documentos produzidos e acumulados (...) [pela AAP], no desempenho das suas actividades (...). O fundo encontra-se em tratamento arquivístico e conseqüente digitalização” (ARQUIVO AAP). O Arquivo da AAP foi consultado presencial e remotamente, através de acesso *online* a documentação digitalizada.

The screenshot shows the 'DOCUMENTOS' section of the AAP website. It features a search bar and a table with the following columns: Nome Utilizador, Datas extremas, Cod. de referência, Título, Acesso de: até, and Opções. The table lists 10 records related to the 'Cartões individuais de sócios' (Individual member cards) of the Association.

Nome Utilizador	Datas extremas	Cod. de referência	Título	Acesso de: até	Opções
Jacinta	1970 - 1983	PT/AAP/ASSO/UI0100/0004	Cartões individuais de sócios efectivos da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1970 - 1983	PT/AAP/ASSO/UI0100/0005	Cartões individuais de sócios efectivos da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1898 - 1970	PT/AAP/ASSO/UI0101/0001	Cartões individuais de sócios efectivos de várias secções da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1974 - 1981	PT/AAP/ASSO/UI0100/0007	Cartões individuais de sócios correspondentes da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	[s.d.] - [s.d.]	PT/AAP/ASSO/UI0100/0008	Cartões individuais de sócios efectivos e correspondentes da Associação dos Arqueólogos Portugueses, com indicação do número de sócio e da respectiva morada.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1898 - 1970	PT/AAP/ASSO/UI0101/0001	Cartões individuais de sócios efectivos de várias secções da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1922 - 1967	PT/AAP/ASSO/UI0101/0002	Cartões individuais de sócios correspondentes nacionais e estrangeiros de várias secções da Associação dos Arqueólogos Portugueses, com data de admissão.	2018-07-20 a 2018-08-19	[Icon]
Jacinta	1970 -	PT/AAP/ASSO/UI0100/0006	Cartões individuais de sócios correspondentes da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses.	2018-07-20 a	[Icon]

Figura 4: Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, consulta *online* de documentação digitalizada.

Neste fundo, foram consultadas fichas de sócio e *curricula* associados e recolhida informação biográfica e curricular, posteriormente carregada na *Tabela Arqueólogos*.

The image shows a handwritten membership card on aged paper. It includes a black and white portrait of a woman. The text is written in cursive and includes the following details:

Sócio N.º 661 Categoria: Efectivo Secção: Pré-História
Data da admissão: 28 de Abril de 1977
Nome: - (Dra.) Maria Teresa Júdice Gamito Morais Armand
Profissão: - Professora liceal (Cisen D. António Vieira)
Natural de: - Faro (Algarve)
Data do nascimento: 31 de Julho de 1938
Residência: Av. da Sacadura Cabral, 21-4.º Esq. Lisboa - 1
Habilitações: Licenciatura em Filologia Germânica

Figura 5: Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ficha de associada de Teresa Júdice Gamito.

3.2.3. Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica

Numa perspectiva histórica, o inventário geral dos sítios arqueológicos (tradicionalmente designado por Carta Arqueológica) esteve sempre a cargo dos

organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia, a gestão do Património e a actividade arqueológica.

Na década de oitenta, realizou-se o primeiro grande esforço no sentido da constituição de um inventário de sítios arqueológicos, de âmbito nacional, que pretendia constituir-se em “Carta Arqueológica de Portugal” (Paixão, 1980). O inventário, manual, era constituído por um conjunto de fichas de sítio arqueológico, onde se registava informações de natureza técnica, científica, legal e administrativa (IPPC, 1982, p. 17). Para além da tarefa de recolha e sistematização de dados, durante a década de 80 perseguiu-se o objectivo de informatização da Carta Arqueológica, com a definição de descritores/campos de base de dados (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 102; Departamento de Arqueologia, 1986, p. 11) e critérios de preenchimento com vista à constituição de um banco de dados. Em 1989, efectuou-se a primeira tentativa de informatização desta informação, em sistema *MSDOS*, aplicação *Dbase*, na qual foram carregados os dados do ficheiro manual. Mais tarde, em 1990, a informação foi transferida para o sistema *Macintosh*, em aplicação *FileMaker* (Pereira, 1989).

Nos anos 80, a informação geográfica era registada em fichas cartográficas correspondentes a 1/8 das Cartas Militares de Portugal à escala 1:25.000 (IPPC, 1982, p. 18). As primeiras tentativas de constituição de um sistema de informação (SI e SIG) específico para a Carta Arqueológica remontam a 1990 (Marques, 1991b e 1993b). A preparação deste instrumento de gestão decorreu no então IPPAR1 em colaboração com a empresa *Chiron, Sistemas de Informação, Lda*³⁰, até 1995, data em que foi apresentado o *Endovélico* (Marques e Costa, 1997; Costa e Marques, 2002, p. 117), “uma das mais promissoras realizações da última década no domínio da gestão no nosso património arqueológico” (Anexo 85). Tratava-se de um sistema composto por numerosos formulários com interligações múltiplas.

Em 1997, com a criação do IPA, o *Endovélico* assume um papel preponderante na prossecução das competências deste organismo. Entre 1997 e 2003, e continuando a contar com a colaboração da *Chiron*, o sistema foi adequado e optimizado, com diversos *upgrades*, no sentido de o adequar às novas exigências de gestão do

³⁰ *Chiron, Sistemas de Informação, Lda.*, empresa colaboradora e consultora do IPPAR1 e IPA na área das tecnologias da informação, e responsável pela manutenção e implementação do sistema *Endovélico*. Mais tarde, no IPPAR2, foi responsável pela manutenção e implementação do sistema *Ulysses*.

Património e actividade arqueológicas, nas suas duas principais vertentes: sistema de informação arqueológica - armazenando informação de carácter técnico-científico - e sistema de gestão arqueológica - armazenando informação de carácter processual e administrativo relacionada com as competências legais do Estado na gestão da actividade arqueológica (Divisão de Inventário *et al.*, 2002, p. 280; Bugalhão e Lucena, 2006, p. 177). Desde 1998, do ponto de vista do *software*, o *Endovéllico*, está construído sobre sistema *Oracle*, possuindo um interface em aplicação *Delphi*.

Nos primeiros anos de existência do IPA, desenvolveu-se um investimento considerável na correcção e actualização da informação constante no sistema, nomeadamente com a constituição de uma equipa técnica de arqueólogos e técnicos de SIG (Divisão de Inventário *et al.*, 2002, p. 283). Este trabalho resultou num aumento exponencial da quantidade e qualidade da informação e na implementação de procedimentos e rotinas de carregamento sistemático de novos dados permanentemente gerados pela actividade arqueológica. De uma forma muito genérica, pode sintetizar-se a arquitectura do *Endovéllico* no diagrama (figura 6).

Infelizmente, e muito devido à instabilidade orgânica que as entidades de tutela sobre a Arqueologia vêm sofrendo desde 2003, o sistema *Endovéllico* não tem beneficiado da devida implementação, embora se tenham verificado alterações pontuais da sua estrutura (Neto *et al.*, 2007, p. 120; Gomes *et al.*, 2012; Neto e Costeira, 2019).

Desde 1998, o *Endovéllico* possui ainda um *interface web* com vista à disponibilização pública dos seus conteúdos, com um funcionamento que hoje pode considerar-se, infelizmente, muito limitado e deficiente. Actualmente, os dados de Carta Arqueológica disponíveis *online* estão associados a um visualizador SIG implementado em 2012 com a criação do *Portal do Arqueólogo* (Gomes *et al.*, 2012, p. 7; Sousa, 2013, p. 42). Quanto à actividade arqueológica, nos formulários de *Trabalho Arqueológico* e *Projecto* é possível aceder à visualização digital dos respectivos relatórios, sempre que estes estejam já carregados e disponibilizados no *Repositório Arqueológico Nacional*.



Endovélico Diagrama Simplificado

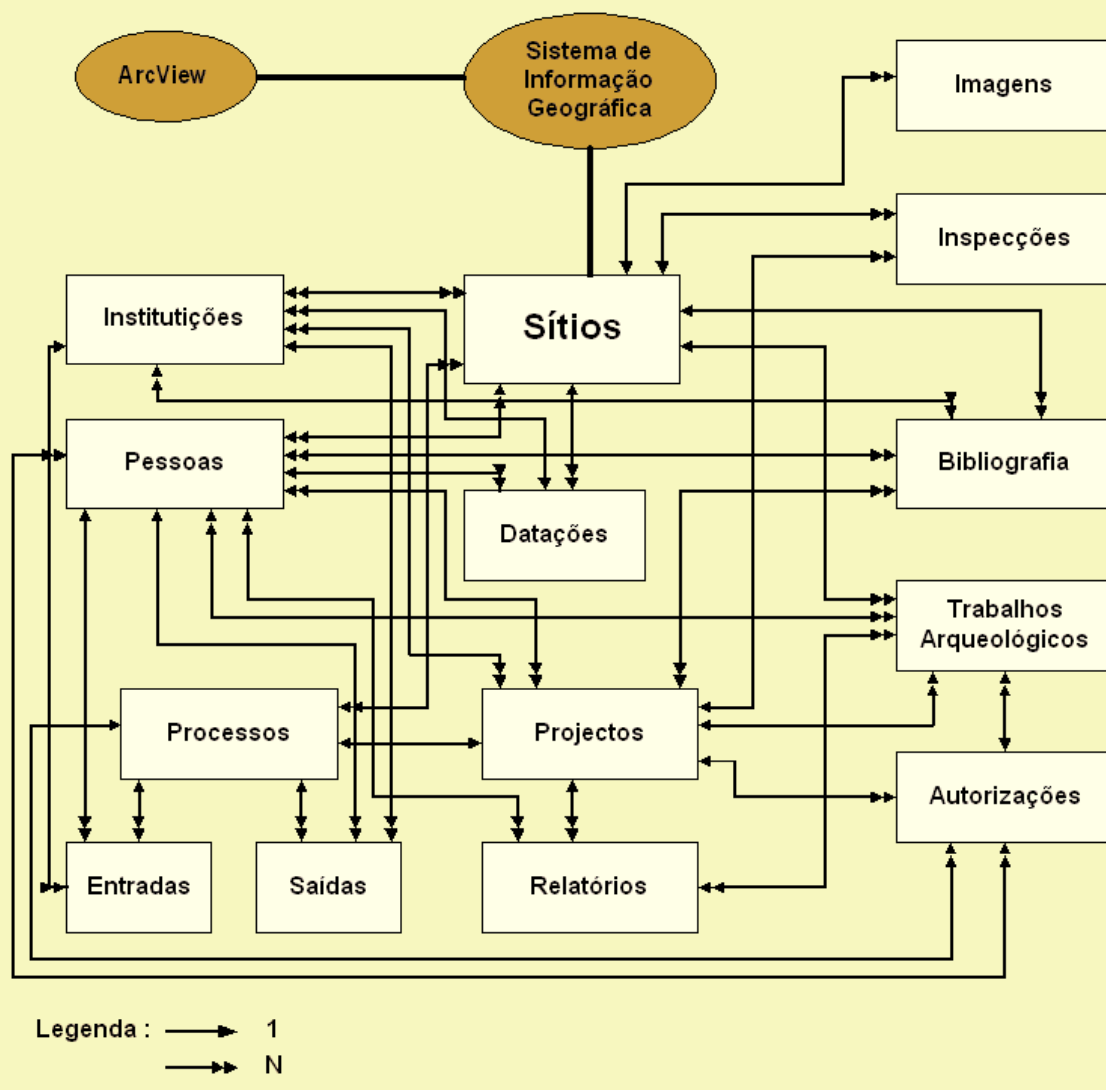


Figura 6: *Endovélico*, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica. Diagrama simplificado.

A recolha de dados constantes no *Endovélico*, versão *intranet*, no âmbito do presente trabalho pretendeu potenciar ao máximo a informação aí constante para alimentar as tabelas referidas. Assim, foram exportados dados dos seguintes formulários do sistema:

a) Autorizações

Neste formulário estão registadas autorizações para trabalhos arqueológicos concedidas pelas entidades de tutela (JNE, IPPC, IPPAR, IPA, IGESPAR e DGPC). A uma

Autorização podem corresponder vários *Trabalhos Arqueológicos*. Este formulário foi criado no *Endovélico* em meados de 2002, pelo que a informação só se encontra sistematicamente registada desde 2003. Embora a tarefa de carregamento de dados antigos seja desenvolvida permanentemente pela equipa do Inventário de Arqueologia, anteriormente a esta data verificam-se seguramente lacunas na informação.

The figure displays three print screens of the Endovélico system, which is used for managing archaeological information and authorization. The screens show various forms and tables within the system's interface.

Screen 1 (Top Left): Shows the 'Sistema de Informação' window with a sidebar menu on the left containing categories like 'Pessoas', 'Projetos', 'Publicações', etc. The main area displays a list of personnel with columns for 'Nome Completo', 'Profissão', and 'Estado'. A search bar is visible at the top.

Screen 2 (Top Right): Displays a table titled 'Trabalhos Arqueológicos' with columns: 'Ano', 'Tipo de Trabalho', 'Estado', 'Local', and 'Responsável'. The table lists various archaeological works, such as 'Trabalhos Arqueológicos no Monte da Formosa' and 'Intervenções de emergência na Ilha da Berlenga'.

Screen 3 (Bottom): Shows a detailed view of a project or publication, with a sidebar menu on the left and a main area containing a table of 'Publicações' with columns for 'Ano', 'Tipo', 'Título', 'Autor', and 'Assunto'. The table lists various publications, including 'Trabalhos Arqueológicos no Monte da Formosa' and 'Intervenções de emergência na Ilha da Berlenga'.

Figura 7: *Endovélico*, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica. Print Screens de formulários.

Foi exportada a informação relativa a todas as autorizações para trabalhos arqueológicos concedidas para o período entre 1970 e 2014, posteriormente carregada nas *Tabelas Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos e projectos*. Foi exportada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram estas intervenções e carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual durante o qual foram autorizados a dirigir trabalhos.

b) Trabalhos Arqueológicos

Este formulário existe no sistema desde a sua criação em 1995. Numa primeira fase, até 1997, não se encontrava associado ao formulário *Sítio Arqueológico*. Nesta data essa associação foi criada e passou a ser unívoca (a um *Trabalho Arqueológico* corresponde sempre e apenas um *Sítio Arqueológico*). A informação deste formulário refere-se apenas às intervenções que resultaram na identificação de vestígios arqueológicos³¹, tem origem nos relatórios finais entregues pelos arqueólogos e só está sistematicamente registada desde 1998. Embora a tarefa de carregamento de dados antigos seja desenvolvida permanentemente pela equipa de Inventário de Arqueologia, anteriormente a esta data verificam-se seguramente lacunas na informação.

Foi exportada a informação relativa a todos os *Trabalhos Arqueológicos* realizados entre 1970 e 2014 para as *Tabelas Actividade Arqueológica*. Foram anuladas as repetições relativamente às intervenções já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada uma delas.

Foi exportada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram cientificamente estes trabalhos e carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual durante o qual foram autorizados a dirigir trabalhos. Foram anuladas as repetições relativamente aos nomes já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

c) Pessoas

Neste formulário estão registados os nomes de todas as pessoas individuais com informação registada no sistema. Um dos campos do formulário é a profissão em cujo *thesaurus* figura, obviamente, a opção *Arqueólogo/a* (figura 6).

Foi exportada a informação relativa a todos os nomes com profissão de Arqueólogo/a, bem com o número de *Autorizações*, *Trabalhos Arqueológicos*, *Projectos* e *Relatórios* associados.

³¹ Mesmo a partir dos anos referidos, é sempre possível que a informação seja lacunar. O nível de sistematização na inserção de dados no *Endovélico* (efectuado regularmente pela equipa de Inventário de Arqueologia das entidades de tutela desde a criação do sistema, IPPAR, IPA, IGESPAR e DGPC) depende da eficiência deste trabalho e da operacionalidade na gestão da informação de base documental, infelizmente muito prejudicada pela reduzida dimensão da equipa e pela sua muito elevada sobrecarga de trabalho.

Foram também recolhidos os dados biográficos de cada arqueólogo, constantes neste formulário, nomeadamente a data de nascimento, (raramente) a habilitação académica e (raramente) a instituição em que desenvolve actividade, e carregados nas *Tabelas Arqueólogos e Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

Foram anuladas as repetições relativamente aos nomes já constantes na tabela e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

d) Pessoa Colectiva

Neste formulário estão registados os nomes de todas as pessoas colectivas com informação registada no sistema. Foi exportada a informação relativa a todas as instituições com associação a *Projectos, Autorizações e Relatórios* (e as datas respectivas), bem como a todas as instituições depositárias de espólio arqueológico. Foram também recolhidos dados relativos a estas instituições, nomeadamente o tipo de instituição e a morada. Os dados foram carregados na *Tabela Instituições*.

e) Bibliografia e Autores

Nestes formulários (associados entre si) estão registadas referências bibliográficas respeitantes à Arqueologia portuguesa.

Foi exportada a informação relativa a todos os autores de referências bibliográficas com ano de publicação entre 1970 e 2014, bem como os anos das respectivas referências. Foram registadas 10.061 referências bibliográficas e 2.348 referências de autor³². De seguida, foram eliminadas as multiplicações de referências de autor relativas à mesma pessoa³³ e estas transformadas em nomes. Por fim, estes nomes foram carregados na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual das suas referências bibliográficas. Foram anuladas as repetições (relativamente aos nomes já constantes na tabela) e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

³² O objectivo foi listar autores/arqueólogos com trabalho científico regular sobre temas da Arqueologia portuguesa, mesmo que não tivessem outras participações na actividade arqueológica. Assim, excluíram-se autores: associados apenas a uma referência bibliográfica, que só publicaram sobre temas não portugueses, que só publicaram sobre Arqueologia subaquática ou que só publicaram sobre temáticas no âmbito das arqueociências.

³³ Por exemplo, a arqueóloga Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot tem associadas sete referências de autor distintas: BLOT, Maria Luísa; BLOT, M.L.; BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro; BLOT, Maria-Luísa; BLOT, Maria Luísa Pinheiro; BLOT, Maria Luísa P.; BLOT, Maria.

f) Autorizações, Trabalhos, Projectos, Pessoas Colectivas, Relatórios

A consulta por associação destes formulários permitiu a recolha de informação sobre a Categoria e o Enquadramento institucional de cada trabalho arqueológico e projecto efectivamente realizados, a carregar nas *Tabelas Actividade Arqueológica*.

No que respeita à Categoria³⁴ das intervenções arqueológicas, a sua tipificação foi determinada a partir do campo “Tipo”³⁵ do formulário *Projecto* no âmbito do qual decorrem. Contudo, e principalmente para as primeiras décadas do período em estudo nos quais o conceito de categoria na actividade arqueológica não estava estabelecido, frequentemente, foi necessária a consulta ficha a ficha do formulário *Trabalho Arqueológico*, nomeadamente dos campos “Objectivos” e “Resultados”. Assim, sempre que surgiram dúvidas relativamente à categoria das intervenções, esta foi determinada a partir da leitura da informação constante nestes campos.

O *Endovélico* não regista directamente o Enquadramento institucional de cada intervenção arqueológica e projecto desenvolvidos no período em estudo (a carregar nas *Tabelas Actividade Arqueológica*). Só em 2015, após a publicação RTA/2014 foram implementadas no sistema alterações que permitem registar para cada *Autorização* a “Entidade Enquadrante”³⁶.

Atendendo a esta contingência, o acesso a esta informação no *Endovélico* nem sempre está registado e, principalmente, não é directo (não permite exportação), ou seja, implica pesquisa manual, ficha a ficha:

→ Autorização (formulário) → Projecto (formulário associado) → Pessoas Colectivas (formulário associado);

Ou:

→ Autorização (formulário) → Projecto (formulário associado) → Relatório (formulário associado) → Entidades (campo).

³⁴ De acordo com o RTA/2014 (Artigo 3.º), os trabalhos arqueológicos enquadram-se nas categorias A (investigação), B (valorização), C (acções preventivas) e D (acções de emergência).

³⁵ O campo “Tipo” de projecto tem o seguinte *thesaurus*: Prevenção, Valorização, Por classificar e Investigação *ad hoc* (sem projecto formalmente submetido e aprovado).

³⁶ A entidade enquadrante é a instituição, pública ou privada que assume a gestão e organização da intervenção arqueológica, apoiando o arqueólogo na sua tarefa de direcção científica. Pode ser uma empresa de arqueologia, uma unidade de investigação, uma autarquia, uma associação, etc. (Bugalhão, 2015, p. 46). Segundo a alínea c) do artigo 2.º do RTA, entidade enquadrante é “responsável pela logística, organização e segurança dos trabalhos arqueológicos”.

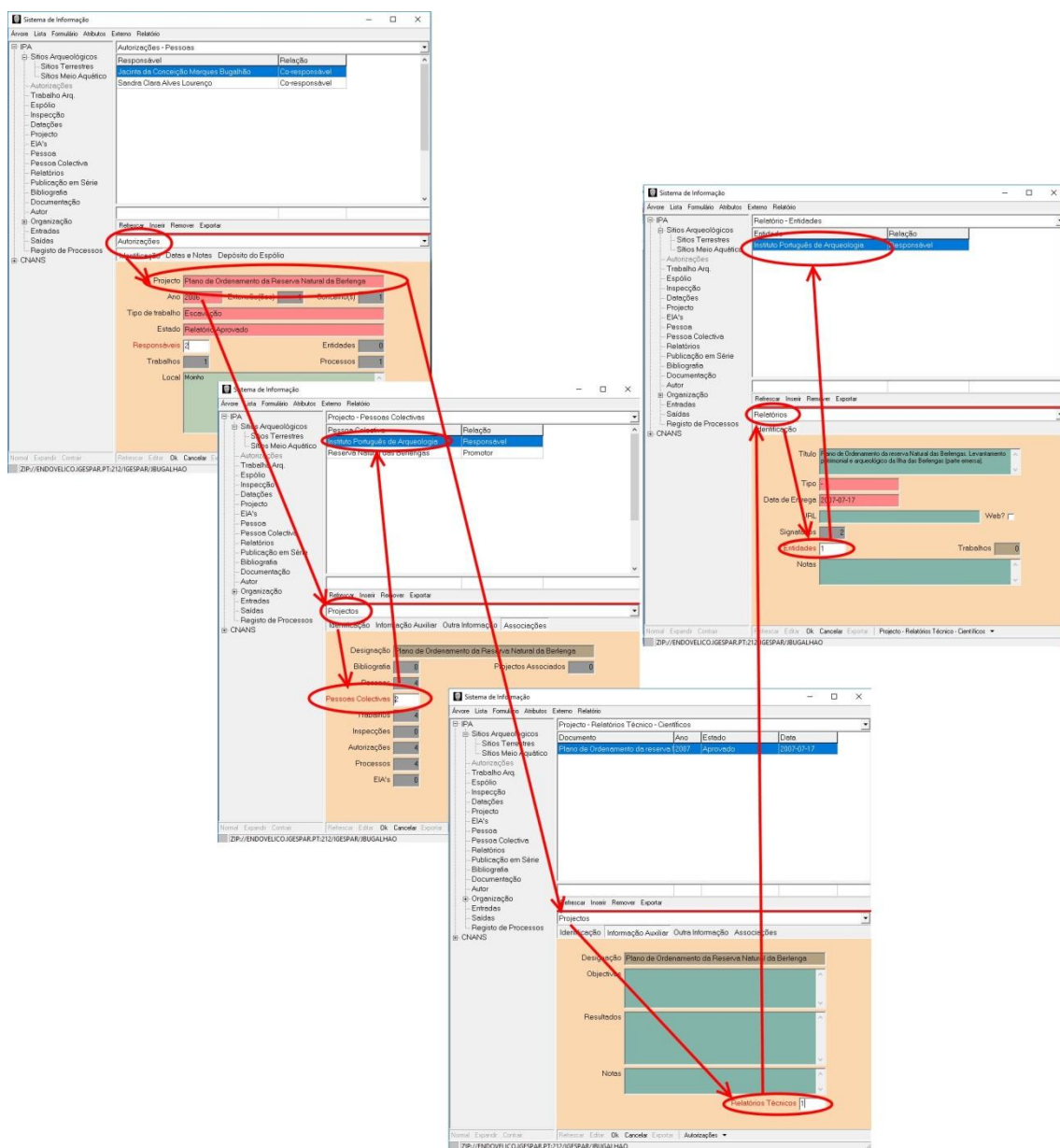


Figura 8: *Endovélco, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*. Processo de aquisição de dados sobre as entidades enquadrantes na actividade arqueológica (e dados indirectos sobre o enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos).

Por vezes, a partir dos nomes dos arqueólogos responsáveis (directores científicos) e do conhecimento pessoal previamente adquirido sobre as suas “relações” institucionais e profissionais, foi possível determinar o enquadramento institucional da intervenção arqueológica. Mas tal só aconteceu numa pequena minoria dos casos, atendendo à grande instabilidade de enquadramento institucional em que os arqueólogos trabalham em Portugal, principalmente no século XXI.

Por outro lado, é claro que nem sempre as intervenções arqueológicas têm enquadramento institucional. Muitas vezes, e durante todo o período em estudo, as intervenções de investigação (e mesmo das demais categorias) decorrem de iniciativas pessoais e individuais dos arqueólogos que as promovem, constituídos ou não em equipas de investigação *ad hoc*, com escassos apoios. Por outro lado, essencialmente a partir de 2000, com o crescimento da Arqueologia Preventiva (categoria C), marcam presença de forma crescente os arqueólogos que trabalham em regime liberal ou em regime de trabalho independente. É certo que na maioria dos casos, como se documentará, estes profissionais liberais trabalham como prestadores de serviços para as mais variadas instituições. Mas trata-se de uma realidade volátil e informal e nem sempre é fácil determinar esta relação entre o prestador e o contratante de serviços e identificar este último. Num número bastante difícil de determinar, as intervenções arqueológicas são realizadas por arqueólogos em regime liberal ou em trabalho independente, contratados directamente pela entidade contratante³⁷, sem a intervenção de uma “entidade enquadrante”. Concluindo, por vezes, o campo “Enquadramento Institucional” não foi preenchido. Tal ocorreu porque (i) a intervenção em causa decorreu sem qualquer tipo de enquadramento institucional; ou porque (ii) não foi possível, com base da informação disponível, determinar com grau de segurança aceitável, o seu enquadramento institucional.

As instituições extraídas destes formulários (enquadrantes de trabalhos arqueológicos ou empregadoras e de enquadramento do trabalho de arqueólogos) foram posteriormente carregadas na *Tabela Instituições*.

g) Processo e Entradas

Para a recolha da informação relativa a processos de AIA e de IGT, relevantes para a salvaguarda arqueológica, foi feito o levantamento de *Processos* (respectivo formulário) com referência ao seu ano de abertura. Complementarmente, foram feitas pesquisas por palavra no formulário *Entradas*, de forma a filtrar os assuntos

³⁷ Na acepção definida na alínea b) do artigo 2.º do RTA/2014, “entidade contratante”, “é qualquer pessoa, singular ou coletiva, de natureza pública ou privada, que por sua iniciativa ou por imposição legal promova a realização de trabalhos arqueológicos”, ou seja, qualquer pessoa ou instituição que despolete, tome a iniciativa e suporte financeiramente o trabalho arqueológico (Bugalhão, 2015, p. 46).

relacionados com os processos de AIA e IGT em cada ano. De seguida esta informação, sempre com referência ao ano (de abertura de processo e de troca de correspondência), foi depurada e reduzida a processo e assim foram obtidas as *Tabelas processo de AIA* e *processo de IGT*. Estas tabelas pretendem englobar a totalidade dos processos e a respectiva duração, nas fases de levantamento da situação de referência, diagnóstico, caracterização, elaboração, discussão e aprovação em comissão, minimização e entrega de relatórios, etc.

Atendendo às alterações da estrutura orgânica de gestão do Património arqueológico no Estado a partir de 2012 e à dispersão das competências relativas ao acompanhamento de processos de AIA e IGT pela DGPC2 e pelas DRC2, entre 2012 e 2014, foi necessário também recolher estes dados a partir do sistema *Ulysses* (ponto 3.2.4.).

h) Sítios Arqueológicos

O formulário *Sítio Arqueológico* é o centro do sistema de informação arqueológica *Endovélico* (figura 6). A evolução no número de sítios inventariados por ano decorre directamente da actividade arqueológica e da produção bibliográfica, mas também da capacidade de recolha, síntese e inventário das entidades de tutela que geriram e gerem o *Endovélico*.

Os valores correspondentes aos sítios arqueológicos inventariados entre 1982 e 1996 foram estimados a partir de diversas fontes de informação: as fichas de inventário manuais (que possuíam um campo para a data de criação), bibliografia (Marques, 1991b e 1993b; Marques e Costa 1997; Real, 1995: 27), livros de registo do Código Nacional de Sítio, etc. A partir de 1997, os valores de cada ano correspondem aos sítios arqueológicos inventariados no dia 31 de Dezembro de cada ano. Em 2004, foram inseridos no *Endovélico* os cerca de 1.500 sítios e achados arqueológicos subaquáticos inventariados pelo CNANS (que representavam, em Agosto de 2018, 1.923 sítios e achados).

A evolução anual do número de sítios arqueológicos inventariados é um indicador indirecto da actividade arqueológica e é nesse sentido que é considerado e utilizado no contexto desta dissertação (Gráfico 154).

3.2.4. *Ulysses, Sistema de informação do património classificado, versão intranet*

Segundo a página oficial da DGPC2 na internet, o sistema *Ulysses* disponibiliza conteúdos sobre Património imóvel classificado e em vias de classificação (DGPC; Costa e Marques, 2002, p. 118). Contudo e de facto, para além de um sistema de inventário do Património, o *Ulysses* é essencialmente um sistema de gestão documental (Costa e Marques, 2002) e é nessa perspectiva que é essencialmente usado desde a sua criação no IPPAR2, no IGESPAR e DRC1 e, actualmente, em utilização partilhada na DGPC2 e nas DRC2.

Como foi referido, de forma a completar as informações relativas a processos de AIA e IGT, entre 2012 e 2014, foram feitas pesquisas por palavra no formulário *Documentos* (com restrição Entradas, no campo “Tipo” de documento) do sistema *Ulysses*. Esta informação, sempre com referência ao ano, foi depurada e reduzida a processo e carregada nas *Tabelas processo de AIA e processo de IGT*.

3.2.5. Base de dados *FileMaker* do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR

Entre os anos 80 do século XX e 1996, o Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR1 desenvolveu e utilizou uma base de dados *FileMaker* para gestão da actividade arqueológica (cujo *backup* em utilização em 1997 não foi possível localizar), na qual eram registadas as intervenções arqueológicas autorizadas. Essa base de dados integrava 3.444 entradas/intervenções arqueológicas realizadas entre 1979 e 1998, sendo que o período que aparenta fornecer informação mais completa se situa entre 1983 e 1997.

Já durante o período de gestão do IPA, esta base de dados foi migrada para *Microsoft Access* de forma a facilitar o acesso e transferência de informação para o *Endovélico*, o que de facto foi acontecendo durante o processo de carregamento de dados antigos. Mas este carregamento nunca foi integral, pois tal dependia da localização do respectivo suporte documental (PATA, autorizações, relatórios, etc.) no *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*. Como muitos desses documentos nunca foram localizados (como foi referido, uma parte dessa documentação permanecerá ainda nos arquivos dos antigos SRAZ – Porto, Coimbra e Évora – das antigas Direcções Regionais do IPPAR1 – Porto, Coimbra, Évora e Faro, actualmente DRC2), a consulta desta base de dados continua a ser útil.

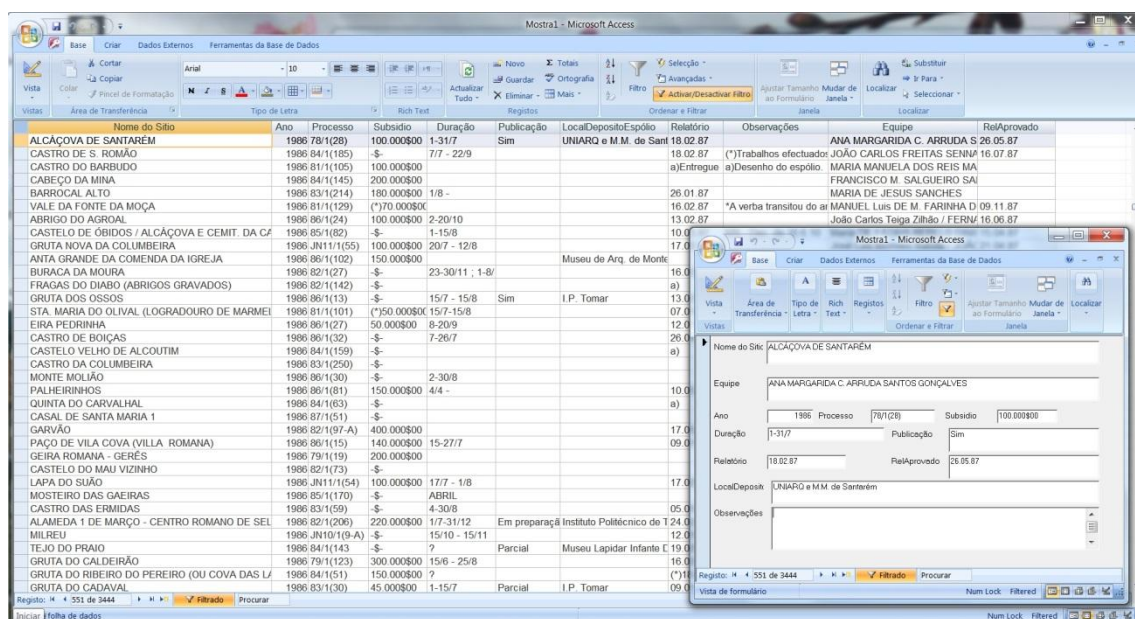


Figura 9: Print screen da base de dados Access para a qual foram migrados os dados da base de dados utilizada no Departamento de Arqueologia (IPPC/IPPAR1) para gestão da actividade arqueológica.

Assim, foi extraída toda a informação constante nesta base de dados, que de seguida foi carregada nas *Tabelas Actividade Arqueológica*. Foram anuladas as repetições relativamente às intervenções e projectos já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada um.

Foi exportada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram cientificamente estes trabalhos e carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual dos seus trabalhos. Foram anuladas as repetições (relativamente aos nomes já constantes na lista) e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

3.2.6. Tabelas *Excel* para apoio da gestão da actividade arqueológica

Entre 1997 e 2002, mais uma vez para apoio à gestão da actividade arqueológica e atendendo a que, na época, não tinha ainda sido desenvolvido o formulário *Autorizações* no *Endovélico*, a Divisão de Inventário do IPA recolheu os dados relativos a autorizações para realização de trabalhos arqueológicos concedidas no mesmo período em tabelas *Excel* anuais. Mais uma vez, o objectivo era que esta informação fosse posteriormente (quando o sistema o comportasse) carregada no *Endovélico*. Contudo, também este carregamento nunca foi concretizado na íntegra, neste caso

por incapacidade operacional da equipa de Inventário de Arqueologia, a braços com a crescente actividade arqueológica, com o desinvestimento e desatenção infelizmente dispensados a esta área funcional e com a crescente redução de equipa. Assim, os dados constantes nestas listagens (guardadas cuidadosamente nas pastas de Partilha do servidor utilizadas pela equipa do Inventário de Arqueologia e também em arquivo pessoal) continuam a constituir fonte de informação útil e única.

Assim, para o período entre 1997 e 2002, foi extraída toda a informação constante nestas listagens e, de seguida, carregada nas *Tabelas Actividade Arqueológica*. Foram anuladas as repetições relativamente às intervenções e projectos já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada um deles.

Foi exportada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram cientificamente estes trabalhos e carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual das suas direcções científicas. Foram anuladas as repetições (relativamente aos nomes já constantes na tabela) e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

3.2.7. Portal do Arqueólogo

O *Portal do Arqueólogo* é uma plataforma electrónica criada pela DGPC2 em 2012, (Gomes *et al.*, 2012, p. 7; Sousa, 2013, p. 42). Segundo o RTA/2014 (Anexo 60), o *Portal do Arqueólogo* é a “plataforma eletrónica de acesso à informação sobre o património arqueológico que integra os dados registados na base de dados da DGPC (*Endovélico*), disponível através da página eletrónica da DGPC” (alínea e) do artigo 2.º). Segundo a página oficial da DGPC na *internet* “o Portal do Arqueólogo é dedicado a todos os profissionais que trabalham na área da arqueologia profissional e de investigação, (...) pretende facilitar e agilizar procedimentos decorrentes da prática profissional da arqueologia no território continental e promover a dinâmica entre a tutela do património arqueológico e o trabalhador/investigador” (DGPC). Para tal, determina o RTA/2014 que “todos elementos e documentação (..) [relativos ao PATA] são submetidos em formulário electrónico próprio, disponível no Portal do Arqueólogo” (n.º 4 do artigo 7.º).

As duas definições oficiais, embora divergentes, complementam-se. De facto, o *Portal do Arqueólogo* funciona essencialmente como plataforma de submissão electrónica de PATA e PIPA, muito embora incluía também as funcionalidades de pesquisa de

conteúdos de acesso público do *Endovélico* (cuja presença e imagem pública foi assim praticamente banida, infelizmente) e de informação geográfica (a partir de 2019, designada GeoPortal pesquisa georreferenciada de sítios arqueológicos). O *Portal do Arqueólogo* possibilita ainda a cada arqueólogo registado a, muito útil, consulta do seu “cadastro administrativo”, informação igualmente armazenada no *Endovélico* mas, pela sua natureza, não está disponível à consulta pública³⁸.

De forma a garantir a adequada prossecução dos objectivos do *Portal*, nomeadamente a submissão *online* de PATA e de PIPA, é exigido aos arqueólogos registados o preenchimento e actualização do respectivo *curriculum vitae*. Assim sendo, e no que respeita aos dados biográficos e curriculares dos arqueólogos em actividade entre 2012 e a actualidade, o *Portal do Arqueólogo* constitui a melhor fonte de informação disponível. Em consonância e através do acesso à versão *intranet* do *Portal*, foram recolhidos os nomes aí registados com indicação de profissão “Arqueólogo” e respectivos dados biográficos (local e data de nascimento) e curriculares (habilitações académicas, bibliografia, direcção e participação em trabalhos arqueológicos e projectos, enquadramento institucional, período de actividade, etc.) associados. Estes dados foram carregados na *Tabela Arqueólogos* e, de seguida, anuladas as repetições e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

³⁸ Consulta de: Autorizações de Trabalhos Arqueológicos; Gestão de relatórios entregues; consulta e preenchimento de *curriculum vitae*; notificação por via electrónica do despacho do PATA (Portal).

PATRIMÓNIO CULTURAL

PORTAL DO ARQUEÓLOGO

Registo de Arqueólogos

Registo de Arqueólogos

Arqueólogo: Jacinta da Conceição Marques Bugalhão | Pedido em: 2016-03-31 | Estado: Aceite

Registo Site

CV

PATA

Submeter PATA

Submeter PIPA

NOME

Jacinta da Conceição Marques Bugalhão

INSTITUIÇÃO

Direcção Geral do Património Cultural

PROFISSÃO

Arqueóloga

TELEFONE

MORADA

RAZÕES

Profissionais

EMAIL

jacintabugalhao@gmail.com

USERNAME

jacintabugalhao

PASSWORD

Reset

Registo de Arqueólogos

Arqueólogo: Jacinta da Conceição Marques Bugalhão | Pedido em: 2016-03-31 | Estado: Aceite

Registo Site

CV

PATA

Submeter PATA

Submeter PIPA

Curriculum Vitae electrónico

DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO

Jacinta da Conceição Marques Bugalhão

NATURALIDADE*

Amadora

DATA DE NASCIMENTO*

25/09/1967

NACIONALIDADE*

Portugal

MORADA*

TELEFONE

TELEMÓVEL

EMAIL

jacintabugalhao@gmail.com

FORMAÇÃO ACADÉMICA*

ANO (AAAA)	GRAU ACADÉMICO	INSTITUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO		
1997	Mestrado	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Muito Bom	Adicionar	Remover
1989	Licenciatura	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	15	Adicionar	Remover

ÁREA DE ATIVIDADE CIENTÍFICA

DESCREVER

Arqueologia urbana de Lisboa; Lisboa islâmica; Produção oleira islâmica; Urbanismo antigo da cidade de Lisboa; Produção de conservas de peixe em época romana; Ânforas romanas; Gestão do Património Arqueológico; Legislação sobre património Cultural; História da Arqueologia Portuguesa.

Expandir

DOMÍNIO E INTERESSES DE ESPECIALIZAÇÃO

Figura 10: Portal do Arqueólogo, *print screen* da versão intranet.

3.2.8. Bibliografia

Na avaliação da qualidade da informação de base relativa à actividade arqueológica, foram reconhecidas lacunas nos dados carregados no sistema *Endovélico* e nos outros suportes digitais utilizados (bases de dados e listagens referidas). Afigurou-se notório que a informação era imperfeita, uma vez que há plena consciência que aqueles dados estão longe de estar completos, embora também não seja fácil determinar em que medida estão incompletos. Decidiu-se então recorrer à bibliografia por forma a completar os dados relativos à actividade arqueológica e à direcção de trabalhos.

O ideal seria a consulta integral de referências bibliográficas relativas à Arqueologia portuguesa e extrair destas informação sobre os trabalhos de campo realizados em Portugal entre 1970 e 2002. Numa tentativa de dimensionar o esforço potencialmente envolvido nesta tarefa procedeu-se à importação de referências bibliográficas constantes no *Endovélico*. Salienta-se que a informação bibliográfica publicada até 1995 e constante no sistema está muito completa. Em 2003, na Divisão de Inventário no IPA (Bugalhão, 2004) concretizou-se a inserção integral das referências bibliográficas constantes nos volumes da *Bibliografia Arqueológica Portuguesa*, entre o século XVI e 1989 (Mendes, 1970 e 1973; Oliveira, 1984, 1985 e 1993) e no manuscrito inédito de recolha análoga efectuada por António Marques de Faria (referente ao período entre 1990 e 1995).

Assim, num primeiro momento, procedeu-se à importação de referências bibliográficas do *Endovélico* com datas de publicação entre 1970 e 1996, tendo-se obtido uma listagem com cerca de 6.000 referências e cerca de 3.000 volumes. Atendendo ao elevado número de volumes e referências em causa e a que, entre 1980 e 2002 havia já alguma compensação para as lacunas de informação do *Endovélico* com recurso a outras fontes de informação (Base de dados *FileMaker* do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR1 e Tabelas *Excel* para apoio da gestão da actividade arqueológica - 1997-2002), restringiu-se a pesquisa bibliográfica para o período entre 1970 e 1983, tendo-se obtido uma listagem com cerca 1.500 referências e cerca de 600 volumes. Ainda assim, considerou-se incomportável a consulta deste volume de bibliografia. Seleccionou-se então, a partir da listagem obtida, um conjunto de publicações periódicas com maior regularidade de edição e as actas de algumas reuniões científicas realizadas neste intervalo temporal.

Quadro 1 – Bibliografia consultada

Título da Edição	Ano de Publicação
O Arqueólogo Português, 3.ª série, 4, 1970	1970
O Arqueólogo Português, 3.ª série, 5, 1971	1971
Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 22-1, 1971	1971
Arqueologia a História, 2.ª série, vol. IV, 1972	1972
O Arqueólogo Português, 3.ª série, 6, 1972	1972
II Jornadas Arqueológicas, 1973, vol. 1	1973
II Jornadas Arqueológicas, 1973, vol. 2	1973
Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 22-2, 1973	1973
Comunicações dos Serviços Geológicos, 57, 1973-74	1974
Arquivo de Beja, 28-32, 1971-1975	1975
Comunicações dos Serviços Geológicos, 59, 1975	1975
O Arqueólogo Português, 3.ª série, 7-9, 1974-77	1977
Setúbal Arqueológica, 2-3, 1976-1977	1977
Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 23-1, 1977	1977
III Jornadas Arqueológicas, 1978	1978
Revista de Guimarães, 88, 1978	1978
Setúbal Arqueológica, 4, 1978	1978
Bracara Augusta, 75-76, 1979	1979
Clio (Primeira Série), 1, 1979	1979
Informação Arqueológica, 1 (1977-1978)	1979
Revista de Guimarães, 89, 1979	1979
Setúbal Arqueológica, 5, 1979	1979
Arqueologia, 1, 1980	1980
Arqueologia, 2, 1980	1980
Clio (Primeira Série), 2, 1980	1980
Conimbriga, 19, 1980	1980
Revista de Guimarães, 90, 1980	1980
Arqueologia, 3, 1981	1981
Clio (Primeira Série), 3, 1981	1981
Setúbal Arqueológica, 6-7, 1980-1981	1981
Clio (Primeira Série), 4, 1982	1982
Informação Arqueológica, 2, 1979	1982
Informação Arqueológica, 3 (1980)	1983
Informação Arqueológica, 4 (1981)	1984
Arquivo de Beja, 2.ª série, 2, 1985	1985
Informação Arqueológica, 5 (1982-1983)	1985
Informação Arqueológica, 6 (1984)	1986
Arquivo de Beja, 2.ª série, 3, 1988	1988
Actas das II Jornadas Arqueológicas, 1972	1973
Actas das II Jornadas Arqueológicas, 1977	1978

Foram consultados 41 volumes e, embora uma parte considerável dos trabalhos publicados se refira a achados fortuitos e recolhas avulsas de espólio, desta consulta resultou a recolha de informação sobre 131 intervenções arqueológicas realizadas entre 1970 e 1983.

Assim, foi extraída da bibliografia consultada toda a informação aí constante sobre estas intervenções e carregada nas *Tabelas Actividade Arqueológica*. Foram anuladas as repetições relativamente às intervenções e projectos já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada um deles.

Foi elaborada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram cientificamente as intervenções referidas na bibliografia que posteriormente foi carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual dos seus trabalhos. Foram anuladas as repetições (relativamente aos nomes já constantes na tabela) e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

3.2.9. Arquivo “do Conselho Consultivo”

Este valiosíssimo arquivo não se encontra individualizado de entre o conjunto de arquivos históricos que a DGPC guarda actualmente³⁹. Tradicionalmente, é denominado pelos funcionários da instituição, como o Arquivo do “Conselho Consultivo” (do IPPC/IPPAR). Tanto quanto se depreende, o arquivo não foi alvo de qualquer tratamento ou catalogação. Do que foi observado pela consulta dos documentos aí guardados, trata-se de um arquivo produzido no âmbito do funcionamento das estruturas com funções consultivas dos diversos organismos do Estado com competências na gestão do Património Cultural imóvel. Não se conhecem os limites temporais da documentação agrupada neste fundo, sendo que tem documentos pelo menos desde 1957.

Assim, e do que foi possível concluir numa observação muito superficial, este arquivo engloba diversos fundos documentais, nomeadamente produzidos por:

³⁹ Na sua página oficial na *internet*, a DGPC refere a existência de “Arquivos do ex-IGESPAR e do ex-IMC” mencionando os principais fundos e colecções.

- 1.ª Subsecção da 2.ª secção - Antiguidades e Belas-artes – da JNE⁴⁰, extinta a 25 de Fevereiro de 1977 (pelo Decreto-Lei n.º 70/77 dessa data); as secções e subsecções continuaram a funcionar até à criação estruturas consultivas e administrativas (até 1978);
- Subcomissão de Arqueologia da Comissão Instaladora do ISPCN (1978 - 1980) (criada por Despacho de 23 de Março de 1978, Anexo 63);
- Comissão *ad hoc* de Arqueologia (criada por Despacho 118/80 de 16 de Abril);
- Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (Anexo 67);
- Conselho Consultivo do IPPC (Anexo 19);
- Conselho Consultivo do IPPAR1 (Anexo 25)⁴¹.

O objectivo na consulta desta documentação era a recolha de informação relativa à actividade arqueológica e aos arqueólogos que a desenvolviam, na fase inicial do período em estudo. Uma vez que o arquivo não dispõe de nenhum tipo de catalogação, foi necessário, num primeiro momento abrir todas as pastas e arquivadores, para seleccionar os processos relacionados com a gestão da actividade arqueológica, no lapso temporal em causa. Foram identificadas 21 pastas e/ou arquivadores, com documentação relevante para o tema, entre 1970 e 1985. Foi possível recolher informação sobre 133 intervenções arqueológicas decorridas entre 1972 e 1989. Para o período em estudo, a quantidade de informação é crescente, mas registam-se alguns lapsos (possivelmente decorrentes da dispersão ou perda de documentação).

⁴⁰ Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de Agosto, que cria o IPPC, determina do seu artigo 61.º que “os arquivos das 2.ª e 3.ª Secções da extinta Junta Nacional de Educação (...) serão afectos ao IPPC”. Segundo Coelho (2018, p. 55), conserva-se no fundo da JNE do Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência documentação produzida no âmbito da actividade da 2.ª secção - Antiguidades e Belas-artes – da JNE, nomeadamente 336 processos, com documentação ente 1941 e 1956. Pelas datas referidas, poderá ter ocorrido um divisão dos fundos arquivísticos, embora não se perceba com que critério. Por outro lado alguma da documentação poderá ser duplicada.

⁴¹ Este fundo documental terá continuidade nos arquivos dos já referidos Conselho Consultivo do IPPAR2 e do Conselho Nacional da Cultura. O Conselho Consultivo do IPA (criado no âmbito da Lei orgânica deste organismo) nunca chegou a funcionar, portanto, não produziu qualquer arquivo.

Quadro 2 - Arquivo do “Conselho Consultivo”, documentação consultada

Ano	N.º de pastas/arquivadores identificados e consultados
1970	0
1971	0
1972	0
1973	1
1974	1
1975	2
1976	1
1977	1
1978	5
1979	4
1980	3
1981	6
1982	9
1983	12
1984	9
1985	3

Assim, foi extraída da documentação consultada toda a informação relevante e carregada nas *Tabelas Actividade Arqueológica*. Foram anuladas as repetições relativamente às intervenções e projectos já aí constantes e concatenada a informação relativa a cada um deles.

Foi elaborada a lista de todos Arqueólogos que dirigiram cientificamente as intervenções referidas na documentação que posteriormente foi carregada na *Tabela Arqueólogos*, bem como o intervalo anual dos seus trabalhos. Foram anuladas as repetições (relativamente aos nomes já constantes na tabela) e concatenada a informação relativa a cada arqueólogo.

3.2.10. Conteúdos disponíveis online

a) PORDATA

Segundo a sua página oficial na *internet*, a “PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo, é organizada e desenvolvida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos” e dedica-se à “recolha, organização, sistematização e divulgação da informação sobre múltiplas áreas da sociedade, para Portugal, municípios”, recorrendo

a “fontes oficiais e certificadas (...)”, com especial destaque para o Instituto Nacional de Estatística” (PORDATA).

No âmbito do presente trabalho, os dados disponibilizados pela PORDATA serviram essencialmente como referência da realidade nacional global, para efeitos de comparação com os dados do sector arqueológico. Por exemplo, foram recolhidos e utilizados os indicadores relativos à região de nascimento da população em Portugal, para confronto com os valores de naturalidade dos arqueólogos.

Foram também utilizados os valores de diplomados (no ensino superior) e de doutorados, por ano, em Portugal, para comparação com os valores análogos na comunidade arqueológica.

b) Direcção-Geral do Ensino Superior

A DGES disponibiliza na sua página oficial na *internet* (DGES) informação sobre os cursos de ensino superior em Arqueologia oferecidos actualmente nos estabelecimentos de ensino superior portugueses. Segundo informação fornecida pela DGES (na sequência de pedido de esclarecimento efectuado) apenas a partir de 1988 foi criado um sistema de registo e acreditação de cursos de ensino superior em Portugal⁴². Anteriormente a essa data, mediante proposta das universidades, o Ministério de tutela autorizava e publicava em Diário da República a criação ou alteração dos cursos.

A DGES disponibiliza ainda informação estatística sobre o acesso ao ensino superior em Portugal, nomeadamente o número de colocados por ano. Foram consultados e utilizados os valores disponibilizados para o período entre 1997 e 2014, nos cursos de Arqueologia. Estes dados serviram para estabelecer a diferença entre o número de alunos colocados e licenciados por ano e destinaram-se principalmente à caracterização da evolução da formação académica superior em Arqueologia em Portugal.

A DGES disponibiliza também listas de reconhecimentos e equivalências conferidos a graus e diplomas obtidos no estrangeiro. Estes dados foram utilizados essencialmente no apuramento das qualificações académicas dos Arqueólogos, revertendo assim para

⁴² Actualmente esta competência está atribuída à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

a respectiva *Tabela*, bem como para a *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*. Esta informação alimentou também, ainda que de forma indirecta, a *Tabela Ensino Superior da Arqueologia*.

c) Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

A DGEEC disponibiliza na sua página oficial na *internet* “informação estatística oficial na área da educação, da ciência e tecnologia e da sociedade da informação” (DGEEC). Foram consultados essencialmente os dados estatísticos sobre o ensino superior em Portugal, nomeadamente sobre o número de diplomados/ano⁴³. Estes valores foram consultados e utilizados como referência, para efeitos de comparação entre o ensino superior em geral e o ensino superior em Arqueologia.

A mesma fonte disponibiliza valores estatísticos oficiais sobre os diplomados/ano (nos vários graus), por sexo e estabelecimento de ensino⁴⁴. Estes dados foram recolhidos e utilizados na caracterização da evolução do ensino superior em Arqueologia, em Portugal, ou seja, foram carregados na *Tabela Ensino Superior da Arqueologia*.

Por fim, foi igualmente consultada a plataforma RENATES, Registo Nacional de Teses e Dissertações (disponibilizada igualmente pela DGEEC) que “recolhe informação oficial sobre teses de doutoramento e dissertações de mestrado realizadas (...) e reconhecidas em Portugal”, desde 1970 (doutoramento) e 2013 (mestrado). Os dados recolhidos foram carregados na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia* e reverteram indirectamente para a *Tabela Ensino Superior da Arqueologia*.

d) Diário da República Electrónico. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Presidência do Conselho de Ministros.

O Diário da República Electrónico é o “serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República (...) assegurado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda” (DRE). Esta plataforma foi utilizada para a consulta de legislação relativa ao regime jurídico aplicável ao Património Cultural imóvel arqueológico, à actividade arqueológica e à

⁴³ Diplomados em cursos/ciclos de estudos de ensino superior por sexo.

⁴⁴ Licenciados/ano por estabelecimento de ensino, curso, ramo, área de educação, formação e sexo.

evolução institucional do Estado no que respeita à gestão da Arqueologia e do Património arqueológico.

Relativamente aos dados quantitativos, a sua consulta incidiu essencialmente sobre a evolução dos graus de ensino superior em Arqueologia nos estabelecimentos de ensino superior portugueses. Foram pesquisados e consultados os diplomas legais (Portarias, Decretos, Decretos-Lei, Despachos, etc.) de criação, alteração, certificação, reconhecimento, etc. de cursos/graus de ensino superior em Arqueologia em universidades e politécnicos portugueses. A informação recolhida foi carregada na *Tabela Ensino Superior da Arqueologia*.

e) Repositórios académicos (e outros conteúdos online disponibilizados por instituições de ensino superior)

Na sequência da implementação da norma OAIS (*Open Archival Information System*) (ISO 14721:2003) tem-se verificado uma expansão e consolidação dos repositórios digitais científicos⁴⁵, nomeadamente os repositórios digitais de estabelecimentos de ensino superior. Os repositórios digitais dos estabelecimentos de ensino superior com oferta de cursos na área da Arqueologia no período em estudo foram consultados para recolha de dados com vista à constituição da *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

Para além dos repositórios digitais, as páginas oficiais na *internet* dos estabelecimentos de ensino superior portugueses disponibilizam informação sobre as estruturas curriculares da sua oferta formativa em Arqueologia. Sempre que relevante, esta informação foi recolhida e carregada na *Tabela Ensino Superior da Arqueologia*. Com alguma frequência, as páginas incluem também informação sobre os mestrados e doutoramentos defendidos (em secções de agenda e respectivos arquivos), informação que também reverteu para a *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

⁴⁵ Veja-se por exemplo a constituição do *Grupo de Trabalho Directório dos Repositórios Digitais* (GT-DRD), pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Patrício, 2017).

f) PORBASE. Biblioteca Nacional de Portugal

A “PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos é o catálogo colectivo em linha das bibliotecas portuguesas, constituindo a maior base de dados bibliográficos do país na qual colaboram a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e mais de 170 bibliotecas portuguesas” (PORBASE). Nesta base de dados, efectuou-se pesquisa de teses/dissertações (de mestrado e doutoramento) no período em estudo, para a constituição da *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

Para além da pesquisa bibliográfica em geral, a consulta da PORBASE foi igualmente útil para a recolha de dados biográficos de arqueólogos, nomeadamente do seu ano de nascimento, informação nem sempre fácil de localizar e, nas bases de dados bibliográficas, frequentemente associada ao registo de autor. A informação recolhida foi carregada na *Tabela Arqueólogos*.

g) Depósito de Dissertações e Teses Digitais. Biblioteca Nacional de Portugal

Embora actualmente suspenso, o DITED, serviço disponibilizado pela Biblioteca Nacional tem depositadas mais de 2.500 dissertações e teses e oferece motores de pesquisa que possibilitam filtragem por área científica, tipo de grau e estabelecimento de ensino superior. Foram pesquisadas as teses e dissertações em Arqueologia e os resultados obtidos foram carregados na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

h) Plataforma DeGóis/Ciência Vitae. Fundação para a Ciência e a Tecnologia

A Plataforma DeGóis era “um instrumento de recolha, disponibilização e análise da produção intelectual, científica e outras informações curriculares dos Investigadores Portugueses” (Degóis). A consulta dos *curricula* disponíveis nesta plataforma foi muito útil, nomeadamente para a recolha de informação biográfica, de produção científica e de integração institucional dos arqueólogos. A informação recolhida foi carregada na *Tabela Arqueólogos*.

Por outro lado, a consulta desta plataforma foi também bastante produtiva no que se refere aos dados sobre mestrados e doutoramentos em Arqueologia, tanto através dos dados constantes nos *curricula* dos investigadores sobre o seu próprio percurso académico, como em relação às suas orientações e participações em júris. A

informação recolhida foi carregada na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

A plataforma DeGóis foi entretanto descontinuada e substituída pelo novo sistema nacional de gestão curricular de ciência, Ciência Vitae, que agrega a informação anteriormente dispersa em múltiplas plataformas (<https://cienciavitae.pt/>).

i) Outros conteúdos disponíveis online (dados biográficos e curriculares de arqueólogos)

Para constituição e alimentação da *Tabela Arqueólogos* foi efectuada pesquisa livre online, recorrendo ao motor de pesquisa da do *Google, Inc.* (Google). O recurso a esta fonte de informação não foi despendendo. De facto, a informação pessoal (neste caso, dados biográficos e curriculares) disponibilizada online, quer em páginas web institucionais, quer pelos próprios, é muitíssimo abundante. Esta informação é mais volumosa para os arqueólogos actualmente em actividade, mas também surge para os arqueólogos que trabalharam na fase inicial do período em estudo.

Neste âmbito, destacam-se as páginas oficiais na *internet* dos centros de investigação com actividade na área da Arqueologia, que incluem frequentemente *curricula* dos seus investigadores e bolseiros.

Merecem igualmente referência as biografias disponíveis online, quer as publicadas (veja-se por exemplo o conjunto vasto de biografias publicadas por João Luís Cardoso e disponíveis na sua página na plataforma *Academia.edu*; e também Cardoso, 2000; Fabião, 1989 e 2011), quer as incluídas em páginas específicas. Merecem aqui referências as biografias publicadas pelo Instituto Camões sobre Personagens da Ciência em Portugal (PERSONAGENS), pelo LNEG sobre Personalidades famosas no domínio das Geociências em Portugal (Biografias LNEG) e pela Biblioteca de Arqueologia da DGPC relativas a autores presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner (Biografias DGPC).

Mas, de facto, as fontes de informação não se esgotam nestes repositórios. São vastas (como vasta é a informação que vagueia no ciberespaço) e de alguma forma não controladas, realidade talvez pouco ortodoxa em investigação, mas que se considerou aceitável e útil no contexto da presente dissertação.

3.3. Protecção de Dados Pessoais

Conforme atrás foi amplamente expresso, no decurso do presente trabalho a autora fez uso de uma quantidade considerável de informação, alguma da qual de natureza “pessoal”. Essa informação foi obtida junto das fontes aqui enunciadas e com recurso aos procedimentos descritos.

Em alguns casos, as fontes da informação utilizadas encontram-se sob responsabilidade da DGPC. A autora é funcionária da DGPC. Como já mencionado, o presente projecto de doutoramento foi acolhido por duas entidades: a UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, na qualidade de unidade de investigação; a DGPC, na qualidade de entidade empregadora.

A DGPC2 não só recebeu a autora e seu projecto de doutoramento como instituição de acolhimento, como concedeu a este, de acordo com o Decreto-Lei n.º 272/88 de 3 de Agosto, estatuto de interesse público⁴⁶. A DGPC2 conhece os objectos de estudo e método utilizados no presente projecto e acompanhou todo o processo de elaboração do mesmo, nomeadamente no que se refere à recolha e tratamento dos dados.

Relativamente à protecção de dados pessoais, a **autora declara, sob compromisso de honra, ter sido escrupulosamente cumprida toda a legislação, regulamentação, bem como as boas práticas e normas éticas aplicáveis.**

⁴⁶ Despacho (extracto) n.º 14603/2012 da DGPC, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 219, de 13 de Novembro, p. 37019; Despacho (extracto) n.º 4539/2015 da DGPC, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 87, de 6 de Maio, p. 11006.

4. Formação académica superior em Arqueologia

Neste capítulo pretende-se apresentar um levantamento exaustivo sobre a oferta formativa em ensino superior em Arqueologia em Portugal, bem como dados quantitativos sobre diplomados nos diversos cursos e graus/ciclos. A recolha de dados sobre estes dois temas decorreu de forma muito interligada (Bugalhão, 2016), recorrendo às fontes de informação já referidas (ponto 3.2.10.), nomeadamente conteúdos disponíveis *online*, nomeadamente em: Diário da República Electrónico, DGES, DGEEC, Pordata, Porbase, repositórios académicos, Plataforma DeGóis e Depósito de Dissertações e Teses Digitais.

4.1. Antecedentes

A formação académica superior específica na área científica da Arqueologia é relativamente recente em Portugal. Antes de 1970, os arqueólogos apresentavam formação académica superior em áreas muito diversificadas, embora com clara predominância da História (e antes das Ciências Histórico-Filosóficas). A licenciatura era o grau académico mais comum, obtido normalmente nas Faculdades de Letras das universidades portuguesas onde se ministravam as Humanidades. Muitos arqueólogos não possuíam formação académica superior (ponto 5.8.).

Como ponto prévio refira-se que em Portugal foram ministrados diversos cursos de formação, informais, como os promovidos desde 1969 até à década seguinte pelo Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional/Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa (AAVV, 1969, p. 293), os cursos de Arqueologia subaquática promovidos pela associação Arqueonáutica (Castro, 1996), entre outros.

Nos anos 80 foi sentida a necessidade de uma formação técnica de nível secundário em Arqueologia (Jorge, 1985, p. 178). Desde 1990, ficou disponível formação profissional de nível secundário em Arqueologia, na Escola Profissional de Arqueologia do Freixo, Marco de Canaveses (Dias, 1992; Real, 1995, p. 24-25; Dias, 1998, p. 38) e alguns anos depois na delegação de Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, hoje Escola Profissional da ALSUD. Funcionou ainda, durante pouco tempo, o curso de Assistente de Arqueólogo na Escola Profissional de Setúbal. Como já foi

referido, em 1993, é criado formalmente o curso profissional de Assistente de Arqueólogo (Portaria n.º 693/93 de 22 de Julho).

O ensino da Arqueologia nas universidades portuguesas começou como tema de alguma forma disperso em disciplinas clássicas como filologia, história de arte antiga, epigrafia (Encarnação, 1982, p. 24) e numismática. No século XIX, na Academia Real da Ciências de Lisboa, foram criados os cursos superiores de letras, nos quais figuravam as cadeiras de “História Portuguesa e Arqueologia” em 1857 (Carvalho, 2018, p. 81) e de “Arqueologia Clássica e Medieval” em 1879 (Carvalho, 2018, p. 82). No final do século, com o desenvolvimento dos estudos pré-históricos, alguns conteúdos arqueológicos foram marcando presença no ensino das ciências naturais, nomeadamente na área científica da geologia. Em 1885, Bernardino Machado criou a disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica na Universidade de Coimbra (Fabião, 2011, p. 119; Carvalho, 2018, p. 83). Ainda neste século, registam-se diversos cursos e aulas de Arqueologia em vários seminários portugueses (Carvalho, 2018, p. 84-85).

O ensino da Arqueologia como disciplina ou cadeira específica (no Curso Superior de Letras, ou no liceu) foi proposto por Estácio da Veiga em 1880 como medida incluída no seu *Programma para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal* (Gonçalves, 1980b, p. x; Fabião, 1999, p. 113; Fabião, 2011, p. 147-148; Carvalho, 2018, p. 83; Fabião, 2018, p. 97-98), num programa nunca concretizado. A partir de 1885, a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* promoveu o “Curso elementar de Arqueologia” (Arnaud, 1999, p. 31; Arnaud, 2013, p. 25; Carvalho, 2018, p. 82).

Com a proclamação da República o ensino superior em Portugal foi reestruturado, na chamada “Reforma de 1911”. Neste âmbito, foram criadas as FLUL e FLUC, e definido o respectivo Plano de Estudos (Decreto de 9 de Maio, Diário do Governo n.º 109 de 11 de Maio de 1911). Assim, nestas faculdades, passou a ser ministrado o curso de *Sciencias historicas e geographicas* que incluía no seu plano de estudos as disciplinas de *archeologia, epigraphia e numismatica* (Encarnação, 1982, p. 24; Carvalho, 2018, p. 82). Na FLUL leccionou Arqueologia o Director do *Museu Ethnologico* de Belém, José Leite de Vasconcellos (Fabião, 2011, p. 163). A partir de 1913, o ensino da Arqueologia na FLUL foi assegurado pelo Director do *Museu Ethnologico*, assim como a direcção do

museu era assegurada pelo professor de Arqueologia daquela faculdade (Fabião, 2011, p. 163). A partir de 1911, Mendes Correia ensinou Antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, na qual chegou a catedrático (Fabião, 1999, p. 120). O mesmo arqueólogo ensinou a Arqueologia na FLUP (Fabião, 2011, p. 170), entre 1919 e 1922 (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 33).

Vergílio Correia iniciou o ensino da Arqueologia na Universidade de Coimbra em 1921 (Fabião, 2011, p. 173-174), que se prolongou por mais de duas décadas. Por sua proposta, em 1929, a Universidade de Coimbra adquire um terreno em Conimbriga para o ensino prático da disciplina (Fabião, 2011, p. 174).

Em 1929, os postos de director do *Museu Ethnologico* e professor de Arqueologia da FLUL foram formalmente associados (Fabião, 1999, p. 119). Assim, em 1930, Manuel Heleno assumiu ambas as funções (Fabião, 2011, p. 171).

Nos anos 50 do século XX, D. Domingos de Pinho Brandão ensinou Arqueologia no Seminário Maior do Porto (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 36).

Desde 1953, José Manuel Bairrão Oleiro e desde 1963, Jorge de Alarcão, conduziram o ensino da Arqueologia na FLUC.

Na reforma das leis orgânicas das Faculdades de Letras (Decreto n.º 41.341 de 30 de Outubro de 1957) destinadas aos estudos humanísticos, é considerada a licenciatura em História (que integrava as disciplinas de Pré-História e Arqueologia) e é instituído o doutoramento em Arqueologia. Na FLUL, a cátedra da Arqueologia foi assumida por Manuel Farinha dos Santos e Fernando de Almeida (Cardoso, 2005). Mas em outros casos, estas disciplinas eram entregues a especialistas de áreas científicas distintas da Arqueologia (Jorge e Jorge, 1996a, p. 144).

Em 1961, após a restauração da FLUP (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 35) são aí disponibilizados os cursos de licenciatura em História e de doutoramento em Arqueologia (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 36). A partir de 1968, as disciplinas de Pré-História e Arqueologia ficam sob a responsabilidade de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 38).

O Decreto n.º 48.627 de 12 de Outubro publicado em 1968 que estabelece os planos dos cursos correspondentes aos diversos bacharelatos e licenciaturas das Faculdades de Letras mantém as disciplinas de Pré-História e Arqueologia integradas na licenciatura em História.

4.2. Autonomização do ensino da Arqueologia

A seguir ao 25 de Abril, a inexistência de formação superior especializada em Arqueologia, contemplando também a componente prática, era referida como um dos muitos problemas organizacionais e estruturais da Arqueologia (Almeida, 1970b, p. 368; Viana, 1970, 326; Raposo, 1971; Serrão, 1977, p. 9; Gonçalves, 1980a, p. 52; Arnaud, 2013, p. 77). Assim repetem-se os apelos à criação de uma licenciatura em Arqueologia (Anexo 61), vista como elemento indispensável à profissionalização dos arqueólogos portugueses (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7).

Entre 1974 e 1975, as Faculdades de Letras, como toda a universidade, participaram do processo revolucionário (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Gonçalves, 1997, p. 27), designadamente através de iniciativas plenárias de alunos, que afastaram parte considerável do antigo corpo docente e, como aconteceu na FLUL, “elegeram” os novos professores de Arqueologia⁴⁷. Em contexto pós-revolucionário, aumentaram as oportunidades de ingresso de alunos no ensino superior (Arnaud, 2013, p. 77). Em 1975 operaram-se reformas dos planos de estudos dos dois ciclos então instituídos, bacharelato (três anos) e especialização/licenciatura (2 anos) em História. O segundo ciclo/licenciatura subsistiu nas três Faculdades de Letras com a denominação de “pré-especialização” em Arqueologia (Arnaud, 2013, p. 77; Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 38), assumindo, por vezes, configuração mais especializada: História com “pré-especialização” em Pré-História (Porto), História com “pré-especialização” em Arqueologia Clássica (Coimbra) (AAVV, 1979, p. 46; Encarnação, 1982, p. 24).

A chamada “Reforma Sotto Mayor Cardia” (Decreto n.º 53/78 de 31 de Maio) reformulou os cursos de licenciatura das Faculdades de Letras, mantendo no plano de estudos da licenciatura em História a disciplina de Pré-História como obrigatória, mas remetendo a disciplina de Arqueologia para o estatuto de opção.

Nos últimos anos da década de 70 do século XX, as universidades pré-existentes renovaram os seus quadros docentes (Lemos, 1987, p. 7; Jorge e Jorge, 1996a, p. 153; Jorge e Jorge, 1996b, p. 162; Silva, 2002a, p. 306) e as universidades recém-criadas (Braga e Évora) criaram áreas de investigação em Arqueologia (Lemos, 1987, p. 8). Na FLUP, onde leccionavam Arqueologia seis docentes (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013,

⁴⁷ Comunicação apresentada por José Morais Arnaud nas Jornadas "Arqueologia - Património e Museus nos tempos da mudança", 9 de Maio de 2014, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

p. 38), foram reforçados os conteúdos relativos à Pré-História e, em 1978, foi criada a variante História de Arte e Arqueologia (Jorge, 2003a, p. 1454; Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 43).

A década de 80 do século XX trouxe um grande desenvolvimento ao nível do ensino da Arqueologia em Portugal (Jorge, 2000b, p. 162). Pelo Decreto n.º 81/80 de 13 de Setembro foi criada a variante de Arqueologia da licenciatura em História (Anexo 17), a ministrar, sob proposta, nas FLUL, FLUP, FLUC, FCSH-UNL e nas Universidades do Minho, Aveiro, Évora e Açores (Jorge e Jorge, 1996a, p. 147; Meireles, 2006, p. 117; Fabião, 2011, p. 180). A licenciatura em História, variante Arqueologia, é efectivamente criada em 1980, no Porto (Jorge e Marques, 1992, p. 36; Jorge, 2003a, p. 1454; Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 43) e em Coimbra (Encarnação, 1982, p. 24; Jorge e Marques, 1992, p. 36-37; Encarnação, 1998, p. 63), e em 1986, em Lisboa (Gonçalves, 1983-1984, p. 10; Jorge e Marques, 1992, p. 37; Gonçalves e Fabião, 2006, p. 122). A criação destas licenciaturas e os seus planos de estudo mais especializados favoreceram o recrutamento de mais docentes universitários arqueólogos (Martins e Lemos, 1989, p. 105; Lemos, 1993, p. 163; Jorge e Jorge, 1996a, p. 146; Lemos, 2007, p. 106).

Apesar da implantação progressiva destas “variantes”, nos anos 80, continuava a almejar-se entre os arqueólogos um ensino realmente especializado e autonomizado (Alves, 1982, p. 20; Jorge, 1982b, p. 2; Wiseman, 1982, p. 403; Jorge, 1985, p. 178; Jorge, 1986, p. 2; Lemos, 1987, p. 9; Alarcão, 1989, p. 87), bem como uma melhor preparação teórica e prática dos arqueólogos, formados ou em formação (Silva, 1989a, p. 94; Arnaud, 1991, p. 14). Por um lado, considerava-se que as licenciaturas em História, variante Arqueologia não constituíam uma formação adequada para os arqueólogos (Jorge, 1982a, p. 2; Gonçalves, 1983-1984, p. 10; Silva, 1989a, p. 93), salientando-se que os seus diplomados seguiam preferencialmente a via profissional do ensino. Por outro, a criação de uma licenciatura em Arqueologia era considerada inviável (Jorge, 1985, p. 177), nomeadamente devido à inexistência de mercado de trabalho para arqueólogos (Serrão, 1977, p. 8; Gonçalves, 1983-1984, p. 10; Alarcão, 1989, p. 86-87; Martins e Lemos, 1989, p. 104; Gonçalves, 1997, p. 27; Jorge, 2000b, p. 164). A relevância que a formação universitária em Arqueologia assumia nas preocupações do meio arqueológico de então (Jorge, 1985, p. 180) está bem patente

nos capítulos que lhe são dedicados nos números da *Informação Arqueológica* publicados entre 1977 e 1986 (AAVV, 1979 a 1994).

A FLUP teve um papel muito relevante no processo de autonomização do ensino universitário da Arqueologia (Bugalhão, 2020, p. 86). Após as já referidas variantes, criou, em 1989, o primeiro curso de Mestrado em Arqueologia a funcionar em Portugal (Jorge e Marques, 1992, p. 36; Jorge, 2003a, p. 1454; Jorge, 2003b, p. 130; Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 43), apesar das dúvidas manifestadas na época sobre o sucesso desta iniciativa (Alarcão, 1989, p. 87).

Nas outras universidades, o ensino na Arqueologia continuou a efectuar-se apenas no âmbito da licenciatura em História ou mesmo em outras licenciaturas: na FCSH-UNL, na licenciatura em História (Jorge e Marques, 1992, p. 37); na Universidade do Minho, na licenciatura em História e Ciências Sociais (Jorge e Marques, 1992, p. 36); na Universidade do Algarve, nas licenciaturas em Estudos Portugueses e em Património Cultural (Valente *et al.*, 2016); na Universidade de Évora, na licenciatura em História (Jorge e Marques, 1992, p. 37); na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, na licenciatura em Ciências Históricas (Jorge e Marques, 1992, p. 37); na Universidade Lusíada, na licenciatura em História (Jorge e Marques, 1992, p. 37); na Universidade dos Açores, na licenciatura em História e Ciências Sociais (Jorge e Marques, 1992, p. 37). Refiram-se ainda os estabelecimentos de ensino superior com investigadores e áreas de investigação em Arqueologia, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Jorge e Marques, 1992, p. 36), na Universidade da Beira Interior (Jorge e Marques, 1992, p. 37) e na Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Jorge e Marques, 1992, p. 36).

Após a criação do Mestrado em Arqueologia no Porto, seguiram-se: em 1992, o Mestrado em Arqueologia na Universidade do Minho; em 1993, o Mestrado em Pré-História e Arqueologia na FLUL; em 1995, o Mestrado em Arqueologia Romana na FLUC; em 1996, o Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica na FLUP.

Com algum atraso, mas respondendo a uma procura crescente relacionada com as grandes mudanças na Arqueologia portuguesa, é criada a licenciatura História, variante Arqueologia, em 1996, na FCSH-UNL; em 1998, na Universidade do Minho (Meireles, 2006, p. 117); e em 2000, na Universidade de Évora (Rocha, 2006, p. 125) na sequência de um processo iniciado nos anos 80 (Gonçalves, 1983-1984, p. 10).

No final dos anos 90, continuava a considerar-se a formação superior em Arqueologia insuficientemente especializada e desadequada das necessidades profissionais (Jorge, 2000a, p. 184; Zilhão, 2000a, p. 7).

Na FLUP, é finalmente instituída a primeira licenciatura em Arqueologia em 1999 (Jorge, 2003a, p. 1454; Jorge, 2003b, p. 119; Soeiro, 2006, p. 118) – “passo significativo e historicamente assinalável no desenvolvimento da arqueologia em Portugal” (Silva, 1999c, p. 20) - e também o curso de Doutoramento em Arqueologia (Centeno, Soeiro e Sanches, 2013, p. 44). A FLUL cria, em 2000, a licenciatura em Arqueologia e História. A criação de cursos específicos e autónomos de Arqueologia “é uma resposta a um desenvolvimento das especificidades disciplinares e das exigências sociais, por um lado, e do aumento da demografia de arqueólogos e das suas ambições e aspirações por outro” (Valera, 2005, p. 70). Durante todo este processo e como ficou bem patente, o ensino superior da Arqueologia ocorreu sempre em estreita ligação à História (Oosterbeek, 2004, p. 7; Oosterbeek, 2006a, p. 114; Bicho, 2001, p. 17).

Nos anos 80 e 90, novos estabelecimentos de ensino, universitários e politécnicos, públicos e privados, começaram a oferecer formação em Arqueologia (Martins e Lemos, 1989, p. 105; Oosterbeek, 2004, p. 9), por vezes associada a cursos de ciências e tecnologia (Oosterbeek, 2004, p. 8; Oosterbeek, 2006a, p. 114-115). No que se refere ao ensino da Arqueologia no subsistema de ensino superior politécnico, regista-se, em 1988, o Diploma de Especialização em Arte, Arqueologia e Restauro (Jorge e Marques, 1992, p. 37) e em 1999, a Licenciatura em Gestão do Território - Ramo Arqueologia da Paisagem, ambos no Instituto Politécnico de Tomar. A formação pós-graduada em Arqueologia era vista como uma necessidade, para formar quadros que entravam crescentemente na Administração Pública central e local (Martins e Lemos, 1989, p. 105).

A expansão do ensino da Arqueologia ao sector politécnico (Alarcão, 1989, p. 88) e a sua dispersão para um maior número de estabelecimentos levanta, então, dúvidas e críticas (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Alarcão, 1989, p. 88; Lemos, 1992, p. 54). Na Universidade do Minho, a Unidade de Arqueologia assume mais a natureza de um centro de investigação ligado à investigação das realidades urbanas de Braga, do que propriamente um estabelecimento de ensino superior de Arqueologia (Martins, 1989, p. 171; Silva, 2002a, p. 307).

Já com um leque considerável de universidades envolvidas, em 1995 foi criada, no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), a Comissão Interuniversitária de Arqueologia (Oliveira, 2020, p. 83-85), onde se fizeram representar as Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Minho, Algarve, Évora, Beira Interior e a Universidade Católica Portuguesa; a que se juntaram de seguida as Universidades Nova de Lisboa, Aberta, dos Açores e de Trás-os-Montes e Alto Douro (Oliveira, 2020, p. 84). As problemáticas relacionadas com o ensino superior da Arqueologia terão sido objecto de trabalho desta Comissão, num processo ainda não estudado. A este propósito refira-se que, logo na sua primeira reunião, a Comissão exigiu que “a Arqueologia deverá deixar de ser considerada como Ciência Auxiliar da História nas listas classificativas da JNICT”, ou seja, “a autonomização da Arqueologia como Ciência Humana” (Oliveira, 2020, p. 93, Acta da reunião realizada em 4 de Julho de 1995).

Com o dealbar do século XXI, assiste-se ao aumento (Silva, 2002a, p. 309; Silva, 2005a, p. 17; Valera, 2005, p. 70) e diversificação da oferta formativa de ensino superior em Arqueologia (Bicho, 2001, p. 14; Silva, 2002a, p. 300; Oosterbeek, 2004, p. 9), nomeadamente com uma aproximação às áreas de gestão do Património (Bicho, 2001, p. 15; Gamito, 2003, p. 140; Valente *et al.*, 2016). Nesta fase, os planos de estudo reflectem um desejo de resposta a novas necessidades, com a inclusão de novos conteúdos metodológicos e de maior componente prática (Bicho, 2001, p. 18). Aliás, na primeira década do século, debate-se vivamente se a universidade deve ou não oferecer uma formação profissionalizante, entre os que discordam (Fabião, 2006, p. 38) e os que clamam uma preparação académica dos arqueólogos mais adaptada às suas necessidades profissionais futuras (Valera, 2001, p. 11; Silva, 2003e, p. 144; Valera, 2005, p. 75 e 137; Almeida e Neves, 2006, p. 89; Valera, 2006b, p. 23), nomeadamente no trabalho em contexto empresarial (Oosterbeek, 2004, p. 10) e em Arqueologia preventiva (Valera, 2005, p. 73; Valera, 2006b, p. 24). Neste âmbito, propõem-se estágios curriculares realizados em empresas de arqueologia (Valera, 2006b, p. 25) e destaca-se a importância do apoio das universidades na investigação de realidades intervencionadas em contexto preventivo (Valera, 2006b, p. 26; Fabião, 2006, p. 33). Afigura-se evidente que, nesta fase, a formação superior em Arqueologia se afirmou em função do crescimento exponencial do mercado de trabalho disponível

para os arqueólogos (Silva, 2002a, p. 309; Gamito, 2003, p. 139-140; Silva, 2003b, p. 125; Valera, 2007, p. 80; Rocha, 2015, p. 10).

Entretanto, decorre com alguma lentidão e dificuldade (Oosterbeek, 2004, p. 7) a implementação do chamado processo de Bolonha em Portugal⁴⁸ (Raposo, 2006). Esta reforma, implementada pela Comunidade Europeia, procedeu à harmonização dos diplomas do ensino superior a nível europeu, tendo também como objectivo o aprofundamento da relação entre formação académica e exercício profissional (Oosterbeek, 2004, p. 12; Bicho, 2001, p. 16; Silva, 2007b, p. 14). Uma das consequências de Bolonha viria a ser, anos mais tarde, a alteração dos requisitos habilitacionais para acesso à direcção dos trabalhos arqueológicos de campo (Real e Alfaro, 2006, p. 10; Valera, 2006a, p. 113; RTA/2014, Anexo 60). Por outro lado, a lógica de Bolonha, nomeadamente a configuração do seu primeiro ciclo, pretendia de alguma forma, substituir a formação profissional de nível secundário (Oosterbeek, 2004, p. 10).

Na primeira década e meia do século XXI a oferta formativa de ensino superior em Arqueologia é considerável em quantidade, variedade e dispersão no território (Lemos, 2007, p. 107). O esforço de adaptação entre planos de estudo e as necessidades sociais e profissionais é bem notório numa certa instabilidade nas ofertas formativas em Arqueologia. As universidades de maior dimensão que ainda não o tinham feito, criaram as suas licenciaturas em Arqueologia: em 2003, na FLUC, a Licenciatura em Arqueologia e História; e na Universidade do Minho, a Licenciatura em Arqueologia; em 2006, na FLUL e na FCSH-UNL, a licenciatura em Arqueologia (Gomes, 2006, p. 124). Nas universidades mais recentes e pequenas sucedeu-se a criação de novos cursos de licenciatura e a alteração de planos de estudo (muitas vezes determinados pela implementação de Bolonha): em 2004, no Instituto Politécnico de Tomar, Gestão do Território e do Património Cultural - Ramo Arqueologia; em 2006, no Instituto Politécnico de Tomar, Técnicas de Arqueologia; em 2008, na Universidade de Évora,

⁴⁸ Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março que instituiu e desenvolveu o que usualmente se designa como processo de Bolonha, novo ordenamento jurídico do ensino superior português, adiante (e anteriormente) designado como “Bolonha”. Posteriormente foi alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008 de 25 de Agosto, 230/2009 de 14 de Setembro, 115/2013 de 7 de Agosto, 63/2016 de 13 de Setembro e 65/2018 de 16 de Agosto e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 81/2009 de 27 de Outubro.

História - Percurso Arqueologia; em 2008, na Universidade do Algarve, Arqueologia; em 2008, na Universidade de Évora, História e Arqueologia; em 2012, na Universidade do Algarve, Património Cultural e Arqueologia.

Outro tanto se verifica ao nível de mestrados e doutoramentos (pré e pós Bolonha). Na FLUC, em 2002, surgiu o mestrado em Arqueologia Regional, a que sucede em 2008, o mestrado em Arqueologia e Território; e em 2011, foi criado o 3.º ciclo de estudos em Arqueologia. Na FLUL foram criados em 2007 os novos cursos de mestrado e doutoramento em Arqueologia. Na FLUP, em 2007, foram adaptados os cursos de mestrado e doutoramento em Arqueologia. Na FCSH-UNL, após o funcionamento dos mestrados em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e História e Arqueologia Medievais, criados em 2001, iniciou-se em 2007, o mestrado em Arqueologia; em 2010, foi criado o doutoramento em Arqueologia. Na Universidade do Minho, em 2003, foi criado o doutoramento em Arqueologia e sucederam-se entre 2007 e 2012 adaptações e alterações do mestrado em Arqueologia. Na Universidade do Algarve foram também alterados e adaptados os mestrado e doutoramento em Arqueologia. Na Universidade de Évora foram criados o mestrado em Arqueologia e Ambiente (2007) e o doutoramento em Arqueologia (2010). A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro criou, em 2007, o doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas e, em 2005, em colaboração com o Instituto Politécnico de Tomar, o mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. Em 2010, o Instituto Politécnico de Tomar iniciou o mestrado em Técnicas de Arqueologia.

Na Universidade de Lisboa, funcionam na Faculdade de Ciências, o mestrado em Geoarqueologia, a partir de 2008; e na Faculdade de Belas Artes, o mestrado de Arqueologia Pública, Arte e Museologia, a partir de 2010.

Ao nível dos estabelecimentos privados, registaram-se os mestrados: de Arqueologia, na Universidade Fernando Pessoa, em 2007; de História da Náutica e Arqueologia Naval, na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, em 2008; de Arqueologia, na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, em 2009; e de História, Arqueologia e Património, na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, em 2011.

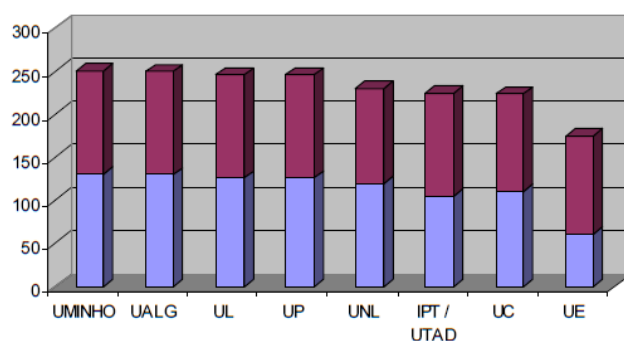
Concluindo, entre 1975 e 2014, verificou-se uma enorme evolução no ensino superior da Arqueologia. A oferta de cursos especializados nesta área científica abrange vários níveis (licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento) e dispersa-se por

catorze estabelecimentos de ensino, públicos e privados, universitários e politécnicos. A oferta formativa é razoavelmente diferenciada, normalmente filiada nas Humanidades mas, por vezes, associada às ciências e tecnologias (Anexo 3).

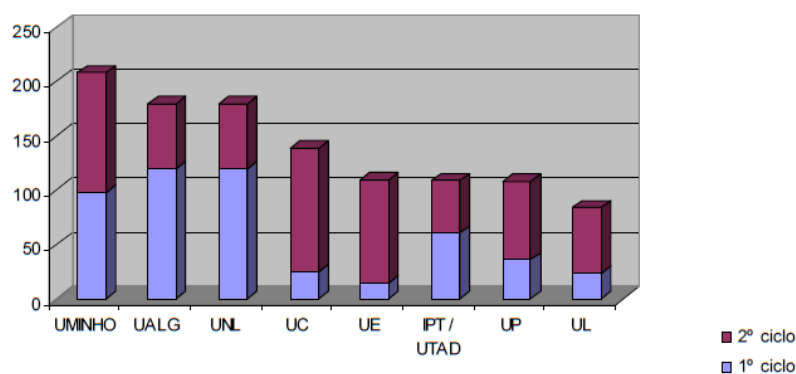


Gráficos comparativos

Nº ETCS em UC da área científica de arqueologia



nº ETCS em UC ARQ c/ ensino prático



Nº de horas ensino prático

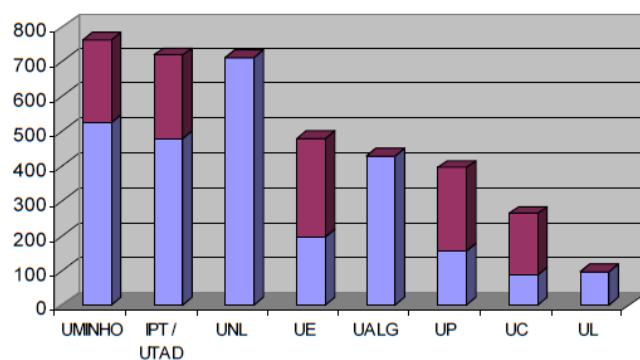


Figura 11: Análise dos planos dos cursos de arqueologia (ensino superior público) em 2009. APA, 22/05/2009.

A composição e evolução dos planos de estudo é um aspecto merecedor de estudo detalhado. É certo que, por vezes, estes são planificados em função do corpo docente disponível em cada escola (Valera, 2005, p. 73), mas não é este o principal factor de diferenciação. Para além de uma tendência de aumento das unidades curriculares na área científica da Arqueologia, verifica-se uma vontade de oferecer conteúdos diferentes, especializados e focados em áreas específicas da disciplina, sejam elas científicas, temáticas (como a geologia, a arte rupestre, a arqueologia náutica e subaquática e os diversos horizontes cronológicos) ou aplicadas (como o ambiente, a museologia, o património, a gestão do território, as técnicas arqueológicas). Em 2014, na oferta de ensino superior em Arqueologia em Portugal, registavam-se oito cursos de licenciatura, oito cursos de mestrado e sete cursos de doutoramento, com uma razoável diversidade de conteúdos curriculares (Anexo 4).

4.3. Diplomados

Foram analisados os dados quantitativos e evolutivos disponíveis para a obtenção de grau académico superior - licenciaturas, mestrados e doutoramento - na área científica da Arqueologia (Bugalhão, 2016; Bugalhão, 2017d, p. 126-128), em Portugal, entre 1970 e 2014. As habilitações académicas dos arqueólogos com actividade no país neste intervalo temporal serão objecto de análise adiante (ponto 5.8.). Aqui será abordada a aquisição de graus académicos superiores na área científica da Arqueologia, independentemente da actividade (científica, profissional) desenvolvida pelos seus titulares.

Relativamente às licenciaturas, recorreu-se aos dados estatísticos da DGEEC (disponíveis apenas desde 1993) relativos aos graus obtidos em estabelecimentos de ensino superior portugueses. Estavam assim omissos os dados quantitativos relativos aos diplomados em História, com "pré-especialização" em Arqueologia (na segunda metade dos anos 70 - início do anos 80 do século XX) e em História - Variante Arqueologia (nos anos 80 e 90 do século XX), tendo-se para estes adoptado valores estimados.

Relativamente aos mestrados e doutoramentos, utilizaram-se os dados coligidos no âmbito do presente trabalho, constantes na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em*

Arqueologia (capítulo 3). Foram considerados todos os diplomados em Arqueologia (ou outras áreas científicas mas com dissertação sobre temática arqueológica), entre 1970 e 2014, em estabelecimentos de ensino superior portugueses. Consideraram-se também os diplomados portugueses, em Arqueologia (ou outras áreas científicas mas com dissertação sobre temática arqueológica), em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, cujos estudos incidiram sobre realidades arqueológicas portuguesas, sem delimitação geográfica específica, sobre Arqueologia das antigas colónias portuguesas (na perspectiva da História da Arqueologia) e ainda sobre realidades arqueológicas portuguesas fora do território português.

4.3.1. Licenciatura

Como foi referido, a DGEEC apenas disponibiliza dados quantitativos sobre diplomados em Portugal com referência ao curso, a partir de 1993. Sabe-se portanto que, entre 1993 e 2014, se registam 1.956 licenciados na área científica da Arqueologia. Estimou-se em cerca de 250 o número de licenciados em História, com "pré-especialização" em Arqueologia (entre 1975 e 1982) e em História, variante Arqueologia (entre 1985 e 1992). Ou seja, em Portugal, entre 1970 e 2014, ter-se-ão licenciado na área científica da Arqueologia cerca de 2.250 pessoas.

Licenciados – c. 2.500 Mestres – 724 Doutores – 195

Foram analisados os estabelecimentos de ensino portugueses que conferiram diplomas de licenciatura na área científica da Arqueologia, entre 1993 e 2014 (recorrendo aos dados disponibilizados pela DGEEC). Neste intervalo temporal, a FLUC graduou 24% dos licenciados; a FLUP, 23%; a FLUL, 18%; a FCSH-UNL, 15%; a Universidade do Minho, 12%; a Universidade de Évora, 4%; a Universidade do Algarve e o Instituto Politécnico de Tomar, 2% cada.

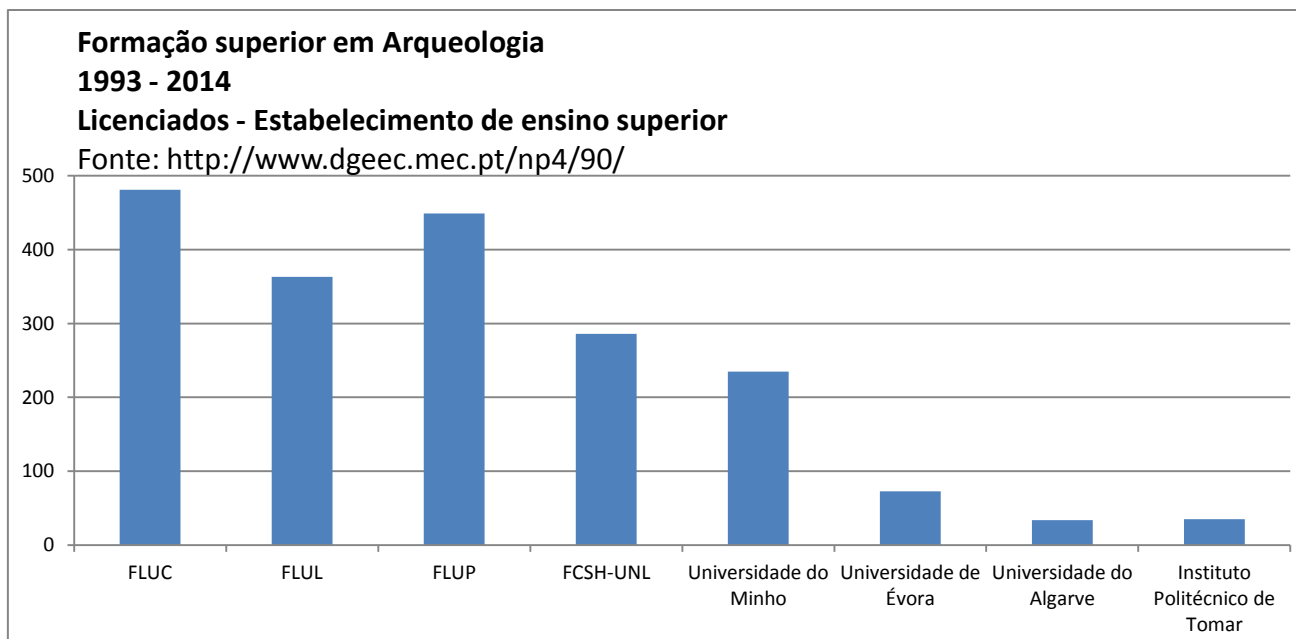


Gráfico 1: Formação superior em Arqueologia, 1993 - 2014. Licenciados - Estabelecimento de ensino superior.

Em termos evolutivos, entre 1993 e 2014, verifica-se uma tendência de crescimento do número de licenciados na área científica da Arqueologia entre 1993 e 2008, seguida de uma fase de contracção entre 2009 e 2014. A evolução de número de licenciados por ano em Arqueologia é semelhante à evolução do número de licenciados por ano em Portugal (independentemente da área científica).

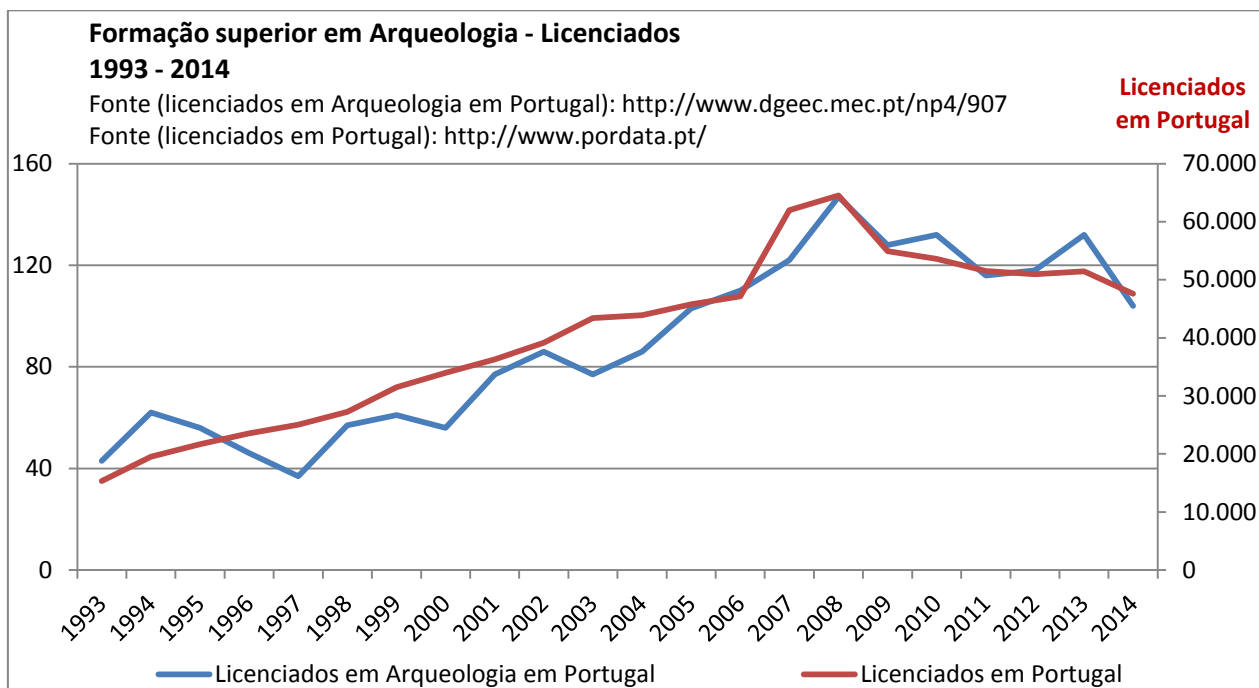


Gráfico 2: Formação superior em Arqueologia, 1993 - 2014. Licenciados.

Embora não se disponha de dados suficientes para proceder a uma análise deste descritor para todo o período em estudo e por quinquénio, tentou-se ainda assim fazê-lo, recorrendo a alguma estimativa⁴⁹. As tendências observadas são semelhantes às verificadas nas séries anuais, ou seja, entre 1975 e 2009 observa-se uma tendência de aumento do número de licenciados por quinquénio, tanto para a área científica da Arqueologia como para todo o ensino superior em Portugal. Entre 2010 e 2014, verifica-se uma diminuição do número de licenciados por quinquénio (Gráfico 3).

4.3.2. Mestrado

Foram analisados todos os mestrados em Arqueologia (ou outras áreas científicas, mas de temática arqueológica), obtidos em estabelecimentos de ensino superior portugueses e estrangeiros (dentro dos critérios a cima referidos), entre 1970 e 2014. Foram apurados e integrados na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia* 724 mestrados.

Licenciados – c. 2.500
Mestres – 724
Doutores – 195

Os mestrados na área científica da Arqueologia são naturalmente majoritários (83% do universo), registando-se também as áreas de História, Evolução e Biologia Humanas (Antropologia, Arqueologia Forense), Ciências e Engenharias (Geologia, Geografia, Física, Química, Sistemas de Informação e Informática), Humanidades (Filosofia, Literatura), Arquitectura e Artes, Conservação e Restauro, Museologia, Património, Cultura e Turismo.

Foram analisados os estabelecimentos de ensino que conferiram estes diplomas de mestrado. Do universo apurado, o estabelecimento que conferiu maior número de graus de mestre foi a FLUP com 19%. Seguem-se a FLUL com 14%; a FCSH-UNL com 13%; a FLUC com 9%; a parceria entre o Instituto Politécnico de Tomar e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com 8%; a Universidade do Minho com 8%; a Universidade de do Algarve com 5%; e a Universidade de Évora com 4%.

⁴⁹ Para os licenciados na área científica da Arqueologia entre 1975 e 1992, usaram-se os valores já referidos. Para os diplomados/ano no grau de licenciatura, foi estimado um valor para 1990, uma vez que a Pordata disponibiliza dados apenas a partir de 1991.

Registam-se ainda 13% de mestrados obtidos em outros estabelecimentos de ensino superior portugueses e 7% de mestrados obtidos no estrangeiro (Gráfico 4)

Em termos evolutivos, regista-se o primeiro mestrado sobre temática arqueológica em 1983. Entre 1985 e 1994, há um número muito reduzido de mestrados na Arqueologia portuguesa. Entre 1995 e 2009, o número de mestrados cresce consideravelmente e a um ritmo superior ao registado nos mestrados a nível nacional. Entre 2005 e 2014, o número de mestrados cresce com intensidade ainda superior, quer na área científica da Arqueologia, quer em todo o ensino superior português (Gráfico 5).

4.3.3. Doutoramento

Foram analisados todos os doutoramentos em Arqueologia (ou outras áreas científicas, mas de temática arqueológica) obtidos em estabelecimentos de ensino superior portugueses e estrangeiros (dentro dos critérios já referidos), entre 1970 e 2014. Foram apurados e integrados na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia* 195 doutoramentos.

Licenciados – c. 2.500 Mestres – 724 Doutores – 195

Os doutoramentos na área científica da Arqueologia são naturalmente maioritários (80% do universo), registando-se também em outras áreas científicas, genericamente, as já mencionadas para os mestrados.

Foram analisados os estabelecimentos de ensino que conferiram estes diplomas de doutoramento. Do universo apurado, o estabelecimento que graduou maior número de doutores foi a FLUP com 12%. Seguem-se as FLUL e FLUC com 11% cada; a FCSH-UNL com 9%; a Universidade do Minho com 8%; a Universidade do Algarve com 6%; a Universidade de Évora com 5%; e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com 4%. Registam-se ainda 23% de doutoramentos obtidos no estrangeiro e 11% de doutoramentos obtidos em outros estabelecimentos de ensino superior portugueses (Gráfico 6).

Entre 1970 e 1979, o número de doutoramentos na Arqueologia portuguesa é muito diminuto. Entre 1980 e 2009 regista-se uma tendência de claro crescimento neste descritor, embora entre 1995 e 2009 (na fase em que a comparação é possível), num

ritmo um pouco mais brando do registado no ensino superior português. No último quinquénio em análise, entre 2010 e 2014, o número de doutoramentos aumenta com maior intensidade, tanto em Arqueologia como em outras áreas científicas, em Portugal (Gráfico 7).

Considerando todos os tipos de grau académico em Arqueologia analisados neste capítulo, observa-se uma tendência de crescimento entre 1975 e 2009. Ao nível das licenciaturas concluídas em Portugal, verifica-se de seguida, entre 2010 e 2014, uma diminuição das graduações, provavelmente devido aos efeitos da crise económica no número de alunos no ensino superior. Pelo contrário, nos mestrados e doutoramentos, o quinquénio de 2010-2014 é o que regista crescimento mais intenso, provavelmente em consequência da implementação de Bolonha no ensino superior português e, no que se refere aos doutoramentos, do incremento na atribuição de bolsas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Gráfico 8).

Analisados os graus conferidos apenas pelos estabelecimentos de ensino superior portugueses que mais se dedicaram ao ensino da Arqueologia⁵⁰, pode observar-se que as proporções entre os três graus académicos não são idênticas em todos os estabelecimentos de ensino. Tal explica-se pela evolução da oferta formativa em cada um deles já analisada (ponto 4.2.), mas também decorre de opções deliberadas. As universidades mais antigas, mas também a FCSH-UNL e a Universidade do Minho, revelam resultados relativos semelhantes no que se refere ao número de licenciaturas, mestrados e doutoramentos atribuídos. Os estabelecimentos de ensino mais jovens revelam um maior investimento nos graus de mestrado e doutoramento (nomeadamente, as Universidade do Algarve e de Évora e a parceria entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Tomar). Em contraponto, verifica-se um valor relativo particularmente baixo nos mestrados realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Gráfico 9).

⁵⁰ A FLUC, a FLUL, a FLUP, a FCSH-UNL, a Universidade do Minho, a Universidade de Évora, a Universidade de do Algarve e (em conjunto) a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Tomar.

4.3.4. Diferenças de género no ensino da Arqueologia em Portugal

Os dados relativos à população portuguesa com grau académico superior, recolhidos nos censos e disponibilizados pela Pordata, indicam que, em 1970 as mulheres representavam apenas 30% da população com grau académico superior (Pordata). Em 1991, as mulheres alcançam valores relativos na aquisição de qualificações académicas superiores compatíveis com paridade de género (47%). Em 2011, representam 61% da população com grau académico superior. Nas séries de dados anuais, entre 1998 e 2014, as mulheres com grau académico superior representam entre 58 e 61% do total de graduados (Pordata). Destes dados conclui-se que no século XXI, em Portugal, as mulheres são mais qualificadas academicamente que os homens.

As diferenças de género na Arqueologia portuguesa têm reflexo na evolução na aquisição de grau académico superior em Arqueologia (cursos em que a área científica predominante é a Arqueologia, independentemente da sua denominação), em Portugal (licenciatura) ou em universidade estrangeira (mestrado e doutoramento, desde que sob temática correlacionável com a Arqueologia portuguesa). Relativamente às licenciaturas, tomaram-se por referência os dados disponibilizados pela DGEEC que remontam a 1995. Relativamente a mestrados e doutoramentos, consideram-se os dados recolhidos no âmbito do presente trabalho referentes ao período entre 1970 e 2014 e integrados na *Tabela Mestrados e Doutoramentos em Arqueologia*.

Os valores relativos às licenciaturas em Arqueologia, desde 1996, revelam uma predominância feminina. Pensa-se que, pelo menos até 1990, a situação fosse diversa. Entre 1996 e 2014, as mulheres licenciadas em Arqueologia em Portugal representavam 57% do total (DGEEC). O projecto Disco Portugal⁵¹ atribuiu uma percentagem de 50% às arqueólogas, entre os profissionais em actividade em 2014 detentores de licenciatura (APA, 2014, p. 39). Entre 2010 e 2014, as mulheres representavam 55% dos licenciados em Arqueologia (DGEEC), proporção idêntica aos valores da população portuguesa com qualificação superior.

⁵¹ O projecto *Discovering the Archaeologists of Europe - DISCO 2014*, foi promovido pela Comissão Europeia e contou a participação de 21 países, englobando 23 parceiros, entre os quais a Associação Profissional de Arqueólogos em representação de Portugal. O projecto teve por objectivo a caracterização das condições de trabalho dos arqueólogos e a forma como a crise financeira mundial de 2008 afectou os países participantes (APA, 2014, p. 5).

Os mestrados surgem entre a comunidade arqueológica portuguesa no início dos anos 80 do século XX e revelam alguma variação anual quanto à distribuição por sexo. Considerados na sua globalidade, 56% dos graus de mestre foram obtidos por mulheres. O projecto Disco Portugal atribuiu uma percentagem de 56% às arqueólogas, entre os profissionais detentores de mestrado em actividade em 2014 (APA, 2014, p. 39). Os dados agora recolhidos mostram que as mulheres que concluíram o mestrado em Arqueologia entre 2010 e 2014 representam 53% do total. Finalmente, os doutoramentos em Arqueologia registam-se desde o início do período em estudo, mas a primeira doutorada graduou-se apenas no início da década de 80. A nível global, 46% dos doutoramentos registados foram obtidos por mulheres. Contudo, esta realidade pode estar a mudar. O projecto Disco Portugal atribuiu uma percentagem de 54% às arqueólogas, entre os profissionais titulares de doutoramento em actividade em 2014 (APA, 2014, p. 39). Os dados que agora se apresentam registam que 51% dos doutoramentos concluídos foram obtidos por mulheres (Gráfico 10).

Considerado o período para qual se dispõe de dados que permitem esta comparação (1998-2014), conclui-se que a percentagem de mulheres com licenciatura e mestrado em Arqueologia era aproximada da percentagem de população portuguesa feminina com grau académico superior. No mesmo período, a percentagem de mulheres com grau de doutor em Arqueologia situava-se num valor relativo inferior. Esta percentagem aproximava-se contudo de outros indicadores relevantes: a distribuição por género na categoria de Investigador (entre 2003 e 2012) e nos recursos humanos que trabalham em I&D (entre 1999 e 2012), segundo dados recolhidos no âmbito do Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional (DGEESC, 2014).

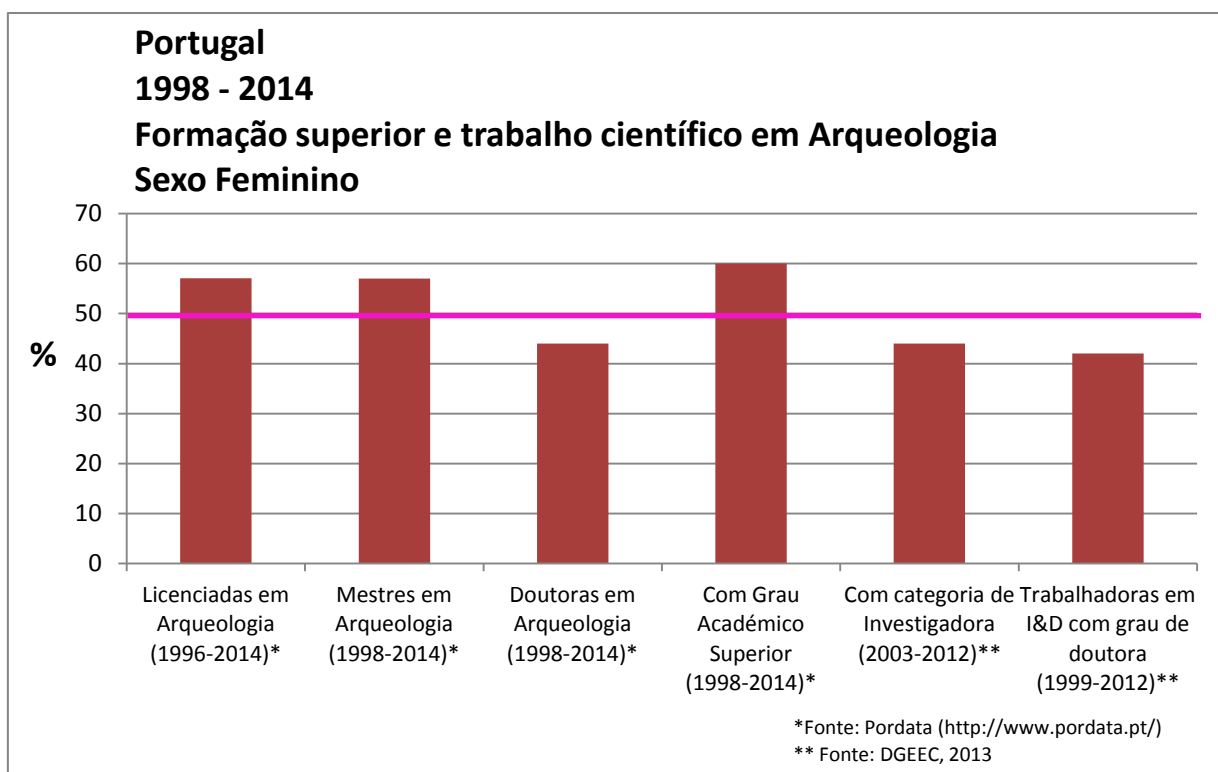


Gráfico 11: Portugal, 1998 - 2014. Formação superior e trabalho científico em Arqueologia - Sexo Feminino.

4.4. O ensino da Arqueologia em Portugal

O ensino superior da Arqueologia em Portugal iniciou-se entre o final no século XIX e no início do século XX nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. As disciplinas de Arqueologia e Pré-História foram ensinadas no âmbito das Humanidades, nomeadamente da História, situação que se manteve até ao final do século XX, ao nível da licenciatura. Em 1957, foi instituído o grau de doutor em Arqueologia e História de Arte, nas Faculdades de Letras daquelas três universidades.

Entre meados dos anos 70 e os anos 90 do século XX, sucederam-se cursos com um grau de especialização superior, como foi o caso das licenciaturas com “pré-especialização” em Arqueologia, das variantes Arqueologia do curso de História, mas principalmente, dos mestrados em Arqueologia. O número de estabelecimentos de ensino superior envolvido no ensino da Arqueologia aumentou, diversificou-se e disseminou-se no território, principalmente a partir dos anos 90 do século XX (Bugalhão, 2016).

As licenciaturas em Arqueologia (apenas ou com alguma especificidade temática) generalizaram-se no século XXI, com uma grande diversidade de ofertas e elevado

dinamismo e/ou instabilidade. No contexto de plena profissionalização dos arqueólogos, aprofunda-se a necessidade de um ensino mais próximo da prática arqueológica e a oferta formativa assume, por vezes, um carácter mais profissionalizante. Salienta-se que, no trabalho em Arqueologia, os titulares de habilitação académica superior, ou seja, os arqueólogos, são os profissionais mais numerosos (Almeida, 2007b, p. 141). Com a implementação de Bolonha, a evolução social e cultural do país e a alteração do regime jurídico de enquadramento da actividade arqueológica, o número de licenciados, mestres e doutores em Arqueologia cresce consideravelmente, à semelhança do que ocorre também nas outras áreas científicas.

Entre 1970 e 2014, diplomaram-se em Portugal cerca de 2.500 licenciados na área científica da Arqueologia, na sua maioria nas universidades do Porto, Coimbra e Lisboa (Anexo 86, p. 6; APA, 2014, p. 51). O número de licenciados por ano cresce entre 1975 e 2010, diminuindo entre 2010 e 2014, provavelmente em linha com a diminuição do número de alunos no ensino superior em consequência da crise económica e financeira. Em 1995, a esmagadora maioria dos arqueólogos em Portugal eram licenciados, predominantemente em História e em História, variante Arqueologia (Anexo 86, p. 5). A licenciatura é a habilitação académica de base dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1970 e 2014 (Jorge e Jorge, 1996b, p. 165; APA, 2014, p. 50; Bugalhão, 2017b, p. 23; 30), nomeadamente na área científica da Arqueologia (APA, 2014, p. 50).

No mesmo período, na Arqueologia portuguesa (de acordo com os critérios enunciados) graduaram-se 724 mestres, num conjunto mais diversificado de estabelecimentos de ensino superior, portugueses e estrangeiros. Grande parte destes graus é obtida a partir de 1995, numa tendência posteriormente acentuada pela implementação de Bolonha no ensino superior português e pela alteração do regime jurídico de enquadramento da actividade arqueológica (Almeida, 2007b, p. 143) (pontos 2.1.3. e 5.8.). O número de mestrados concluídos por ano não diminuiu durante o período de crise económica em Portugal.

No período em estudo, na Arqueologia portuguesa (de acordo com os critérios enunciados) 195 investigadores obtiveram o grau de doutor. O número de doutoramentos é relativamente reduzido até ao fim do século XX (Jorge, 1986, p. 2;

Alarcão, 1989, p. 87; Jorge e Marques, 1992, p. 36; Jorge e Jorge, 1996b, p. 165; Jorge, 2000b, p. 159; Bugalhão, 2017b, p. 23; 30). Numa primeira fase, o doutoramento não é visto como um momento formativo normal para os arqueólogos (Alarcão, 1989, p. 87; Jorge, 2000b, p. 159). Mas pouco a pouco, o número de doutorados vai aumentando, nas décadas de 80 (Lemos, 1992, p. 57), de 90 (Silva, 2002a, p. 309) e principalmente na primeira década do século XXI (Lemos, 2007, p. 107). Estes graus foram obtidos, normalmente, por arqueólogos profissionais e experientes (ponto 5.8.), em diversos estabelecimentos de ensino superior portugueses mas também, em elevado número, no estrangeiro, o que demonstra a crescente internacionalização da Arqueologia portuguesa (APA, 2014, p. 51). O número de doutoramentos também não registou retracção durante a crise económica, muito devido às bolsas anteriormente atribuídas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Na distribuição por género, no início do período em estudo, os diplomados em Arqueologia, nos diversos graus, eram maioritariamente homens (Bugalhão, 2017d, p. 128; Bugalhão, no prelo). Num processo paralelo à evolução do ensino superior em Portugal, independentemente da área de estudos, as diplomadas em Arqueologia tornaram-se progressivamente mais numerosas. Nos anos 90 do século XX constituíam já a maioria dos graduados em licenciatura e mestrado (Bugalhão, 2017d, p. 128), ainda antes de se atingir a paridade numérica de género na actividade arqueológica em Portugal (Bugalhão, 2017b, p. 22 e 27; Bugalhão, 2017d, p. 125). Ao nível do doutoramento, os diplomados homens ainda são em maior número, embora se observem indícios conducentes à paridade de género também na aquisição deste grau académico (Bugalhão, 2017d, p. 127).

Os estabelecimentos de ensino superior portugueses demonstraram definir e implementar estratégias diferenciadas na sua oferta formativa (e também na investigação) em Arqueologia, quer ao nível dos conteúdos curriculares, quer ao nível do investimento desenvolvido para cada grau/ciclo de estudos. A capacidade de captação de alunos é considerada uma demonstração de eficiência dos estabelecimentos de ensino superior, bem como do impacto e da justificação social da Arqueologia na sociedade contemporânea (Diniz, 2008, p. 28-29).

No século XXI regista-se um aumento exponencial de mestrados e doutoramentos em Arqueologia (Lemos, 2003, p. 49, Silva, 2003a, p. 68; Lemos, 2007, p. 107). A evolução

da formação superior em Arqueologia no nosso país produziu uma alteração muito significativa no nível habilitacional dos arqueólogos em Portugal, que evoluiu da quase ausência ou indistinção, para um padrão de elevada, cumulativa e especializada qualificação académica e científica (Bugalhão, 2016; Bugalhão, 2017b, p. 23; 30) (ponto 5.8.).

5. Arqueólogos

5.1. Conceito

Entre o início do século XX e a actualidade, o conceito de arqueólogo revela significativa evolução, a nível sociológico, científico e, nas décadas mais recentes, profissional. Na definição deste conceito, ou desta “entidade social” (Silva, 1997, p. 54), considera-se relevante o contexto coevo. Ou seja, não se definirá à partida e em abstracto um conjunto de critérios que permitam definir quem é ou não é arqueólogo mas, tentar-se-á perceber em cada momento do período em estudo quem era considerado (ou visto como) e/ou quem se considerava (ou se via como) *arqueólogo*. Procura-se assim, uma hétero e auto atribuição, de natureza essencialmente sociológica e cultural.

Durante grande parte do século XX, ser arqueólogo não era uma atribuição profissional, mas sim a indicação do exercício de uma actividade paralela ou supletiva, não remunerada, desenvolvida por gosto e/ou por militância cívica (Fabião, 1999, p. 126; Fabião, 2011, p. 177; Arnaud, 2013, p. 70). Nesta fase, considerava-se arqueólogo aquele que promovia, dirigia ou participava em escavações arqueológicas; se dedicava à procura e recolha de “achados” arqueológicos (recolha avulsa de espólio arqueológico) e à publicação de estudos sobre temática arqueológica e/ou correlativa (Bugalhão, 2017b, p. 19; Bugalhão, Sousa e Bragança, 2021). O arqueólogo era um “cultor circunspecto de um saber raro, circular, intimista” (Silva, 1993b, p. 54), e frequentemente um “continuo amator de um *hobbie* pelo qual não ocorre ser remunerado” (Silva, 1993b, p. 55).

Precocemente, o epíteto ou título de arqueólogo, ou a qualificação como tal, aparece no ordenamento jurídico português associado à direcção de trabalhos arqueológicos de campo. O já referido Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril de 1932 (Anexo 5), que contém um primeiro esboço de regulamentação da actividade arqueológica, refere que os “indivíduos que pretenderem dirigir escavações” em sítios arqueológicos devem ser “técnicos competentes”, numa primeira menção à qualificação técnica e científica inerente ao arqueólogo. Em 1960, a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho (Anexo 6), revê o anterior diploma legal e refere-se ao “professor ou arqueólogo de reconhecida competência que, através de assistência permanente dirigirá os trabalhos” arqueológicos e aos “estudantes” que neles participam, revelando a

importância da associação entre a actividade arqueológica e a docência, nomeadamente a universitária (Bugalhão, 2017b, p. 20).

Em 1977, o Secretariado da Comissão Coordenadora eleita no Plenário de Arqueólogos realizado na Ateneu Comercial de Lisboa, em 29 de Junho de 1974, define arqueólogo como um trabalhador de Arqueologia (“todos aqueles de que algum modo trabalham em Arqueologia”), “capaz de proceder e ser responsável por investigações científicas consequentes” e “de impulsionar e dirigir cientificamente a actividade arqueológica” (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7-8). Nesta acepção, embora persista um conceito decorrente da prática, este é um pouco alargado pois a realização de trabalhos de campo aparece substituída pela figura mais abrangente de “investigações científicas”. O Secretariado ressalva que esta definição não é “estranque nem perfeitamente definida”, uma vez que não existem “entidades oficiais que confirmam o título de profissional de arqueologia” (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 8). Regista-se a distinção efectuada entre profissionais técnicos (“os menos habilitados”) e científicos (“investigadores”), salientando-se o benefício da promoção dos primeiros na sua eventual aspiração a transitar para o grupo dos segundos.

O RTA/78 (Anexo 14) afirma claramente que a direcção e orientação dos trabalhos é responsabilidade do arqueólogo, que é o requerente do PATA e ao qual tem de ser reconhecida idoneidade. Esta portaria não define qualquer requisito habilitacional ou curricular, mas o requerimento anexo presume que o arqueólogo é autor de bibliografia e solicita a indicação das suas qualificações, currículo (“participação em trabalhos realizados, em Portugal ou no estrangeiro”) e referências sobre a sua aptidão para a direcção de escavações (Bugalhão, 2017b, p. 20). Apesar deste enquadramento legal, nos anos 80 do século XX continua a considerar-se inexistente o estatuto socioprofissional do arqueólogo (Lemos, 1992, p. 57), muito devido à ausência de formação académica específica e, consequentemente à presença neste grupo de pessoas com formações de base muito variadas (Jorge, 1986, p. 2).

Em meados dos anos 90 do século XX, Susana e Vítor Oliveira Jorge consideram arqueólogo aquele que é autorizado pelo organismo do Estado com tutela sobre a Arqueologia a dirigir trabalhos arqueológicos de campo (1996a, p. 164). Nesta fase, pretendia-se que ser arqueólogo viesse a corresponder a “um estatuto social em

função de necessidades específicas da colectividade” (Silva, 1993b, p. 55), ou seja, a uma actividade remunerada logo, plenamente profissional.

Surge também um “progressivo espírito de classe” que conduziu, entre outras iniciativas, à constituição da Pró-APA/APA no final de 1992 (Silva, 1993b, p. 56; Silva *et al.*, 1994, p. 78) (Anexo 26). O anúncio de constituição desta associação e os seus Estatutos (PRO-APA, 1992) apresentam também, de alguma forma, a sua definição de arqueólogo, na acepção profissional: em regra, é arqueólogo profissional o “titular de uma licenciatura (...) em História variante [Arqueologia]” e ainda: quem tem “em curso um projecto próprio de investigação arqueológica”, ou é colaborador em projecto de arqueologia; exerce “funções no âmbito da arqueologia” em instituição; tem “publicado trabalhos de reconhecido mérito sobre arqueologia” (PRO-APA, 1992; Anexo 26). Estes requisitos são particularmente interessantes, pois enunciam o esforço de traduzir a diversidade funcional que, à data, caracterizava a Arqueologia como actividade profissional. Mais uma vez, para além do requisito habilitacional que então se fixava na licenciatura na área científica específica da Arqueologia (embora se admitissem excepções), determinava-se a imprescindibilidade da “prática arqueológica” (Silva, 1993b, p. 57; Silva *et al.*, 1994, p. 78).

Em 1994, a PRO-APA, persiste em considerar que o perfil académico, profissional e jurídico do arqueólogo “continua vago e circunstancial” e que é urgente delimitá-lo (Silva *et al.*, 1994, p. 75-76). Aliás, nestes primeiros tempos, a PRO-APA assume claramente o objectivo da definição da “classe” arqueológica, numa vertente profissional (Silva *et al.*, 1994, p. 78). Nesse sentido, em 1995 a PRO-APA promoveu um primeiro “Inquérito Nacional aos Arqueólogos” (Anexo 86), com vista ao levantamento da situação em que se encontram os diversos profissionais de Arqueologia.

Entretanto, a Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94)⁵² já considera a profissão de arqueólogo (2.4.4.2.15 - Arqueólogo), atribuindo-lhe o seguinte conteúdo

⁵² Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94) do Instituto do Emprego e Formação Profissional, aprovada pela Deliberação n.º 94 do Conselho Superior de Estatística, de 24 de Fevereiro de 1995, publicada no Diário da República, IIª Série de 18 de Abril de 1995; actualizações posteriores pelas Deliberação n.º 97 do Conselho Superior de Estatística, de 5 de Julho de 1995, publicada no Diário da República, IIª Série de 1 de Setembro de 1995 e alterada

funcional: “estuda, classifica e interpreta os materiais, os vestígios arquitectónicos e os tipos de estruturas descobertos em escavação, de modo a reconstituir aspectos de culturas extintas ou de épocas históricas; observa, recolhe e organiza, em pesquisa de campo, o material necessário de uma determinada cultura ou grupo; estuda os elementos recolhidos, formula hipóteses explicativas e efectua uma síntese dos conhecimentos recolhidos; procura, reunindo esses conhecimentos, concepções que abarquem a realidade social e humana em todo o seu desenvolvimento histórico, baseadas nas teorias sobre a cultura ou grupo que estudou e realiza estudos limitados, nomeadamente sobre estrutura social, contactos de culturas e tecnologia; pode ser especializado em determinadas épocas cronológicas e em determinadas técnicas e artes” (SMI).

Na sequência dos esforços nesse sentido desenvolvidos desde o início dos anos 90, no âmbito da acção do recém-criado IPA, em 1997, foi estabelecido o estatuto das carreias específicas da área funcional de arqueologia na administração pública (Anexo 39). Em anexo a este diploma foram publicados os conteúdos funcionais da carreira de Arqueólogo na administração pública, de alguma forma extrapoláveis para a definição da profissão. Cabe ao arqueólogo: “executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos (...) da arqueologia, no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios, elaborar estudos, conceber e desenvolver projectos, emitir pareceres e participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho (...), realizar as seguintes actividades: prospecções, escavações, peritagens e informações, estudos diversos (bibliográficos, sobre materiais, sobre estações, de impacte arqueológico, de planeamentos, etc.), exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino, participação em comissões técnicas de gestão e controlo dos planos de ordenamento do território, emissão de pareceres sobre normas de protecção de gestão do património arqueológico ou sobre projectos de conservação, restauro e musealização de imóveis e sítios arqueológicos”.

No ano seguinte, é publicado novo RTA/99 (Anexo 47) que considera competentes para dirigir trabalhos arqueológicos os “licenciados cujo *curriculum vitae* esteja dentro dos critérios de acesso à carreira de arqueólogo na função pública” (Anexo 39), ou

pela Deliberação n.º 171 do Conselho Superior de Estatística, de 2 de Junho de 1999 publicada no Diário da República, IIª Série de 2 de Julho de 1999.

seja, os “indivíduos habilitados com licenciatura ou grau académico de nível superior que confira formação específica na área da arqueologia” (História variante de Arqueologia, Pré-História ou Arqueologia) e ainda “prática profissional” anterior ou “formação complementar adequada”.

Finalmente, o RTA/2014 actualmente em vigor (Anexo 60) considera aptas a dirigir trabalhos arqueológicos as “pessoas academicamente habilitadas em arqueologia, com prática profissional comprovada”, especificando as condições da formação académica e a duração da experiência curricular. E relativamente a estas, o n.º 2 do artigo 4.º (que define os Requisitos para direcção de trabalhos arqueológicos) considera “academicamente habilitados a dirigir trabalhos arqueológicos:

- a) Os titulares do grau de doutor que, no conjunto da sua formação académica, tenham 180 créditos curriculares na área da Arqueologia e experiência comprovada de trabalho de campo de 120 dias;
- b) Os titulares do grau de mestre conferido no âmbito da organização de estudos do ensino superior introduzida [por Bolonha] (...) que, no conjunto da sua formação académica, tenham 180 créditos curriculares na área da Arqueologia e experiência comprovada de trabalho de campo de 120 dias;
- c) Os titulares de um grau de licenciado na área da Arqueologia conferido no âmbito da organização de estudos do ensino superior anterior à introduzida [por Bolonha] (...) que tenham experiência comprovada de trabalho de campo de 120 dias;
- d) Os licenciados que, não estando abrangidos pelo disposto nas alíneas anteriores, tenham experiência curricular na área da Arqueologia e já tenham sido autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos (...);
- e) Os titulares do grau de licenciado conferido no âmbito da organização de estudos do ensino superior introduzida [por Bolonha] (...) que tenham 100 créditos curriculares na área da Arqueologia, desde que sob a orientação de um arqueólogo habilitado nos termos das alíneas anteriores e exclusivamente em trabalhos de prospeção de carácter não intrusivo e em contexto de formação académica.”

Assim, em termos de requisitos habilitacionais, concretizou-se para a actividade arqueológica o processo de Bolonha, já em curso em termos académicos desde 2006⁵³ (Real e Alfaro, 2006, p. 10; Valera, 2006a, p. 113), através da definição do grau de mestre (2.º ciclo) como requisito habilitacional genérico para a direcção de trabalhos arqueológicos (Bugalhão, 2015, p. 46). Por outro lado, foi também estabelecida de forma mais clara a área científica de base da formação académica - a Arqueologia - remetendo os requisitos para a fixação de um número determinado de créditos curriculares (ECT's) nessa área científica. Esta solução, conformada com o espírito de Bolonha, confere liberdade e flexibilidade de formação e a construção de currículos multidisciplinares ou especializados aos futuros arqueólogos (Bugalhão, 2015, p. 46). Também as associações com vocação de representação (da actividade e da profissão) definiram, nos seus estatutos, requisitos de acesso para os seus associados que, de alguma forma, contribuem para a construção do conceito de Arqueólogo. Actualmente, pode aceder à condição de sócio efectivo da AAP quem “possuir formação superior em Arqueologia, ou História, ou outra formação, desde que possua, em qualquer das circunstâncias, *curriculum vitae* de reconhecido mérito científico na área das ciências arqueológicas, históricas ou afins” (AAP, 2012).

Relativamente à APA, segundo o n.º 1 do artigo 5.º do seu *Estatuto*, podem ser associados efectivos “os titulares de licenciatura, ou grau académico equivalente, que confira formação específica na área da Arqueologia”, com elementos de formação curricular complementares (APA, 2009, p. 3-16). O *Código Deontológico* da APA define o conteúdo funcional associado à profissão de arqueólogo: “identificar e investigar o património arqueológico e colaborar na sua salvaguarda e gestão” (APA, 2009, p. 17-23).

Quanto ao STARQ, não apresenta nos seus estatutos requisitos extrapoláveis para a definição da profissão ou actividade, uma vez que pretende representar todos os trabalhadores de arqueologia e não apenas arqueólogos (STARQ, n.º 2 do artigo 2.º).

A discussão sobre quem é arqueólogo, e a necessidade de implementação de um sistema de auto-regulação profissional para fixar este conceito, foi referenciada desde os anos 80 (Lemos, 1987, p. 11; Gamito, 1989, p. 106; Raposo, 1989a, p. 117; Raposo,

⁵³ Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de Agosto, 230/2009, de 14 de Setembro e 115/2013, de 7 de Agosto.

1989b, p. 4-5; Silva, 1989a, p. 94). A auto-regulação profissional continuava a ser identificada como uma necessidade devido ao crescimento e complexificação da actividade profissional (Lemos, 1993, p. 165; Lemos, 1994, p. 99; Marques, 1994, p. 86; Silva 1995a, p. 17) e até devido a uma degradação do exercício da profissão (Silva, 2007b, p. 14; Almeida e Neves, 2006, p. 103). A auto-regulação profissional foi um tema central no debate em torno da formação de uma Ordem de Arqueólogos (AAVV, 2000; Silva, 2003e, p. 149), no ciclo “A Arqueologia em Revista”⁵⁴ em 2008 e em diversas sessões públicas promovidos essencialmente pela APA e pela AAP. Em causa estava a criação de um sistema auto-regulado, no qual fossem os próprios profissionais, organizados numa estrutura de representação, que determinassem os pressupostos de definição e acesso à profissão. Apesar de longamente debatido, a criação de um sistema de credenciação profissional auto-regulado não foi conseguida. A definição de um quadro deontológico comum para os arqueólogos, independentemente do seu sector de trabalho, era igualmente uma necessidade já diagnosticada e considerada uma componente fundamental do exercício profissional da Arqueologia (Gamito, 1989, p. 106; Martins, 1998, p. 32; Silva, 1998b, p. 6; Silva e Correia, 1998, p. 6; Carneiro, 2003b, p. 130; Jorge, 2003, p. 141). Entre muitos outros documentos orientadores produzidos pela APA, destaca-se assim o seu Código Deontológico (APA, 1998; APA, 2009, p. 17-23), alcançado na sequência de longo e participado processo de elaboração.

Resumindo, pode afirmar-se que, ao longo do período em estudo, o conceito de arqueólogo tem duas componentes fundamentais: a prática ou curricular, que se relaciona com o desenvolvimento de uma determinada actividade (normalmente, trabalho de campo, como escavações ou prospecções, mas também investigação e publicação) e a habilitacional, que decorre da titularidade de qualificação académica específica (normalmente superior). Numa fase inicial, até aos anos 80 do século XX, embora com contestação de alguns sectores, a verificação da componente curricular era suficiente para a aquisição social do título de arqueólogo. Esta realidade convive com o exercício em parte amador da actividade arqueológica. Era arqueólogo quem

⁵⁴ Organizado pelo Centro de Arqueologia de Almada, na comemoração do 25.º aniversário da revista *Al-Madan* e divulgado no *blog* (<http://almadanblog.blogspot.com/search/label/Ordem%20dos%20arque%C3%B3logos>; <http://www.almadan.publ.pt/ArqEmRevista.htm>).

“fazia Arqueologia”. A componente prática, nomeadamente de campo e ao nível da direcção científica dos trabalhos, nunca cessa de constituir requisito de acesso ao exercício da actividade arqueológica, formalizando-se progressivamente a nível regulamentar e legal.

Ao longo de todo o período em estudo, a exigência a nível habilitacional vai-se consolidando e elevando, tanto a nível social, *inter pares*, como, principalmente, a nível regulamentar e legal. A evolução nos requisitos habilitacionais verifica-se em relação ao grau e também à área científica, na qual a Arqueologia vai ganhando terreno e afirmando a sua especificidade como base de formação para os Arqueólogos (ponto 5.8.).

A partir dos anos 90 do século XX, o amadorismo e o sincretismo disciplinar científico na actividade arqueológica atenuam-se. Assim, deixam de ser considerados arqueólogos os detentores de níveis habilitacionais não superiores e também os detentores de habilitação académica exclusiva em outras áreas científicas e aplicadas, como a conservação e restauro, a antropologia física e as diversas áreas disciplinares normalmente designadas por arqueociências.

A associação exclusiva entre o desempenho da actividade/profissão e a prática de trabalhos arqueológicos de campo, que é quase total no início do período em estudo (ou seja, o arqueólogo é quem desenvolve trabalhos arqueológicos de campo), vai-se atenuando. Na fase final e na actualidade, a actividade do arqueólogo (agora plenamente profissional) apresenta-se mais diversificada, existindo aliás arqueólogos que nunca dirigiram trabalhos de campo, dedicando-se à investigação “de laboratório”, divulgação, produção de conteúdos, etc. (Oosterbeek, 2004, p. 10-11; Valera, 2005, p. 155).

5.2. Objectivos, fontes de informação e metodologia

Um dos objectivos deste trabalho é a obtenção de dados quantitativos fiáveis e fundamentados sobre a Arqueologia Portuguesa. Entre estes, talvez o mais importante e premente seja o apuramento do número de arqueólogos em Portugal: quantos arqueólogos desenvolveram a sua actividade durante o período em estudo e qual a evolução deste número ao longo destes 45 anos. Para a obtenção deste valor releva, como é evidente, a definição de *Arqueólogo*. Como foi referido, o conceito regista

consideráveis alterações entre 1970 e 2014. Como tal, um indivíduo que reúna condições para integrar este grupo no início do período em estudo, pode não as reunir, em 2014.

O conhecimento sobre o número de arqueólogos em actividade em Portugal é um objectivo antigo e um exercício difícil e poucas vezes tentado (Silva *et al.*, 1994, p. 78; Real, 1995, p. 20; Bugalhão, 2017b, p. 26). Não existindo (hoje e no passado) nenhum procedimento instituído de inscrição ou credenciação profissional (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7; Carneiro, 2006, p. 5; Real e Alfaro, 2016, p. 10)⁵⁵, não é fácil determinar em cada momento quantos são e quem são os arqueólogos em actividade no país (Lemos, 1993, p. 163; Silva, 1994a, p. 92; Silva, 2015, 18), até porque se trata de um grupo orgânico, espontâneo e informal, flexível e flutuante. O apuramento do número de arqueólogos foi tentado pela APA através de inquérito (Silva, 2015, p. 18), em 1995 (Silva, 1997, p. 33; Anexo 86), 2002 (APA, 2002; Almeida, 2007b), 2006 (Almeida, 2007b), mas principalmente em 2014, no âmbito da iniciativa europeia DISCO (APA, 2014). Foram desenvolvidos ainda escassos estudos sobre o tema (Bugalhão, 2011 e 2017).

Durante o século XX e até 1969, o número de arqueólogos em actividade em Portugal determinado a partir de “ direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia” (Bugalhão, 2017b, p. 21), terá oscilado entre as três dezenas e a centena, em cada década (Bugalhão, 2017b, p. 27). Na mesma linha, outras estimativas para o período entre os anos 30 e 60 do século XX, apontam para existência de cerca de 100 arqueólogos em Portugal, com um elevada presença de amadores (Jorge e Jorge, 1996b, p. 161).

Ao I Congresso Nacional de Arqueologia “compareceram, com raríssimas excepções, todos os arqueólogos portugueses dignos desse nome” (Almeida, 1970a, p. 364). Contudo o seu número era considerado baixo (“erro funesto de se julgar o país cheio de arqueólogos, quando a triste realidade é que os que existem são muitíssimo poucos

⁵⁵ Entre 2004 e 2006, o IPA iniciou um processo de elaboração de projectos de diplomas legais sobre acreditação profissional dos arqueólogos e identificação dos profissionais de arqueologia (Real e Alfaro, 2006, p. 5) que nunca chegou a concretizar-se.

em relação aos que faziam mister haver”; Viana, 1970, p. 325), embora apresentasse potencial de crescimento (Alarcão, 1971, p. 7). As II Jornadas Arqueológicas da AAP realizadas em 1972 contaram com 80 participantes (Santos, 1973, p. 8), embora na mesma altura se estimasse o número de arqueólogos em “pouco mais do que 12” (Lemos, 2007, p. 106).

Na preparação do Plenário de Arqueólogos realizado em 29 de Junho de 1974 no Ateneu Comercial de Lisboa (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 1; Raposo, 1995b, p. 65), foi elaborada uma lista dos arqueólogos em Portugal, que se pretendia universal, para efeitos de convocatória a remeter pelo correio (Pereira, 2014). Esta lista integrava 177 arqueólogos, elencados a partir “das listas dos Congressos de Arqueologia e de contactos de pessoas conhecidas pela sua actividade no meio” (jornal *O Século* de 1 de Julho de 1974, Anexo 61). O Plenário viria a contar com cerca de 60 presenças, sete cartas de apoio e cerca de 30 delegações de representação (jornal *O Século* de 1 de Julho de 1974, Anexo 61). Em 1977, considerava-se que o número de arqueólogos estava a aumentar (Serrão, 1977, p. 8)

Na década de 70 do século XX, o número de arqueólogos em actividade em Portugal foi estimado em cerca de 100 (Jorge e Jorge, 1996a, p. 145). Para o mesmo período, o valor determinado a partir de “d direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia” foi de 178 (Bugalhão, 2017b, p. 21).

Em documentos de 1981 do Departamento de Arqueologia do IPPC refere-se um processo de recenseamento de arqueólogos pelo IPPC (Anexo 67). Segundo informação pessoal de Francisco Alves, este processo de recenseamento nunca passou de intenção, não existindo por isso qualquer resultado concreto do mesmo.

Entre 1974 e 1989, o número de arqueólogos em Portugal é ainda considerado muito reduzido (Alarcão, 1989, p. 86; Silva, 2002a, p. 305). A APA tentou quantificar o número de arqueólogos em actividade em Portugal entre 1977 e 1987, a partir das referências incluídas na série *Informação Arqueológica* (Braga e Lisboa, IPPC, 1-9), tendo obtido valores entre as quatro e as nove dezenas (APA, 2014, p. 19), estimativa claramente subdimensionada.

Contabilizadas as direcções científicas em autorizações e trabalhos arqueológicos realizados em 1986 e registadas no *Endovélico* (dados recolhidos em 2011), registaram-se 129 arqueólogos (Bugalhão, 2011, p. 34).

Na década de 80 do século XX, o número de arqueólogos em actividade em Portugal determinado a partir de “direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia” era de 371 (Bugalhão, 2017b, p. 21).

Entre 1993, 1994 e 1996, continua a lamentar-se a inexistência de indicadores numéricos precisos (Lemos, 1993, p. 163; Silva, 1994a, p. 92; Jorge, 2000a, p. 184), “mas o que é facto é que houve sempre arqueólogos” (Silva, 1994a, p. 92). Em meados dos anos 90 do século XX, o número estimado de arqueólogos a trabalhar em Portugal situava-se entre 150 e os 250 indivíduos (Jorge e Jorge, 1996a, p. 145; Jorge e Jorge, 1996b, p. 164; Jorge, 2000a, p. 184). A Pro-APA estimou igualmente este valor em 1993, referindo o valor de 300 indivíduos e instituições (eventualmente, cerca de 250 arqueólogos) (Silva, 1993b; Silva *et al.*, 1994, p. 78). O “Inquérito Nacional aos Arqueólogos” promovido pela PRO-APA em 1995 registou 130 respostas (Silva, 1997, p. 33; Anexo 86).

Na década de 90 do século XX, o número de arqueólogos em actividade em Portugal determinado a partir de “direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia” era de 562 (Bugalhão, 2017b, p. 21). E permanece claro que o número de arqueólogos está a aumentar (Silva e Correia, 1998, p. 4). Entre 1985 e 2005 o seu número terá passado de “escassas dezenas para mais de meio milhar” (Silva, 2005a, p. 17). Entre 1996 e 2010, os arqueólogos com direcções científicas autorizações e trabalhos arqueológicos registadas no *Endovélico* (dados recolhidos em 2011) revelam valores crescentes, entre 136 e 611 (Bugalhão, 2011, p. 34). Em 2004 é referida a estimativa de 700 arqueólogos (Oosterbeek, 2004, p. 10), em 2005, de 500 (Silva, 2005a) e em 2006 de 800 (Oosterbeek, 2006a, p. 115).

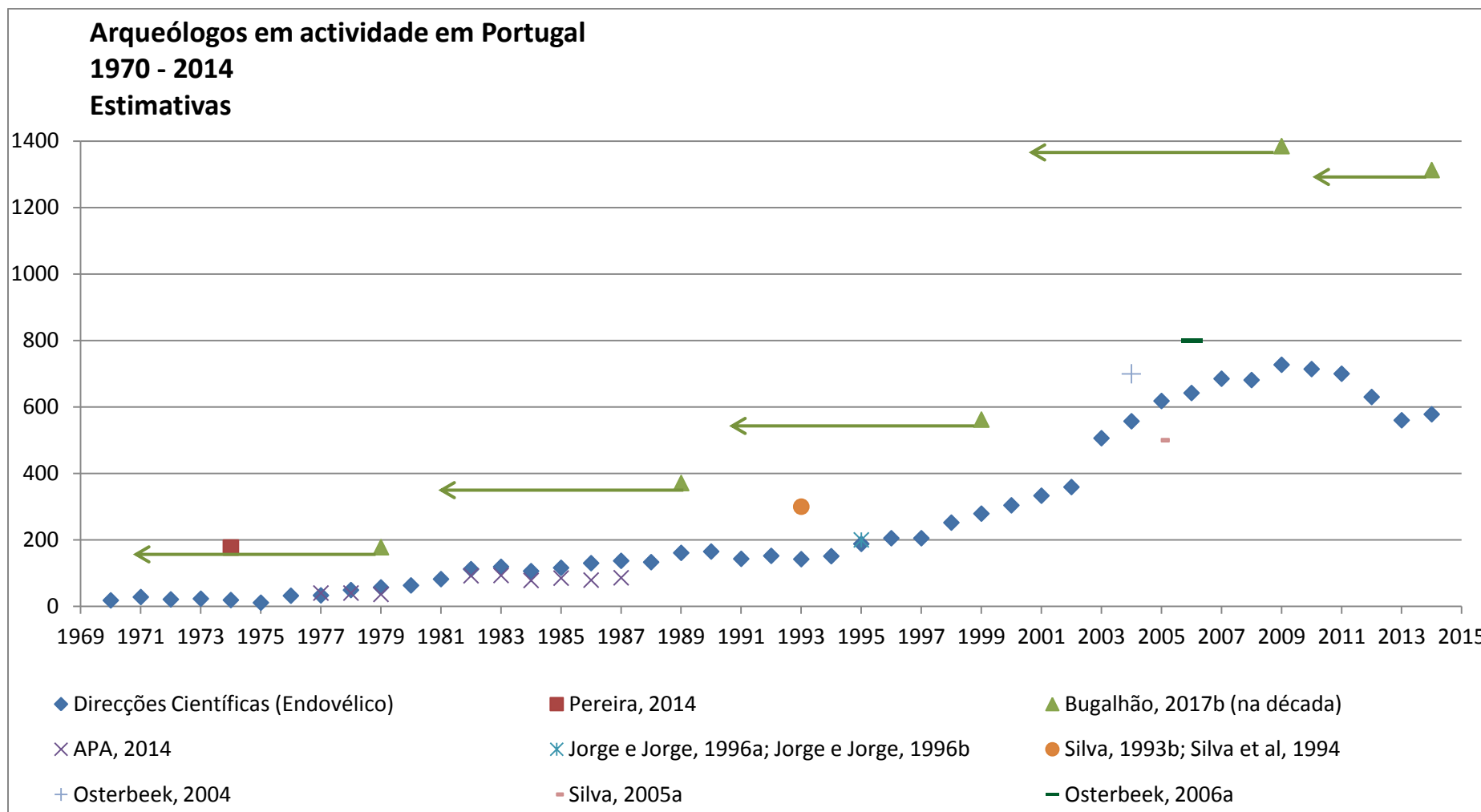


Gráfico 12: Arqueólogos em actividade em Portugal, 1970 - 2014 Estimativas.

Na primeira década do século XXI, o número de arqueólogos em actividade em Portugal determinado a partir de “direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia” era de 1.385; entre 2010 e 2017, era de 1.313 (Bugalhão, 2017b, p. 21).

Este historial de propostas de avaliação quantitativa do grupo de arqueólogos a trabalhar em Portugal serviu de ponto de partida para o presente trabalho, que se pretende possa constituir um passo em frente no conhecimento sobre este tema.

Assim, para determinar o número de arqueólogos a trabalhar em Portugal de forma mais completa e sustentada, constituiu-se uma lista de nomes que se consubstancia, na sua configuração final, como o universo em estudo - *Tabela Arqueólogos*. Na acepção de universo, esta *Tabela Arqueólogos* pretende assim incluir o conjunto total dos indivíduos que em cada momento, do período em estudo, se consideraram e/foram considerados *inter pares* e/ou pelo todo social, arqueólogos. O objectivo foi o apuramento integral e exacto deste universo, embora não seja possível garantir em absoluto a sua universalidade efectiva, atendendo às limitações próprias da informação de base (de entre a qual se efectuou a recolha, cruzamento e selecção de dados). Neste sentido, foram desenvolvidos todos os esforços e julga-se que o universo obtido constitui um reflexo fiel da realidade.

A constituição da *Tabela Arqueólogos* baseou-se nas fontes de informação referidas no capítulo 3 desta dissertação e decorreu de forma faseada e cumulativa. Numa primeira fase, procedeu-se à relação dos arqueólogos que dirigiram trabalhos arqueológicos registados no *Endovélico* no período em estudo, a partir dos formulários *Autorizações* e *Trabalhos Arqueológicos*. Numa segunda fase, carregaram-se na *Tabela Arqueólogos*, todos os nomes registados no formulário *Pessoas* do *Endovélico*, com profissão de Arqueólogo/a, associados a *Projectos* (como responsáveis, co-responsáveis, investigadores, colaboradores, etc.) e/ou com autoria de *Relatórios* associada.

Por fim, com base nos formulários *Bibliografia* e *Autores*, procedeu-se à inclusão na *Tabela Arqueólogos* dos autores de publicações de temática arqueológica, editadas entre 1970 e 2014⁵⁶.

⁵⁶ O objectivo foi listar autores com alguma participação científica regular em temas da Arqueologia portuguesa, embora não tendo outras participações na actividade arqueológica. Assim, excluíram-se

Esgotadas as potencialidades informativas do *Endovélico*, e atendendo ao carácter não sistemático destes dados, nomeadamente para a fase inicial, foi necessário completá-los com recurso a outras fontes de informação.

Ainda assim, e ainda somente no que respeita à direcção de trabalhos arqueológicos, era notório que a lista já obtida era muito incompleta. Assim foram incluídos na *Tabela Arqueólogos* os directores científicos da actividade arqueológica, cuja informação foi recolhida: na base de dados *FileMaker* relativa à actividade arqueológica entre 1986 e 1996, utilizada pelo Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR; nas listas anuais de autorizações para realização de trabalhos arqueológicos entre 1997 e 2002 (em tabela *Excel*) constituídas pela Divisão de Inventário do IPA; na bibliografia (consultada) publicada entre 1970 e 1988; no Arquivo do “Conselho Consultivo” na DGPC.

Quadro 3 - <i>Tabela Arqueólogos</i> : fontes de informação e limites cronológicos					
	Direcções Científicas/ Participação em Projectos/ Autoria de relatórios e bibliografia		Direcções Científicas	Arqueólogos, investigadores e bolseiros em Arqueologia	
1970 - 2014	<i>Endovélico</i> Formulários: <i>Pessoas</i> (profissão - Arqueólogo/a), <i>Autorizações</i> (Responsável), <i>Trabalhos Arqueológicos</i> (Responsável), <i>Projectos</i> (Responsável e investigadores), <i>Relatórios</i> (autoria), <i>Autores</i> (de bibliografia)	1970 - 1982	Arquivo do “Conselho Consultivo” Bibliografia		2.080 Arqueólogos
		1981 - 1997	BD <i>FileMaker</i> Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR		
		1997 - 2002	Tabelas <i>Excel</i> IPA		
		2005 - 2014		Conteúdos <i>online</i>	
		2012 - 2014		<i>Portal do Arqueólogo</i>	

autores: associados apenas a uma referência bibliográfica, que só publicaram sobre temas não portugueses, que só publicaram sobre arqueologia subaquática, e que só publicaram sobre temáticas no âmbito das arqueociências.

Para os anos mais recentes do período em estudo (*grosso modo*, entre 2005 e 2014) e, na sequência da pesquisa de conteúdos *online*, foram considerados os nomes de arqueólogos identificados como investigadores e bolseiros que integravam unidades de investigação na área da Arqueologia. Foram ainda recolhidos os nomes registados no *Portal do Arqueólogo* (PORTAL) (em funcionamento desde 2012) com indicação de profissão “Arqueólogo”, ainda que não associados a direcção de científica de trabalhos arqueológicos.

Concluindo, foram recolhidos dados num conjunto múltiplo de fontes de informação, procedendo-se à sua selecção, cruzamento e análise.

5.3. Número

Como resultado final deste exercício de recolha, cruzamento e selecção de dados obteve-se uma lista de nomes - *Tabela Arqueólogos*, integrando os arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1970 e 2014. A *Tabela Arqueólogos* integra 2.080 nomes.

Arqueólogos - 2.080

Para estes (todos), foi determinado o “período de actividade em Arqueologia” a partir das datas de direcção de trabalhos arqueológicos, de produção bibliográfica, de direcção e participação em projectos, de desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia, de decurso de bolsas de investigação, etc. O período de actividade foi registado como um intervalo temporal entre anos: o ano de início da actividade e o ano de fim de actividade. Desta forma, procurou-se anular intervalos artificiais, decorrentes de trabalho de campo ou produção bibliográfica sem regularidade anual.

Projectados ano a ano os resultados obtidos, pode observar-se aquela que se considera a melhor proposta de resposta para a questão inicialmente colocada: quantos arqueólogos trabalharam em Portugal e qual a evolução deste número no período em estudo.

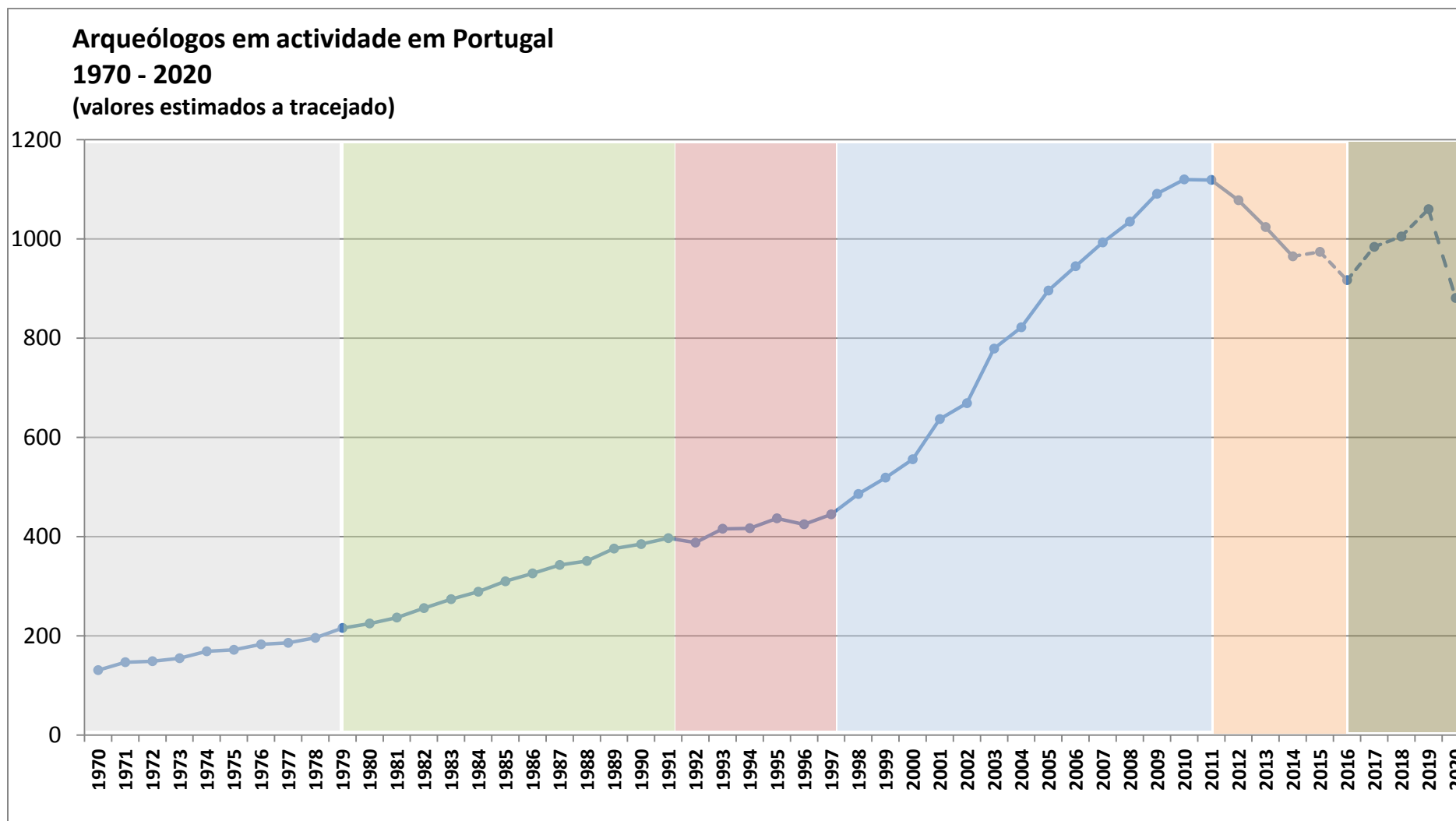


Gráfico 13: Arqueólogos em actividade em Portugal, 1970 - 2020.

Constata-se que no início da década de 70 do século XX, trabalhavam em Portugal pouco mais de 130 arqueólogos. Durante toda esta década este número conhece uma suave evolução crescente, ultrapassando no seu final a cifra das duas centenas. Na década de 80, a tendência de crescimento do número de arqueólogos em actividade prossegue, atingindo quase as quatro centenas em 1990. A última década do século XX, até 1996 (quando se atinge o valor de 425 arqueólogos), revela algum abrandamento ou mesmo estagnação nesta evolução. A partir deste ano e até 2010, decorre uma fase de 15 anos de crescimento bastante acentuado, atingindo-se o valor anual máximo de 1.120 arqueólogos em actividade em 2010. Os quatro últimos anos do período em estudo, entre 2011 e 2014, revelam um decréscimo na ordem dos 14%. Esta tendência prosseguiu até 2016, ano a partir do qual se desenha uma fase de recuperação, eventualmente interrompida com a Pandemia da COVID-19 em 2020. Analisados os mesmos dados, mas à escala temporal do quinquénio, vislumbra-se o que aparenta ser uma tendência regular de crescimento entre 1970 e 1999. Entre 2000 e 2009, o crescimento do número de arqueólogos em actividade é mais acelerado. Nos últimos dez anos do período em estudo verifica-se estabilização deste valor.

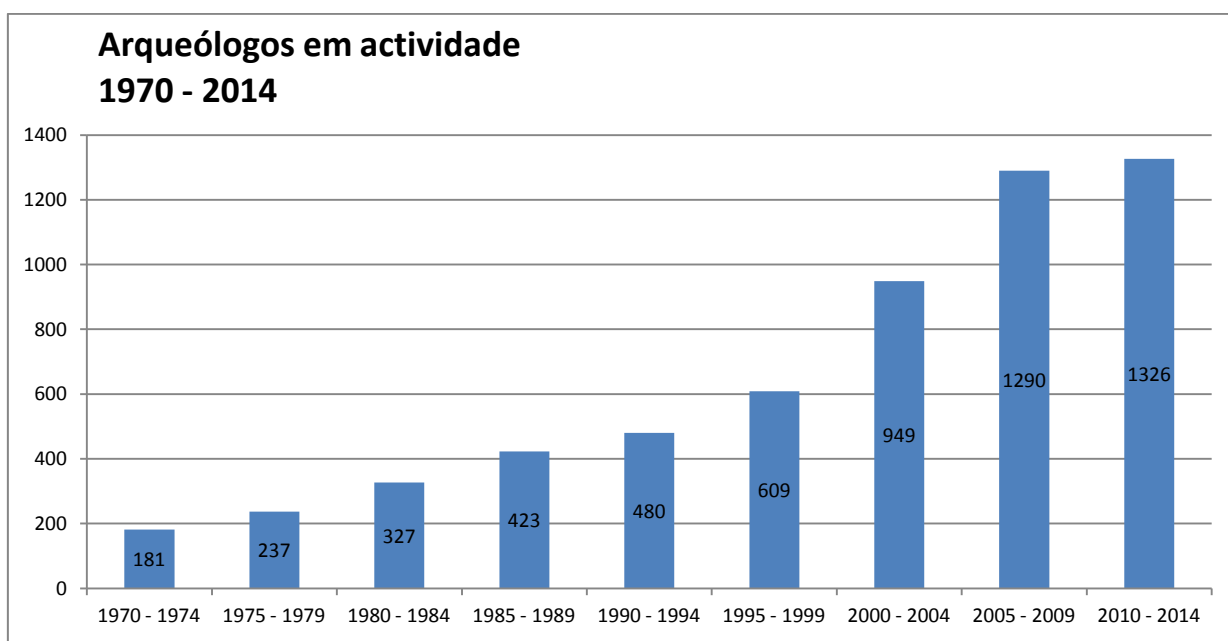


Gráfico 14: Arqueólogos em actividade, 1970 - 2014.

Os valores relativos à actividade arqueológica entre 2014 e 2019 (registados no formulário *Autorizações do Endovélico*) confirmam esta tendência de estabilização, que se verifica também ao nível do número de arqueólogos autorizados a dirigir

trabalhos de campo⁵⁷. Em 2019 parecia desenhar-se um impulso de crescimento aparentemente frustrado com as consequências económicas da Pandemia Covid 19.

⁵⁷ Os valores relativos às autorizações para realização de trabalhos arqueológicos em 2020 foram recolhidos em 21 de Fevereiro de 2021.

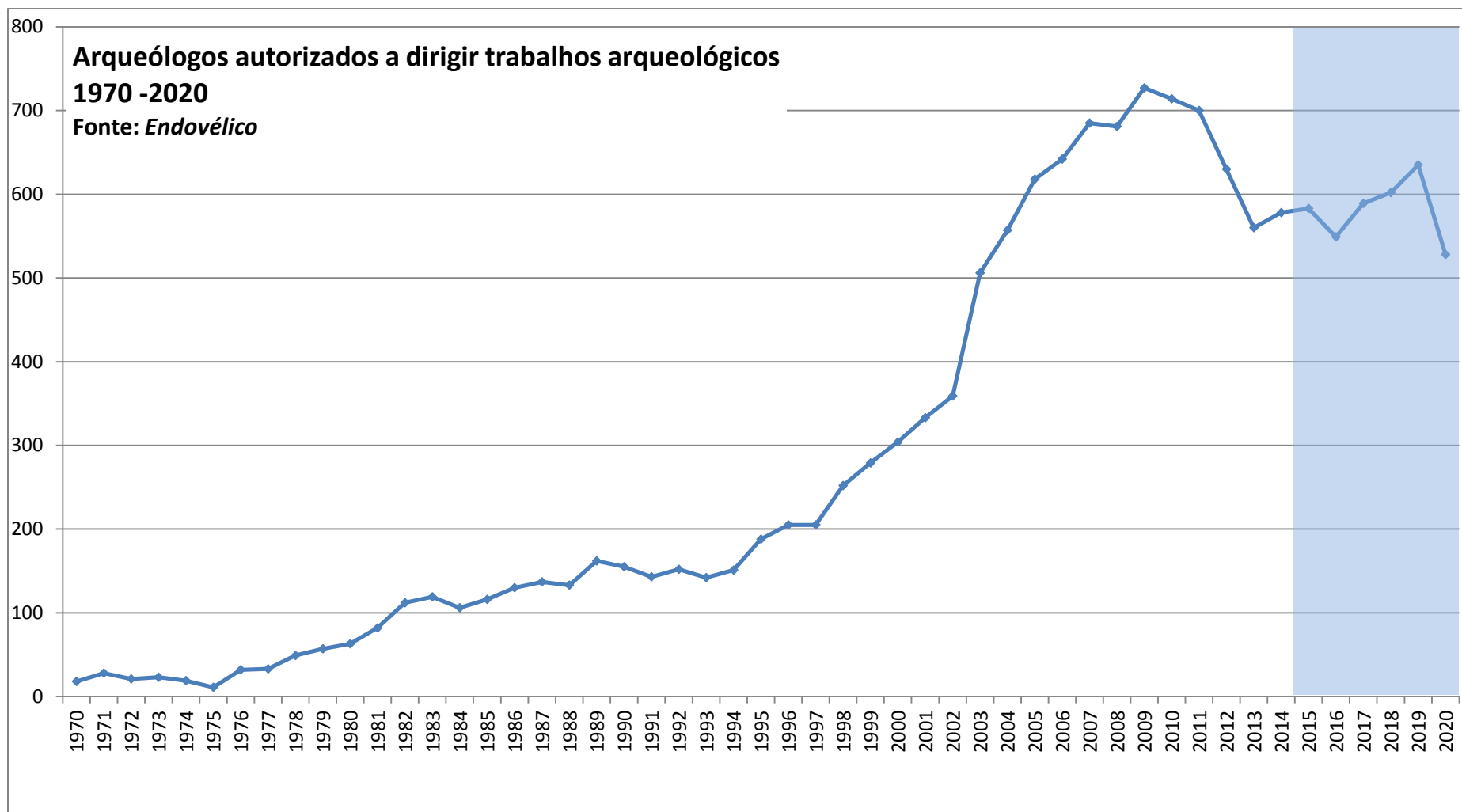


Gráfico 15: Arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos, 1970 - 2020 (fonte: Endovélico).

Partindo do pressuposto empiricamente adquirido que a constituição do grupo profissional dos arqueólogos regista uma elevada flutuação ou mesmo volatilidade, procurou-se analisar a sua variabilidade ao longo do tempo. Tratando-se de valores relativos, apresentam maior diferenciação quando os valores absolutos em causa são mais baixos.

Relativamente à percentagem de abandono da actividade num quinquénio relativamente ao anterior⁵⁸, podem observar-se ao longo do período em estudo valores progressivamente crescentes, entre 9% entre 1975 e 1979 (relativamente ao quinquénio 1970 - 1974) e 20% entre 2010 e 2014 (relativamente ao quinquénio 2005 - 2009). Da mesma forma, a percentagem de continuidade na actividade num quinquénio relativamente ao anterior vai decaindo progressivamente, entre 92% entre 1975 e 1979 (relativamente ao quinquénio 1970 - 1974) e 80% entre 2010 e 2014 (relativamente ao quinquénio 2005 - 2009). Estes valores parecem reflectir uma instabilidade crescente do grupo, eventualmente relacionada com níveis de dificuldade e insatisfação no exercício da actividade, decorrentes essencialmente das muito deficitárias condições de trabalho, também em permanente agravamento (Rocha *et al.*, 2020).

Em relação às percentagens de ingresso de novos arqueólogos na actividade em cada quinquénio, os valores são sempre muito significativos, como é natural num grupo que está tendencialmente em crescimento. No entanto, a sua evolução nem sempre apresenta tendência regular. Até 1984, as percentagens de ingresso vão aumentando; entre 1990 e 1994, descem; entre 1995 e 2004, sobem muito significativamente; entre 2005 e 2009, descem; e entre 2010 e 2014, descem drasticamente para o valor percentual mais baixo do período em estudo (22%).

Nos últimos cinco anos em estudo (2010 a 2014), verifica-se uma desaceleração do crescimento do grupo profissional dos arqueólogos, com o aumento dos valores de abandono da actividade e diminuição da intensidade de ingressos. Não se exclui a possibilidade deste fenómeno se relacionar com uma estabilização do grupo profissional. A diminuição de ingressos poderá eventualmente decorrer da situação

⁵⁸ Nesta percentagem incluem-se os óbitos de arqueólogos que ocorrem durante o quinquénio anterior. Contudo este não é um factor relevante, pois ao longo do período em estudo, é perceptível que o abandono da actividade se deve crescentemente a outras causas.

económica nacional e a consequente retracção do trabalho disponível em Arqueologia ou da remuneração do mesmo. É de salientar que no mesmo período, a evolução na aquisição de habilitação académica em Arqueologia não completamente unívoca. Por um lado, o número de licenciados ano parece decrescer ligeiramente (Bugalhão, 2016, p. 17 e 18). Por outro lado regista-se um claro aumento do número de doutoramentos e, principalmente, de mestrados em Arqueologia (Bugalhão, 2016, p. 19) (capítulo 4 e Gráfico 8).

De uma forma global, a realidade observada na constituição da estrutura do grupo revela instabilidade e volatilidade, com elevados níveis de “população flutuante”, características pouco adequadas ao exercício de uma actividade científica que, pela sua natureza, requer estabilidade e investimento de tempo significativos.

Quadro 4 Arqueólogos 1970 - 2014 Abandono - Continuidade - Ingresso							
1970 - 1974	181	Abandono	Continuidade	Ingresso	% de abandono ⁵⁹	% de continuidade ⁶⁰	% de ingresso ⁶¹
1975 - 1979	237	17	166	71	9	92	30
1980 - 1984	327	32	206	121	14	87	37
1985 - 1989	423	45	283	140	14	87	33
1990 - 1994	480	61	363	117	14	86	24
1995 - 1999	609	80	400	209	17	83	34
2000 - 2004	949	103	506	443	17	83	47
2005 - 2009	1290	154	795	495	16	84	38
2010 - 2014	1326	260	1031	295	20	80	22

Se analisada a constituição do grupo dos arqueólogos em cada quinquénio, considerado o peso relativo dos arqueólogos com alguma experiência previamente adquirida (que já se encontravam em actividade no quinquénio anterior) e dos

⁵⁹ % de abandono: percentagem de arqueólogos em actividade no quinquénio anterior que não permanecem em actividade neste quinquénio.

⁶⁰ % de continuidade: percentagem de arqueólogos em actividade no quinquénio anterior que permanecem em actividade neste quinquénio.

⁶¹ % de ingresso: percentagem de arqueólogos que iniciam actividade neste quinquénio em relação ao seu número total.

profissionais recém-ingressados na actividade, concluiu-se que estes últimos representam no mínimo 22% (entre 2010 e 2014) e no máximo 47% (entre 2000 e 2004). Assim, para além do défice de estabilidade já referido, esta característica parece conferir ao grupo dos arqueólogos alguma imaturidade e inexperiência, mas também juventude e forte capacidade de renovação.

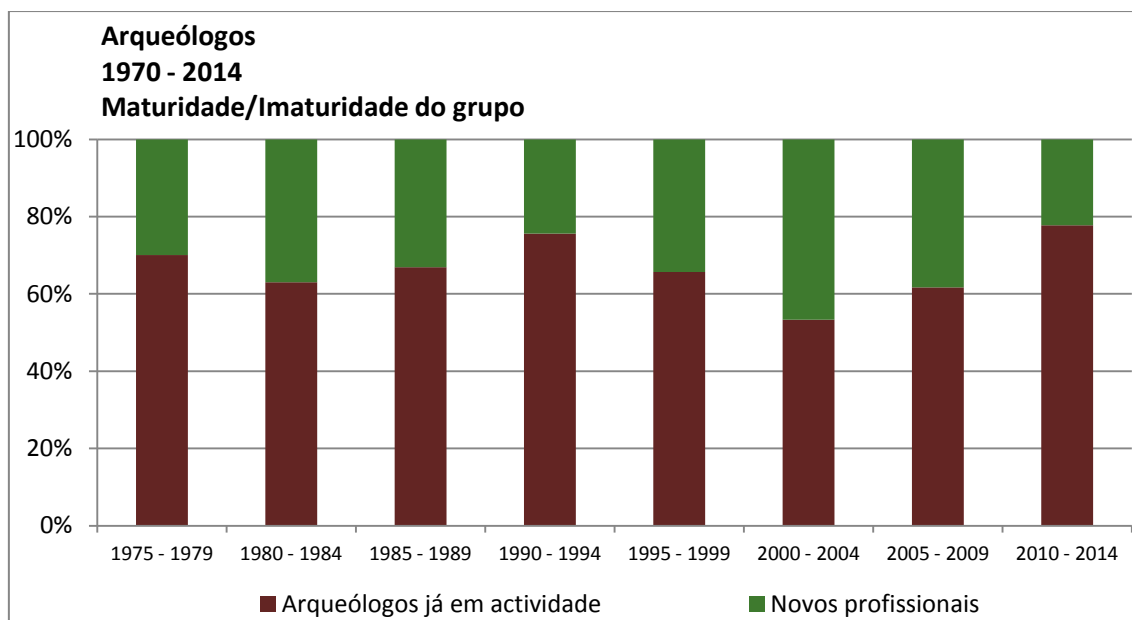


Gráfico 16: Arqueólogos, 1970 - 2014. Maturidade/Imaturidade do grupo.

O universo dos arqueólogos em estudo será de seguida analisado com base em oito descritores: Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estrutura etária, Habilitação académica, Forma de exercício da actividade, Vínculo, relação ou situação laboral e Enquadramento institucional.

5.4. Sexo

Para o período em estudo, 1970-2014, procedeu-se à análise da distribuição por sexo do universo em estudo. Consideraram-se as categorias: “Masculino” e “Feminino”. O sexo foi apurado para a totalidade do universo, registando-se 53% de homens e 47% de mulheres.

Arqueólogos - 2.080 Arqueólogos do sexo masculino - 1.099 Arqueólogos do sexo feminino - 981
--

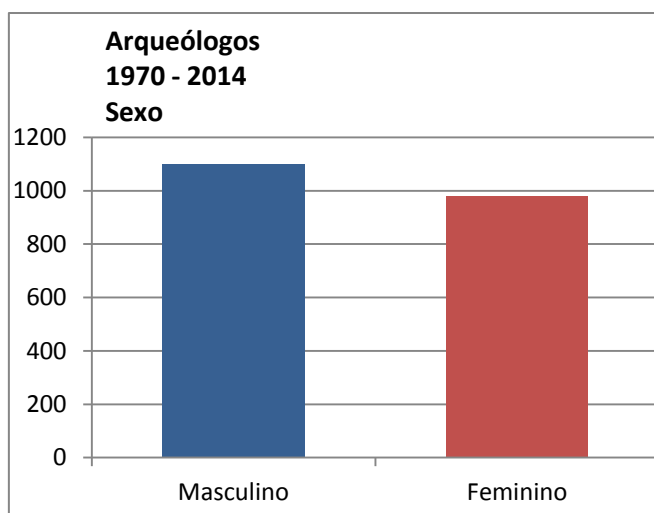


Gráfico 17: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo.

Entre 1970 e 2009, a presença das mulheres na Arqueologia portuguesa cresce ininterruptamente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. A percentagem do sexo feminino evolui dos 17%, entre 1970 e 1974, até aos 52%, entre 2005 e 2009. No quinquénio de 2010-2014, verifica-se um ligeiríssimo decréscimo dos valores absolutos, em relação ao bloco temporal anterior, acompanhado de uma também ligeira descida dos valores relativos (para os 50%).

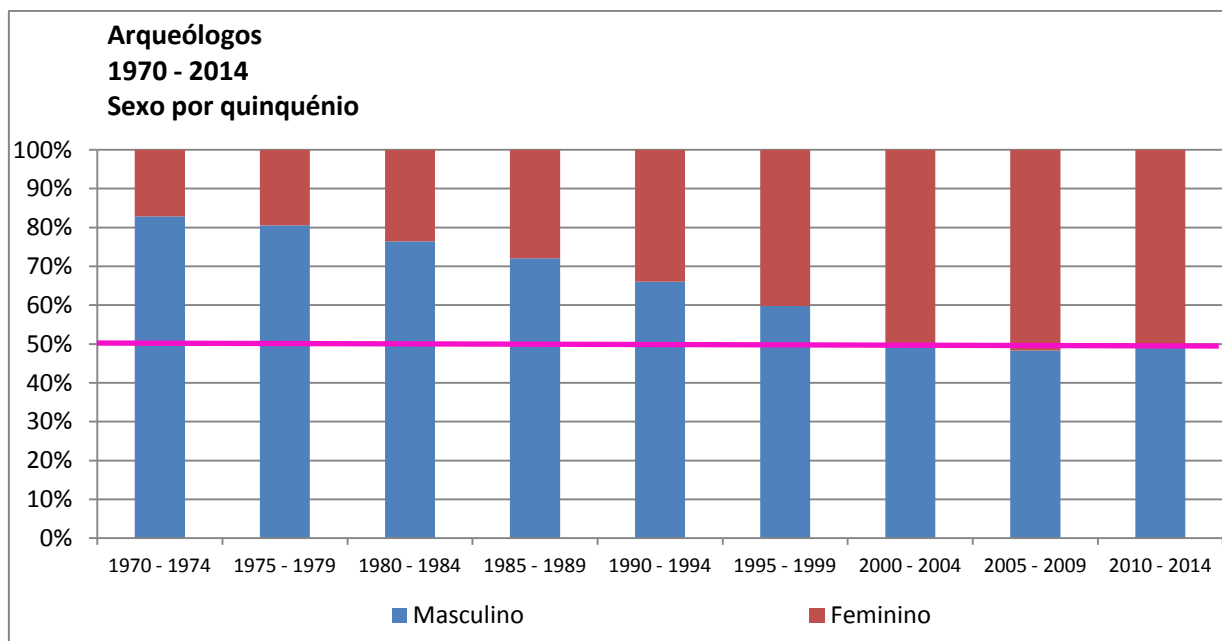
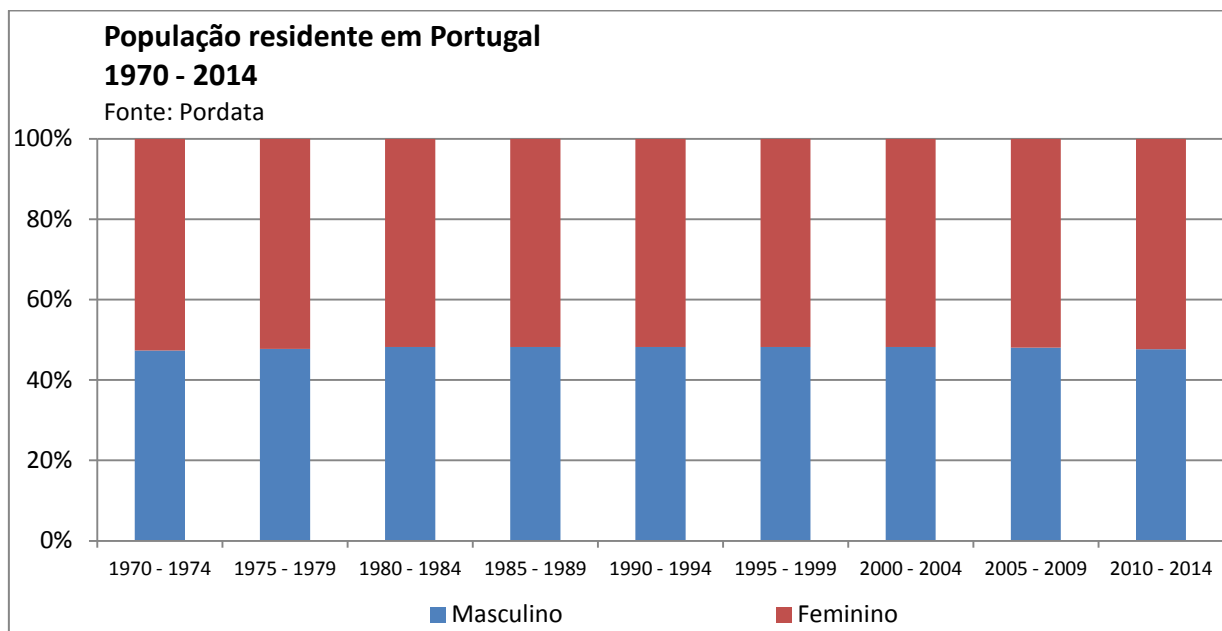


Gráfico 18: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo por quinquénio.

De facto, se comparados os valores relativos da distribuição por género no período em estudo, entre a população residente em Portugal e os arqueólogos, verifica-se uma

tendência progressiva para a convergência de valores. Na população residente em Portugal, entre 1970 e 2014, a proporção do sexo feminino oscila entre os 53 e os 52%. Entre os arqueólogos, as mulheres representam entre 17% na primeira metade dos anos 70 do século XX; e um máximo de 52%, entre 2005 e 2009.



Gráficos 19: População residente em Portugal, 1970 - 2014 (fonte: Pordata).

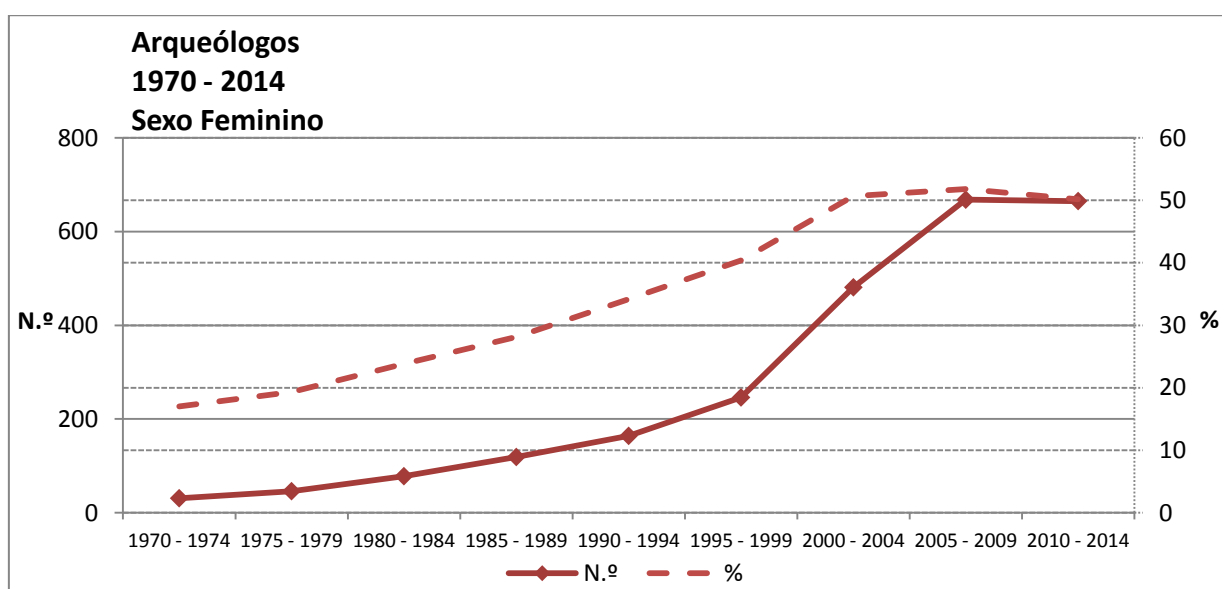


Gráfico 20: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo Feminino.

Verificado que está o carácter volátil, instável e flutuante do grupo profissional dos arqueólogos, principalmente nas últimas duas décadas, procurou-se analisar este

fenómeno ao longo do tempo, com o objectivo de verificar se existem diferenças de género.

Relativamente às percentagens de abandono da actividade num quinquénio relativamente ao anterior, verifica-se que, desde os anos 70 do século XX até 2004, as mulheres registam valores (por vezes significativamente) inferiores em relação aos homens. Esta realidade poderá dever-se às médias etárias inferiores das mulheres neste período (ponto 5.7.1.). Entre 2005 e 2014, a percentagem de mulheres que abandonam a actividade é idêntica ou superior à dos homens, valor mais significativo se tivermos em consideração que os valores absolutos femininos são superiores aos masculinos. Neste dez anos, abandonam a actividade 228 mulheres, em contraponto com apenas 186 homens.

Em consonância, as percentagens de continuidade na actividade num quinquénio relativamente ao anterior, entre anos 70 do século XX e 2004, são superiores nas mulheres; entre 2005 e 2009 registam-se percentagens de continuidade idênticas entre géneros; entre 2010 e 2014, a percentagem de mulheres que permanece em actividade relativamente ao quinquénio anterior é inferior à dos homens. Aliás, a percentagem de continuidade em actividade das mulheres entre 2010 e 2014 (78%) é a mais baixa registada em toda esta análise, independentemente da abordagem de género.

Por fim, no que respeita às percentagens de ingresso, verifica-se que, à excepção do último quinquénio, as mulheres ingressam na profissão sempre de forma mais expressiva que os homens. Entre 1990 e 1994, a percentagem de ingressos das mulheres (37%) no grupo (nesta altura já predominantemente profissional) é o dobro da percentagem de ingressos de homens (18%). Finalmente, entre 2010 e 2014, os ingressos femininos são, em termos percentuais, ligeiramente inferiores aos ingressos masculinos (22% e 23%, respectivamente).

Em suma, entre 1970 e 2004, as mulheres abandonam menos e permanecem e ingressam mais na actividade arqueológica. Entre 2005 e 2009, os valores relativos de abandono, continuidade e ingresso são semelhantes entre os dois sexos. É nesta década que a percentagem de mulheres no universo adquire valor superior (52%), correspondendo a uma situação de paridade numérica no grupo profissional. Entre 2010 e 2014, verifica-se uma alteração de padrão: pela primeira vez as mulheres

abandonam significativamente mais e continuam e ingressam menos que os homens, sendo que a diferença ao nível da percentagem do abandono é a mais expressiva. Apesar de tudo a paridade numérica de género mantém-se⁶².

Como já foi referido, entre 2010 a 2014, verifica-se uma desaceleração do crescimento do grupo profissional dos arqueólogos, com o aumento dos valores de abandono da actividade e diminuição da intensidade de ingressos. Na fase em que se registam valores absolutos mais elevados no género feminino, pela primeira vez verificam-se valores relativos menores de ingressos de mulheres.

⁶² Segundo os dados constantes no *Endovélico*, ao nível das direcções científicas, entre 2015 e 2019, registam-se 51% para o sexo masculino e 49% para o sexo feminino.

Quadro 5
Arqueólogos
1970 - 2014

Abandono - Continuidade - Ingresso. Distribuição por Sexo

	F	%	M	%	Total	Abandonos			Continuidades			Ingressos			% de abandono ⁶³			% de continuidade ⁶⁴			% de ingresso ⁶⁵		
	F	%	M	%	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
1970 - 1974	31	17,1	150	82,9	181																		
1975 - 1979	46	19,4	191	80,6	237	2	15	17	29	137	166	17	54	71	6,5	10,0	9,4	93,5	91,3	91,7	37,0	28,3	30,0
1980 - 1984	77	23,5	250	76,5	327	2	30	32	44	162	206	34	87	121	4,3	15,7	13,5	95,7	84,8	86,9	44,2	34,8	37,0
1985 - 1989	118	27,9	305	72,1	423	9	36	45	69	215	284	50	90	140	11,7	14,4	13,8	89,6	86,0	86,9	42,4	29,5	33,1
1990 - 1994	163	34,0	317	66,0	480	16	45	61	102	261	363	61	56	117	13,6	14,8	14,4	86,4	85,6	85,8	37,4	17,7	24,4
1995 - 1999	245	40,2	364	59,8	609	24	56	80	140	260	400	106	103	209	14,7	17,7	16,7	85,9	82,0	83,3	43,3	28,3	34,3
2000 - 2004	480	50,6	469	49,4	949	35	68	103	210	296	506	270	173	443	14,3	18,7	16,9	85,7	81,3	83,1	56,3	36,9	46,7
2005 - 2009	667	51,7	623	48,3	1290	79	75	154	402	393	795	265	229	494	16,5	16,0	16,2	83,8	83,8	83,8	39,7	36,8	38,3
2010 - 2014	664	50,1	662	49,9	1326	149	111	260	519	512	1031	145	150	295	22,3	17,8	20,2	77,8	82,2	79,9	21,8	22,7	22,2

⁶³ % de abandono: percentagem de arqueólogos em actividade no quinquénio anterior que não permanecem em actividade neste quinquénio.

⁶⁴ % de continuidade: percentagem de arqueólogos em actividade no quinquénio anterior que permanecem em actividade neste quinquénio.

⁶⁵ % de ingresso: percentagem de arqueólogos que início actividade neste quinquénio em relação ao seu número total.

5.4.1. Sexo/Nacionalidade

No que respeita à distribuição por sexo, verificam-se algumas diferenças entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa e estrangeira⁶⁶ (ponto 5.5.1).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243

Em primeiro lugar ressaltam-se as diferenças em relação à frequência. Os homens representam 51% entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa e 67% entre os de nacionalidade estrangeira. As mulheres representam 49% entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa e apenas 32% entre os arqueólogos de nacionalidade estrangeira.

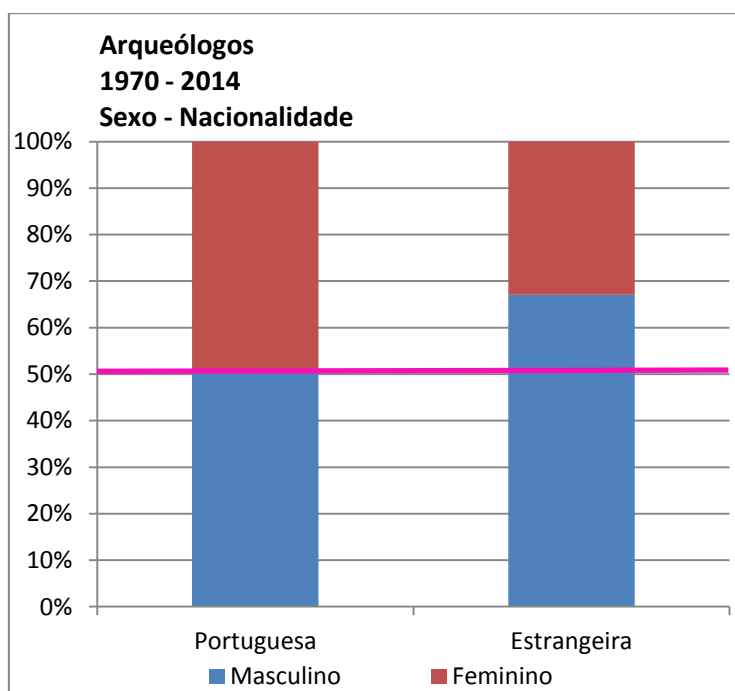


Gráfico 21: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Nacionalidade.

Em segundo lugar, entre os homens, o número de nacionalidades estrangeiras presentes (20 nacionalidades) é superior ao registado entre as mulheres (13 nacionalidades).

⁶⁶ O sexo e a nacionalidade portuguesa/estrangeira foram determinados para a totalidade do universo. A nacionalidade foi apurada para 1.089 arqueólogos (99%) e para 977 arqueólogas (99%).

Analizadas as diferenças na distribuição por sexo entre os arqueólogos portugueses e estrangeiros, por quinquénio, verifica-se que a presença do sexo feminino entre os estrangeiros é sempre inferior à registada entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa. Esta diferença de peso relativo atenua-se a partir de 1985 (embora pareça acentuar-se ligeiramente entre 2000 e 2014 com a paridade numérica entre os portugueses) e, aparentemente, até ao final da segunda década do século XXI (Gráfico 22).

É significativo que, ao contrário do que se passa com os arqueólogos de nacionalidade portuguesa a partir de 2000, entre os arqueólogos estrangeiros, o género feminino nunca ultrapasse em número o género masculino, atingindo no máximo uma representação de 39% entre 2005 e 2009.

5.4.2. Sexo/Naturalidade

Relativamente à naturalidade⁶⁷ dos arqueólogos da nacionalidade portuguesa em actividade em Portugal, pode concluir-se que a distribuição por sexo difere conforme a região de origem dos arqueólogos⁶⁸ (ponto 5.6.1.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Verifica-se que as arqueólogas com naturalidade nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (50%), Alentejo (45%), Algarve (46%), do Centro (46%) e nascidas fora do país (51%) apresentam percentagens mais próximas da paridade e da realidade nacional. A região

⁶⁷ A naturalidade é analisada com referência às unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril (que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial), ou seja, regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

⁶⁸ A naturalidade dos arqueólogos com nacionalidade portuguesa foi apurada para 656 arqueólogos (70,1%) e para 540 arqueólogas (60%).

Norte regista a única especificidade regional divergente, revelando uma sub-representação de arqueólogas do sexo feminino aí nascidas (37%).

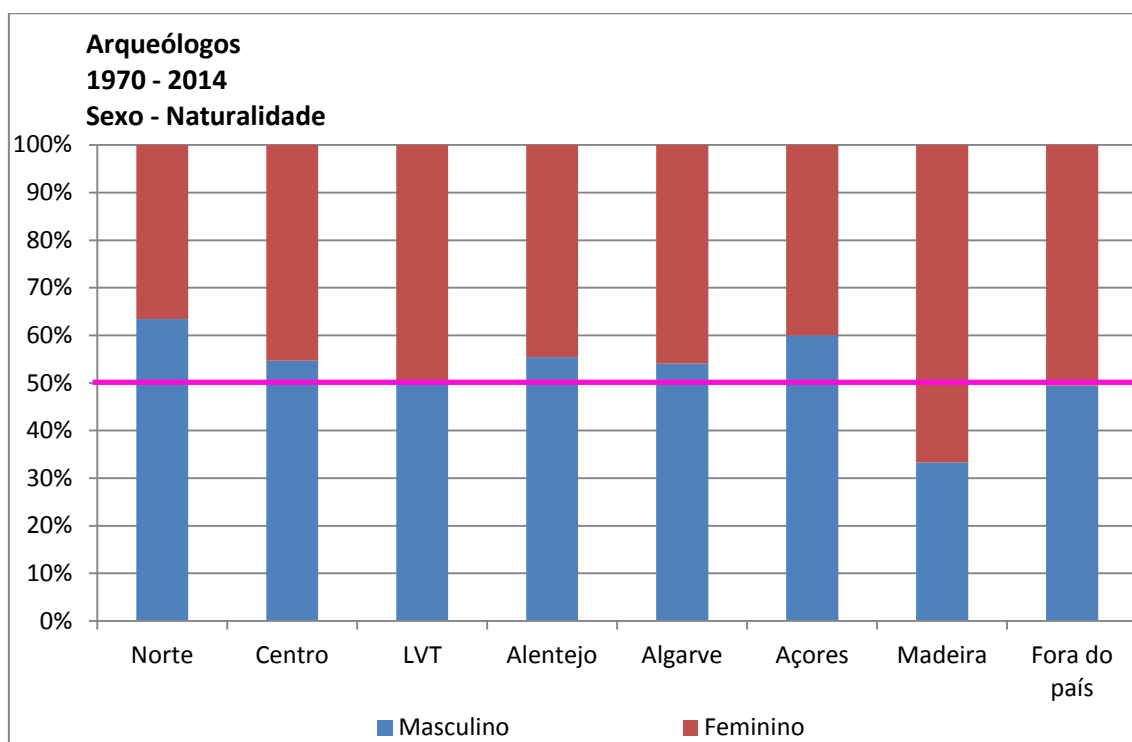


Gráfico 23: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Naturalidade.

Quando analisada a evolução quinquenal da distribuição por género/naturalidade, o panorama é semelhante. Verifica-se um crescimento da presença proporcional das mulheres no universo, no período em estudo, independentemente da região de naturalidade. Em alguns quinquénios, nas regiões do Alentejo e do Algarve observam-se valores relativamente divergentes, mas não valorizáveis por se referirem a valores absolutos baixos.

Na região Centro, até 1984, os números de mulheres apresentam valores baixos relativamente à realidade nacional. Mas a partir de 1985, aproxima-se e por vezes até ultrapassa, os valores relativos das outras regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo é aquela que apresenta valores relativos de mulheres mais consistentes em cada quinquénio e mais aproximados da paridade.

Por fim, as mulheres naturais da região Norte apresentam, ao longo de todo o período em estudo, valores relativos inferiores aos registados a nível nacional, alcançando uma representação máxima de 43%, entre 2000 e 2004 (Gráfico 24).

5.4.3. Sexo/estrutura etária

A distribuição por sexo da estrutura etária foi analisada partir de ano de nascimento dos arqueólogos⁶⁹, entre 1885 e 1993, distribuídos em onze décadas (ponto 5.7.1.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

Para o grupo com ano de nascimento entre 1885 e 1964 (que representa apenas 26% do universo apurado), as mulheres são minoritárias embora em proporção crescente em cada década. A presença de mulheres começa a consolidar-se de forma mais consistente no grupo nascido entre 1935 e 1944, com uma representação de cerca de ¼ do total. No grupo com ano de nascimento entre 1965 e 1994 (maioritário, representando 74% do universo apurado) as mulheres surgem em maioria mas com diferenças pouco significativas. Estes dados espelham a realidade já referida da entrada progressiva do sexo feminino na actividade arqueológica, alcançando valores de paridade numérica no início do século XXI (Gráfico 25).

Passando à análise por quinquénio, foi determinada a distribuição por sexo da média etária⁷⁰ dos arqueólogos em actividade. Em Portugal, as arqueólogas são tendencialmente mais jovens que os arqueólogos. Conforme era esperado, no início do período em estudo, a diferença entre as médias etárias de arqueólogos e arqueólogas em actividade é muito elevada, chegando a atingir 12 anos, entre 1970 e 1974. Com o decorrer do tempo e com tendência crescente para a paridade de género numérica já referida, a diferença entre as médias etárias dos dois sexos vai-se atenuando. No final do período em estudo, com a paridade de género numérica atingida, as médias etárias de homens e mulheres são muito aproximadas, atingindo a diferença mínima de 3 anos.

A curva cronológica da média etária feminina é diferente da masculina. Para as mulheres, entre o primeiro e o segundo quinquénio em análise, o valor sobe. Contudo, este facto não é relevante atendendo ao reduzido número de mulheres em actividade

⁶⁹ O ano de nascimento foi apurado para 880 (80%) arqueólogos e para 743 arqueólogas (76%).

⁷⁰ A média etária dos arqueólogos em actividade no quinquénio foi calculada a partir da idade de cada arqueólogo no terceiro ano do mesmo (por exemplo para o quinquénio 1970-1974, a média etária é obtida a partir da idade de cada arqueólogo em actividade no quinquénio, alcançada em 1972).

nessa década. Entre 1975 e 2004, a média etária feminina desce suave mas consistentemente, de 36 para 31 anos, traduzindo o ingresso crescente de mulheres jovens na Arqueologia. Nos últimos dez anos do período em estudo, a média etária feminina sobe até aos 35 anos.

Relativamente à curva cronológica da média etária masculina, verifica-se uma descida entre 1970 e 1989, de 47 para 42 anos. Entre 1990 e 1994, em contraciclo, a média etária sobe um ano. Entre 1995 e 2004 a média etária masculina volta a descer, estabilizando entre 2005 e 2014 entre os 37 e os 38 anos.

Estas oscilações relacionam-se certamente com os valores de abandono, continuidade e ingresso da actividade arqueológica ao longo do tempo (ver quadro 5), já referidos.

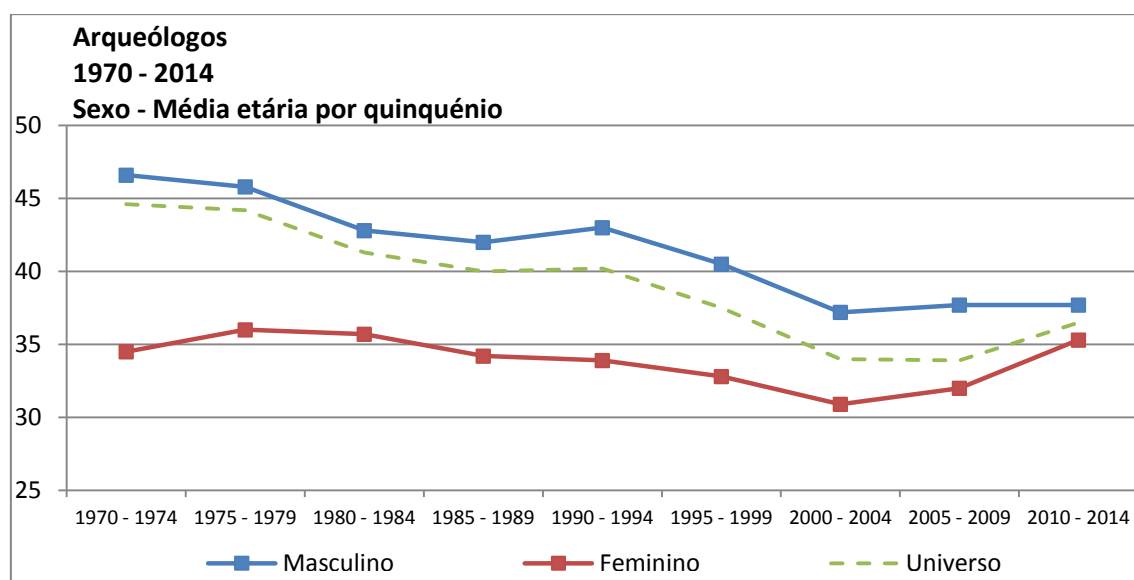


Gráfico 26: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Média etária por quinquénio.

A idade dos arqueólogos e suas diferenças por sexo podem ainda ser analisadas em cada quinquénio, através das respectivas pirâmides etárias⁷¹.

Entre 1970 e 1979, as pirâmides etárias masculinas são pouco diferenciadas, com valores muito semelhantes nos vários escalões etários. Pelo contrário, as pirâmides etárias femininas revelam uma estrutura mais diferenciada, com prevalência dos intervalos etários mais jovens.

Nos anos 80, as pirâmides etárias masculinas apresentam um pico bem diferenciado no intervalo entre os 26 e os 35 anos, revelando um grupo tendencialmente mais jovem, com muitos novos ingressos. Nas pirâmides femininas a tendência é idêntica,

⁷¹ Foram utilizados os intervalos etários: Até 25, 26-35, 36-45, 46-55, 56-65 e >65.

mas não se apresentam ainda tão diferenciadas, continuando a demonstrar uma prevalência dos intervalos etários mais jovens.

Nos anos 90, as pirâmides etárias de ambos os sexos apresentam-se tendencialmente semelhantes: jovens, embora: (i) mais jovens no género feminino; (ii) pela primeira vez, os valores do sexo feminino superem os do sexo masculino, no intervalo etário mais jovem (até 25 anos).

Na primeira década do século XXI, as pirâmides apresentam-se claramente definidas: (i) encostadas à base (jovens); (ii) com o sexo feminino a ultrapassar o masculino nos dois intervalos etários mais jovens (até 25 anos e entre os 26 e os 35 anos); (iii) nos grupos etários superiores (superiores aos 36 anos), o género masculino mantém-se maioritário; (iv) a pirâmide etária masculina revela finalmente uma estrutura diferenciada, com o vértice bem definido.

Finalmente, entre 2010 e 2014: (i) as tendências da década anterior mantêm-se; (ii) o género feminino ultrapassa o masculino nos intervalos etários até 45; (iii) o intervalo etário até aos 25 anos revela uma quebra acentuada, pelo menos em parte, relacionada com a alteração dos requisitos habilitacionais de acesso à direcção científica de trabalhos arqueológicos (de licenciatura, para mestrado).

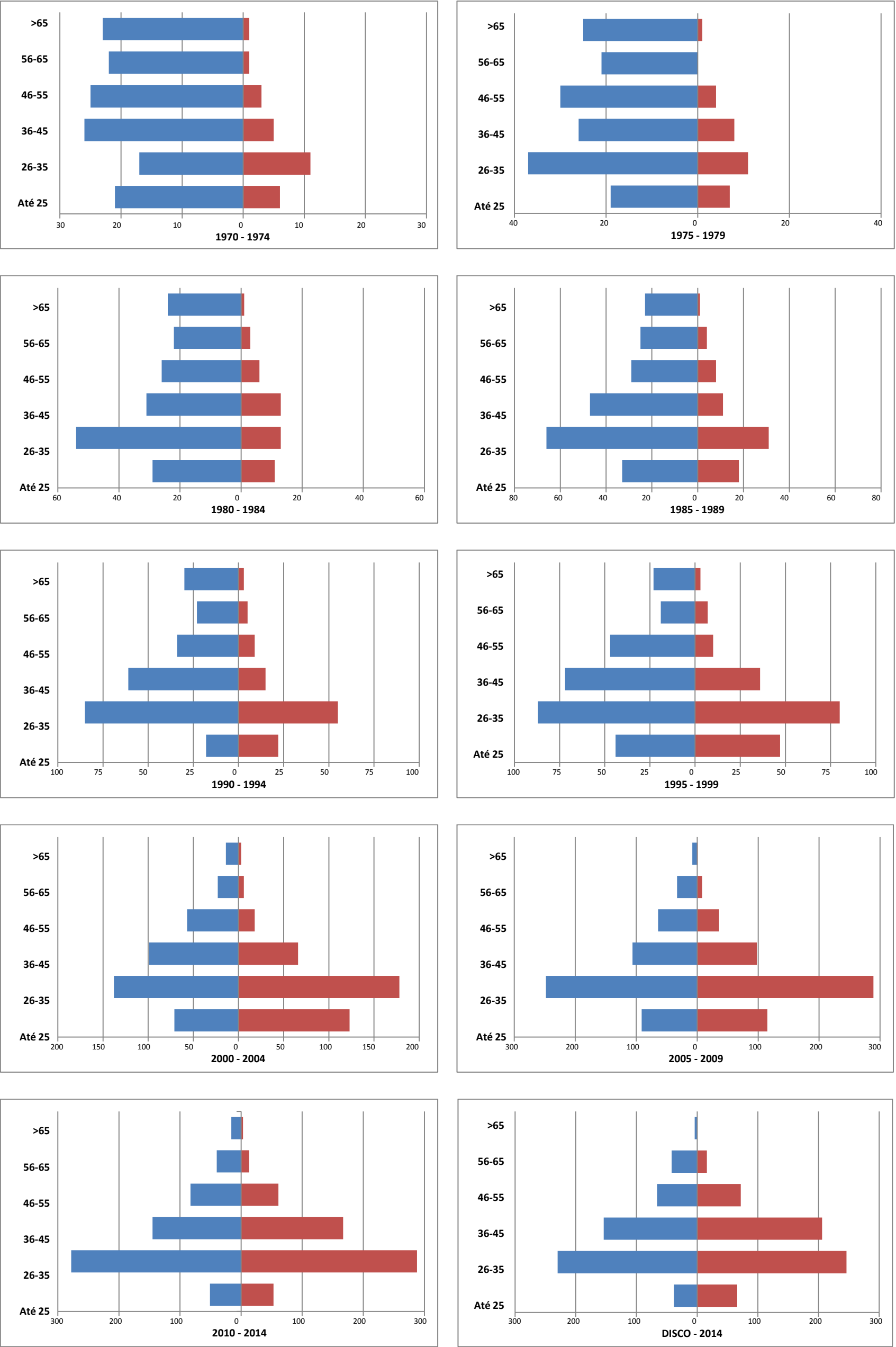


Gráfico 27: Arqueólogos, 1970 – 2014. Sexo por quinquênio, pirâmides etárias.

5.4.4. Sexo/Habilitação académica

As diferenças de género na obtenção de grau académico superior foram já abordadas nesta dissertação (ponto 4.3.4.) e em estudos anteriores (Bugalhão, 2017d, p. 126-128). Importa analisar a informação relativa ao universo dos arqueólogos efectivamente em actividade no país, entre 1970 e 2014⁷² (ponto 5.8.1.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade como será adiante explicado (ponto 5.8.). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Na distribuição por sexo das qualificações académicas dos arqueólogos verificam-se algumas semelhanças e diferenças.

Em primeiro lugar, são muito raros os casos de mulheres sem habilitação académica superior e titulares de outras habilitações (constituem apenas 4 e 8% respectivamente dos subgrupos que detêm estas habilitações). Este tipo de habilitação é raro e quase exclusivo do sexo masculino.

O grau de licenciatura é a habilitação académica predominante no grupo. Entre os detentores deste grau académico contam-se 51% de homens e 49% de mulheres. Entre os mestres, há ligeiramente mais mulheres (52%) que homens (48%). Pelo contrário, entre os doutorados há consideravelmente mais homens (66%) que mulheres (34%).

⁷² Foi apurada alguma informação sobre habilitações académicas para 1.050 arqueólogos (96%) e 955 arqueólogas (97%).

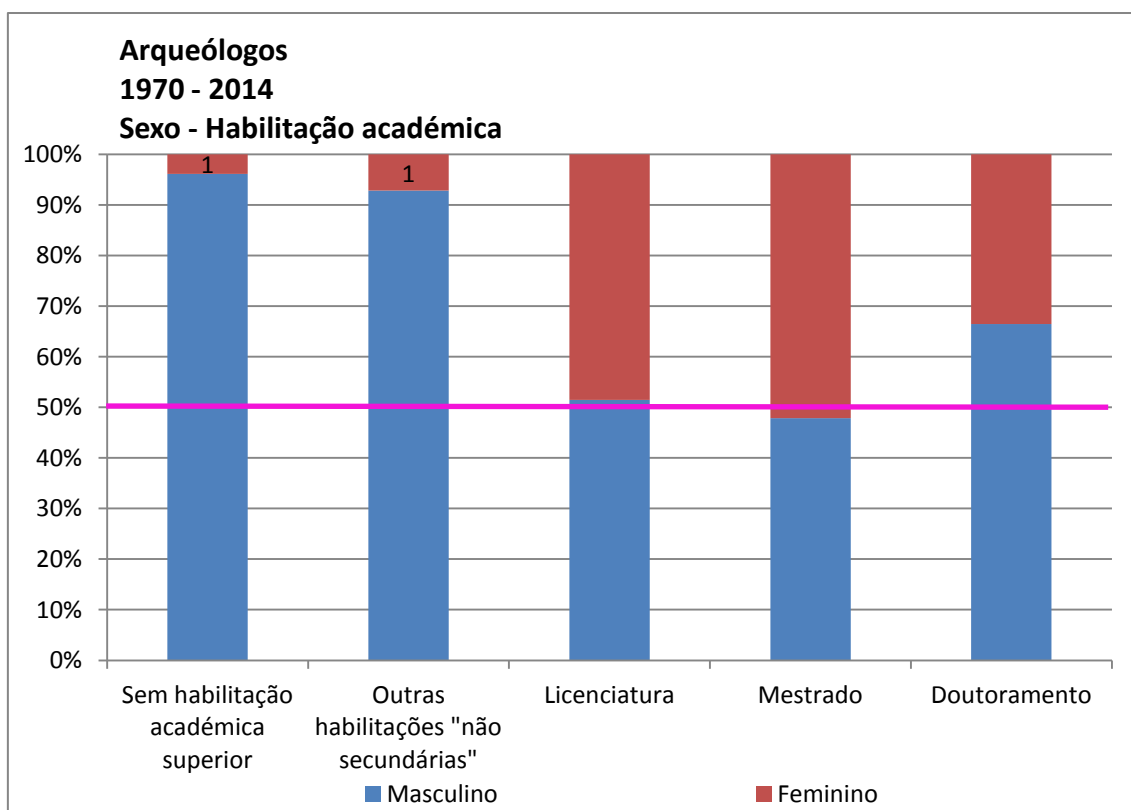


Gráfico 28: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica.

A análise evolutiva relativa à distribuição por sexo das habilitações académicas (considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida no quinquénio), num primeiro momento, traduz a realidade já referida da entrada tardia mas progressiva das mulheres na actividade arqueológica. Assim, até 1999 há mais homens que mulheres em todos os graus académicos. O caso dos mestrados é interessante, pois tratando-se de um grau que se generaliza apenas a partir dos anos 90 do século XX apresenta sempre frequências muito equilibradas entre homens e mulheres. Há mais mulheres que homens com licenciatura a partir de 2000, e com mestrado, a partir de 2005. Finalmente, no período em estudo, as mulheres não ultrapassam os homens no grau de doutor, embora a esta diferença de género se vá atenuando (Gráfico 29).

Relativamente à diferenciação entre sexos na área científica da habilitação académica, os dados apurados revelam que as mulheres são ligeiramente mais especializadas (em Arqueologia) e que os homens têm formação académica um pouco mais diversificada. Esta realidade explica-se pela entrada mais tardia das mulheres no grupo, na fase em que a especialização académica em Arqueologia era um requisito plenamente firmado.

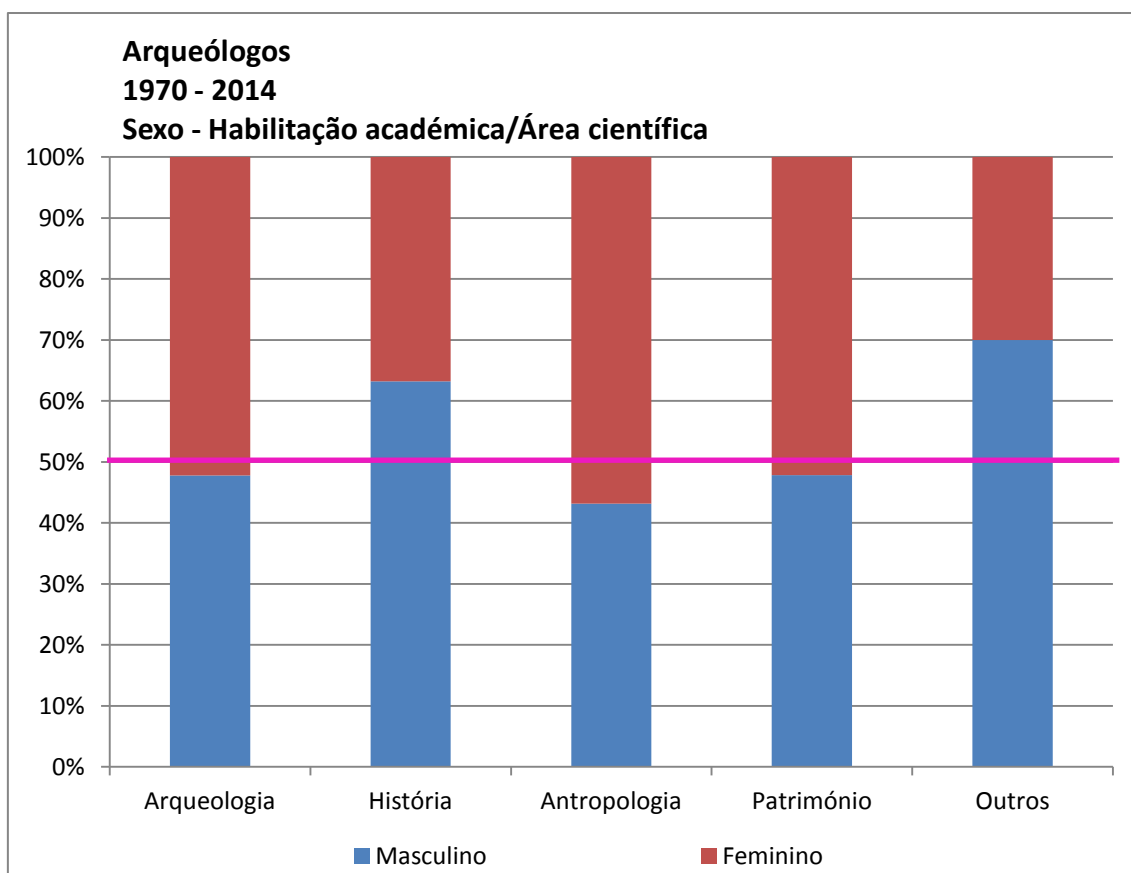


Gráfico 30: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Habilitação académica/Área científica.

Foi também analisada a distribuição por sexo nos estabelecimentos de ensino superior que conferiram graus académicos (licenciatura, mestrado e doutoramento) aos arqueólogos em actividade em Portugal. Nos estabelecimentos de ensino superior portugueses que conferem graus académicos em Arqueologia e História verifica-se um relativo equilíbrio na distribuição por sexo. Contudo, uma observação mais fina permite vislumbrar alguma diferença entre o Sul do país, onde os graduados são maioritariamente mulheres; e o Centro e Norte do país, onde quase sempre o número de diplomados masculinos é ligeiramente superior.

Tanto os “outros” estabelecimentos de ensino superior portugueses, como os estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, conferiram mais graus académicos a homens do que a mulheres. O primeiro caso relaciona-se decerto com a já referida maior diversidade de áreas científicas (ou aplicadas) dos estudos superiores no sexo masculino. No caso dos estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, há a considerar que os arqueólogos estrangeiros que trabalham em Portugal são

maioritariamente homens (ponto 5.4.1.) e que estes fizeram os seus estudos quase sempre fora de Portugal (Gráfico 31).

5.4.5. Sexo/Forma de exercício da actividade

Na distribuição por sexo da forma de exercício da actividade arqueológica (amadora ou profissional)⁷³ registam-se também divergências (ponto 5.9.1.). Um arqueólogo pode ter exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ou ter registado as duas formas de exercício da actividade ou alternado entre elas.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos amadores com profissão apurada - 170

No subgrupo dos arqueólogos amadores registam-se 72% de homens e 28% de mulheres. Entre os arqueólogos profissionais do universo em estudo verifica-se uma situação de paridade entre sexos (50/50%).

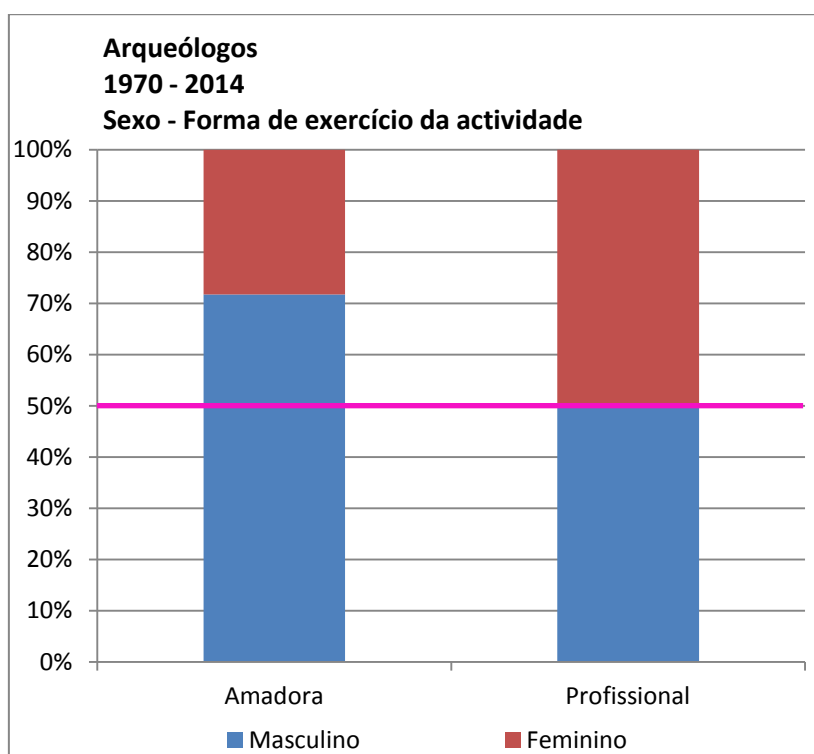


Gráfico 32: Arqueólogos, 1970 - 2014. Sexo - Forma de exercício da actividade.

⁷³ A (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 1.062 arqueólogos (97%) e 960 arqueólogas (98%).

A profissão dos arqueólogos amadores para o género feminino é, quase esmagadoramente, a docência do ensino básico e secundário (cerca de 85% das arqueólogas amadoras cuja profissão foi apurada). Entre os amadores masculinos, as profissões são mais diversificadas, embora se registre igualmente uma maioria (entre os casos cuja profissão foi apurada) de professores do ensino básico e secundário. Registaram-se ainda professores universitários, religiosos, profissionais de museus, profissionais de bibliotecas, historiadores, médicos, militares, entre outras profissões. A análise evolutiva deste par de descritores será abordada adiante (ponto 5.9.1., gráfico 104).

5.4.6. Sexo/Vínculo, relação ou situação laboral

Foi analisada a diferenciação sexual em função do vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014⁷⁴ (ponto 5.10.1.). O apuramento do vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos profissionais é complexo como adiante se explicará (ponto 5.10.). No período em estudo e em cada quinquénio, cada arqueólogo pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral ou acumular ou alternar entre vários.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Na distribuição por sexo deste indicador, se considerado todo o universo e a globalidade do período em estudo, verifica-se que os trabalhadores em regime independente são 48% homens e 52% mulheres. Com contrato de trabalho dependente registam-se 56% de homens e 44% de mulheres. Os bolseiros/investigadores são na maioria mulheres (54%) e na minoria homens (46%). Há mais empresários (58%) que empresárias (42%).

⁷⁴ Entre os profissionais, o (ou os) vínculo, relação ou situação laboral foi apurado para 924 arqueólogos (99%) e 906 arqueólogas (99%).

Poderá assim afirmar-se que, em termos comparativos, há percentagens superiores de mulheres nos tipos de relação laboral associadas à precariedade laboral (trabalho independente e bolseiro/investigador) e percentagens ligeiramente superiores de homens no trabalho dependente e na direcção empresarial. Contudo, este aspecto merece análise mais fina, numa perspectiva evolutiva ao longo do período em estudo, pois deve considerar-se que o sexo feminino só marca presença paritária no grupo dos arqueólogos a partir do início de século XXI, precisamente na fase em que o flagelo da precariedade entre os arqueólogos alcançou proporções mais significativas.

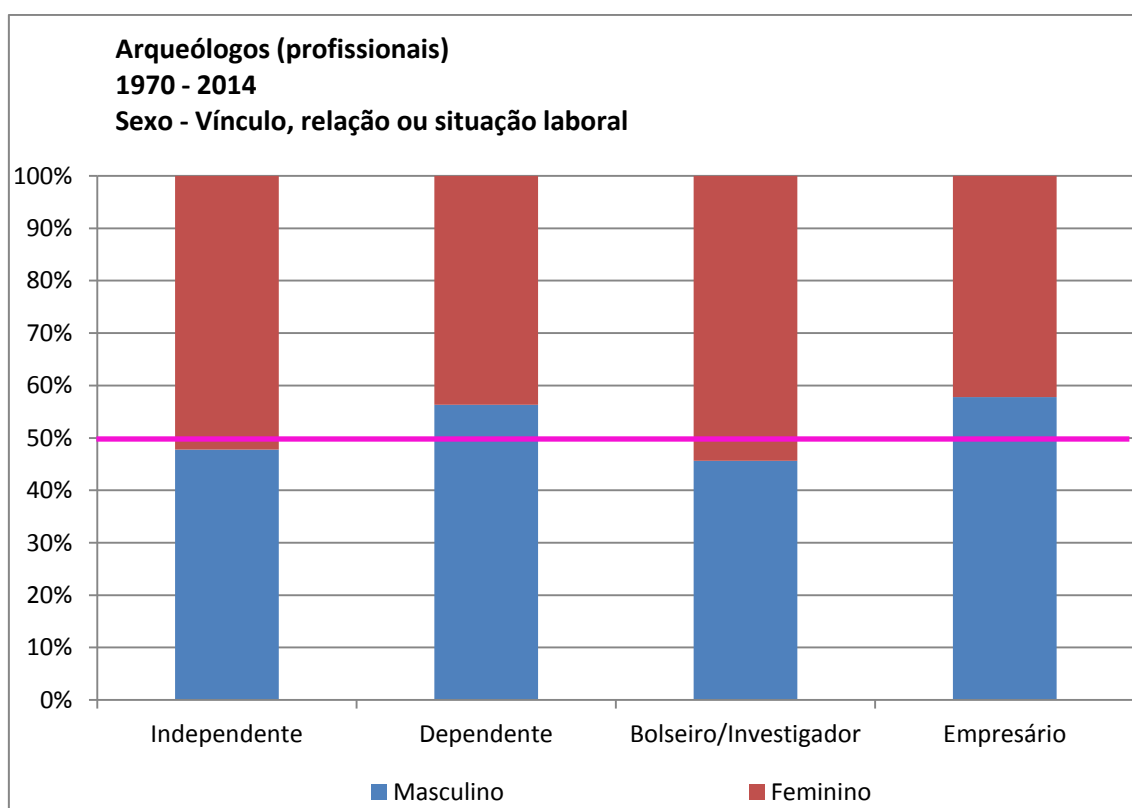


Gráfico 33: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Sexo - Vínculo, relação ou situação laboral.

Na evolução quinquenal restringe-se a observação gráfica deste descritor ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir desequilíbrios mais acentuados nas relações laborais.

Entre 1995 e 1999, a distribuição por sexo do vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos em Portugal apresenta valores superiores para o sexo masculino, o que é normal considerando que nesta fase há ainda consideravelmente mais homens que mulheres na actividade arqueológica. O subgrupo dos bolseiros/investigadores não

revela tendência regular, o que talvez se deva ao reduzido número de indivíduos que o integram nesta fase.

Entre 2000 e 2014 os valores entre sexos revelam algum equilíbrio, embora pareça verificar-se uma tendência de predominância das mulheres no trabalho independente e entre os bolseiros e investigadores (vínculos mais precários) e haja claramente mais empresários homens que mulheres (Gráfico 34).

5.4.7. Sexo/Enquadramento institucional

Foi analisada a distribuição por sexo do enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos⁷⁵ (ponto 5.11.1.). O apuramento do enquadramento institucional da actividade (amadora e profissional) dos arqueólogos (no trabalho de campo e nas outras áreas funcionais) é também complexo como adiante se explicará (ponto 5.11.). No período em estudo e em cada quinquénio, um arqueólogo pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias, registando diversos tipos de enquadramento institucional ou alternando entre eles.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa – Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

A distribuição por sexo deste indicador, se considerada a globalidade do período em estudo e do universo, confirma a realidade observada para o vínculo, relação ou situação laboral (ponto 5.4.6). Os homens estão em maioria nos tipos de enquadramento institucional ligados ao trabalho dependente e estável e à investigação. Nas universidades e unidades de investigação portuguesas registam-se 57% de homens e 43% de mulheres; nas universidades e unidades de investigação estrangeiras registam-se 72% de homens e 28% de mulheres.

⁷⁵ O (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 1.028 arqueólogos (94%) e 943 arqueólogas (96%).

Na administração pública, enquadramento claramente ligado ao trabalho dependente e estável, verifica-se um maior equilíbrio, mas ainda assim com preponderância masculina: na administração pública central trabalharam 56% de homens e 44% de mulheres; na administração pública local trabalharam 52% de homens e 48% de mulheres. Conforme o referido para o exercício amador da actividade arqueológica (ponto 5.4.5.), nas associações, o sexo masculino também prevalece. Trabalharam enquadrados em associação 60% de homens e 40% de mulheres.

No tipo de enquadramento mais associado à arqueologia por contrato, ao trabalho precário e à última fase do período em estudo (século XXI, quando as mulheres alcançaram a paridade numérica na actividade) as mulheres parecem estar em ligeira maioria: 47% de homens e 53% de mulheres trabalharam em empresas de arqueologia; 48% de homens e 52% de mulheres trabalharam noutro tipo de empresas; e 48% de homens e 52% de mulheres trabalharam sem enquadramento institucional.

Também neste caso convém considerar que o sexo feminino só marca presença paritária no grupo dos arqueólogos a partir do início de século XXI, precisamente na fase em que o trabalho sem enquadramento institucional e em empresas de arqueologia e outras assume maior preponderância. Assim, a distribuição entre sexos do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos merece análise mais fina, numa perspectiva evolutiva ao longo do período em estudo (Gráfico 35).

Na análise por quinquénio restringe-se a observação gráfica deste descritor ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da actividade começou a diversificar-se relativamente ao seu enquadramento institucional.

Nos anos 90 do século XX, a distribuição entre os vários tipos de instituição apresenta vantagem quantitativa para o sexo masculino, o que é normal se considerarmos que nesta fase há ainda consideravelmente mais homens que mulheres na actividade arqueológica. O grupo dos arqueólogos que trabalham noutro tipo de empresas não revela tendência regular, talvez devido ao reduzido número de indivíduos que o integram nesta fase.

Com início do século XXI, a distribuição entre sexos nos diversos tipos de entidade tende para o equilíbrio. Contudo, observam-se algumas particularidades. No trabalho associativo e nas universidades e unidades de investigação portuguesas os homens

continuam em maioria. Nas universidades e unidades de investigação estrangeiras permanece também o predomínio masculino o que não é de estranhar pois o subgrupo dos estrangeiros a trabalhar em Portugal não registou paridade de género no período em estudo. Entre 2000 e 2010, nas empresas de arqueologia, em outras empresas e no trabalho sem enquadramento institucional, as mulheres estão em maioria. No quinquénio de 2010-2014, estes tipos de enquadramento apresentam paridade de género (Gráfico 36).

5.4.8. Diferenças de género entre arqueólogos em Portugal

A análise do papel da mulher na Arqueologia é um dos aspectos mais significativos da história desta disciplina científica e actividade em Portugal (Gomes, 2015, p. 33).

No que respeita à distribuição por sexo, o conjunto dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1900 e a actualidade apresentou uma tendência no sentido da paridade numérica de género (Bugalhão, 2017b, p. 22 e 27). Contudo, este relativo equilíbrio numérico é uma conquista bem mais recente. À semelhança do que se passa em outras áreas profissionais de base científica ou com exigência de formação académica superior, também a Arqueologia começou por ser uma actividade exclusivamente masculina. A Arqueologia tinha como elemento dissuasor acrescido para a participação das mulheres, a necessidade de implicar deslocações frequentes para fora da área de residência, situação nem sempre compatível com os padrões culturais e sociais impostos às mulheres até há poucas décadas (Bugalhão 2013a e 2017c; Martins, 2016, p. 88 e 94).

Remontam aos anos 40 e 50 do século XX, os primeiros trabalhos arqueológicos dirigidos por mulheres em Portugal (Bugalhão, 2013b e 2017c). Até 1969, figuram no *Endovélico* apenas cinco arqueólogas na direcção de trabalhos arqueológicos, constituindo uma pequena parcela do total dos arqueólogos em actividade à época (Bugalhão, 2017d, p. 125). A estas juntam-se cerca de uma dezena de investigadoras que, sem trabalhar em Arqueologia de campo, se dedicavam ao estudo de realidades arqueológicas e espólio nas décadas de 50 e 60 (Martins, 2016). Quase todas estas arqueólogas são, na mesma época, membros da centenária AAP (Bugalhão, 2013b, p. 22).

A partir dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, verifica-se um primeiro momento de consolidação da presença feminina, com as mulheres a entrar definitivamente na prática arqueológica (Bugalhão, 2017d, p. 126). Nesta fase, ainda se regista um número considerável de arqueólogas que trabalham em investigação e produzem publicações científicas, mas que não dirigem trabalhos de campo (Bugalhão 2017c, p. 125). Aliás, cerca de metade das arqueólogas em actividade nos anos 70 (aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos arqueólogos) não dirigiram trabalhos arqueológicos de campo.

Os anos 80 do século XX representam um período de viragem, com o número de arqueólogas a crescer significativamente, realidade que se consolida na década seguinte. Nas duas últimas décadas do século XX, a diversificação da actividade arqueológica e a progressiva profissionalização dos arqueólogos (Valera, 2005, p. 155) são acompanhadas pelo crescimento constante do número de arqueólogas e do seu valor relativo.

O número de inscritos no 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular realizado no Porto em 1993 foi de cerca de 800, sendo que 65% eram mulheres (Jorge e Jorge, 1996b, p. 166). Como já foi referido, em 1995 a PRO-APA promoveu o “Inquérito Nacional aos Arqueólogos” (Anexo 86), com vista ao levantamento da situação em que se encontram os diversos profissionais de Arqueologia, mas curiosamente não se debruçou sobre a distribuição por sexo deste grupo.

Estimativas anteriores (Bugalhão, 2017b, p. 27) indicam que, na primeira década do século XXI, o número de arqueólogos cresce cerca de 146% em relação à anterior, constituindo este período a fase de maior expansão da actividade arqueológica e do grupo profissional. Simultaneamente, o número relativo de arqueólogas em actividade cresce progressivamente, constituindo nos primeiros 15 anos do século, de forma aparentemente estável, metade ou um pouco mais do total. Os valores apurados coincidem com a realidade registada pelo projecto DISCO em Portugal, no qual são estudados, com recurso a inquérito, os arqueólogos em actividade em 2014 (APA, 2014, p. 31).

Através da recolha e análise de dados quantitativos, o presente trabalho procurou, aprofundar o conhecimento sobre as distinções de género na Arqueologia portuguesa.

Em primeiro lugar, procurou caracterizar-se evolutivamente o processo de aquisição da paridade numérica entre os dois sexos. Este processo iniciou-se nos anos 40 do século XX, foi progressivo e consolidou-se no século XXI. Entre 2000 e 2014, a presença da mulher é transversal a todas as frentes da actividade arqueológica que se apresenta tendencialmente paritária a nível quantitativo (Bugalhão, 2013b, p. 21; 2017c, p. 126-128). Esta foi atingida por volta da transição de século, pois desde esse momento os valores relativos da distribuição por sexo entre a população residente em Portugal e entre os arqueólogos são idênticos (Bugalhão, 2017d, p. 126). Mas é importante sublinhar mais uma vez que a paridade alcançada é apenas numérica.

Se a tendência observada se mantiver, é possível que a prazo o género feminino se consolide como maioritário no grupo. Mas esse não é um dado adquirido, pois nos últimos anos parece verificar-se alguma retracção na tendência de crescimento relativo do sexo feminino na actividade arqueológica. A partir de 2005 e, mais claramente, de 2010, as mulheres, por um lado, abandonam mais a profissão que os homens; por outro, continuam e ingressam menos na profissão que os homens. Ainda assim, tendo como referência as autorizações para direcção científica de trabalhos arqueológicos entre 2015 e 2019⁷⁶ continua a verifica-se uma situação de paridade numérica de género (com 51% para o género masculino e 49% para o género feminino).

A presença do sexo feminino entre os arqueólogos de nacionalidade estrangeira é inferior à registada entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa (Bugalhão *et al.*, no prelo). Entre os portugueses, registam-se diferenças regionais ao nível da naturalidade: entre os nascidos na região Norte, e em todo o período em estudo, os homens permanecem como grupo maioritário e a presença feminina é inferior à registada a nível nacional e na população em geral (Bugalhão, 2020, p. 88). Os estabelecimentos de ensino superior do Norte e Centro do país graduam um pouco mais arqueólogos que arqueólogas; no Sul, graduam mais arqueólogas que arqueólogos.

Tendencialmente, as arqueólogas são mais jovens que os arqueólogos, embora esta tendência se vá atenuando ao longo do período em estudo. Actualmente, apenas nos

⁷⁶ Fonte: *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*.

intervalos etários superiores aos 46 anos, continua a haver consideravelmente mais homens que mulheres.

Como já foi referido (capítulo 4), a população feminina portuguesa alcançou paridade na aquisição de habilitações académicas superiores no final do século XX, apresentando vantagem percentual ao nível dos diplomados por ano, nos anos mais recentes. A distribuição por sexo das habilitações académicas dos arqueólogos efectivamente em actividade em Portugal entre 1970 e 2014 apresenta divergências e convergências (Bugalhão, 2013b, p. 21) que se procuraram caracterizar. Entre 1970 e 2014, a licenciatura é o grau mais frequente entre os arqueólogos, independentemente do sexo. Há ligeiramente mais mulheres com mestrado. Pelo contrário, há consideravelmente mais doutorados, entre os homens. As mulheres têm formação académica mais especializada em Arqueologia. Os homens apresentam áreas de formação científica mais diversificadas. São muito pontuais os casos de arqueólogas sem formação superior, como raras são as arqueólogas amadoras em Portugal, em parte porque o género feminino só se consolida na actividade, na fase da profissionalização plena. As arqueólogas participam menos na vida associativa que os arqueólogos.

Se considerado o universo total e todo o período em estudo, no trabalho profissional em Arqueologia em Portugal, o sexo feminino aparenta ser mais afectado pela precariedade que o masculino. Mesmo restringindo esta análise apenas ao período entre 1990 e 2014 (com elevados níveis de paridade de género e em plena fase de profissionalização e diversificação de relações laborais e de enquadramento institucional na actividade), confirmou-se que há ligeiramente mais mulheres a trabalhar em regime independente e como bolseiras que homens, e claramente mais homens empresários que mulheres. Nas universidades e unidades de investigação portuguesas os homens continuam em maioria. Entre 2000 e 2010, nas empresas de arqueologia, noutro tipo de empresas e no trabalho sem enquadramento institucional, as mulheres estão em maioria, embora nos cinco anos seguintes (2010-2014), os valores para os dois sexos se equilibrem. Pode assim concluir-se que, aparentemente, a precariedade laboral e a instabilidade profissional afectam as arqueólogas de forma mais intensa que os arqueólogos.

Não obstante a verificada paridade numérica entre os dois sexos na Arqueologia portuguesa, deve referir-se que as questões sociológicas de género numa profissão ou actividade ultrapassam em muito a mera abordagem quantitativa. A análise da paridade de género na actividade profissional em Arqueologia, nomeadamente ao nível do exercício de funções dirigentes (Bugalhão, 2017d, p. 128-129) e na docência universitária (Jorge e Jorge, 1996b, p. 165), da publicação científica (Jorge e Jorge, 1996b, p. 165; Dimas e Diniz, 2020), da aquisição de qualificações académicas superiores, das questões intrinsecamente laborais (Simões *et al.*, 2018) e da comunicação e projecção social e na profissão das arqueólogas (Costeira e Luís, 2020; Dimas e Diniz, 2020) é complexa e carece de aprofundamento.

Aparentemente, a parentalidade é uma questão crítica na profissão de arqueólogo e, provavelmente, a maternidade é consideravelmente mais problemática (Bugalhão, 2017d, p. 129; Simões *et al.*, 2018, p. 112). A retracção do sexo feminino entre os arqueólogos em actividade entre 2010 e 2014 poderá relacionar-se também com a aspiração a uma maior estabilidade e à maternidade. A este respeito, é relevante mencionar o índice sintético de fecundidade particularmente baixo entre as arqueólogas - média de 0,5 de filhos por mulher -, por comparação com uma média nacional de 1,03 filhos por mulher, apontado pelo relatório DISCO Portugal (APA, 2014, p. 43).

5.5. Nacionalidade

No universo foi analisado o descritor nacionalidade, considerando duas categorias: “Portuguesa” e “Estrangeira”. Por se tratar de realidades sem expressão quantitativa relevante, não foram considerados os casos de dupla nacionalidade ou de naturalização ao longo do período em estudo.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira apurada - 229

Em Portugal, no período estudo, registaram-se 88% de arqueólogos de nacionalidade portuguesa e 12% de nacionalidade estrangeira.

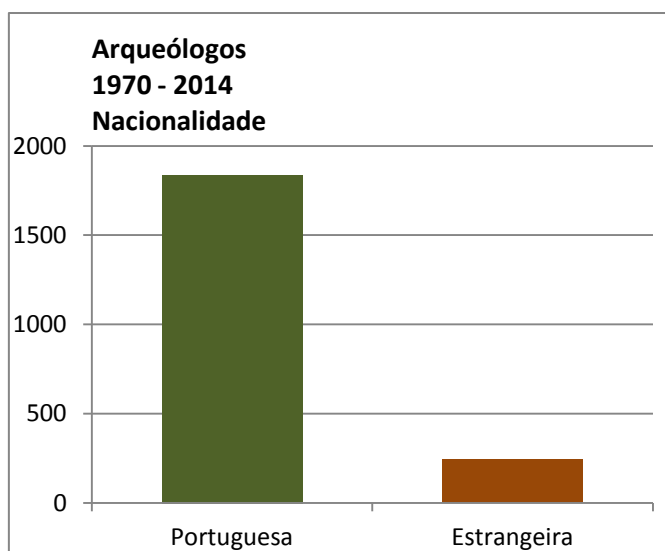


Gráfico 37: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade.

Entre os arqueólogos de nacionalidade estrangeira, foram registadas 22 nacionalidades, designadamente: espanhola (43%), francesa (14%), alemã (12%), norte-americana (9%), inglesa (6%), italiana (5%), brasileira (2%), australiana, belga, austríaca, canadiana e holandesa (com 1% cada) e ainda as nacionalidades dinamarquesa, egípcia, grega, húngara, irlandesa, marroquina, russa, sueca e ucraniana (com representações percentuais inferiores a 1). Observa-se assim, uma compreensível predominância da nacionalidade espanhola, bem como valores consideráveis para as nacionalidades francesa, alemã e norte-americana.

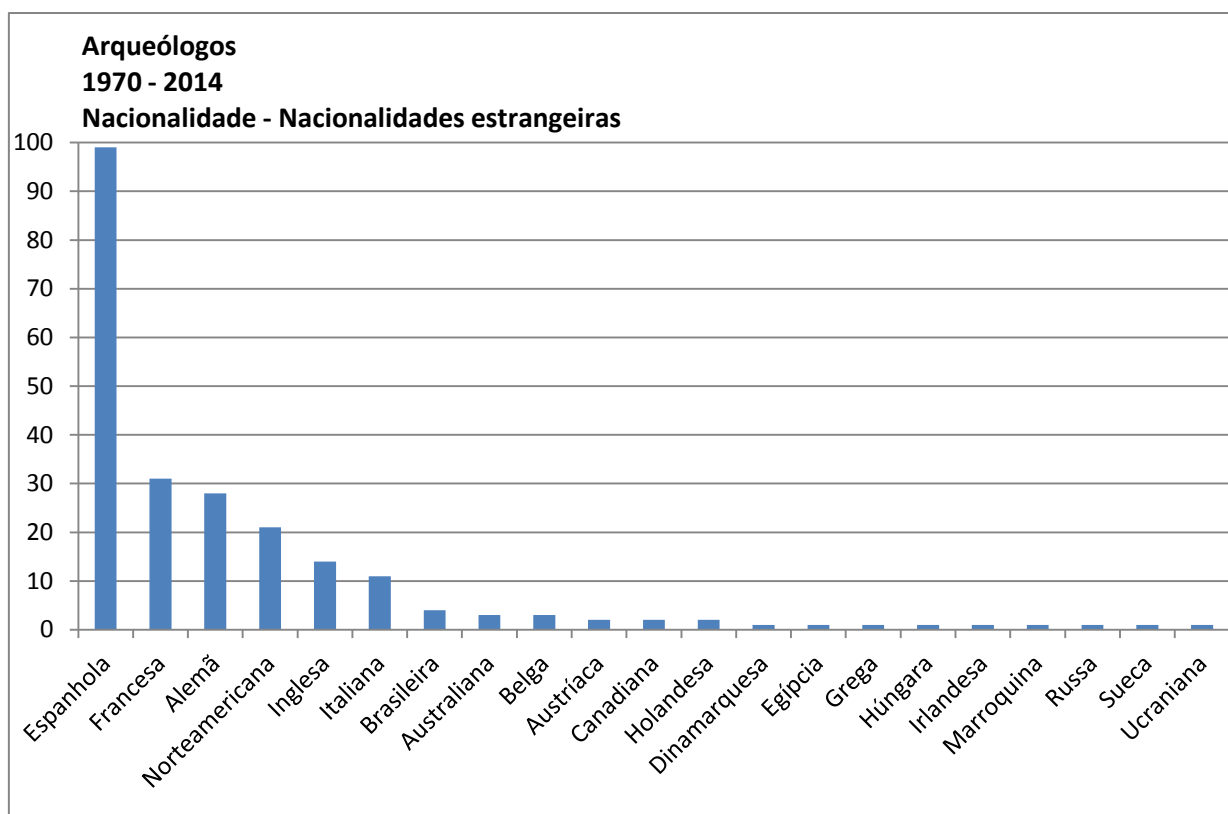


Gráfico 38: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Nacionalidades estrangeiras.

Entre os estrangeiros a nacionalidade mais numerosa é a espanhola, representando 5% do universo global. A evolução deste subgrupo ao longo do período em estudo é interessante e algo distinta do subgrupo mais abrangente dos estrangeiros. O número relativo de arqueólogos espanhóis a trabalhar em Portugal vai sempre aumentando até 2004 (com valores absolutos especialmente relevantes entre 1995 e 2004), ao contrário do que se passa com os arqueólogos estrangeiros na generalidade que registam percentagens estáveis até 1994, decrescendo entre essa data e 2009. O número de arqueólogos espanhóis apenas desce (e significativamente) no quinquénio de 2005-2009, para recuperar nos cinco anos seguintes, tendência também verificada entre os estrangeiros em geral.

A especificidade destas tendências pode relacionar-se com o número considerável de espanhóis a trabalhar em Arqueologia preventiva em Portugal, a partir do início do século XXI, em contraponto com o trabalho em Arqueologia de investigação (em universidades e unidades de investigação estrangeiras ou portuguesas) mais comum entre a generalidade dos estrangeiros (ponto 5.5.6.) (Bugalhão *et al.*, no prelo). A este respeito saliente-se que os únicos estrangeiros registados a desenvolver actividade

empresarial na Arqueologia portuguesa, a partir do início do século XXI, são de nacionalidade espanhola (ponto 5.5.5.).

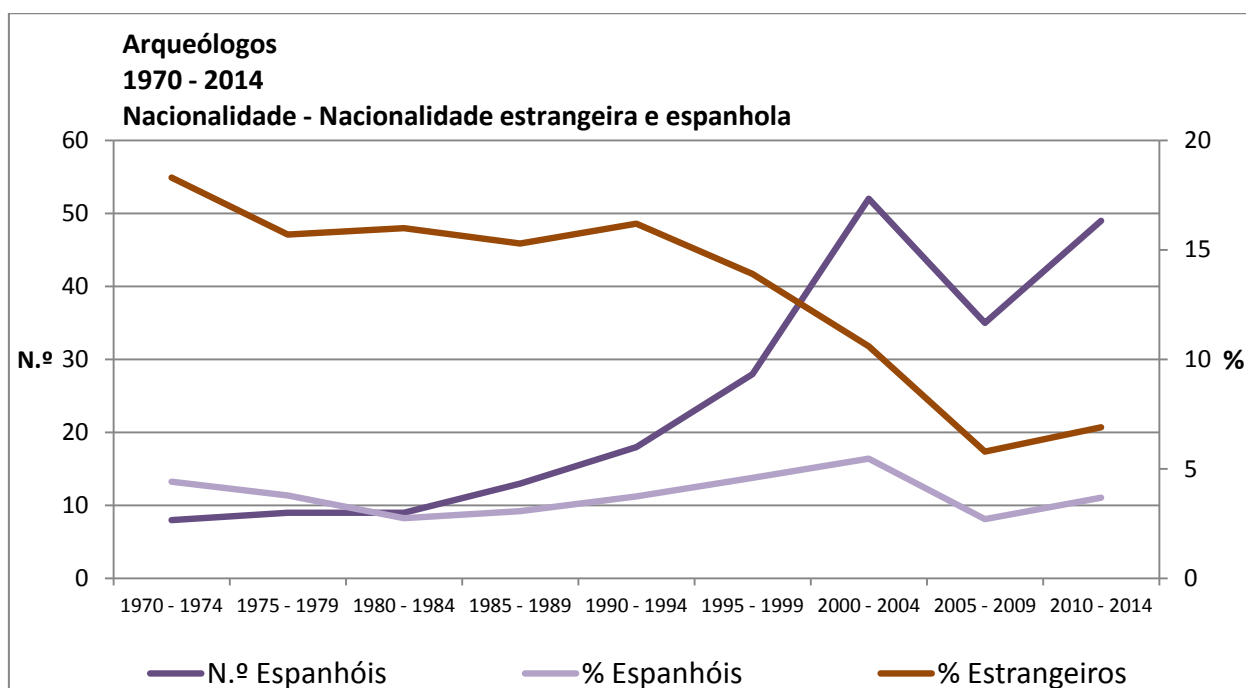


Gráfico 39: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Nacionalidade estrangeira e espanhola.

Na distribuição por quinquénio, verifica-se que o peso relativo dos arqueólogos estrangeiros no universo global dos arqueólogos em actividade em Portugal no período em estudo é decrescente (entre 18% entre 1970 e 1974 para 7% entre 2010 e 2014). Consequentemente, o peso relativo da nacionalidade portuguesa é crescente, representando 82% entre 1970 e 1974 e alcançando 94% entre 2005 e 2009 (e descendo ligeiramente para 93% entre 2010 e 2014).

O número de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal apresenta uma tendência crescente entre 1970 e 2004, quando atinge o valor máximo registado. Entre 2005 e 2009, e ao contrário do que se passa entre os portugueses, verifica-se um decréscimo no número de arqueólogos estrangeiros em actividade no nosso país. No quinquénio seguinte (2010-2014) ocorre uma recuperação, mas sem atingir o valor máximo anterior. Assim, a implantação da Arqueologia preventiva na primeira década do século XXI parece não ter produzido efeitos significativos na evolução deste subgrupo na sua globalidade (com excepção dos arqueólogos de nacionalidade espanhola, como já foi mencionado). Outra hipótese explicativa para esta oscilação poderá relacionar-se com os efeitos da crise económica que se fizeram sentir na

actividade arqueológica portuguesa a partir de 2010, não tendo até 2014 ocorrido a recuperação para valores pré-crise.

Salienta-se que a configuração da evolução quinquenal dos arqueólogos estrangeiros em valores absolutos é distinta da revelada para o universo total dos arqueólogos em actividade em Portugal que, como foi referido, regista uma tendência sempre crescente ao longo do período em estudo embora com ritmos variáveis (ver gráfico 14).

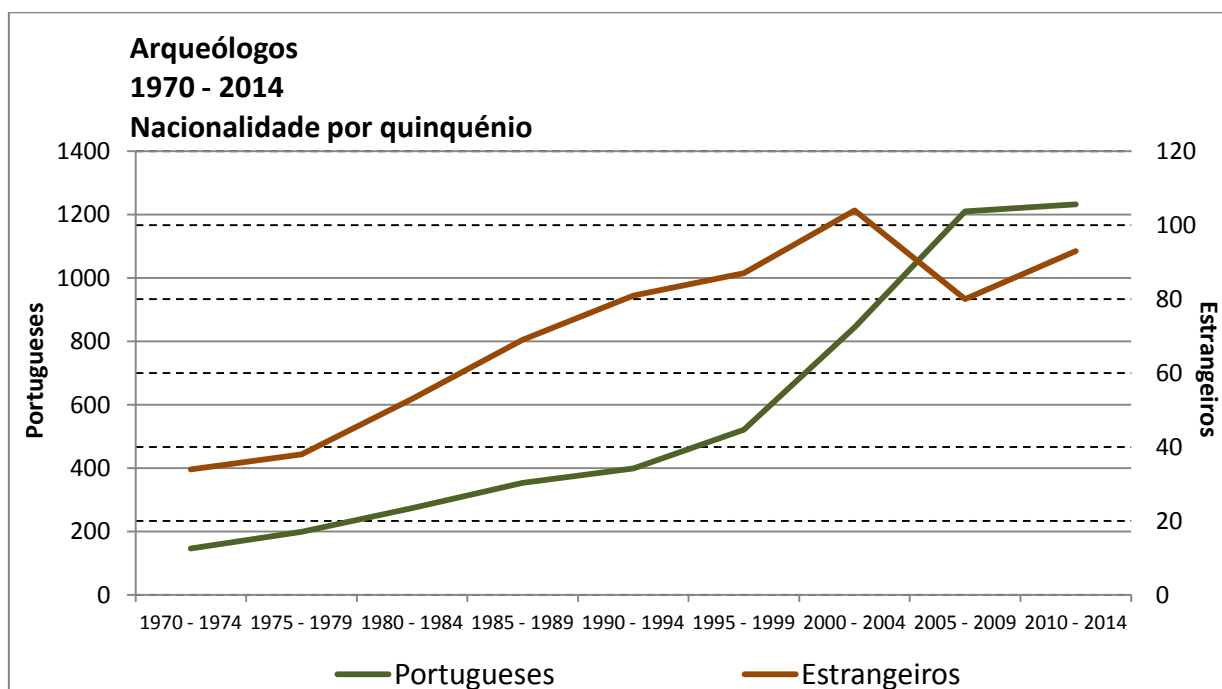


Gráfico 40: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade por quinquénio.

5.5.1. Nacionalidade/Sexo

No que respeita à nacionalidade, verificam-se algumas diferenças na distribuição por sexo⁷⁷ (ponto 5.4.1).

Arqueólogos - 2.080 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243 Arqueólogos do sexo masculino - 1.099 Arqueólogos do sexo feminino - 981

Entre os arqueólogos do sexo masculino, há 15% de estrangeiros; entre os arqueólogos do sexo feminino, há apenas 8% de estrangeiros. Assim, entre os homens, 85% têm

⁷⁷ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para a totalidade dos indivíduos que compõem o universo, independentemente do sexo.

nacionalidade portuguesa; entre as mulheres, 92% têm nacionalidade portuguesa. Como já foi referido, o número de nacionalidades estrangeiras entre os homens (20 nacionalidades) é superior ao registado entre as mulheres (13 nacionalidades).

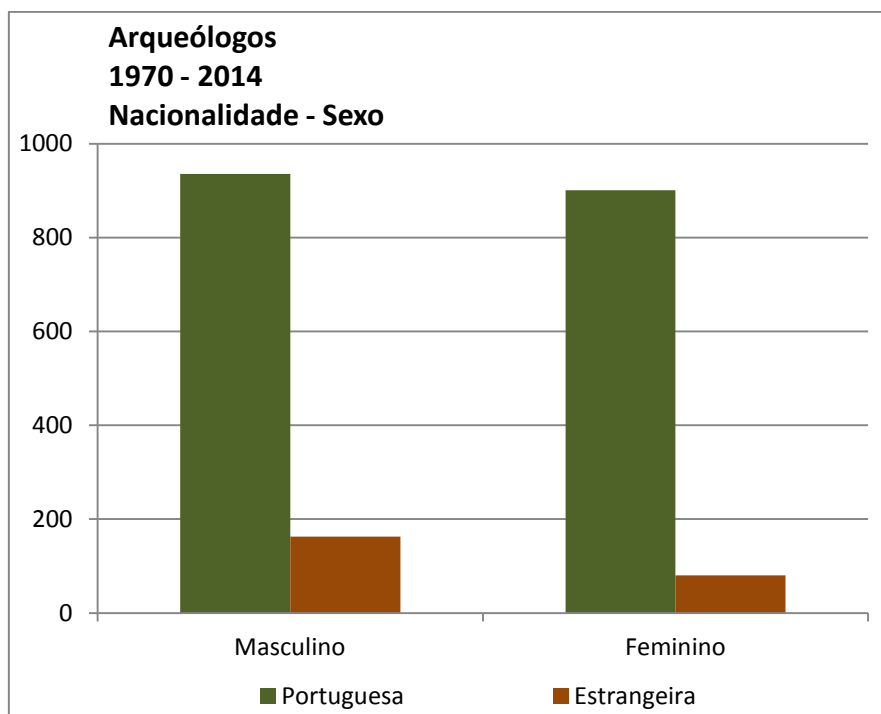


Gráfico 41: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Sexo.

Ao longo de todo o período em estudo, o número e proporção de estrangeiras entre as mulheres são sempre inferiores (alcançam um máximo de 18% entre 1980 e 1984) aos estrangeiros entre os homens (alcançam um máximo de 25% entre 1970 e 1974 e 1990 e 1994) (Gráfico 42).

5.5.2. Nacionalidade/Estrutura etária

Foi também analisada a estrutura etária dos arqueólogos a trabalhar em Portugal em função da nacionalidade⁷⁸ (ponto 5.7.2.).

<p>Arqueólogos - 2.080 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243 Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623</p>
--

⁷⁸ O ano de nascimento foi apurado para 1.464 arqueólogos portugueses (80%) e para 159 arqueólogos estrangeiros (65%).

Considerando a totalidade do universo, e a partir do ano de nascimento, conclui-se que as estruturas etárias dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa e estrangeira são semelhantes (a maior oscilação da linha evolutiva dos estrangeiros poderá dever-se ao número mais reduzido de indivíduos que compõem o grupo). O número de arqueólogos dos dois subgrupos nascidos por década vai aumentando entre 1885 e 1974 (para os estrangeiros) e 1984 (para os portugueses).

As diferenças de tendência registadas não são significativas. Por exemplo, a década com maior número de arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos é entre 1975 e 1984; entre os estrangeiros é entre 1965 e 1974, o que confirma a maior juventude dos portugueses. O número de arqueólogos nascidos por década desce num momento anterior entre os estrangeiros (entre 1975 e 1984, acentuando-se no decénio seguinte) e apenas entre 1985 e 1994 entre os portugueses, aspecto que se relaciona com a quebra no número de arqueólogos estrangeiros a trabalhar entre 2005 e 2009 (ver gráfico 40) (Gráfico 43).

A média etária por quinquénio dos arqueólogos estrangeiros é sempre superior à dos seus colegas portugueses. As curvas evolutivas das médias etárias de portugueses e estrangeiros apresentam fases de convergência e fases de divergência. Nos anos 70 do século passado verifica-se uma tendência muito ligeira de diminuição da média etária nos dois subgrupos. Entre 1980 e 1994, a média etária dos estrangeiros regista um aumento progressivo. No mesmo intervalo temporal a média etária entre os portugueses desce (mais intensamente 1975 e 1984). A partir de 1995 e até 2004, a média etária de ambos os subgrupos desce, registando-se uma acentuada redução de idade entre os estrangeiros. No quinquénio de 2005 e 2009 verifica-se uma estabilidade nas médias etárias de ambos os subgrupos e entre 2010 e 2014, um aumento na média etária dos arqueólogos portugueses, acompanhada pela estabilidade desse indicador entre os estrangeiros.

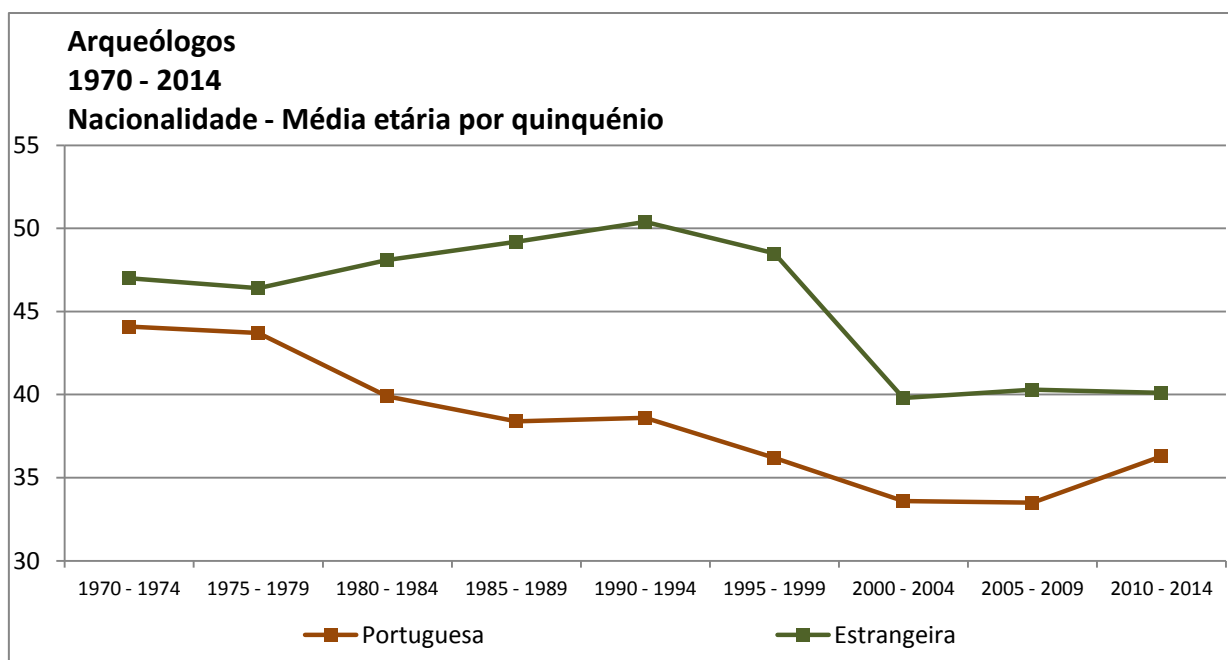


Gráfico 44: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Média etária por quinquénio.

5.5.3. Nacionalidade/Habilitação académica

Analizadas as habilitações académicas dos arqueólogos de nacionalidade estrangeira com actividade em Portugal, verificam-se algumas diferenças relativamente aos arqueólogos portugueses⁷⁹ (ponto 5.8.2.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade acrescidas com será adiante explicado (ponto 5.8). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

Arqueólogos – 2.080
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa – 1.837
 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira – 243
 Arqueólogos com habilitação académica apurada – 2.005
 Arqueólogos estrangeiros com habilitação académica apurada – 235
 Arqueólogos sem habilitação académica superior – 26
 Graus académicos superiores apurados – 2.937
 Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” – 13
 Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha – 1.964
 Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha – 631
 Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha – 304

⁷⁹ Foi apurada alguma informação sobre habilitações académicas para 1.770 arqueólogos portugueses (96%) e para 235 arqueólogos estrangeiros (97%).

Entre os arqueólogos sem habilitação académica superior 92% são portugueses e 8% estrangeiros. As outras habilitações são exclusivas de portugueses. Com licenciatura contam-se 88% de portugueses e 12 % de estrangeiros. O mestrado é detido em 90% por portugueses e em 10% por estrangeiros. Finalmente, o grau de doutoramento distribui-se entre 58% de portugueses e 42% de estrangeiros.

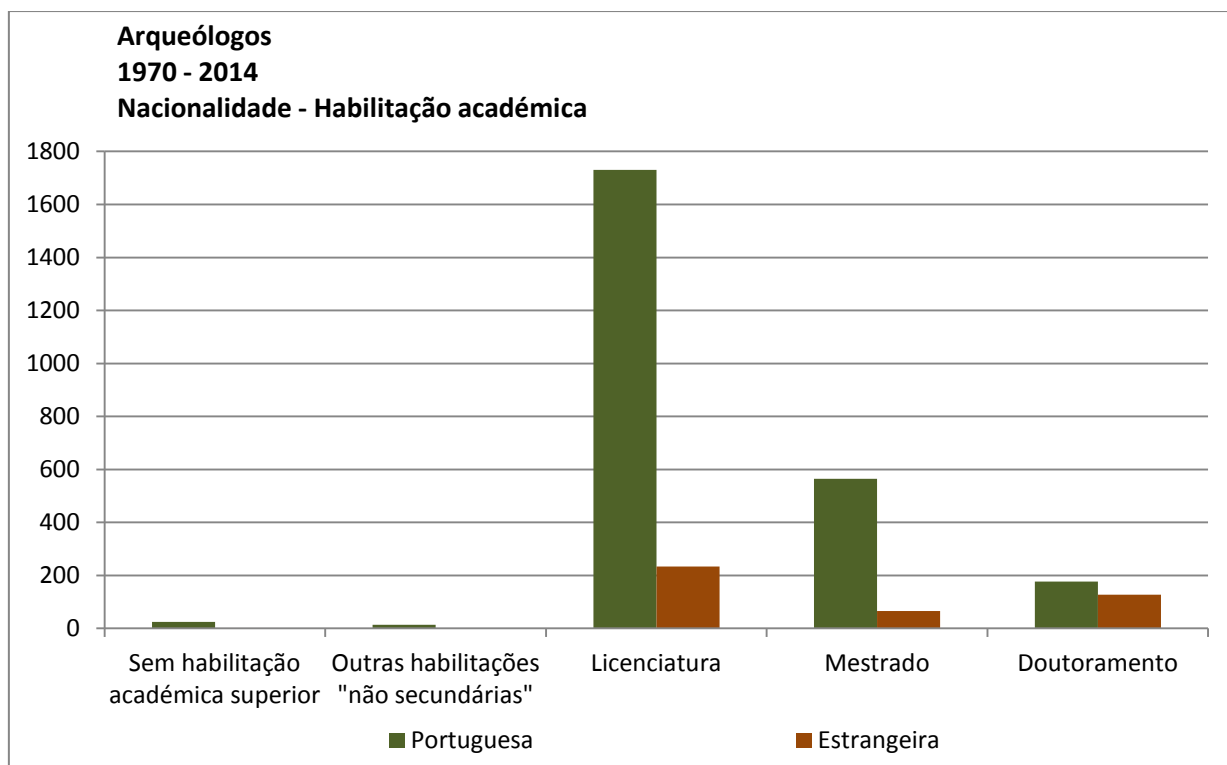


Gráfico 45: Arqueólogos, 1970 - 2014. Nacionalidade - Habilitação académica.

Os arqueólogos portugueses e estrangeiros revelam algumas diferenças ao nível das habilitações académicas ao longo do período em estudo (considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida no quinquénio). A evolução relativa aos arqueólogos de nacionalidade portuguesa corresponde essencialmente ao referido para o universo global (ponto 5.8.), uma vez que este subgrupo é largamente maioritário.

Os arqueólogos estrangeiros sem qualificação académica superior só ocorrem até ao final do século XX e sempre em número muito reduzido, assumindo um carácter pontual mais acentuado relativamente ao registado entre os arqueólogos portugueses. As outras habilitações estão omissas entre os estrangeiros.

O grau de licenciado está presente entre os arqueólogos estrangeiros ao longo de todo o período em estudo, mas ao contrário do que se passa com os portugueses, em nenhuma fase é a qualificação predominante. Entre 2000 e 2014, o peso relativo deste grau entre os estrangeiros vai diminuindo, o que também ocorre entre os portugueses. O grau de mestre apresenta frequências baixas entre os estrangeiros (até porque antes da implementação de Bolonha, em muitos países este grau, ou equivalente, não existia). Apenas no século XXI, ou seja nos últimos 15 anos estudados aumenta progressivamente de peso relativo, numa situação inversa à verificada para o grau de licenciado.

Por fim, os estrangeiros titulares de doutoramento são proporcionalmente sempre mais numerosos que os portugueses com o mesmo grau. Chegam a representar um pouco mais de que 70% do subgrupo entre 1990 e 1994. No século XXI, ou seja nos últimos 15 anos estudados, o grau de doutor é o mais representado e o seu peso relativo é crescente, abrangendo no último quinquénio 51% dos estrangeiros. Este grau académico é bastante menos expressivo entre os arqueólogos portugueses (ver ponto 5.8.).

Concluindo, entre 1970 e 1999, os arqueólogos estrangeiros em actividade em Portugal são essencialmente detentores de doutoramento (a maioria) e de licenciatura. Entre 2000 e 2014, o grau de mestre conquista espaço crescente entre as habilitações académicas dos estrangeiros. No último quinquénio em análise (2010-2014) as habilitações académicas dos estrangeiros são, por ordem decrescente, o doutoramento, o mestrado e a licenciatura.

No que se refere aos portugueses, entre 1970 e 1984, são essencialmente detentores de licenciatura (a maioria) e de doutoramento. O mestrado implanta-se a partir de 1985 e conquista valores progressivamente maiores, superando os do doutoramento a partir de 1995. No século XXI, habilitações académicas dos portugueses são, por ordem decrescente, a licenciatura, o mestrado e o doutoramento, ou seja, em ordem inversa à dos estrangeiros (Gráfico 46).

5.5.4. Nacionalidade/Forma de exercício da actividade

Relativamente à forma de exercício da actividade em função da nacionalidade⁸⁰ (ponto 5.9.2.), pode referir-se que, de forma distinta da observada entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, os arqueólogos amadores representam apenas 3% do subgrupo dos estrangeiros. Esta realidade desaconselha a abordagem quantitativa deste descritor entre os estrangeiros.

5.5.5. Nacionalidade/Vínculo, relação ou situação laboral

A análise do vínculo, relação ou situação laboral de arqueólogos profissionais em função da nacionalidade⁸¹ (ponto 5.10.2.) reveste-se de alguma dificuldade (ponto 5.10.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral ou acumular ou alternar entre vários. O cruzamento de dados entre estes dois descritores teve em consideração o estatuto eminentemente profissional dos arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Verificou-se que no trabalho independente 94% dos arqueólogos são portugueses e 6% estrangeiros. No trabalho dependente a desproporção diminui para 81% de portugueses e 19% de estrangeiros (ou seja, com vínculo contratual estável com uma entidade empregadora, no país de origem ou em Portugal). Entre os bolseiros e investigadores contam-se 83% de portugueses e 17% de estrangeiros. Finalmente os empresários são quase todos (97%) portugueses, sendo que todos os estrangeiros (3%) são de nacionalidade espanhola.

⁸⁰ A (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 1.786 arqueólogos de nacionalidade portuguesa (97%) e para 236 arqueólogos de nacionalidade estrangeira (97%).

⁸¹ Entre os profissionais, o (ou os) vínculo laboral foi apurado para 1.602 arqueólogos profissionais de nacionalidade portuguesa (94%) e para 228 arqueólogos profissionais de nacionalidade estrangeira (99%).

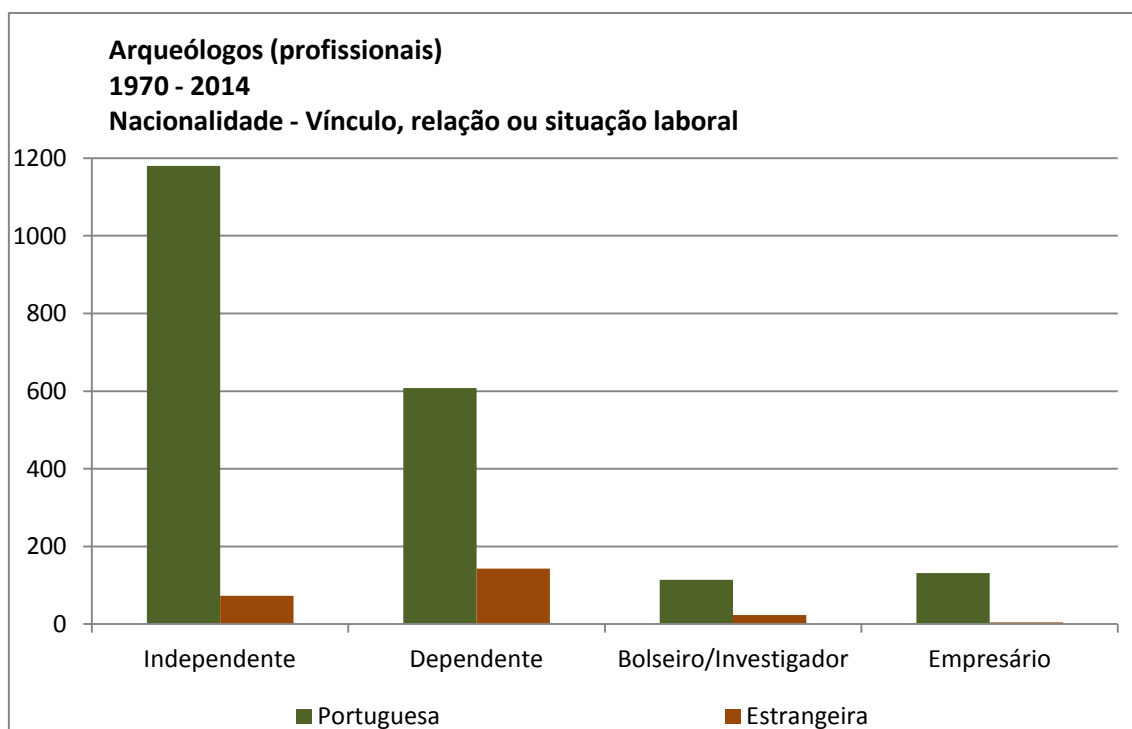


Gráfico 47: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Nacionalidade - Vínculo, relação ou situação laboral.

Na evolução quinquenal restringe-se a observação gráfica deste descritor ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir desequilíbrios mais acentuados nas relações laborais.

Entre 1970 e 1984 a grande maioria dos arqueólogos profissionais, independentemente da nacionalidade, é trabalhadora dependente, registando-se casos pontuais de investigadores apoiados. A partir de 1985 surge o trabalho em regime independente que enquadra tendencialmente mais arqueólogos de nacionalidade portuguesa, subgrupo que regista um crescimento intenso neste tipo de vínculo até 2009 e uma ligeira quebra entre 2010 e 2014. Nos quinze anos analisados do século XXI, o trabalho independente é mais frequente entre os portugueses que o dependente.

Os bolseiros e investigadores portugueses registam valores significativos a partir de 2000, aumentando até ao final do período em estudo, reflexo da política científica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, criada em 1997. Entre 2010 e 2014, 7% dos arqueólogos portugueses foram, em algum momento, bolseiros ou investigadores apoiados.

Os empresários portugueses marcam presença desde 1995, aumentando de número até 2010 e estabilizando no quinquénio seguinte.

Entre os estrangeiros, o trabalho independente surge timidamente a partir de 1985, registando valores crescentes até 2004, estabilizando entre 2005 e 2014. Mas entre 2000 e 2014 os estrangeiros revelam valores muito equilibrados entre trabalho dependente e independente, situação que substitui o predomínio claro do trabalho dependente registado até ao fim do século XX.

Os bolseiros e investigadores estrangeiros aumentam ligeiramente de número entre 1990 e 2014. A partir de 2000 registam-se caso pontuais de empresários estrangeiros (espanhóis), que persistem até ao final do período em estudo (Gráfico 48).

5.5.6. Nacionalidade/Enquadramento institucional

Procurou-se analisar o enquadramento institucional dos arqueólogos, em função da sua nacionalidade⁸² (ponto 5.11.2.). Refira-se que este descritor é de aferição muito complexa (ponto 5.11). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias, registando diversos tipos de enquadramento institucional ou alternando entre eles.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

No que se refere à instituição de enquadramento (quer no país de origem, quer em Portugal, conforme os casos) existem diferenças muito significativas entre os arqueólogos portugueses e os estrangeiros que trabalharam em Portugal durante o período em estudo. Entre os estrangeiros registam-se casos em que estes vivem e trabalham em Portugal e casos em que vivem e trabalham regularmente nos seus

⁸² O (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 1.734 arqueólogos de nacionalidade portuguesa (94%) e para 237 arqueólogos profissionais de nacionalidade estrangeira (98%).

países de origem, deslocando-se pontualmente ao país para fazer trabalho de campo, ou colaborar em projectos de investigação e publicação portugueses.

Na administração pública central e local, associações, empresas de arqueologia e em outras empresas a percentagem de arqueólogos portugueses situa-se entre 98 e 95% e a de estrangeiros entre os 5 e os 2%. Nas universidades e unidades de investigação portuguesas o peso relativo dos arqueólogos portugueses é um pouco inferior (93%) e o dos estrangeiros, um pouco superior (7%). Nas congéneres estrangeiras a situação inverte-se, registando-se 86% de arqueólogos de nacionalidade estrangeira e 14% de portugueses. Entre os arqueólogos que trabalharam em museus nacionais, regionais ou locais, 96% eram portugueses e 4% estrangeiros.

No trabalho sem enquadramento institucional registaram-se 94% de portugueses e 6% de estrangeiros (Gráfico 49).

O enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos ao longo do período em estudo revela algumas distinções relativamente à nacionalidade (portuguesa/estrangeira).

Até 1994, os arqueólogos portugueses distribuem-se essencialmente pela administração pública central e local, pelas universidades e unidades de investigação portuguesas e pelas associações. Entre 1995 e 2014, o enquadramento institucional deste subgrupo diversifica-se, surgindo com valores sempre crescentes, as empresas de arqueologia e outro tipo de empresas e também, as universidades e unidades de investigação estrangeiras. Na mesma fase, cresce o número de arqueólogos portugueses a trabalhar em universidades e unidades de investigação portuguesas e, principalmente na administração pública local.

Em todo o período em estudo, a maioria dos arqueólogos de nacionalidade estrangeira trabalha enquadrada em universidades e unidades de investigação estrangeiras. Até 1995, os estrangeiros vão ocupando algum espaço na administração pública central e local, nas associações e, principalmente, nas universidades e unidades de investigação portuguesas. Entre 1995 e 2014, os estrangeiros também diversificam o enquadramento institucional do seu trabalho para as empresas de arqueologia e outras empresas e para a actividade sem enquadramento institucional, situações que neste grupo registam uma quebra no quinquénio de 2005-2009.

Em todo o período em estudo, registaram-se casos em que os arqueólogos portugueses desenvolveram a sua actividade sem enquadramento institucional. Esta realidade é crescente e, como foi mencionado, é mais frequente entre os arqueólogos portugueses, atingindo enormes proporções nos últimos dez anos estudados, relacionando-se com o trabalho liberal ou em regime independente (Gráfico 50).

5.5.7. O mundo na Arqueologia portuguesa

Não podendo considerar-se a Arqueologia portuguesa particularmente cosmopolita, pode afirmar-se que a presença de arqueólogos de nacionalidade estrangeira em Portugal tem sido constante e significativa (Bugalhão *et al.*, no prelo). O papel dos arqueólogos estrangeiros na Arqueologia portuguesa, desde a sua origem, foi sempre muito relevante, tendo estes desenvolvido alguns dos trabalhos de campo mais importantes realizados até 1960 (Jorge e Jorge, 1996b, p. 162).

Na década de 60 do século XX, a presença de estrangeiros na Arqueologia portuguesa atinge a sua maior expressão de sempre (Bugalhão *et al.*, no prelo). Salienta-se que o 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em 1958, teve como um dos seus objectivos “proporcionar contactos pessoais entre os investigadores portugueses e os cientistas estrangeiros que mais se têm interessado pelos problemas da nossa arqueologia” (*apud* Martins, 2015, p. 200). Aliás, nesta época, o esforço no sentido da internacionalização foi notório em diversas frentes (Martins, 2015, p. 204) e em ambos os sentidos. Assim, alguns arqueólogos portugueses publicavam com regularidade em periódicos espanhóis e frequentavam congressos internacionais (Fabião, 1999, p. 125). Também a troca de correspondência entre arqueólogos portugueses e estrangeiros e a co-organização de reuniões abrangendo temas arqueológicos era usual (Martins, 2017b, p. 88). Estas tendências ganharão maior expressão na década de 70.

Entre 1970 e 1979 “desdobram-se as exigências de cooperação internacional, também em nome do desenvolvimento científico” (Martins, 2017b, p. 88). A influência estrangeira terá continuado a aumentar entre 1970 e início dos anos 90 (Jorge e Jorge, 1996b, p. 163).

Entre 1980 e 1999, duas décadas de profundas mudanças na Arqueologia Portuguesa (Bugalhão, 2011, p. 39-40), o peso relativo dos arqueólogos estrangeiros permanece considerável, diminuindo nos vinte anos seguintes (Bugalhão *et al.*, no prelo). A

importância do trabalho dos arqueólogos estrangeiros em Portugal nesta década é ainda bastante destacada (Wiseman, 1982, p. 404; Jorge, 1983, p. 2)

Entre 1970 e 2014 trabalharam em Portugal cerca de duas centenas e meia de arqueólogos estrangeiros, entre espanhóis (a nacionalidade mais representada), outros europeus (nomeadamente franceses e alemães) e originários de outros continentes (com destaque para os norte-americanos) (Bugalhão, 2017b, p. 22-23 e 28; Bugalhão *et al.*, no prelo). Em termos evolutivos, o número absoluto de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal cresce entre 1970 e 2004, seguindo-se aparentemente uma estabilização. Em termos relativos, o peso dos estrangeiros na Arqueologia portuguesa reduz-se progressivamente ao longo do período em estudo. Na segunda década do século XXI, é possível que o número absoluto de arqueólogos estrangeiros se venha a fixar num valor próximo ao da anterior, manifestando uma já esboçada tendência de estabilidade (Bugalhão *et al.*, no prelo).

Entre os arqueólogos estrangeiros os homens estão sempre em maioria. O número e proporção de mulheres entre os estrangeiros são sempre inferiores aos registados entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, nunca ultrapassando os valores do sexo masculino, como acontece entre os portugueses, na última fase do período estudado. Esta tendência atenua-se progressivamente a partir de 1985 e, aparentemente, até à actualidade (Bugalhão *et al.*, no prelo).

Os estrangeiros são tendencialmente seniores, ou seja mais velhos que os portugueses, embora ao longo dos últimos 50 anos sejam progressivamente mais jovens (Bugalhão *et al.*, no prelo). A média etária dos arqueólogos estrangeiros é sempre superior à dos seus colegas portugueses, diferença que alcança uma amplitude máxima de cerca de 12 anos entre 1990 e 1999 (Bugalhão *et al.*, no prelo). A partir de 1995 e até 2004, a média etária de ambos os subgrupos desce, registando-se uma acentuada redução desta entre os estrangeiros, relacionada possivelmente com a entrada de jovens arqueólogos (nomeadamente espanhóis, como já mencionado) que engrossaram a oferta no mercado da Arqueologia preventiva e sob contrato que nesta fase registou um aumento extraordinário (Bugalhão, 2017b, p. 27). Entre 2005 e 2009, verifica-se uma estabilidade nas médias etárias de ambos os subgrupos, realidade relacionada possivelmente com a crise económica já emergente. E em continuidade,

entre 2010 e 2014, observa-se um aumento na média etária dos arqueólogos portugueses e a estabilidade desse indicador entre os estrangeiros.

Os arqueólogos estrangeiros com actividade em Portugal são tendencialmente mais profissionalizados, mesmo quando (até aos anos 80 do século XX) os amadores ou para-profissionais entre os portugueses eram ainda numerosos (Bugalhão, 2017b, p. 24, 30). Os casos de arqueólogos estrangeiros e amadores em Portugal são muito pontuais e relacionam-se aparentemente com o associativismo sénior (Bugalhão *et al.*, no prelo).

De uma forma geral, pode afirmar-se que os arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal, grupo constituído tendencialmente por investigadores já com créditos firmados, são (e foram sempre) mais qualificados academicamente que os portugueses (Bugalhão *et al.*, no prelo).

Nos quinze anos do século XXI estudados, metade ou mais de metade dos arqueólogos profissionais portugueses trabalharam, em algum momento, em regime independente. Os estrangeiros trabalham predominantemente em regime dependente, embora nas duas últimas décadas os seus vínculos, relações e situações laborais se venham diversificando, ingressando no mercado da arqueologia por contrato, na Arqueologia preventiva e na gestão do Património arqueológico (Bugalhão *et al.*, no prelo). Entre 2000 e 2014, cerca de 40% dos estrangeiros trabalharam também, em algum momento, em regime independente ou liberal.

Sem surpresa constatou-se que os portugueses estão em maioria em todas as entidades de enquadramento da actividade arqueológica, excepto nas universidades e unidades de investigação estrangeiras. Os estrangeiros em Portugal trabalham geralmente em investigação, enquadrados por universidades e unidades de investigação estrangeiras, normalmente do país de origem (Bugalhão *et al.*, no prelo). Mas entre 2005 e 2014, é considerável o número de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em empresas de arqueologia (Bugalhão *et al.*, no prelo). O trabalho sem enquadramento institucional é desenvolvido em larga escala por portugueses mas também por um número muito significativo de estrangeiros.

5.6. Naturalidade

Para os arqueólogos de nacionalidade portuguesa foi apurada a naturalidade (concelho, e a partir deste a respectiva região). Foram consideradas as seguintes categorias: “Norte”, “Centro”, “Lisboa e Vale do Tejo”, “Alentejo”, “Algarve”, “Açores”, “Madeira”⁸³ e “Fora do país”⁸⁴. É importante sublinhar que os dados aqui tratados se referem à região de naturalidade dos arqueólogos e não à região de actividade dos arqueólogos.

Os subgrupos dos arqueólogos naturais das regiões autónomas insulares dos Açores e da Madeira são muito pequenos, pelo que serão frequentemente excluídos da representação gráfica ao longo desta dissertação.

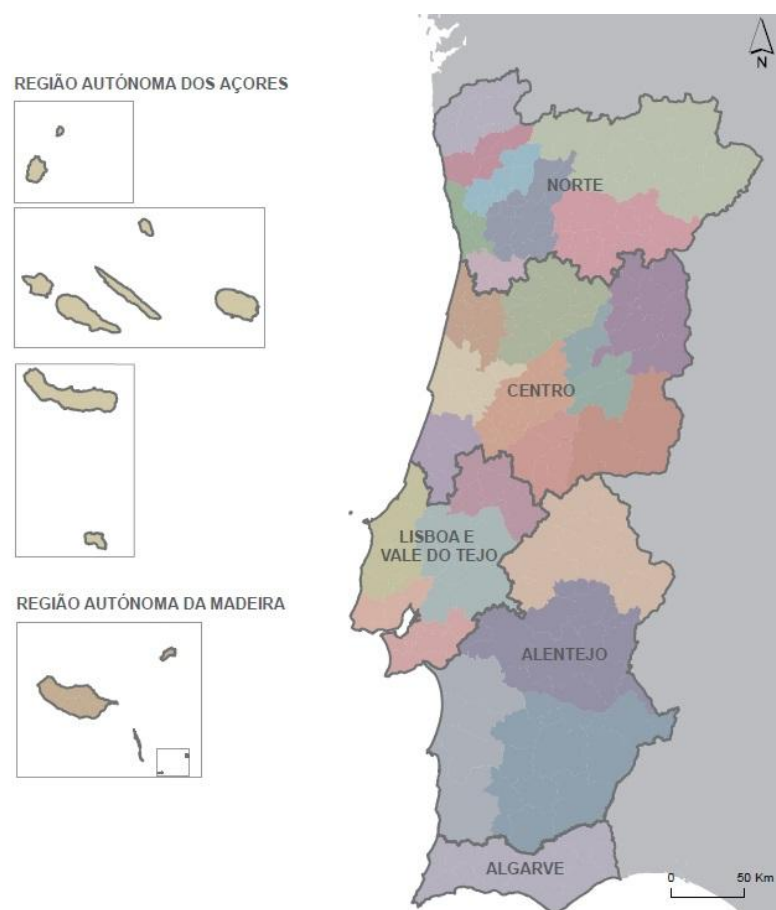


Figura 12: Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril, para efeitos de organização territorial) e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

⁸³ Este descritor foi analisado com referência às unidades territoriais definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril (que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial), ou seja, regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

⁸⁴ Entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, foi apurada a naturalidade de 1.197 (65%).

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
 Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
 Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
 Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
 Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
 Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
 Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
 Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
 Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Considerada a globalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa que integram o universo e todo o período em estudo, verificou-se a presença de 39% de arqueólogos nascidos na região de Lisboa e Vale do Tejo, 26% de arqueólogos nascidos na região Norte, 17% de arqueólogos nascidos na região Centro, 7% de arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora do país, 6% de arqueólogos nascidos no Alentejo, 3 % de arqueólogos nascidos no Algarve, 1% de arqueólogos nascidos nos Açores e 1% de arqueólogos nascidos na Madeira.

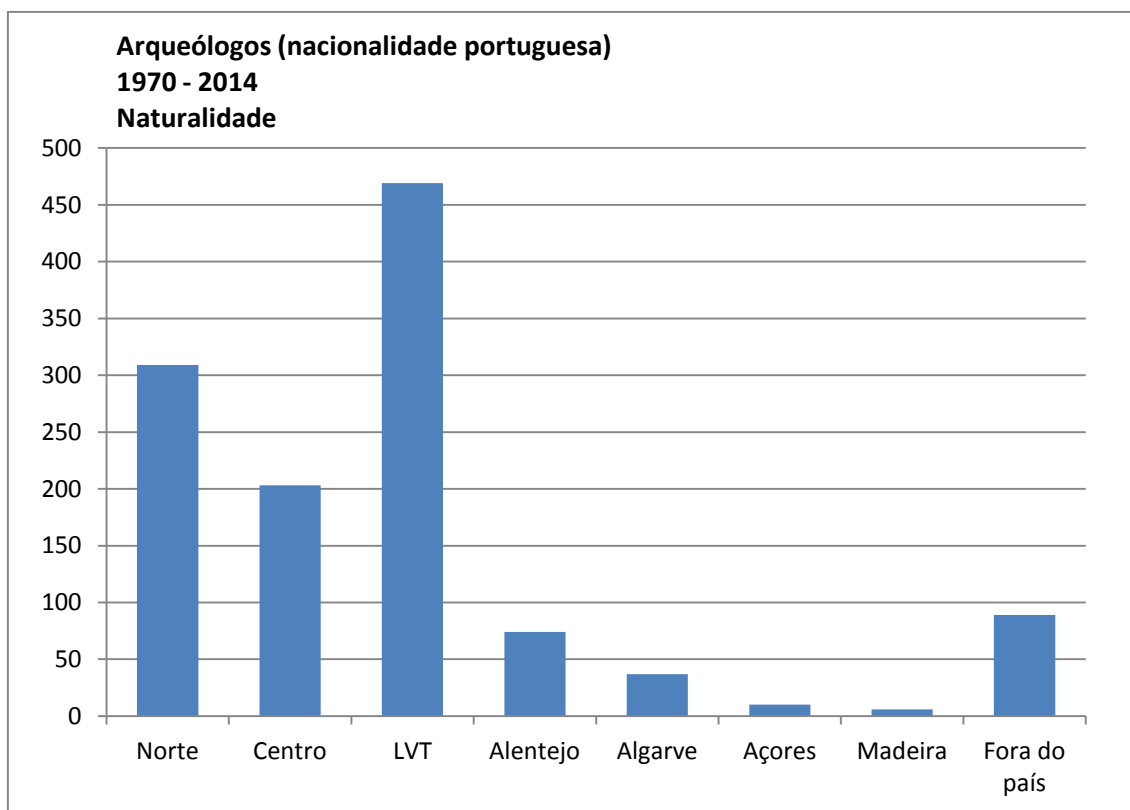


Gráfico 51: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade.

Nos arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora do país, verifica-se que nasceram 25% em França, 22% em Angola, 11% em Moçambique, 6% na África do Sul, 4% na Alemanha, no Brasil e na Suíça, 3% nos Estados Unidos da América e na Venezuela. Registaram-se ainda naturalidades em Cabo Verde, Canadá, Espanha, Inglaterra, Suécia, Austrália, Bélgica, Congo e Guiné (com valores relativos entre os 2 e os 1% cada).

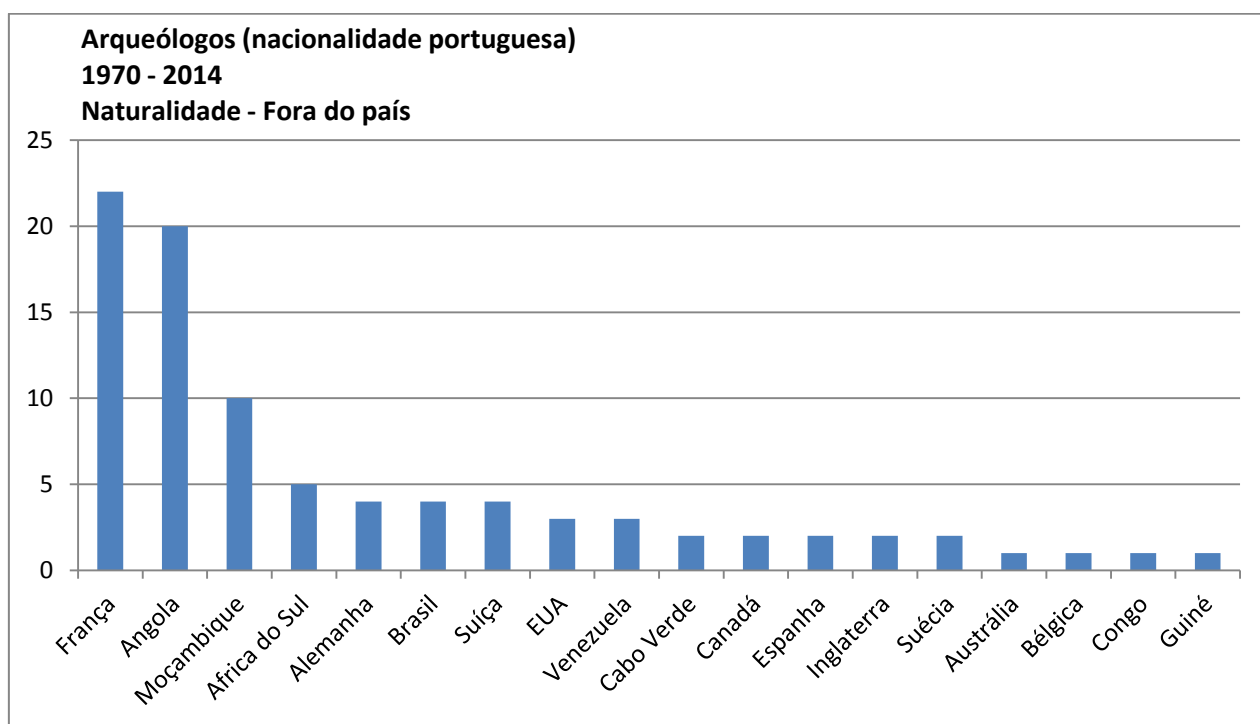


Gráfico 52: Arqueólogos (nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Fora do país.

O peso relativo das várias regiões de naturalidade dos arqueólogos foi confrontado com os valores globais da população nascida em Portugal, por região. Para tal utilizou-se como referência os dados disponibilizados pela PORDATA (Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos) relativos à taxa bruta de natalidade no país em 1981 (inclui todos os nascimentos e não apenas os de nacionais portugueses)⁸⁵. A comparação entre os dois universos é efectuada com recurso a valores relativos apurados.

⁸⁵ Os dados disponibilizados pela PORDATA - (Nados-vivos no ano civil / População média anual residente) * 1000 - foram manipulados e convertidos em valores absolutos, comparáveis com os relativos à natalidade dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014, nascidos entre 1980 e 1989. A PORDATA não disponibiliza dados sobre os nascimentos de portugueses fora do território nacional.

Este exercício, com as cautelas que se impõem devidas à natureza muito diferente dos dados, permite propor que os dados quantitativos relativos à naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa em actividade em Portugal (utilizando como referência a década de 1980) não são totalmente convergentes com os relativos à naturalidade da população nascida em Portugal (utilizando como referência o ano de 1981). Os arqueólogos naturais da região Norte (29%) representam um peso relativo inferior ao da população em geral nascida naquela região (40%). Pelo contrário, os arqueólogos naturais das regiões do Centro (25%), Lisboa e Vale do Tejo (35%), Alentejo (7%) e Algarve (4%) têm um peso relativo superior aos registados nos nascimentos da população em geral (respectivamente: 16%, 30%, 5%, 3%). Os arqueólogos nascidos nas regiões dos Açores e da Madeira são em número residual, tendo um peso claramente inferior aos registados na população em geral.

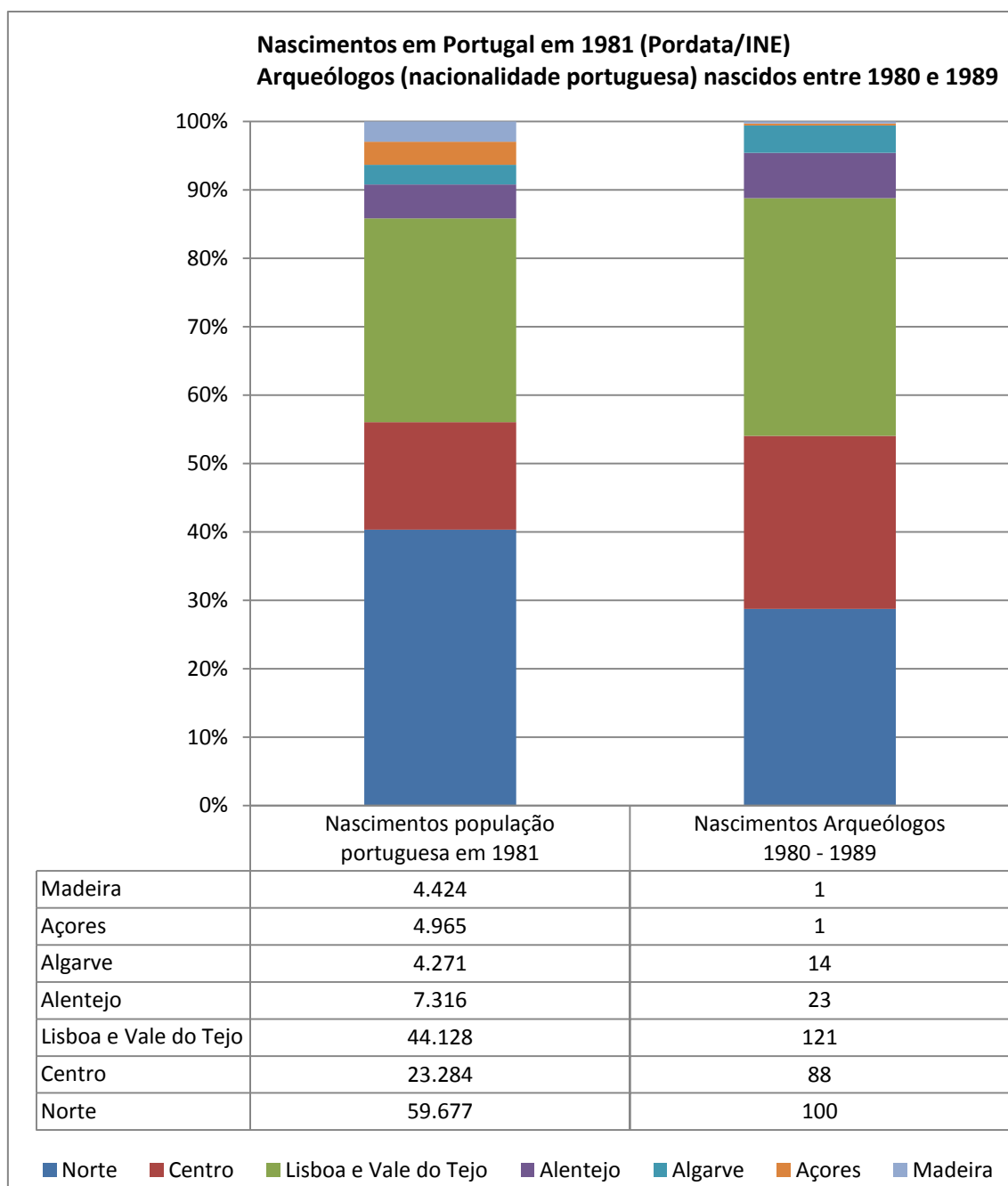


Gráfico 53: Nascimentos em Portugal em 1981 (PORDATA/INE) - Arqueólogos (nacionalidade portuguesa) nascidos entre 1980 e 1989.

Foi também analisada a evolução do peso relativo dos arqueólogos em função da sua região de origem. As diferenças verificadas podem relacionar-se com a evolução dos valores globais de nascimentos em cada região ao longo dos últimos cinquenta anos. Os arqueólogos nascidos na região Norte ganham peso relativo ao longo do período em estudo (representando inicialmente 19% do total e, no último quinquénio, 26% do total). O mesmo se passa com os arqueólogos nascidos no Centro do país, embora com

valores relativos e absolutos mais modestos (representando inicialmente 13% do total e, no último quinquénio, 17% do total).

Os arqueólogos naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo são o grupo maioritário em todo o período em estudo. Contudo, e ainda que com algumas oscilações, perdem peso relativo na fase mais recente (representando inicialmente 46% do total e, no último quinquénio, 39% do total).

Os grupos de arqueólogos naturais das regiões do Alentejo e Algarve são mais pequenos e também aparentam perda de preponderância relativa durante os 45 anos em análise (os alentejanos passam de 9 para 6%; os algarvios de 8 para 3%).

Os arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora de Portugal, pelo contrário, parecem ganhar importância relativa ao longo do período em estudo (representando inicialmente 4% e, no último quinquénio, 8% do total) (Gráfico 54).

5.6.1. Naturalidade/Sexo

Analisada a distribuição por região de naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa em actividade em Portugal entre 1970 e 1974, pode concluir-se há diferenças entre os valores registados para cada sexo⁸⁶ (ponto 5.4.2.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981

O subgrupo dos arqueólogos do sexo masculino integra 36% de naturais de Lisboa e Vale do Tejo, 30% de naturais da região Norte, 17% de naturais da região Centro, 7% de portugueses nascidos fora do país, 6% de alentejanos, 3% de algarvios e menos de 1% de madeirenses e açorianos.

⁸⁶ O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos com nacionalidade portuguesa, com ou sem naturalidade apurada.

O subgrupo dos arqueólogos do sexo feminino integra 43% de naturais de Lisboa e Vale do Tejo, 21% de naturais da região Norte, 17% de naturais da região Centro, 8% de portugueses nascidos fora do país, 6% de alentejanos, 3% de algarvios e menos de 1% de madeirenses e açorianos.

Assim, confirma-se que na região Norte nascem proporcionalmente menos mulheres que homens e que na região de Lisboa e Vale do Tejo a presença de mulheres é proporcionalmente superior. As restantes regiões de nascimento apresentam parcelas relativas idênticas para homens e mulheres.

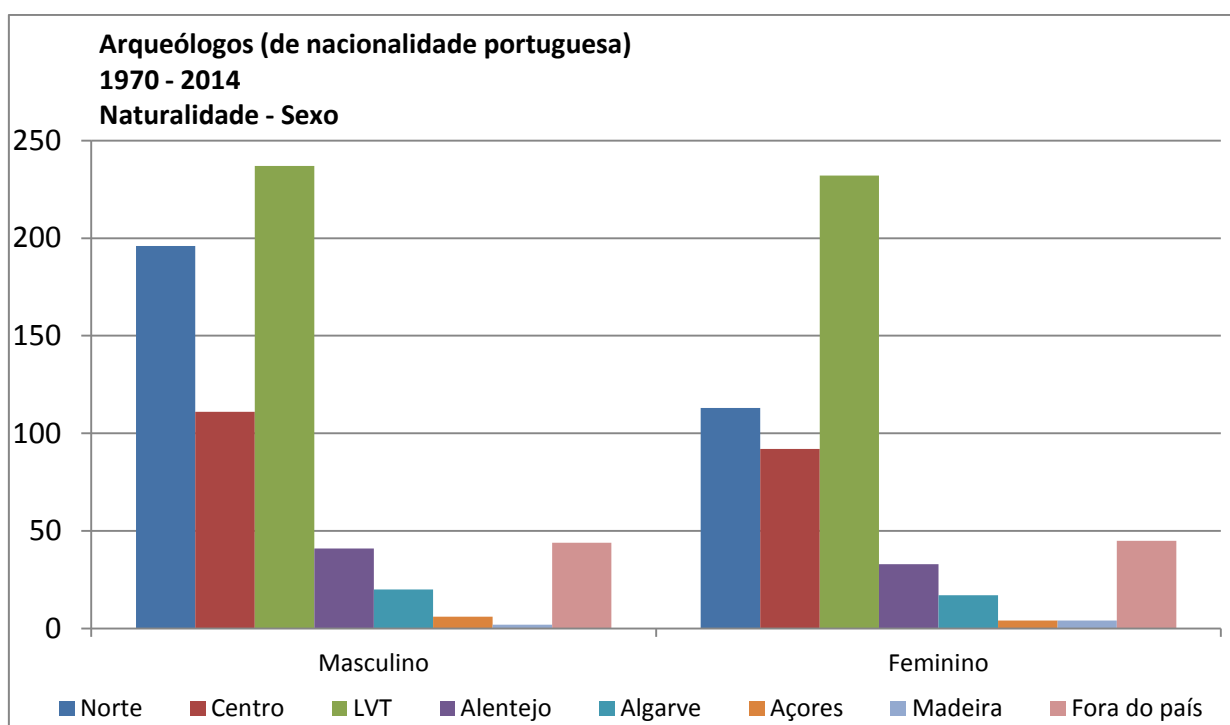


Gráfico 55: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Sexo.

Quando analisada a evolução quinquenal da distribuição por naturalidade de homens e mulheres, verifica-se que entre os naturais da região Norte há sempre mais homens que mulheres, embora a diferença se vá atenuando.

Entre os nascidos na região Centro entre 1970 e 1999 há mais homens que mulheres; entre 2000 e 2009, as mulheres são ligeiramente mais numerosas; entre 2010 e 2014, os valores entre os dois sexos são idênticos.

Nos naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo as mulheres também permanecem em minoria até 1999; entre 2000 e 2009 os valores dos dois sexos são muito equilibrados; entre 2010 e 2014 há mais mulheres que homens.

Entre os alentejanos a distribuição entre homens e mulheres é muito irregular. Entre 1970 e 2009 as mulheres estão em minoria, excepto no quinquénio de 1980 e 1984, quando estiveram em actividade mais arqueólogas que arqueólogos alentejanos. Entre 2010 e 2014, as mulheres também são mais numerosas que os homens.

Entre os algarvios parecem desenhar-se três fases: até 1994 os homens estão em maioria; entre 1995 e 2014 as mulheres são mais numerosas; entre 2010 e 2014 os valores dos dois sexos são iguais.

Finalmente, entre os portugueses nascidos fora do país verifica-se uma evolução entre a fase em que os homens são maioritários até 2004 e a fase em que as mulheres são mais numerosas nos últimos dez anos em estudo (Gráfico 56).

5.6.2. Naturalidade/Estrutura etária

Procurou-se analisar a estrutura etária dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa que integram o universo em estudo, em função da naturalidade (ponto 5.7.3.) a partir do seu ano de nascimento⁸⁷.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

As curvas obtidas para os anos de nascimento dos arqueólogos naturais das várias regiões apresentam configurações muito semelhantes, sendo que as diferenças observadas se referem normalmente aos grupos com valores absolutos mais baixos (o Alentejo e o Algarve), por isso sem relevância. Assim, aparentemente parecem não

⁸⁷ Entre os nacionais portugueses, o ano de nascimento foi apurado para 302 arqueólogos (98%) naturais da região Norte; 201 arqueólogos (99%) naturais da região Centro; 463 arqueólogos (99%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo; 70 arqueólogos (95%) naturais da região do Alentejo; 36 arqueólogos (97%) naturais da região do Algarve; 9 arqueólogos (90%) naturais da região dos Açores; 6 arqueólogos (100%) naturais da região da Madeira; 86 arqueólogos (97%) naturais de fora do país.

existir diferenças significativas na estrutura etária nos arqueólogos portugueses naturais das distintas regiões (Gráfico 57).

A análise evolutiva da estrutura etária por região de naturalidade foi efectuada também através do apuramento da média etária⁸⁸ dos arqueólogos naturais de cada região em actividade em Portugal em cada quinquénio. As curvas da evolução da média etária dos arqueólogos nascidos em cada região revelam algumas linhas de tendência que caracterizam a globalidade do universo em estudo.

Tendencialmente, os naturais das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve são mais velhos e os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo e de fora do país mais jovens.

Entre 1970 e 2004 parece ocorrer uma progressiva diminuição da média etária dos subgrupos em análise, que tendencialmente estabiliza nos cinco anos seguintes e sobe nos últimos cinco anos em análise.

Até 1994, existem diferenças significativas nas médias etárias registadas, com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, de “fora do país”, do Alentejo a apresentarem grupos mais jovens. Os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo também revelam alguma peculiaridade a nível etário, pois na primeira metade dos anos 70 do século XX são extremamente jovens para a época (com 35 anos de média etária), eventualmente reflexo do processo revolucionário de 1974-1975 e suas relações com o mundo académico, talvez sentido de forma mais intensa nesta região. Nos dez anos seguintes os naturais desta região aproximam-se da tendência do universo, “envelhecendo” quando os restantes grupos estão a “rejuvenescer”.

A evolução da média etária dos arqueólogos naturais do Algarve apresente fortes discrepâncias relativamente às restantes, mas mais uma vez, tal deve resultar da dimensão diminuta deste subgrupo.

Também o grupo de arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora do país revela uma evolução etária atípica até ao início de século XX quando se aproxima da tendência geral.

⁸⁸ A média etária dos arqueólogos em actividade no quinquénio foi calculada a partir da idade de cada arqueólogo no terceiro ano do mesmo (por exemplo para o quinquénio 1970-1974, a média etária é obtida a partir da idade de cada arqueólogo em actividade no quinquénio, alcançada em 1972).

A partir de 1995 e principalmente do início do século XXI, as médias etárias das várias regiões apresentam tendência convergente. Nos últimos 15 anos em estudo, as médias etárias das diferentes regiões são muito aproximadas (entre 34 e 38 anos).

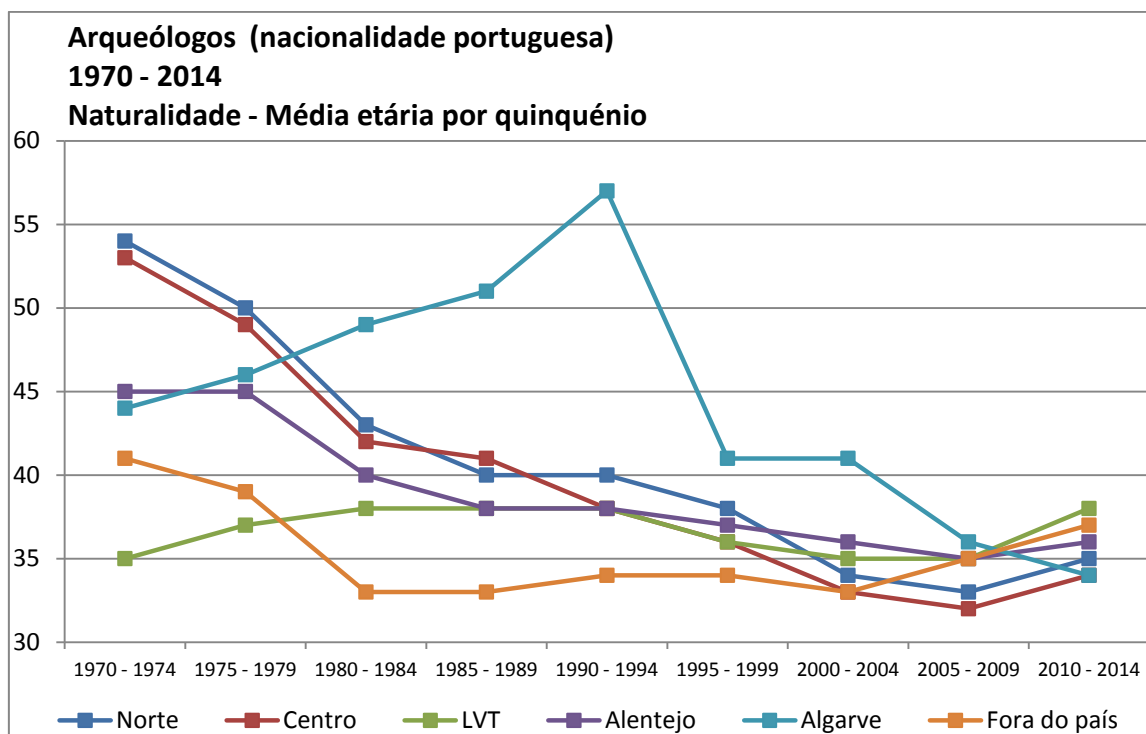


Gráfico 58: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Média etária por quinquénio.

5.6.3. Naturalidade/Habilitação académica

Foi analisada a informação relativa qualificações académicas dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem⁸⁹ (ponto 5.8.3.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade com será adiante explicado (ponto 5.8). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

⁸⁹ Entre os nacionais portugueses, foi apurada alguma informação sobre habilitações académicas para 307 arqueólogos (99%) naturais da região Norte; 203 arqueólogos (100%) naturais da região Centro; 469 arqueólogos (100%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo; 73 arqueólogos (99%) naturais da região do Alentejo; 37 arqueólogos (100%) naturais da região do Algarve; 10 arqueólogos (100%) naturais da região dos Açores; 6 arqueólogos (100%) naturais da região da Madeira; 89 arqueólogos (100%) naturais de fora do país.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

As regiões de naturalidade dos arqueólogos sem habilitação académica superior são Lisboa e Vale do Tejo (71%), e o Centro, o Alentejo e o Algarve (com cerca de 10% cada).

Na naturalidade dos arqueólogos com outras habilitações destaca-se a região Norte (50%), seguindo-se as regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo (com 20% cada) e o Algarve (10%).

Entre os licenciados registam-se 39% naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo, 26% do Norte, 17% do Centro, 8% de fora do país, 6% do Alentejo e 3% do Algarve.

Os mestres são originários 41% da região de Lisboa e Vale do Tejo, 27% do Norte, 16% do Sul, 7% de fora do país, 5% do Alentejo e 3 % do Algarve.

Por fim, a naturalidade dos arqueólogos com doutoramento distribui-se entre 49% de Lisboa e Vale do Tejo, 22% do Norte, 14% do Centro, 9% de fora do país, 4% do Algarve e apenas 1% do Alentejo.

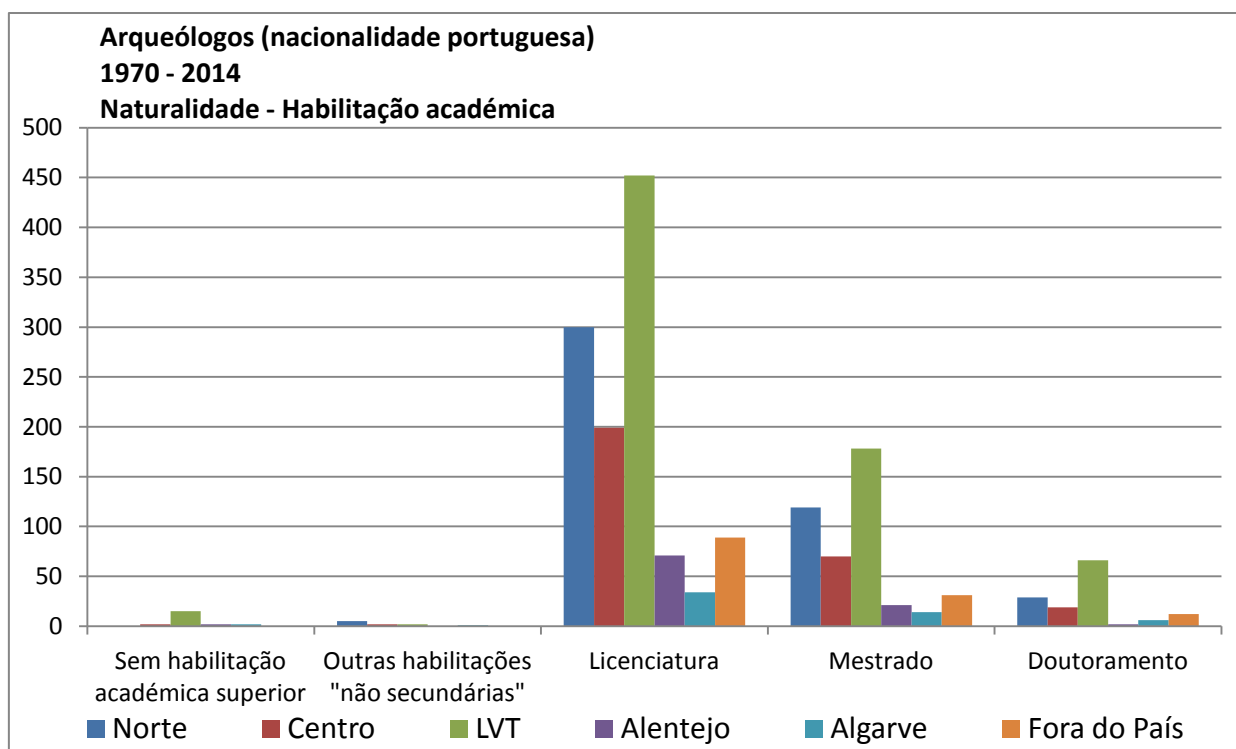


Gráfico 59: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Habilitação académica.

De uma forma geral e desconsideradas as diferentes dimensões de cada grupo regional de naturalidade não se verificam diferenças significativas ao nível das habilitações académicas, pelo que não será efectuada análise evolutiva ao longo do período em estudo.

5.6.4. Naturalidade/Forma de exercício da actividade

Foi analisada a forma de exercício da actividade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem⁹⁰ (ponto 5.9.3.). Relembra-se que um arqueólogo pode ter exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ter registado ambas, ou ter alternado entre as duas formas de exercício da actividade. Deve referir-se que dos valores apurados a nível nacional se

⁹⁰ Entre os nacionais portugueses, a (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 309 arqueólogos (100%) naturais da região Norte; 200 arqueólogos (99%) naturais da região Centro; 467 arqueólogos (99%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo; 74 arqueólogos (100%) naturais da região do Alentejo; 37 arqueólogos (100%) naturais da região do Algarve; 10 arqueólogos (100%) naturais da região dos Açores; 6 arqueólogos (100%) naturais da região da Madeira; 89 arqueólogos (100%) naturais de fora do país.

concluiu que 3% dos arqueólogos registaram exercício amador e profissional da actividade.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos amadores com profissão apurada - 170

No subgrupo dos arqueólogos amadores estão em maioria os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo (37%), seguidos dos naturais do Norte (31%), do Centro (14%), do Alentejo (10%) e do Algarve (5%). Os nascidos fora do país (2%) constituem o grupo menos numeroso, ao contrário do que ocorre noutros descritores, o que indicia a sua maior profissionalização.

O subgrupo dos arqueólogos profissionais, largamente predominante no universo, tem uma constituição relativa à naturalidade semelhante àquele, registando 40% de naturais de Lisboa e Vale do Tejo, 25% de nortenhos, 17% de naturais da região Centro, 8% de nascidos fora do país, 6% de alentejanos e 3% de algarvios.

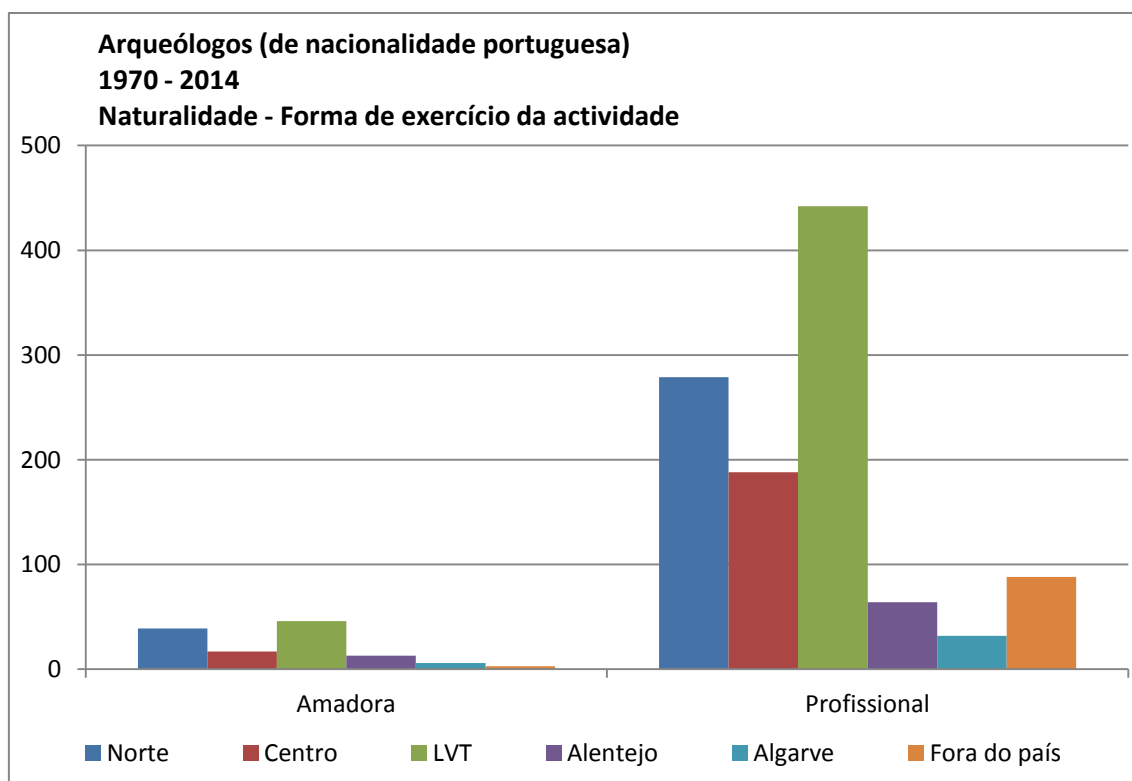


Gráfico 60: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Forma de exercício da actividade.

Nas profissões registadas entre amadores naturais das diferentes regiões não se notaram diferenças significativas, excepto talvez uma maior incidência de religiosos nas regiões do Norte e do Centro.

5.6.5. Naturalidade/Vínculo, relação ou situação laboral

Foi analisado o vínculo, relação ou situação laboral que os arqueólogos profissionais de nacionalidade portuguesa em algum momento do período em estudo tiveram, em função da sua região de naturalidade⁹¹ (ponto 5.10.3.). Lembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral, ou acumular ou alternar entre vários. Deve

⁹¹ Entre os profissionais de nacionalidade portuguesa, o (ou os) vínculo, relação ou situação laboral foi apurado para 277 arqueólogos (90%) naturais da região Norte; 189 arqueólogos (93%) naturais da região Centro; 442 arqueólogos (94%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo; 64 arqueólogos (86%) naturais da região do Alentejo; 32 arqueólogos (86%) naturais da região do Algarve; 9 arqueólogos (90%) naturais da região dos Açores; 6 arqueólogos (100%) naturais da região da Madeira; 88 arqueólogos (99%) naturais de fora do país.

atender-se ainda à já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor (ponto 5.10.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país – 89
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Entre os trabalhadores independentes com naturalidade apurada, encontra-se 44% de naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo, 26% de naturais do Norte, 17% de naturais de Centro, 8% de naturais de fora do país, 6% do Alentejo e 3% de algarvios. No trabalho dependente de arqueólogos com naturalidade apurada, os valores são semelhantes. Os bolseiros e investigadores registam uma percentagem muito elevada de naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo (55%). Entre os empresários destaca-se o valor relativo comparativamente baixo dos naturais de Lisboa e Vale do Tejo (36%) e o comparativamente alto dos naturais do Norte (30%).

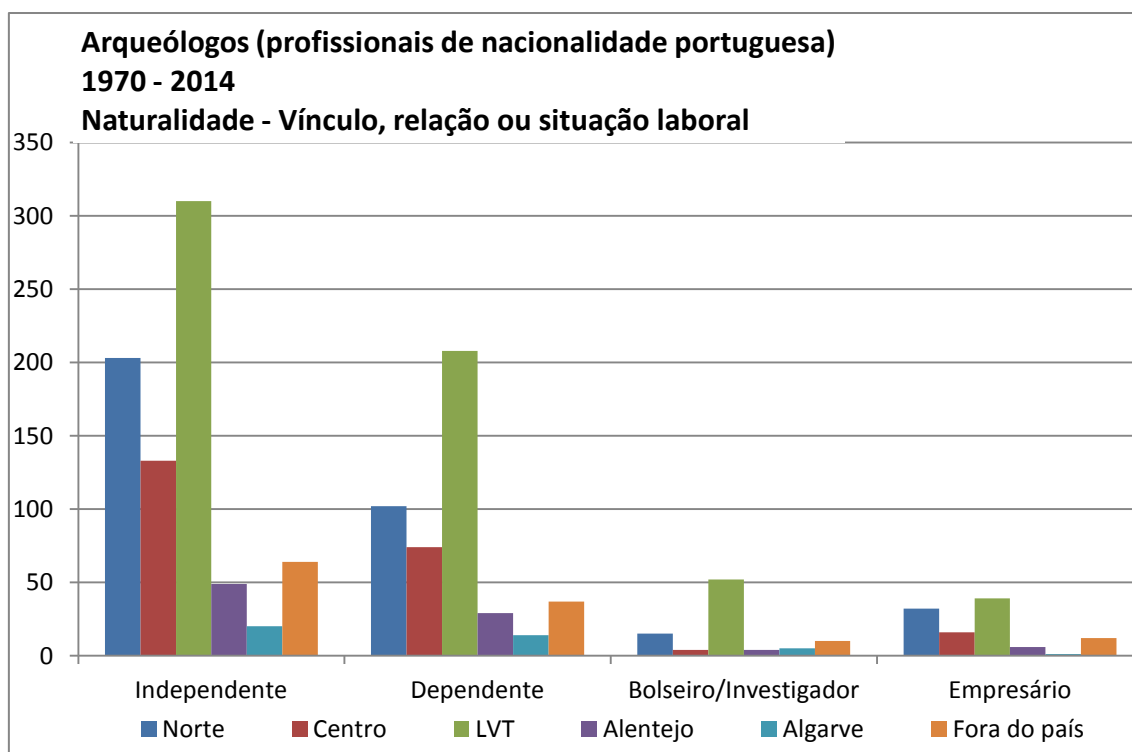


Gráfico 61: Arqueólogos (profissionais de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Naturalidade - Vínculo, relação ou situação laboral.

Na evolução quinquenal restringe-se a observação gráfica deste descritor ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir desequilíbrios mais acentuados nas relações laborais.

Entre 1970 e 1984, observa-se que a grande maioria dos arqueólogos profissionais de nacionalidade portuguesa, independentemente da naturalidade, são trabalhadores dependentes, registando-se casos pontuais de investigadores apoiados.

Entre os naturais da região Centro, regista-se que o trabalho independente só suplanta em frequência o dependente tardiamente, a partir de 2005. O número de dependentes cresce até 2009.

Entre os naturais de Lisboa e Vale do Tejo a situação entre os vários tipos de vínculo e de relações laborais é muito típica, destacando-se apenas o surgimento precoce e em número assinalável dos bolseiros e investigadores.

Entre os alentejanos, salienta-se o peso sempre crescente do trabalho dependente e a estável presença de empresários entre 1995 e 2014.

Entre os algarvios há a referir a tardia preponderância do trabalho independente alcançada apenas em 2010, o número considerável de bolseiros e investigadores e residual de empresários.

Finalmente, os arqueólogos profissionais portugueses nascidos fora do país têm uma situação semelhante à dos nascidos na região de Lisboa e Vale do Tejo, bastante típica da realidade nacional, salientando-se apenas o número interessante de bolseiros e investigadores (Gráfico 62).

5.6.6. Naturalidade/Enquadramento institucional

Por fim, foi analisado o enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, registado em algum momento do período em estudo, em função da sua região de origem⁹² (ponto 5.11.3.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para ou numa instituição ou para ou em várias, registando diversos tipos de enquadramento institucional ou alternando entre eles. Deve atender-se ainda à já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor (ponto 5.11.).

⁹² Entre os nacionais portugueses, o (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 295 arqueólogos (95%) naturais da região Norte; 198 arqueólogos (98%) naturais da região Centro; 465 arqueólogos (99%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo; 71 arqueólogos (96%) naturais da região do Alentejo; 35 arqueólogos (95%) naturais da região do Algarve; 9 arqueólogos (90%) naturais da região dos Açores; 6 arqueólogos (100%) naturais da região da Madeira; 89 arqueólogos (100%) naturais de fora do país.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

Os arqueólogos de nacionalidade portuguesa que trabalharam na administração pública central são na sua maioria (55%) naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo. Seguem-se por ordem de frequência os naturais da região Norte (17%), da região Centro (13%), de fora do país (6%), do Alentejo (4%) e do Algarve (3%).

Na administração pública local, associações, universidades e unidades de investigação portuguesas, empresas de Arqueologia e outras empresas a distribuição relativa é semelhante. Na administração pública local regista-se uma menor incidência dos naturais de Lisboa e Vale do Tejo (41%) e maior dos naturais da região Norte (23%).

Comparativamente, nas associações, os naturais do Alentejo são proporcionalmente mais numerosos (8%) e os nascidos fora do país menos (6%).

Nas universidades e unidades de investigação portuguesas a percentagem dos naturais do Algarve é especialmente alta (5%). Os valores para as universidades e unidades de investigação estrangeiras são despidiendos (devido à sua reduzida expressão), mas parecem indicar uma prevalência dos naturais da região de Lisboa e vale do Tejo.

Nas empresas de arqueologia e em outras empresas identificou-se um número particularmente baixo de naturais de Lisboa e Vale do Tejo (37% e 33%, respectivamente), compensado por valores elevados nos naturais das regiões Norte (28% e 18%) e Centro (26% e 19%).

Para os arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional, regista-se a mesma ordenação de regiões de naturalidade: Lisboa e Vale do Tejo (39%), Norte

(27%, um valor especialmente alto), Centro (16%), fora do país (9%), Alentejo (6%) e Algarve (2%) (Gráfico 63).

A análise da evolução do enquadramento institucional dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa ao longo do período em estudo, em função da região de nascimento, não revelou tendências claras pelo que não será aqui desenvolvida.

5.6.7. As origens dos arqueólogos portugueses

Os arqueólogos de nacionalidade portuguesa que integram o universo em todo o período em estudo são naturais de todas as regiões do país (com valores residuais para as regiões autónomas dos Açores da Madeira) e também nasceram no estrangeiro, nomeadamente nas antigas colónias portuguesas e nos países de emigração dos portugueses ao longo da história recente do país (Bugalhão, 2017b, p. 23; 28-29). As regiões onde nascem o maior número de arqueólogos portugueses são as mais populosas e urbanizadas do país, Lisboa e Vale do Tejo e Norte. Contudo, utilizando como referência os dados oficiais relativos a nascimentos em Portugal na década de 80 do século XX, constatou-se que os valores da naturalidade dos arqueólogos portugueses não são totalmente convergentes com os valores de naturalidade da totalidade da população. Concluiu-se que, em termos relativos, há menos arqueólogos nascidos no Norte do país do que nascidos nas restantes regiões do território continental de Portugal (Bugalhão, 2020, p. 88). Ao longo no período em estudo algumas regiões de origem dos arqueólogos vão ganhando preponderância (como o Norte, o Centro e o “resto do mundo”) e outras vão perdendo (como Lisboa e Vale do Tejo, o Alentejo e o Algarve). Os arqueólogos naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo parecem beneficiar do factor capitalidade ou de um eventual maior desenvolvimento económico e cultural desta região, pois assumem em quase todas as leituras valores relativos superiores aos da natalidade nesta região. Esta interpretação baseia-se no pressuposto que a opção pela actividade profissional da Arqueologia é tendencialmente resultado de um contexto socio-económico-cultural mais desenvolvido.

Na distribuição por género, confirma-se que na região Norte nascem proporcionalmente menos arqueólogas que arqueólogos (Bugalhão, 2020, p. 88) e que da região de Lisboa e Vale do Tejo são originárias arqueólogas em proporção superior.

As restantes regiões de nascimento apresentam parcelas relativas idênticas para homens e mulheres. Mas entre os anos 70 do século XX e 2014, a distribuição regional entre homens e mulheres sofreu clara evolução, com as mulheres naturais de algumas regiões a alcançar paridade numérica mais cedo (como no Centro, em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve), as naturais de outras (como no Alentejo e entre os nascidos fora do país) mais tarde, ou a não a ter alcançado ainda, como sucede às arqueólogas nortenhas (Bugalhão, 2020, p. 88).

De uma forma geral, parecem não existir diferenças significativas na estrutura etária nos arqueólogos portugueses naturais das distintas regiões. Os naturais das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve são tendencialmente mais velhos e os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo e de fora do país, mais jovens. No já reconhecido processo de rejuvenescimento dos arqueólogos em Portugal nas últimas décadas (Bugalhão, 2017b, p. 23; 29), a evolução das médias etárias entre os arqueólogos com distintas regiões de origem apresenta algumas particularidades. Alguns subgrupos regionais revelam evoluções etárias algo atípicas numa primeira fase, mas com o início do século XXI, as médias etárias das várias regiões tornam-se convergentes e aproximadas com uma diferença máxima de quatro anos entre si.

Ao nível das habilitações académicas não se detectaram diferenças significativas entre os arqueólogos nascidos das diversas regiões. Salienta-se o valor particularmente expressivo de arqueólogos sem habilitação académica superior na região de Lisboa e Vale do Tejo, possivelmente associado com o também elevado número de arqueólogos amadores registados nesta região. Também se realça o número elevado de titulares do grau de mestre originários das regiões Norte, eventualmente relacionado com a criação no final dos anos 80 do século XX e bom funcionamento, no Porto, do primeiro mestrado português em Arqueologia (Bugalhão, 2020, p. 86); e de Lisboa e Vale do Tejo, talvez em sequência da significativa produção de graduados nos respectivos cursos mestrado nas duas universidades públicas da cidade de Lisboa (ponto 4.3.), esta última acrescida do centralismo decorrente do complexo factor de “capitalidade”.

A análise da forma de exercício da actividade arqueológica dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem, ao longo do período em estudo revelou uma especial incidência entre os arqueólogos amadores de naturais de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte.

Quanto aos vínculos e relações laborais dos arqueólogos profissionais de nacionalidade portuguesa em função da naturalidade, concluiu-se que o trabalho independente atinge especialmente os alentejanos. O trabalho independente é menos frequente entre os algarvios e implantou-se mais tardiamente no Centro do país e no Algarve. Os naturais de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo registam níveis elevados de trabalho dependente; os naturais do Norte atingem valores relativos modestos no trabalho por conta de outrem. Os bolseiros e investigadores são particularmente numerosos entre os nascidos fora do país e os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo (onde surgem mais cedo) e pouco abundantes entre os naturais da região Centro. Há muitos empresários entre os nascidos fora do país e os naturais da região do Norte (Bugalhão, 2020, p. 89), ao contrário do que se regista entre os algarvios.

O enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos em Portugal caracteriza-se por uma forte instabilidade, volatilidade e versatilidade e isso verifica-se em todas as regiões, mas especialmente em Lisboa e Vale do Tejo, região que regista percentagens muito elevadas de arqueólogos aí nascidos a trabalhar em/para todos os tipos entidade. Nesta região regista-se também um número significativo de arqueólogos na administração pública central e em actividade associativa. Entre os arqueólogos nascidos no Alentejo salienta-se o trabalho na administração pública local e em empresas fora do ramo arqueológico. Os algarvios trabalham de forma especialmente frequente em universidades e unidades de investigação portuguesas. Os arqueólogos portugueses nascidos fora do país registam frequências especialmente elevadas no trabalho em empresas de arqueologia, em outras empresas e sem enquadramento institucional, ou seja nos tipos de enquadramento especialmente associados à Arqueologia preventiva, sob contrato, e à precariedade laboral.

5.7. Estrutura etária

No que se refere à estrutura etária, num primeiro momento analisou-se o ano de nascimento dos arqueólogos que foi apurado para 78% do universo. Os anos de nascimento apurados para os arqueólogos do universo distribuem-se entre 1885 e 1993. Assim consideraram-se as seguintes categorias: “1885-1894”, “1895-1904”, “1905-1914”, “1915-1924”, “1925-1934”, “1935-1944”, “1945-1954”, “1955-1964”, “1965-1974”, “1975-1984” e “1985-1994”.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

Numa análise global, há 16% de arqueólogos nascidos entre 1885 e 1954, 10% entre 1955 e 1964, 19% entre 1965 e 1974, 43% entre 1975 e 1984 e os restantes 12% entre 1985 e 1994. Analisada a distribuição nas décadas dos nascimentos dos arqueólogos que compõem o universo para os quais foi determinado o ano de nascimento, observa-se uma pirâmide assimétrica, com crescimento constante até à década de 1975-1984 e um decréscimo na última década com nascimentos registados, 1985 - 1994.

Como se depreendia da evolução do número de arqueólogos em actividade por quinquénio e da análise dos valores relativos de ingresso na actividade também por quinquénio (ponto 5.3.), constata-se que o grupo dos arqueólogos que compõem o universo é tendencialmente jovem, característica influenciada pelo número superior de arqueólogos jovens (nascidos nas décadas mais recentes) que ingressaram na actividade nas últimas duas décadas.

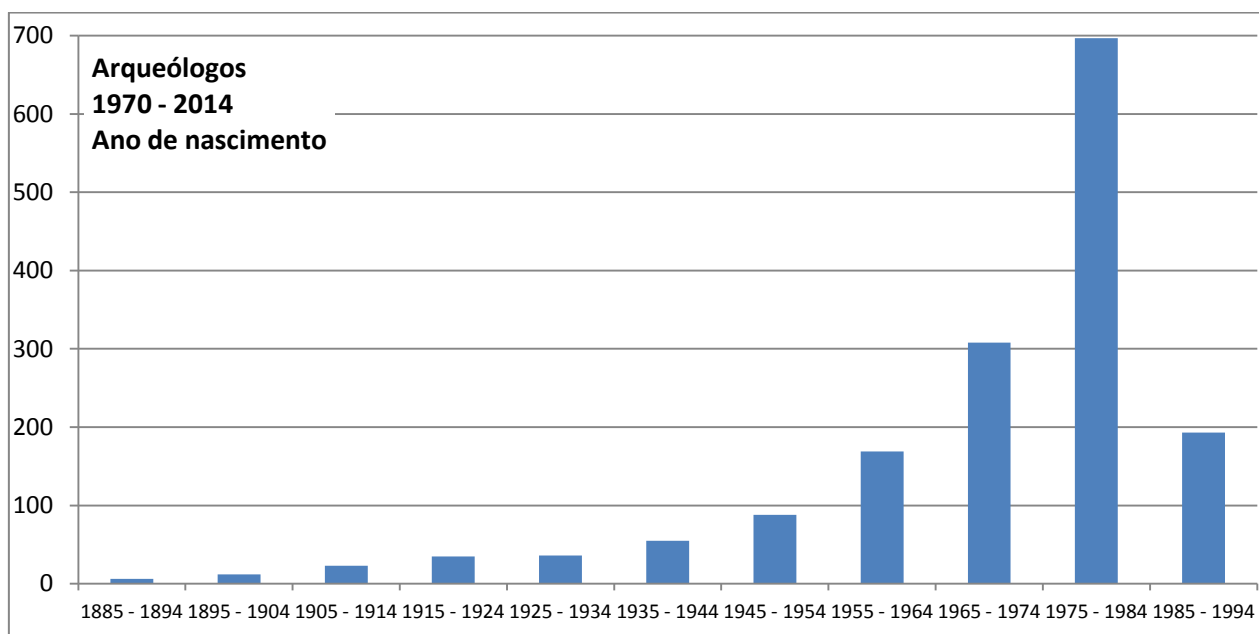


Gráfico 64: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento.

Para análise evolutiva, foi determinada a evolução da média etária⁹³ dos arqueólogos que estiveram em actividade ao longo dos quinquénios do período em estudo. As médias etárias quinquenais situam-se entre os 45 e os 34 anos.

A evolução das médias etárias quinquenais revela o já anteriormente reconhecido rejuvenescimento progressivos dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1970 e 2004. Mais uma vez, esta tendência decorre essencialmente do forte ingresso de jovens no grupo ocorridos na primeira década do século XXI (ver quadro 4). Entre 2000 e 2009 parece registar-se uma estabilização da média etária, seguida de uma subida entre 2010 e 2014.

A observação da linha evolutiva da moda etária⁹⁴ demonstra-se também interessante pois revela que as idades mais frequentes entre os arqueólogos em actividade entre 1970 e 1979 eram mais elevadas que a média etária, característica que sublinha a maturidade do grupo nesta fase. Entre 1980 e 1999 a situação inverte-se: as idades mais frequentes situam-se abaixo da média etária (com uma diferença que atinge um máximo de 15 anos entre 1980 e 1989), sublinhando a juventude do grupo nesta fase. Entre 2005 e 2014 esta relação mantém-se embora com uma diferença inferior (que no último quinquénio é apenas de cinco anos).

⁹³ A média etária dos arqueólogos em actividade no quinquénio foi calculada a partir da idade de cada arqueólogo completada no terceiro ano do mesmo (por exemplo para o quinquénio 1970-1974, a média etária é obtida a partir da idade de cada arqueólogo em actividade no quinquénio, alcançada em 1972).

⁹⁴ A moda etária (valor que ocorre com maior frequência ou mais comum) em actividade no quinquénio foi obtida a partir da idade de cada arqueólogo completada no terceiro ano do mesmo (por exemplo para o quinquénio 1970-1974, a idade alcançada em 1972).

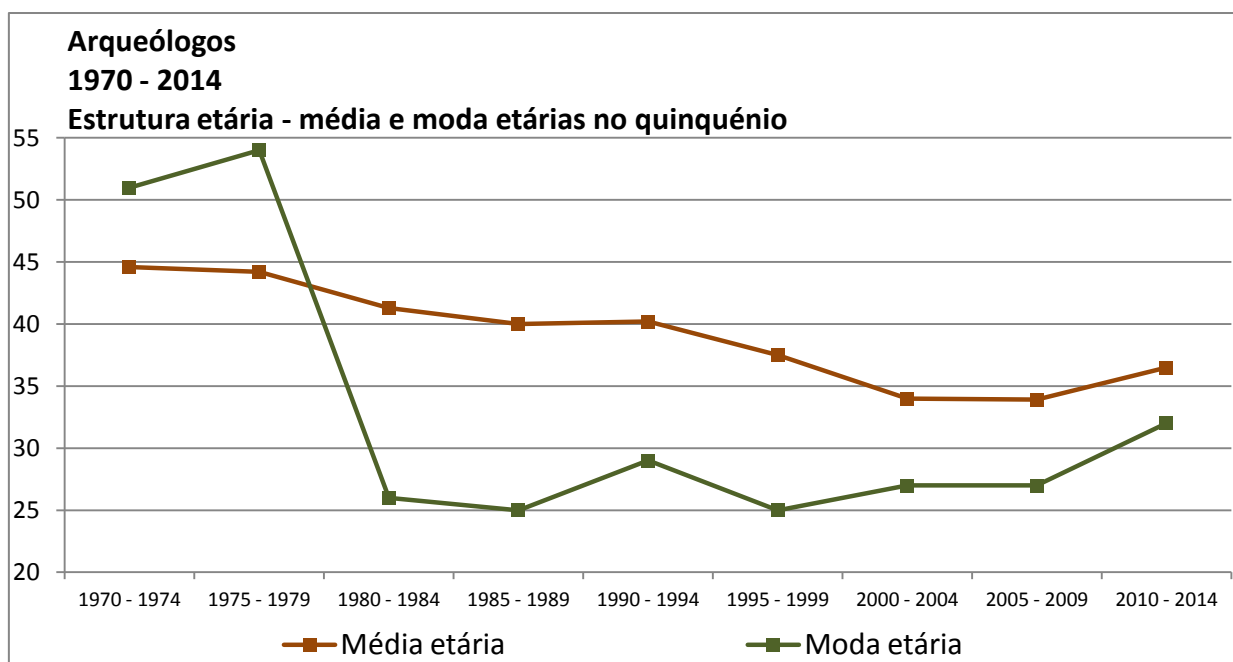


Gráfico 65: Arqueólogos, 1970 - 2014. Estrutura etária - média e moda etárias no quinquénio.

Ainda na análise deste descritor numa perspectiva evolutiva, projectaram-se as idades dos arqueólogos em intervalos etários⁹⁵. Na primeira metade dos anos 70 do século XX os arqueólogos distribuem-se de forma muito homogénea pelos diferentes intervalos etários. A partir de 1975, o intervalo entre os 26 e os 35 anos engloba progressivamente um número maior de indivíduos, até ao final do período em estudo. Ao longo dos 45 anos em análise, as curvas etárias tornam-se cada vez mais diferenciadas e “encostadas” à esquerda. A partir de 2000, o último intervalo etário (>65 anos) é o que regista número menor de indivíduos. Estas características acentuam o carácter progressivamente mais jovem dos arqueólogos em actividade em Portugal. O comportamento quantitativo do intervalo etário entre 36 e os 45 anos é um aspecto eventualmente relevante destes dados, principalmente depois de 2000. O facto de apresentar valores muito inferiores aos do intervalo etário anterior poderá relacionar-se com a intensidade do fenómeno “abandono” da actividade/profissão, já anteriormente referida (ponto 5.3.) (Gráfico 66).

⁹⁵ Foram utilizados os intervalos etários: Até 25, 26-35, 36-45, 46-55, 56-65 e >65.

5.7.1. Estrutura etária/Sexo

A distribuição por sexo da estrutura etária foi analisada partir de ano de nascimento dos arqueólogos que compõem universo com ano de nascimento apurado⁹⁶ (ponto 5.4.3.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981

As estruturas etárias masculinas e femininas revelam algumas diferenças, confirmando observações anteriormente efectuadas. Há mais arqueólogos do que arqueólogas nas décadas mais recuadas, entre 1885 e 1964 (entre 1885 e 1924 nascem apenas três arqueólogas). Entre os indivíduos que integram o universo, há mais arqueólogos do que arqueólogos nascidos entre 1965 e 1994 (Gráfico 67).

Ao longo do período em estudo, as médias etárias de homens e mulheres também evoluíram de forma algo distinta. Já foi anteriormente referida a maior juventude feminina patente nas médias etárias deste sexo ao longo do período em estudo.

Verifica-se que as médias etárias masculinas têm uma tendência descendente entre 1970 e 2014, de 47 para 38 anos. As médias etárias femininas apresentam-se no mesmo sentido até 2004 quando atingem 31 anos (a partir de um máximo de 36 anos entre 1975 e 1979). Mas, entre as mulheres, a diferença entre os valores superior e inferior das médias etárias tem amplitude menor (cinco anos por comparação com os dez anos registados entre os homens). Por fim, nos quinze anos do século XXI estudados a média etária das mulheres subiu (de 31 para 35 anos).

⁹⁶ O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos, com ou sem ano de nascimento apurado.

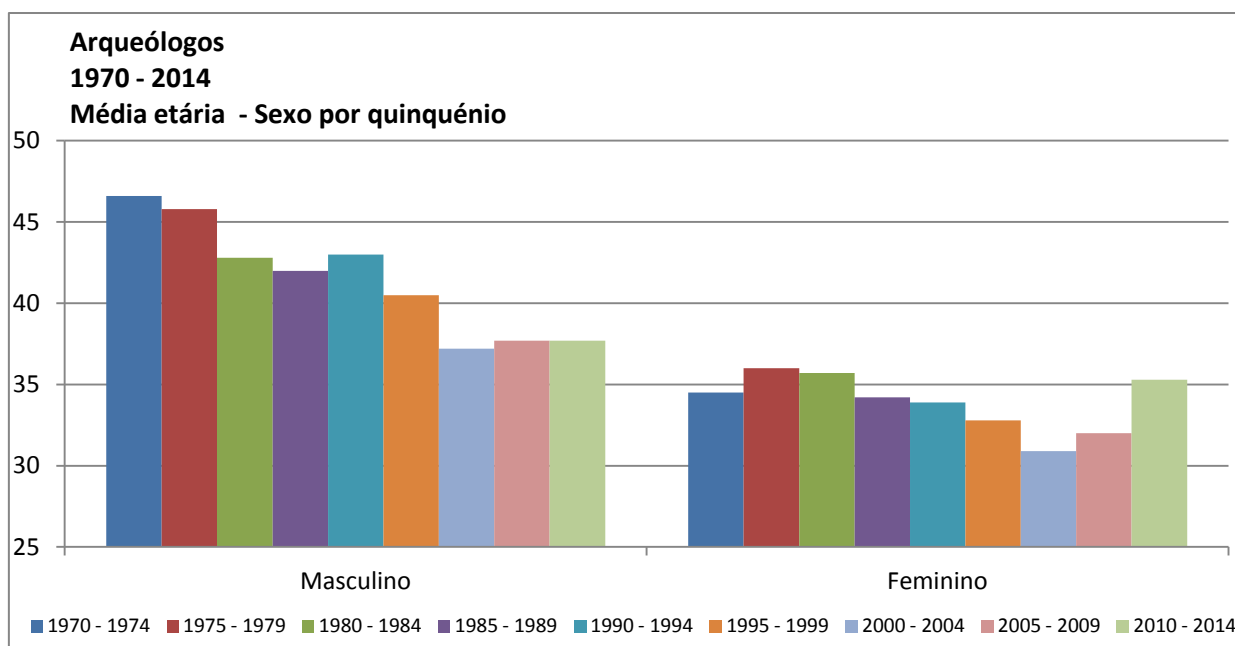


Gráfico 68: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Sexo por quinquénio.

5.7.2. Estrutura etária/Nacionalidade

Foi também analisada a estrutura etária dos arqueólogos a trabalhar em Portugal em função da nacionalidade⁹⁷ (ponto 5.5.2.).

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243

As estruturas etárias portuguesas e estrangeiras revelam algumas diferenças, confirmando observações anteriormente efectuadas.

O número de arqueólogos nascidos em cada década aumenta primeiro gradual (entre 1885 e 1954) e depois intensamente (entre 1955 e 1984). A década de nascimento com maior número de arqueólogos de nacionalidade portuguesa situa-se entre 1975 e 1984. Na década de 1985-1994 nasceram menos arqueólogos portugueses (em actividade em Portugal entre 1970 e 2014).

A década de nascimento com maior número de arqueólogos de nacionalidade estrangeira é anterior à dos portugueses, entre 1965 e 1974. O número de arqueólogos estrangeiros nascidos por década de também vai aumentando até 1944,

⁹⁷ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para todos os arqueólogos, com ou sem ano de nascimento apurado.

descendo nas seguintes. Regista uma forte subida entre 1965 e 1974, voltando a descer entre 1975 e 1994 (Gráfico 69).

Ao longo do período em estudo, as médias etárias de portugueses e estrangeiros também evoluíram de forma algo distinta. Já foi anteriormente referida a maior maturidade do grupo de nacionalidade estrangeira patente nas médias etárias deste subgrupo ao longo do período em estudo.

A média etária dos portugueses desce dos 44 para os 34 anos entre 1970 e 2009, subindo no último quinquénio. A média etária dos estrangeiros apresenta uma tendência estável entre 1974 e 1999 (com valores entre os 50 e os 46 anos), caindo nos últimos quinze anos em estudo para os 40 anos.

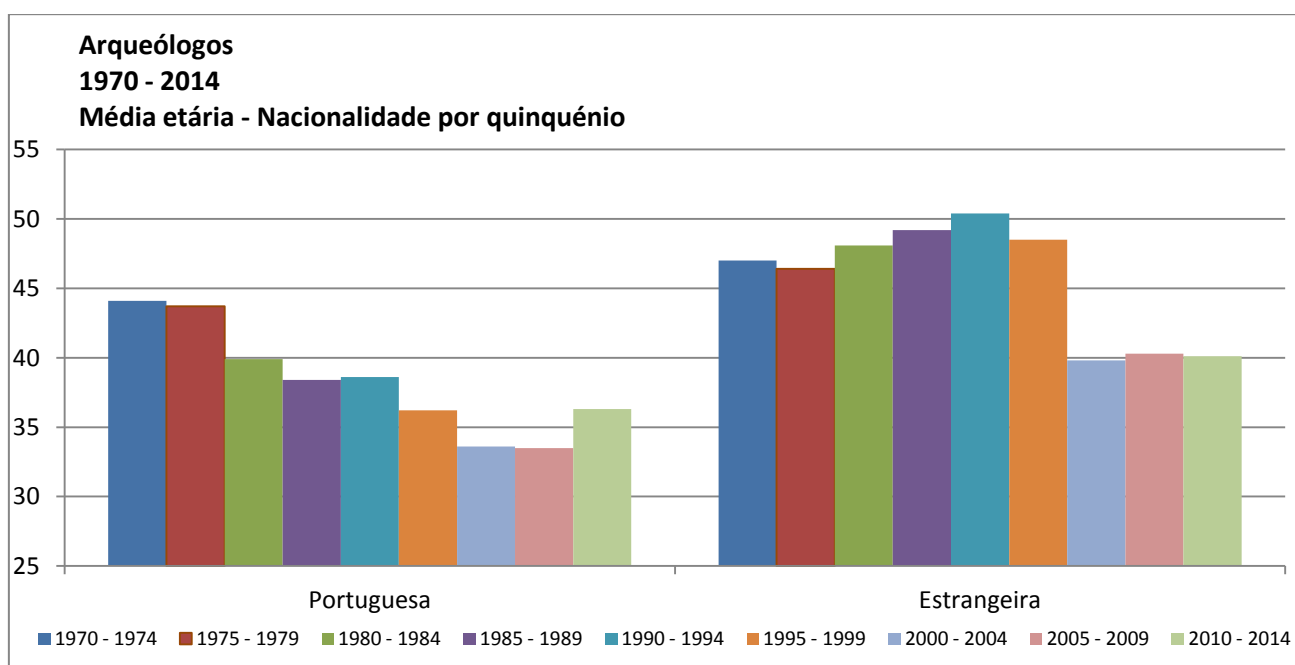


Gráfico 70: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Nacionalidade por quinquénio.

5.7.3. Estrutura etária/Naturalidade

Procurou-se analisar a estrutura etária dos arqueólogos que integram o universo em estudo, de nacionalidade portuguesa, em função da naturalidade⁹⁸ (ponto 5.6.2.).

⁹⁸ Entre os nacionais portugueses, a naturalidade foi apurada para 1173 arqueólogos com ano de nascimento apurado (98%) e 24 arqueólogos sem ano de nascimento apurado (2%).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Num primeiro momento analisaram-se o número de arqueólogos naturais de cada região nascidos por década. As estruturas etárias das regiões de naturalidade apresentam-se semelhantes. Salienta-se apenas o elevado número de arqueólogos nascidos na região de Lisboa e Vale do Tejo na década de 1945-1954, traço não registado nas outras regiões (Gráfico 71).

Ao longo do período em estudo, as médias etárias dos naturais das diversas regiões também evoluíram de forma algo distinta. A evolução na média etária dos naturais das regiões do Norte, Centro e Alentejo é semelhante: decrescente entre 1970 e 2009, seguindo-se uma ligeira subida nos cinco anos seguintes.

A média etária dos arqueólogos nascidos fora do país apresenta a mesma tendência, embora seja durante grande parte do período em estudo claramente inferior e apresente uma distinta fase estável entre 1980 e 2009. A evolução da média etária dos arqueólogos algarvios apresenta diferente tendência (talvez mercê da distorção causada pela reduzida dimensão do subgrupo). Ao contrário dos restantes, os algarvios parecem “envelhecer” entre 1970 e 1994. Entre 1995 e 2014 a média etária deste subgrupo desce dos 41 para os 34 anos (mas deve considerar-se que se contam apenas dois ou três indivíduos em actividade em cada quinquénio).

Por fim, os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam claras e inequívocas (este grupo é muito numeroso) diferenças na evolução deste descritor. A média etária destes arqueólogos é tendencialmente inferior à dos demais até 1989 e é mais estável (apresenta um intervalo máximo de três anos). Talvez por isso, neste subgrupo não se observe a descida de média etária referida para os restantes. Assim, entre os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo a média etária sobe nos primeiros quinze anos em análise, estabiliza entre 1980 e 1994, descende de seguida até 2009. À semelhança dos

restantes portugueses a média etária dos naturais de Lisboa e Vale do Tejo sobe entre 2010 e 2014 (Gráfico 72).

5.7.4. Estrutura etária/Habilitação académica

Foi analisada a estrutura etária dos arqueólogos a trabalhar em Portugal em função da habilitação académica⁹⁹ (ponto 5.8.4.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade com será adiante explicado (ponto 5.8). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Num primeiro momento analisou-se o número de arqueólogos titulares de diferentes tipos de habilitação académica superior (ponto 5.8.) nascidos por década. Não serão analisadas as estruturas etárias dos arqueólogos sem habilitação académica superior e titulares de outras habilitações, devido ao seu reduzido número.

Os subgrupos dos titulares de licenciatura, de mestrado e de doutoramento apresentam distribuições semelhantes nas diferentes décadas de nascimento. Há um número superior de titulares de licenciatura e de mestrado nascidos entre 1885 e 1994, valor que decresce na década seguinte. O número de titulares de licenciatura nascidos entre 1975 e 1984 é particularmente expressivo. Algo similar ocorre entre os titulares de mestrado, embora com valores mais modestos.

O número de arqueólogos titulares de doutoramento nascidos por década cresce suavemente até à década de 1965-1974. Este subgrupo apresenta uma estrutura etária

⁹⁹ Foi apurada alguma informação sobre habilitação académica para 1.613 arqueólogos com ano de nascimento apurado (99%) e 392 arqueólogos sem ano de nascimento apurado (86%).

semelhante aos demais, mas com uma natural retardamento temporal. A década na qual nasceram o maior número destes arqueólogos é a de 1965-1974. A década de 1985-1994 regista no período em estudo uma quebra, pois em actividade arqueológica em Portugal até 2014, naturalmente, não havia nenhum doutor nascido entre 1985-1994.

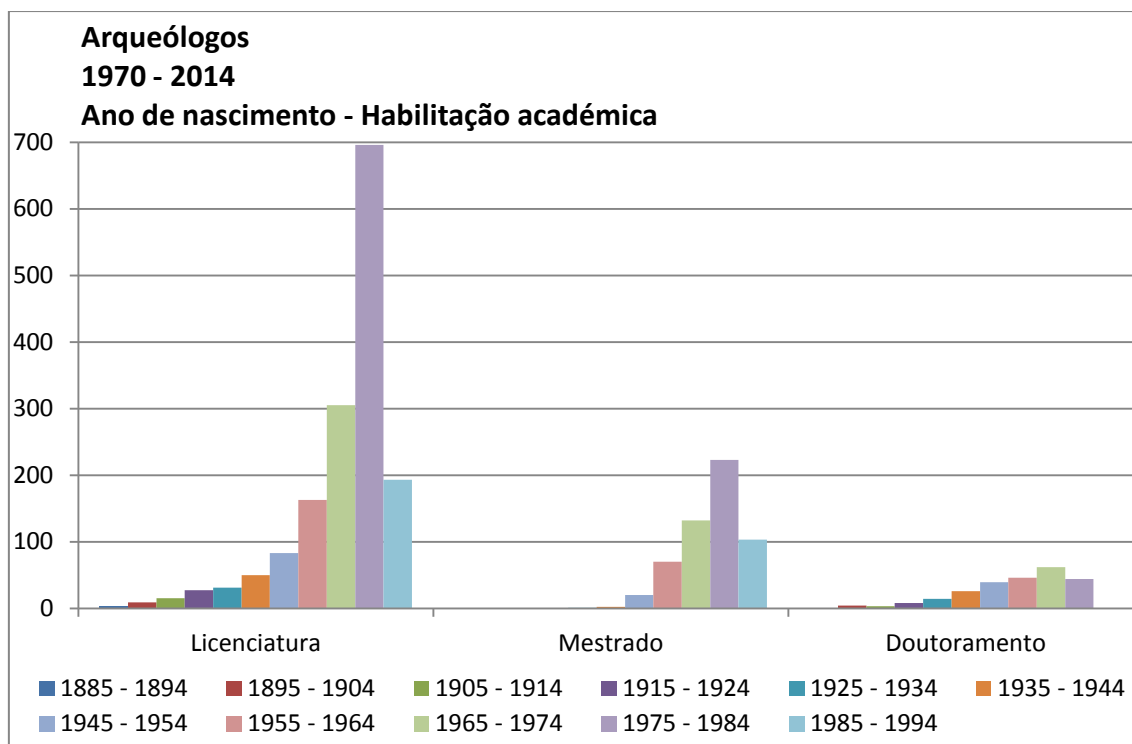


Gráfico 73: Arqueólogos, 1970 - 2014. Ano de nascimento - Habilitação académica.

Ao longo do período em estudo, as médias etárias dos arqueólogos titulares dos diferentes tipos de habilitação académica superior (considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida no quinquénio) também evoluíram de forma algo distinta.

A evolução na média etária dos titulares de licenciatura (o subgrupo mais numeroso) aproxima-se do padrão mais comum no universo em estudo: decrescente entre 1970 e 2009 (dos 45 para os 31 anos) e crescente nos cinco anos seguintes (35 anos).

As médias etárias dos titulares de mestrado e de doutoramento nos diversos quinquénios são muito equilibradas. No caso dos mestres situa-se entre os 32 e 37 anos. No caso dos doutores é, naturalmente, mais elevada, situando-se entre os 46 e 49 anos de idade.

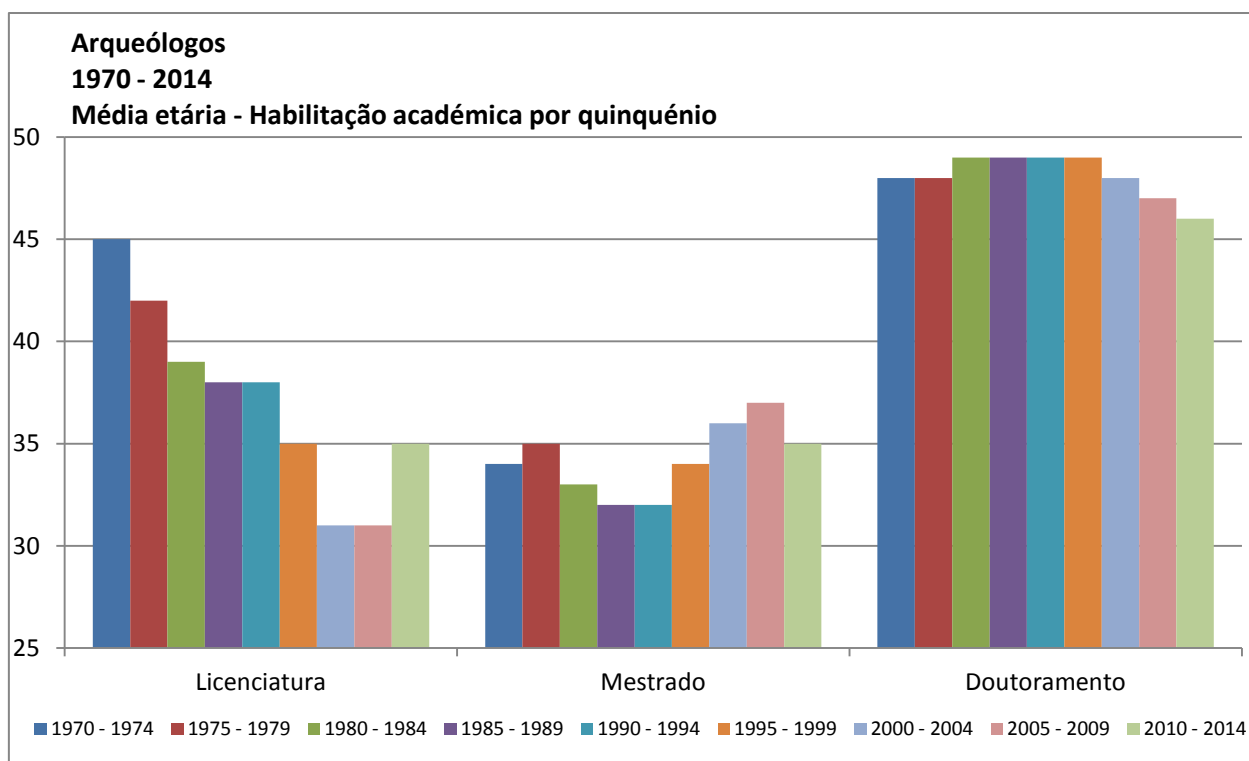


Gráfico 74: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Habilitação académica por quinquénio.

5.7.5. Estrutura etária/Forma de exercício da actividade

Analisou-se igualmente a estrutura etária dos arqueólogos a trabalhar em Portugal em função da forma de exercício da actividade¹⁰⁰ (ponto 5.9.4.). Lembra-se que um arqueólogo pode ter exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ter registado ambas, ou ter alternado entre as duas formas de exercício da actividade. Nesta análise deve considerar-se o reduzido peso relativo dos arqueólogos amadores no universo em estudo (ponto 5.9.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos amadores com profissão apurada - 170

O número de arqueólogos amadores nascidos por década regista um suave crescimento entre 1885 e 1964, atingindo um valor máximo na década de 1955-1964.

¹⁰⁰ A (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 1.608 arqueólogos com ano de nascimento apurado (99%) e 414 arqueólogos sem ano de nascimento apurado (91%).

A partir de 1965 e até 1994 e o nascimento de amadores diminuiu quase até ao valor nulo.

O número de arqueólogos profissionais (o subgrupo mais numeroso) nascidos por década aproxima-se do padrão mais comum no universo, subindo entre 1885 e 1994, diminuindo na década seguinte e atingindo o valor máximo na década de 1975-1984 (Gráfico 75).

Ao longo do período em estudo, as médias etárias dos arqueólogos amadores e profissionais caracterizam-se pela estabilidade. As médias etárias entre os amadores nos vários quinquénios situam-se entre os 48 e os 52 anos. Os profissionais são genericamente muito mais jovens. As médias etárias destes situam-se entre os 34 e os 39 anos, vislumbrando-se também aqui uma tendência de rejuvenescimento entre 1970 e 2009, seguida de um aparente e ligeiro envelhecimento nos cinco anos seguintes.

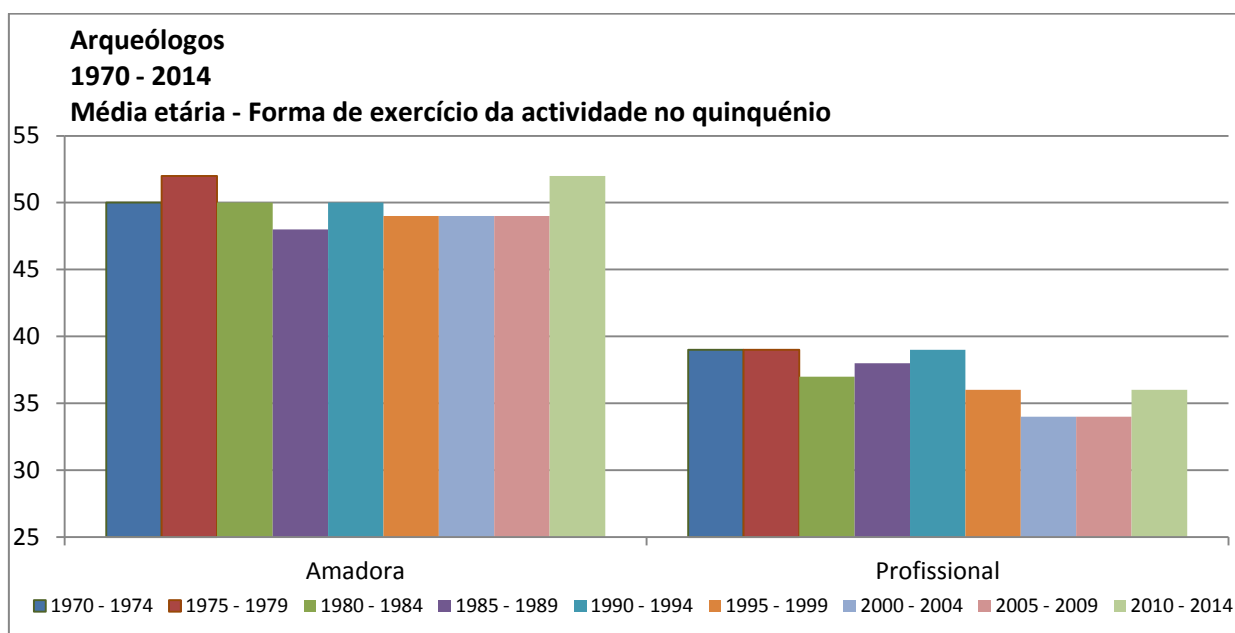


Gráfico 76: Arqueólogos, 1970 - 2014. Média etária - Forma de exercício da actividade no quinquénio.

5.7.6. Estrutura etária/Vínculo, relação ou situação laboral

Foi analisada a estrutura etária dos arqueólogos profissionais em função do vínculo, relação ou situação laboral¹⁰¹ (ponto 5.10.4.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral, ou acumular ou alternar entre vários. Deve atender-se ainda à já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor (ponto 5.10.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

A evolução do número de profissionais independentes, bolseiros e investigadores e empresários (tipos de vínculo, relação ou situação laboral que abrangem a maioria e os mais jovens dos arqueólogos que compõem o universo em estudo) nascidos por década aproxima-se do padrão mais comum no universo, com crescimento entre 1885 e 1994, diminuição na década seguinte e valor máximo na década de 1975-1984. Regista-se contudo que, como é natural, entre os empresários há um número muito baixo de arqueólogos nascidos entre 1985 e 1994.

Neste descritor, os trabalhadores dependentes são o subgrupo atípico, uma vez que nasceram em número crescente apenas até à década de 1965-1974, na qual nasceu o maior número de arqueólogos. Os arqueólogos com vínculo laboral dependente nascidos entre 1975 e 1984 são numerosos, mas não os mais numerosos, como ocorre com os demais colegas (Gráfico 77).

Na evolução quinquenal restringe-se a observação gráfica ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir desequilíbrios mais acentuados nas relações laborais.

Entre 1990 e 2014, as médias etárias dos arqueólogos independentes, com vínculo dependente, bolseiros/investigadores e empresários caracterizam-se por uma relativa estabilidade. As médias etárias quinquenais dos arqueólogos independentes situam-se

¹⁰¹ Entre os profissionais, o (ou os) vínculo, relação ou situação laboral foi apurado para 1.497 arqueólogos com ano de nascimento apurado (99%) e 333 arqueólogos sem ano de nascimento apurado (97%).

entre os 30 e os 33 anos; as dos trabalhadores por conta de outrem situam-se entre os 37 e os 42 anos; as dos bolseiros e investigadores situam-se entre 30 e os 32 anos; as dos empresários são um pouco mais heterogéneas, situando-se entre os 32 e os 39 anos. Tendencialmente as médias etárias dos quatro subgrupos são mais elevadas entre 2010 e 2014.

Por fim, salienta-se que os arqueólogos independentes, os bolseiros e investigadores e (um pouco menos) os empresários registam médias etárias tendencialmente mais baixas que as dos arqueólogos com vínculo dependente.

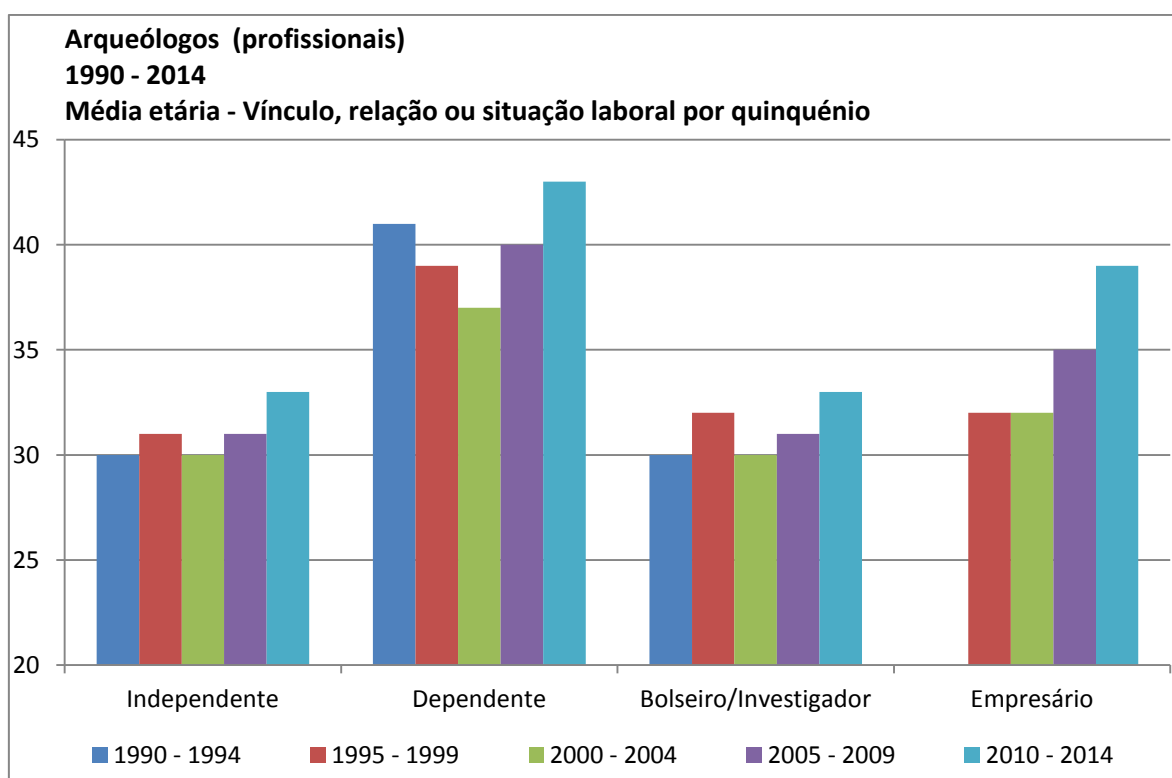


Gráfico 78: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Média etária - Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.

5.7.7. Estrutura etária/ Enquadramento institucional

Finalmente analisou-se a estrutura etária em função do enquadramento institucional da actividade (amadora ou profissional) dos arqueólogos, entre 1970 e 2014¹⁰² (ponto 5.11.4.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias, registando diversos tipos de enquadramento institucional ou alternando entre eles.

¹⁰² O (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 1.574 arqueólogos com ano de nascimento apurado (97%) e 397 arqueólogos sem ano de nascimento apurado (87%).

Deve atender-se ainda à já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor (ponto 5.11.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

A evolução do número de arqueólogos que trabalham enquadrados por administração pública local, associações, universidades e unidade de investigação portuguesas, empresas de arqueologia, outro tipo de empresas e ainda dos que trabalham sem enquadramento institucional, nascidos por década aproxima-se do padrão mais comum no universo, com crescimento entre 1885 e 1984, diminuição na década seguinte e valor máximo na década de 1975-1984. Nestes subgrupos registam-se essencialmente diferenças ao nível dos valores de frequência.

No caso deste descritor as excepções são constituídas pelos arqueólogos que trabalham na administração pública central e em universidades e unidades de investigação estrangeiras.

Tal como se verificou para os profissionais com vínculo laboral dependente, o número de arqueólogos da administração pública central nascidos por década aumenta entre 1885 e 1974, década que concentra o grosso desta faixa etária. Os arqueólogos que trabalham no Estado nascidos entre 1975 e 1984 são numerosos, mas não os mais numerosos, como ocorre com os colegas que trabalham com outros enquadramentos institucionais.

O número de arqueólogos que trabalham em universidades e unidade de investigação estrangeiras nascidos por década tem uma distribuição distinta. Os valores aumentam entre 1885 e 1944. O número de arqueólogos nascidos entre 1945 e 1964 é menor; sobe a dos nascidos entre 1965 e 1974; e volta a diminuir nas duas décadas seguintes. Não parece assim haver uma tendência bem definida na estrutura etária deste subgrupo (Gráfico 79).

Ao longo do período em estudo, as médias etárias dos arqueólogos que trabalham com distintos tipos de entidades de enquadramento e sem enquadramento institucional evoluíram de forma algo diferente.

Em primeiro lugar deve notar-se, mais uma vez, a maior juventude dos arqueólogos que trabalham em empresas de arqueologia, noutro tipo de empresas e sem enquadramento institucional. Os arqueólogos que trabalharam na administração pública local no quinquénio de 2000-2004 registam uma média etária particularmente baixa (33 anos) mais comum nos enquadramentos institucionais surgidos mais recentemente.

Em segundo lugar, salienta-se que o enquadramento do trabalho dos arqueólogos em empresas de arqueologia e noutro tipo de empresas é recente, iniciando-se apenas na segunda metade dos anos 90 do século XX.

Entre os arqueólogos que trabalham na administração pública central e local, em associações e em empresas de arqueologia (neste caso apenas em parte) parece desenhar-se uma mesma tendência de evolução nas suas médias etárias. Esta tendência caracteriza-se por uma fase descendente seguida de uma fase ascendente, configurando uma linha evolutiva em forma de segmento de círculo. As médias etárias são diferentes e os quinquénios “mais e menos jovens” por vezes também, mas a tendência tem configuração semelhante.

A evolução da média etária dos arqueólogos que trabalham em universidades e unidades de investigação portuguesas desce consideravelmente entre o quinquénio de 1970-1974 (50 anos) e os seguintes, reflexo dos ingressos jovens após a Revolução de 1974. Entre 1975 e 2014, observa-se entre estes arqueólogos médias etárias relativamente estáveis (entre 38 e 42 anos).

A média etária dos arqueólogos que trabalham em universidades e unidades de investigação estrangeiras ao longo de todo o período em estudo tende para a estabilidade, situando-se entre os 41 e 49 anos, senioridade relacionada com o momento em que normalmente os investigadores estrangeiros mais habilitados e curricularmente experientes iniciam projectos em Portugal.

O trabalho em empresas fora da área arqueológica parece inicialmente (entre 1995 e 1999) ter enquadrado arqueólogos mais velhos (35 anos em média), mas

posteriormente e até 2014 alargou-se aos mais jovens (entre os 29 e os 33 anos em média).

O trabalho sem enquadramento institucional reveste-se de natureza muito distinta ao longo do período em estudo (ponto 5.11.), não sendo por isso de estranhar que as médias etárias deste grupo sejam um pouco errantes. De qualquer forma, aparentemente, num momento inicial esta situação é característica de arqueólogos mesmo muito jovens, a que se segue, entre 1990 e 2009 uma fase de estabilidade etária (entre os 30 e os 31 anos), terminando com um ligeiro envelhecimento no quinquénio de 2010-2014 (Gráfico 80).

5.7.8. As idades dos arqueólogos

As idades dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014 são um precioso indicador para a história recente da Arqueologia portuguesa.

A estrutura etária dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014 foi caracterizada a partir da evolução do número de indivíduos nascidos por década. A análise destes dados ao longo de todo este capítulo deve ter presente que a última década considerada - 1985-1994 - é uma década incompleta. De facto, em 2014 os natos neste intervalo temporal tinham entre 20 e 29 anos de idade. Aliás, no universo em estudo registaram-se arqueólogos nascidos apenas até 1993. Tal significa que posteriormente a 2014, necessariamente há mais arqueólogos nascidos nesta década a entrar na actividade arqueológica. Assim, é natural que os valores relativos aos arqueólogos nascidos entre 1985 e 1994 estejam “incompletos” devido ao limite imposto pelo período em estudo, devendo ser observados sempre nesta perspectiva, nomeadamente no que se refere à diminuição do seu número.

A distribuição do número de arqueólogos nascidos por década revela crescimento constante entre 1885 e 1984, a que se segue a já referida diminuição entre 1985 e 1994. A evolução das médias e modas etárias dos arqueólogos revela um grupo progressivamente mais jovem pelo menos até ao final do século XX. Entre 2000 e 2014 parece desenhar-se uma estabilização na estrutura etária, a confirmar em análises futuras com período mais alargado (Bugalhão, 2017b, p. 23; 29). Esta característica reflecte uma evolução expectável, pois um número expressivo de ingressos jovens

gera percursos profissionais mais longos e o consequente “envelhecimento” dos profissionais ao longo das décadas.

Na distribuição por sexo, verificou-se que no início do período em estudo, há menos arqueólogas nascidas por década do que arqueólogos, situação que se equilibrou até ao fim do mesmo. A média etária das mulheres é tendencialmente inferior à dos homens, embora esta diferença se vá atenuando (Bugalhão, 2017b, p. 29). Entre 2005 e 2014, verifica-se uma subida da média etária feminina que poderá relacionar-se com o abandono da actividade por mulheres em idade sociologicamente fértil. Analisada a média etária de homens e mulheres em pirâmide, no final do período em estudo, verifica-se prevalência do género feminino até aos 45 anos, e a ainda persistente prevalência do género masculino no intervalo etária acima dos 46 anos. Em consonância, o relatório DISCO Portugal (APA, 2014, p. 36-37) tendo como referência o ano de 2014, sustenta que acima dos 50 anos há mais arqueólogos que arqueólogas, conclusão compatível com os resultados aqui apresentados.

Se as tendências observadas se mantiverem, é possível que a curto prazo o género feminino se consolide como maioritário em todos os intervalos etários. Mas esse não é um dado adquirido, uma vez que existem alguns indicadores no sentido da estabilização numérica entre os dois sexos.

Os arqueólogos de nacionalidade estrangeira são tendencialmente mais velhos que os portugueses (Bugalhão *et al.*, no prelo). No número de arqueólogos deste subgrupo nascidos por década verifica-se uma descida na década de 1975-1984. A média etária dos estrangeiros é relativamente estável até 1999, registando-se uma clara descida nos últimos quinze anos em estudo. Estas duas observações poderão relacionar-se com a entrada dos estrangeiros na Arqueologia preventiva e de mercado no início do século XXI (Bugalhão, 2017b, p. 27) e com a subsequente crise económica que afectou consideravelmente a Arqueologia portuguesa.

As estruturas etárias dos arqueólogos portugueses nascidos nas diversas regiões do país e fora deste são relativamente semelhantes, embora pareça verificar-se que os naturais da região de Lisboa a Vale do Tejos e de fora do país são ligeiramente mais jovens que os demais.

Também é semelhante a evolução nas estruturas etárias dos arqueólogos titulares de distintas habilitações académicas superiores. Os licenciados têm média etária

progressivamente mais baixa entre 1970 e 2009. Os mestres e doutores apresentam médias etárias estáveis ao longo do período em estudo. Entre 2010 e 2014, os licenciados e os mestres têm em média 35 anos. Os doutores têm em média 46 anos. As médias etárias dos arqueólogos amadores e profissionais são estáveis ao longo do período em estudo, embora os profissionais sejam mais jovens.

A estrutura etária de arqueólogos profissionais independentes, bolseiros e investigadores e empresários é semelhante entre si e distinta da dos arqueólogos que trabalham por conta de outrem. Os trabalhadores independentes e bolseiros/investigadores - mais precários do ponto de vista laboral - são mais jovens que os dependentes - menos precários do ponto de vista laboral. Os arqueólogos empresários marcam presença na Arqueologia portuguesa desde 1995, sendo num primeiro momento tendencialmente jovens e amadurecendo no final do período em estudo, sugerindo a sua permanência na actividade empresarial, conjugadamente com a diminuição do número de novos empresários.

As estruturas etárias dos arqueólogos com enquadramentos institucionais distintos apresentam algumas diferenças. Os arqueólogos que trabalham em empresas de arqueologia, em outro tipo de empresas e sem enquadramento institucional são os mais jovens, em resultado da evolução ao nível do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos, em que são os mais jovens que preenchem as situações novas ou emergentes.

Registou-se uma fase de intenso rejuvenescimento entre os arqueólogos que trabalhavam na administração pública local no quinquénio de 2000-2004, reflexo do processo de afirmação e crescimento do poder local democrático, bem como do aumento de ingressos, entre outros factores muito promovido pelo então IPA. A média etária dos arqueólogos que trabalham em universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras tem-se mantido estável, em valores um pouco acima dos colegas que trabalham essencialmente em Arqueologia preventiva.

5.8. Habilitação académica

Foram analisadas as habilitações académicas detidas ou obtidas pelos arqueólogos que integram o universo no período em estudo. Consideraram-se as seguintes categorias:

“Sem habilitação académica superior”, “Outras habilitações académicas não secundárias”, “Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha”, Mestrado/2.º ciclo de Bolonha” e “Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha”.

Na categoria “Outras habilitações académicas não secundárias” integraram-se as qualificações académicas subsequentes ao ensino secundário, não obtidas em estabelecimento de ensino superior. Enquadram-se nesta categoria os estudos religiosos, militares e do chamado “magistério primário”, outros cursos conferentes de grau académico “médio”, ou ainda cursos de ensino informal (por exemplo o curso de conservador de museu). Este tipo de habilitação característico da fase mais recuada do período em estudo foi considerado neste trabalho “habilitação superior”. No texto a categoria “Outras habilitações académicas não secundárias” será referida abreviadamente como “Outras habilitações”.

Relativamente à Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha, ao Mestrado/2.º ciclo de Bolonha e ao Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha, serão analisados o grau, área científica, ano de diploma e estabelecimento de ensino superior. No texto estas categorias serão referidas abreviadamente como “licenciatura”, “mestrado” e “doutoramento”.

Salienta-se ainda que entre cada arqueólogo e a respectiva habilitação académica não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular de um ou vários tipos de habilitação académica que vai adquirindo ao longo do período em estudo.

Como referido nos capítulos 3 e 4, a recolha de informação relativa às habilitações académicas recorreu a diversas fontes. Procurou-se reunir o máximo de informação segura, de preferência de fonte oficial, ou disponibilizada/registada pelos próprios arqueólogos. Ainda assim, nem sempre foi possível encontrar informação e, quando encontrada, nem sempre foi possível recolher dados completos. Por exemplo é frequente existir informação sobre o grau académico de que um arqueólogo é titular, mas permanecer indeterminada a sua área científica, o ano da sua aquisição, ou a universidade em que foi obtido. Desta forma, embora se tenha procurado maximizar a informação segura recolhida (“graus académicos apurados”), adverte-se para o carácter lacunar e eventualmente impreciso da mesma.

Na análise quantitativa global deste descritor considerou-se cumulativamente o conjunto das habilitações detidas ou obtidas por cada arqueólogo em todo período em

estudo. Na análise evolutiva, considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida por cada arqueólogo em cada quinquénio.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos cujas habilitações académicas foram apuradas, 1% não possuía habilitação académica superior. Assim, 99% dos arqueólogos com algum tipo de informação desta natureza apurada, em algum momento anterior ou durante o período em estudo, adquiriu habilitação académica superior.

Entre os arqueólogos com habilitação superior (ou equivalente à época) registaram-se 1% de outras habilitações (na maioria estudos religiosos), 98% titulares de licenciatura, 31% titulares de mestrado e 15% de titulares de doutoramento.

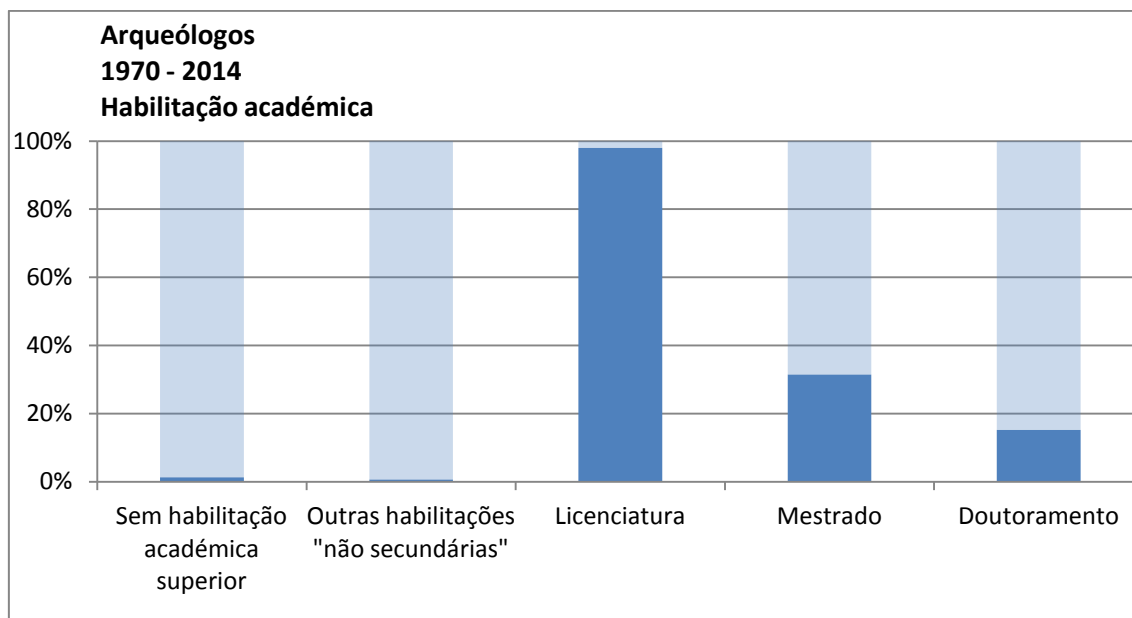


Gráfico 81: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica.

Na análise evolutiva verificou-se que, como já foi referido, o número de arqueólogos sem habilitação académica superior é residual e vai-se reduzindo ao longo do período em estudo. Ainda assim, os valores registados neste subgrupo são alimentados, de forma significativa, por estudantes de licenciatura que ainda antes de obterem este grau iniciam a sua actividade como arqueólogos. Embora se registem alguns arqueólogos que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino superior, a maioria dos arqueólogos sem habilitação académica superior aqui considerados são de facto estudantes, situação recorrente até 2004.

O subgrupo detentor de outras habilitações é muito pequeno¹⁰³ e extingue-se ao longo do período em estudo (a partir de 2005).

A licenciatura, grau mais numeroso, regista valores crescentes entre 1970 e 2009, verificando-se um salto quantitativo assinalável entre 1995 e 2009, fase de maior expansão da actividade arqueológica preventiva. Entre 2010 e 2014, observa-se uma quebra, que poderá vir a ser compensada como os novos ingressos que ocorreram nos anos seguintes a 2014.

No mestrado observa-se uma curva ascendente entre 1970 e 2014, com especial ímpeto entre 1994 e 2014. É importante notar que, desde 2008, de forma ainda algo intermitente e, desde 2014, por exigência regulamentar (RTA/2014), os novos profissionais que ingressam na actividade, pelo menos na direcção de trabalhos arqueológicos de campo, na prática¹⁰⁴, têm obrigatoriamente de ser detentores de licenciatura e mestrado.

O doutoramento regista também valores crescentes ao longo do todo o período em estudo, embora com valores absolutos inferiores. No caso deste grau, parece verificar-se um aumento de graduações a partir de 2005 e principalmente de 2010.

¹⁰³ Foram apurados 25 diplomas/cursos.

¹⁰⁴ O RTA/2014 impõe como requisito para a direcção de trabalhos arqueológicos a titularidade de grau académico que inclua 180 créditos curriculares na área científica da Arqueologia, o que na prática só é possível com mestrado ou doutoramento.

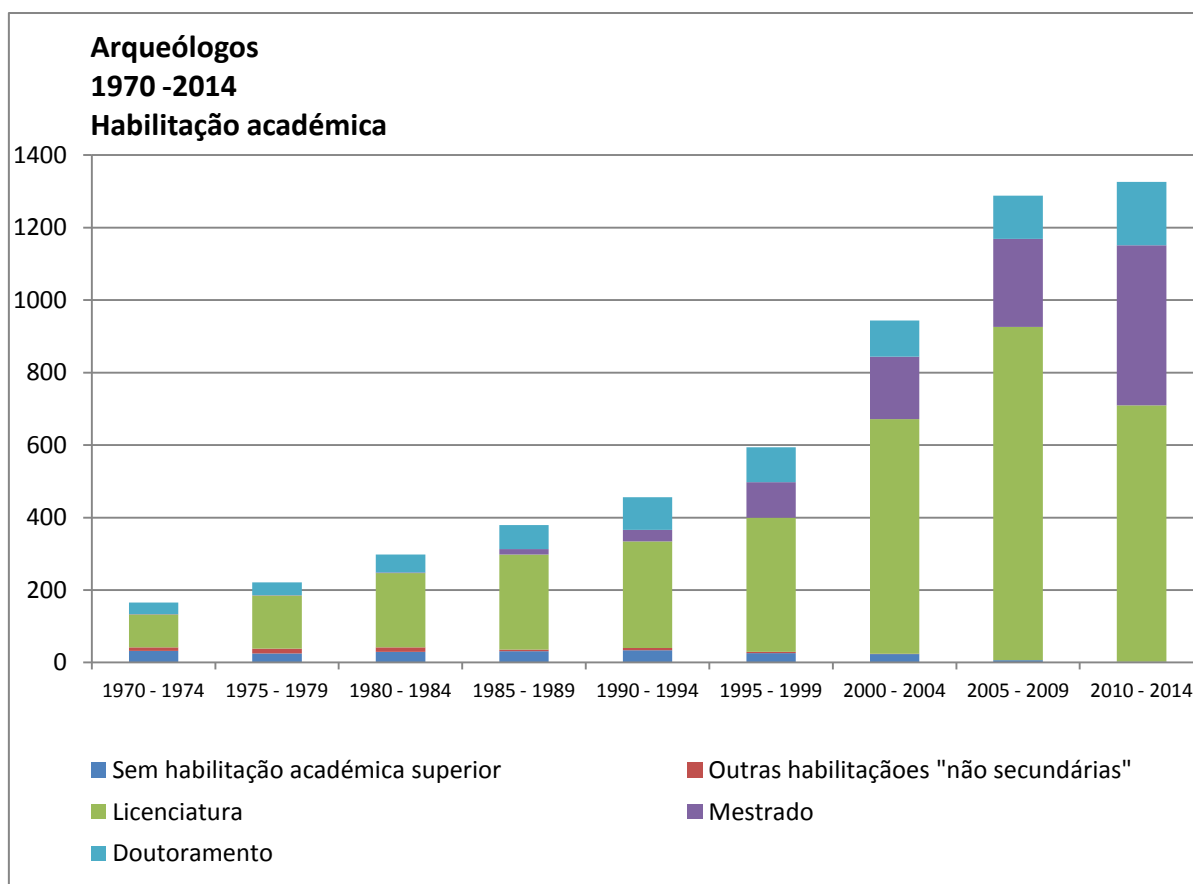


Gráfico 82: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habitação académica por quinquénio.

Relativamente às habilitações académicas, foi também analisada a área científica (ou, em alguns casos aplicada) dos estudos¹⁰⁵. Regista-se uma grande variedade de áreas científicas, nomeadamente, Engenharia, Direito, Medicina, Ciências, Filosofia, Estudos Religiosos, Museologia, Geologia, Humanidades, Ciências Sociais, Arquitectura, Conservação e Restauro, Estudos Militares, Farmácia, Geografia, Informática, Magistério Primário e Matemática. Contudo e como seria de esperar, as áreas científicas de formação académica mais frequentes são a Arqueologia (com 73% dos graus), a História (com 15% dos graus), a Antropologia e o Património Cultural (com 2% cada).

¹⁰⁵ Foram apuradas áreas científicas/aplicadas de 2.331 graus académicos (79% dos apurados).

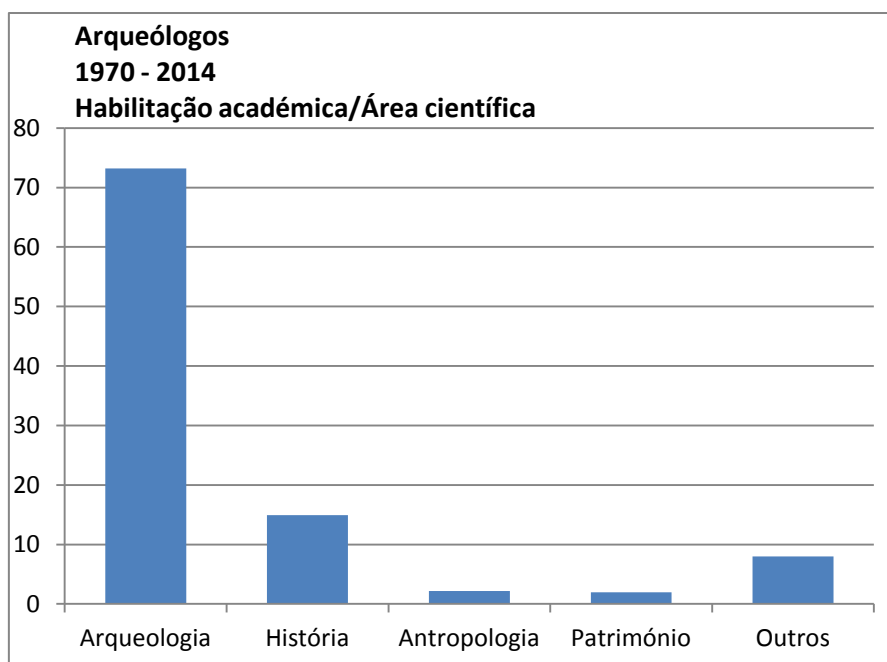


Gráfico 83: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Área científica.

Relativamente ao momento de aquisição da habilitação académica, a situação é muito dinâmica¹⁰⁶. São frequentes as situações em que os arqueólogos iniciam a sua actividade sem deter qualquer grau académico superior (nas fases precoces do período em estudo), ou enquanto estudantes do ensino superior, ou com a habilitação académica mínima exigida regulamentarmente: inicialmente, licenciatura e posteriormente, mestrado, como referido. São também comuns os casos em que os arqueólogos, num momento mais avançado da sua vida profissional, vão adquirindo graus académicos superiores ou especializando a área científica da sua formação. Como foi mencionado, o ano de aquisição do grau académico relevou para a determinação da habilitação académica no quinquénio anteriormente abordada.

Por fim, foram ainda analisados os estabelecimentos de ensino superior nos quais os arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014 obtiveram os seus graus académicos¹⁰⁷ (capítulo 4).

Conforme esperado, as mais antigas universidades portuguesas de ensino de humanidades, nas quais se ministram tradicionalmente as Ciências Históricas e a Arqueologia, são aqueles onde maior número de graus académicos foi obtido: a FLUP

¹⁰⁶ Foram apurados os anos de obtenção de 2.128 graus académicos (72% dos apurados).

¹⁰⁷ Foram apurados os estabelecimentos de ensino superior de 1.987 graus académicos (68% dos apurados).

(com 19% dos graus), a FLUL (18%) e a FLUC (16%). Seguem-se os estabelecimentos de ensino superior mais recentes: a FCSH-UNL (11%), a Universidade do Minho (6%), a Universidade de Évora (3%), a Universidade do Algarve (2%) e o Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro¹⁰⁸ (2%). Por fim, e ainda preferencialmente na área científica da Arqueologia, 16% dos graus académicos dos arqueólogos em actividade em Portugal no período em estudo foram obtidos em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros. Há ainda a registar 7% de graus académicos obtidos em outros estabelecimentos de ensino superior portugueses, normalmente em áreas científicas distintas da Arqueologia e História.

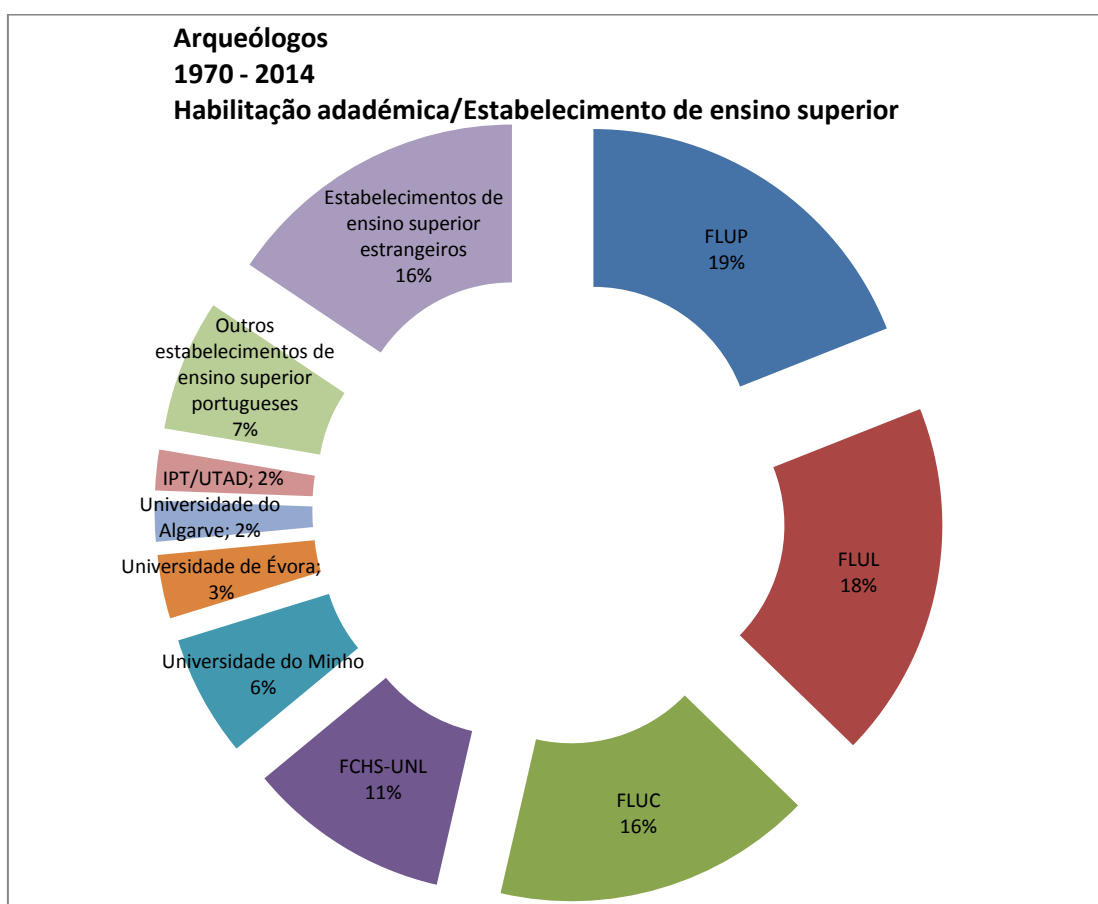


Gráfico 84: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica/Estabelecimento de ensino superior.

5.8.1. Habilitação académica/Sexo

Foram já abordadas as diferenças de género na obtenção de grau académico superior (ponto 4.3.4.). Os dados oficiais apontam para uma predominância do sexo feminino

¹⁰⁸ Aqui agrupados pois, durante os período em estudo conferiram frequentemente graus académicos em associação.

nos diplomados em Arqueologia em Portugal desde 1995. Crê-se que até 1990 na formação superior dos arqueólogos em Portugal, a situação fosse diversa, salientando-se aliás, que até essa data a formação académica específica em Arqueologia era ainda emergente.

Foi analisada a informação relativa às habilitações académicas arqueólogos efectivamente em actividade no país, entre 1970 e 2014 que integram o universo¹⁰⁹ (ponto 5.4.4.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica (não secundária) - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981

Analisada a distribuição por sexo das qualificações académicas destes arqueólogos, verificam-se algumas semelhanças e distinções. Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos do sexo masculino regista-se 2% sem habilitação académica superior, 1% titulares de outras habilitações; 96% detentores do grau de licenciatura, 29% titulares de mestrado e 19% titulares de doutoramento. O peso relativo das arqueólogas sem habilitações académicas superiores e titulares de outras habilitações é inferior ao dos homens (ambos rondam os 0,1%). Praticamente todas as mulheres do universo em estudo são titulares de licenciatura (99,8%). Entre o sexo feminino registaram-se ainda 34% de mestres (acima do valor relativo masculino) e 11% de doutoras (abaixo do valor relativo masculino).

¹⁰⁹ O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos, com ou sem habilitação académica apurada.

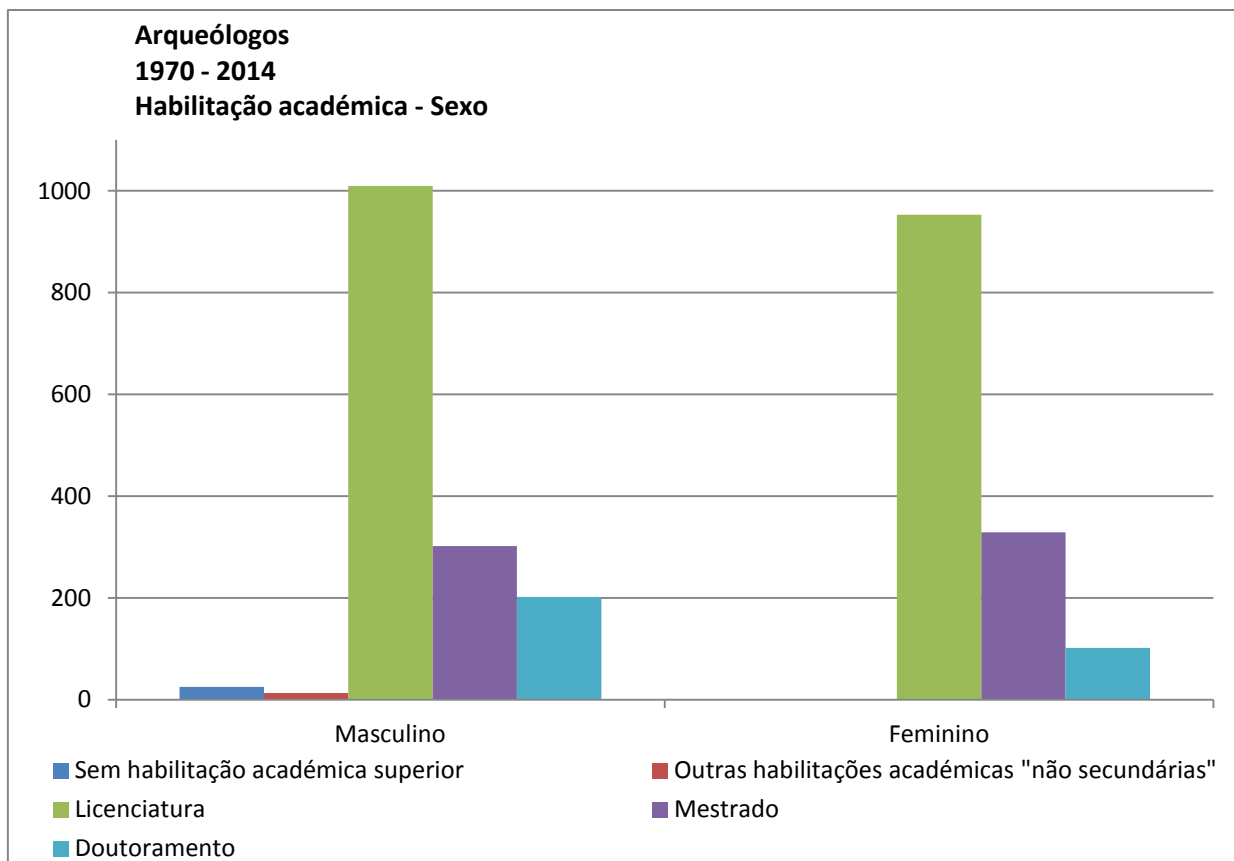


Gráfico 85: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habitação académica - Sexo.

A análise evolutiva da distribuição das diferentes habilitações académicas por sexo confirma naturalmente que os arqueólogos sem habilitações académicas são predominantemente homens. Também as outras habilitações estão praticamente omissas entre as mulheres e entre os homens vão decrescendo até ao desaparecimento entre 2000 e 2004.

Até 1999 os licenciados são mais numerosos que as licenciadas. Entre 2000 e 2009 a situação inverte-se passando as mulheres a predominar neste grau. No último quinquénio em análise o número de homens e mulheres licenciadas é muito equilibrado.

O caso dos mestrados é interessante, pois tratando-se de um grau que se generaliza apenas a partir dos anos 90 do século XX apresenta sempre frequências muito equilibradas entre homens e mulheres. Há mais mulheres que homens com mestrado, a partir de 2005. Finalmente, em todo o período em estudo, há mais doutorados entre os homens que entre as mulheres, embora a diferença de frequência entre os dois sexos se vá estreitando (Gráfico 86).

Como já foi anteriormente referido, na formação académica as mulheres são ligeiramente mais especializadas (em Arqueologia) e os homens têm formação em áreas científicas um pouco mais diversificadas. Entre os homens registam-se 74% de diplomados em Arqueologia; entre as mulheres este valor atinge os 91%. Nas outras áreas científicas (nomeadamente na História e o Património, a percentagem entre os homens é superior à registada entre as mulheres. Há mais mulheres formadas em Antropologia que homens.

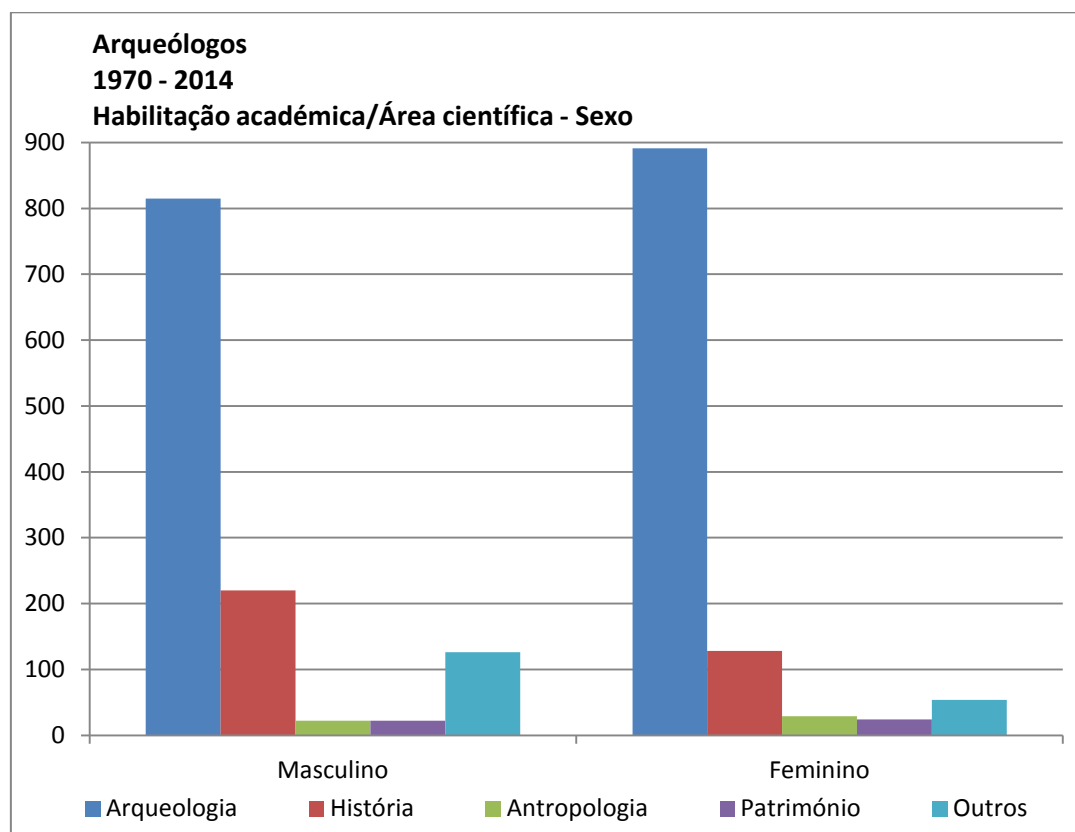


Gráfico 87: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habitação académica/Área científica - Sexo.

Foram analisados os estabelecimentos de ensino superior nos quais foi obtida a formação superior de homens e mulheres tendo-se observado uma situação bastante equilibrada. Os estabelecimentos de ensino superior que mais formaram homens (por ordem de frequência) foram: a FLUP, estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a FLUC, a FLUL, a FCSH-UNL, os outros estabelecimentos de ensino superior portugueses e a Universidade do Minho. Na mesma ordenação, mas em relação ao sexo feminino, listam-se a FLUP, a FLUL, a FLUC, estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a FCSH-UNL, a Universidade do Minho e os outros

estabelecimentos de ensino superior portugueses. Os demais estabelecimentos de ensino superior registam valores mais modestos.

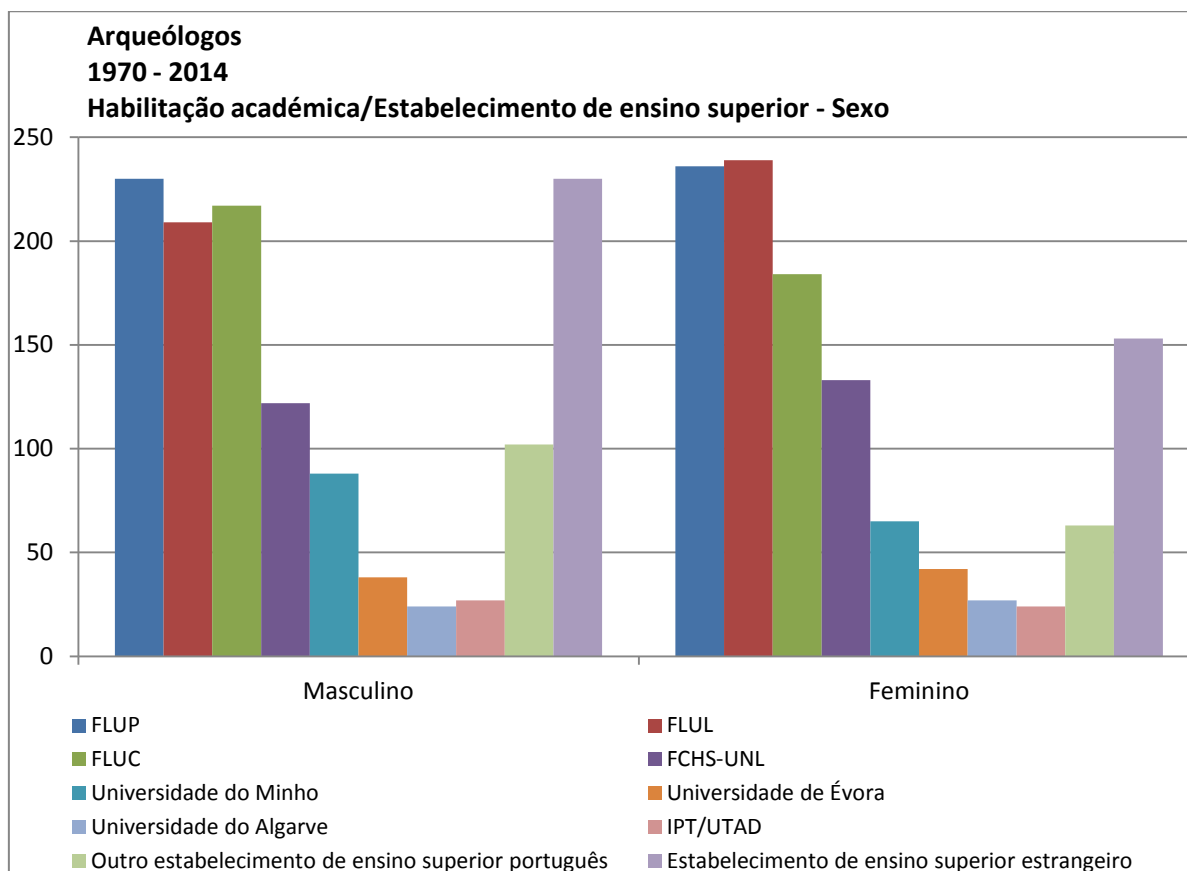


Gráfico 88: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habitação académica/Estabelecimento de ensino superior - Sexo.

5.8.2. Habitação académica/Nacionalidade

Analizadas as habilitações académicas dos arqueólogos com actividade em Portugal no período em estudo, em função da nacionalidade, verificam-se algumas diferenças¹¹⁰ (ponto 5.5.3.).

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos com habitação académica apurada - 2.005
 Graus académicos superiores apurados - 2.937
 Arqueólogos sem habitação académica superior - 26
 Graus académicos superiores apurados - 2.937
 Arqueólogos com outra habitação académica "não secundária" - 13
 Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
 Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
 Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243

¹¹⁰ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para a totalidade dos arqueólogos independentemente da sua habitação académica.

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

A proporção de arqueólogos estrangeiros sem habilitação académica superior é residual (cerca de 1%), à semelhança do que acontece com os portugueses e no universo na sua globalidade. Não se registou qualquer arqueólogo estrangeiro com outras habilitações, situação que enquadra cerca de 1% dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa.

Entre os arqueólogos estrangeiros com habilitação académica superior, todos são detentores de licenciatura; entre os portugueses esta percentagem é de 99%. O grau de mestre é detido por relativamente mais portugueses (32%) que estrangeiros (28%). Para o grau de doutor a situação é inversa, contando-se 55% de doutores entre os estrangeiros e apenas 10% entre os portugueses (Gráfico 89).

A análise dos diversos níveis habilitacionais e sua distribuição entre portugueses e estrangeiros ao longo do período em estudo confirma as observações feitas para o universo dos arqueólogos na sua globalidade. Verifica-se o aumento progressivo dos níveis habilitacionais dos portugueses. O mestrado vai ganhando preponderância, principalmente entre os portugueses. Entre os arqueólogos em actividade no quinquénio de 2010-2014, os estrangeiros são 20% licenciados, 31% mestres e 52% doutores; os portugueses são 56% licenciados, 33% mestres e 10% doutores (Gráfico 90).

5.8.3. Habilitação académica/Naturalidade

Foi analisada a informação relativa às qualificações académicas dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem¹¹¹ (ponto 5.6.3.).

¹¹¹ Entre os nacionais portugueses, a naturalidade foi apurada para 21 arqueólogos sem habilitações académicas superiores (81%); 10 arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” (77%); 803 arqueólogos titulares de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (41%); 481 arqueólogos titulares de mestrado/2.º ciclo de Bolonha (76%); 160 arqueólogos titulares de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (53%).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os naturais do Norte do país não se registam arqueólogos sem habilitação académica superior. A titularidade de outras habilitações (nomeadamente estudos religiosos) representa 2%. Entre os naturais desta região, 98% são titulares de licenciatura; 39% de mestrado e 9% de doutoramento.

Entre os naturais da região Centro a situação é muito semelhante, embora com uma percentagem de mestres de apenas 34%.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo nasceu um número expressivo de arqueólogos sem habilitação académica superior (3%) e um número irrelevante de arqueólogos com outras habilitações. A licenciatura é detida pela quase totalidade dos naturais desta região. Os pesos relativos dos titulares de mestrado (38%) e de doutoramento (14%) são particularmente expressivos entre os naturais desta região.

Entre os naturais do Alentejo contam-se 3% de arqueólogos sem habilitação académica superior. Os restantes possuem licenciatura em 97% dos casos, mestrado em 29% dos casos e doutoramento em apenas 3% dos casos.

Os valores relativos às habilitações académicas dos arqueólogos nascidos na região do Algarve são menos elucidativos devido à reduzida dimensão deste subgrupo. Talvez

devido a esta particularidade (e a nada mais) entre os naturais desta região regista-se uma percentagem bastante alta de doutorados (13%).

Os níveis de qualificação académica dos arqueólogos portugueses nascidos fora do país são bastante elevados: ausência de habilitações académicas não superiores; 100% de licenciaturas; 35% de mestrados e 13% de doutoramentos.

Como já foi referido, em relação aos naturais das regiões do Açores e da Madeira não é possível extrair conclusões definitivas sobre o nível habilitacional por serem pouco numerosos. Contudo, deve referir-se que estes arqueólogos são muito qualificados, aparentando um elevado empenho na aquisição de qualificação académica.

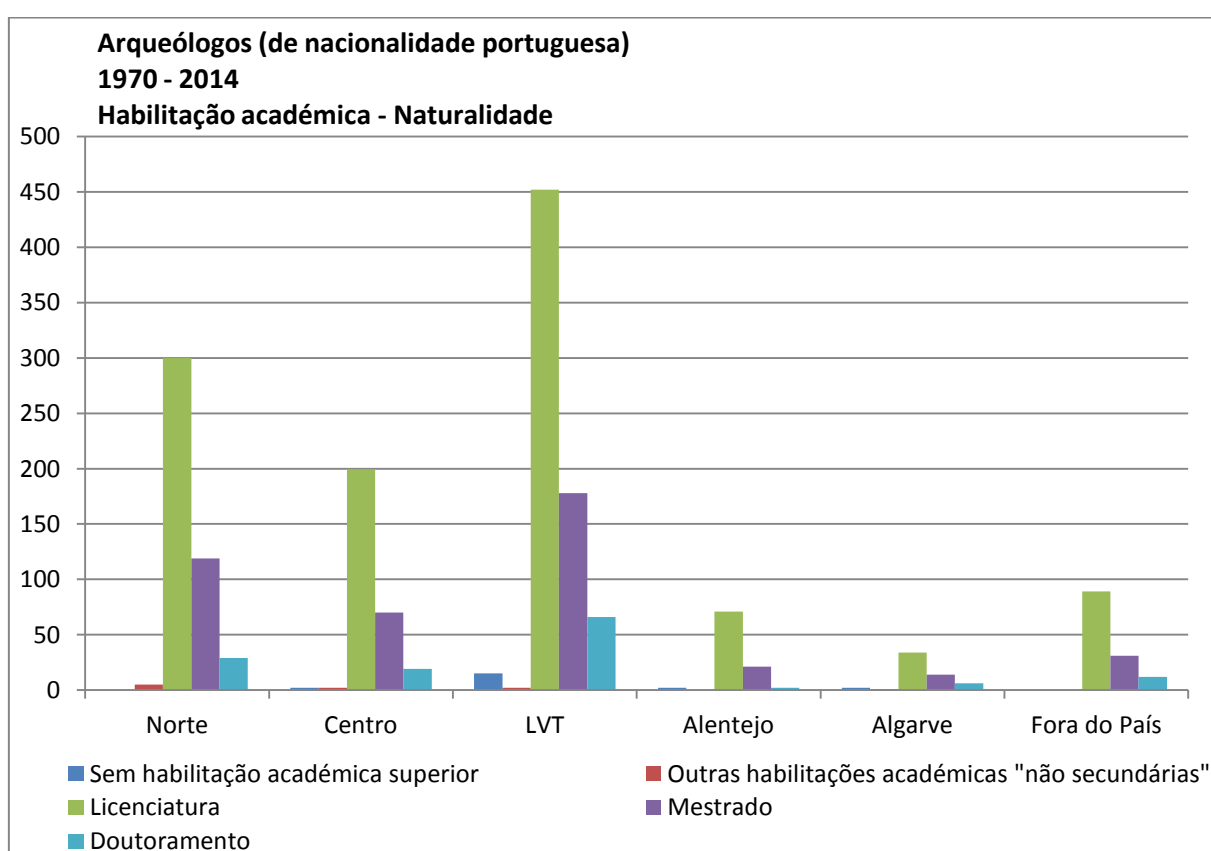


Gráfico 91: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Habilitação académica - Naturalidade.

A análise dos mesmos dados por quinquénio confirma as observações já feitas, demonstrando mais uma vez o aumento progressivo dos níveis habilitacionais dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, com maior intensidade entre os naturais das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Centro e de fora do país (Gráfico 92).

5.8.4. Habilitação académica/Estrutura etária

Foi analisada a habilitação académica dos arqueólogos que compõem o universo em estudo, em função da sua idade¹¹² (ponto 5.7.4.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos com ano de nascimento apurado – 1.623

Os arqueólogos sem habilitação académica superior e com outras habilitações marcam presença em pequeno número pelas diversas décadas de nascimento (excepto nas duas últimas), como decorre da reduzida dimensão destes subgrupos.

Em consonância com o aumento do número de arqueólogos em actividade, o número de titulares de licenciatura e de mestrado nascidos por década apresenta distribuição de tendência semelhante. Os valores vão aumentando entre 1885 e 1944. O número de licenciados e mestres nascidos por década entre 1945 e 1984 aumenta significativamente. Como esperado ambos os grupos registam quebras no número de arqueólogos nascidos na última década, de 1985-1994.

Por fim, o número de doutorados nascidos por década entre 1885 e 1974 revela tendência de crescimento embora em ritmo mais moderado que os registados nos dois outros graus académicos superiores. Na década de 1975-1984 esse valor desce, tornando-se inestimável na última década em estudo, 1985-1994. Estas características são compatíveis com a idade em que em média este grau académico é obtido entre os arqueólogos (Gráfico 93).

Ao longo do período em estudo a média etária entre os titulares de diferentes habilitações académicas evolui de forma diferenciada. Tendencialmente os titulares de outras habilitações e de doutoramento são mais velhos. Os licenciados, mestres e arqueólogos sem habilitação académica superior, são mais jovens.

¹¹² O ano de nascimento foi apurado para 24 arqueólogos sem habilitações académicas superiores (92%); 12 arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” (92%); 1.575 arqueólogos titulares de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (80%); 595 arqueólogos titulares de mestrado/2.º ciclo de Bolonha (94%); 279 arqueólogos titulares de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (92%).

Os arqueólogos sem habilitações académicas superiores registam uma primeira fase de estabilidade etária em valores bastante jovens (até aos 35 anos) entre 1970 e 1999, seguida de quinze anos de “envelhecimento” acentuado do grupo.

Os detentores de outras habilitações são claramente o subgrupo mais velho, registando aumento da média etária entre 1970 e 1994, seguida de dez anos de estabilização deste valor.

O subgrupo dos licenciados “rejuvenesce” entre 1970 e 2004, tornando-se nos três quinquénios estudados do século XXI o subgrupo mais jovem e com média etária estável. Os arqueólogos com mestrado apresentam pouca variabilidade etária no período em estudo (entre 32 e 37 anos), registando médias etárias inferiores na fase em que estes arqueólogos têm um peso relativo pouco significativo na comunidade arqueológica (entre 1970 e 1994). Os doutorados são, naturalmente, um subgrupo maduro e registam médias etárias extraordinariamente estáveis ao longo do período em estudo (entre 47 e 49 anos).

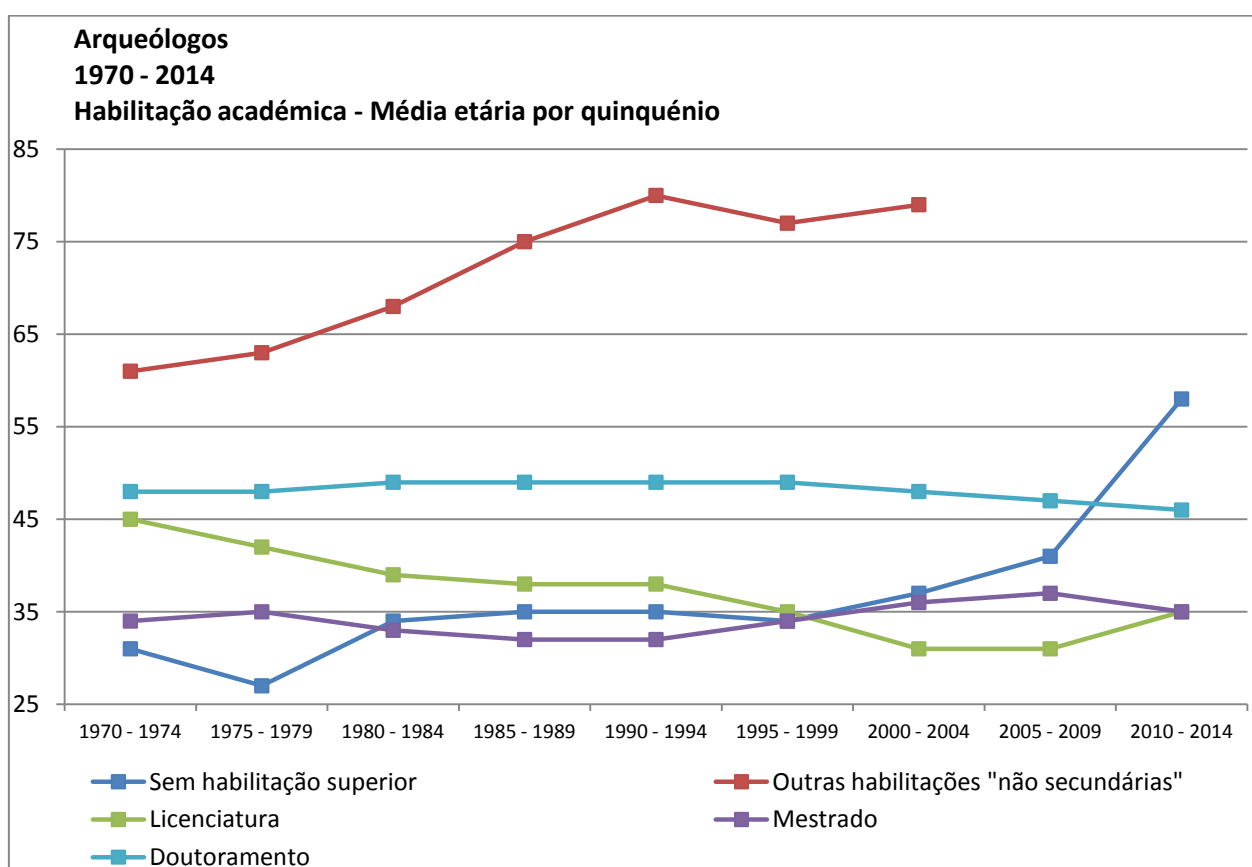


Gráfico 94: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habilitação académica - Média etária por quinquénio.

5.8.5. Habilitação académica/Forma de exercício da actividade

Foi analisada a habilitação académica dos arqueólogos que compõem o universo em estudo, em função da sua forma de exercício da actividade¹¹³ (ponto 5.9.5.). Relembra-se que um arqueólogo pode ter exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ou ter alternado entre as duas formas de exercício da actividade.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos amadores com profissão apurada - 170

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos amadores registam-se 73% com licenciatura, 17% com mestrado, 9% com doutoramento, 9% sem habilitação académica superior e 4% com outras habilitações. Os profissionais são 99% licenciados, 33% mestres, 16% doutores e, em menos de 1%, titulares de outras habilitações e sem habilitação académica superior.

¹¹³ A (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 26 arqueólogos sem habilitações académicas superiores (100%); 13 arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” (100%); 1.938 arqueólogos titulares de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (99%); 627 arqueólogos titulares de mestrado/2.º ciclo de Bolonha (99%); 300 arqueólogos titulares de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (99%).

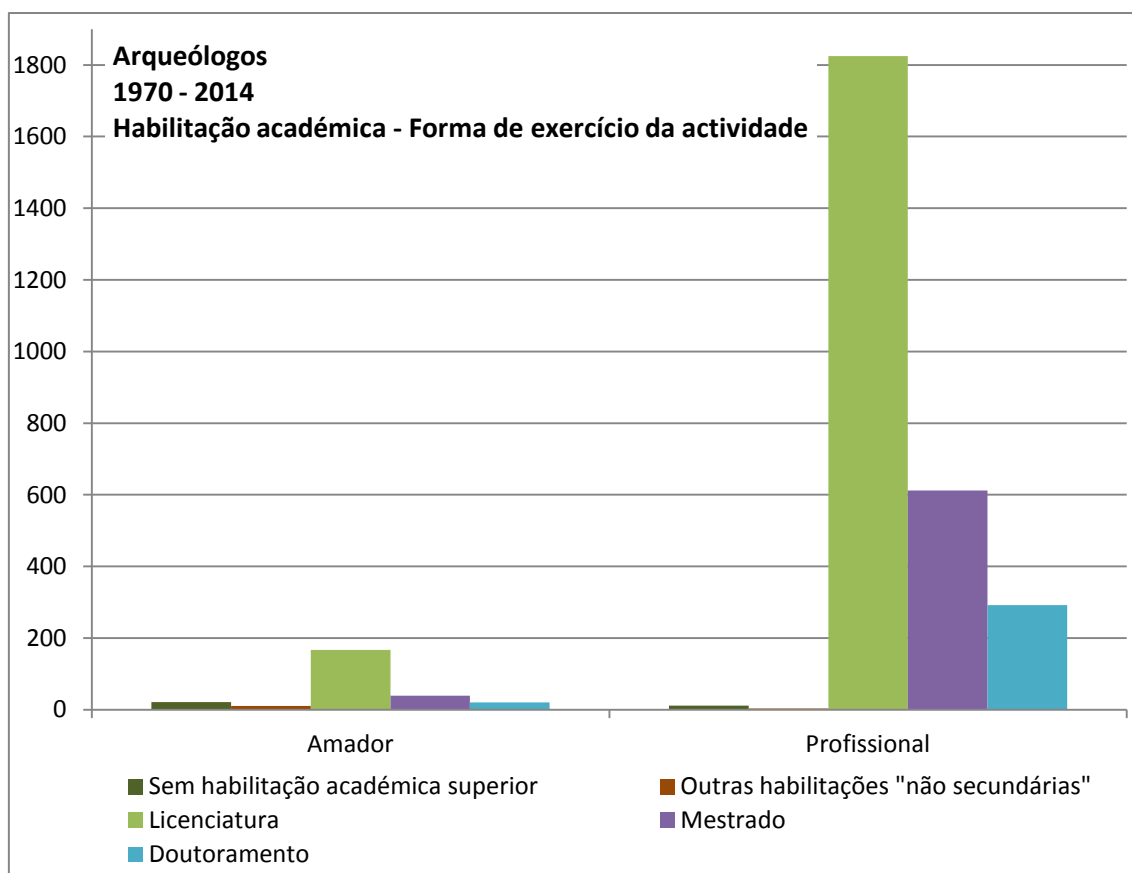


Gráfico 95: Arqueólogos, 1970 - 2014. Habitação académica - Forma de exercício da actividade.

Analisados estes descritores entre 1970 e 1999 (quando esta observação é proveitosa), verifica-se que os dois subgrupos menos habilitados academicamente se dedicam frequentemente ao exercício amador da Arqueologia. Contudo verifica-se igualmente que neste lapso temporal há licenciados (em número tendencialmente estável ao longo do tempo) igualmente amadores. São pontuais os casos de arqueólogos titulares de mestrado e doutoramento com exercício amador da Arqueologia.

Nestes trinta anos, encontram-se todos os tipos de habilitação académica - sem habilitação académica superior ou com outra habilitação académica "não secundária" - entre os arqueólogos profissionais. Contudo, com o decorrer do tempo, as habilitações académicas universitárias tornam-se progressivamente dominantes (Gráfico 96).

5.8.6. Habilitação acadêmica/Vínculo, relação ou situação laboral

Foi analisada a habilitação acadêmica dos arqueólogos profissionais que integram o universo em estudo, em função do vínculo, relação ou situação laboral¹¹⁴ (ponto 5.10.5.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquênio, pode registrar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral ou vários e a já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação acadêmica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação acadêmica superior - 26
Graus acadêmicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação acadêmica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutorado/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação acadêmica é um “descritor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

O número de arqueólogos sem habilitação acadêmica superior e com outras habilitações é irrelevante quantitativamente entre o subgrupo dos profissionais. Ainda assim, regista-se 1% de arqueólogos sem habilitação acadêmica superior entre os trabalhadores dependentes e 1% de arqueólogos com o mesmo nível habilitacional entre os empresários.

Entre os trabalhadores independentes 99% são titulares de licenciatura, 34% de mestrado e 6% de doutoramento. Os trabalhadores com contrato de trabalho dependente detêm em 98% licenciatura, em 36% mestrado e em 32% doutoramento. Os bolseiros e investigadores são um subgrupo muito qualificado, englobando 99% de

¹¹⁴ Entre os profissionais, o (ou os) vínculo, relação ou situação laboral apurado para 3 arqueólogos sem habilitações académicas superiores (100%); 11 arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” (100%); 1.807 arqueólogos titulares de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (99%); 609 arqueólogos titulares de mestrado/2.º ciclo de Bolonha (99%); 292 arqueólogos titulares de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (100%).

licenciados, 70% de mestres e 36% de doutores. Por fim, os empresários registam habilitações semelhantes às dos trabalhadores independentes.

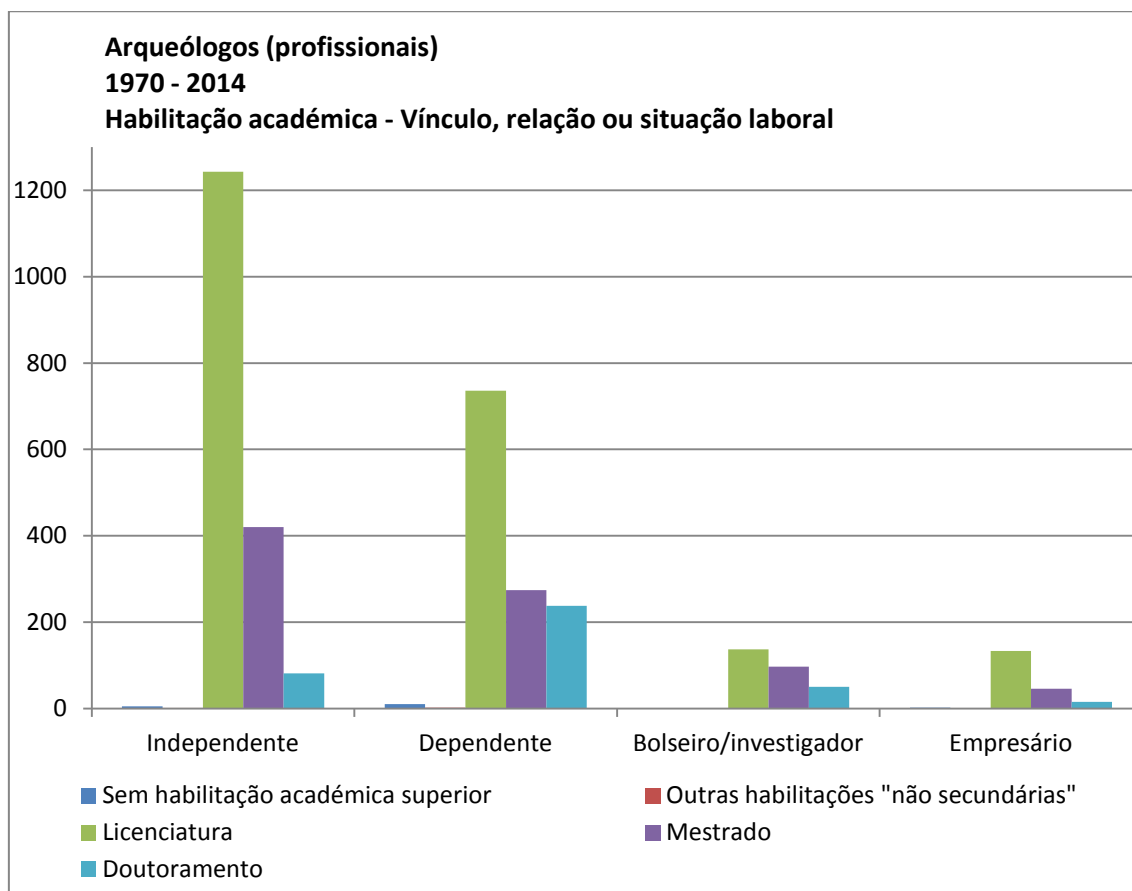


Gráfico 97: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Habilitação académica - Vínculo, relação ou situação laboral.

Na evolução quinquenal restringe-se a observação gráfica ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir desequilíbrios mais acentuados nas relações laborais.

A análise por quinquénio entre 1990 e 2014 confirma as observações já feitas, demonstrando mais uma vez o carácter universal e básico da licenciatura na profissão de arqueólogo. Os licenciados distribuem-se pelos diversos tipos de vínculo e relação laboral, registando valores modestos apenas entre os bolseiros.

Os mestres vão conquistando valores crescentes em todos os tipos de situação laboral. Os doutorados experienciam igualmente todos os tipos de vínculo e relação laboral, mantendo-se sempre predominantemente, no trabalho dependente (Gráfico 98).

5.8.7. Habilitação académica/Enquadramento institucional

Foi analisada a habilitação académica dos arqueólogos que integram o universo em estudo, em função do enquadramento institucional sob o qual desenvolvem a actividade arqueológica¹¹⁵ (no trabalho de campo e nas outras áreas funcionais) (ponto 5.11.5.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias e a já referida dificuldade na recolha de dados para este descritor.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, a habilitação académica é um “descritor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Analisado o universo na sua globalidade ao longo de todo o período em estudo, observa-se que entre os arqueólogos que trabalham na administração pública central 94% são licenciados, 41% são mestres e 19% são doutores, registando-se ainda 3% de arqueólogos sem habilitação académica superior e 1% com outras habilitações. Na administração pública local o quadro habilitacional é idêntico, excepto no grau de doutoramento que é detido apenas por 8% dos arqueólogos municipais.

Nas associações regista-se um peso relativo inferior de licenciados e mestres (87 e 29%, respectivamente).

¹¹⁵ O (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 24 arqueólogos sem habilitações académicas superiores (92%); 6 arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” (46%); 1.892 arqueólogos titulares de licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (96%); 623 arqueólogos titulares de mestrado/2.º ciclo de Bolonha (99%); 301 arqueólogos titulares de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (99%).

Entre os arqueólogos das universidades e unidades de investigação portuguesas há 98% de licenciados, 50% de mestres e 32% de doutores. Nas congéneres estrangeiras, contou-se valor similar de licenciaturas, 26% de mestrados e 71% de doutoramentos, configurando o subgrupo mais qualificado.

Nas empresas de arqueologia os arqueólogos são praticamente todos titulares de licenciatura; 34% têm mestrado e apenas 5% doutoramento. Panorama idêntico se observa nas outras empresas.

Por fim, os arqueólogos que trabalham sem enquadramento institucional adquiriram na sua generalidade licenciatura, 33% têm mestrado e 7% doutoramento.

De uma forma geral, o padrão de distribuição dos diversos títulos académicos nas diversas instituições regista uma larga maioria de licenciados, a que se seguem os mestres e, em número mais reduzido, os doutores. Apenas nas universidades e unidades de investigação estrangeiras este padrão não se verifica, observando-se um número de doutorados superior ao de mestres (Gráfico 99).

A análise dos mesmos dados por quinquénio, entre 1990 e 2014, confirma as observações. Até 1999, os licenciados distribuem-se de forma tendencialmente equilibrada pelos diversos tipos de instituições. Entre 2000 e 2014, a dispersão institucional mantém-se mas verifica-se uma maior presença nas empresas de arqueologia e no trabalho sem enquadramento institucional. Refira-se ainda os valores interessantes de licenciados a trabalhar na administração pública local.

A evolução temporal do enquadramento institucional dos mestres é idêntica embora com menor variação de valores.

Como já referido, no enquadramento institucional do trabalho dos titulares de doutoramento destacam-se apenas as universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras e tal ocorre ao longo de todo o período em estudo (Gráfico 100).

5.8.8. Formação académica dos arqueólogos

A formação académica dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014 evolui, frequentemente, da ausência ou indistinção para uma realidade de elevada, cumulativa e especializada qualificação académica e científica.

Como já foi referido (capítulo 4), o ensino especializado da Arqueologia surge nas universidades portuguesas, nas Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa, ainda nas décadas de 70 e 80, mas principalmente a partir da década de 90 do século XX. Em 2014, encontram-se bem implantadas em Portugal sete universidades públicas com oferta formativa em Arqueologia, a que se juntam no final do século XX, uma universidade e um politécnico também do sector público associados e pontuais universidades privadas, com assinalável dispersão por todo o território nacional (Bugalhão, 2016, p. 1-16).

No início de período em estudo, alguns arqueólogos ainda consideravam que para ser “arqueólogo prestante” não era necessária qualificação académica superior (Viana, 1970, p. 326). Contudo, progressivamente foi-se instalando alguma unanimidade sobre a imprescindibilidade de uma sólida preparação científica para o exercício da actividade, progressivamente profissional, de arqueólogo (Jorge, 1982b, p. 2-3; Silva, 1987, p. 2; Raposo, 1992, p. 43), pontuada por esporádicas opiniões dissonantes (Oosterbeek, 2003, p. 8).

O número de graduados em todos os graus académicos superiores regista crescimento, por vezes muito intenso (Lemos, 2007, p. 107; Bugalhão, 2016, p. 17-23; Bugalhão, 2017b, p. 23; 30), ao longo do período em estudo. Inicialmente a formação científica destes arqueólogos era algo generalista, incaracterística e com forte associação à História (Bugalhão, 2017b, p. 27). Mas com o decorrer do período em estudo especializou-se determinantemente.

Os arqueólogos que integram o universo, principalmente na fase mais recente do período em análise, estudam (e investigam) como preparação para o ingresso na actividade/profissão e durante todo o seu percurso profissional. A Arqueologia sendo uma “nova” profissão, muitas vezes liberal com tudo o que tal implica, é também uma profissão científica. A combinação destas duas características, algo contraditórias, é um traço particular da actividade e profissão arqueológica no início do século XXI em Portugal.

Os arqueólogos sem habilitação académica superior têm uma expressão residual no universo e decrescente ao longo do período em estudo (Bugalhão, 2017b, p. 23; 30). A maioria destes arqueólogos adquire habilitação superior num momento posterior ao início da actividade, mas ainda durante o período em estudo (Raposo, 1992, p. 43).

Muitos dos amadores não licenciados em actividade na fase mais precoce do período em estudo, optam por estudar Arqueologia e posteriormente profissionalizar-se. Até à primeira década do século XXI, registam-se casos de estudantes de Arqueologia que iniciam a sua actividade como arqueólogos antes de se graduarem.

Verifica-se que a licenciatura/1.º grau de Bolonha é uma habilitação académica praticamente universal entre os arqueólogos, o que representa uma evolução significativa em relação às primeiras seis décadas do século XX (Bugalhão, 2017b, p. 23; 30; Jorge e Jorge, 1996b, p. 165).

O mestrado/2.º ciclo de Bolonha como habilitação académica de arqueólogos em actividade em Portugal surge apenas na década de 70 do século XX, registando um aumento constante até 2014. A evolução deste grau académico relaciona-se de perto, num primeiro momento, com a criação dos mestrados em Arqueologia nas universidades portuguesas a partir do final dos anos 80 do século XX, e, num segundo momento, com a alteração dos requisitos habilitacionais para aceder à direcção de trabalhos arqueológicos (exigência, na prática, de titularidade do grau de mestre para direcção científica de trabalhos arqueológicos de campo, irregularmente desde 2007 e formalmente, com o RTA/ 2014).

Os primeiros arqueólogos em actividade com grau de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha remontam à década de 30 do século XX (Bugalhão, 2017b, p. 23; 30) e o seu número também aumenta progressivamente nos anos 90 (Jorge e Jorge, 1996b, p. 165; Jorge, 2000b, p. 159) e até 2014, em consequência da política de atribuição de bolsas de doutoramento desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ainda assim, na primeira década do século XXI, considera-se que a realização de doutoramentos em Arqueologia deveria merecer maior apoio do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (Lemos, 2007, p. 108).

Deve referir-se que a evolução do número de arqueólogos doutorados/ano em Arqueologia (desde 1996) apresenta tendência idêntica à evolução do número de doutorados/ano em Portugal (PORDATA) (Bugalhão, 2016, p. 23).

As habilitações não superiores e as outras habilitações académicas “não secundárias” são quase exclusivas do sexo masculino. Em termos relativos há mais licenciadas e mestres entre as mulheres; e mais doutores entre os homens (Bugalhão, 2013b, p. 21; Bugalhão, 2017d, p. 126-128). Entre as mulheres a formação na área científica da

Arqueologia alcança proporção superior à verificada entre os homens que apostam numa formação científica mais diferenciada. Em consequência da entrada tardia mas progressiva das mulheres na actividade arqueológica, numa primeira fase, até 1999, há mais homens que mulheres em todos os graus académicos. Nos quinze anos seguintes, a situação inverte-se relativamente à licenciatura e ao mestrado, mas não ao doutoramento, grau em que os homens mantêm o predomínio.

Verificou-se que quanto mais elevado é o grau académico, maior peso relativo alcançam os arqueólogos estrangeiros, confirmando o nível habilitacional tendencialmente superior destes arqueólogos em relação aos seus colegas de nacionalidade portuguesa (Bugalhão *et al.*, no prelo). Ao longo do período em estudo, o nível habilitacional dos estrangeiros é estável, enquanto o dos portugueses regista tendência no sentido de uma maior qualificação.

Entre portugueses, Lisboa e Vale do Tejo é a principal região de origem dos arqueólogos sem habilitações académicas superiores. Já os titulares de outras habilitações “não secundárias” são, na sua maioria, naturais da região Norte. Os diplomados em universidade são maioritariamente originais da região de Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se por ordem de frequência, o Norte, o Centro e os nascidos fora do país.

A estrutura etária de arqueólogos titulares de diferentes graus académicos universitários é semelhante. O número de titulares de licenciatura e de mestrado nascidos por década atinge o valor máximo entre 1975-1994. Os doutorados nascidos na década 1965-1974 alcançam um número superior. Tendencialmente os titulares de outras habilitações “não secundárias” e de doutoramento são mais velhos. Os licenciados, mestres e arqueólogos sem habilitação académica superior, são mais jovens. Nas médias etárias ao longo do período em estudo verifica-se um envelhecimento dos arqueólogos sem habilitações académicas superiores e detentores de outras habilitações, um rejuvenescimento dos licenciados e uma estabilidade etária entre os mestres (mais jovens, à volta dos 35 anos) e os doutores (mais velhos, à volta dos 48 anos).

Verifica-se uma clara associação entre o exercício amador da actividade arqueológica e as habilitações académicas mais baixas (sem habilitação académica superior e outras habilitações). Entre os arqueólogos profissionais encontram-se todos os tipos de

habilitação académica, embora ao longo do período em estudo as habilitações superiores universitárias se tornem dominantes.

Os arqueólogos profissionais sem habilitação académica superior são uma “realidade antiga” e por isso estão associados a um panorama laboral também já desaparecido: trabalham predominantemente com vínculo dependente. Entre estes arqueólogos existem também empresários de Arqueologia.

Licenciados e mestres trabalham em mais de metade das situações como trabalhadores independentes (ou seja sem contrato laboral) e o trabalho com contrato dependente ocorre num terço dos casos. Há bolseiros licenciados, mas principalmente mestres e doutores. Há empresários com licenciatura, com mestrado e com doutoramento. Os doutorados trabalham mais frequentemente por conta de outrem e entre estes a incidência do trabalho independente é muito inferior à registada entre os demais. Pode concluir-se que, apesar de tudo, uma maior qualificação académica oferece melhores perspectivas de trabalho estável.

De uma forma geral todos os tipos de instituições consideradas neste estudo enquadram o trabalho de licenciados, mestres e doutores, com destaque para as empresas de arqueologia, as universidades e unidades de investigação portuguesas e a administração pública local (Almeida, 2007b, p. 143). O trabalho dos doutorados é maioritariamente enquadrado por universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras. Nas associações regista-se número considerável de arqueólogos sem habilitação académica superior e com outras habilitações. Uma maioria de licenciados e mestres trabalharam, em qualquer momento do período em estudo, sem qualquer enquadramento institucional.

5.9. Forma de exercício da actividade

Na abordagem da forma de exercício da actividade arqueológica não se considerou apenas o trabalho de campo, mas toda a diversidade de funções e tarefas enquadráveis nesta disciplina. Neste descritor foram consideradas as categorias “Amadora” e “Profissional”. Lembra-se que um arqueólogo pode ter exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ter registado ambas, ou ter alternado entre as duas formas de exercício da actividade.

Consideram-se “amadores” os arqueólogos que exercem esta actividade de forma tendencialmente não remunerada e supletivamente a uma outra actividade profissional, por exemplo, professores do ensino básico e secundário, médicos, militares, sacerdotes, etc., mesmo que reúnam (ou reunissem à época) todas as condições necessárias para o exercício profissional da mesma. Verifica-se em muitos casos que o exercício amador é uma situação de transição, “para-profissional”, em que o arqueólogo numa primeira fase tem outra profissão, evoluindo posteriormente para o estatuto de arqueólogo profissional, ou alternando entre exercício amador e profissional da actividade.

Consideraram-se “profissionais” os arqueólogos que desenvolvem a actividade de forma remunerada, ainda que no exercício acumulado com outras funções, por exemplo os professores universitários, os técnicos superiores (arqueólogos) da administração pública central, local ou que trabalham em museus de Arqueologia, e os bolseiros.

A evolução quinquenal relativa à forma de exercício da actividade desenvolvida pelos arqueólogos em Portugal será quase sempre restrita ao período entre 1970 e 1999, quando esta distinção é relevante no universo em estudo.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos que compõem o universo, 9% foram arqueólogos amadores, 3% foram arqueólogos amadores que evoluíram para profissionais e 89% foram arqueólogos profissionais.

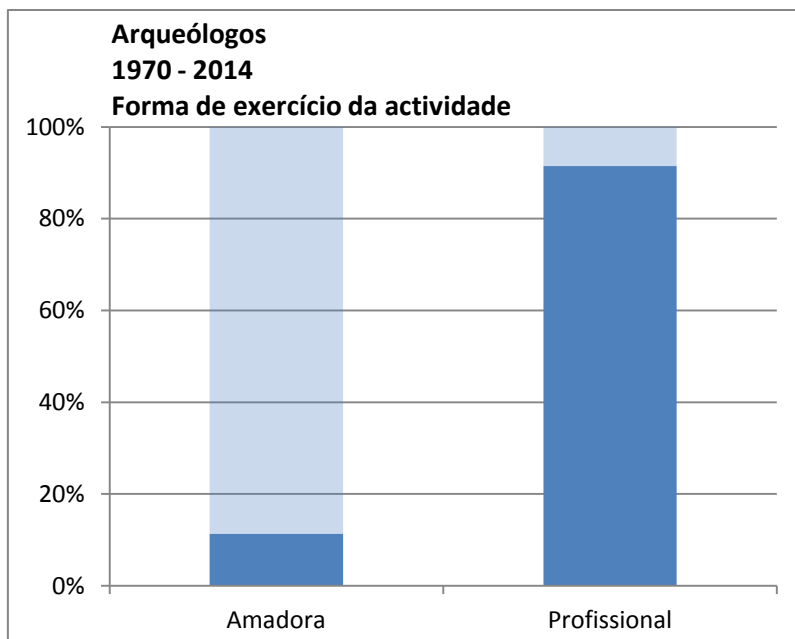


Gráfico 101: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade.

Nos casos em que os arqueólogos desenvolvem a sua actividade de forma amadora e/ou não remunerada, foi determinada a sua profissão. Foram apuradas ocupações profissionais em 77% dos arqueólogos amadores, registando-se uma grande variedade de actividades. Destaca-se a docência, no ensino básico e/ou secundário (56%) e na universidade (10%). Com menor frequência registaram-se sacerdotes, profissionais de museus, profissionais de bibliotecas, historiadores, médicos, militares, etc. (Arnaud, 2013, p. 70).

O exercício amador da Arqueologia vai diminuindo de incidência ao longo do período em estudo, englobando no primeiro quinquénio cerca de 40% dos arqueólogos em actividade e situando-se praticamente na nulidade entre 2010 e 2014.

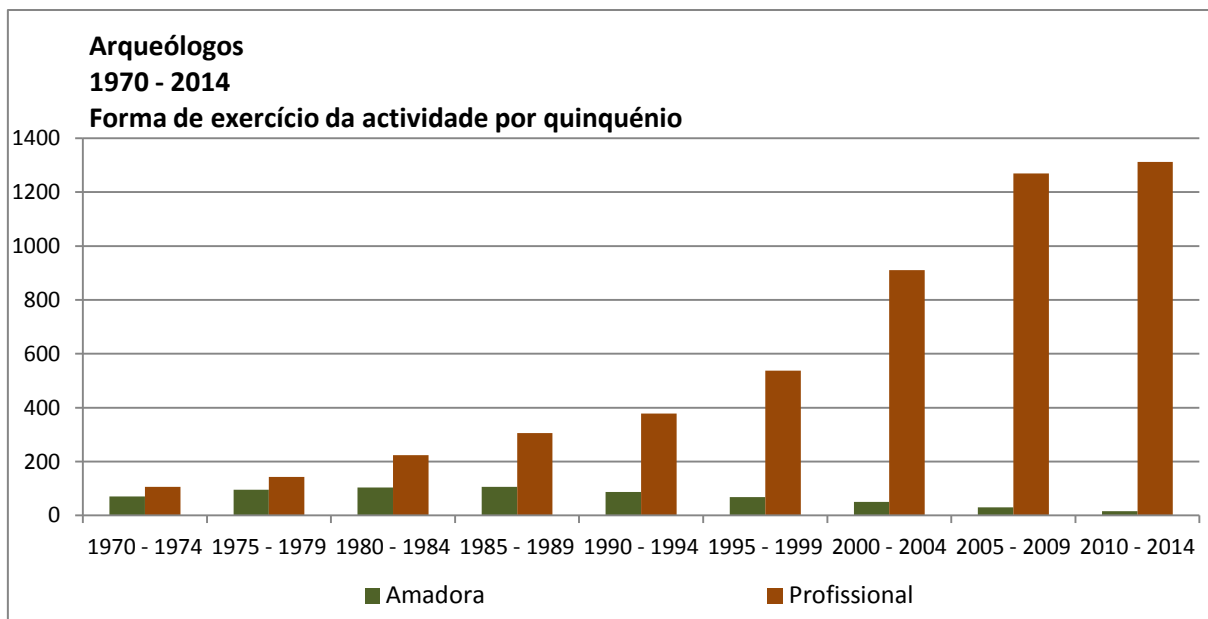


Gráfico 102: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade por quinquénio.

5.9.1. Forma de exercício da actividade/Sexo

Foi analisada a forma (amadora ou profissional) de exercício da actividade arqueológica em função do sexo¹¹⁶ (ponto 5.4.5.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos do sexo masculino regista-se um maior número de casos de exercício exclusivamente amador da actividade (16% dos arqueólogos do sexo masculino). No caso das mulheres, apenas 7% desenvolveram actividade arqueológica de forma exclusivamente amadora. As profissões destes amadores foram já anteriormente abordadas (ponto 5.4.5.).

¹¹⁶ O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos, com ou sem a (ou as) forma de exercício da actividade apurada.

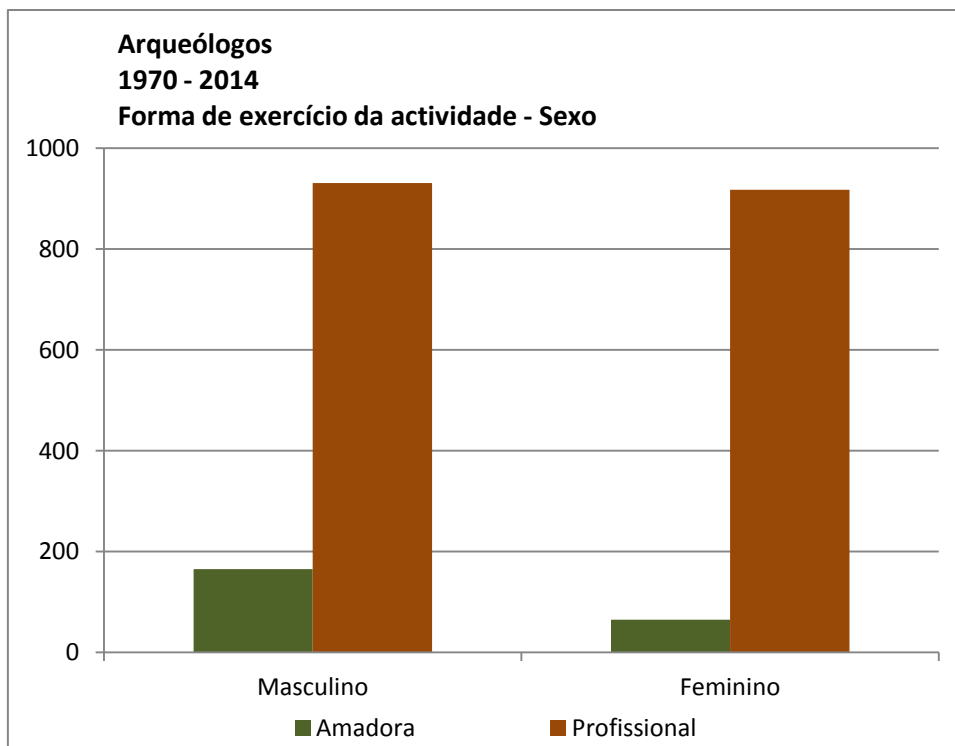


Gráfico 103: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Sexo.

A análise da evolução deste descritor entre os dois sexos não acrescenta informação relevante. Ao contrário do que acontece no exercício profissional da actividade, entre os amadores, o número de mulheres permanece sempre inferior ao dos homens, ao longo de todo o período em estudo.

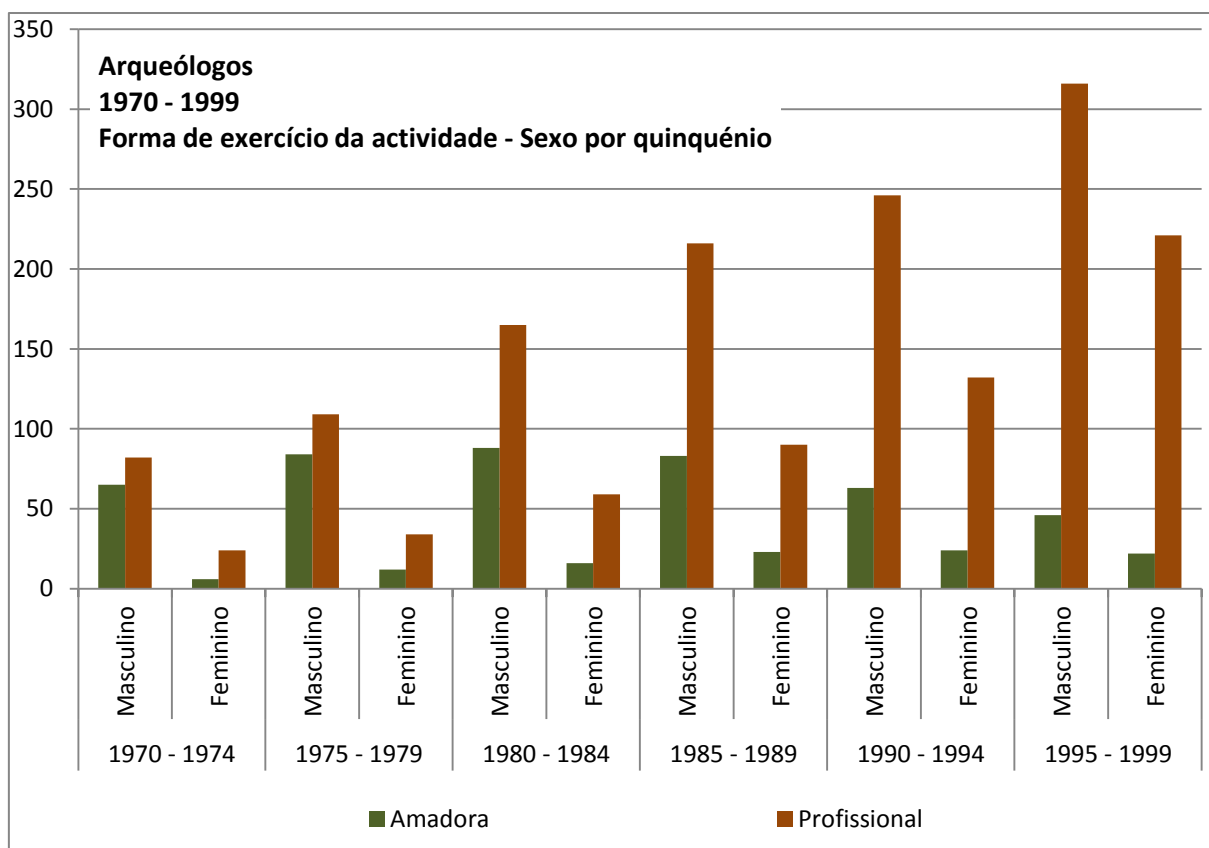


Gráfico 104: Arqueólogos, 1970 - 1999. Forma de exercício da actividade - Sexo por quinquénio.

5.9.2. Forma de exercício da actividade/Nacionalidade

Como já foi referido (ponto 5.5.4.) registou-se um número muito reduzido de arqueólogos estrangeiros com exercício amador da profissão, que constituem um subgrupo tendencialmente mais profissionalizado¹¹⁷. Este facto torna irrelevante uma análise quantitativa mais aprofundada.

Entre os poucos arqueólogos amadores de nacionalidade estrangeira com actividade em Portugal no período em estudo registaram-se as profissões de professor universitário, engenheiro de máquinas e funcionário de consulado.

¹¹⁷ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para a totalidade dos arqueólogos independentemente da (ou das) sua forma de exercício da actividade ou profissão.

5.9.3. Forma de exercício da actividade/Naturalidade

Foi analisada a forma de exercício da actividade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem¹¹⁸ (ponto 5.6.4.).

Arqueólogos – 2.080
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada – 2.022
Arqueólogos Profissionais – 1.849
Arqueólogos amadores – 229
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos nascidos na região Norte: 13% exerceram a actividade arqueológica de forma amadora e 90% foram arqueólogos profissionais. Situação semelhante se observa nos arqueólogos nascidos na região Centro, com 93% de profissionais e 8% de amadores. Também entre os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo os dados são convergentes, com 10% de amadores e um valor relativo ligeiramente superior de profissionais (94%). Os naturais das regiões do Alentejo e Algarve integram uma maior proporção de arqueólogos amadores (18 e 16%, respectivamente), e registam valores relativos ao exercício profissional um pouco inferiores (86% para ambos os casos). Quanto aos arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora de Portugal, são essencialmente profissionais (99%), sendo os valores relativos à actividade amadora residuais (3%). Entre os naturais das regiões dos Açores e da Madeira o exercício profissional da actividade é preponderante, embora o reduzido número de arqueólogos que aí nasceram desaconselhe avaliações numéricas relativas.

¹¹⁸ A naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa foi apurada para 125 (55%) arqueólogos amadores; 1.108 (60%) arqueólogos profissionais.

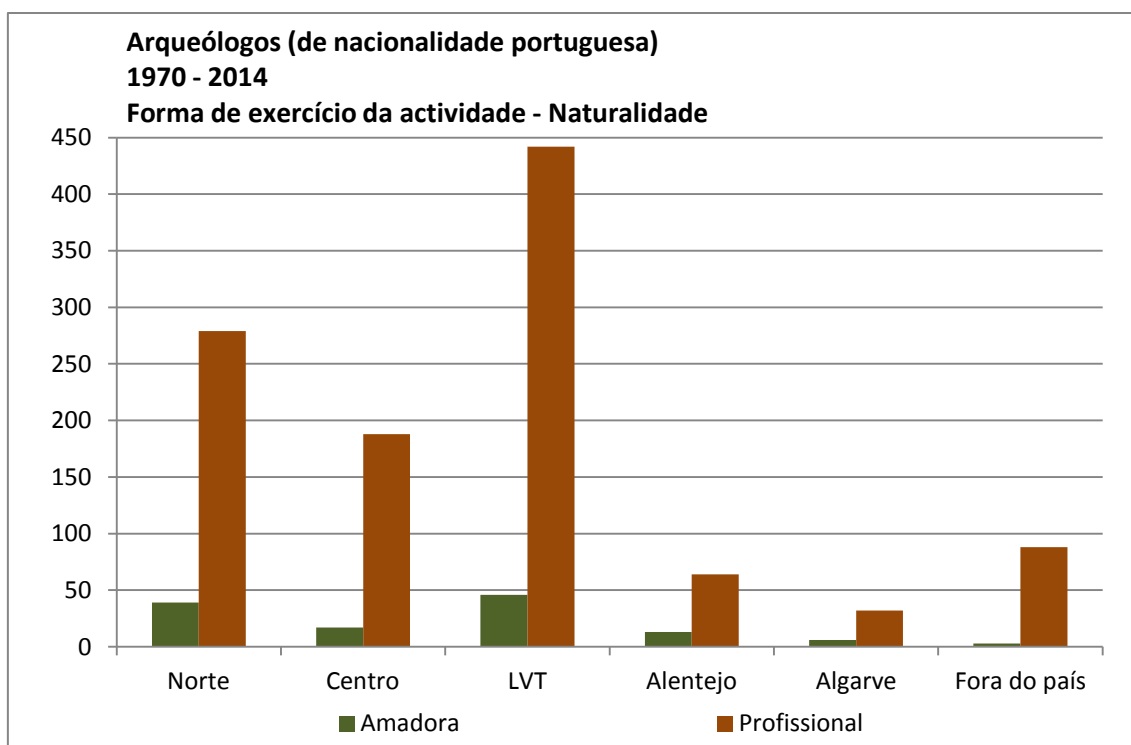


Gráfico 105: Arqueólogos (de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Naturalidade.

De uma forma geral e desconsideradas as diferentes dimensões de cada grupo regional não se verificam diferenças significativas ao nível da forma de exercício da actividade arqueológica, pelo que não será efectuada análise evolutiva ao longo do período em estudo.

5.9.4. Forma de exercício da actividade/Estrutura etária

Foi igualmente analisada a forma de exercício da actividade em função da idade¹¹⁹ (ponto 5.7.5.), recorrendo ao ano de nascimento dos arqueólogos.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

As curvas obtidas para a evolução etária de arqueólogos amadores e profissionais revelam situações inversas. O número de amadores nascidos por década até à década de 1955-1964 aumenta numa primeira fase e diminui de seguida. O número de

¹¹⁹ O ano de nascimento foi apurado para 151 arqueólogos amadores (66%) e 1.506 arqueólogos profissionais (81%).

profissionais nascidos por década aumenta progressivamente até ao máximo atingido na década de 1975-1984 (Gráfico 106).

As médias etárias dos amadores são consideravelmente mais altas (que as dos profissionais) e, em termos evolutivos, revelam estabilidade.

Em termos médios os arqueólogos profissionais são mais jovens e tendencialmente vão sendo cada vez mais jovens, entre 1970 e 2004, ganhando maturidade na década seguinte.

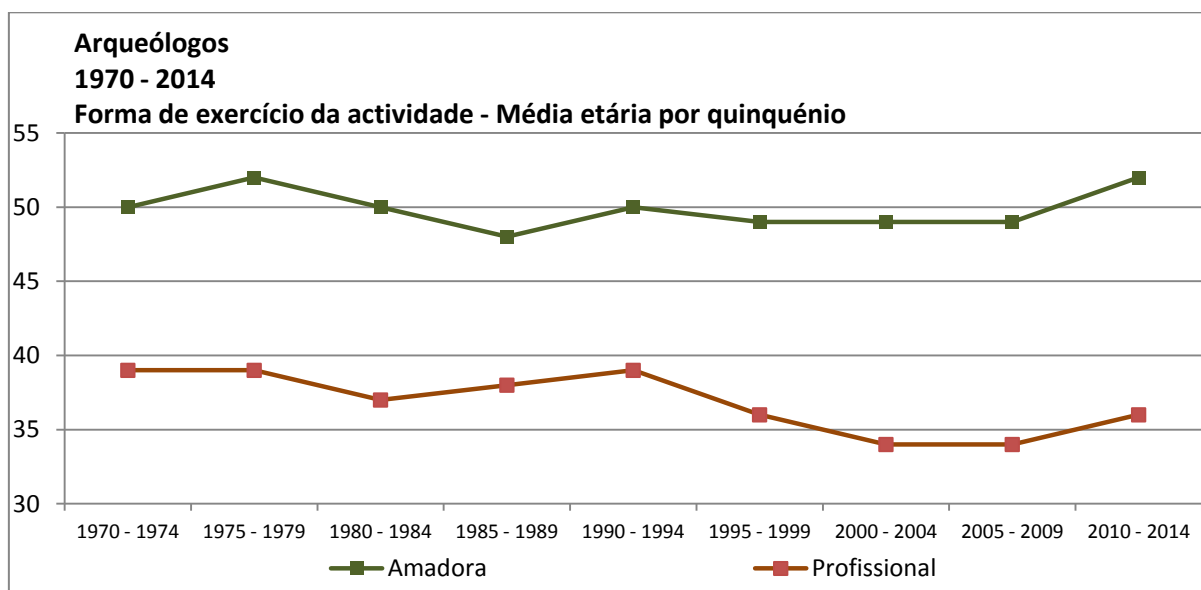


Gráfico 107: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Média etária por quinquénio.

5.9.5. Forma de exercício da actividade/Habilitação académica

Foi analisada a forma de exercício da actividade em função da habilitação académica¹²⁰ (ponto 5.8.5.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade (ponto 5.8). Salienta-se igualmente que entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular de um ou vários tipos de habilitação académica.

¹²⁰ A habilitação académica foi apurada para 216 arqueólogos amadores (94%) e 1.839 arqueólogos profissionais (99%).

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
 Arqueólogos Profissionais - 1.849
 Arqueólogos amadores - 229
 Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
 Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
 Graus académicos superiores apurados - 2.937
 Arqueólogos com outra habilitação académica "não secundária" - 13
 Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
 Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
 Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Salienta-se que este é um "descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias", e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Os arqueólogos sem habilitação académica superior foram em 81% dos casos amadores e em 42% dos casos profissionais. Da mesma forma, 77% dos arqueólogos com outras habilitações foram amadores e 23% foram profissionais.

Os titulares de graus académicos superiores universitários são predominantemente profissionais: licenciatura (93%), mestrado (97%) e doutoramento (96%).

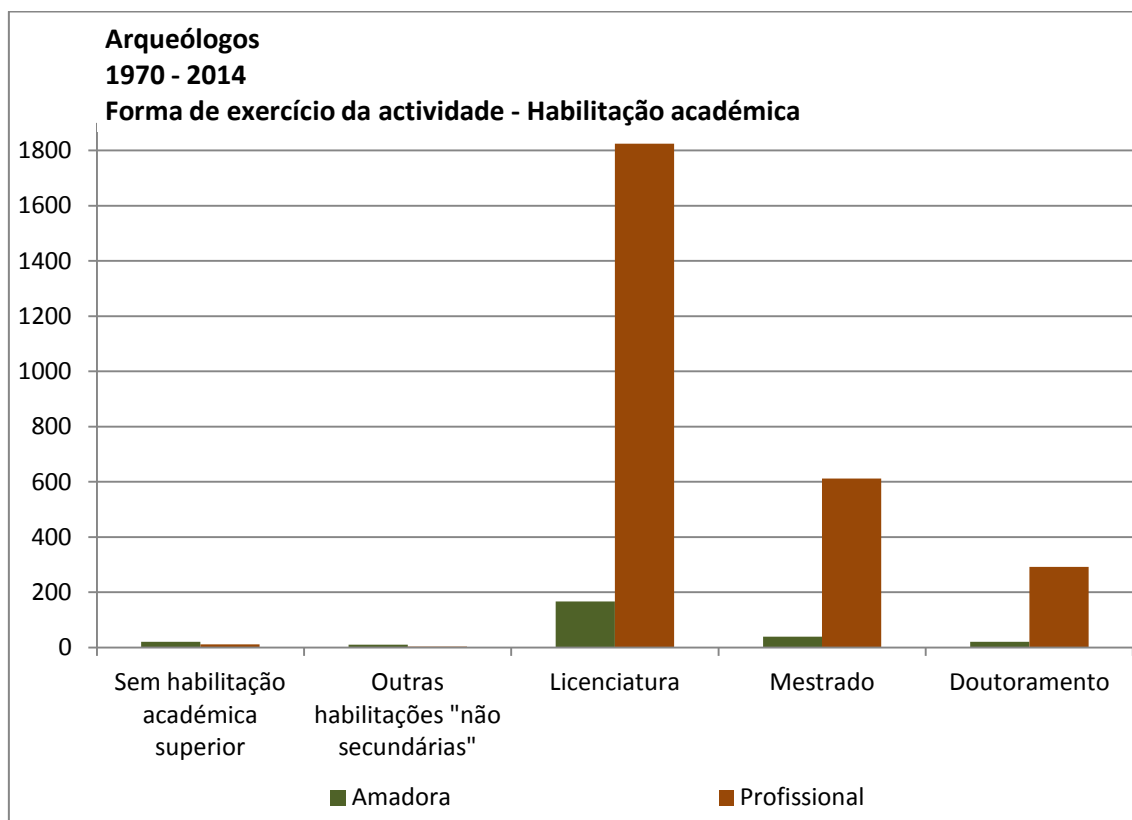


Gráfico 108: Arqueólogos, 1970 - 2014. Forma de exercício da actividade - Habilitação académica.

Entre 1970 e 1999, os amadores são na sua maioria licenciados. Seguem-se em frequência os arqueólogos sem habilitação académica superior, que vão diminuindo de número, sendo suplantados entre 1995 e 1999 pelos mestres. Registam-se de seguida as outras habilitações e o subgrupo menos numerosos entre os amadores, os doutorados, ambos diminuindo de expressão ao longo destes trinta anos.

No mesmo lapso temporal entre os arqueólogos profissionais, subgrupo largamente maioritário, a licenciatura também é a habilitação predominante mas o doutoramento e, um pouco mais tarde (nos anos 90), o mestrado, vão aumentando progressivamente de número (Gráfico 109).

5.9.6. Forma de exercício da actividade/Vínculo, relação ou situação laboral

Uma vez que o vínculo apenas se apurou para os profissionais (ponto 5.10.) a análise da relação entre estes descritores não ocorre.

5.9.7. Forma de exercício da actividade/Enquadramento institucional

Finalmente procedeu-se à análise da forma de exercício da actividade em função do enquadramento institucional¹²¹ (ponto 5.11.6.). Lembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

¹²¹ O (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 173 arqueólogos amadores (76%) e 1.833 arqueólogos profissionais (99%).

Entre os arqueólogos que trabalharam enquadrados pela administração pública central contaram-se 94% de profissionais e 12% de colaboradores amadores. Na administração pública local e nas universidades e unidades de investigação portuguesas estas proporções são idênticas. Nas associações o amadorismo tem naturalmente maior relevância, correspondendo a 30% dos arqueólogos que aí trabalharam. Aparentemente um número muito relevante de profissionais (74%) dedica-se também à actividade associativa. As universidades e unidades de investigação estrangeiras, as empresas de arqueologia e as outras empresas são entidades fortemente profissionalizadas nas quais o trabalho amador não tem expressão relevante. Quase todos os arqueólogos envolvidos no trabalho sem enquadramento institucional são profissionais, embora se registem alguns casos de arqueólogos amadores (Gráfico 110).

O enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos amadores entre 1970 e 1999 distribuiu-se de forma relativamente equilibrada pelas diversas entidades, com prevalência do trabalho associativo e de colaboração com entidades públicas (administração pública local e central e universidades e unidades de investigação portuguesas). Neste lapso temporal, o trabalho sem enquadramento institucional marcou presença discreta mas permanente.

O enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos profissionais entre 1970 e 1999 desenvolveu-se junto das mesmas entidades públicas ou não existiu. Entre 1995 e 1999 surge e com muita pujança o enquadramento do trabalho profissional em empresas de arqueologia (Gráfico 111).

5.9.8. Da paixão à profissão

Um século depois daquele que poderá ter sido o primeiro arqueólogo profissional português, Estácio da Veiga (Fabião, 1999, p. 112; Fabião, 2018, p. 100), a progressiva profissionalização da actividade arqueológica entre 1970 e 2014 é um dos traços característicos da história recente da Arqueologia portuguesa.

O amadorismo arqueológico teve uma presença muito relevante até aos anos 70 do século XX (Viana, 1970, p. 326; Silva, 1989a, p. 93; Arnaud, 2013, p. 70; Bugalhão, 2017b, p. 24 e 30). Entre os anos 20 e 50, esta forma de trabalhar em Arqueologia

abrangia cerca de metade dos arqueólogos em actividade em Portugal (Bugalhão, 2017b, p. 24 e 30; Jorge e Jorge, 1996b, p. 161).

Na fase inicial do período em estudo, a Arqueologia amadora, sem preparação académica específica, baseada no autodidactismo; desenvolvida por gosto, prazer ou distracção, por vezes “de ânimo leve” (Jorge, 1986, p. 4); como forma de participação cívica, ou de exercício lúdico, é praticada por parte considerável dos arqueólogos em actividade. Entre 1970 e 1974, o amadorismo e o défice de profissionalismo eram vistos como um problema (Silva, 1994a, p. 90), relacionado com “exercício ilegal da arqueologia (escavações clandestinas)” (Oleiro, 1974, p. 19-20) e consequência da falta de condições para o exercício remunerado da actividade (Raposo, 1971). Os arqueólogos profissionais eram muito poucos (Silva, 1999a, p. 137), sendo a prática arqueológica desenvolvida por amadores com profissões muito variadas (Oleiro, 1974, p. 23), mas na sua maioria, professores do ensino básico e secundário e na universidade (Bugalhão, 2017b, p. 24 e 30).

Após a revolução, em 1975, o “Secretariado” da “Comissão Coordenadora” eleita no Plenário de Arqueólogos realizado no Ateneu Comercial de Lisboa em 29 de Junho de 1974, debruça-se ainda sobre a dicotomia do estatuto amador/profissional dos arqueólogos, referindo que nesta época a maioria dos arqueólogos são amadores. É reafirmada a necessidade da “profissionalização progressiva e indispensável” dos arqueólogos (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 8), através da criação de postos de trabalho públicos a preencher por concurso, a que poderiam aspirar os arqueólogos “devidamente qualificados”. Nesse âmbito era exigida a criação da licenciatura em Arqueologia (Marques, Pereira e Coelho, 1976, p. 7 e 9).

Na segunda metade dos anos 70 e início dos 80, a escassa profissionalização dos arqueólogos e a falta de empregos remunerados mantêm-se (Serrão, 1977, p. 9; Wiseman, 1982, p. 403; Silva, 1994a, p. 90; Almeida, 2007a, p. 101) mas, pouco a pouco, a realidade começa a alterar-se (Jorge, 1982b, p. 3; Wiseman, 1982, p. 402; Gonçalves, 1983-1984, p. 11). Afirmam-se uma nova e “transitória” forma de exercício da Arqueologia, “para-profissional” (Bugalhão, 2017b, p. 24 e 30). A actividade arqueológica decorria paralelamente ao exercício de uma outra profissão e normalmente não era remunerada (Dias, 1998, p. 38), até porque persistiam os

problemas relacionados com as saídas profissionais e a empregabilidade (Alarcão, 1989, p. 87).

A partir do final dos anos 80, o exercício amador da Arqueologia torna-se cada vez mais raro e residual (Silva, 1987, p. 14; Almeida, 2007a, p. 103).

As primeiras experiências de profissionalização em Arqueologia fora da docência universitária remontam aos anos 70 e 80 e tiveram âmbitos e enquadramentos conjunturais e institucionais muito diversos, no sector empresarial do Estado, na administração pública central, num sector de gestão do Património Cultural ainda em estruturação, em contexto associativo. Refira-se o Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines (Silva, 1997, p. 32; Alves, 2019, p. 12), no início dos anos 70; o Campo Arqueológico de Braga (Silva, 1997, p. 32; Silva, 2002a, p. 307; Alves, 2019, p. 12), no final dos anos 70; o Campo Arqueológico de Mértola (Alves, 2019, p. 12), no início dos anos 80; mas principalmente na estrutura do Estado, o IPPC e os seus SRAZ (Lemos, 2007, p. 106), também no início dos anos 80.

Em meados dos anos 90 cerca de metade dos arqueólogos dedicavam-se em 100% à Arqueologia (Anexo 86, p. 10); eram profissionais! Nessa altura, entre os para-profissionais existia uma atitude distinta do amadorismo. A preparação académica e científica estava já presente de forma efectiva e era evidente a aspiração ao exercício profissional pleno, ou seja, à remuneração regular, com abandono da antiga profissão, que se veio a concretizar na maioria destes casos. No final desta década, com a Convenção de Malta (aprovada e assinada em 1992 e ratificada pelo Estado português em 1997) e a implantação crescente da Arqueologia preventiva associada à aplicação do princípio “do poluidor-pagador” (Zilhão, 1997a, p. 91), estão criadas finalmente condições para a existência de uma classe profissional de arqueólogos com expressão social (Almeida, 2007a, p. 103). No século XXI, o exercício amador e o “para-profissional” da Arqueologia desaparecem. Os arqueólogos ganham a vida sendo arqueólogos, a Arqueologia é uma profissão (Jorge, 2003, p. 119).

No que respeita à afirmação progressiva da profissão, refira-se que a Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94) já considerava a profissão de arqueólogo (2.4.4.2.15 - Arqueólogo)¹²² (SMI); a Classificação portuguesa das actividades

¹²² Classificação Nacional de Profissões de 1994 (CNP/94) do Instituto do Emprego e Formação Profissional, aprovada pela Deliberação n.º 94 do Conselho Superior de Estatística, de 24 de

económicas (CAE) considerava, na revisão de 1994¹²³, as “92520 - actividades dos museus e conservação de locais e de monumentos históricos” e, na revisão de 2008¹²⁴, as “91030 - Actividades dos sítios e monumentos históricos (SMI); e a classificação de actividades incluída no Código de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)¹²⁵ integrou, a partir de 2001, um código para a actividade de arqueólogos “CIRS 1314 – Arqueólogos”.

Não obstante, o percurso descrito no sentido de uma progressiva e total profissionalização da Arqueologia em Portugal é importante sublinhar que em todos os quinquénios analisados o número de arqueólogos profissionais é sempre superior ao de amadores. A profissionalização produziu assim, essencialmente, um enorme crescimento no grupo dos arqueólogos, que se foi tornando mais numeroso à medida que a prática amadora se tornava insignificante.

Neste processo, vão surgindo referências à importância do papel do amadorismo em Arqueologia (Jorge, 1982b, p. 3; Oosterbeek, 2003, p. 10), muitas vezes entendido como sinónimo de voluntariado. Contudo, na actualidade, é imprescindível traçar com rigor as diferenças e fronteiras entre trabalho, amadorismo e voluntariado. Um amador não é apenas alguém que desenvolve uma actividade não remunerada; é também alguém que não detém normalmente requisitos habilitacionais e curriculares como preparação para essa actividade. Em Arqueologia, como noutros sectores da sociedade, há seguramente espaço para o voluntariado cultural, social, juvenil, sénior, formativo, cívico, etc. Mas um voluntário não é um arqueólogo, nem pode substituir

Fevereiro de 1995, publicada no Diário da República, IIª Série de 18 de Abril de 1995; actualizações posteriores pelas Deliberação n.º 97 do Conselho Superior de Estatística, de 5 de Julho de 1995, publicada no Diário da República, IIª Série de 1 de Setembro de 1995 e alterada pela Deliberação n.º 171 do Conselho Superior de Estatística, de 2 de Junho de 1999 publicada no Diário da República, IIª Série de 2 de Julho de 1999.

¹²³ Classificação portuguesa das actividades económicas, revisão 2, aprovada pela 32.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, de 13 de Dezembro de 1991, alterada posteriormente pela 44.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, de 26 de Junho de 1992, publicada pelo Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de Maio.

¹²⁴ Deliberação n.º 327 do Conselho Superior de Estatística de 19 de Março de 2007, publicada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

¹²⁵ O Código do IRS, Decreto-Lei n.º 442-A/88 de 30 de Novembro de 1988 integrava uma classificação de actividades onde a profissão de arqueólogo estava omissa. A revisão deste código de 2000 (Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro) impôs a obrigatoriedade de classificação das actividades exercidas pelos sujeitos passivos do IRS, o que foi concretizado na Portaria n.º 1011/2001 de 21 de Agosto, que incluiu a profissão de arqueólogo.

um arqueólogo. Esta clarificação é tão mais importante, quanto é reconhecida uma “tradição” e “má prática” de recurso indevido a trabalho não remunerado em Arqueologia, situação muitíssimo lesiva para todos os trabalhadores em Arqueologia, mas também para a Arqueologia como ciência e profissão.

Ao longo do período em estudo, entre os amadores há mais homens que mulheres (Bugalhão, no prelo). A diferença de incidência no amadorismo entre os dois sexos explica-se pela entrada tardia e progressiva das mulheres na actividade arqueológica (à semelhança do que ocorre em outros sectores da sociedade portuguesa), numa fase em que esta se encontrava em pleno processo de profissionalização. Eventualmente também, numa determinada fase, sociológica e culturalmente, não seria tão fácil para as mulheres como para os homens terem passatempos fora de casa...

Os casos de arqueólogos estrangeiros e amadores em Portugal são muito pontuais (Bugalhão *et al.*, no prelo), realidade que contrasta com o panorama nacional.

A análise da forma de exercício da actividade arqueológica dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa em função da sua região de origem revelou a preponderância generalizada do exercício profissional, especialmente em relação às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e fora do país. Esta realidade é um pouco matizada em relação aos arqueólogos nascidos no Alentejo e no Algarve, entre os quais o amadorismo apresenta valores um pouco mais elevados.

Os arqueólogos amadores são mais velhos e menos qualificados e os profissionais, tendencial e progressivamente, mais jovens e mais qualificados.

Os arqueólogos amadores desenvolvem a sua actividade essencialmente em associações e em colaboração com entidades públicas. Os arqueólogos profissionais trabalham em todas entidades consideradas, mas a partir do final do século XX, de forma preponderante, para/em entidades privadas.

A actividade sem enquadramento institucional é relevante para amadores e profissionais, embora se revista em cada um destes subgrupos de características distintas. Entre os amadores esta situação decorre do diletantismo e da natureza muitas vezes individual desta forma de exercer a actividade, associados à reconhecida desestruturação da Arqueologia portuguesa. Entre os profissionais a ausência de enquadramento institucional relaciona-se com a presença e preponderância crescente do trabalho em regime liberal ou independente, de prestação de serviços, ou seja, sem

contrato laboral. Inicialmente, os pomposos “recibos brancos selados” e depois, os famosos e mal-afamados “recibos verdes” das pequenas cadernetas em papel e na sua recente versão electrónica.

5.10. Vínculo, relação ou situação laboral

Como foi referido o exercício profissional da actividade arqueológica está presente em todas as fases do período em estudo (ponto 5.9.). Foram analisados os vínculos, relações e situações laborais entre o arqueólogo (profissional) e a instituição que enquadrava o seu trabalho (não apenas o trabalho de campo, mas toda a diversidade de funções e tarefas desempenhadas pelos arqueólogos). Foram consideradas as seguintes categorias: “Trabalhador Independente”, “Trabalhador Dependente”, “Bolsheiro/Investigador” e “Empresário”.

Na categoria “Bolsheiro/Investigador” integraram-se os bolsheiros e os investigadores remunerados mas sem contrato de trabalho. Salienta-se a este respeito que os contratos “de bolsa” (como os celebrados com a FCT e unidades de investigação), os contratos de prestação de serviços ou os contratos de avença, não são contratos de trabalhos, nem conferem vínculo laboral (com todos os deveres e direitos estabelecidos na lei daí decorrentes). Por essa razão, estes profissionais constituem a uma categoria distinta, associada à situação de precariedade laboral.

Este descritor é de aferição difícil e complexa. A realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim a um período relativamente alargado de tempo (ou seja, pretendeu-se recolher informação sobre uma realidade muito dinâmica, em permanente mudança).

Não existem fontes de informação fidedignas que forneçam este tipo de dados de forma sistemática. Como referido no capítulo 3, a recolha de informação relativa ao tipo de vínculo, relação ou situação laboral entre o arqueólogo e a entidade que contrata, promove ou enquadra o seu trabalho recorreu a diferentes e muito diversificadas fontes. Mas ainda assim, a informação recolhida é difusa e, muitas vezes, imprecisa ou incompleta.

Entre os arqueólogos profissionais foram, muito frequentemente, registadas situações laborais muito diversas ao longo do período em estudo e em cada quinquénio. Um mesmo arqueólogo pode registar no seu currículo profissional situações de trabalho

independente e dependente, actividade de gestão empresarial e de investigação apoiada, e ligação a uma ou várias instituições de enquadramento/entidades patronais. Ou seja, no período em estudo e em cada quinquénio, cada arqueólogo pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral, ou acumular ou alternar entre vários.

O factor “tempo” acrescenta ainda complexidade a esta análise. A aferição evolutiva (quinquenal) apresenta dificuldades acrescidas relativamente à análise global, pois atendendo às características já referidas do trabalho em Arqueologia em Portugal, num curto espaço de tempo um arqueólogo pode alternar frequentes vezes de tipo de vínculo, relação ou situação laboral entre o arqueólogo e a entidade que contrata, promove ou enquadra a sua actividade. E as possibilidades de diferentes combinações são múltiplas, rápidas e muito características do trabalho na Arqueologia portuguesa.

Estes factores são agravados pelas reconhecidas e extraordinárias instabilidade, flexibilidade e dinamismo do trabalho em Arqueologia em Portugal. Ainda assim, a recolha de dados foi tão exaustiva quanto possível e o seu tratamento procurou maximizar todas as suas potencialidades informativas. Contudo e atendendo à dificuldade e complexidade na aquisição deste tipo de dados com a exactidão desejável, os valores aqui apresentados devem ser entendidos como indicativos, tanto na sua globalidade como na perspectiva evolutiva.

A evolução quinquenal (e a sua representação gráfica) relativa aos vínculos ou relações laborais dos arqueólogos em Portugal será quase sempre restrita ao período entre 1990 e 2014, quando a evolução da profissão começou a produzir relações laborais mais diversificadas e desequilibradas.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos profissionais com apenas um vínculo profissional - 1.418
Arqueólogos profissionais com vários vínculos profissionais - 412
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Relembra-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Analisados os dados apurados, verificou-se que em algum momento do período em estudo, 68% dos arqueólogos profissionais trabalharam em regime independente, 41% trabalharam em regime dependente, 8% foram bolseiros ou investigadores e 7% foram empresários.

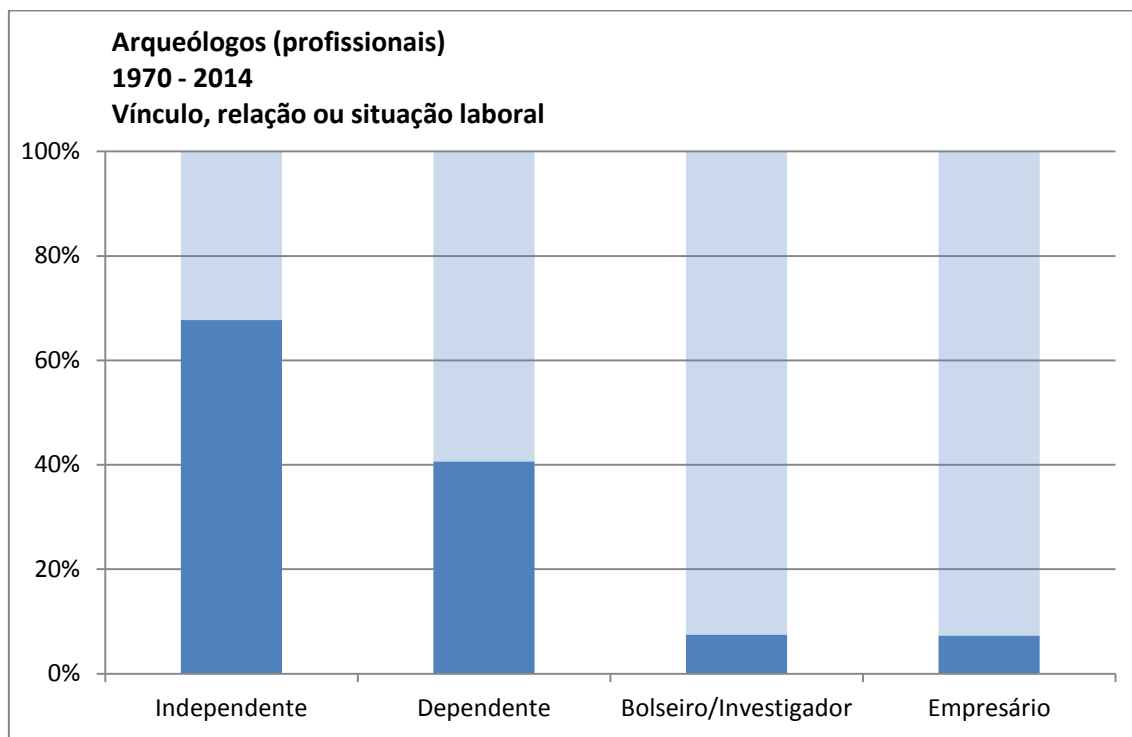


Gráfico 112: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral.

Como foi referido, por vezes um mesmo arqueólogo regista vários tipos de vínculo, relação ou situação laboral durante o período em estudo. Nestas condições encontram-se cerca de 22% dos arqueólogos para os quais foi possível apurar esta informação. Consequentemente, para cerca de 78% destes arqueólogos registou-se apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral ao longo do período em estudo: 48% dos arqueólogos trabalharam exclusivamente em regime independente; 26% trabalharam exclusivamente em regime dependente; 3% foram exclusivamente bolseiros/investigadores e 1% foram exclusivamente empresários.

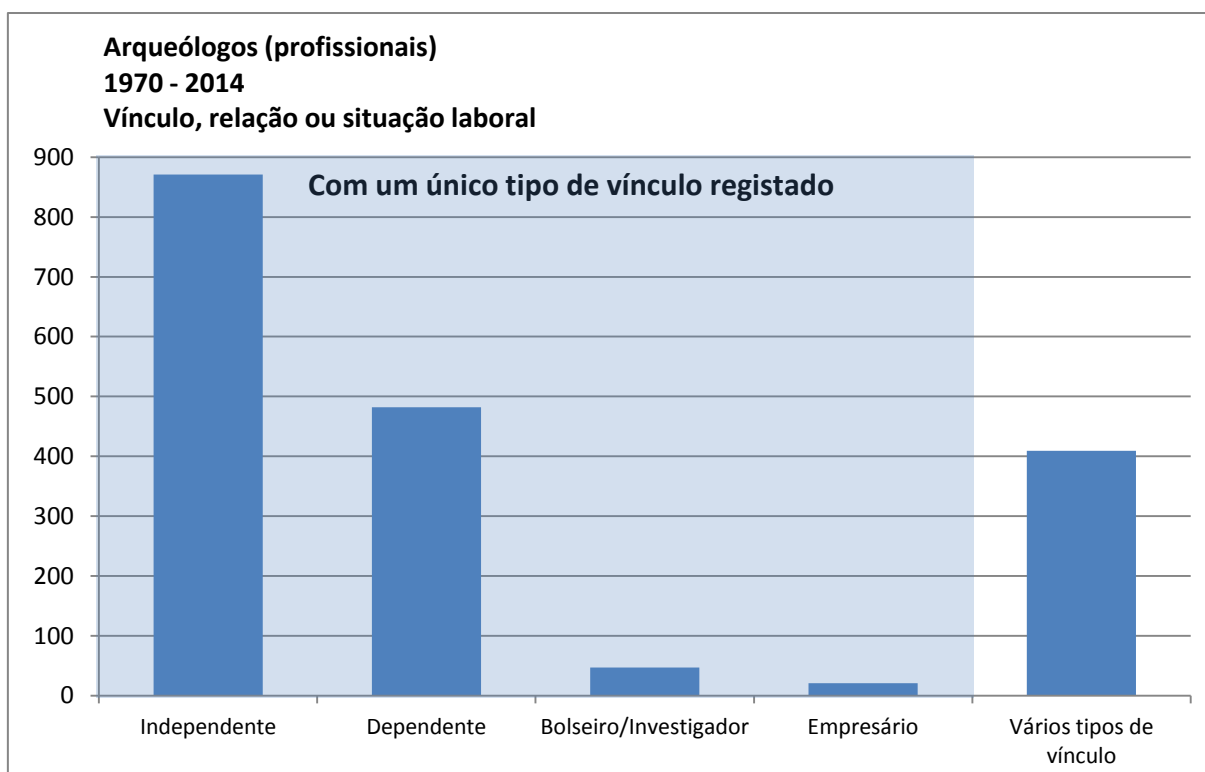


Gráfico 113: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral, variabilidade.

Procedeu-se também ao complexo exercício de análise deste descritor ao longo do período em estudo. Verificou-se que entre 1970 e 1984 o trabalho dos arqueólogos em Portugal é desenvolvido essencialmente em regime dependente, verificando-se casos muito pontuais de bolseiros e profissionais independentes. Entre 1985 e 1994, parece desenhar-se uma fase de transição, com o trabalho independente a consolidar a sua presença. No quinquénio de 1995-1999 desenvolvem-se mudanças profundas no exercício profissional da Arqueologia em Portugal. O trabalho em regime independente ou liberal ganha predomínio, cresce o número de bolseiros (com a atribuição das primeiras bolsas de mestrado e doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e surgem os primeiros empresários de Arqueologia.

Durante os primeiros 15 anos do século XXI, o panorama laboral português em Arqueologia ganha os contornos que conhecemos na actualidade. A maioria dos arqueólogos trabalha em regime independente (num máximo de 68% entre 2005 e 2009). O trabalho dependente que tinha registado valores absolutos crescentes entre 1970 e 1999 (ou seja, aumento do trabalho com contrato laboral e tendencialmente estável), estabiliza entre 2000 e 2014, registando forte quebra relativa. Os bolseiros e

investigadores aumentam de número nestes 15 anos. O peso relativo dos empresários parece tender para a estabilização.

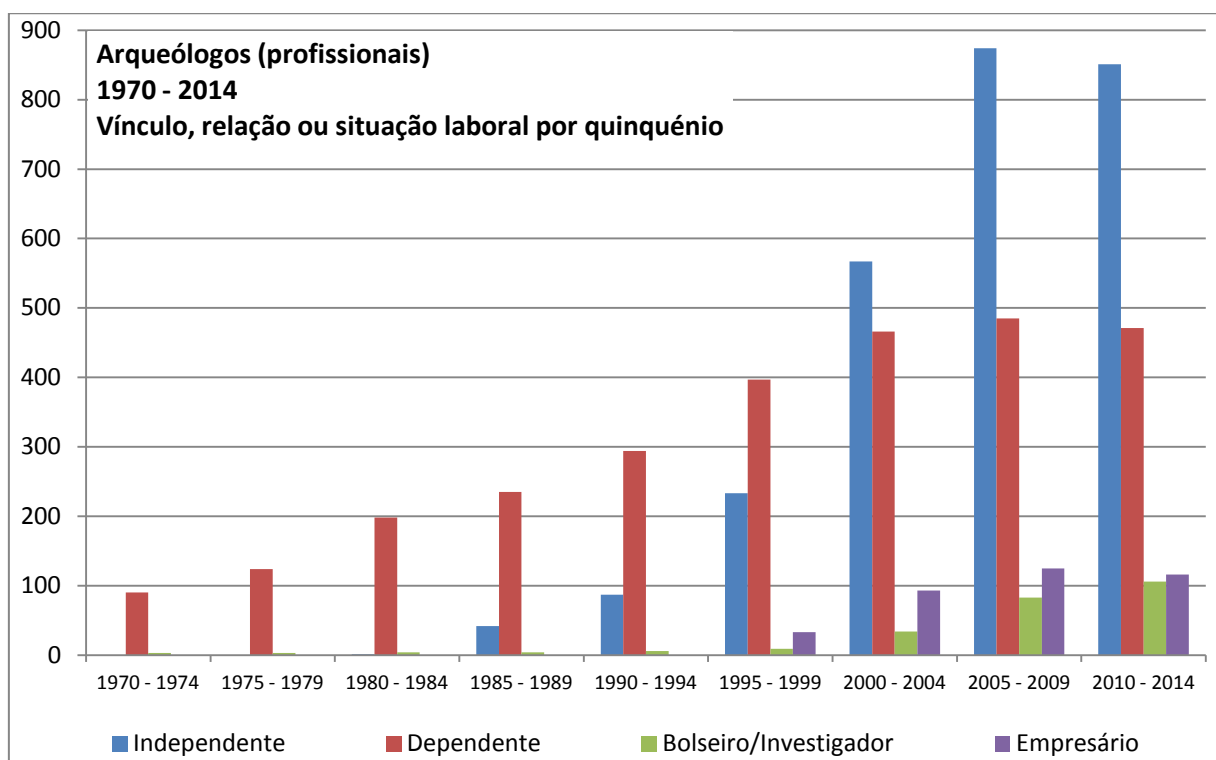


Gráfico 114: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral por quinquénio.

5.10.1. Vínculo, relação ou situação laboral/Sexo

Foram analisados o vínculo, relação e situação laboral dos arqueólogos profissionais em função do sexo¹²⁶ (ponto 5.4.6).

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos profissionais - 1.849
 Arqueólogos profissionais com tipo de vínculo apurado - 1.830
 Arqueólogos Independentes - 1.252
 Arqueólogos Dependentes - 751
 Bolseiros/Investigadores - 138
 Empresários - 135
 Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
 Arqueólogos do sexo feminino - 981

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

¹²⁶ O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos profissionais, com ou sem o (ou os) vínculo, relação ou situação laboral apurado.

Entre os profissionais masculinos, verificou-se que 54% dos homens trabalharam de forma independente, 38% trabalharam por conta de outrem, 7% foram empresários e 6% bolseiros ou investigadores. Entre as arqueólogas, 67% trabalharam em regime independente, 33% tiveram contrato de trabalho, 8% foram bolsieras ou investigadoras e 6% empresárias.

Em suma, verifica-se que 75% das arqueólogas em algum momento do período em estudo trabalharam em situação tendencialmente precária. A percentagem dos homens nas mesmas circunstâncias desce para 60%. Contudo, esta conclusão deve ser matizada através da análise evolutiva, pois deve considerar-se que o sexo feminino só marca presença paritária no grupo dos arqueólogos a partir do início de século XXI, precisamente na fase em que a precariedade entre os arqueólogos alcançou proporções mais significativas.

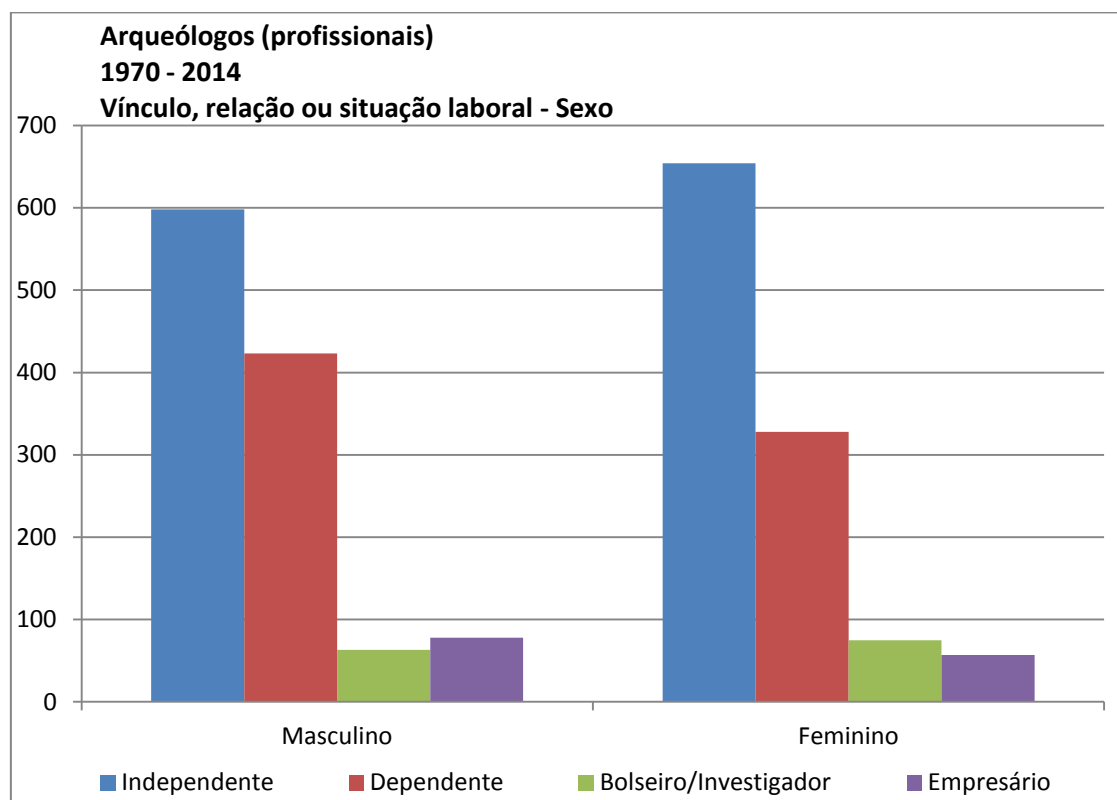


Gráfico 115: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Sexo.

Entre 1990 e 2014 o trabalho independente regista valores sempre crescentes. Até 1999 há mais homens que mulheres neste regime de trabalho; entre 2000 e 2014 as mulheres são mais numerosas. O trabalho dependente apresenta valores tendencialmente estáveis entre 1990 e 2014. Apenas nos últimos 5 anos há

ligeiramente mais mulheres que homens com contrato laboral. Entre 1990 e 2014 os bolsheiros/investigadores vão aumentando de número, com predomínio das mulheres a partir de 2005. Após o surgimento das primeiras empresas no final do século XX, entre 2000 e 2014 o número de empresários tende para a estabilidade, sendo que há sempre mais empresários que empresárias.

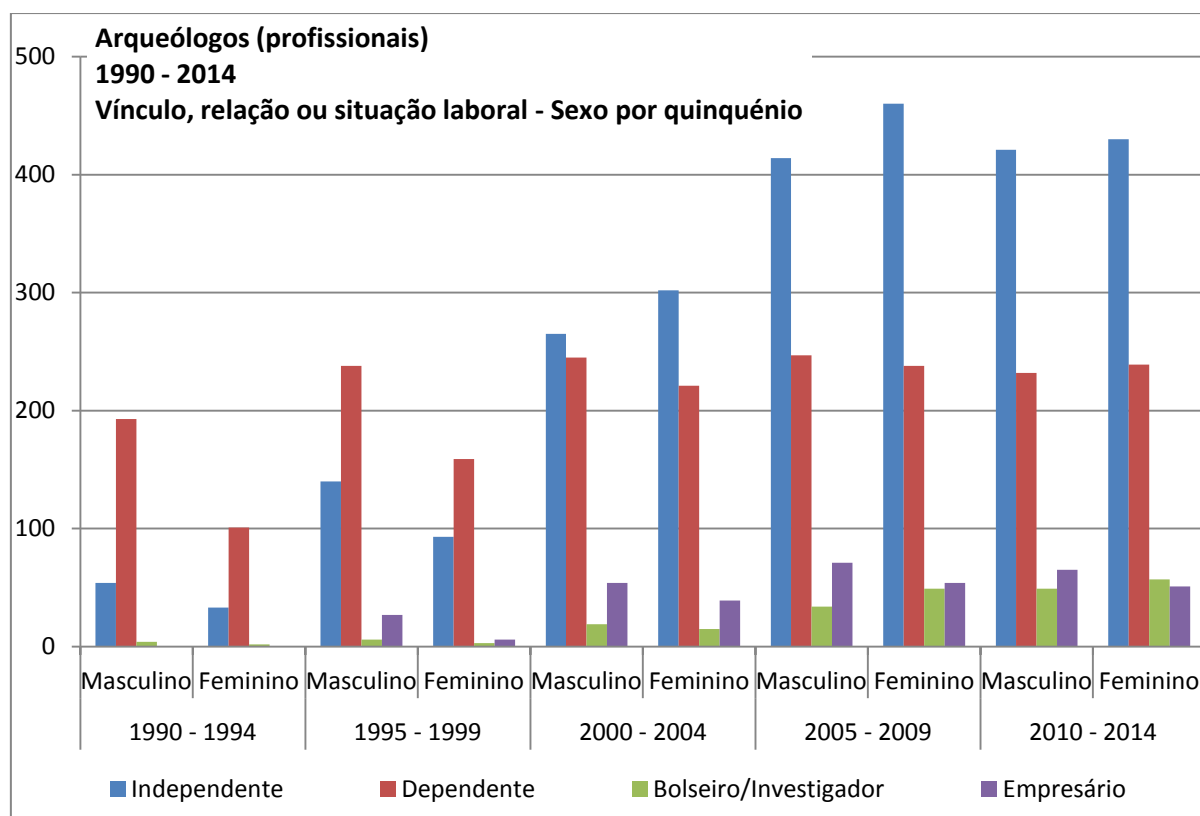


Gráfico 116: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Sexo por quinquénio.

5.10.2. Vínculo, relação ou situação laboral/Nacionalidade

Analisou-se o tipo de vínculo laboral sob o qual desenvolviam a sua actividade¹²⁷ (ponto 5.5.5), considerando o estatuto eminentemente profissional dos arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal.

¹²⁷ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para todos os arqueólogos profissionais, independentemente do (ou dos) vínculo, relação ou situação laboral.

Arqueólogos - 2.080
 Arqueólogos Profissionais - 1.849
 Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
 Arqueólogos Independentes - 1.252
 Arqueólogos Dependentes - 751
 Bolseiros/Investigadores - 138
 Empresários - 135
 Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
 Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos profissionais portugueses registou-se 73% de trabalho independente, 38% de trabalho dependente, 8% de empresários e 7% de bolseiros/investigadores. Entre os estrangeiros, o trabalho dependente é predominante (62%) em relação ao independente (32%), aos bolseiros/investigadores (10%) e aos empresários (2%).

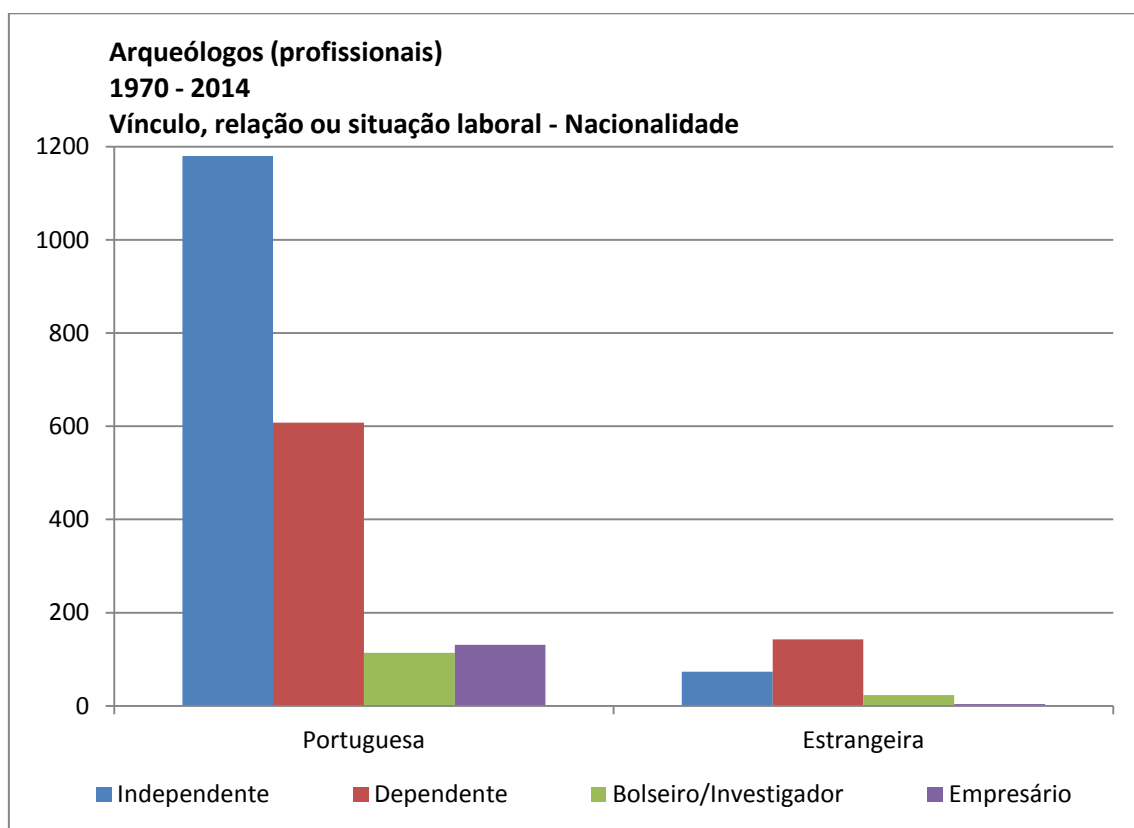


Gráfico 117: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Nacionalidade.

Entre 1990 e 2014, observa-se que o trabalho independente regista um crescimento que é especialmente acentuado entre os portugueses. Entre 2000 e 2014, entre os estrangeiros neste tipo de situação regista-se alguma estabilidade.

No trabalho enquadrado por contrato laboral regista-se uma tendência estável entre os estrangeiros e, entre os portugueses, uma primeira fase de crescimento até 1999 (que aliás remonta ao início do período em estudo, 1970), seguida de quinze anos de valores equilibrados.

Os bolseiros e investigadores aumentam de número entre 1990 e 2014, tanto entre portugueses como entre estrangeiros.

A partir 1995 surgem os empresários entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa e a partir de 2000 entre os arqueólogos estrangeiros (espanhóis, como já referido), mas sempre com níveis de frequência residuais. Entre 1995 e 2010, o número de empresários portugueses cresce, registando uma quebra no último quinquénio em análise, em contexto de crise económica (Gráfico 118).

5.10.3. Vínculo, relação ou situação laboral/Naturalidade

Foi analisado o vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos profissionais de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de naturalidade¹²⁸ (ponto 5.6.5.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

¹²⁸ Entre os profissionais, a naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa foi apurada para 786 trabalhadores independentes (63%); 474 trabalhadores dependentes (63%); 94 bolseiros/investigadores (68%); 107 empresários (79%).

Salienta-se que este é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos profissionais nascidos na região Norte, em algum momento do período em estudo: 73% foram trabalhadores independentes; 37% foram trabalhadores dependentes; 5% foram bolseiros ou investigadores; e 11% foram empresários. Os arqueólogos nascidos nesta região registam valores relativos próximos do universo em todos os tipos de vínculo, relação ou situação laboral, excepto no grupo dos empresários, no qual registam um valor relativo particularmente elevado. A precariedade laboral (associada essencialmente ao trabalho independente e à situação de bolseiro/investigador) neste subgrupo poderá ter atingido em algum momento do período em estudo 78% dos arqueólogos.

Nos arqueólogos nascidos na região Centro registam-se valores de 71% para o trabalho independente e 39% para o trabalho dependente. Neste caso a percentagem de bolseiros e investigadores é particularmente baixa (2%) e a percentagem de empresários (9%) pode considerar-se mediana. Entre os arqueólogos profissionais naturais da região Centro a precariedade laboral poderá ter atingido 73%.

Entre os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo, o trabalho independente atinge 70%. O trabalho dependente regista o valor relativo mais elevado entre todos os subgrupos analisados (47%). O peso relativo dos bolseiros e investigadores naturais desta região (12%) também é consideravelmente alto. Os empresários apresentam um valor relativo médio (9%). Entre os arqueólogos profissionais naturais desta região, os níveis de precariedade poderão ter atingido 82%.

Os naturais da região do Alentejo apresentam valores de 77% de trabalho independente, 45% de trabalho dependente, 9% de empresários e apenas 6% de bolseiros e investigadores. Entre os arqueólogos profissionais alentejanos, os níveis de precariedade poderão situar-se nos 83%.

Na região do Algarve nasceram arqueólogos profissionais que trabalham de forma independente em 63% e de forma dependente em 44%. Os bolseiros e investigadores registam um valor elevado de 16%, ao contrário dos empresários que representam apenas 3%. Entre os arqueólogos profissionais algarvios, os níveis de precariedade poderão ter atingido os 79%.

Quanto aos arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora de Portugal, registam 73% de trabalho independente. Os valores relativos do trabalho dependente (42%), dos bolseiros e investigadores (11%) e, principalmente dos empresários (14%) são elevados. Entre os arqueólogos profissionais portugueses nascidos fora do país, os níveis de precariedade poderão ter abrangido 83% do subgrupo.

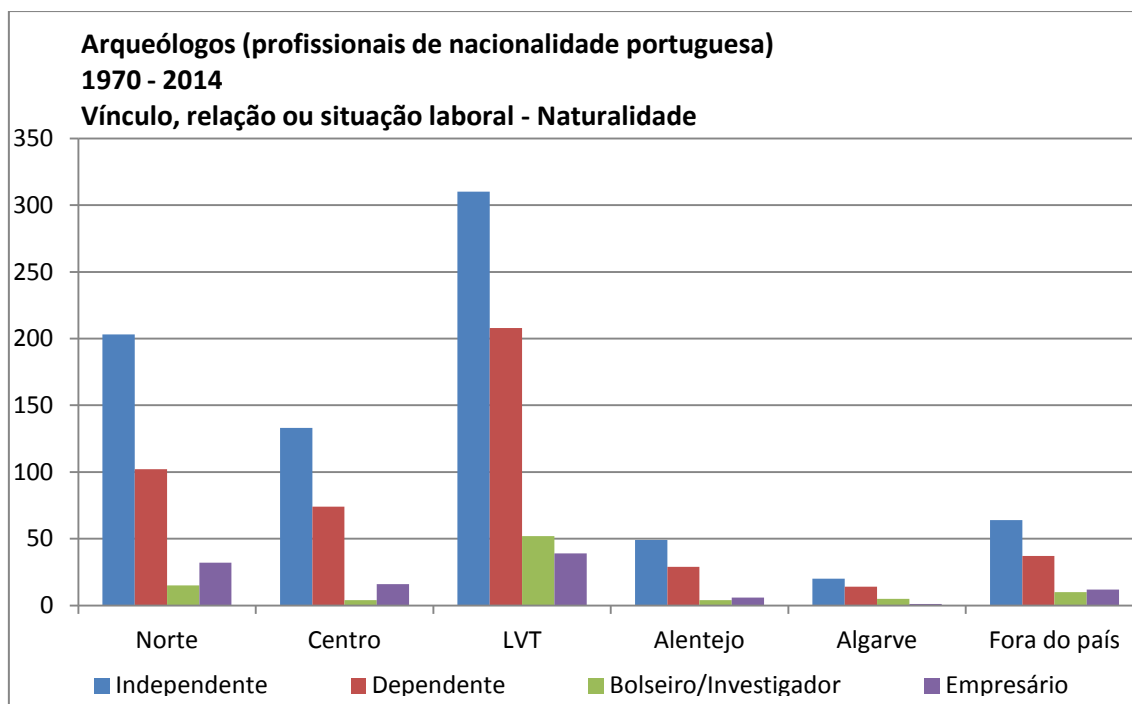


Gráfico 119: Arqueólogos (profissionais de nacionalidade portuguesa), 1970 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Naturalidade.

Não se observam diferenças significativas entre regiões de naturalidade na evolução dos diferentes tipos de vínculo, relação e situação laboral. No primeiro quinquénio do século XXI, o trabalho independente suplanta em número o dependente, entre os naturais da região Norte, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e entre os nascidos fora do país. Na década seguinte, o mesmo sucede entre os naturais do Centro e do Algarve (Gráfico 120).

5.10.4. Vínculo, relação ou situação laboral/Estrutura etária

Foram analisados o vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos profissionais em função da idade¹²⁹ com base no seu ano de nascimento (ponto 5.7.6.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

Os subgrupos dos trabalhadores independentes, bolseiros e investigadores e empresários apresentam estruturas etárias semelhantes, tendencialmente jovens. Os números de arqueólogos destes subgrupos nascidos por década vão aumentando entre 1885 e 1954. Verifica-se um forte impulso no número de arqueólogos nascidos entre 1965 e 1984, atingindo-se os valores máximos (especialmente notado entre os trabalhadores independentes), seguindo-se uma quebra na última década “incompleta”.

Os trabalhadores dependentes têm uma estrutura etária diferente. O número destes nascidos por década vai aumentando até 1944. Entre 1945 e 1974, este valor aumenta de forma mais intensa e atinge o valor máximo, seguindo-se uma quebra na década de 1975-1984 (não verificada nos outros subgrupos). Consequentemente, este subgrupo tem uma estrutura etária mais envelhecida (Gráfico 121).

Ao longo do período em estudo as médias etárias por quinquénio dos trabalhadores independentes situam-se entre os 26 e os 33 anos, parecendo tender para o envelhecimento na fase final. Como já referido, os trabalhadores dependentes são o subgrupo mais maduro com médias etárias relativamente estáveis (entre 37 e 43 anos). Os bolseiros/investigadores, entre 1990 e 2014, constituem um grupo jovem, entre 30 e os 33 anos. Por fim, os empresários fornecem médias etárias inicialmente jovens (32 anos) mas que tendem para envelhecimento (39 anos, entre 2010 e 2014), em consequência de uma estabilidade do subgrupo, com escassos ingressos.

¹²⁹ O ano de nascimento dos arqueólogos profissionais foi apurado para 1.034 trabalhadores independentes (83%); 630 trabalhadores dependentes (84%); 123 bolseiros/investigadores (89%); 124 empresários (92%).

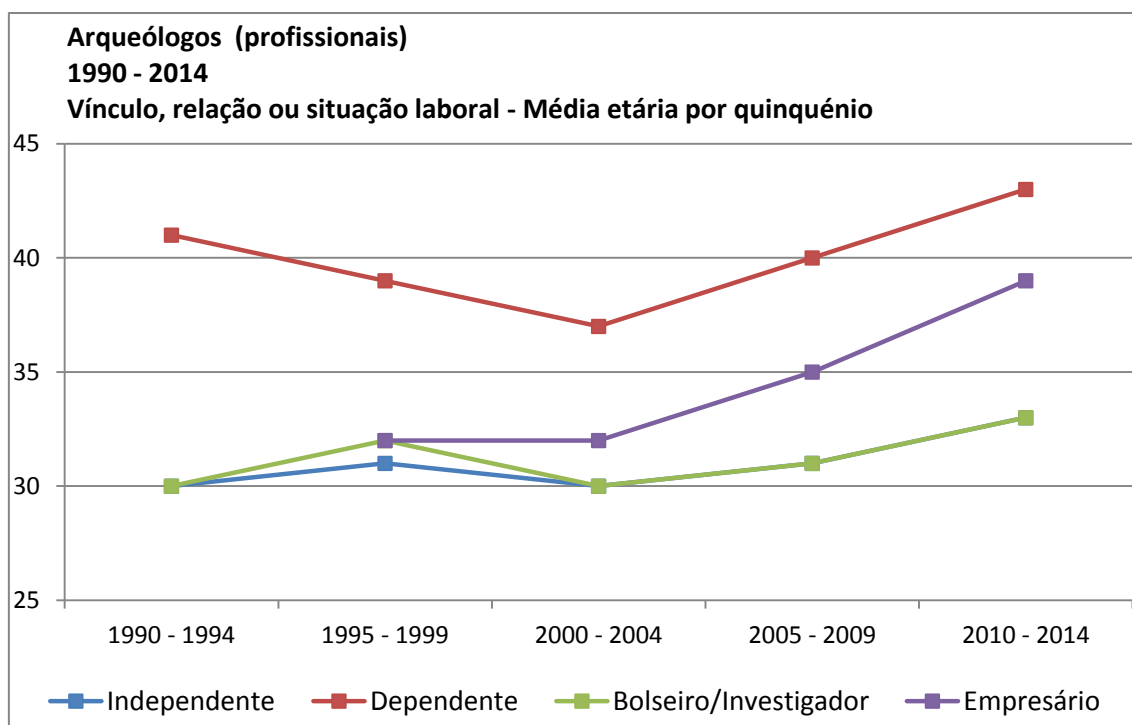


Gráfico 122: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Média etária por quinquénio.

5.10.5. Vínculo, relação ou situação laboral/Habilitação académica

Foi analisado o vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos profissionais em função da sua habilitação académica¹³⁰ (ponto 5.8.6.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de dificuldade e complexidade como já foi explicado (ponto 5.8.). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

¹³⁰ A habilitação académica dos arqueólogos profissionais foi apurada para 1.248 trabalhadores independentes (99,7%); 744 trabalhadores dependentes (99%); 137 bolseiros/investigadores (99%); 135 empresários (100%).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos estrangeiros com habilitação académica apurada - 235
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Salienta-se que o “vínculo, relação ou situação laboral” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

A presença de arqueólogos sem habilitações académicas superiores e com outras habilitações entre os profissionais é despicienda. Ainda assim, registe-se que os arqueólogos profissionais sem habilitações académicas superiores são predominantemente trabalhadores por conta de outrem.

Entre os licenciados, 63% trabalharam (em algum momento do período em estudo) em regime independente; 37% em regime dependente; 7% trabalharam como bolseiros ou investigadores e 7% foram empresários.

Entre os mestres regista-se uma situação aproximada no que se refere a vínculos e relações laborais, com excepção do valor relativo de bolseiros e investigadores que neste subgrupo é superior (15%).

Por fim os doutores exerceram a sua profissão com vínculo dependente em 78% dos casos. O trabalho independente (27%) as bolsas e investigação remuneradas (16%) e a direcção empresarial (5%) registam peso relativo inferior entre este subgrupo.

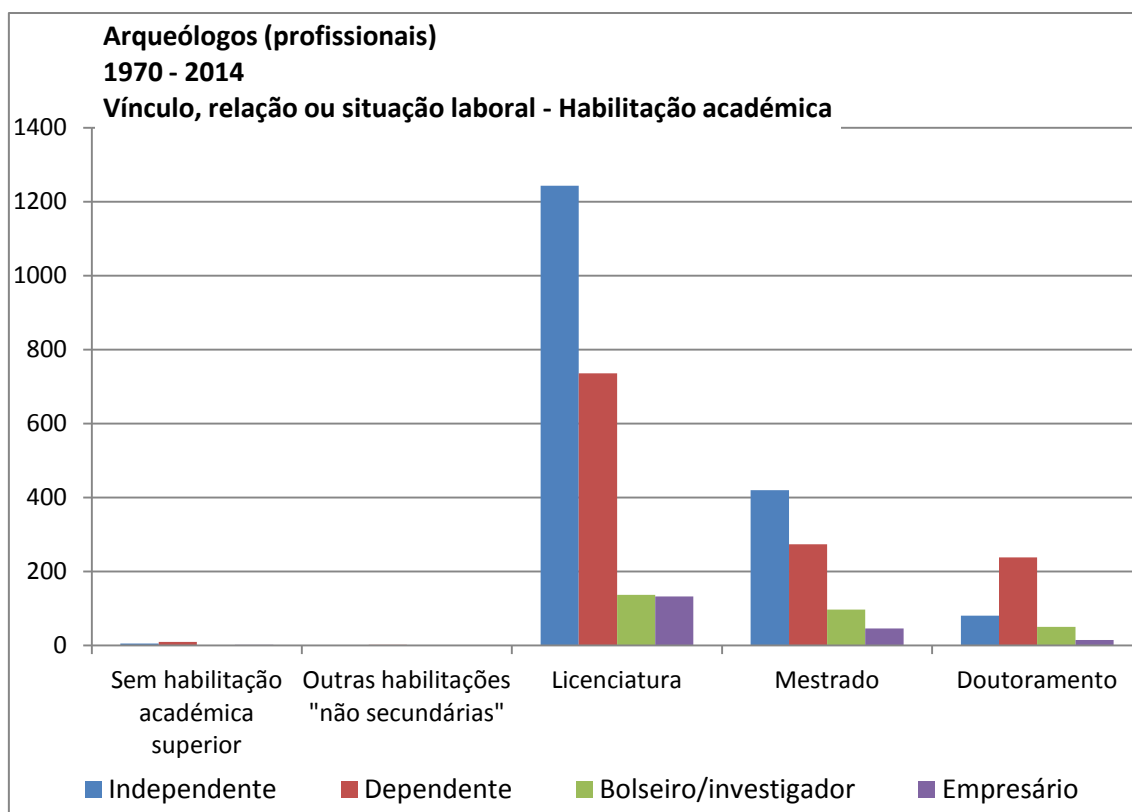


Gráfico 123: Arqueólogos (profissionais), 1990 - 2014. Vínculo, relação ou situação laboral - Habilitação académica.

A evolução temporal das habilitações académicas (considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida no quinquénio) nos vários tipos de vínculo, relação e situação laboral dos arqueólogos em Portugal, entre 1990 e 2014, demonstra que os trabalhadores independentes se vão qualificando progressivamente. À licenciatura (habilitação base e praticamente universal) vão acrescentando, em cada quinquénio mais frequentemente, o mestrado. O número de trabalhadores independentes com doutoramento também vai aumentando mas de forma menos intensa.

Os trabalhadores dependentes registam uma evolução semelhante mas, entre estes, as diferenças de frequência entre os graus de licenciatura, mestrado e doutoramento são menores.

Entre os bolseiros e investigadores a distribuição dos diferentes graus académicos tende para o equilíbrio mas, principalmente na última década em estudo, a licenciatura (como única habilitação detida) não é o grau académico dominante. Nesta fase, os bolseiros e investigadores são maioritariamente detentores de mestrado e

doutoramento, em resultado de duas décadas de investimento na formação académica avançada, nomeadamente através da atribuição de bolsas para este efeito pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Nos últimos vinte anos em análise, em que os empresários marcam presença, verifica-se uma estabilidade na distribuição das diversas habilitações académicas, com predomínio da habilitação básica, a licenciatura e valores inferiores de mestrados e doutoramentos (Gráfico 124).

5.10.6. Vínculo, relação ou situação laboral/Forma de exercício da actividade

Uma vez que o vínculo apenas se apurou para os profissionais (ponto 5.10.) a análise da relação entre estes descritores não ocorre.

5.10.7. Vínculo, relação ou situação laboral/ Enquadramento institucional

Finalmente procedeu-se à análise do vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos profissionais em função do enquadramento institucional do seu trabalho¹³¹ (ponto 5.11.7.). Relembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, pode trabalhar apenas para/numa instituição ou para/em várias, registando diversos tipos de enquadramento institucional ou alternando entre eles.

Deve atender-se ainda à já referida dificuldade na recolha de dados para estes dois descritores.

¹³¹ Entre os profissionais, o (ou os) enquadramento institucional foi apurado para 1.252 trabalhadores independentes (100%); 750 trabalhadores dependentes (99,9%); 138 bolseiros/investigadores (100%); 135 empresários (100%).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

Todos os tipos de vínculo, relação e situação laboral considerados estão documentados em todos os tipos de instituição de enquadramento do trabalho dos arqueólogos e no trabalho sem enquadramento institucional. Salienta-se que o “vínculo, relação ou situação laboral” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Na administração pública central o trabalho dependente é maioritário (71%), embora também se registre 52% de trabalhadores independentes, 10% de bolseiros/investigadores e 6% de empresários.

Nos trabalhadores da administração pública local regista-se 60% de trabalhadores dependentes e igual valor dos trabalhadores independentes, bem como 5% dos bolseiros/investigadores e 5% dos empresários.

O trabalho independente é prevalente (50%) nas associações, que integraram também 38% dos trabalhadores dependentes, 8% dos bolseiros/investigadores e 7% dos empresários.

As universidades e unidades de investigação portuguesas enquadraram o trabalho de 59% de trabalhadores independentes, 41% de trabalhadores dependentes, 22% de bolseiros e investigadores e 5% de empresários.

Nas universidades e unidades de investigação estrangeiras o trabalho dependente é predominante (83%), registando-se 14% de bolseiros/investigadores, 10% de trabalhadores independentes e 1% de empresários.

As empresas de arqueologia são as grandes empregadoras dos trabalhadores independentes (92%), integrando ainda 19% de trabalhadores dependentes, naturalmente 13% de empresários e ainda 6% de bolseiros/investigadores.

Nas empresas fora do ramo arqueológico o panorama é semelhante, mas com valores de trabalho independente ainda superiores (96%) e de trabalho dependente ainda inferiores (16%).

O trabalho sem enquadramento institucional recorre essencialmente ao trabalho independente (97%), registando-se ainda neste subgrupo 20% de trabalhadores dependentes, 9% de empresários e 6% de bolseiros/investigadores (Gráfico 125).

Considerando o período entre 1990 e 2014, entre os trabalhadores independentes regista-se uma distribuição de valores relativos de enquadramento institucional equilibrada. A partir de 1995, o trabalho independente sem enquadramento institucional e em empresas de arqueologia ganha progressivamente terreno. Entre 2000 e 2014 o trabalho independente em empresas fora do ramo arqueológico ganha também espaço relevante e crescente.

Relativamente aos trabalhadores dependentes, verifica-se entre 1990 e 2014 uma maior incidência na actividade em organismos públicos, com valores especialmente interessantes e crescentes na administração pública local.

Entre os bolseiros e investigadores que, como foi referido, trabalham essencialmente em universidades e unidades de investigação portuguesas, há a referir, principalmente entre 2005 e 2014, a situação de alternância com o trabalho em empresas de arqueologia e noutro tipo de empresas e sem enquadramento institucional. Estes dados indicam que num mesmo quinquénio é frequente um bolseiro/investigador trabalhar também como prestador de serviços independente (antes ou de depois da bolsa).

Finalmente, entre os empresários, de 1995 a 2014, confirma-se a associação entre a gestão de empresas de arqueologia e o trabalho em regime independente, sem enquadramento institucional ou para outro tipo de empresas. A relação com outros tipos de enquadramento institucional decorre da pontual acumulação da gestão empresarial com outro tipo de actividade em Arqueologia (na administração pública central e local, nas universidades, ou em associações) (Gráfico 126).

5.10.8. Precariedade e estabilidade na Arqueologia portuguesa

A caracterização da situação no mundo do trabalho, dos vínculos contratuais e das diversas relações e situações laborais dos arqueólogos é essencial para o conhecimento da profissão de arqueólogo. Esta profissão é a numericamente mais relevante entre os profissionais de Arqueologia ou com actividade na área da Arqueologia (Almeida, 2007b, p. 141). Como já foi demonstrado, o exercício profissional da actividade arqueológica está presente de forma predominante em todas as fases do período em estudo (Bugalhão, 2017b, p. 24-25 e 31). O exercício da profissão decorre em formatos variados, desde o contrato laboral clássico (trabalho dependente ou por conta de outrem), até à prestação de serviços, ao trabalho em regime liberal, às bolsas de investigação (ou outras formas remuneradas do trabalho em investigação, sem contrato laboral,) e à actividade empresarial (em regime de empresário em nome individual ou na gestão de empresa constituída para o efeito).

Da análise efectuada ressalta um traço fortemente característico do grupo profissional dos arqueólogos em Portugal no início do século XXI, a precariedade laboral (Carneiro, 2003a, p. 116; Bugalhão, 2017b, p. 24-25). Consideram-se situações laborais tendencialmente precárias, instáveis ou transitórias e de curta ou indeterminada duração, o trabalho sem contrato laboral (em regime independente de prestação de serviços) e as bolsas de investigação. Nesta acepção, os dados recolhidos indicam que mais de $\frac{2}{3}$ dos arqueólogos que integram o universo trabalharam de forma precária em pelo menos parte do período em que estiveram em actividade e que metade trabalhou exclusivamente de forma precária. Tudo indica que, mesmo o trabalho dependente registado, frequentemente, não é permanente, mas a prazo ou por tempo determinado. Acresce que, nos casos referidos em que os arqueólogos exercem a sua profissão em modalidades distintas ao longo do período em estudo, parece verificar-se que o tempo que trabalham em regime precário, liberal, independente e como bolseiros, é consideravelmente mais longo, que o ocupado em trabalho dependente e/ou como empresários.

No final dos anos 70 do século XX, são referenciados os, eventualmente, primeiros precários da Arqueologia portuguesa: mais de dez trabalhadores sem vínculo laboral estável que constituíram a equipa recém-constituída do Campo Arqueológico de Braga

(Alves, 2019, p. 12), mais tarde integrados no quadro do Museu de D. Diogo de Sousa (Alves, 2019, p. 16).

Até meados dos anos 80 do século XX, não obstante o número muito escasso de “empregos” em Arqueologia (Lemos, 1987, p. 9), o trabalho dependente era o mais frequente. Contudo, nesta década, o recurso indevido a “tarefeiros” era comum e repudiado (Alarcão, 1989, p. 89).

No inquérito nacional aos arqueólogos desenvolvido em 1995 pela APA (Silva, 1997, p. 33; Anexo 86), cerca de 1/3 dos cerca de 250 trabalhadores de Arqueologia referenciados tinham vínculo laboral precário.

Depois, e principalmente entre 2000 e 2014, o trabalho independente é largamente predominante. A maior parte das empresas de Arqueologia recorre abundantemente à prestação de serviços para colmatar as suas necessidades de recursos humanos (Silva, 2003b, p. 126). A maioria dos arqueólogos trabalha sem vínculo laboral estável (Silva, 2007b, p. 14) e sem condições de trabalho dignas e aceitáveis, produzindo um exercício laboral e profissional muito desregulado e degradado (Jorge, 2000b, p. 164; Silva, 2003b, p. 126; Almeida e Neves, 2006, p. 89; Silva, 2007b, p. 14; Lopes, 2009, p. 62-63; Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et al.*, 2020). Esta precariedade coexiste com elevados índices de abandono da profissão (Valera, 2007, p. 80), mas também com elevados índices de “empregabilidade” ou “ocupabilidade” profissional (Silva, 1999c, p. 20; Silva, 1995a, p. 100; Gamito, 2003, p. 139; Bicho, 2001, p. 16; Bugalhão, 2011, p. 33; Rocha, 2015, p. 10; Comissão Europeia, 2017). Nos últimos vinte anos não tem havido falta de trabalho para os arqueólogos em Portugal.

Paralelamente, surgem os empresários de Arqueologia (Almeida, 2007b, p. 146; Silva *et al.*, 1994, p. 76) e, com a criação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 1997, aumentam de número as bolsas de investigação embora ainda de forma insuficiente (Lemos, 2007, p. 108).

Em termos comparativos, entre as mulheres há mais incidência do tipo de relação laboral aqui considerada precária (trabalho independente e bolseiro/investigador) e entre os homens, mais empresários e uma incidência ligeiramente superior de trabalho dependente. A observação evolutiva confirma estas conclusões.

Ao contrário do verificado para os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, entre os estrangeiros a maioria trabalha com contrato laboral. Neste subgrupo

proporcionalmente há menos trabalhadores independentes e empresários e mais bolseiros/investigadores. Ainda assim, o trabalho independente regista valores crescentes entre os arqueólogos estrangeiros, principalmente entre 2000 e 2014 (Bugalhão *et al.*, no prelo).

Em termos proporcionais, parece verificar-se uma incidência mais forte de trabalhadores independentes entre os naturais da região Centro, de bolseiros/investigadores entre os naturais das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve e de empresários entre os naturais da região Norte (Bugalhão, 2020, p. 89).

De uma forma geral, os trabalhadores independentes, bolseiros e investigadores e empresários são subgrupos tendencialmente jovens, por comparação com os trabalhadores dependentes que registam médias etárias superiores. Na última década em estudo, as médias etárias de todos os arqueólogos subiram, independentemente do seu tipo de vínculo, relação ou situação laboral.

Em todos os tipos de vínculo, relação ou situação laboral encontramos titulares (exclusiva ou cumulativamente) de licenciatura, mestrado e doutoramento. Mas o peso relativo de cada grau varia conforme a situação laboral. Os trabalhadores dependentes e, principalmente, os bolseiros e investigadores acumulam tendencialmente qualificações académicas mais elevadas. Os trabalhadores independentes e empresários aparentam ser subgrupos menos qualificados academicamente.

Todos os tipos de vínculo, relação ou situação laboral registam elevadas frequências de trabalho sem enquadramento institucional, mas especialmente os trabalhadores independentes e os empresários. Os trabalhadores independentes trabalham maioritariamente para empresas de arqueologia; os dependentes maioritariamente na administração local; os bolseiros e investigadores maioritariamente em universidades e unidades de investigação portuguesas; os empresários, naturalmente, em empresas de arqueologia.

Não obstante as preocupações que levantam os níveis elevados de trabalhadores municipais sem contrato laboral (Almeida, 2007b, p. 142 e 146) a observação de frequências elevadas de trabalho dependente nas autarquias locais é especialmente relevante e poderá ter potencial prospectivo se considerarmos que ainda há muitos municípios que não têm nos seus quadros quaisquer trabalhadores de Arqueologia. O

trabalho na administração pública local, estável, com qualidade e elevadíssimo valor cultural, social e patrimonial poderá ser um dos caminhos a percorrer no desiderato de alterar o degradante panorama das relações laborais em Arqueologia que se vive em Portugal.

Pode considerar-se que há uma especial incidência da precariedade laboral nas empresas de arqueologia e nas universidades e unidades de investigação portuguesas. Mas evidentemente é no muito abundante trabalho em regime independente sem enquadramento institucional que a precariedade laboral em Arqueologia assume a sua expressão máxima.

5.11. Enquadramento institucional

As instituições que marcam presença na Arqueologia portuguesa ao longo do período em estudo serão analisadas no capítulo 6 da presente dissertação. O enquadramento institucional da actividade arqueológica de campo será abordado extensivamente no ponto 7.7. Neste ponto tentará proceder-se à análise do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos portugueses, ao longo do período em estudo. O objecto em estudo é o mesmo mas será analisado de distintos pontos de vista distintos.

O apuramento do enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos foi feito independentemente da forma de exercício da actividade arqueológica (profissional/amadora), profissão (no caso dos amadores) e tipo de vínculo, relação ou situação laboral dos profissionais. Também neste caso não se considerou apenas o trabalho de campo, mas toda a diversidade de funções e tarefas enquadráveis na actividade de um arqueólogo. Foram consideradas as seguintes categorias: “Administração Pública Central”, “Administração Pública Local”, “Associação”, “Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa”, “Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira”, “Empresa de Arqueologia”, “Empresa - Outras” e “Sem Enquadramento institucional”.

Na categoria “Empresa - Outras” consideraram-se as empresas fora do sector arqueológico, nomeadamente, empresas com actividade em AIA, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc.

A categoria “Sem Enquadramento institucional” aplica-se aos arqueólogos que desenvolvem actividade (amadora ou profissional) sem qualquer tipo de apoio, ligação ou integração numa qualquer entidade colectiva.

À semelhança do que ocorre com o tipo de vínculo ou de relação profissional entre o arqueólogo e a instituição que enquadra o seu trabalho, também este descritor é de aferição difícil e complexa. A realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim a um período relativamente alargado de tempo (ou seja, pretendeu-se recolher informação sobre uma realidade muito dinâmica, em permanente mudança). Estes factores são agravados pelas reconhecidas e extraordinárias instabilidade, flexibilidade e dinâmica do trabalho em Arqueologia em Portugal.

Não existem fontes de informação fidedignas que forneçam este tipo de dados de forma sistemática. Como referido no capítulo 3, a recolha de informação relativa ao enquadramento institucional do trabalho de cada arqueólogo (e de cada arqueólogo ao longo da sua actividade) recorreu a diferentes e muito diversificadas fontes. Mas ainda assim a informação recolhida é difusa e, muitas vezes, imprecisa ou incompleta.

O factor “tempo” acrescenta ainda complexidade a esta análise. A aferição evolutiva (quinquenal) apresenta dificuldades ainda maiores relativamente à análise global, pois atendendo às características já referidas do trabalho em Arqueologia em Portugal, num curto espaço de tempo um arqueólogo pode alternar frequentemente de enquadramento institucional. Por exemplo é frequente, um arqueólogo, num curto espaço de tempo, trabalhar para várias empresas de arqueologia como prestador de serviços ou mesmo contratado, trabalhar para um empreiteiro como profissional liberal, colaborar com uma associação e estar envolvido em projectos numa unidade de investigação ou universidade. E as possibilidades de diferentes combinações são múltiplas, rápidas e muito características do trabalho na Arqueologia portuguesa. Este é portanto de um “descritor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, com percentagens somadas superiores a 100.

Ainda assim, a recolha de dados foi tão exaustiva quanto possível e o seu tratamento procurou maximizar todas as suas potencialidades informativas. Contudo e atendendo à dificuldade na aquisição deste tipo de dados com a exactidão desejável, os valores aqui apresentados devem ser entendidos como meramente indicativos, no que se refere à análise global, mas principalmente, à análise evolutiva.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194

Relembra-se que este “descriptor possibilita a escolha múltipla de categorias” e, por isso, regista percentagens de categoria com soma superior a 100. A partir dos dados apurados, verificou-se que, em algum momento do período em estudo, 51% dos arqueólogos trabalharam em empresas de arqueologia, 26% na administração pública local, 25% em universidade ou unidade de investigação portuguesa, 14% na administração pública central, 14% noutras empresas, 13% em associação e 8% em universidade ou unidade de investigação estrangeira. Há ainda a referir que 6% dos arqueólogos para os quais foi possível apurar o enquadramento institucional desenvolveram a sua actividade em museu (essencialmente da administração pública central ou local), em algum momento do período em estudo. O trabalho sem enquadramento institucional foi experimentado por 61% dos arqueólogos do universo no período em estudo (Gráfico 127).

Constatou-se que o enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos é muito instável e dinâmico. Entre os arqueólogos para os quais foi possível apurar o enquadramento institucional, apenas 33% trabalharam em apenas um tipo de enquadramento institucional, de entre os quais se destacam a administração pública local e as universidades e unidades de investigação estrangeiras (ambas com 7% de arqueólogos em enquadramento exclusivo) e as universidades e unidades de investigação portuguesas (com 6% de arqueólogos em enquadramento exclusivo). Com vários enquadramentos institucionais ao longo do seu período de actividade contam-se 67% dos arqueólogos do universo (Gráfico 128).

Analisando a evolução do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos ao longo do período em estudo, verifica-se entre 1970 e 1994 uma tendência de aumento do número de arqueólogos a trabalhar em todos os sectores institucionais. Verifica-se um relativo equilíbrio entre os valores registados para os diversos tipos de

entidades em actividade nesta fase: a administração pública central e local, as universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras e as associações. Nestes vinte e cinco anos, as entidades que enquadraram o trabalho de maior número de arqueólogos foram as universidades e unidades de investigação portuguesas e a administração pública local.

Entre 1995 e 2014, mantém-se o equilíbrio entre número de arqueólogos a trabalhar na administração pública central, nas associações e nas universidades e unidades de investigação estrangeiras. Nesta fase, o número de arqueólogos a trabalhar na administração pública local e nas universidades e unidades de investigação portuguesas cresce em ritmo mais acelerado e estes tornam-se significativamente mais numerosos. Na mesma época surge o enquadramento empresarial. Os arqueólogos a trabalhar em empresas de arqueologia registam frequências crescentes, estabilizando entre 2010 e 2014; nas outras empresas os valores quinquenais não cessam de crescer.

Em todo o período em estudo, registou-se um número progressivamente maior de arqueólogos que desenvolveram a sua actividade sem enquadramento institucional. A partir de 1995 e até 2014 este tipo de trabalho é o que abrange um maior número de arqueólogos (entre 44 e 67% dos arqueólogos em actividade, em algum momento, nestes quatro quinquénios) (Gráfico 129).

5.11.1. Enquadramento institucional/Sexo

Foi analisado o enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos do universo em função do sexo¹³² (ponto 5.4.7).

¹³² O sexo foi apurado para a totalidade dos arqueólogos, com ou sem o (ou os) enquadramento institucional apurado.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos do sexo masculino - 1.099
Arqueólogos do sexo feminino - 981

O enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos do sexo masculino e feminino confirma a realidade observada para o vínculo, relação ou situação laboral (ponto 5.10.1.). Salienta-se que o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias” e que, por isso, regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os homens, 46% trabalharam para empresas de arqueologia, 27% em universidades e unidades de investigação portuguesas e 26% na administração pública local. Os demais tipos de entidades registam frequências mais modestas: 15% na administração pública central e em associações; 13% para outras empresas; e 11% em universidades e unidades de investigação estrangeiras.

As mulheres trabalharam em 57% para empresas de arqueologia, 27% para a administração pública local e 23% para universidades e unidades de investigação portuguesas. As arqueólogas registam níveis inferiores aos dos seus colegas do sexo masculino no trabalho em universidades e unidades de investigação estrangeiras (apenas 5%) e em associações (11%); e um valor relativo ligeiramente superior no trabalho em outras empresas (15%).

O trabalho sem qualquer enquadramento institucional abrangeu 55% dos homens e 66% das mulheres.

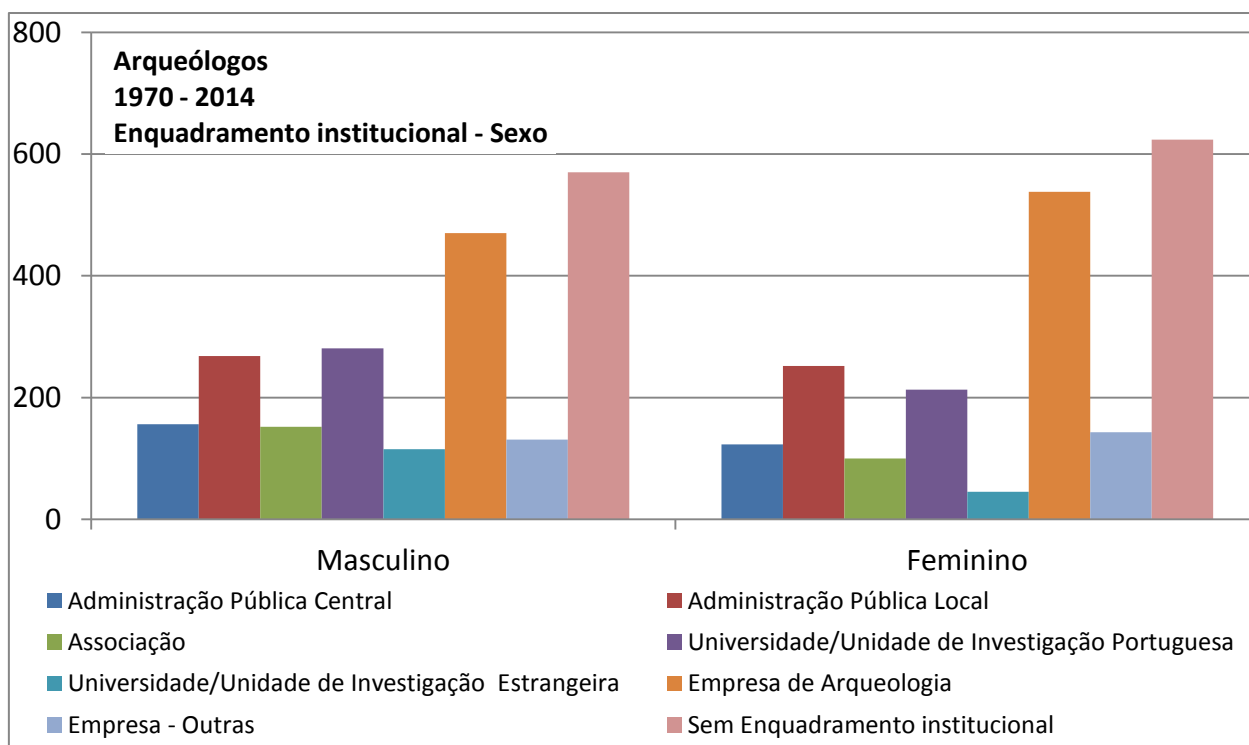


Gráfico 130: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Sexo.

A análise do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos do sexo masculino e feminino ao longo do período em estudo confirma estas observações.

Entre 1970 e 1974 o enquadramento institucional do trabalho da maioria dos homens é garantido pelas universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras e pelas associações. No mesmo período entre as poucas mulheres em actividade, a maioria trabalha na administração pública local.

No quinquénio de 1975-1979, a situação das arqueólogas mantém-se. Entre os homens destaca-se o trabalho em universidades e unidades de investigação portuguesas e em associações.

Entre 1980 e 1984, a maioria dos homens trabalha em universidades e unidades de investigação portuguesas. As arqueólogas mantêm-se em número significativo na administração pública local mas também já marcam presença relevante nas universidades e unidades de investigação portuguesas.

No quinquénio de 1985-1989, os homens trabalham em grande número em universidades e unidades de investigação portuguesas e em associações. As mulheres trabalham na sua maioria na administração pública central e local e nas universidades e unidades de investigação portuguesas.

Entre 1990 e 1994, homens e mulheres registam valores superiores nas universidades e unidades de investigação portuguesas e na administração pública local.

No quinquénio de 1995-1999, a maioria dos homens trabalha nas universidades e unidades de investigação portuguesas e das mulheres na administração pública local.

Entre 2000 e 2014, os arqueólogos do sexo masculino e feminino desenvolvem a sua actividade maioritariamente em empresas de arqueologia

Como foi referido, o trabalho sem enquadramento institucional tem uma importância crescente no período em estudo, abrangendo homens e mulheres, mas a partir de 2000, mais mulheres que homens (Gráfico 131).

5.11.2. Enquadramento institucional/Nacionalidade

Foi analisado o enquadramento institucional dos arqueólogos, em função da sua nacionalidade (portuguesa/estrangeira)¹³³ (ponto 5.5.6.).

No que se refere à instituição de enquadramento (quer no país de origem, quer em Portugal, conforme os casos) existem diferenças muito significativas entre os arqueólogos portugueses e os arqueólogos estrangeiros que trabalharam em Portugal durante o período em estudo. Como já foi referido, entre os arqueólogos estrangeiros registam-se casos em que estes vivem e trabalham em Portugal e casos em que estes vivem e trabalham regularmente nos seus países de origem, deslocando-se pontualmente ou regularmente ao nosso país para fazer trabalho de campo, ou para colaborar em projectos de investigação e publicação portugueses.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade estrangeira - 243

¹³³ A nacionalidade portuguesa/estrangeira foi apurada para todos os arqueólogos independentemente do (ou dos) enquadramento institucional.

Salienta-se que o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa 55% trabalharam em empresas de arqueologia. A este tipo de instituição seguem-se por ordem crescente entre os portugueses: a administração pública local (29%), as universidades e unidades de investigação portuguesas (26%), a administração pública central e outras empresas (cada com 15%), as associações (14%) e as universidades e unidades de investigação estrangeiras (1%).

Entre os estrangeiros a distribuição é bem diversa. A maioria destes arqueólogos teve o seu trabalho enquadrado por universidades e unidades de investigação estrangeiras (58%), seguindo-se as empresas de arqueologia (21%) e as universidades e unidades de investigação portuguesas (16%). Um número muito reduzido de arqueólogos estrangeiros trabalhou na administração pública central e em outras empresas (6% cada), na administração pública local (4%) e em associações (3%).

Como vem sendo referido, um grande número de arqueólogos em Portugal trabalhou no período em estudo sem qualquer enquadramento institucional. Esta realidade afecta, de forma mais intensa os arqueólogos de nacionalidade portuguesa (65%), relativamente aos de nacionalidade estrangeira (apenas 28%).

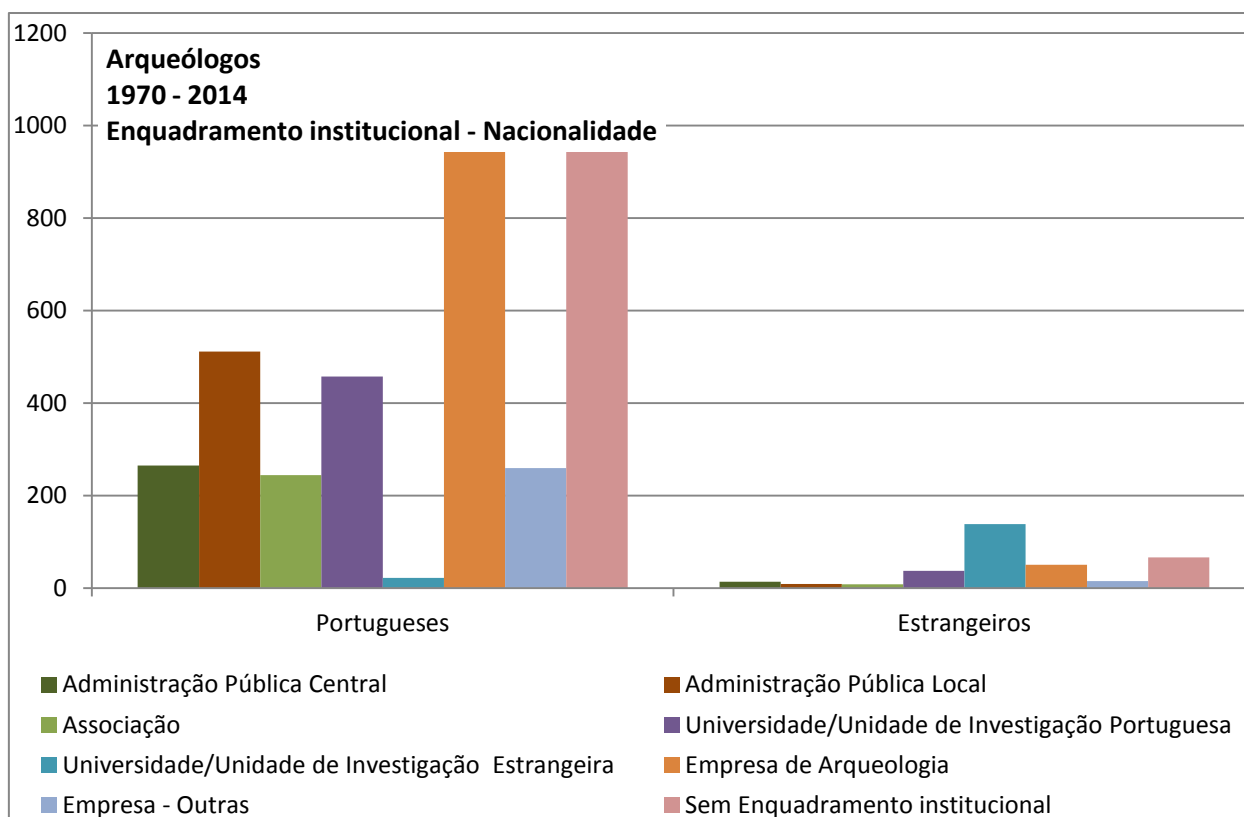


Gráfico 132: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Nacionalidade.

A evolução do enquadramento institucional no subgrupo dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa é idêntica à referida para o universo na sua globalidade (ponto 5.11.) no qual aqueles são largamente majoritários (88%).

A evolução do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos de nacionalidade estrangeira revela algumas tendências distintas. Ao longo de todo o período em estudo, o enquadramento predominante do trabalho destes arqueólogos foi, sem surpresa, nas universidades e unidades de investigação estrangeiras. Até 1994, e embora em número diminuto, regista-se o trabalho de estrangeiros nas universidades e unidades de investigação portuguesas e na administração pública central e local. Entre 1995 e 2014, a presença de estrangeiros nestas instituições mantém-se relativamente estável. Mas nessa fase, os estrangeiros também diversificam o seu enquadramento institucional, nomeadamente para as empresas de arqueologia e para as outras empresas. Nos quinze anos do século XXI analisados regista-se também um valor assinalável de estrangeiros a trabalhar sem enquadramento institucional (Gráfico 133).

5.11.3. Enquadramento institucional/Naturalidade

Foi analisado o enquadramento institucional registado em algum momento do período em estudo, para os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, em função da sua região de origem¹³⁴ (ponto 5.6.6.).

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa - 1.837
Arqueólogos de nacionalidade portuguesa com naturalidade apurada - 1.197
Arqueólogos com naturalidade na região Norte - 309
Arqueólogos com naturalidade na região Centro - 203
Arqueólogos com naturalidade na região Lisboa e Vale do Tejo - 469
Arqueólogos com naturalidade na região Alentejo - 74
Arqueólogos com naturalidade na região Algarve - 37
Arqueólogos com naturalidade na região Açores - 10
Arqueólogos com naturalidade na região Madeira - 6
Arqueólogos com naturalidade fora do país - 89

Salienta-se que o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os arqueólogos profissionais nascidos na região Norte, em algum momento do período em estudo, trabalharam: 65% sem enquadramento institucional, 59% para empresas de arqueologia e 18% para outro tipo de empresas. A administração pública local enquadrrou 30% destes arqueólogos e a central, 12%. As universidades e unidades de investigação portuguesas enquadraram um valor significativo de 27% de arqueólogos naturais da região Norte. Destes arqueólogos 10% trabalharam em associações.

¹³⁴ Entre os nacionais portugueses, a naturalidade foi apurada para 214 arqueólogos com actividade na administração pública central (77%); 397 arqueólogos com actividade na administração pública local (76%); 165 arqueólogos com actividade em associação (65%); 348 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação portuguesa (70%); 11 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação estrangeira (7%); 663 arqueólogos com actividade em empresa de arqueologia (66%); 216 arqueólogos com actividade noutro tipo de empresa (79%); 762 arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional (64%).

Entre os arqueólogos nascidos na região Centro, registam-se 31% na administração pública local, 18% nas universidades e unidades de investigação portuguesas, 14% na administração pública central e 12% em associações. Trabalharam sem enquadramento institucional 62%; em empresas de arqueologia 58%; e noutro tipo de empresas 20%.

Entre os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo, os valores registados para todos os tipos de enquadramento institucional são muito elevados: administração pública central (25%) e local (35%), associações (18%), universidades e unidades de investigação portuguesas (34%), empresa de arqueologia (52%), outro tipo de empresas (15%) e sem enquadramento institucional (64%).

Os naturais da região do Alentejo apresentam valores relevantes na administração pública local (38%), em associações (18%), em empresas de arqueologia (55%), noutro tipo de empresas (24%) e sem enquadramento institucional (64%). Com valores mais modestos regista-se o trabalho na administração pública central (11%) e em universidades e unidades de investigação portuguesas (22%).

Os arqueólogos naturais do Algarve registam peso relevante na administração pública central (19%) e local (35%), nas universidades e unidades de investigação portuguesas (49%) e em empresas não especializadas em arqueologia (19%). No trabalho em empresas de arqueologia (38%) e sem enquadramento institucional (43%) apresentam níveis menos significativos. Participaram em actividade associativa 11% dos arqueólogos algarvios.

Quanto aos arqueólogos de nacionalidade portuguesa nascidos fora de Portugal, registam valores consideráveis no trabalho sem enquadramento (74%), na administração pública local (34%), nas universidades e unidades de investigação portuguesas (33%), nas empresas de arqueologia (65%) e noutro tipo de empresas (21%). Os valores de trabalho na administração pública central (15%) e em associação (11%) estão em linha com o registado no universo.

Por fim, salienta-se que o trabalho em universidades e unidades de investigação estrangeiras é irrelevante entre os arqueólogos de nacionalidade portuguesa, qualquer que seja a sua região de nascimento (Gráfico 134).

Não será efectuada análise evolutiva deste descritor por não se terem detectado diferenças significativas do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos

portugueses naturais das diversas regiões consideradas, entre as diversas fases do período em estudo.

5.11.4. Enquadramento institucional/Estrutura etária

Procedeu-se à análise do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014, em função da sua idade¹³⁵ (ponto 5.7.7.), a partir do seu ano de nascimento.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos com ano de nascimento apurado - 1.623

De uma forma geral os arqueólogos com os vários tipos de enquadramento institucional revelam estruturas etárias semelhantes. O número de arqueólogos nascidos por década vai aumentando, com impulso reforçado na década de 1965-1974, até atingir o máximo entre 1975 e 1984.

O aumento no número de arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional nascidos por década ocorre mais cedo, na década de 1955-1964, devido à precedência da consolidação do trabalho em regime liberal em relação à arqueologia empresarial. Entre estes arqueólogos registam-se assim idades mais diversificadas.

Outras divergências nas estruturas etárias observam-se entre os arqueólogos com trabalho em associações e em universidades e unidades de investigação estrangeiras. A estrutura etária destes dois subgrupos é de configuração mais linear gerando grupos tendencialmente seniores (Gráfico 135).

¹³⁵ O ano de nascimento foi apurado para 248 arqueólogos com actividade na administração pública central (89%); 454 arqueólogos com actividade na administração pública local (87%); 187 com actividade em associação (74%); 425 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação portuguesa (86%); 110 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação estrangeira (69%); 853 arqueólogos com actividade em empresa de arqueologia (85%); 251 arqueólogos com actividade noutro tipo de empresa (92%); 991 arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional (83%).

Na perspectiva evolutiva foram analisadas as médias etárias por quinquénio dos diversos subgrupos considerados no enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos. De uma forma geral o subgrupo mais envelhecido é o das universidades e unidades de investigação estrangeiras. Com médias etárias tendencialmente medianas registam-se (por ordem decrescente) as universidades e unidades de investigação portuguesas, a administração pública central e local e as associações. Os subgrupos tendencialmente mais jovens trabalham nas empresas de arqueologia e outras empresas e sem enquadramento institucional.

Os arqueólogos que trabalham na administração pública central registam uma primeira fase de rejuvenescimento entre 1970 e 1989 (dos 49 aos 38 anos), uma estabilização etária até 2004, seguida de uma década de envelhecimento progressivo (até aos 46 anos).

Os arqueólogos da administração pública local tornam-se progressivamente mais jovens entre 1970 e 2004 (dos 49 aos 33 anos), registando também um aumento da média etária entre 2005 e 2014 (até aos 38 anos).

Nas associações a média etária assume tendência estável entre os 42 e os 36 anos.

Os arqueólogos das universidades e unidades de investigação portuguesas registam uma primeira fase de rejuvenescimento entre 1970 e 1984 (dos 50 aos 39 anos), uma estabilização etária até 1999, seguida de uma década de novo rejuvenescimento (até um mínimo de 36 anos).

Os arqueólogos das universidades e unidades de investigação estrangeiros revelam uma média etária elevada e de tendência estável (com diversas oscilações) entre os 41 e os 49 anos.

Os arqueólogos das empresas de arqueologia surgem em 1995 com uma média etária muito baixa (28 anos), “envelhecendo” até 2014 (até aos 33 anos).

Na mesma época surge o trabalho dos arqueólogos em outras empresas, inicialmente com uma média etária de 35 anos que desce, entre 2000 e 2004, para os 29 anos, subindo na década seguinte (até aos 33 anos).

Por fim, os arqueólogos que trabalham sem enquadramento institucional registam no início do período em estudo a média etária mais baixa registada (26 anos). Entre 1980 e 2004 demonstram alguma estabilidade etária (entre os 27 e os 30 anos) e envelhecem também na última década em estudo (até aos 34 anos).

Sublinhe-se que independentemente do enquadramento institucional, ou seja em todos os grupos aqui considerados, nos últimos cinco anos em estudo, se verifica um aumento da média etária.

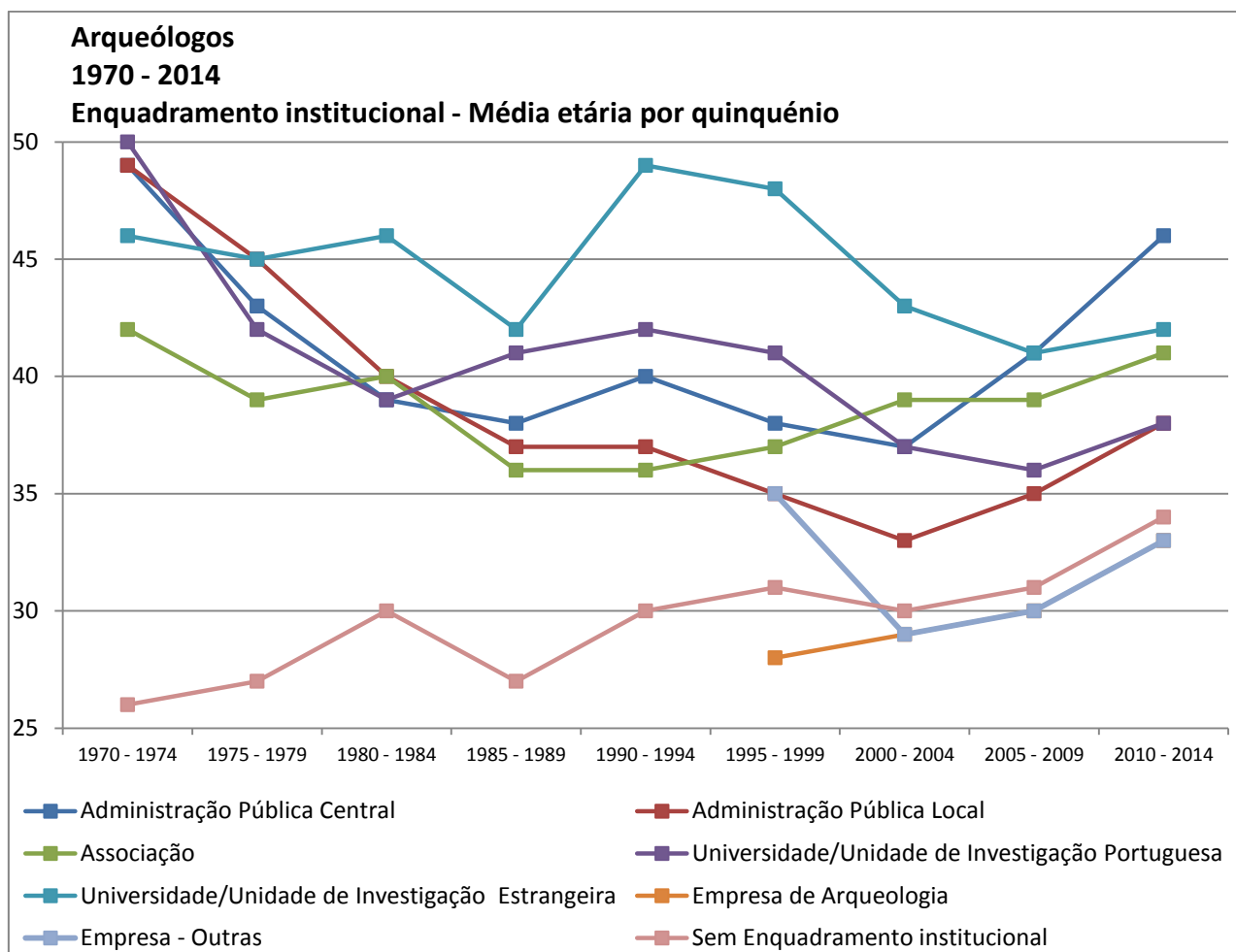


Gráfico 136: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Média etária por quinquénio.

5.11.5. Enquadramento institucional/Habilitação académica

Procedeu-se à análise do enquadramento institucional dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014, em função da sua habilitação académica¹³⁶ (ponto 5.8.7.). A aferição das qualificações académicas dos arqueólogos reveste-se de

¹³⁶ A habilitação académica foi apurada para 272 arqueólogos com actividade na administração pública central (98%); 511 arqueólogos com actividade na administração pública local (98%); 227 com actividade em associação (90%); 485 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação portuguesa (98%); 158 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação estrangeiram (99%); 1.007 arqueólogos com actividade em empresa de arqueologia (99,9%); 274 arqueólogos com actividade noutro tipo de empresa (100%); 1.192 arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional (99,8%).

dificuldade e complexidade como já foi explicado (ponto 5.8). Salienta-se igualmente que, se considerada a globalidade do período em estudo, entre o tipo de habilitação académica e cada arqueólogo não há uma relação unívoca mas cumulativa, ou seja cada arqueólogo pode ser titular apenas de um ou acumular vários tipos de habilitação académica.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos com habilitação académica apurada - 2.005
Arqueólogos estrangeiros com habilitação académica apurada - 235
Arqueólogos sem habilitação académica superior - 26
Graus académicos superiores apurados - 2.937
Arqueólogos com outra habilitação académica “não secundária” - 13
Arqueólogos com Licenciatura/1.º ciclo de Bolonha - 1.964
Arqueólogos com Mestrado/2.º ciclo de Bolonha - 631
Arqueólogos com Doutoramento/3.º ciclo de Bolonha - 304

Salienta-se que, na análise da globalidade do período em estudo, o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Os valores relativos aos arqueólogos sem habilitação académica superior e com outras habilitações não têm relevância quantitativa.

Os licenciados trabalharam em todas as instituições aqui tipificadas, mas maioritariamente (60%) sem enquadramento institucional e para empresas de arqueologia (51%), marcando também presença na administração pública local e nas universidades e unidades de investigação portuguesas (25% em cada).

Os titulares de mestrado registam uma distribuição semelhante, mas com uma incidência um pouco superior na administração pública local (31%) e nas universidades e unidades de investigação portuguesas (39%).

Por fim, os doutorados enquadram-se maioritariamente nas universidades e unidades de investigação portuguesas (52%) e estrangeiras (37%) embora se encontrem em todos os outros tipos de instituição e registem uma incidência apreciável no trabalho sem enquadramento institucional (26%).

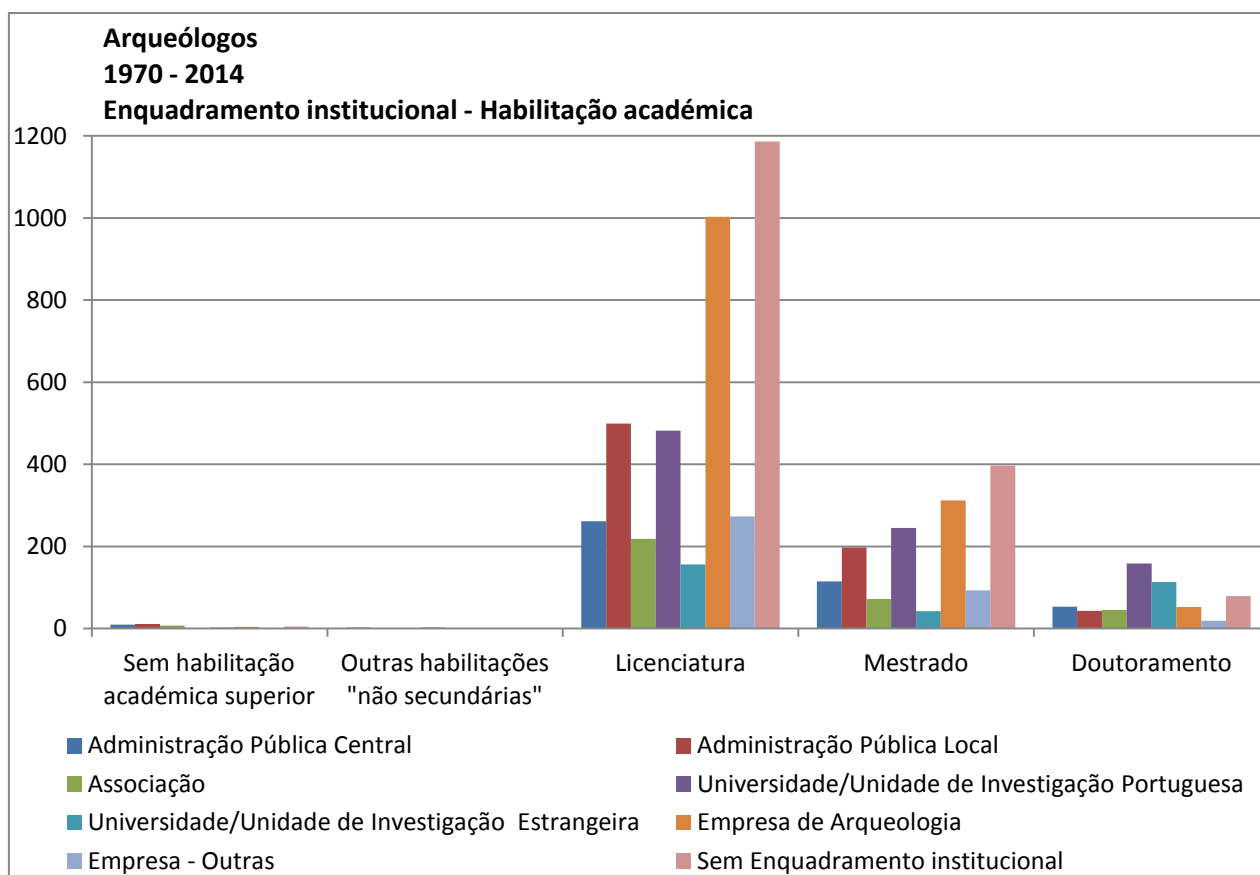


Gráfico 137: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Habilitação académica.

Na análise por quinquénio, considerou-se apenas a habilitação académica máxima detida ou obtida no decurso do mesmo.

Na administração pública central, a licenciatura é a habilitação académica mais frequente entre 1970 e 2009. Contudo, a partir de 1990, o mestrado consolida a sua posição progressivamente até se aproximar dos valores da licenciatura entre 2005 e 2009. Entre 2010 e 2014 há mais mestres que licenciados a trabalhar para o Estado. O grau de doutoramento regista valores crescentes, principalmente entre 2000 e 2014 quando adquire expressão significativa. Refira-se que, entre 1990 e 1999, os arqueólogos sem habilitação académica superior marcam presença ainda relevante na administração pública central.

Na administração pública local a licenciatura é também o grau predominante, neste caso em todo o período em estudo, embora os mestres (desde 1990) e os doutores vão consolidando as suas posições.

Nas associações, os arqueólogos sem habilitação académica superior ocupam, inicialmente, um espaço importante que se vai atenuando ao longo do período em

estudo. A licenciatura é o grau mais frequente. Os mestrados e doutoramentos vão aumentando de frequência, mas até 1994 há mais doutorados que mestres na actividade associativa. Entre 1995 e 2014 a situação relativa entre estes dois graus inverte-se, registando-se mais mestres que doutores.

Nas universidades e unidades de investigação portuguesas o grau mais frequente é a licenciatura até 2009. Entre 2010 e 2014 há mais mestres e mais doutores que licenciados a trabalhar nestas instituições. O doutoramento regista valores superiores ao mestrado entre 1970 e 1990. Entre 2000 e 2014 há mais mestres que doutores.

As universidades e unidades de investigação estrangeiras demonstram um panorama habilitacional muito particular no qual o doutoramento é sempre o grau mais frequente. Há mais licenciados que mestres em todo o período estudado (facto talvez explicado pela inexistência deste grau em muitos países), excepto no último quinquénio, entre 2010 e 2014, quando se registam mais mestres que licenciados (já em fase de estabilização de Bolonha, na Europa).

Nas empresas de arqueologia, entre 1995 e 2009 a licenciatura é o grau mais frequente. Entre 2010 e 2014 há mais mestres que licenciados. O doutoramento embora com valores crescentes tem uma presença relativamente discreta.

Nas empresas fora do ramo arqueológico a situação habilitacional é muito regular. Entre 1995 e 2014 os licenciados predominam, observando-se um número crescente de mestres e doutores. Panorama semelhante se verifica entre os arqueólogos que trabalham sem enquadramento institucional (Gráfico 138).

5.11.6. Enquadramento institucional/Forma de exercício da actividade

Foi analisado o enquadramento institucional dos arqueólogos em actividade em Portugal entre 1970 e 2014, em função da forma de exercício da actividade (amadora/profissional)¹³⁷ (ponto 5.9.7.). Lembra-se que um arqueólogo pode ter

¹³⁷ A (ou as) forma de exercício da actividade foi apurada para 272 arqueólogos com actividade na administração pública central (97%); 510 arqueólogos com actividade na administração pública local (98%); 243 arqueólogos com actividade em associação (96%); 486 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação portuguesa (98%); 160 com actividade em universidade ou unidade de investigação estrangeira (100%); 1.008 arqueólogos com actividade em empresa de arqueologia (100%); 274 arqueólogos com actividade noutro tipo de empresa (100%); 1.193 arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional (99,9%).

exercido a actividade apenas de forma amadora ou apenas de forma profissional, ter registado ambas, ou ter alternado entre as duas formas de exercício da actividade.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos com forma de exercício de actividade apurada - 2.022
Arqueólogos profissionais - 1.849
Arqueólogos amadores - 229

Salienta-se que o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Os arqueólogos amadores desenvolveram a sua actividade sob enquadramento institucional muito diverso. Entre eles, 44% trabalharam em associações, 28% colaboraram em projectos da administração pública local, e 19% da administração pública central. Em 22% dos casos, os arqueólogos amadores trabalharam sem qualquer enquadramento institucional.

A actividade dos arqueólogos profissionais decorreu para 66% destes sem qualquer enquadramento institucional. Quando existiu este enquadramento foi assegurado para 56% dos arqueólogos por empresas de arqueologia, para 27% pela administração pública local, para 25% por universidades e/ou unidades de investigação portuguesas, para 15% por outro tipo de empresas e pela administração pública central. As associações enquadraram o trabalho de 10% dos arqueólogos profissionais e as universidades e/ou unidades de investigação estrangeiras de 9% destes.

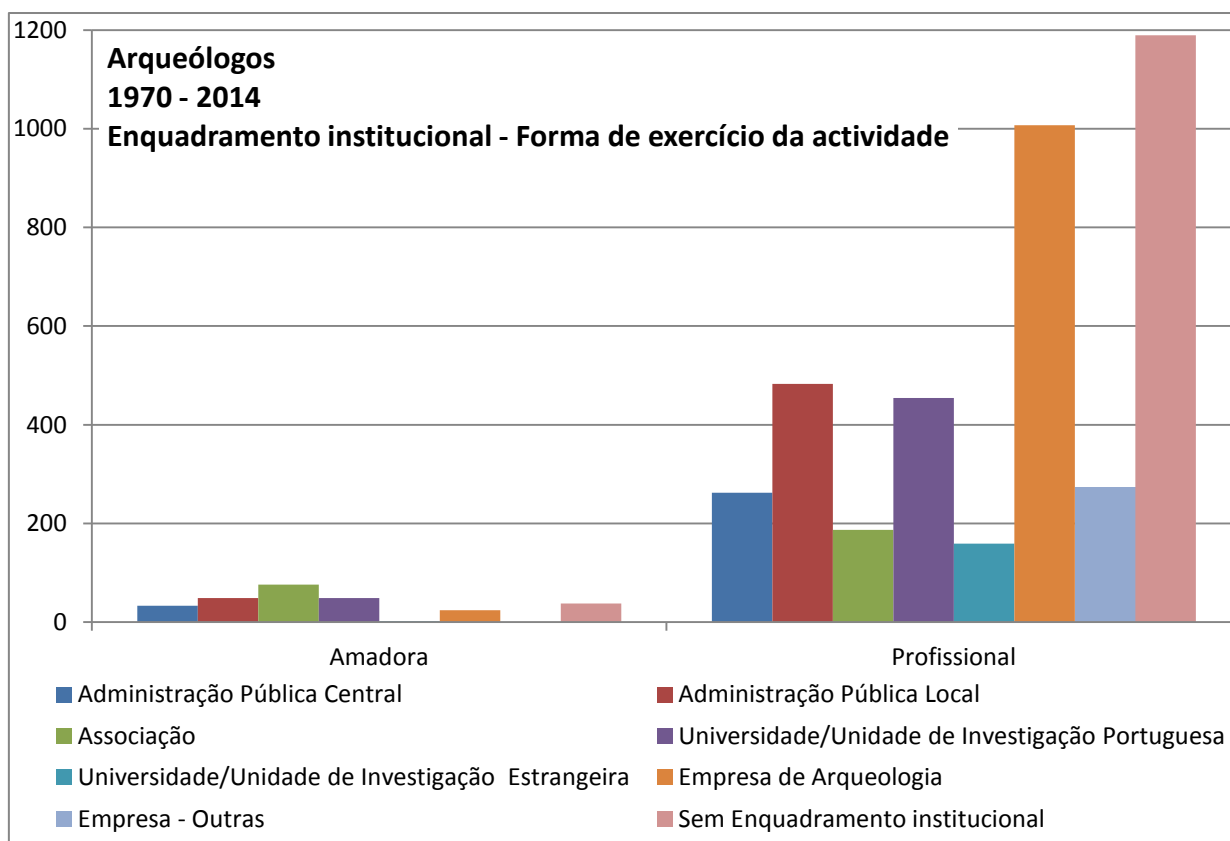


Gráfico 139: Arqueólogos, 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Forma de exercício da actividade.

A evolução do enquadramento institucional no subgrupo dos arqueólogos profissionais é idêntica à referida para o universo na sua globalidade (ponto 5.11.) no qual aqueles são largamente maioritários (91%).

Entre 1970 e 1984, a colaboração de arqueólogos amadores na administração pública central e local e nas universidades e unidades de investigação portuguesas aumenta. A partir de 1985 esse número diminui progressivamente até à sua extinção. O número de arqueólogos com actividade amadora em associações aumenta entre 1970 e 1989, diminuindo de seguida. O trabalho amador em universidades e unidades de investigação estrangeiras, em empresas de arqueologia e em outras empresas regista valores irrisórios. Finalmente, o número de arqueólogos amadores que trabalham sem enquadramento institucional é sempre muito reduzido (Gráfico 140).

5.11.7. Enquadramento institucional/Vínculo, relação ou situação laboral

Finalmente procedeu-se à análise do enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos profissionais em Portugal, entre 1970 e 2014, em função do vínculo,

relação ou situação laboral¹³⁸ (ponto 5.10.7.). O apuramento do vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos é complexo como já foi explicado. Lembra-se que um arqueólogo, no período em estudo e em cada quinquénio, cada arqueólogo pode registar apenas um tipo de vínculo, relação ou situação laboral, ou acumular ou alternar entre vários.

Arqueólogos - 2.080
Arqueólogos com enquadramento institucional apurado - 1.971
Administração Pública Central - 279
Administração Pública Local - 520
Associação - 252
Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 494
Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 160
Empresa de Arqueologia - 1.008
Empresa - Outras - 274
Sem Enquadramento institucional - 1.194
Arqueólogos Profissionais - 1.849
Arqueólogos profissionais com vínculo apurado - 1.830
Arqueólogos Independentes - 1.252
Arqueólogos Dependentes - 751
Bolseiros/Investigadores - 138
Empresários - 135

Salienta-se que o “enquadramento institucional” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre os trabalhadores independentes destaca-se a incidência particularmente forte no trabalho sem enquadramento institucional (abrange 92% destes arqueólogos) e em empresas de arqueologia (abrange 74% destes arqueólogos). Refira-se ainda que um pouco mais de 20% de trabalhadores independentes trabalharam para a administração pública local, para universidades e unidades de investigação portuguesas e para outro tipo de empresas.

Os trabalhadores dependentes trabalham em maior número na administração pública local (42%), em universidades e unidades de investigação portuguesas (27%), na

¹³⁸ Entre os profissionais, o (os) vínculo, relação ou situação laboral foi apurado para 261 arqueólogos com actividade na administração pública central (94%); 483 arqueólogos com actividade na administração pública local (93%); 186 arqueólogos com actividade em associação (74%); 453 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação portuguesa (92%); 159 arqueólogos com actividade em universidade ou unidade de investigação estrangeira (99%); 1.007 arqueólogos com actividade em empresa de arqueologia (99,9%); 272 arqueólogos com actividade em outro tipo de empresa (99%); 1.188 arqueólogos com actividade sem enquadramento institucional (99%).

administração pública central (26%) e em empresas de arqueologia (25%). Ainda assim, registaram-se 32% de trabalhadores dependentes que acumulam actividade sem qualquer enquadramento institucional.

Os bolseiros e investigadores, sem surpresa, trabalham essencialmente enquadrados em universidades e unidades de investigação portuguesas (79%). Este subgrupo regista ainda altas frequências de trabalho sem enquadramento institucional (54%) e em empresas de arqueologia (42%), reflectindo a alternância destes profissionais entre situações laborais distintas, mas sempre tendencialmente precárias.

Por fim, os empresários, naturalmente exercem a sua actividade esmagadoramente em empresas de arqueologia (96%), mas registando valores muito elevados de trabalho sem enquadramento institucional (76%). Estes valores revelam um traço característico deste subgrupo: com frequência verifica-se uma alternância entre a actividade de empresários enquadrados em empresa e a actividade em regime liberal ou independente, como empresário individual.

Ainda que em proporção reduzida, o trabalho em associações ocorre em todos os tipos de vínculo, relação ou situação laboral. O trabalho dependente e os bolseiros/investigadores registam valores interessantes nas universidades e unidades de investigação estrangeiras.

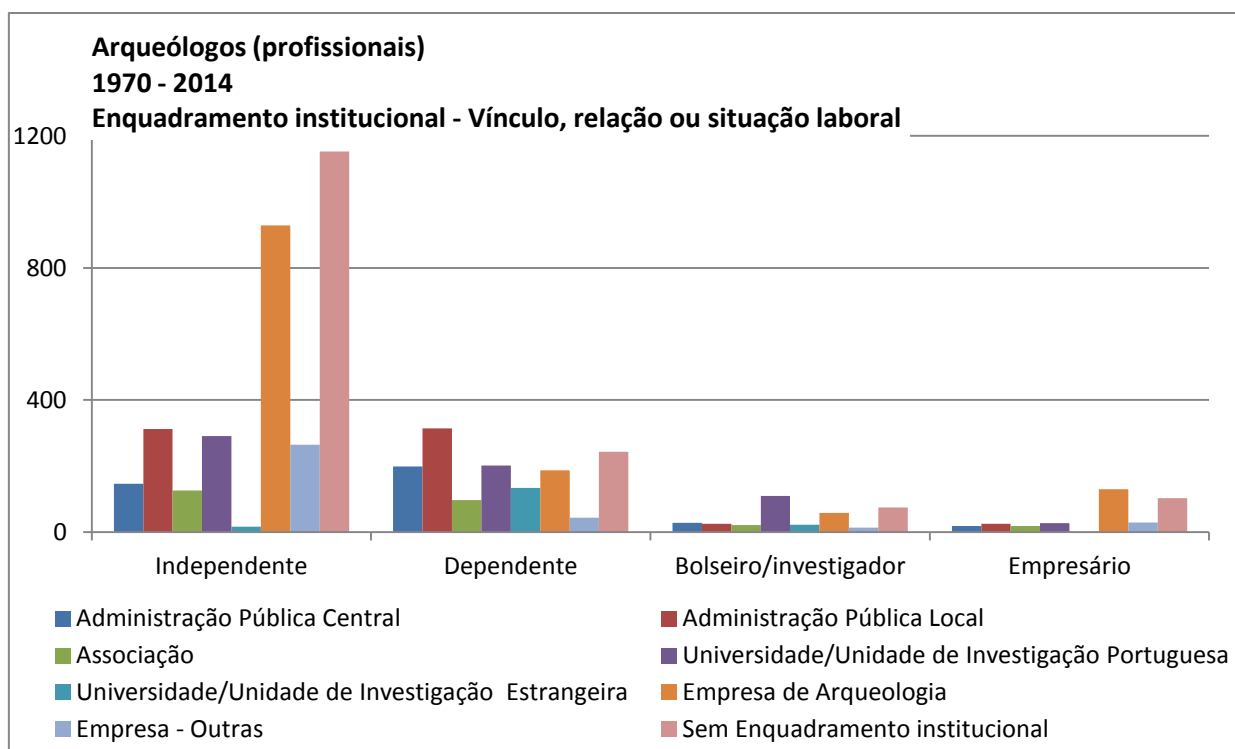


Gráfico 141: Arqueólogos (profissionais), 1970 - 2014. Enquadramento institucional - Vínculo, relação ou situação laboral.

Entre 1990 e 2014, na administração pública central o trabalho dependente é sempre predominante, embora se registem valores crescentes de trabalho independente até 2004. A partir de 2005, mas principalmente entre 2010 e 2014 verifica-se uma forte quebra dos trabalhadores independentes no Estado (eventualmente relacionada com a regularização da situação laboral dos chamados “avençados do IPA”). Os bolseiros/investigadores marcam aqui alguma presença, nomeadamente entre 2005 e 2009 (eventualmente engrossados pelo número considerável de bolseiros ao serviço do CIPA, no IPA). Registou-se pontualmente trabalho de empresários para a administração pública central.

Na administração pública local, o trabalho dependente também predomina, mas entre 2000 e 2014 com valores muito próximos para o trabalho independente. Registam-se casos muito pontuais de bolseiros/investigadores a trabalhar para autarquias. O trabalho dos empresários neste contexto institucional aumenta entre 1995 e 2009, descendo ligeiramente no quinquénio seguinte.

Os colaboradores (ou em alguns casos, trabalhadores) de associações são entre 1990 e 1999 predominantemente trabalhadores dependentes. Entre 2000 e 2014, os

trabalhadores independentes são mais numerosos. Os empresários e bolseiros/investigadores registam valores modestos na actividade associativa, embora estes últimos cheguem a atingir alguma expressão entre 2005 e 2009.

Nas universidades e unidades de investigação portuguesas o trabalho dependente predomina entre 1990 e 2004. Os trabalhadores independentes registaram valores progressivamente maiores, tornando-se maioritários entre 2005 e 2014. O número de bolseiros/investigadores a trabalhar em universidades e unidades de investigação portuguesas cresce consistentemente entre 1990 e 2014. Observa-se um valor modesto e estável de empresários com actividade nestas entidades.

Como já foi referido, nas universidades e unidades de investigação estrangeiras predominam os trabalhadores dependentes, embora os trabalhadores independentes e, principalmente, os bolseiros/investigadores, venham aumentando de número.

Nas empresas de arqueologia e em empresas fora do ramo arqueológico regista-se como seria de esperar valores elevados de empresários, mas predominam quantitativamente os trabalhadores independentes. O trabalho dependente é sempre minoritário e manteve-se estável entre 2000 e 2014. Como já foi referido verifica-se alguma incidência de trabalho de bolseiros/investigadores em contexto empresarial, o que sugere uma alternância entre esta actividade e a investigação propriamente dita.

Finalmente, na actividade sem enquadramento institucional, os trabalhadores independentes também são maioritários, embora todos os tipos de vínculo, relação e situação laboral marquem aí presença (Gráfico 142).

5.11.8. Os arqueólogos e as instituições

O trabalho arqueológico é uma actividade de base científica e com objecto patrimonial. Por isso carece de uma estruturação solidamente baseada nas relações entre indivíduos e instituições. Por isso é tão relevante a análise do enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos portugueses (Bugalhão, 2017b, p. 25 e 31).

Em todo o período em estudo, regista-se frequentemente o trabalho de arqueólogos sem qualquer enquadramento institucional (ponto 7.7.). Até aos anos 80 do século XX esta realidade relaciona-se com o trabalho amador ou para-profissional (ponto 5.9.) e a falta de estruturação e organização da Arqueologia portuguesa, que propiciava iniciativas *ad hoc* e por vezes individuais de trabalho arqueológico. A partir dos anos

90, a iniciativa individual é um dos factores de impulso da actividade arqueológica (Jorge e Jorge, 1996b, p. 162). Salienta-se que este tipo de Arqueologia comercial precede a arqueologia empresarial propriamente dita (pontos 6.1. e 7.7.). O trabalho desenquadrado institucionalmente relaciona-se essencialmente com o trabalho liberal ou em regime independente e com o surgimento e aumento do número dos prestadores de serviços. O trabalho desenquadrado institucionalmente acarreta consequências muito problemáticas, nomeadamente ao nível da (in)capacidade do arqueólogo cumprir as pesadas obrigações que lhe estão cometidas pelo RTA, pelas boas práticas e pela deontologia profissional, como a guarda do espólio (na condição de fiel-depositário), sua conservação e depósito em condições adequadas e a investigação e publicação dos realidades intervencionadas durante os trabalhos de campo. Frequentemente estes arqueólogos não são profissionais liberais propriamente ditos, mas “falsos independentes” traduzindo claramente a forte precarização do exercício profissional e laboral em Arqueologia (Bugalhão, 2011, p. 35-36; Bugalhão, 2017b, p. 25), como ocorre em outros sectores profissionais, em Portugal e em outros países. Mas reflecte também, e de forma problemática, uma intensa desinstitucionalização da actividade arqueológica em Portugal no século XXI (ponto 7.7).

De uma forma global os arqueólogos que compõem o universo trabalharam maioritariamente em empresas de arqueologia (Bicho, 2001, p. 16; Almeida, 2007b, p. 130; Bugalhão, 2011, p. 35-36; Bugalhão, 2017b, p. 25), situação que se consolida apenas a partir do final do século XX (Anexo 86, p. 6). O segundo tipo de enquadramento institucional mais frequente foi assegurado pelas autarquias locais (Dias, 1998, p. 38; Silva, 1999c, p. 20; Bicho, 2001, p. 16; Almeida, 2007b, p. 130; Real, 1995, p. 25-26), que constituem também o principal repositório de expectativas laborais (Anexo 86, p. 11).

As universidades e unidades de investigação portuguesas são instituições muito importantes no enquadramento do trabalho dos arqueólogos, nomeadamente entre os anos 70 e 90 do século XX (Almeida, 2007b, p. 130; Jorge e Jorge, 1996b, p. 162; Real, 1995, p. 25). Mas é interessante sublinhar que ao longo de todo o período em estudo se verifica uma ligação forte e frequentemente prolongada no tempo, entre os

arqueólogos e as universidades e unidades de investigação, nomeadamente aquelas em que receberam a sua formação (Fabião, 2006, p. 35).

Os outros tipos de entidade - administração pública central, outro tipo de empresas, associações (Almeida, 2007b, p. 130; Caninas, 2010; Real, 1995, p. 25), universidade ou unidade de investigação estrangeiras (Bugalhão *et al.*, no prelo) e museus - registam peso relativo menos relevante no enquadramento do trabalho dos arqueólogos. Ainda assim, registe-se que, em meados dos anos 90, 75% dos arqueólogos estavam inscritos numa associação (Anexo 86, p. 10). Os arqueólogos com actividade associativa (como no exercício amador da Arqueologia) são mais numerosos que as arqueólogas.

Até meados dos anos 90 os organismos públicos são os principais empregadores de arqueólogos (Anexo 86, p. 6). Nos vinte anos seguintes, as entidades privadas assumem preponderância no enquadramento do trabalho dos arqueólogos. Na fase final do período em estudo os arqueólogos distribuem-se por diversos segmentos institucionais: empresarial (empresários, contratados e prestadores de serviços), sector público central e municipal (incluindo museus), universidades e academia e associações (Silva, 2007b, p. 14).

Na diferenciação entre sexos verifica-se que até 2000 os homens se mantêm em maioria nas universidades e unidades de investigação portuguesas e nas associações; as mulheres, inicialmente, trabalham de forma mais frequente na administração pública local e só mais tarde, nas universidades e unidades de investigação portuguesas. Entre 2000 e 2014, arqueólogos do sexo masculino e feminino desenvolvem a sua actividade maioritariamente em empresas de arqueologia. O trabalho sem enquadramento institucional tem uma importância crescente no período em estudo, abrangendo homens e mulheres, mas a partir de 2000, mais mulheres que homens.

Conforme já mencionado, nos tipos de enquadramento institucional ligados ao trabalho dependente e estável e à investigação verifica-se um predomínio masculino. Nos tipos de enquadramento institucional mais associados à Arqueologia por contrato, ao trabalho precário e à última fase do período em estudo - empresas de arqueologia, noutro tipo de empresas e sem enquadramento institucional - a presença da mulher tem maior peso relativo.

Atendendo à forte preponderância de arqueólogos de nacionalidade portuguesa no universo em estudo, as características e tendências do enquadramento institucional do seu trabalho são idênticas às já referidas. O trabalho dos arqueólogos estrangeiros é essencialmente enquadrado por universidades e unidades de investigação estrangeiras (Bugalhão *et al.*, no prelo), ou seja, trata-se de um subgrupo muito associado ao trabalho em investigação. Da análise evolutiva pode concluir-se que os arqueólogos estrangeiros que não trabalham nessas instituições (e eventualmente alguns dos que trabalham) distribuem-se pelas demais entidades de forma tendencialmente semelhante ao universo na sua globalidade. Assim, entre 2005 e 2014, um número considerável de arqueólogos estrangeiros trabalham para empresas de arqueologia e para outras empresas e sem enquadramento institucional (Bugalhão *et al.*, no prelo), na Arqueologia preventiva e sob contrato.

De uma forma geral, a distribuição dos arqueólogos das diversas nacionalidades pelas instituições de enquadramento da actividade arqueológica respeita um ordenamento idêntico ao dos arqueólogos portugueses que integram o universo. Não obstante verificaram-se algumas prevalências, como sejam: dos naturais da região Norte na administração pública local, nas empresas de arqueologia e outras e no trabalho sem enquadramento institucional; dos alentejanos nas associações; dos algarvios nas universidades e unidades de investigação portuguesas; dos naturais da região Centro nas empresas de arqueologia e outras; e dos nascidos fora do país nas empresas de arqueologia e outras e no trabalho sem enquadramento institucional.

As estruturas etárias dos arqueólogos que trabalham com enquadramento institucional distinto são tendencialmente convergentes, embora com diferenças significativas ao nível das médias etárias. Os arqueólogos que trabalham nas universidades e unidades de investigação estrangeiras são tendencialmente mais velhos. Os arqueólogos que trabalham nas empresas de arqueologia e outras empresas e sem enquadramento institucional são tendencialmente mais jovens. Torna-se bastante clara a diferença etária entre os arqueólogos que integram os “novos” enquadramentos institucionais surgidos no final do século XX, na Arqueologia preventiva e sob contrato. Os arqueólogos que trabalham sem enquadramento institucional são um subgrupo de natureza muito distinta ao longo do período em estudo. Inicialmente englobou jovens arqueólogos em início de carreira que persistiam

na intenção de trabalhar em Arqueologia. Numa segunda fase, a partir essencialmente dos anos 90 do século XX, integra a grande massa de trabalhadores independentes que trabalha muitas vezes por “conta própria”.

Sem surpresa, verificou-se o superior nível habilitacional dos arqueólogos das universidades e unidades de investigação estrangeiras e portuguesas. Seguem-se os arqueólogos da administração pública central (concorrendo para tal, eventualmente, a maior maturidade deste grupo) e das associações. Os arqueólogos que trabalham sem enquadramento institucional, em outras empresas e em empresas de arqueologia são tendencialmente menos qualificados. Em todas as entidades de enquadramento da actividade arqueológica, a licenciatura é formação de base e mais comum entre os arqueólogos. O grau de mestrado começa por ter um carácter de originalidade pontual e trilha em Portugal um percurso de implantação progressiva, revelando uma forte dispersão pelos diversos tipos de enquadramento institucional considerados neste estudo. Entre 2010 e 2014, o mestrado é já a habilitação mais comum entre os arqueólogos da administração pública central, nas universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras e nas empresas de arqueologia. O doutoramento é um grau mais clássico, inicialmente restrito e elitista, mas que regista igualmente um processo no sentido de uma maior abrangência e presença em todos os sectores do trabalho dos arqueólogos.

O trabalho profissional dos arqueólogos decorreu, de forma crescente, em todos os tipos de instituições de enquadramento consideradas neste trabalho e também sem qualquer enquadramento. A prática amadora é mais restrita, abrangendo principalmente o trabalho associativo e estendendo-se à colaboração com a administração pública local e central e ao trabalho sem enquadramento institucional. O amadorismo arqueológico foi perdendo expressão ao longo do período em estudo, tornando-se quantitativamente irrelevante no seu final.

O trabalho na Arqueologia portuguesa desenvolve-se numa pesada generalidade dos casos em regime independente ou liberal, com especial expressão nas frentes quantitativamente mais relevantes, o sector empresarial ou a actividade sem enquadramento institucional. Mas é importante referir que todas as entidades que intervêm na actividade arqueológica recorrem, e de forma tendencialmente crescente,

ao trabalho independente (que alcança fraca expressão apenas no trabalho desenvolvido por universidades e unidades de investigação estrangeiras).

A administração pública local e central e as universidades e unidades de investigação portuguesas são os principais empregadores de trabalho dependente na Arqueologia portuguesa, embora as empresas de arqueologia já acolham cerca de ¼ destes trabalhadores.

Nos últimos vinte anos do período em estudo, as universidades e unidades de investigação portuguesas enquadram o trabalho de um número crescente de bolseiros/investigadores (Bicho, 2001, p. 16), como já referido em consequência da acção estratégica desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia desde 1997. Mas a situação destes profissionais aparenta ser muito instável, uma vez que registam incidência significativa no trabalho em empresas e sem enquadramento institucional.

Os empresários trabalham como é natural em empresas de arqueologia, mas também, eventualmente em regime individual, para os outros tipos de entidade.

As associações continuam a contar com a participação de arqueólogos com todos os tipos de vínculo, relação ou situação laboral.

5.12. Arqueólogos em Portugal, entre 1970 e 2014

Um dos objectivos deste trabalho é a definição do conceito de arqueólogo e a quantificação dos arqueólogos que desenvolveram a sua actividade, em Portugal, entre 1970 e 2014.

Nos primeiros tempos, desde meados do século XIX (Fabião, 2011, p. 10) e durante quase todo o século XX, a qualificação de arqueólogo está associada à realização de trabalhos de campo, nomeadamente de escavações arqueológicas. Numa segunda fase (durante a primeira metade do século XX) juntou-se a esta acepção uma exigência de qualificação curricular.

Nos anos 70, não estava ainda definido um quadro comum habilitacional ou curricular indispensável à prática da Arqueologia (Raposo, 1971), tal como não estavam definidos os parâmetros da profissão de arqueólogo (Santos, 1973, p. 9). Na década seguinte considerava-se que apenas “os assistentes de Arqueologia das Faculdades, e bem assim todos os investigadores portugueses com provas dadas, através de um número

significativo de escavações dirigidas e de trabalhos publicados” correspondiam a arqueólogo “devidamente formado e habilitado à prática da investigação autónoma” (Jorge, 1982b, p. 2). Com a criação dos graus académicos mais especializados em Arqueologia, o problema persistiu, pois nunca se considerou que um licenciado em História, variante Arqueologia fosse necessariamente um arqueólogo (Silva, 1989a, p. 93), continuando a profissão essencialmente indefinida (Marques, 1991a, p. 6; Silva, 1994a, p. 92).

Os requisitos habilitacionais de um arqueólogo começaram assim por ser difusos e imprecisos mas, com o tempo (claramente a partir dos anos 90 do século XX), tornaram-se mais específicos e consubstanciados num grau académico, a licenciatura em área científica parcial ou especialmente centrada na Arqueologia. Mas a componente prática nunca perdeu a primazia. Um licenciado em Arqueologia também não é um arqueólogo. Um arqueólogo é um licenciado em Arqueologia com experiência curricular nessa área.

Na segunda década do século XXI, e em paralelo com a implementação de Bolonha, o requisito habilitacional de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos (claramente uma das funções mais relevantes da profissão) evoluiu para o mestrado/2.º ciclo (através do requisito legal de titularidade de 180 créditos curriculares na área científica da Arqueologia). Os conteúdos funcionais alargaram-se, nomeadamente para as arqueociências. No sector largamente predominante da Arqueologia preventiva afirmam-se as funções de coordenação de projecto, de gestão empresarial e mesmo de *marketing* arqueológico.

No final dos anos 80 e em resultado de um processo de várias décadas, a Arqueologia ganhou um estatuto profissional. Ser arqueólogo passou a ser uma profissão. Já existiam arqueólogos profissionais antes, na maioria dos casos académicos universitários. Mas nos anos 80 do século XX, com o ingresso de um número significativo de arqueólogos na administração pública central, foi-se desenhando a convicção que esta era também uma profissão de base técnica e não apenas uma área de investigação científica ou um campo de intervenção cívica e amadora. Na profissão juntou-se à componente científica, uma outra que aliás esteve presente desde a fase pioneira da Arqueologia portuguesa (Arnaud, 2013), a patrimonial. Assim, o arqueólogo passou também a ser um técnico de Património.

No final do século XX, quando uma efectiva projecção social da profissão ainda apenas se desenhava (Jorge, 1993, p. 1), o conceito de arqueólogo evoluiu, essencialmente no sentido da caracterização dos conteúdos funcionais da profissão que, nesta época eram já muito diversificados (Silva e Correia, 1998, p. 70; Jorge, 2003, p. 122; Silva, 2005a, p. 18-19), abrangendo a investigação, a direcção científica e participação em todos os tipos de trabalho de campo (escavação, prospecção, acompanhamento, levantamento e registo, detecção remota, conservação e restauro), de gabinete/laboratório (concepção, desenvolvimento e participação em projectos, investigação, estudo de espólio, elaboração de publicações), na administração e gestão (participação em reuniões, comissões técnicas, grupos de trabalho, emissão de pareceres, licenciamento e acompanhamento da actividade arqueológica) e de valorização e divulgação patrimoniais (concepção, desenvolvimento e participação em exposições, conferências, condução de visitas, produção de conteúdos de divulgação em suportes variados) (Oosterbeek, 2004, p. 10-11).

Em 2003, os arqueólogos foram tipificados (Jorge, 2003, p. 127), numa proposta ainda hoje válida: arqueólogo universitário (Lemos, 1994, p. 99; Jorge, 2003, p. 127; Oliveira, 2020, p. 87); arqueólogo dos serviços do Estado com competências tutelares (Lemos, 1994, p. 99; Jorge, 2003, p. 132; Oliveira, 2020, p. 87); arqueólogo “museógrafo” (“conservador” e outro) (Jorge, 2003, p. 136); arqueólogo municipal (Lemos, 1994, p. 99; Jorge, 2003, p. 143; Oliveira, 2020, p. 87); arqueólogo empresário (Jorge, 2003, p. 147); arqueólogo amador (Jorge, 2003, p. 151) e associativo (Jorge, 2003, p. 152). E o arqueólogo independente, “free lancer” (Jorge, 2003, p. 149), sujeito às piores condições de trabalho: “só quem tem dos arqueólogos uma imagem esfumada não poderá globalmente respeitá-los, pela capacidade de esforço e pela imaginação que revelam, procurando ultrapassar as imensas dificuldades de se realizar alguma coisa” (Jorge, 2003, p. 151). Esta profunda alteração da profissão de arqueólogo e a importância da consolidação da sua imagem social gerou ampla problematização e debate que percorreu toda a primeira década do século XXI (Jorge e Moure Romanillo, 2000, p. 18; Oosterbeek, 2003, p. 5; Valera, 2005, p. 65 e 67). Entre outros aspectos porque todos estes diferentes segmentos de profissão deveriam partilhar uma deontologia comum (Jorge, 2003, p. 141).

A Arqueologia como profissão parece de facto constituir a resposta a “necessidades específicas da colectividade” (Silva, 1993b, p. 55). Assim, pode deduzir-se que as exigências da comunidade relativamente ao conhecimento construído a partir dos vestígios arqueológicos e à salvaguarda do Património são significativamente maiores no século XXI em Portugal, como aliás é próprio de uma sociedade desenvolvida europeia.

Do ponto de vista sociológico, ainda insuficientemente estudado, a maior alteração talvez se tenha produzido na década de 90 do século XX. Com o enorme aumento do número de arqueólogos, o grupo tornou-se necessariamente mais diverso, plural e inclusivo, constituído por “pessoas (sim, porque cada vez mais nestes anos passou a haver gente onde antes apenas se reconheciam notáveis)” (Raposo, 1995b, p. 67). Contudo esta pluralidade social, nomeadamente ao nível das origens sociais e económicas, ainda apresenta lacunas, por exemplo, aparentemente, uma diversidade étnico-racial extraordinariamente baixa (Coelho, 2020, p. 35).

Nos quarenta e cinco anos em estudo contaram-se 2.080 arqueólogos em actividade em Portugal, alguns com presença fugaz, outros de forma prolongada e até contínua. O número de arqueólogos evoluiu de menos de centena e meia para mais de um milhar. A tendência de crescimento foi interrompida entre 2010 e 2016, em consequência da crise económica global em Portugal (Silva, 2013, p. 15; Rocha, 2015, p. 10), mas aparentemente retomada, ainda que de forma tímida, entre 2017 e 2019 (ver gráfico 13). Actualmente, em 2021, a cifra poderá situar-se entre os 1.200 e os 1.400 arqueólogos em actividade no país, numa fase que parece ser de estabilização deste valor. Mas este grupo é extraordinariamente flutuante. Em cada quinquénio, uma parte significativa do grupo abandona a actividade (Valera, 2007, p. 80) e o peso relativo dos novos arqueólogos é sempre considerável. Se é verdade que estas características traduzem vitalidade do grupo profissional, a perda contínua do valor intangível representado pelo conhecimento e experiência adquiridos pelos “desistentes” assume contornos de verdadeira e permanente sangria, nomeadamente se considerada a base científica e altamente qualificada do grupo. E talvez seja principalmente deste traço que provenha o carácter muitas vezes considerado anémico da Arqueologia portuguesa. Esta elevada instabilidade na constituição do grupo dos arqueólogos é um sintoma do problema estrutural de base: a crónica e

elevada precariedade laboral e as extraordinariamente difíceis condições de exercício da profissão.

A diferenciação sexual foi analisada no universo dos arqueólogos em estudo, constituindo a sua evolução um dos principais elementos caracterizadores da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. Nos anos 70 do século XX inicia-se a consolidação da presença feminina na Arqueologia. Gradualmente as ainda muito minoritárias mulheres vão saindo dos museus, da investigação em gabinete e da esfera da publicação científica, afirmando-se crescentemente no trabalho de campo e na gestão do património. No período em estudo, o número de mulheres entre os arqueólogos aumenta incessantemente até atingir a paridade numérica, no início do século XXI. A sua presença é também transversal a todos os sectores, mas foram observadas algumas divergências (Bugalhão, no prelo).

Nos últimos anos, parece desenhar-se uma ligeira diminuição do peso relativo do sexo feminino, coincidente com uma maior incidência no abandono da profissão entre as mulheres (Bugalhão, 2017d). A precariedade laboral parece sentir-se mais no feminino (Simões *et al.*, 2018). Entre os arqueólogos de nacionalidade estrangeira as mulheres estão em clara minoria. Também entre os naturais da região Norte não há ainda paridade numérica de género (Bugalhão, 2020, p. 88). Nas universidades e unidades de investigação portuguesas e na administração pública os homens estão em maioria. Nas empresas de arqueologia, noutra tipo de empresas e no trabalho sem enquadramento institucional há mais mulheres. As arqueólogas são mais jovens e graduam-se em maior número nas universidades portuguesas, embora continue a haver consideravelmente mais doutorados do sexo masculino.

Por outro lado, a análise das divergências de género na Arqueologia portuguesa carece de aprofundamento, nomeadamente em áreas como o exercício de funções dirigentes ou de coordenação, a progressão na carreira, especialmente na académica, nas condições, saúde e segurança no trabalho, nas diversas formas de assédio, na remuneração. E de forma muito particular merece reflexão entre os arqueólogos, como em toda a sociedade portuguesa, o direito à estabilidade e à família.

Os arqueólogos de nacionalidade estrangeira marcam presença relevante na Arqueologia portuguesa (Bugalhão *et al.*, no prelo). Entre 1970 e 2014 trabalharam em Portugal cerca de duas centenas e meia de arqueólogos estrangeiros, na sua maioria

espanhóis, franceses e alemães. Contudo, ao longo do período em estudo, o peso relativo dos arqueólogos estrangeiros em Portugal vai diminuindo. Com a abertura da sociedade portuguesa proporcionada pela democratização do país, o trabalho de arqueólogos de outras nacionalidades tornou-se normal, da mesma forma que os arqueólogos portugueses passaram a frequentar com regularidade o meio científico arqueológico que é, obviamente, internacional.

Os arqueólogos estrangeiros são tendencialmente mais velhos, profissionalizados, e qualificados academicamente que os portugueses. Trabalham predominantemente em investigação, enquadrados em universidades e unidades de investigação dos países de origem. Têm situações laborais menos precárias que os portugueses, embora no século XXI participem do grande aumento da Arqueologia preventiva, sob contrato e empresarial.

Os arqueólogos de nacionalidade portuguesa que integram o universo são naturais de todas as regiões do país e também das antigas colónias portuguesas e dos tradicionais países de destino da emigração dos portugueses. Comparativamente com a população em Portugal verificou-se que há mais arqueólogos nascidos nas regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo e menos na região Norte (Bugalhão, 2020, p. 88). Os naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo e de fora do país são tendencialmente mais jovens que os demais. A região de Lisboa e Vale do Tejo registou uma incidência especial de arqueólogos sem habilitação académica superior, eventualmente relacionada com o seu número também especialmente elevado de amadores.

A análise da estrutura etária dos arqueólogos que integram o universo revelou aspectos interessantes da evolução do grupo. Os dados analisados permitem observar um grupo gradualmente mais jovem até ao início do século XXI quando parece esboçar-se uma tendência de estabilização etária. Nos últimos dez anos em estudo observou-se uma subida da média etária feminina, eventualmente relacionada com uma maior incidência de abandono feminino jovem e com a aspiração à maternidade. Entre os titulares de diferentes habilitações académicas superiores observam-se médias etárias estáveis e uma diferença próxima da década entre licenciados e mestres por um lado e doutorados por outro. Em relação ao vínculo, relação e situação laborais, observou-se uma associação entre a estabilidade e a maior maturidade dos arqueólogos. Consequentemente, os arqueólogos mais jovens são normalmente mais

afectados pela precariedade laboral e trabalham mais frequentemente sem enquadramento institucional, noutra tipo de empresas e em empresas de arqueologia. A Arqueologia é leccionada num considerável e bem disperso territorialmente número de estabelecimentos de ensino superior. Entre 1970 e 2014 os arqueólogos em actividade em Portugal qualificaram-se consideravelmente a nível académico. A base habilitacional da profissão está em fase de transição, entre a licenciatura/1.º ciclo de Bolonha e o mestrado/2.º ciclo de Bolonha. Os arqueólogos estudam ao longo de toda a sua vida profissional. Neste sentido, o ensino da Arqueologia em Portugal não é meramente profissionalizante, mas sim um instrumento de aquisição, actualização e aprofundamento de conhecimento, mas também de investigação. Paradoxalmente, ser arqueólogo em Portugal é, muitas vezes, ser simultaneamente cientista e profissional liberal. Não obstante, a uma maior qualificação académica corresponde normalmente uma maior estabilidade laboral.

No início do século XXI, a actividade dos arqueólogos em Portugal encontra-se plenamente profissionalizada. O amadorismo arqueológico característico do século XX foi praticado, de forma gradualmente menos intensa, quase sempre por homens, mais velhos, de nacionalidade portuguesa, por vezes sem formação académica superior.

A caracterização do trabalho na Arqueologia portuguesa é fundamental e permite vislumbrar uma enorme mudança entre os anos 70 do século passado e o início do século XXI. Como foi referido, à medida que o número de arqueólogos foi aumentando, as condições laborais diversificaram-se e principalmente degradaram-se. A precariedade - implícita essencialmente no trabalho em regime independente e entre os bolseiros de investigação - instalou-se como principal traço distintivo do trabalho em Arqueologia e atinge todos os tipos de enquadramento institucional do sector, mas especialmente a actividade sem enquadramento institucional.

Actualmente as empresas de arqueologia são as principais entidades de enquadramento do trabalho dos arqueólogos, especialmente das mulheres, dos mais jovens, menos qualificados e mais precários. Em segundo lugar, surgem os municípios que oferecem também a maior parte do trabalho com contrato e registam importante presença feminina. A Arqueologia municipal constitui assim um dos (ou talvez o) caminhos para o futuro da profissão de arqueólogo no nosso país.

As universidades e unidades de investigação portuguesas têm um papel muito importante na integração profissional dos arqueólogos. Nestas, predominam os mais habilitados, mais experientes e, ainda, os homens e, em número crescente, os bolsiros e investigadores. A administração pública central tornou-se quantitativamente irrelevante enquanto entidade de enquadramento do trabalho dos arqueólogos. As empresas fora do sector arqueológico têm vindo a aumentar a sua parcela neste contexto, normalmente com recurso ao trabalho independente.

Uma característica que merece destaque é a instabilidade, mas simultaneamente grande diversidade de integração institucional que a maioria dos arqueólogos portugueses demonstra. Como foi referido, é bastante comum um arqueólogo trabalhar na arqueologia empresarial ou na administração pública e, simultaneamente militar numa associação e colaborar com uma unidade de investigação. Esta característica, nomeadamente no que se refere à manutenção de relações com uma unidade de investigação, é potencialmente positiva, se considerado o carácter eminentemente científico da actividade e as carências estruturais do nosso sector (Fabião, 2006, p. 35). Atendendo à forma actual de funcionamento e avaliação das unidades de investigação, teme-se que estes colaboradores sejam considerados “peso morto” na aritmética dos indicadores de produtividade científica e, por isso, arredados. Tal seria um infortúnio! O ideal seria que qualquer arqueólogo, ainda que trabalhador independente, ainda que em exercício profissional essencialmente desenquadrado, ainda que sem infra-estrutura para desempenhar a sua actividade sob parâmetros técnicos e científicos adequados, tivesse sempre acolhimento em uma unidade de investigação, eventualmente aquela em que estudou, na qual se encontram as suas referências e onde pode procurar e obter apoio científico, social e pessoal.

Até porque o trabalho sem qualquer enquadramento institucional tem uma importância crescente, ilustrando a profunda desestruturação da Arqueologia portuguesa. Precede a arqueologia empresarial e está profundamente relacionado com a precariedade laboral e com o falso trabalho independente. Tem mais incidência sobre os mais jovens, as mulheres, os menos qualificados e inexperientes. É sinal de capacidade de iniciativa e vitalidade, mas principalmente de ruptura profissional e social. O futuro da Arqueologia portuguesa dependerá das respostas que os

arqueólogos e a sociedade conseguirem delinear para esta realidade que não é de forma nenhuma sustentável.

6. Instituições

Entre 1970 e 2014, numerosas e diversificadas instituições desenvolveram actividade na Arqueologia portuguesa. Neste capítulo, pretende-se apresentar e contextualizar alguns dados quantitativos sobre estas instituições.

A constituição da *Tabela Instituições* foi difícil e complexa. Não existem fontes de informação específicas que reúnam e sistematizem este tipo de dados. Como referido (capítulo 3), a recolha de informação relativa às instituições com actividade em Arqueologia recorreu a diferentes e muito diversificadas fontes, resultando num conjunto de dados difuso, incompleto e, por vezes, impreciso. As entidades em análise são muito diversas e têm graus de interligação à Arqueologia portuguesa muito distintos também (ou seja, nem sempre a quantidade é proporcional à relevância para o tema em estudo, como adiante se verá). Por outro lado, a realidade portuguesa caracteriza-se por alguma instabilidade institucional, com frequentes alterações de nomenclatura e orgânica, ou seja, registam-se instituições similares que se sucedem no tempo. Por fim, devem também referir-se as relações hierárquicas entre as diversas entidades, em que umas dependem orgânica e institucionalmente das outras.

Ainda assim, a recolha de dados foi tão exaustiva quanto possível e o seu tratamento procurou maximizar todas as suas potencialidades informativas. Atendendo à dificuldade na aquisição deste tipo de dados com a exactidão desejável, os valores aqui apresentados devem ser entendidos como meramente indicativos, no que se refere à análise global, mas principalmente, à análise evolutiva no tempo.

As fontes de informação utilizadas foram idênticas às utilizadas para a constituição das *Tabelas Arqueólogos*, *Actividade Arqueológica – trabalhos arqueológicos* e *Actividade Arqueológica – projectos* (pontos 5.2. e 7.2.), nomeadamente, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, o Arquivo do “Conselho Consultivo”, o Arquivo da AAP, o *Endovélico*, a base de dados *FileMaker* do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR, o *Portal do Arqueólogo*, bibliografia e alguns conteúdos disponíveis *online*, designadamente o *Diário da República Electrónico* e as páginas oficiais das instituições na Internet (ver capítulo 3).

O universo em análise integra entidades enquadrantes da actividade arqueológica (ponto 7.7.), instituições empregadoras ou contratantes de arqueólogos (ponto 5.11.),

organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia (ponto 2.2.), museus de Arqueologia (ou com colecções de Arqueologia), outras entidades depositárias de espólio e colecções arqueológicas (excluindo estruturas do tipo reserva ou depósito de espólio e colecções arqueológicas, normalmente integradas em serviços já incluídos no universo), associações representativas, estabelecimentos de ensino da Arqueologia, entidades com funções de apoio à investigação científica, etc. Frequentemente, uma instituição acumula várias destas funções.

Como resultado final do exercício de recolha, cruzamento e selecção de dados obteve-se uma lista de instituições - *Tabela Instituições* que integra 749 instituições. Algumas destas instituições são entidades com atribuições funcionais alargadas que integram um ou mais serviços que desenvolvem actividade específica em Arqueologia (por exemplo, museus). Foram referenciados 143 museus e outras estruturas museológicas. Nos museus e outras estruturas museológicas (recorrendo a uma adaptação do conceito contido na Lei-Quadro de Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto) estão incluídas instituições de carácter permanente, destinadas à guarda, valorização, investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação de bens móveis e conteúdos arqueológicos (exclusiva ou inclusivamente) ou com vestígios e sítios arqueológicos valorizados e/ou integrados museologicamente, regularmente abertas à visita pública. Não estão incluídas estruturas do tipo reserva ou depósito de espólio e colecções arqueológicas. Sempre que possível, foi determinado o período de actividade em Arqueologia de cada instituição¹³⁹, o que nem sempre se revelou um exercício fácil, devido a alguma irregularidade ou mesmo interrupção de funcionamento, registadas em determinadas fases. Algumas instituições mantêm uma relação episódica e pontual, ou muito irregular, à Arqueologia. Ou seja, o factor “tempo” acrescentou ainda complexidade à sistematização de dados efectuada.

Instituições – 749 Museus – 143

¹³⁹ Foi apurado o período de actividade para 679 instituições (75%).

Analisada a evolução do número de instituições com actividade em Arqueologia em Portugal, entre 1970 e 2014, observa-se uma tendência linear de crescimento, embora com algum abrandamento no último quinquénio.

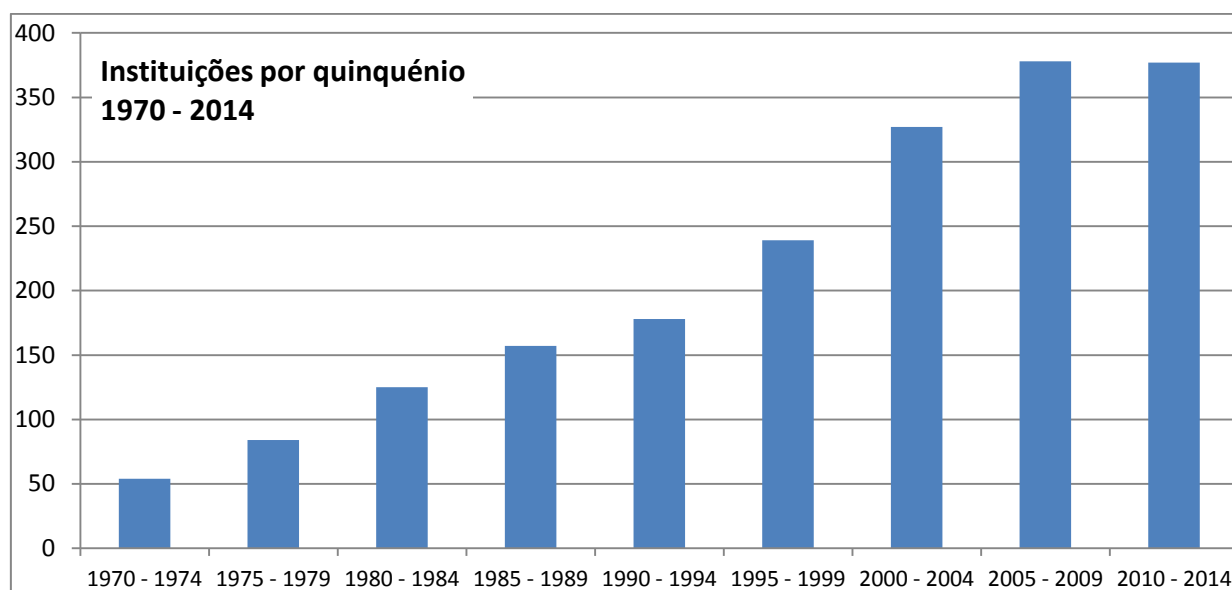


Gráfico 143: Instituições por quinquénio, 1970 - 2014.

A presença de museus e outras estruturas museológicas em actividade no universo é considerável - representando entre 37 e 24% -, embora se registe uma tendência de perda de peso relativo ao longo do período em estudo. Em termos absolutos, a evolução do número de museus e outras estruturas museológicas é idêntica à revelada pela globalidade das instituições, embora com contornos mais suaves, demonstrando o seu carácter mais estável.

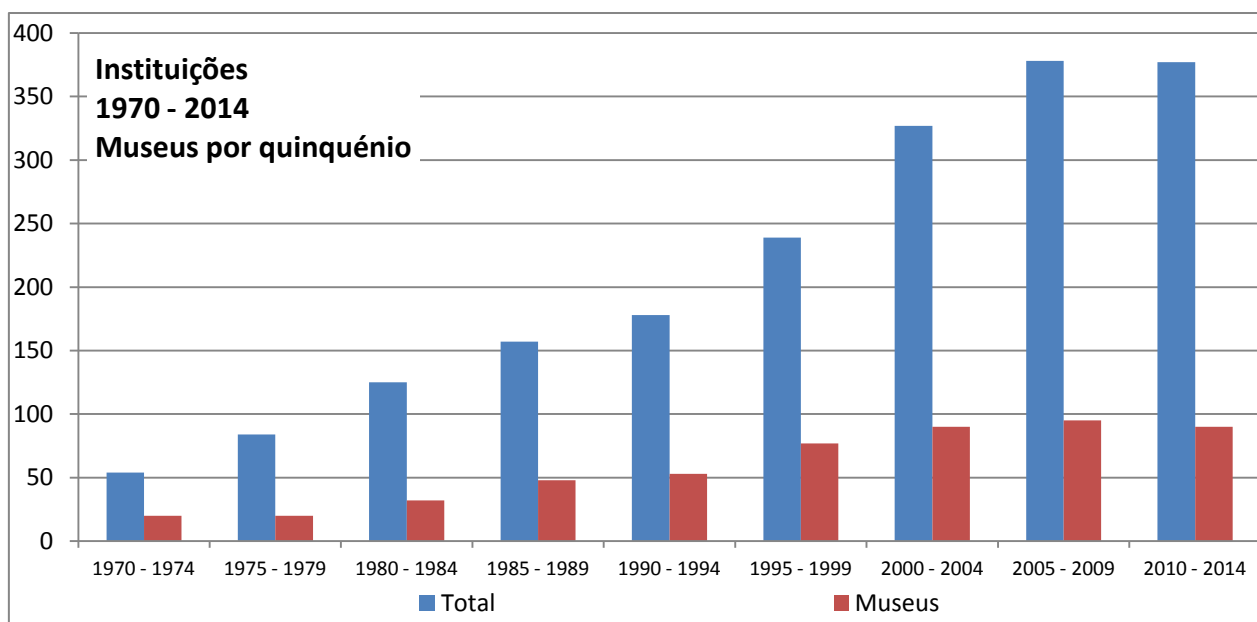


Gráfico 144: Instituições, 1970 - 2014. Museus por quinquénio.

6.1. Tipo

As instituições que integram o universo apurado foram tipificadas nas seguintes categorias: “Administração Pública Central”, “Administração Pública Local”, “Associação”, “Universidade ou Unidade de Investigação Portuguesa”, “Universidade ou Unidade de Investigação Estrangeira”, “Empresa de Arqueologia”, “Empresa – Outras” e “Outros”.

A categoria “Administração Pública Local” integra maioritariamente municípios, mas também outro tipo de organismos autárquicos. Na categoria “Empresa - Outras” consideraram-se as empresas que, não sendo prestadoras de serviços de Arqueologia, contratam e enquadram actividade arqueológica, nomeadamente, empresas com actividade em AIA, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc. Na categoria “Outros” foram incluídos os tipos com uma presença muito residual no universo em análise, por exemplo, escolas de ensino básico e secundário, fundações e organismos eclesiásticos.

Instituições – 749 Museus – 143

Entre 1970 e 2014, o universo das instituições com actividade em Arqueologia em Portugal integra 34% de organismos administração pública local, 17% de associações,

13% de empresas de arqueologia, 13% de universidades ou unidade de investigação estrangeira, 9% de empresas fora do sector arqueológico, 7% de organismos da administração pública central, 5% de universidades ou unidade de investigação portuguesas e 2% de outro tipo de instituições.

No que respeita aos museus e outras estruturas museológicas referenciados, 74% integram a administração pública local, 11% a administração pública central, 6% associações, 4% outros tipos de instituição, 2% (cada) universidades ou unidades de investigação estrangeiras e empresas fora do sector arqueológico e 1% universidades ou unidades de investigação portuguesas (Gráfico 145).

Ao longo do tempo, parte dos tipos de instituições em actividade revela pequena variação quantitativa, por vezes com ligeira tendência de crescimento, configurando uma presença estável na Arqueologia portuguesa. É o caso das universidades ou unidades de investigação portuguesas e estrangeiras, da administração pública central, dos outros tipos de instituição e das associações. As associações revelam uma fase de maior expressão relativa entre 1975 e 1984.

As empresas de arqueologia surgem na segunda metade dos anos 90 do século XX, registando a partir daí crescimento intenso e contínuo. As empresas fora do sector arqueológico registam um aumento acentuado de número entre 2000 e 2014.

Por fim, a administração pública local apresenta uma evolução notável. Regista crescimento a partir de 1975, constituindo o tipo de instituição mais numeroso desde 1985. Entre 1995 e 2009, a tendência de crescimento é mais intensa, quebrando apenas, ligeiramente, no último quinquénio em estudo, entre 2010 e 2014 (Gráfico 146).

Relativamente à distribuição regional dos diversos tipos de instituição (ponto 6.2.), observa-se uma presença mais significativa da administração pública local no Norte do país, em conformidade, aliás, com o mapa administrativo português (seguindo-se, o Centro, o Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve). As empresas de outro tipo estão localizadas maioritariamente em Lisboa e Vale do Tejo (seguindo-se o Centro, o Norte, o Alentejo e o Algarve). As universidades e unidades de investigação estrangeiras estão, naturalmente, sedeadas fora do país. As associações, empresas de arqueologia, organismos da administração pública central e universidades e unidades de investigação portuguesas localizam-se também maioritariamente em Lisboa e Vale do

Tejo (segundo-se o Norte, o Centro, o Alentejo e o Algarve). Por fim, os outros tipos de instituição localizam-se principalmente em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo (segundo-se o Norte).

Relativamente às instituições sedeadas fora de Portugal continental, para além das universidades e unidades de investigação estrangeiras, como já foi referido, foram ainda referenciadas algumas empresas de arqueologia, associações, outras empresas e uma universidade portuguesa (Universidade dos Açores) localizadas no estrangeiro ou nas regiões autónomas (Gráfico 147).

6.2. Região

Foi analisada a distribuição regional das instituições com actividade em Arqueologia em Portugal, entre 1970 e 2014. Para tal foram apuradas as sedes oficiais de cada instituição. Foram consideradas as seguintes categorias: “Norte”, “Centro”, “Lisboa e Vale do Tejo”, “Alentejo”, “Algarve”¹⁴⁰ (ver figura 12) e “Fora de Portugal continental”. As entidades sedeadas “Fora de Portugal continental” incluem as instituições sedeadas fora do país e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Instituições – 749 Museus – 143

Entre 1970 e 2014, as instituições com actividade em Arqueologia em Portugal distribuem-se regionalmente 29% em Lisboa e Vale do Tejo, 22% no Norte, 17% no Centro, 13% no Alentejo e 5% no Algarve. Fora de Portugal Continental estão sedeadas 14% das instituições que integram o universo.

Os museus e outras estruturas museológicas distribuem-se regionalmente de forma bastante equilibrada, 27% no Norte, 22% em Lisboa e Vale do Tejo, 20% no Centro, 21% no Alentejo e 8% no Algarve. Registam-se ainda 2% de museus sedeados fora do país.

¹⁴⁰ Este descritor foi analisado com referência às unidades territoriais em Portugal continental definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril (que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial), ou seja, regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

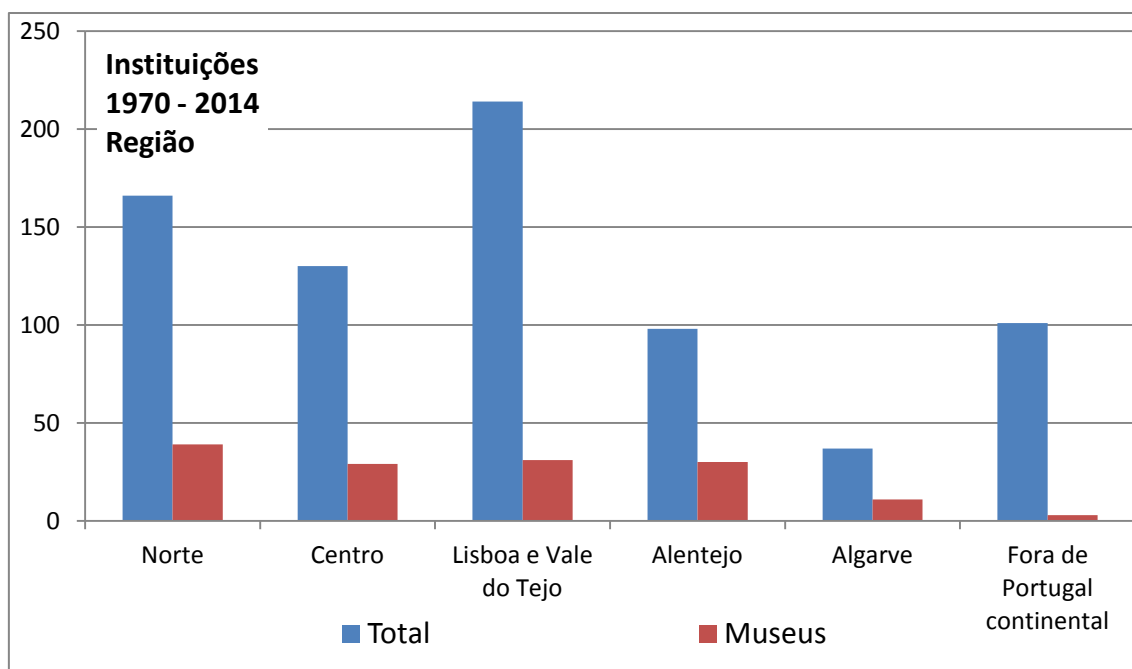


Gráfico 148: Instituições, 1970 - 2014. Região.

Relativamente à evolução temporal da distribuição regional das instituições com actividade em Arqueologia em Portugal entre 1970 e 2014, verifica-se de uma forma geral uma tendência de crescimento linear ao longo de todo o período em análise, mais intensa entre 1995 e 2009 e terminando numa fase de estabilidade no último quinquénio de 2010-2014. A única região do país onde se verifica uma quebra um pouco mais expressiva do número de instituições em actividade entre 2010 e 2014 é o Alentejo (Gráfico 149).

Foi analisada a distribuição dos diversos tipos de instituições em cada região (ponto 6.1.).

Na região Norte, o grupo maioritário é constituído por organismos da administração pública local, seguindo-se as associações, as empresas de arqueologia, as universidades e unidades de investigação portuguesas, a administração pública central e as empresas fora do sector arqueológico e, por fim, os outros tipos de instituição.

Na região Centro, o grupo maioritário é constituído por organismos da administração pública local, seguindo-se as associações, as empresas de arqueologia, as empresas fora do sector arqueológico, a administração pública central e as universidades e unidades de investigação portuguesas.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, o grupo maioritário é constituído pelos organismos da administração pública local, seguindo-se as associações, as empresas fora do sector arqueológico, as empresas de arqueologia, os organismos da administração pública central, as universidades e unidades de investigação portuguesas e, por fim, os outros tipos de instituição.

No Alentejo, o grupo maioritário é constituído por organismos da administração pública local, seguindo-se as associações, as empresas de arqueologia, as empresas fora do sector arqueológico, a administração pública central, os outros tipos de instituição e, por fim, as universidades e unidades de investigação portuguesas.

No Algarve, o grupo maioritário é constituído por organismos da administração pública local, seguindo-se as associações, as empresas de arqueologia, a administração pública central e as empresas fora do sector arqueológico e, por fim, as universidades e unidades de investigação portuguesas.

Fora do território de Portugal continental localizam-se as universidades e unidades de investigação estrangeiras, nomeadamente as universidades e unidades de investigação que enquadram o trabalho (ponto 5.11.) dos numerosos arqueólogos estrangeiros (ponto 5.5.) que trabalharam em Portugal entre 1970 e 2014, mas também escassas empresas de arqueologia e associações com sede no estrangeiro e nas regiões dos Açores e da Madeira e ainda a Universidade dos Açores (Gráfico 150).

6.3. As instituições da Arqueologia portuguesa

As instituições que marcam presença nas diversas frentes de actividade da Arqueologia portuguesa, entre 1970 e 2014, são numerosas, diversificadas e razoavelmente dispersas no território nacional. Estas instituições enquadram o trabalho dos arqueólogos (capítulo 5) e, como adiante se verá, a actividade arqueológica (capítulo 7). Mas desempenham também outras importantes funções, como a museológica, a gestão de espólios e colecções arqueológicas, a tutelar, o apoio à investigação, a representação académica, profissional e sindical, a edição científica, etc. Frequentemente acumulam várias destas tarefas.

Conforme já foi referido, entre 1970 e 2014, a Arqueologia portuguesa revela alguma falta de estruturação e organização, configurando muitas vezes uma verdadeira

desinstitucionalização¹⁴¹, em continuidade aliás com a realidade de todo o século XX (Silva, 1999a, p. 137).

Numa primeira fase, até aos anos 80 do século XX, esta característica relaciona-se com a forma essencialmente amadora do trabalho arqueológico, baseado por vezes em iniciativa individual e sem suporte institucional. A arqueologia nacional vive “sobretudo da dedicação e esforço pessoal de uns tantos” (Alarcão, 1971, p. 7), “investigadores isolados” (Raposo, 1992, p. 43), e os principais projectos dependiam de pessoas e não de instituições (Jorge e Jorge, 1996b, p. 152). As instituições com actividade em arqueologia eram pouco numerosas e mal financiadas (Alarcão, 1971, p. 7). Assim, geralmente, “o enquadramento institucional dos trabalhos era sempre pouco consistente e totalmente dependente da maior ou menor capacidade e poder de influência do arqueólogo responsável” (Silva, 1999a, p. 137).

A partir dos anos 90, verifica-se um incremento da actividade arqueológica sem enquadramento institucional, nesta fase relacionado com o trabalho de prestação de serviços, em regime liberal ou independente. Com a evolução, maturação e complexificação da Arqueologia portuguesa, uma adequada institucionalização é considerada não apenas um bem, mas uma necessidade (Valera, 2005, p. 113 e ss.).

O enquadramento institucional da actividade arqueológica portuguesa sofre profundas alterações ao longo do período em estudo. Numa primeira fase, menos institucionalizada, verifica-se uma intervenção mais intensa de organismos públicos e associações (Anexo 86, p. 6), históricas, culturais e juvenis (Oleiro, 1974, p. 23).

Numa segunda fase, mais institucionalizada, assumem prevalência as entidades privadas (Oosterbeek, 2007, p. 91-92). É clara a consolidação das instituições com actividade em Arqueologia, perceptível no aumento do seu número, entre 1970 e 2014. Esta evolução não é totalmente consonante com as tendências registadas no número de arqueólogos em actividade e no número de trabalhos arqueológicos realizados e de projectos desenvolvidos, traduzindo uma progressiva institucionalização da Arqueologia portuguesa, mas também, muito possivelmente, uma maior vitalidade e diversificação, instabilidade e pulverização. Parece verificar-se

¹⁴¹ Em 1996, a Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, com o apoio de outras entidades, organizou os Encontros Cem anos de Arqueologia “O Archeólogo Português”, cujo primeiro painel se intitulava “Institucionalizar a Arqueologia” (Silva *et al.*, 1998).

um abrandamento da tendência de crescimento do número de instituições em actividade no último quinquénio, entre 2010 e 2014, possivelmente relacionado com a crise económica que acarretou consequências nefastas para a Arqueologia em Portugal. Nestes cinco anos, no Alentejo, registou-se mesmo uma diminuição do número de instituições com actividade em Arqueologia, eventualmente relacionada com uma quebra na actividade dos municípios e associações desta região.

Para além das instituições com sede fora do país ou nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a distribuição geográfica das instituições com actividade em Arqueologia é algo assimétrica. Verifica-se uma concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo (eventualmente, na cidade de Lisboa propriamente dita), principalmente das empresas fora do sector arqueológico e da administração pública central. As instituições mais dispersas pelo território – a administração pública local e as associações, registam presença significativa em todas as regiões.

Entre as instituições que integram o universo figura um número muito relevante de museus e outras estruturas museológicas. Nestas estruturas inscrevem-se os museus de arqueologia (com acervos constituídos totalmente ou quase por objectos arqueológicos), os museus com colecções de arqueologia (com acervo não exclusivamente arqueológico) e os sítios arqueológicos musealizados e centros interpretativos (Antas, 2013, p. 222-223). A sua principal função é naturalmente a gestão de espólio e colecções (Gonçalves, 1980a, p. 53; Silva, 2016, p. 19) e sua exposição e divulgação e distribuem-se no território de forma equilibrada. Ao longo do período em estudo, registam também tendência de crescimento embora perdendo peso relativo. Nos anos 80 do século XX verifica-se uma fase de crescimento em número, dimensão e actividade dos museus com actividade em Arqueologia (Jorge, 2000b, p. 162) que passaram a enquadrar o trabalho de arqueólogos profissionais (Silva, 1989a, p. 93), embora com diagnosticada falta de meios (Martins, 1986, p. 2). A relevância dos museus com actividade em Arqueologia consolida-se na última década do século XX (Raposo, 1992, p. 40). Em 1997 são referenciados quase 100 (Raposo, 1997, p. 81); em 1999, 144 (Antas, 2013, p. 206); em 2004, 177 (Antas, 2013, p. 213); em 2009, 198 (Silva, 2016, p. 17); e em 2012, 208 (Antas, 2013, p. 223) museus com espólio e actividade em Arqueologia. Os museus são as instituições mais sólidas e estáveis da Arqueologia portuguesa. Permanecem e subsistem no tempo. Não são

voláteis, mas também não revelam tanta vitalidade e capacidade de multiplicação e proliferação, como alguns dos demais tipos de instituição analisados. São museus!

O tipo de instituição mais numeroso na Arqueologia portuguesa é constituído pelos organismos da administração pública local, maioritariamente, municípios. A grande maioria dos museus e outras estruturas museológicas são municipais (Gonçalves, 1980a, p. 53; Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 34; Silva, 2005b, p. 93; Almeida, 2007b, p. 136; Antas, 2013, p. 224).

Os municípios marcam forte presença na Arqueologia nacional em todo o período em estudo e a consolidação da Arqueologia municipal é referenciada com uma orientação estratégica (Gonçalves, 1980a, p. 52; Alves, 1982, p. 19; Jorge, 1985, p. 180-181; Jorge, 1986, p. 2; Gamito, 1989, p. 106; Real, 1995, p. 25-26; Jorge, 2000b, p. 161; Almeida, 2007b, p. 132). No início da década de 70 já se intuía que viriam desempenhar um papel fundamental na Arqueologia portuguesa (Oleiro, 1974 p. 23), tendência acentuada consideravelmente com a implantação do poder local democrático a partir de 1976 (Jorge, 1986, p. 2). Nos anos 80 surgem as primeiras equipas municipais de Arqueologia (Lemos, 1987, p. 10; Alves, 1989, p. 102; Silva, 1997, p. 33; Jorge, 2000b, p. 162; Silva, 2002a, p. 309), embora ainda em número considerado insuficiente (Gamito, 1989, p. 106). A Arqueologia municipal continua a crescer nos anos 90 (Raposo, 1992, p. 41; Real, 1993b, p. 304; Silva, 1997, p. 39; Silva, 1999c, p. 20; Lemos, 2007, p. 107; Silva, 2002a, p. 309), mas persiste muito espaço de crescimento (Real, 1993c, p. 50; Silva, 1997, p. 33); tendência que se prolonga pelos primeiros 15 anos do século XXI (Silva, 2002a, p. 300; Jorge, 2003b, p. 145; Silva, 2008b, p. 18).

Os municípios são instituições muito importantes no enquadramento profissional (Lemos, 1993, p. 163; Real, 1995, p. 25-26; Silva, 2005b, p. 88; Almeida, 2007b, p. 130) e laboral (são os principais empregadores em regime dependente; Anexo 86, p. 11) dos arqueólogos em Portugal (capítulo 5), tendo dado um contributo decisivo para a profissionalização dos arqueólogos e para a sua consciência de classe (Almeida, 2007a, p. 102).

Os serviços municipais de Arqueologia integram-se nas estruturas orgânicas autárquicas de forma muito variada, não existindo “um modelo de actuação, uma fórmula generalizada de organizar e desenvolver a investigação e o trabalho arqueológico a partir das autarquias” (Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 148).

Os municípios asseguram uma grande quantidade e diversidade de funções em Arqueologia. Destaca-se o Inventário/Carta Arqueológica (Caninas e Henriques, 1980, p. 7; Gonçalves, 1980a, p. 53; Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 39; Marques, 2002, p. 139; Jorge, 2003b, p. 143; Silva, 2005b, p. 93) e a gestão e ordenamento do território (Silva, 1997, p. 37). Contudo, na segunda década do século XXI, há ainda instrumentos de gestão territorial municipais que não contemplam qualquer referência ao Património arqueológico (Silva, 2010, p. 212).

Como já foi referido, os municípios, nomeadamente através dos seus museus, mas não só, são as instituições mais relevantes na gestão de espólios e colecções arqueológicas (Gonçalves, 1980a, p. 53; Silva, 1997, p. 34; Jorge, 2003b, p. p. 143; Silva, 2005b, p. 93; Almeida, 2006a, p. 46-47; Antas, 2013, p. 225; Silva, 2016, p. 16-17 e 19), embora apenas uma pequena parte possua recursos para tal adequados (Almeida, 2006a, p. 46).

Ao nível da actividade arqueológica propriamente dita (trabalhos arqueológicos de campo) (ver capítulo 7), os municípios também se destacam (Gonçalves, 1980a, p. 53), ao nível da investigação (Silva, 1997, p. 35) e publicação (Fabião, 2000, p. 272), das intervenções de emergência (Silva, 1997, p. 36; Jorge, 2003b, p. 143; Parreira, 2007a, p. 98), mas muito especialmente ao nível da Arqueologia preventiva (Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Jorge, 2003b, p. 143; Parreira, 2007a, p. 98), gestão urbanística (Silva, 1997, p. 38; Jorge, 2003b, p. 144; Silva, 2005b, p. 88) e Arqueologia urbana (Silva, 1997, p. 36-37). Outra área fundamental da Arqueologia municipal é a valorização, conservação, divulgação e animação (Caninas e Henriques, 1980, p. 7; Gonçalves, 1980a, p. 53; Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 39; Jorge, 2003b, p. 143; Silva, 2005b, p. 93; Agosto e Silva, 2020, p. 119).

Decorrente dos méritos inegáveis desta Arqueologia de proximidade, tem sido defendida a transferência progressiva de competências de gestão do Património arqueológico para os municípios (Zilhão, 2000b, p. 11; Barata, 2003, p. 19; Jorge, 2003b, p. 146-147; Parreira, 2007a, p. 100), opção que apenas se considera problemática e inadequada, ao nível do licenciamento, salvaguarda arqueológica, salvaguarda do Património classificado e fiscalização (Bugalhão, 2017c).

Concluindo, os municípios são as instituições com actividade em Arqueologia mais numerosas em todas as regiões do país. Entre o final do século XX e a primeira década

do século XXI, os municípios intensificaram determinantemente a sua actividade nas várias frentes e tarefas, consolidando-se como as principais instituições da Arqueologia nacional. Mas nem sempre a actividade municipal esteve devidamente consolidada, quer organicamente, quer ao nível de recursos humanos e equipas, quer ao nível do planeamento anual e plurianual de actividades. Esta característica terá permitido que o impacto da crise económica nos organismos públicos tivesse como consequência uma quebra no número de municípios com actividade em Arqueologia, registada entre 2010 e 2014.

As associações são o segundo tipo de instituição mais representado (Anexo 86, p. 10), enquadrando um número relativamente baixo de museus e outras estruturas museológicas. A actividade em Arqueologia das associações é especialmente dedicada à investigação e é mais intensa em Lisboa e Vale do Tejo (Macedo, 2018, p. 133). As associações ocupam o segundo lugar no tipo de instituições registadas em todas as regiões do país.

As associações, inicialmente muito ligadas à actividade em regime amador - aspecto por vezes referenciado como crítico (Jorge, 1985, p. 180) - vivem a sua fase mais activa entre 1975 e 1984, estabilizando de seguida até 2004 (Real, 1995, p. 25) e decrescendo entre 2005 e 2014. De facto, muitas das associações em actividade nos anos 70 e 80 do século XX (que integravam activos muito valiosos para as comunidades locais em que se inseriam) foram sendo absorvidas pelas estruturas municipais, factor que contribuiu, de alguma forma, para o seu posterior declínio.

Entre os anos 70 e 80 do século XX, as associações foram a expressão preferencial da sociedade civil, também em Arqueologia (Caninas e Henriques, 1980; p. 7; Fabião, 1995, p. 87; Oosterbeek, 1997, p. 47; Silva, 2002a, p. 307; Caninas, 2010, p. 287; Macedo, 2018, p. 118). Expressão desta dinâmica associativa foi a Campanha Nacional para Defesa do Património, promovida pela Secretaria de Estado da Cultura em 1980-1981 (Caninas, 2010, p. 289; Custódio e Rasquilho, 2010, p. 295-302; Macedo, 2018, p. 212-220), bem como os diversos Encontros Nacionais das Associações de Defesa do Património (Barros, 1982, p. 27; Caninas, 2010, p. 289). Em 1982, existiriam cerca de 200 associações de defesa do Património em Portugal (Barros, 1982, p. 27). Entre 1974 e 1997 foram referenciadas 656 associações de defesa do Património em Portugal (Macedo, 2018, p. 115). Em 1997, 38% das associações juvenis tinham contacto com a

Arqueologia (Oosterbeek, 1997, p. 46). A área de actividade preferencial das associações situa-se na divulgação, sensibilização e actividades lúdicas (Caninas, 2010, p. 283), mas tiveram igualmente um papel muito relevante na resposta social às situações de emergência motivadas pelas frequentes destruições patrimoniais (Macedo, 2018, p. 212) e mais esporadicamente na investigação (Caninas, 2010, p. 284).

Ainda no âmbito associativo merecem especial menção as associações de representação profissional. Para além da centenária AAP (Arnaud, 2013) e do recente STARQ (Mesquita e Simões, 2014) foi essencialmente a APA que assumiu este objectivo. A necessidade de uma associação profissional representativa dos arqueólogos é referenciada desde os anos 80 (Lemos, 1987, p. 11; Gamito, 1989, p. 106; Raposo, 1989a, p. 117; Raposo, 1989b, p. 4; Silva, 1989a, p. 94). Com a profissionalização crescente dos arqueólogos (nomeadamente na administração pública central e local) e no âmbito do recém-criado mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1992 é constituída a Pró-APA (Pró-APA, 1992; Silva, 1993b; Silva, 1997, p. 31; Silva, 2002a, p. 309; Silva, 2003c, p. 68; Almeida, 2007a, p. 102; Raposo, 2010b, p. 366). A Pró-APA foi apresentada publicamente nas V Jornadas Arqueológicas da AAP realizadas em Lisboa em 1993 (Silva *et al.*, 1994). A criação da APA é também um reflexo da afirmação social dos arqueólogos e da sua profissão (Martins, 1998, p. 32; Pereira, 2001, p. 15; Almeida e Neves, 2006, p. 103). Entre muitos outros documentos orientadores produzidos pela APA, destaca-se assim o seu Código Deontológico (APA, 1998; APA, 2009, p. 17-23), estabelecido na sequência de longo e participado processo de elaboração.

Entre 2000 e 2010, decorreu um longo debate público que atravessou a Arqueologia portuguesa, sobre a pertinência, necessidade e vantagem da criação de uma Ordem de Arqueólogos (AAVV, 2000; Silva, 2003e, p. 149). A revista *Era, Arqueologia* dedicou-lhe um *dossier* no seu número 2 (AAVV, 2000), com textos de diversos autores sobre o tema. Em 2008, o tema é abordado nas diversas sessões do ciclo de debates “A Arqueologia em Revista”, organizado pelo Centro de Arqueologia de Almada, na comemoração do 25.º aniversário da revista *Al-Madan* e no *blog* criado para o mesmo

efeito¹⁴², bem como em inúmeras sessões públicas promovidos essencialmente pela APA e pela AAP¹⁴³. No início de 2010, a AAP foi recebida em audiência pela Ministra da Cultura, tendo sido lançado à comunidade arqueológica o repto de propor a criação de uma Ordem dos Arqueólogos. Em consequência foi criado um grupo informal de trabalho entre a APA e a AAP que, após algumas reuniões de trabalho e consultas internas¹⁴⁴, decidiu alargar a discussão à comunidade arqueológica. Foi então agendado para 20 de Março de 2010 no Museu Nacional de Arqueologia, um debate organizado pelas duas associações que veio a constituir-se no epílogo da discussão sobre a criação de uma Ordem (Anexo 98) e que abriu caminho à constituição de um sindicato. Pode aliás concluir-se que o debate com vista à constituição de uma Ordem de Arqueólogos teve como principal consequência prática a constituição do STARQ (Mesquita e Simões, 2014). Em 2014, no âmbito do projecto europeu DISCO, a APA elaborou um extenso relatório sobre a profissão e o grupo profissional (APA, 2014), entrando de seguida numa fase de estagnação da sua actividade. Nesse contexto, em 2018, foi criada a Comissão de Arqueologia Profissional da AAP (Silva, Lago e Bugalhão, 2018; Bugalhão, Silva e Lago, 2020).

As empresas de arqueologia estão representadas em todo o país, sedeando-se principalmente em Lisboa e Vale do Tejo e no Norte. Registam uma presença muito relevante na Arqueologia portuguesa, especialmente na actividade arqueológica preventiva, mas não assumem função museológica.

¹⁴² <http://almadanblog.blogspot.com/search/label/Ordem%20dos%20arque%C3%B3logos>; <http://www.almadan.publ.pt/ArqEmRevista.htm>.

¹⁴³ Em 2003, num debate sobre o tema em Cascais, chegou mesmo a apresentar-se um Projecto de Estatuto da Ordem dos Arqueólogos. O assunto foi debatido, por exemplo, na Assembleia-Geral da AAP realizada a 23 de Fevereiro de 2010 (<https://atribunadocarmo.wordpress.com/2010/02/28/ordem/>).

¹⁴⁴ Na sequência das quais foi divulgada uma pequena nota explicativa sobre as diferenças entre uma ordem e um sindicato (<https://atribunadocarmo.wordpress.com/2010/03/08/ordem-sindicato/>).

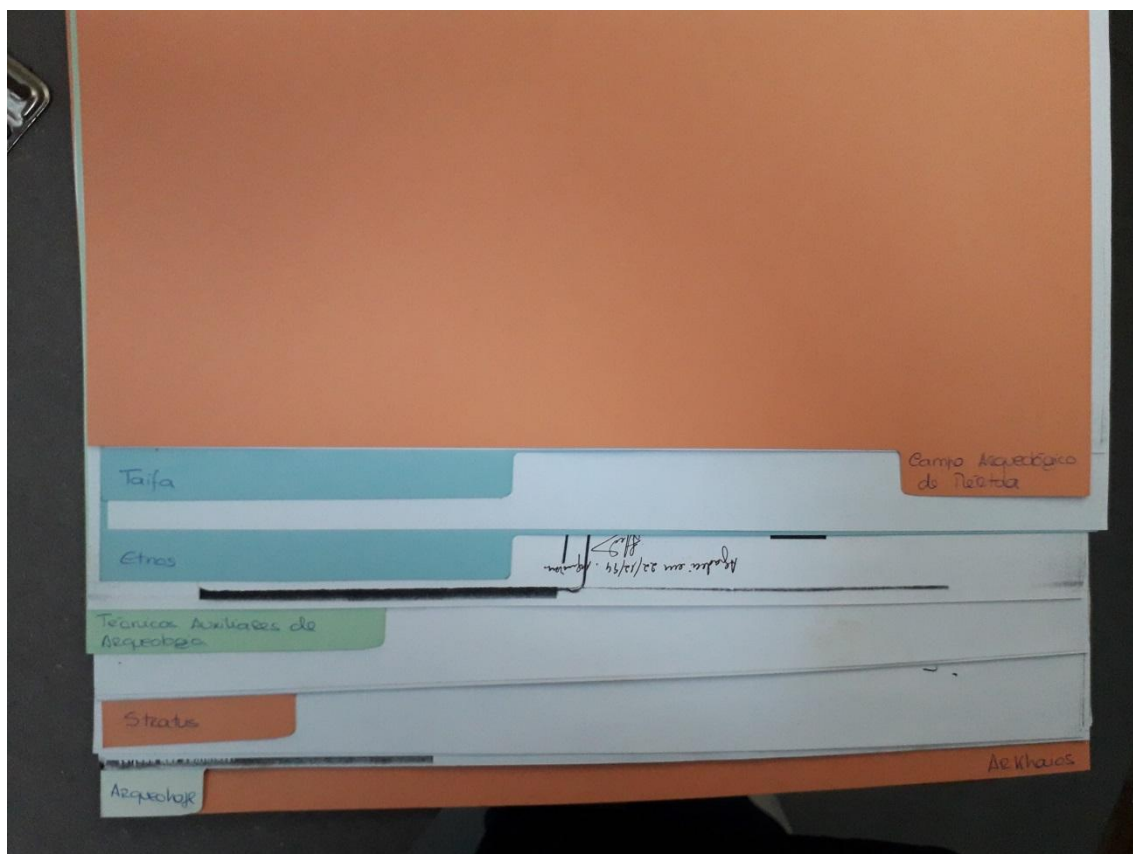


Figura 13: Arquivo da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia. Documentos sobre empresas de arqueologia (1996).

Entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, a Arqueologia preventiva afirmava-se e a Arqueologia comercial dava os primeiros passos. Neste contexto, já se discutia o eventual surgimento de entidades empresariais especializadas na prestação de serviços de Arqueologia (Alarcão, 1989, p. 88-89; Raposo, 1992, p. 39; Jorge, 1993, p. 1; Lemos, 1994, p. 99; Silva, 2002a, p. 300; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Lemos, 2007, p. 107; Rocha, 2015, p. 10), salientando-se os seus eventuais problemas (Alarcão, 1989, p. 88-89; Raposo, 1992, p. 39). As primeiras empresas surgem em 1995, proliferando rapidamente e implantando-se progressivamente, constituindo uma resposta social eficaz às necessidades crescentes do sector (Gamito, 2003, p. 140; Jorge, 2003b, p. 148; Bugalhão, 2011, p. 36), nomeadamente na Arqueologia preventiva (Silva, 2003e, p. 146).

O desenvolvimento da Arqueologia portuguesa desde o final do século XX está intimamente ligado à emergência de um mercado e ao surgimento das empresas de arqueologia (Valera, 2006b, p. 22). A implantação das empresas na actividade de

investigação (Almeida e Neves, 2006, p. 88; Valera, 2007, p. 78 e 80) e valorização (Silva, 2003e, p. 146), ou em áreas de intervenção muito especializadas (Silva, 2003e, p. 143) tem sido mais problemática. Em 2008 realizou-se o I Congresso de Arqueologia Empresarial) organizado por um grupo de empresas¹⁴⁵ (AAVV, 2008; Silva, 2008b, p. 19). Em 2019 constituiu-se um grupo informal de empresas de Arqueologia¹⁴⁶, não estando por enquanto constituída qualquer associação empresarial no sector, nem definido qualquer modelo de credenciação de empresas (Silva e Correia, 1998, p. 62)¹⁴⁷.

Entre 2000 e 2014, as empresas de arqueologia são as principais instituições enquadrantes da actividade arqueológica (Lago, 2003, p. 103; Silva, 2003e, p. 146; Bugalhão, 2011, p. 27) e de enquadramento do trabalho de arqueólogos (principalmente dos mais jovens), como entidades contratantes e/ou empregadoras (Almeida, 2007b, p. 130; Bugalhão, 2011, p. 35-36; Bugalhão, 2017b, p. 25). A sua implantação deu um contributo muito relevante para a profissionalização efectiva dos arqueólogos e para o crescimento do grupo profissional. As empresas de Arqueologia são assim “um das mais importantes marcas da arqueologia portuguesa dos últimos 10 anos” (Oosterbeek, 2004, p. 6), pese embora a fragilidade e pequena dimensão da maioria delas (Silva, 2003b, p. 126; Silva, 2003e, p. 146; Valera, 2005, p. 125; Almeida *et al.*, 2008, p. 67), nomeadamente, a estruturação inadequada, a falta de infra-estruturas, a falta de quadros adequadamente formados, especializados e com adequado regime laboral, etc. Estas fragilidades, associadas a uma tutela pública ausente ou incompetente e a um mercado desregulado e baseado em baixos orçamentos resultam na chamada “arqueologia low-cost” (Almeida e Neves, 2006, p. 89) ou num quadro de “mediocridade organizada” (Valera, 2007, p. 80).

As universidades ou unidades de investigação estrangeiras estão sobre representadas quantitativamente, em relação à sua verdadeira relevância na Arqueologia portuguesa.

¹⁴⁵ Constituído por Archeoestudos, Arqueohoje, Arqueologia e Património, Crivarque, Dryas Arqueologia e Era Arqueologia.

¹⁴⁶ Integrando as empresas Archeoestudos, Arqueohoje, Arqueologia e Património, Atalaia Plural, Clay Arqueologia, Cota 80.86, Empatia Arqueologia, Império Arqueologia e Neoépica.

¹⁴⁷ A Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho que estabelece a Estrutura Nuclear da DGPC2 (Anexo 57) define como competência do Departamento de Bens Culturais daquela Direcção-Geral “credenciar (...) entidades empresariais que exerçam a sua atividade no domínio da arqueologia” (alínea d), do n.º 3 do artigo 2.º). Esta competência não foi objecto de qualquer concretização.

Com excepções pontuais, o seu elevado número deve-se essencialmente ao facto de serem empregadoras ou enquadradoras do trabalho dos numerosos arqueólogos estrangeiros com actividade em Portugal (Bugalhão, 2017b, p. 25; Bugalhão *et al.*, no prelo), entre trabalhadores dependentes e bolseiros entre 1970 e 2014. Como o enquadramento institucional destes arqueólogos (ponto 5.11.2.) é muito diverso e disperso, elencou-se uma quantidade muito considerável de universidades ou unidades de investigação estrangeiras. Entre estas entidades registam-se três museus estrangeiros. Apesar do seu papel real ser bastante menor do que os números parecem indicar, a presença, quantidade e diversidade destas instituições têm um papel relevante na investigação e ilustram bem as profusas relações de arqueólogos estrangeiros com a Arqueologia portuguesa e a internacionalização desta. As universidades ou unidades de investigação estrangeiras registam crescimento até 1984, seguido de uma tendência de estabilização durante o restante período em estudo, com expressão quantitativa máxima entre 2000 e 2004. Estão evidentemente sedeadas fora de Portugal.

As empresas com actividade principal fora do sector mas que se dedicam também à Arqueologia registam uma presença assinalável. Para estas instituições nem sempre foi possível determinar o período de actividade, devido ao carácter pontual e irregular da sua intervenção. Nos dados apurados, estas instituições surgem registadas apenas a partir do quinquénio de 1985-1989, registando forte e contínuo crescimento até 2014 e gerindo alguns museus e estruturas museológicas. Estas empresas concentram-se (57%) na região de Lisboa e Vale do Tejo. Aquelas entre estas que enquadram actividade arqueológica dedicam-se essencialmente a projectos preventivos.

Os organismos da administração pública central têm uma presença estável na Arqueologia Portuguesa entre 1970 e 2014, especialmente nas duas primeiras décadas em estudo (Alves, 1989, p. 99). Abrangem um número muito considerável de museus de âmbito supramunicipal e, normalmente, especializado. A maioria destes organismos integra a tutela política e administrativa do Património Cultural/Cultura na qual se enquadram as competências do Estado sobre a Arqueologia, a actividade arqueológica e o Património arqueológico (ponto 2.2.). Apresentam uma forte concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo, relacionada com o reconhecido centralismo administrativo do Estado português na capital, Lisboa.

As universidades e unidades de investigação portuguesas registadas incluem todas as instituições desta natureza dedicadas ao ensino e à investigação em Arqueologia (ponto 4.2.) e algumas outras que, episódica ou mais regularmente, desenvolveram também alguma actividade no sector. Mantêm uma presença estável ao longo do período em estudo e integram raros museus. Também nestas instituições se nota o peso da capitalidade reflectida no elevado número sediado em Lisboa e Vale do Tejo. No Norte, encontra-se ainda um número razoável de universidades e unidades de investigação portuguesas, mas nas regiões mais periféricas, menos desenvolvidas e menos povoadas do Centro e, principalmente, do Alentejo e do Algarve, o seu número é muito diminuto.

Entre os anos 70 e 90 do século XX, as universidades e unidades de investigação portuguesas são muito importantes na formação dos arqueólogos, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos em regime dependente e na actividade arqueológica (Alves, 1989, p. 99; Gonçalves, 1989, p. 117-118; Silva, 1994a, p. 90; Real, 1995, p. 25; Jorge e Jorge, 1996b, p. 162; Silva, 2002a, p. 308; Almeida, 2007b, p. 130), principalmente de investigação, mas também de emergência (Jorge, 1982b, p. 3). A necessidade de alargamento do sector da Arqueologia para fora da academia é aliás referida (Jorge, 1993, p. 1). Não obstante, nos anos 80, a Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa era a única unidade de investigação “reconhecida” pelo INIC (Gonçalves, 1983-1984, p. 9; Alarcão, 1989, p. 85; Gonçalves, 1989, p. 118). Em meados dos anos 90, o universo académico português é ainda considerado limitado e pouco flexível (Lemos, 1994, p. 97).

Entre a década de 80 e 1997, viveu-se um clima de conflito latente entre as universidades, que tinham o predomínio da actividade arqueológica e os organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia (IPPC/SRAZ e IPPAR¹) que asseguravam a sua gestão. Por um lado, verificava-se uma indefinição nas esferas de actuação das diversas entidades (Jorge, 1983, p. 3; Martins, 1986, p. 2; Silva, 1987; Alarcão, 1989, p. 84; Alves, 1989, p. 99; Jorge, 1989, p. 111; Gonçalves, 1989, p. 117; Silva, 1989a, p. 93-94; Marques, 1991a, p. 6; Marques 1994, p. 83), por outro, um choque de competências e culturas de intervenção (Gonçalves, 1989, p. 117-118; Silva, 1989a, p. 94; Lemos, 1994, p. 99). O problema mais crítico deste conflito residia contudo no financiamento, atribuído e disputado pelos organismos do Estado com tutela sobre a

Arqueologia (através do PNTA) e do qual os arqueólogos universitários dependiam para dar seguimento aos seus projectos e carreira académica (Jorge, 1983, p. 3; Gonçalves, 1983-1984, p. 10 e 12; PNTA, 1984, p. 50; Alarcão, 1989, p. 83; Gonçalves, 1989, p. 118; Silva, 2002a, p. 308; Lemos, 2007, p. 107; Oliveira, 2020, p. 82).

Neste contexto, e como já referido, em 1995, foi criada a Comissão Inter-Universitária de Arqueologia do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (Oliveira, 2020, p. 83-85), integrando representantes das Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Minho, Algarve, Évora, Beira Interior, Açores, Trás-os-Montes e Alto Douro, Nova de Lisboa, Aberta e Católica Portuguesa (Oliveira, 2020, p. 84). Esta comissão registou um funcionamento regular até 1998 – ano de realização do 1º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia (Oliveira, 2020, p. 85). Com a criação do IPA registou-se um abrandamento do seu ritmo de actividade, deixando de reunir em 2008 sem ter sido formalmente extinta (Oliveira, 2020, p. 84). A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia do CRUP ocupou-se dos problemas específicos da Arqueologia universitária, como sejam, a compatibilização entre a actividade lectiva e a investigação, as dificuldades de progressão na carreira, a falta de um modelo de avaliação científica da actividade arqueológica de investigação e, principalmente, a falta de financiamento e meios (Oliveira, 2020, p. 87, “Memorando entregue ao magnífico Reitor da Universidade de Évora, em Fevereiro de 1995 e apresentado em Reunião do CRUP”).

Com a afirmação da Arqueologia preventiva, no século XXI, a academia perdeu peso (Zilhão, 2000a, p. 6) e continuou a debater-se com uma crónica falta de meios (Jorge, 2003b, p. 128). Nos últimos 15 anos em estudo, as universidades e unidades de investigação portuguesas enquadram um número progressivamente crescente de bolseiros/investigadores.

O outro tipo de instituições, como as fundações, as escolas de ensino básico e secundário e as entidades eclesiásticas têm, entre 1970 e 2014, uma presença marginal e residual na Arqueologia portuguesa.

7. Actividade arqueológica

7.1. Conceito

O conceito de trabalho arqueológico evoluiu ao longo do tempo. O Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril de 1932 (Anexo 5) referia as “escavações” e os “trabalhos de exploração de antiguidades”, aparentemente como sinónimos. Falava igualmente no “levantamento” da Carta Arqueológica de Portugal. Assim, nos anos 30 eram reconhecidos como trabalho arqueológico a escavação e a inventariação de sítios arqueológicos (não necessariamente decorrente de prospecção de campo). Em 1960, a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho (Anexo 6) regulamentou “a actividade dos campos de trabalho destinados a explorações arqueológicas”. Eram referidas “escavações, sondagens e simples prospecções arqueológicas”. O regulamento da JNE de 1965 (Anexo 7) tipificou os trabalhos arqueológicos em “sondagens, escavações e outros trabalhos de exploração arqueológica” e introduziu a figura de “plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos”.

Em 1978, o RTA/78 (Anexo 14) incluía pela primeira vez a expressão “actividade arqueológica” para dignar o conjunto dos trabalhos arqueológicos de campo e mantém operativo o “plano nacional de escavações e trabalhos arqueológicos”. Em 1982, a Convenção de Londres não acrescentou qualquer alteração significativa à definição da época de trabalhos arqueológicos.

Em 1985, a LPC/85 (Anexo 21) contemplava no seu artigo 37.º a definição de trabalhos arqueológicos: “todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico, no caso de estas investigações implicarem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície”. Este diploma legal considerava assim trabalhos arqueológicos, essencialmente, as escavações e as prospecções.

O estatuto das carreias de Arqueologia na administração pública (Anexo 39), estabelecido em 1997, incluía no conteúdo funcional da carreira de arqueólogo a referência a trabalhos arqueológicos de campo: prospecções, escavações e, ainda, EIA. O RTA/99 (Anexo 47) alargou consideravelmente a definição de trabalho arqueológico, referindo no seu artigo 2.º que “são considerados trabalhos arqueológicos todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do Património arqueológico usando métodos e técnicas próprios da arqueologia,

independentemente de se revestirem ou não de natureza intrusiva e perturbadora, nomeadamente prospecções, acções de registo, levantamentos, estudos de espólios de trabalhos antigos guardados em depósitos, sondagens e escavações arqueológicas, acções de conservação ou de valorização em sítios arqueológicos”. Esta definição integra pela primeira vez uma distorção no conceito de trabalho arqueológico (com a inclusão dos “estudos de espólios”) fugindo da esfera exclusiva dos trabalhos de campo, ou seja, da actividade sobre o Património arqueológico imóvel.

Segundo definição constante na LBPC/2001 em vigor (Anexo 49), “são trabalhos arqueológicos, todas as escavações, prospecções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a protecção e a valorização do património arqueológico” (n.º 1 do artigo 77.º), e que visem “a produção de conhecimento histórico (...), em respeito pelas premissas e procedimentos da investigação científica”.

No RTA/2014 em vigor (Anexo 60) pode ler-se que trabalhos arqueológicos são “todas as ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do Património arqueológico, efetuadas por meio de prospecções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos, ações de registo de contextos, estruturas arqueológicas e estratigrafia da arquitetura e ações de conservação e valorização em monumentos, conjuntos e sítios” (alínea g) do artigo 2.º).

É importante clarificar que, no presente trabalho, os conceitos de “trabalho arqueológico” e “actividade arqueológica” se aplicam exclusivamente ao Património arqueológico imóvel, ou seja, aos elementos do Património arqueológico conservado “em meio terrestre e subaquático” (alínea g), do artigo 2.º, do RTA/2014, Anexo 60), designadamente aos “depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados (...) e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental” (n.º 2, do artigo 74.º, da LBPC/2001, Anexo 49). Nesta acepção, trabalhos arqueológicos são os “trabalhos de campo”. Neste trabalho são analisados apenas os trabalhos arqueológicos em meio terrestre (à excepção de uma resumida abordagem preliminar à Arqueologia em meio subaquático apresentada no ponto 7.8.6.).

No ordenamento jurídico português, a actividade arqueológica carece de licenciamento pelo Estado. Desde os anos 30 do século XX, a lei determinou que a realização de trabalhos arqueológicos dependia da comunicação e autorização prévia pela JNE. Em 1965, a autorização para “a realização de sondagens, escavações e outros trabalhos de exploração arqueológica” e “a realização de quaisquer trabalhos em imóveis não classificados mas de interesse arqueológico” foi entregue à 1.ª Subsecção da 2.ª Secção da JNE (Anexo 7).

Na sequência da extinção da JNE em 1977, o Decreto-Lei n.º 1/78 de 7 de Janeiro transferiu para a Comissão Organizadora do ISPCN (integrante da orgânica da Secretaria de Estado da Cultura) as competências de licenciamento da actividade arqueológica. Entretanto e num processo que se prolongou entre (pelo menos) 1972 e 1978, os organismos públicos com competências tutelares e a comunidade arqueológica dedicaram-se à revisão da regulamentação da actividade arqueológica, culminando com a publicação de um RTA (ponto 2.1.3.).

O RTA/78 (Anexo 14) redefine os procedimentos de PATA, indicando a então DGPC1 como entidade de tutela administrativa sobre a actividade arqueológica. A esta sucedem o IPPC (1980), o IPPAR1 (1992), o IPA (1997), o IGESPAR (2007) e a DGPC2 (2012) (Anexo 10) (ponto 2.2.). Durante este período, por vezes a entidade tutelar sentiu necessidade de transmitir instruções adicionais aos arqueólogos. Para tal recorreu a instrumentos de comunicação como os despachos, circulares, anúncios, etc. (Anexo 15¹⁴⁸).

A actividade arqueológica é mensurável através de indicadores variados. Refira-se a título de exemplo o volume da documentação que integra o *Arquivo da Arqueologia*

¹⁴⁸ Circular – Informação Arqueológica (1980); Circular 2/1981 (1981); Circular - *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para actualização do Endovélico* (1998); Circular - Programas, projectos e Intervenções incluindo trabalhos arqueológicos sob responsabilidade do IPPAR - Normalização processual IPPAR - IPA (anexo - transferência processos de arquivo) (1998); Circular - Documentação Fotográfica dos relatórios de Trabalhos Arqueológicos (1999); Circular n.º 1/IPA/2003 - Actividade Arqueológica entre 1997/2001 (2003); Circular n.º 4 (revista) - Documentação Fotográfica a constar nos relatórios de Trabalhos Arqueológicos (2007); Despacho - Documentação Fotográfica a constar nos relatórios de Trabalhos Arqueológicos (2010); Circular -Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico - Instruções de Preenchimento (2011); Circular - Documentação Digital (relatórios) (2011); Novos procedimentos na regulação da atividade arqueológica (DGPC - DRCs) (2012); Termos de referência para os processos envolvendo restos humanos em contexto arqueológico (2012 - s/d); Circular n.º 1/2014 - Trabalhos de Antropologia biológica em contexto arqueológico (2014).

Portuguesa (Bugalhão, 2011, p. 23), os relatórios técnico-científicos entregues pelos arqueólogos ao abrigo do RTA (Bugalhão, 2011, p. 23) e o número de sítios arqueológicos inventariados e constantes no *Endovélico* (Bugalhão, 2011, p. 25). Mas o seu principal indicador de medida é o número de trabalhos arqueológicos realizados por ano, e este constitui o objecto de estudo central deste capítulo (*Tabela Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos*).

Adicionalmente serão igualmente analisados quantitativamente os projectos de enquadramento dos trabalhos arqueológicos (*Tabela Actividade Arqueológica - projectos*). Na *Tabela Actividade Arqueológica - projectos*, constituída a partir da *Tabela Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos*, a unidade de análise principal é o projecto, independentemente dos trabalhos arqueológicos realizados no seu âmbito. Na acepção aqui utilizada, projecto é o enunciado que motiva, enquadra e configura um ou mais trabalhos arqueológicos. Pode ser um projecto de investigação aberto (conjunto articulado de objectivos científicos) ou fechado (estruturado e calendarizado); um projecto de valorização do Património arqueológico imóvel (musealização, conservação e restauro, manutenção); um projecto preventivo (de gestão e ordenamento do território, construção, florestação, agricultura, modulação de terreno, etc., que envolva transformação da topografia ou paisagem); ou um projecto de emergência (minimização de danos e recuperação de informação sobre Património arqueológico imóvel em processo ou perigo iminente de destruição parcial ou total por acção humana ou evento natural).

Nas primeiras duas décadas do período em estudo, nem sempre é fácil determinar e classificar tipologicamente o projecto de enquadramento dos trabalhos arqueológicos (admite-se que esta lacuna decorra de deficiências ou lacunas na recolha de informação efectuada). Esta dificuldade já tinha sido sentida aliás na estruturação e actualização do *Endovélico* (ponto 3.2.3.). Neste sistema de informação, a partir da implementação efectuada entre 1997 e 1998, a relação trabalho-projecto tornou-se obrigatória, ou seja, todos trabalhos arqueológicos registados estão obrigatoriamente associados a um projecto. Para cumprimento desta exigência na organização da informação, frequentemente e em virtude da sua inexistência, foi necessário “criar”

(registar no sistema) projectos fictícios¹⁴⁹. A definição *a posteriori* destes projectos de enquadramento da actividade arqueológica foi dificultada pela frequente confusão ou profusão de enunciados, nomeadamente entre objectivos científicos e de salvamento e/ou emergência. Por outro lado, mesmo no que respeita aos trabalhos de motivação que aparenta ser essencialmente científica, nem sempre estes estavam enquadrados num projecto devidamente enunciado, calendarizado e formalizado¹⁵⁰ (Lemos, 1987, p. 10). Em outros casos, nos enunciados e textos relativos a cada trabalho não se consegue determinar quais os propósitos do mesmo, como se estes fossem óbvios e não carecessem de explanação¹⁵¹. Estas características são reveladoras do carácter incipiente do desenvolvimento da Arqueologia nessa época, bem como de uma natureza voluntarista e diletante que por vezes assumia. Nestes casos, já se sentia a necessidade de que “a Arqueologia da descoberta sensacional deveria dar lugar à Arqueologia dos problemas, devidamente equacionados em projectos” (Jorge, 1986, p. 3).

7.2. Objectivos, fontes de informação e metodologia

Um dos objectivos deste trabalho é a sistematização de dados quantitativos fiáveis e fundamentados sobre a actividade arqueológica no território continental português. Como foi referido, a actividade arqueológica refere-se aos trabalhos arqueológicos “de campo” desenvolvidos sobre o Património arqueológico imóvel, os sítios arqueológicos, ou sobre um determinado território.

A evolução da actividade arqueológica não tem sido alvo de estudo sistemático (Real, 1995, p. 20; Almeida, 2007b, p. 132; Bugalhão, 2011, p. 21; Silva, 2015, p. 18). No presente trabalho, procurou-se uma sistematização mais efectiva da informação sobre a actividade arqueológica em Portugal, durante o período em estudo, com recurso a fontes de informação diversificadas e com um aprofundamento da utilização da informação constante no *Endovélico* (capítulo 3). Assim constituíram-se as *Tabelas*

¹⁴⁹ Por exemplo: “Trabalhos Arqueológicos de Georges Zbyszewski”, “Trabalhos Arqueológicos dos Serviços de Arqueologia da Zona Norte” (ou Centro, ou Sul), ou, nos casos de intervenções monográficas, “Trabalhos Arqueológicos no... (sítio x)”.

¹⁵⁰ Nestes casos, os projectos foram classificados no *Endovélico* em categoria criada para o efeito, “projectos de investigação *ad hoc*”.

¹⁵¹ Ou num inesquecível enunciado que a autora testemunhou: “...como ficámos curiosos, continuámos a escavar, para ver o que encontrávamos...”.

Actividade Arqueológica (Trabalhos arqueológicos e projectos), cujas unidade de informação base são o trabalho e o projecto arqueológico e nas quais se reúne o universo considerado na análise efectuada neste capítulo.

A constituição da *Tabela Actividade Arqueológica – trabalhos arqueológicos* decorreu de forma faseada e cumulativa (capítulo 3). Numa primeira fase, procedeu-se à relação dos trabalhos arqueológicos registados no *Endovélico* no período em estudo, a partir dos formulários *Autorizações* e *Trabalhos Arqueológicos*. Esgotadas as potencialidades informativas do *Endovélico*, e atendendo ao carácter não sistemático destes dados, nomeadamente para a fase inicial, foi necessário completá-los com recurso a outras fontes de informação. Assim foram incluídos na *Tabela Actividade Arqueológica* os trabalhos arqueológicos, cuja informação foi recolhida: na base de dados *File Maker* relativa à actividade arqueológica entre 1986 e 1996, utilizada pelo Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR; nas listas anuais de autorizações para realização de trabalhos arqueológicos entre 1997 e 2002 (em tabela *Excel*) constituídas pela Divisão de Inventário do IPA; na bibliografia (consultada) publicada entre 1970 e 1988 (na qual se recolheu informação sobre actividade arqueológica entre 1970 e 1983); no Arquivo do “Conselho Consultivo” na DGPC.

Da *Tabela Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos* foi extraída a *Tabela Actividade Arqueológica - Projectos*, que integra os mesmos dados de base, mas cuja unidade de informação é o projecto.

Quadro 6 - Tabelas Actividade Arqueológica: fontes de informação e limites cronológicos			
1970 - 2014	<i>Endovélico</i> ¹⁵²	1970 - 1985	Arquivo do “Conselho Consultivo”
	Autorizações		
	Trabalhos Arqueológicos	1970 - 1983	Bibliografia
	Projectos	1981 - 1997	BD <i>File Maker</i> Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR
	...	1997 - 2002	Tabelas Excel IPA

¹⁵² Os dados relativos aos trabalhos arqueológicos do *Endovélico*, *Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* foram extraídos em 2015. É importante salientar que a informação constante neste sistema é dinâmica, pois está em constante actualização. Desde o momento que os dados foram exportados, houve novas inserções e correcções, pelo que os dados quantitativos aqui analisados não devem ser considerados como valores absolutos mas como indicativos de tendências seguras.

7.3. Número

Como resultado final deste exercício de recolha, cruzamento e selecção de dados obteve-se a *Tabela Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos*, integrando as intervenções arqueológicas de campo realizadas em Portugal, entre 1970 e 2014 e a *Tabela Actividade Arqueológica - projectos*, integrando 27.768 trabalhos arqueológicos e 9.664 projectos.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768 Projectos - 9.664

Analizada a evolução do número de trabalhos arqueológicos realizados em Portugal, entre 1970 e 2014 (a que aqui se acrescentam os valores até 2020¹⁵³), verifica-se uma primeira fase de alguma estabilidade em valores muito modestos até ao final dos anos 70 do século XX. Entre o final desta década e toda a década de 80 verifica-se um crescimento consistente da actividade arqueológica. Nos anos 90, até 1996 observa-se nova fase de estagnação. A partir de 1997 e até 2007, ocorreu um crescimento muito acentuado da actividade arqueológica. O ano com maior número de trabalhos arqueológicos realizados é 2009. No entanto, este valor anual, que se apresenta um pouco contra a tendência, é motivado por um número extraordinariamente elevado de trabalhos arqueológicos realizados nesse ano, no âmbito dos blocos de rega do Alqueva, nomeadamente no Bloco do Ardila.

¹⁵³ Os valores relativos às autorizações para realização de trabalhos arqueológicos em 2020 foram recolhidos em 21 de Fevereiro de 2021.

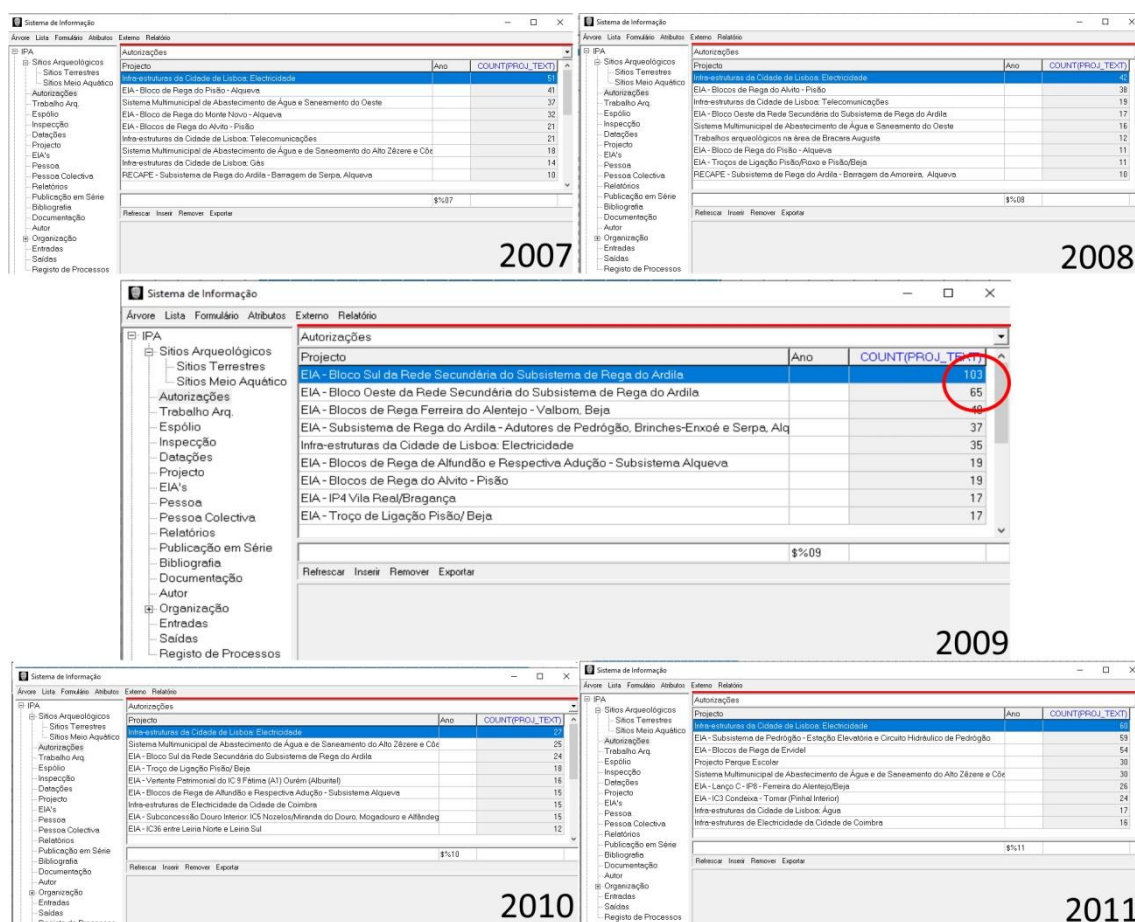


Figura 14: Número de autorizações anuais para trabalhos arqueológicos por projecto (*Endovéllico*, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica). Em 2009, número extraordinariamente elevado de autorizações no âmbito do Subsistema de Rega do Ardila.

Considera-se assim que, excluído este elemento excepcional, entre 2007 e 2011 se verificou uma estabilização no número de trabalhos arqueológicos realizados e que os anos de 2012 e 2013 foram de clara retracção da actividade arqueológica, como consequência do contexto de recessão económica. Aparentemente, a partir de 2014, ocorre uma recuperação da actividade arqueológica, parecendo suplantar os valores do período pré-crise. As consequências ainda indeterminadas da pandemia de 2020 parecem ter interrompido a tendência de crescimento que se desenhava.

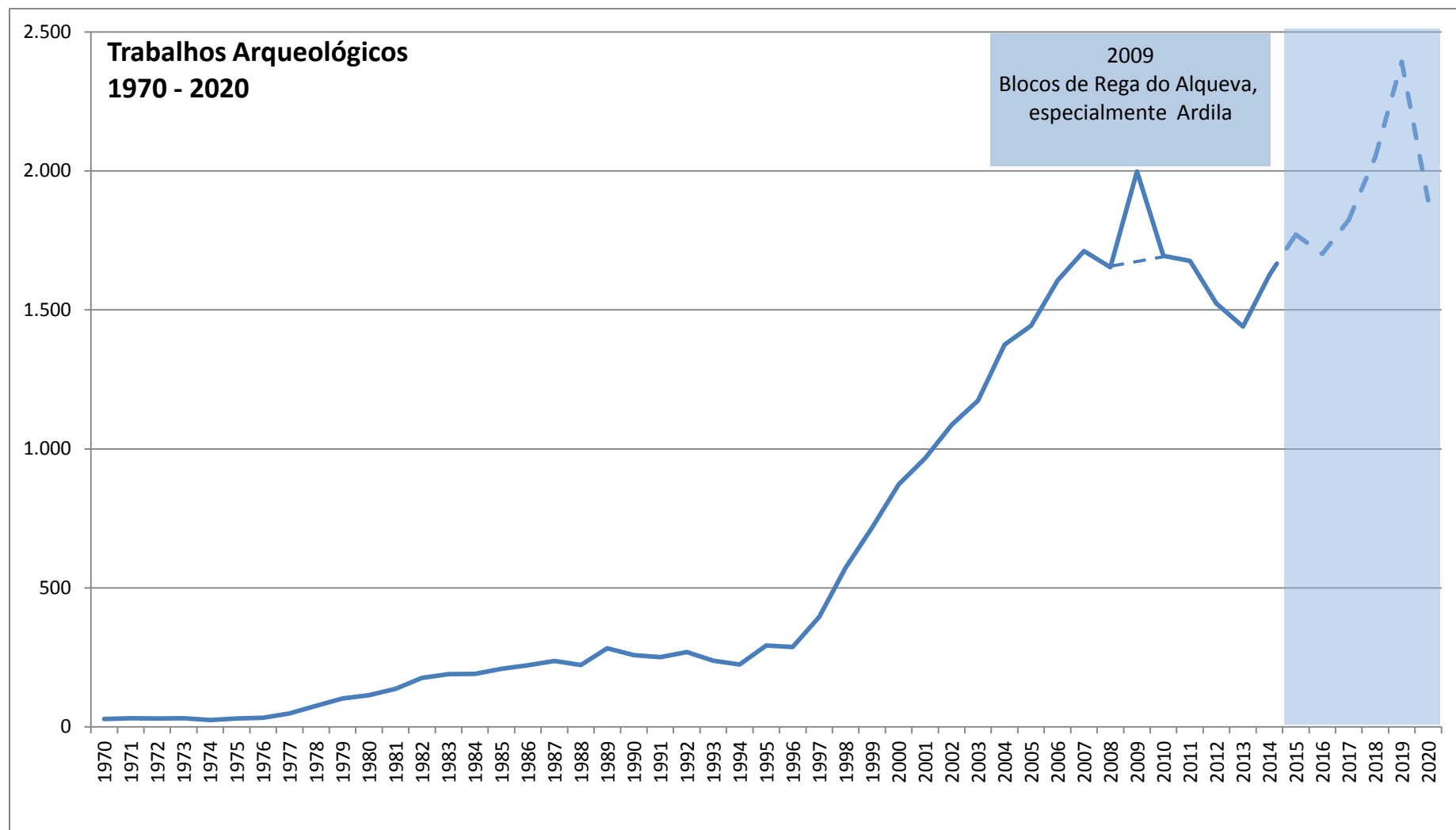


Gráfico 151: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2020.

Estas tendências podem igualmente ser observadas na distribuição por quinquénio da actividade arqueológica, tanto ao nível dos trabalhos, como ao nível dos projectos, sendo que os valores do quinquénio de 1995-1999 são substancialmente alimentados pelo forte crescimento registado entre os anos de 1997 e 1999.

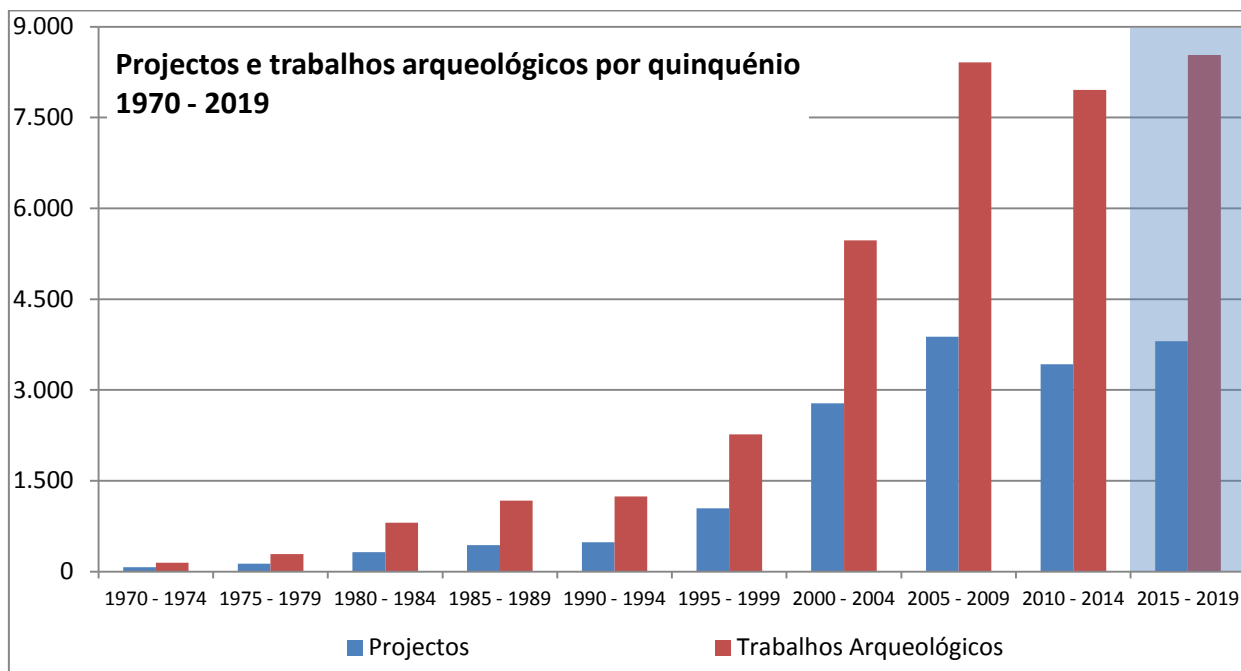


Gráfico 152: Projectos e trabalhos arqueológicos por quinquénio. 1970 - 2019.

A evolução quinquenal da actividade arqueológica pode igualmente analisar-se a partir do número de arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos, ou seja do número de directores científicos. Saliente-se que este valor não é equivalente ao número de arqueólogos em actividade, indicador já extensamente abordado no capítulo 5 (ver gráficos 14 e 12). O número de directores científicos por quinquénio revela uma tendência de crescimento entre 1970 e 2009, especialmente intensa a partir de 1995. No último quinquénio analisado, entre 2010 e 2014, regista-se uma diminuição do número de arqueólogos que dirigiram trabalhos de campo.

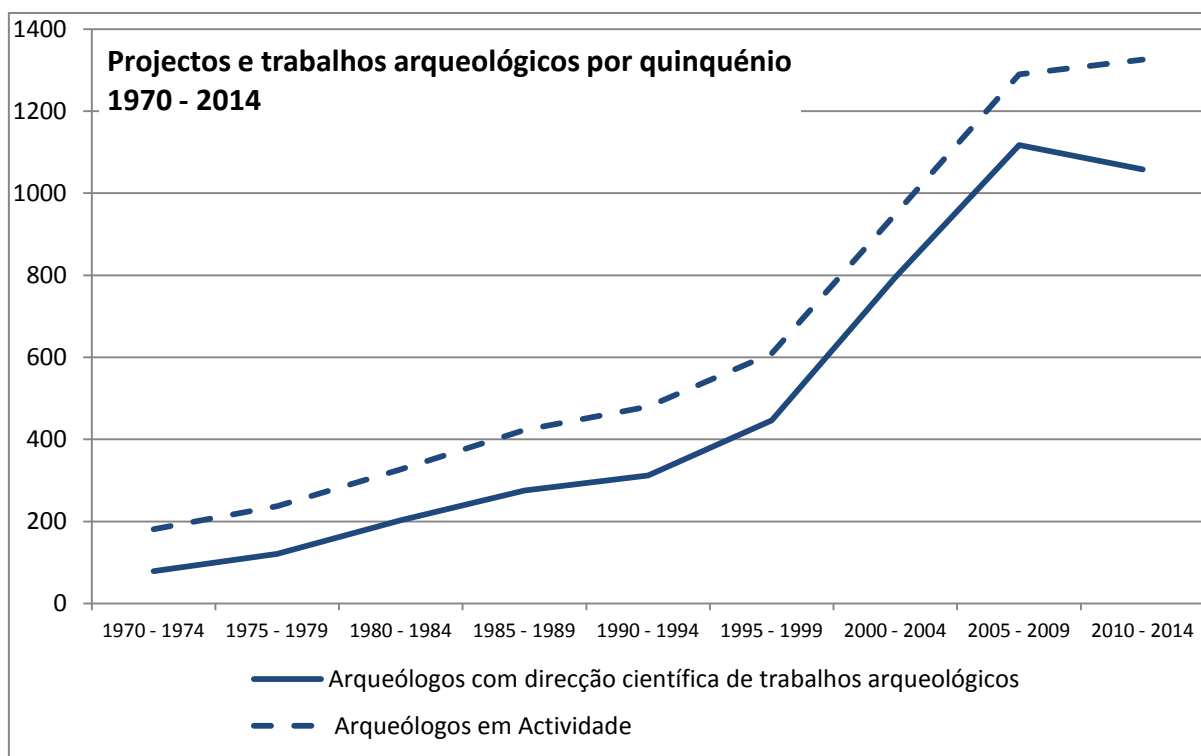


Gráfico 153: Projectos e trabalhos arqueológicos por quinquénio. 1970 - 2014.

A actividade arqueológica gera conhecimento do território e da paisagem arqueológica, ou seja, produz dados de Carta Arqueológica. A metodologia de recolha e organização de Carta Arqueológica de Portugal (ver ponto 7.8.3.a) no âmbito do IPPC foi definida no início dos anos 80 (Paixão, 1980). Em 1980, foram registados cerca de 1.000 estações e monumentos arqueológicos (IPPC, 1982, p. 17); em 1981, estavam já “fichados” cerca de 2.000 sítios (Paixão, 1984, p. 293); e em 1982, cerca de 4.000 (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 102). Em 1989, estavam referenciados nos inventários e bases de dados para esse efeito mantidos pelo IPPC, cerca de 6.000 sítios (Real, 1995, p. 27); no final dos anos 80, cerca de 7.000 sítios (Marques, 1988, p. 176); em 1993, cerca de 8.000 sítios terrestres (Marques, 1991a, p. 6; Marques 1993a, p. 311; Real, 1995, p. 27) e 4.000 referências de arqueologia subaquática (Marques, 1991a, p. 6); em 1997, cerca de 8.500 sítios terrestres (Bugalhão e Lucena, 2006, p. 176).

Com o aumento da actividade arqueológica preventiva a partir de 1997, verifica-se uma evolução muito significativa no número de sítios arqueológicos inventariados, valor que constitui uma aproximação ao número de sítios arqueológicos conhecidos (Bugalhão e Lucena, 2006, p. 176). Assim, em 2003, estavam inventariados no

Endovélico 16.000 sítios (Bugalhão e Lucena, 2006, p. 176). Em 2004, observa-se um impulso artificial gerado pela introdução dos dados relativos à Arqueologia subaquática, registando-se neste ano mais de 20.000 sítios arqueológicos terrestres e subaquáticos inventariados (Gomes *et al.*, 2012, p. 6; Neto *et al.*, 2007, p. 119). Entre 2006 e 2007, verifica-se novo impulso na inventariação de sítios, eventualmente relacionado com o *Projecto Divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos PNTA e Alqueva POC/FEDER* (implementado pelo IPA e que permitiu a contratação temporária de quatro técnicos), atingindo-se a cifra de 26.000 sítios inventariados (Gomes *et al.*, 2012, p. 6; Neto *et al.*, 2007, p. 119). A partir de 2007, o ritmo de inventariação torna-se mais lento, eventualmente devido à diminuição drástica da equipa que assegurava o inventário, registando-se em 2009, cerca de 30.000 sítios arqueológicos inventariados (Gomes *et al.*, 2012, p. 6). No final de 2020, o *Endovélico* registava 35.847 sítios arqueológicos (Gráfico 154).

7.4. Categoria

Para o período em estudo, 1970-2014, procedeu-se à análise da distribuição dos trabalhos arqueológicos em estudo por categoria. Consideraram-se as categorias: “A – Investigação”, “B – Valorização”, “C – Preventiva” e “D – Emergência”.

Até aos 80 do século XX, os trabalhos arqueológicos eram categorizados, essencialmente em investigação e emergência/salvamento (Jorge, 1986, p. 2). Nessa fase, a preocupação centrava-se na estruturação da actividade arqueológica em “planos nacionais” de forma a evitar a “descoordenação e indisciplina”. A tipificação da actividade arqueológica em quatro categorias aqui utilizada foi instituída no RTA/99 (Anexo 47) e reiterada no RTA/2014 (Anexo 60). A categoria A inclui acções plurianuais integradas em projectos de investigação programada. A categoria B integra acções de valorização programadas (musealização, integração arquitectónica, implantação de infra-estruturas de apoio à visita, integração em percursos ou roteiros, etc.) visando a divulgação e fruição pública do Património arqueológico, com vista à sensibilização e educação patrimonial. A categoria C integra acções preventivas e de minimização de impactes desenvolvidas no âmbito de empreendimentos com impacte sobre o território (ou seja, conformada por factores externos à investigação), em cumprimento do princípio da “conservação pelo registo científico”. A categoria D integra acções de

emergência (ou salvamento) em sítios arqueológicos em processo ou perigo iminente de destruição devido a factores naturais ou antrópicos. No espírito destes diplomas legais, os trabalhos de categoria B decorrem de prévios trabalhos de categoria A; a distinção substancial entre os trabalhos de categoria C e D é o momento em que estes são desenvolvidos: previamente ao impacte na categoria C e posteriormente ao impacte na categoria D.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445

A categoria foi apurada para a totalidade do universo dos trabalhos arqueológicos, registando-se 20% de trabalhos de categoria A – Investigação, 3% de categoria B – Valorização, 75% de categoria C – Preventiva e 2% de categoria D – Emergência.

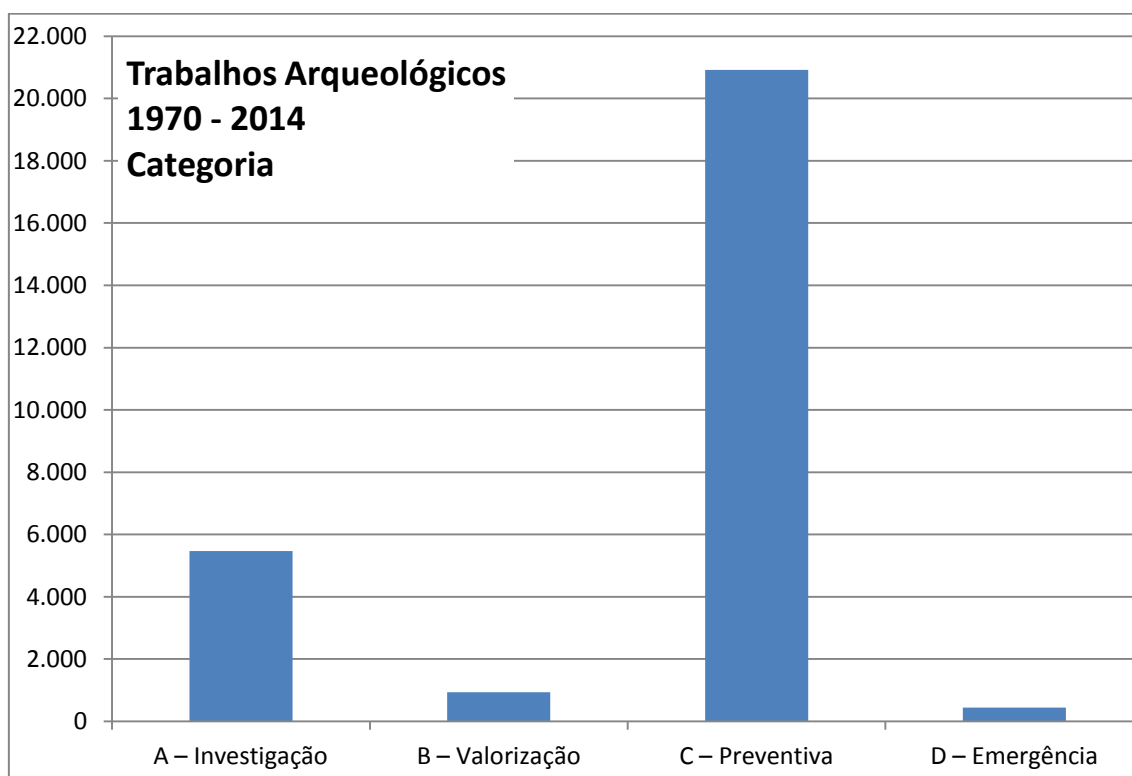


Gráfico 155: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria.

Neste descritor, entre 1970 e 1994, a categoria A – Investigação predomina, representando entre 78 e 65% do total. No quinquénio de 1995-1999, o peso relativo de intervenções de investigação e preventivas é idêntico (44 e 46%). Entre 2000 e 2014, as intervenções preventivas tornam-se largamente maioritárias, registando

valores relativos crescentes em cada quinquénio (78, 91 e 92% de toda a actividade arqueológica).

Os trabalhos de categoria B – Valorização apresentam uma evolução absoluta crescente entre 1970 e 2004, alcançando expressão quantitativa máxima no quinquénio de 2000-2004. Entre 2005 e 2014 regista-se um acentuado decréscimo do número de trabalhos de valorização. Esta categoria regista em todo o período em estudo valores relativos modestos, atingindo um máximo de 8% entre 1990 e 1994 e um valor nulo entre 1970 e 1974.

Os trabalhos de categoria D – Emergência, apresentam em termos absolutos uma tendência de crescimento entre 1970 e 1999, alcançando expressão quantitativa máxima no quinquénio de 1994-1999. Entre 2000 e 2014, os valores absolutos diminuem consistentemente. Em termos relativos, os trabalhos de emergência perdem preponderância ao longo de todo o período em estudo, partindo de 16% entre 1970 e 1974, até alcançar 0,4% do total entre 2010 e 2014.

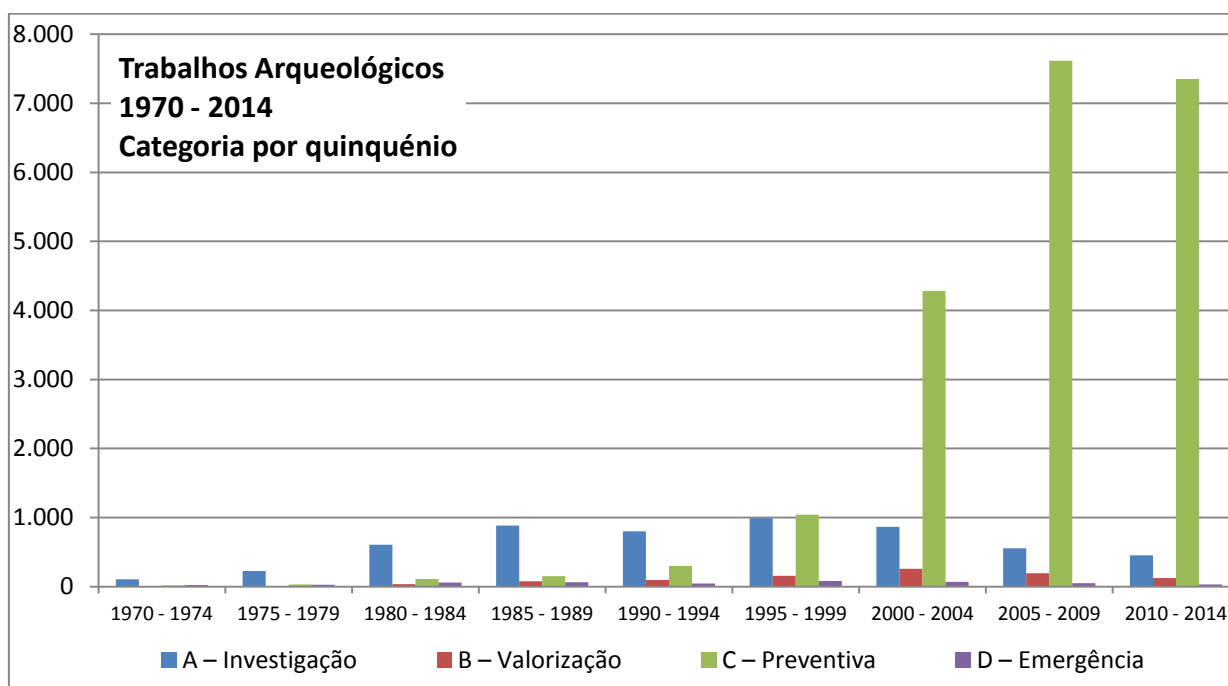


Gráfico 156: Projectos, 1970 - 2014. Categoria.

No tocante aos projectos, refira-se que, por vezes, pontualmente e principalmente nas duas primeiras décadas em estudo, um mesmo projecto integra trabalhos de várias categorias, tratando-se portanto de um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, com percentagens somadas superiores a 100. A categoria foi apurada para

a totalidade do universo, registando-se 13% de projectos de categoria A – Investigação, 4% de categoria B – Valorização, 83% de categoria C – Preventiva e 3% de categoria D – Emergência.

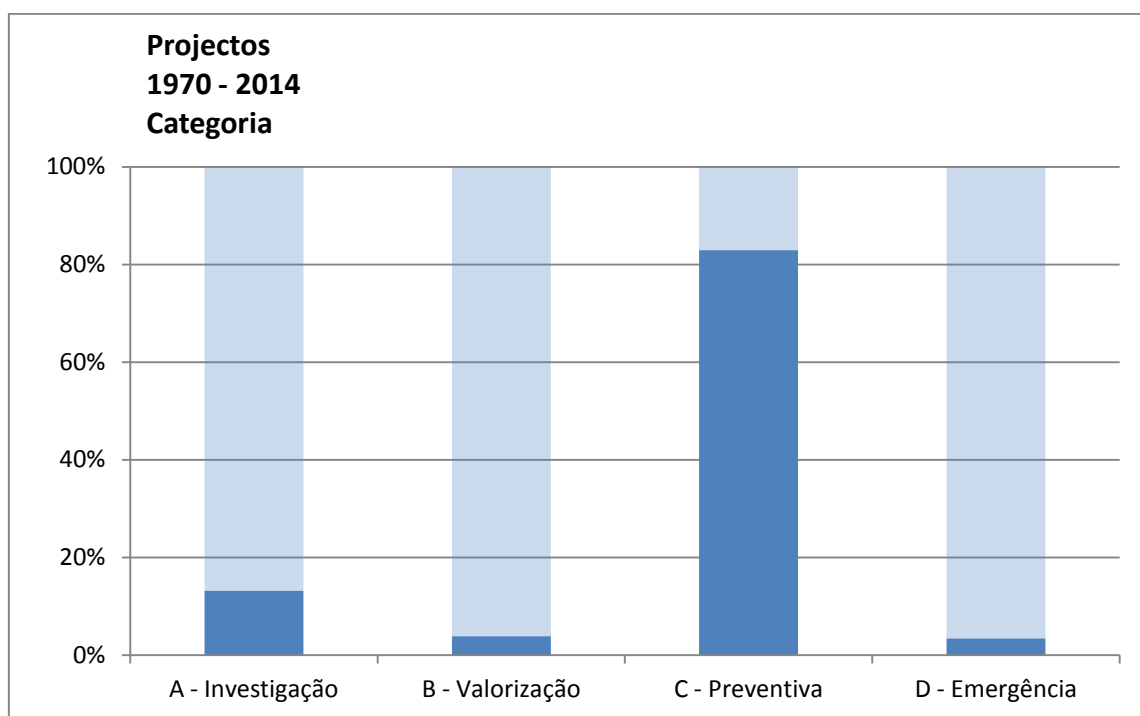


Gráfico 157: Projectos, 1970 - 2014. Categoria.

Na distribuição quinquenal dos projectos por categoria observa-se um panorama idêntico à dos trabalhos arqueológicos. Até 1994, observa-se predominância relativa decrescente da categoria A - Investigação, que atinge um valor absoluto máximo entre 1995 e 1999. Entre 1995 e 2014, verifica-se predominância relativa crescente da categoria C - Preventiva que cresce em termos absolutos até 2009, registando o seu valor absoluto máximo entre 2005 e 2009. A categoria B – Valorização cresce em termos absolutos até 2004, apresentando entre 1980 e 1994 valores relativos interessantes. Por fim, a categoria D – Emergência demonstra valores absolutos crescentes até 1999 e uma representação relativa modesta e decrescente ao longo do período em estudo.

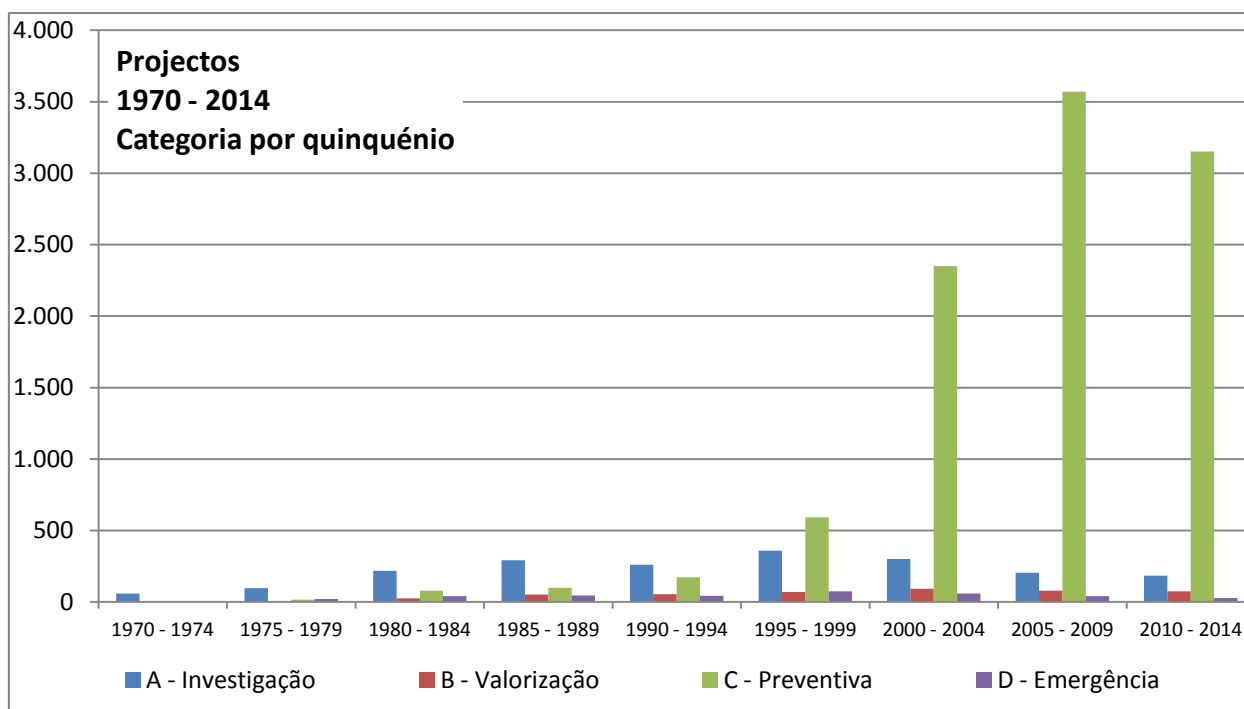


Gráfico 158: Projectos, 1970 - 2014. Categoria por quinquénio.

7.4.1. Categoria/Tipo de Trabalho

Foi analisada a categoria dos trabalhos arqueológicos em função do tipo de trabalho (ponto 7.5.1.)¹⁵⁴.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445
 Trabalhos Arqueológicos de Prospeção - 5.095
 Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
 Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
 Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
 Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777

Considerado o período em estudo na sua globalidade, 89% dos trabalhos de prospeção enquadram-se na categoria C - Preventiva e 10% na categoria A - Investigação. As escavações são em 59% dos casos preventivas e em 37% de investigação. Como seria expectável, os trabalhos de acompanhamento são intrinsecamente preventivos e os de conservação e restauro, intrinsecamente de valorização. Nos trabalhos de levantamento, 49% são de investigação; 41% preventivos; 8% de emergência e 2% de investigação.

¹⁵⁴ O tipo foi apurado para a totalidade dos trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da sua categoria.

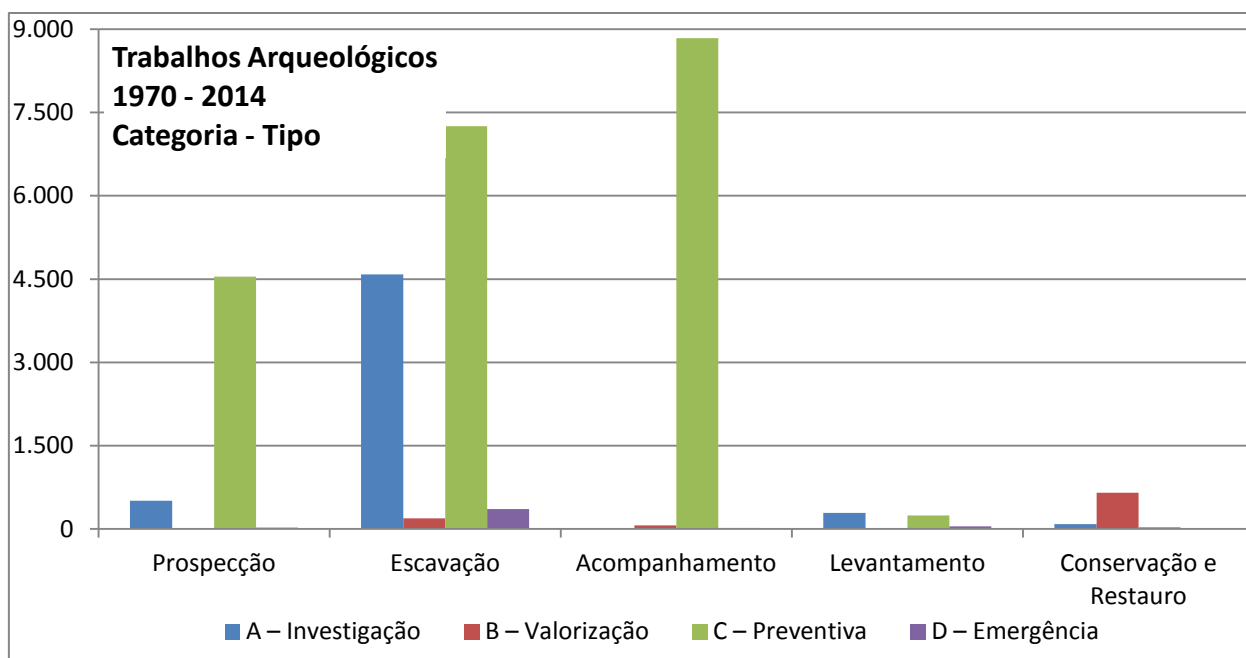


Gráfico 159: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Tipo.

A análise evolutiva do tipo de trabalho por categoria revela, até 1994, a predominância da categoria A – investigação em todos os tipos de trabalhos (o acompanhamento arqueológico ainda está praticamente ausente), a quase ausência da valorização e a simultânea consolidação crescente da Arqueologia preventiva. A partir de 1995, e de forma progressivamente mais intensa, a categoria C – Preventiva prevalece em todos os tipos de trabalho (à exceção dos de conservação e restauro). Nos últimos vinte anos em análise, a investigação enquadra todos os tipos de trabalho (à exceção do acompanhamento), sempre com a escavação como tipo maioritário. Em todo o período em estudo regista-se uma forte associação entre os trabalhos de conservação e restauro e a categoria B – Valorização (Gráfico 160).

7.4.2. Categoria/Região

Foi analisada a categoria dos trabalhos arqueológicos em função da região em que estes decorreram (ponto 7.6.1.)¹⁵⁵.

¹⁵⁵ A região foi apurada para a totalidade dos trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da categoria.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058

A distribuição por categoria nos trabalhos realizados é relativamente equilibrada nas diversas regiões do país. Na região Norte, realizaram-se 74% de trabalhos preventivos; 21% de trabalhos de investigação (a percentagem mais elevada do país); 4% de trabalhos de valorização. Na região Centro, decorreram 77% de trabalhos preventivos, num valor relativo bastante elevado; 20% de investigação e 3% de valorização. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, os trabalhos preventivos registam a percentagem mais elevada do país, 78%; os trabalhos de investigação (18%) e valorização (2%), as mais baixas do país. No Alentejo, os trabalhos preventivos têm valor relativo menos expressivo a nível nacional (73%); e os de valorização o mais elevado no país (5%). Por fim, no Algarve, realizaram-se 75% de trabalhos preventivos, 20% de investigação e 3% de valorização. As percentagens das emergências situam-se em todas as regiões entre 1 e 2 pontos percentuais.

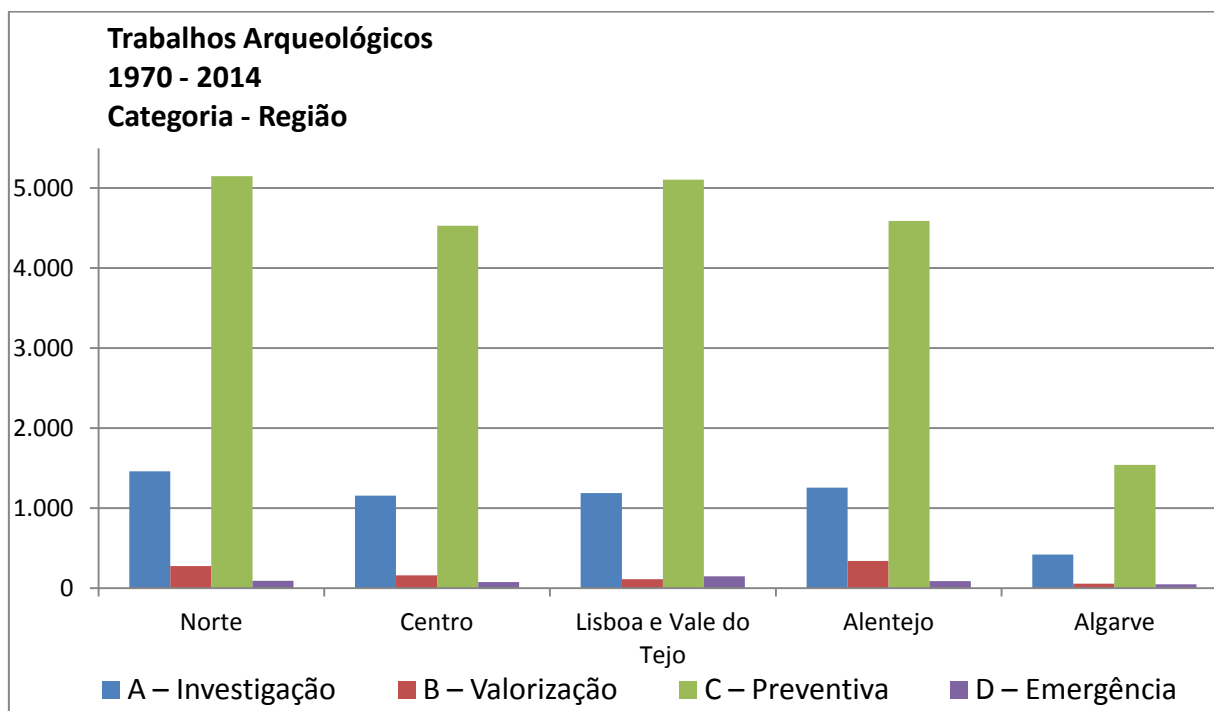


Gráfico 161: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Categoria - Região.

Na evolução quinquenal, verifica-se que a região Norte regista a maioria dos trabalhos de investigação até 1999. No século XXI, realiza-se nas regiões Centro e Alentejo um número superior de trabalhos de investigação. O número de trabalhos de valorização realizados no Alentejo destaca-se entre 1995 e 2009. A actividade preventiva consolida-se em todas as regiões a partir de meados dos anos 90 do século XX; é especialmente relevante em Lisboa e Vale do Tejo, entre 1990 e 1994 e 2005 e 2014 (devido ao crescimento da Arqueologia urbana); e no Alentejo, entre 1995 e 1999 (devido aos trabalhos na albufeira de Alqueva). Entre 2000 e 2004, decorrem na região Norte a maioria dos trabalhos preventivos. Ao longo do período em estudo, os trabalhos de emergência aparentam uma presença um pouco mais forte nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo (Gráfico 162).

7.4.3. Categoria/Entidade Enquadrante

Foi analisada a categoria dos trabalhos arqueológicos em função do tipo da sua entidade enquadrante (ponto 7.7.1.)¹⁵⁶.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384

Os trabalhos arqueológicos enquadrados por entidades da administração pública central são maioritariamente de investigação (45%) e preventivos (36%). É o tipo de entidade que desenvolve mais trabalhos de valorização (13%) e de emergência (6%).

¹⁵⁶ A entidade enquadrante foi apurada para 5.040 (92%) trabalhos arqueológicos de categoria A; 884 (94%) trabalhos arqueológicos de categoria B; 19.572 (94%) trabalhos arqueológicos de categoria C; e 381 (85%) trabalhos arqueológicos de categoria D.

A administração pública local dedica-se especialmente à actividade preventiva (66% dos trabalhos que enquadra), mas também à investigação (23% da sua actividade) e à valorização (8% da sua actividade).

As associações enquadram 67% de trabalhos de investigação, 28% de trabalhos preventivos e valores relativos modestos de trabalhos de valorização e emergência.

Como é natural, a actividade enquadrada por universidades e unidades de investigação portuguesas é maioritariamente de investigação (67%), embora estas instituições também se dediquem à arqueologia preventiva (28% dos trabalhos que enquadram) e à valorização (5%). As universidades e unidades de investigação estrangeiras dedicam-se quase exclusivamente à investigação (94% dos trabalhos que enquadram).

Em contraponto, as empresas de arqueologia e outros tipos de empresas enquadram essencialmente trabalhos preventivos (98 e 97%, respectivamente).

Os trabalhos arqueológicos sem enquadramento institucional são maioritariamente preventivos (88%) (realizados essencialmente por profissionais independentes ou liberais), embora esta situação também se verifique em trabalhos de investigação (9%) (Gráfico 163).

Na evolução quinquenal não se verificam oscilações relevantes na distribuição por entidade enquadrante nos trabalhos de categoria A – Investigação. Na categoria B – Valorização salienta-se uma consolidação dos trabalhos promovidos pela administração local entre 2000 e 2009.

Na actividade preventiva, destaca-se claramente o papel enquadrador das empresas de arqueologia, a partir de 1995, mas principalmente nos últimos quinze anos em análise. Entre 1995 e 2014, todos os tipos de entidade enquadrante desenvolvem trabalhos de categoria C – Preventiva (à excepção das universidades e unidades de investigação estrangeiras). No enquadramento da actividade arqueológica preventiva, entre 2000 e 2014, deve ainda referir-se o trabalho da administração pública local e de outro tipo de empresas, bem como o crescimento acentuado do número de trabalhos sem qualquer enquadramento institucional (Gráfico 164).

7.4.4. “Organizar a Arqueologia Portuguesa por meio de Projectos”

Em 1985, foi apresentado ao IPPC um parecer “sobre a importância de se organizar a arqueologia portuguesa por meio de projectos e de se definir uma hierarquia de

competências de quem neles intervém” (Jorge, 1986). Nessa proposta são definidas três “áreas” de enquadramento do trabalho arqueológico de campo: investigação, inventariação e cartografia e acções de emergência (Jorge, 1986, p. 3) e refere-se que muitas vezes os projectos são mistos, ou seja, conjugam componentes das várias “áreas”. Esta iniciativa é reveladora da reflexão desenvolvida desde os anos 70 do século XX, sobre o benefício da categorização dos trabalhos arqueológicos em função da sua motivação de base, independentemente do carácter científico que necessariamente sempre lhes subjaz. Como consequência desta linha de pensamento que foi fazendo o seu caminho, a partir de 1999, passa a ser obrigatória a integração de cada trabalho arqueológico em uma de quatro categorias: investigação, valorização, preventiva e emergência. No fundo e à partida, passou a ser necessário estabelecer, de forma inequívoca, a motivação de base que despoleta cada trabalho arqueológico (Fabião, 2006, p. 32).

Os 45 anos analisados podem dividir-se em duas grandes fases: entre 1970 e 1994 prevaleceram as intervenções de investigação (Anexo 86, p. 7); entre 1995 e 2014 prevaleceram, crescentemente, as intervenções preventivas (Fabião, 1999, p. 107). Esta evolução relaciona-se com as alterações ocorridas na Arqueologia portuguesa a nível legislativo e institucional e foi devidamente formalizada com a criação e acção do IPA (Bugalhão, 2011, p. 26-27). A consolidação da Arqueologia preventiva tem como consequência uma diminuição das emergências (Bugalhão, 2011, p. 27). A valorização de sítios arqueológicos intensifica-se até ao início do século XXI, mas nunca atinge representação relativa relevante.

Um dos problemas mais claramente diagnosticado na Arqueologia portuguesa é o desequilíbrio entre o peso das intervenções preventivas e da investigação (Carneiro, 2003a, p. 117), que se estende aliás à componente da valorização. No título do Encontro *When Valletta meets Faro* (Florjanowicz, 2016), no fundo, está expresso o confronto entre as componentes preventiva e de divulgação na Arqueologia europeia contemporânea.

A Arqueologia de investigação (ponto 7.8.1.) integra escavações, mas também prospecções e levantamentos e apresenta um peso especialmente relevante na região Norte. Esta actividade é promovida sobretudo por universidades e unidades de investigação, pela administração pública central, mas também por associações.

A Arqueologia de valorização (ponto 7.8.2.) está fortemente associada aos trabalhos de conservação e restauro e desenvolveu-se mais intensamente no Alentejo. São projectos promovidos principalmente pela administração pública local e central. O período de maior intensidade da actividade de valorização, entre 1980 e 1994, estará relacionado com a acção do IPPC e do IPPAR1.

Na Arqueologia preventiva (ponto 7.8.3.) predominam os acompanhamentos, as escavações e as prospecções, com forte incidência na região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta actividade é enquadrada por todos os tipos de entidades, mas essencialmente por empresas de arqueologia e outras e pela administração pública local, mas a actividade arqueológica preventiva sem enquadramento institucional é também muito relevante.

A Arqueologia de emergência e salvamento (ponto 7.8.4.) tem uma presença um pouco mais expressiva no Norte e em Lisboa e Vale do Tejo e foi promovida mais frequentemente pela administração pública central. A fase de maior incidência de trabalhos de emergência, nos anos 90 do século XX, corresponde a um momento em que a exigência de salvaguarda era muito consistente na comunidade arqueológica (não eram já admissíveis os episódios de destruição fortuita de Património arqueológico), mas em que não existiam ainda instrumentos eficazes de prevenção de situações potencialmente destrutivas para o Património arqueológico.

A estruturação progressiva da actividade arqueológica em projectos (tanto de investigação, como preventivos), por contraponto a uma actividade arqueológica baseada em intervenções pontuais (Jorge, 1986, p. 3), pode revelar-se na relação quantitativa, entre projectos e trabalhos. A este respeito, pode adiantar-se que em todo o período em estudo, esta relação raramente se ultrapassou a razão de um projecto para dois trabalhos. Numa primeira fase, devido à desorganização da actividade arqueológica; numa segunda fase, talvez, devido à prevalência das intervenções preventivas e nestas, da Arqueologia urbana, na qual frequentemente um projecto equivale a um trabalho.

7.5. Tipo de trabalho

Na tipificação dos trabalhos arqueológicos, foram consideradas as categorias: “Prospecção”, “Escavação”, “Acompanhamento”, “Levantamento” e “Conservação e Restauro”. Importa, num primeiro momento preceder à definição destas categorias¹⁵⁷.

A **prospecção** é um trabalho arqueológico não intrusivo que incide sobre uma parcela de território, baseado geralmente na observação da superfície e/ou da topografia do terreno, com vista à detecção de vestígios arqueológicos *in situ*. Decorre de uma prévia fase de recolha e sistematização da informação arqueológica (que inclui, para além dos dados de Carta Arqueológica propriamente dita, informação geográfica, geológica, histórica, toponímica, etc.) sobre o território a prospectar. Neste tipo de trabalho incluem-se a prospecção por detecção remota (seja através de análise de cartografia antiga e fotografia aérea ou por satélite, seja através da utilização de métodos geofísicos) e a realização de sondagens de recolha e análise de sedimentos e de indicadores paleoambientais, com vista a uma caracterização prévia da estratigrafia de um sítio arqueológico.

Historicamente, a prospecção arqueológica, baseava-se (por vezes quase exclusivamente) no “inquérito oral” e relacionava-se com iniciativas como as “excursões arqueológicas” (Rocha, 2015, p. 9) e as acções de “recolha de espólio”. No que se refere a estas últimas, por vezes, incidiam exclusivamente sobre a área de um sítio arqueológico previamente conhecido, e tinham por objectivo a recolha de materiais dispersos à superfície, com vista à sua caracterização e/ou ao estudo e publicação daqueles.

Segundo a LPC/2001 (Anexo 49), a **prospecção arqueológica** é constituída por “explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem” “descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico”. A prospecção arqueológica pode decorrer em contexto de investigação (Categoria A), de valorização do Património (Categoria B; por exemplo com vista à

¹⁵⁷ No *Endovélico* o *thesaurus* para tipo de trabalho arqueológico integra os termos: Acompanhamento, Conservação e Restauro, Escavação, Estudo de Espólio, Fiscalização, Levantamento, Outros, Prospecção, Prospecção Geofísica, Relocalização/Identificação, Salvamento, Sondagem, Valorização e Verificação de achado. Algumas destas acções não se enquadram na definição de trabalho arqueológico utilizada neste trabalho (Estudo de Espólio, Fiscalização, Salvamento, Valorização e Verificação de achado), enquanto outros podem ser considerados, de alguma maneira, sinónimos.

constituição de roteiros ou percursos de visita) ou em projectos de Arqueologia preventiva (Categoria C; dirigidos ao conhecimento do território, sua *Carta Arqueológica* e à gestão e ordenamento do território, ou com vista à caracterização e minimização de impactes de um determinado projecto que envolva transformação da topografia ou paisagem). Na prospecção de investigação, a delimitação do território a prospectar tem objectivos científicos e é da responsabilidade do arqueólogo. Em contexto preventivo, o território a prospectar não é definido pelo arqueólogo com base em questionário científico, sendo imposto pelo projecto de enquadramento. A prospecção arqueológica pode ser generalista (visando a detecção de todo e qualquer vestígio conservado no território em causa) ou especialmente direccionada para a identificação de um tipo de vestígio ou de vestígios de uma determinada cronologia. Por vezes, a expressão “levantamento arqueológico” surge como sinónimo de prospecção arqueológica (no *Endovélico*, na fase mais recuada do período em estudo, é frequente a referência da prospecção como “levantamento arqueológico”). No presente trabalho, todas estas acções foram englobadas no tipo “prospecção”.

A **escavação** é um trabalho arqueológico intrusivo que incide sobre um sítio em concreto e que consiste na remoção, desmontagem, ou exposição, metodologicamente controladas, de realidades arqueológicas, estratificadas e construídas, acompanhadas de registo e recolha de espólio. Na acepção aqui utilizada inclui as sondagens arqueológicas. Pode ocorrer em contexto de investigação (Categoria A), valorização (Categoria B), prevenção (Categoria C) e emergência (Categoria D). Tem por objectivos a reconstituição histórica natural do local e, principalmente, da sua ocupação humana, nomeadamente, a identificação, caracterização e estudo (em contexto de investigação); diagnóstico (normalmente sob a forma de sondagem) e minimização de impactes e conservação pelo registo científico (em contexto preventivo); musealização e preparação para fruição pública (em contexto de valorização); caracterização de danos e recuperação de informação (em contexto de emergência ou salvamento).

Segundo a LBPC/2001 (Anexo 49), “são escavações arqueológicas as remoções de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico”.

O **acompanhamento** é um trabalho arqueológico de natureza eminentemente preventiva (de categoria C) ou, pontualmente, de emergência (categoria D). Incide sobre um local ou sobre um território intervencionado no âmbito de um projecto com impacte na topografia ou paisagem. Consiste na observação das operações objecto de acompanhamento (mobilização de terrenos, obras, demolições, conservação e restauro, etc.). O arqueólogo não dirige as acções em curso, assumindo uma posição passiva de observação. Na sequência dessa observação, o arqueólogo pode intervir, para solicitar adaptação de ritmo ou dos meios empregues, ou interrupção da acção (para observar melhor, esclarecer dúvidas, registar e de seguida, retomar a acção), ou solicitar a alteração do tipo de intervenção arqueológica (para escavação, por exemplo) (Silva, 2005c, p. 462). O acompanhamento é normalmente permanente e continuado (Silva, 2005c, p. 462), mas pode também integrar acções de monitorização e vigilância de sítios arqueológicos *in situ*, no decurso de um projecto, obra ou outro tipo de empreendimento (Silva, 2005c, p. 459).

A LPC/85 (Anexo 21) referia, de forma algo vaga, que o Estado devia determinar o acompanhamento de trabalhos por técnicos especializados “em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos”, na primeira referência legal à figura de acompanhamento arqueológico. Apesar da sua falta de parametrização técnica (Sarrazola, 2000, p. 55 e ss; Silva, 2005c, p. 459; Sarrazola, 2006, p. 25; Botelho, 2017, p. 266 e ss) e legal (Sarrazola, 2000, p. 54; Silva, 2005c, p. 459-460; Sarrazola, 2006, p. 23; Botelho, 2017, p. 260-262; Sarrazola, 2017b, p. 61), o acompanhamento foi-se implantando paulatinamente como uma resposta à Arqueologia em obra.

O acompanhamento arqueológico deve ser implementado em situações, locais ou territórios de presumível, mas desconhecido, potencial arqueológico (Silva, 2005c, p. 461). Os arqueólogos concluíram que não era defensável a implementação das técnicas tradicionais de escavação arqueológica, em projectos de obra por vezes muito extensos: (i) que incidiam sobre locais ou territórios dos quais se desconhecia o potencial arqueológico, embora a sua preservação fosse uma possibilidade; (ii) em locais onde o tipo de deposição e a frequência dos vestígios arqueológicos eram pontuais ou esparsos; (iii) em depósitos arqueológicos com grande volume ou potência; (iv) em locais onde o conhecimento prévio da estratigrafia permitia até um

certo ponto da progressão da obra, a opção por este tipo de trabalho. Ou seja, o acompanhamento arqueológico não está indicado para locais com prévios indícios, seguros ou prováveis, de preservação de realidades arqueológicas; nestes, a estratégia de intervenção adequada é a sondagem arqueológica de diagnóstico.

O acompanhamento arqueológico é um trabalho extraordinariamente exigente do ponto de vista técnico (Silva, 2005c, p. 460), pois requer elevados níveis de discriminação e acuidade visual e de capacidade de reconhecimento de realidades arqueológicas; requer capacidade de resistência e adaptação a condições de trabalho difíceis e agressivas, muito distintas do ambiente típico de uma intervenção arqueológica clássica; requer ainda elevadas competências de comunicação, negociação e gestão de conflito, pois força a convivência próxima de duas actividades – Arqueologia e obra - em (quase) tudo antagónicas (Silva, 2005c, p. 467).

Na revisão do RTA/2014 (Anexo 60) o acompanhamento arqueológico foi finalmente contemplado e enquadrado na tipologia da actividade arqueológica. O novo RTA pretendeu corresponder às significativas alterações da realidade arqueológica portuguesa ocorridas nas duas décadas anteriores, baseando-se numa prática concreta de gestão da actividade arqueológica das sucessivas entidades tutelares. Um das grandes mudanças ocorridas tinha sido precisamente o surgimento e consolidação do acompanhamento arqueológico como tipo de intervenção arqueológica, científica e metodologicamente bem enquadrada.

O trabalho arqueológico de **levantamento** é uma acção não intrusiva que consiste no registo gráfico, topográfico e fotográfico de sítios e/ou realidades arqueológicas *in situ*, acompanhadas ou não de memória descritiva e interpretativa. Incluem-se neste tipo as acções de levantamento, registo e interpretação de arqueologia parietal, de cota positiva, ou seja, da chamada Arqueologia da arquitectura. Como já foi referido, na fase mais recuada do período em estudo, por vezes a expressão “levantamento” surge como sinónimo de recolha de informação de Carta Arqueológica, acção que no presente trabalho foi incluída no tipo “prospecção”.

Os trabalhos de **conservação e restauro** são acções intrusivas, de carácter preventivo ou curativo, de preservação e/ou recuperação de sítios, estruturas e realidades arqueológicas *in situ*. Estas acções destinam-se genericamente à salvaguarda e preparação para exposição de vestígios patrimonialmente relevantes, frequentemente

no contexto da sua valorização, musealização e divulgação, com vista à sua disponibilização para fruição pública e à sensibilização e educação patrimonial. Sublinha-se que o trabalho arqueológico não reside nas acções de conservação e restauro propriamente ditas (desenvolvidas por conservadores-restauradores), mas sim nos procedimentos próprios da metodologia arqueológica - escavação, desmontagem, registo, etc. - necessários e simultâneos à implementação daqueles. Neste tipo de trabalho impõe-se uma colaboração interdisciplinar entre arqueólogos e conservadores-restauradores.

Na acepção aqui utilizada, os trabalhos de **conservação e restauro** incluem acções de monitorização, vigilância e manutenção regulares de sítios, estruturas e contextos arqueológicos conservados *in situ* mas a descoberto, valorizados museologicamente ou não. Integra ainda acções de delimitação, sinalização e demarcação física no terreno de sítios (através de estrutura construída ou com recurso a arranjo paisagístico) com vista à sua preservação, bem como acções de limpeza, desmatização, consolidação, controle ambiental e desinfestação e descolonização biológica.

O tipo foi apurado para todos os trabalhos arqueológicos que integram o universo. Deve sublinhar-se que, numa fase inicial do período em estudo, os trabalhos não intrusivos (prospecção e levantamento) podem estar sub-representados, uma vez que na acepção tradicional a escavação era o tipo de intervenção quase exclusivamente considerado, nomeadamente para efeitos de PATA. Vingava, junto de muitos, a opinião de que, se o trabalho não era intrusivo, não carecia de autorização, remetendo para uma visão patrimonialista da actividade arqueológica que desconsiderava a sua vertente científica. Assim, e apesar do esforço desenvolvido na diversificação de fontes de informação, admite-se que algumas ou muitas acções de prospecção arqueológica e de levantamento e registo de sítios arqueológicos se encontrem omissas na recolha efectuada.

Por fim, deve ainda referir-se que, frequentemente, uma mesma intervenção integra mais do que um tipo de trabalho arqueológico (por exemplo sondagens e, complementarmente, acompanhamento; escavação e, consequentemente, acompanhamento, etc.). Nesses casos, e porque na *Tabela Actividade Arqueológica - trabalhos arqueológicos* a cada trabalho é atribuído apenas um tipo, seleccionou-se o

tipo que se considerou predominante. Esta opção contribui para o reduzido número de trabalhos de levantamento e conservação e restauro registados, uma vez que estes, muitas vezes, assumem um carácter complementar.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos Arqueológicos de Prospeção - 5.095
Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777

Nos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal entre 1970 e 2014, registam-se 45% de escavações, 32% de acompanhamentos, 18% de prospecções, 3% de intervenções de conservação e restauro e 2% de levantamentos.

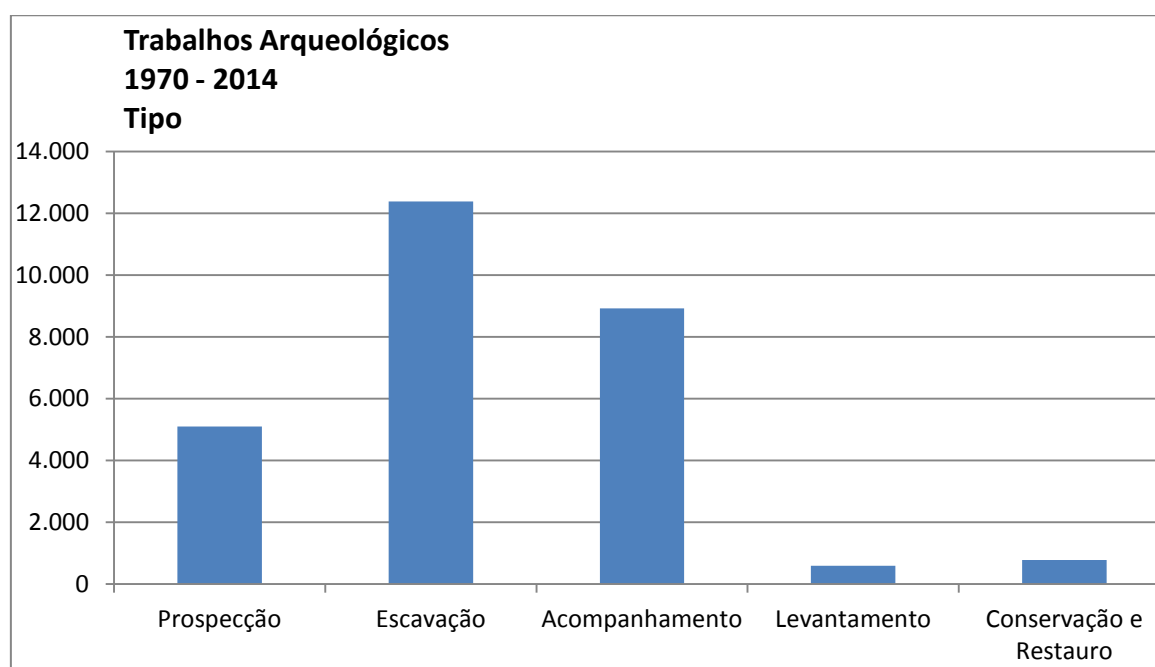


Gráfico 165: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo.

Na análise evolutiva verificou-se que, até 1999, as escavações (representando entre 63 e 83% por ano) e as prospecções (representando entre 8 e 26% por ano) predominam. Entre 2000 e 2014, os tipos de trabalho mais representados são o acompanhamento (representando entre 30 e 48% por ano) e a escavação (representando entre 34 e 40% por ano). No período em análise, os trabalhos de levantamento representam quinquenalmente entre 1 e 9%; e os trabalhos de conservação e restauro representam quinquenalmente entre 1 e 7%.

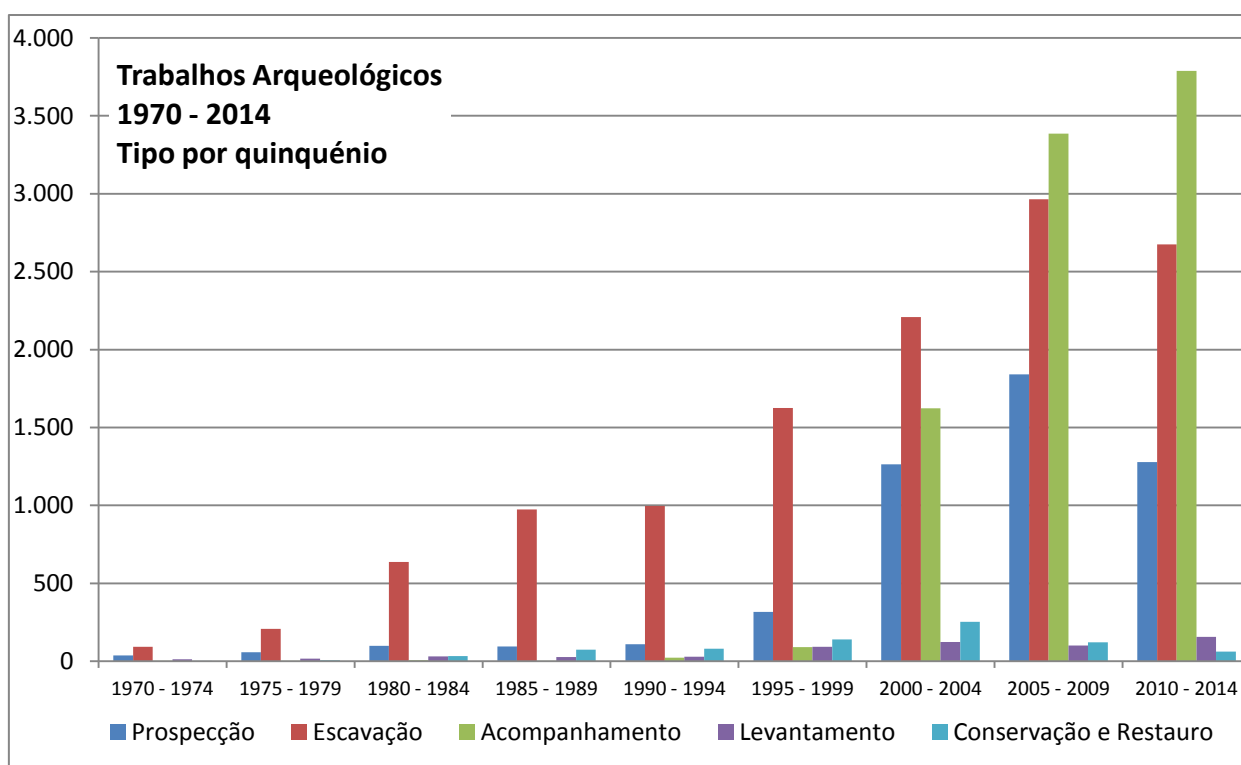


Gráfico 166: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.

Cada projecto pode enquadrar diferentes tipos de trabalho. O “tipo de trabalho” é portanto um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, com percentagens somadas superiores a 100. Verificou-se ainda que 43% dos projectos de enquadramento da actividade arqueológica registada integrou escavações; 41% integrou acções de acompanhamento arqueológico; e 36% integrou prospecções. As intervenções de levantamento e de conservação e restauro estão representadas em 4% (cada) dos projectos desenvolvidos.

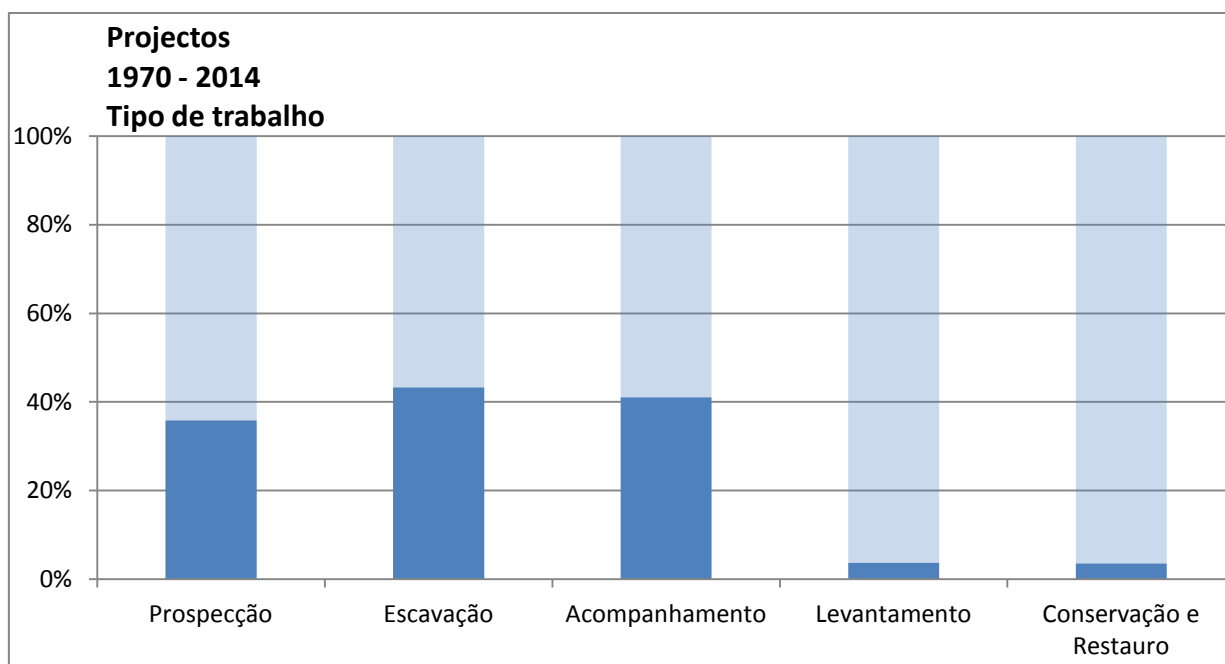


Gráfico 167: Projectos, 1970 - 2014. Tipo de trabalho.

Na evolução quinquenal, observa-se que os projectos que integraram escavações e prospecções são maioritários até 1999. Nos últimos quinze anos em estudo, os projectos com acompanhamento arqueológico ganharam progressivamente terreno, sendo predominantes entre 2005 e 2014.

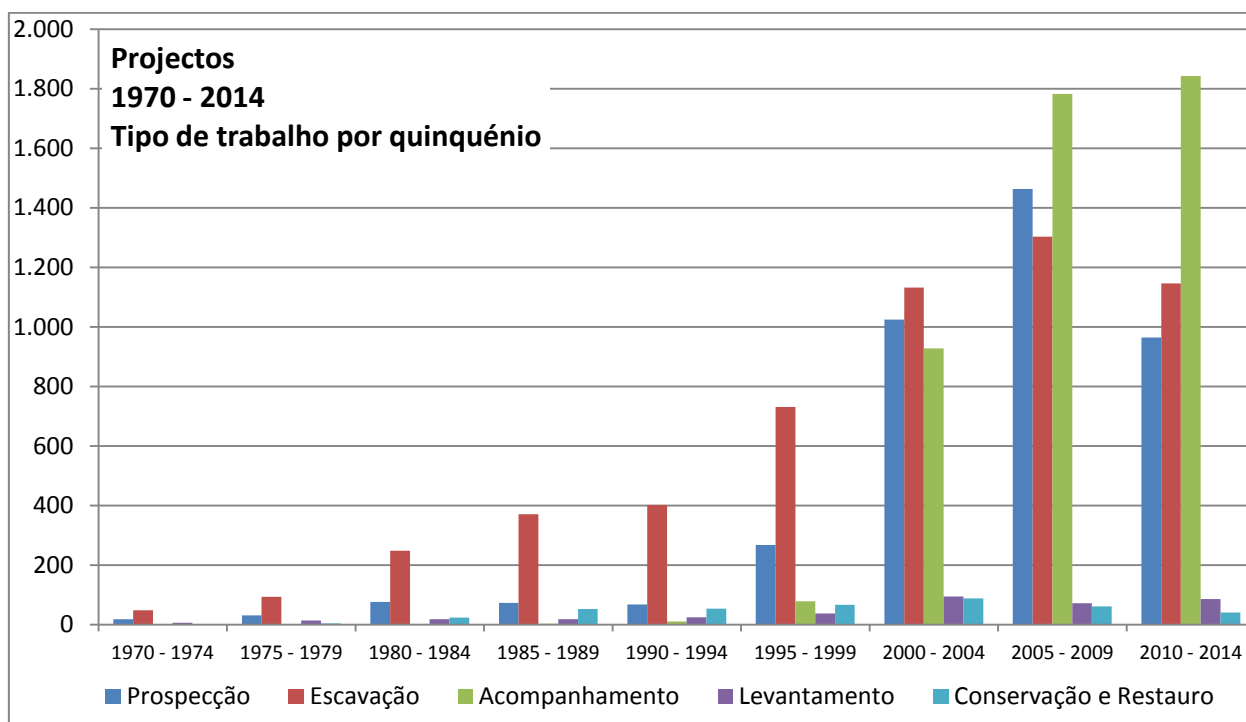


Gráfico 168: Projectos, 1970 - 2014. Tipo de trabalho por quinquénio.

7.5.1. Tipo de trabalho/Categoria

Foram analisados os tipos de trabalho arqueológico em função da categoria (ponto 7.4.1.)¹⁵⁸.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos de Prospecção - 5.095
Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777
Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445

Nos trabalhos arqueológicos de categoria A – Investigação, as escavações são preponderantes (84%), seguidas das prospecções (9%), dos levantamentos (5%) e das acções de conservação e restauro (2%). Nos trabalhos arqueológicos de categoria B – Valorização, predominam os trabalhos de conservação e restauro (70%), seguidos das escavações (20%), dos acompanhamentos (7%), das prospecções (2%) e dos levantamentos (1%). Nos trabalhos arqueológicos de categoria C – Preventivos, registam-se 42% de acompanhamento, 35% de escavações, 22% de prospecções e 1% de levantamentos. Por fim, nos trabalhos arqueológicos de categoria D – Emergência, registam-se 80% de escavações, 10% de levantamentos, 6% de prospecção e 4% de acompanhamentos.

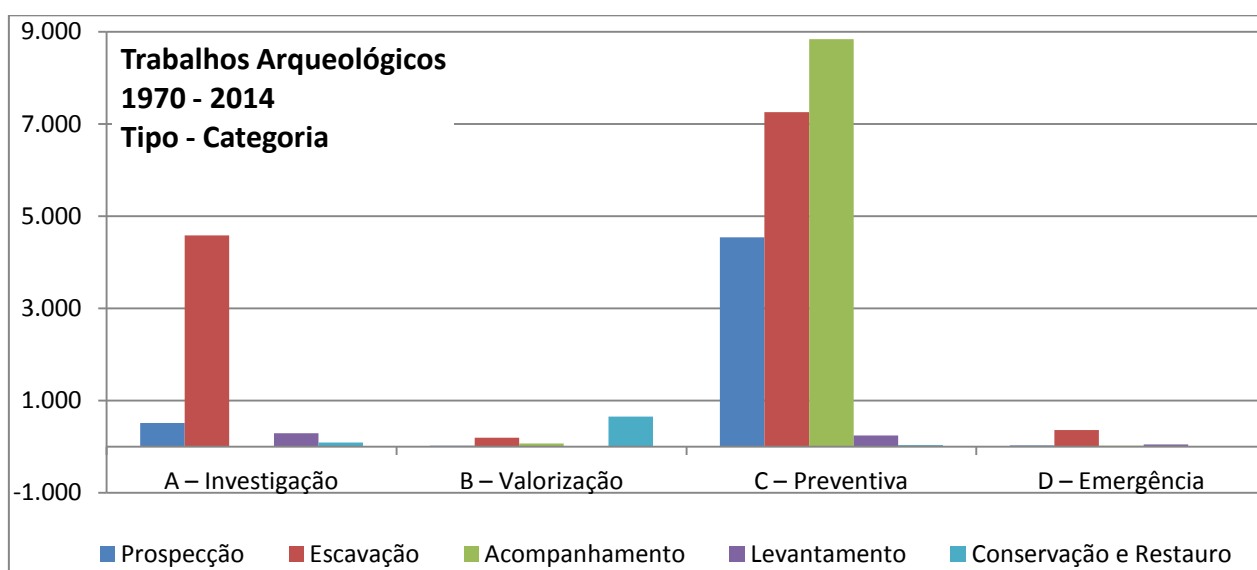


Gráfico 169: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Categoria.

¹⁵⁸ A categoria foi apurada para todos os trabalhos arqueológicos analisados, independentemente do seu tipo.

Até 1999 as escavações predominam em todas as categorias à excepção da B – Valorização. O quinquénio de 1995-1999 é de mudança, com a consolidação do acompanhamento arqueológico e um equilíbrio entre os trabalhos de investigação e preventivos. Entre 2000 e 2014, a distribuição por tipo de trabalho nas categorias A, B e D mantém-se semelhante. Nos trabalhos preventivos, maioritários, verifica-se a presença de prospecção, escavação e acompanhamento, este último tipo com expressão progressivamente crescente (Gráfico 170).

7.5.2. Tipo de trabalho/Região

Foram analisados os tipos de trabalho arqueológico em função da região (ponto 7.6.2.)¹⁵⁹.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos de Prospecção - 5.095
Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058

Na região Norte, registam-se 46% de escavação, 30% de acompanhamentos e 20% de prospecções. Na região Centro, verificam-se os valores relativos mais elevados de acompanhamentos (40%) e de prospecções (21%) e o valor relativo mais baixo de escavações (35%). Na região de Lisboa e Vale do Tejo, realizaram-se 41% de escavações, 39% de acompanhamentos, 17% de prospecções e um valor relativo particularmente baixo de levantamentos e acções de conservação e restauro (1% cada). No Alentejo, observa-se as mais elevadas percentagens de escavações (56%), de acções de conservação e restauro (5%) e de levantamentos (3%); e as mais baixas de prospecções (15%), acompanhamentos (21%). Finalmente, no Algarve realizaram-se 47% de escavações, 30% de acompanhamentos e 20% de prospecções.

¹⁵⁹ A região foi apurada para todos os trabalhos arqueológicos analisados, independentemente do seu tipo.

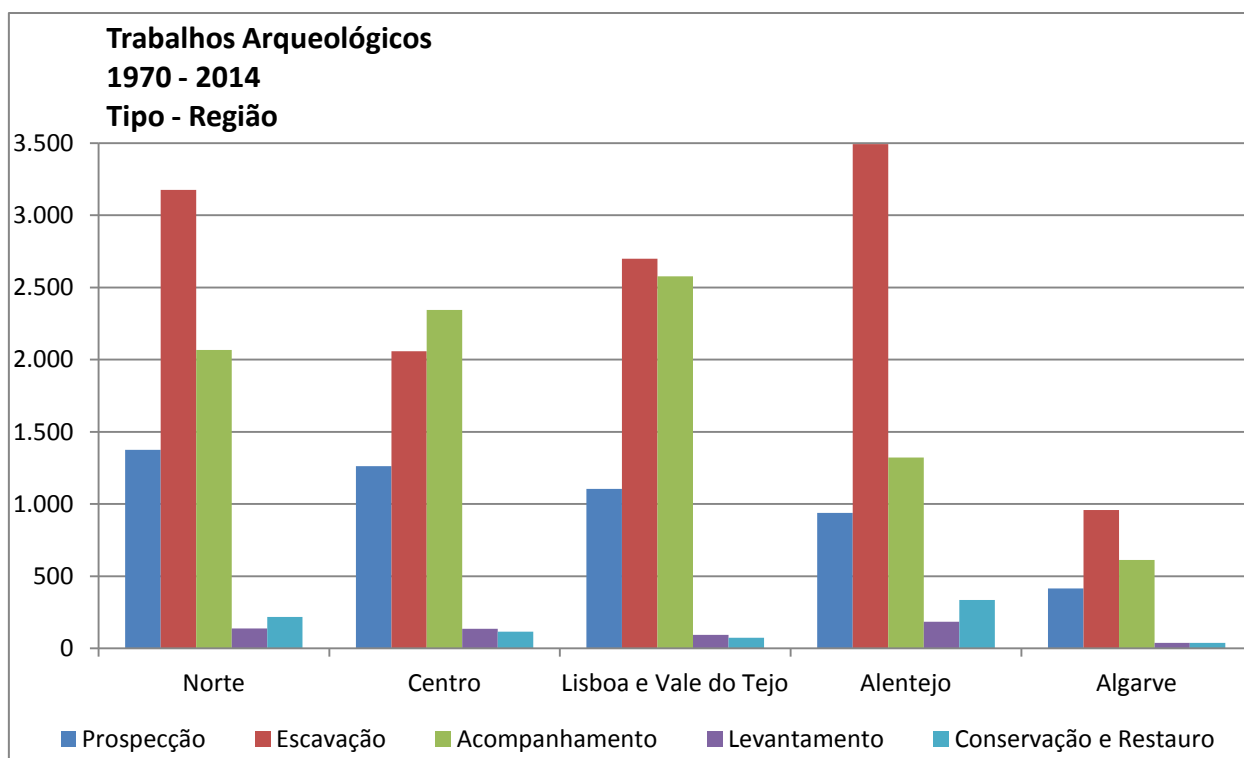


Gráfico 171: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Tipo - Região.

Na evolução quinquenal da distribuição por região dos vários tipos de trabalho arqueológico, confirmam-se as observações anteriores. Até 1995 a escavação é o tipo predominante em todas as regiões. A partir da segunda metade dos anos 90 do século XX, a tipologia de trabalhos diversifica-se em todas as regiões com a consolidação crescente do tipo acompanhamento.

A ordenação quantitativa dos diversos tipos de trabalho por região é variável ao longo do tempo, principalmente nos últimos vinte anos em estudo. A região Norte regista um número maior de prospecções, seguido do Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. No número de escavações, destacam-se o Alentejo (especialmente, entre 2005 e 2014) e o Norte. A região com maior incidência de acompanhamentos arqueológicos é Lisboa e Vale do Tejo. As diferenças entre tipos de trabalhos e regiões relacionam-se com os grandes projectos de Arqueologia preventiva que foram ocorrendo e com o crescimento da Arqueologia urbana (Gráfico 172).

7.5.3. Tipo de trabalho/Entidade Enquadrante

Foram analisados os tipos de trabalho arqueológico em função do tipo da sua entidade enquadrante (ponto 7.7.2.)¹⁶⁰.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos de Prospeção - 5.095
Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384

Verifica-se que a escavação é tipo de trabalho maioritário entre os enquadrados pela administração pública central (70%), pela administração pública local (52%), pelas associações (77%), pelas universidades e unidade de investigação portuguesas (79%) e estrangeiras (69%). O acompanhamento é o tipo de trabalho predominante entre os enquadrados por empresas de arqueologia (40%) e por outro tipo de empresas (42%), e ainda entre os que decorrem sem enquadramento institucional (47%). Sublinha-se ainda a elevada percentagem de prospecções entre os trabalhos enquadrados por outro tipo de empresas (34%); e de acompanhamentos desenvolvidos pela administração pública local (33%). À semelhança do verificado para os trabalhos de categoria B – Valorização, observa-se um valor relativo interessante para os trabalhos de conservação e restauro enquadrados pela administração pública central (10%) e local (7%) (Gráfico 173).

Do ponto de vista da evolução ao longo do período em estudo, mais uma vez, observam-se uma primeira fase, entre 1970 e 1995, em que os trabalhos arqueológicos (essencialmente, escavações e prospecções) são enquadrados quase exclusivamente

¹⁶⁰ A entidade enquadrante foi apurada para 4.686 (92%) trabalhos arqueológicos de prospecção; 11.672 (94%) trabalhos arqueológicos de escavação; 8.248 (92%) trabalhos arqueológicos de acompanhamento; 537 (91%) trabalhos arqueológicos de levantamento; 734 (94%) trabalhos arqueológicos de conservação e restauro.

pela administração pública central e local, associações e universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras.

Numa segunda fase, entre 1995 e 2014, nos trabalhos de prospecção, salientam-se as empresas de arqueologia e os trabalhos sem enquadramento institucional. A escavação é o tipo de trabalho mais disseminado em todos os tipos de entidade enquadrante, mas nestes vinte anos, destacam-se no seu enquadramento as empresas de arqueologia e a administração pública local. Por fim, o acompanhamento é um tipo de acção desenvolvida principalmente por empresas de arqueologia e pela administração pública local mas, nos últimos dez anos em análise, decorre frequentemente sem entidade enquadrante (Gráfico 174).

7.5.4. Os cinco trabalhos da Arqueologia portuguesa

A escavação é o trabalho arqueológico clássico, sendo que historicamente estas duas entidades assumem significados sinónimos. É o trabalho mais frequente no universo estudado, principalmente numa primeira fase (Bugalhão, 2011, p. 25), perdendo o carácter maioritário nos últimos quinze anos em estudo. Tem representação significativa em todas as categorias, principalmente nos projectos de investigação. É um tipo de trabalho especialmente presente na actividade arqueológica do Alentejo. As entidades enquadrantes para as quais foi estabelecida relação mais directa com os trabalhos de escavação são administração pública central, as associações e as universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras.

A prospecção arqueológica sofreu evolução metodológica considerável ao longo do período em estudo, consolidando-se progressivamente como acção técnica de base científica. No final do século XX, o conhecimento do território e sua carta arqueológica tornam-se um recurso cada vez mais premente na actividade arqueológica e na busca de conhecimento sobre o passado (Jorge e Jorge, 1996a, p. 155; Rocha, 2015, p. 9). Marca presença principalmente nos projectos preventivos e de investigação. O Centro é a região com peso relativo (ligeiramente) superior de prospecções. Sublinha-se a forte incidência de prospecções realizadas sem enquadramento institucional.

O acompanhamento arqueológico surgiu na prática arqueológica portuguesa, essencialmente a partir dos anos 90 do século XX, no contexto da implementação de

pressupostos e procedimentos da Arqueologia preventiva (Bugalhão, 2011, p. 25-26). Embora ainda sem o devido enquadramento legal, regulamentar, teórico e metodológico, o acompanhamento arqueológico implantou-se crescentemente, quer em ambiente urbano, quer em ambiente rural, comprovando que, quando criteriosamente direccionado e executado, pode revelar vestígios arqueológicos não reconhecíveis em prospecção de superfície (Bugalhão, 2007 e 2011). Trata-se de um tipo de trabalho incompreendido e malquerido (Valera, 2005, p. 122; Sarrazola, 2006, 2017a e 2017b; Botelho, 2017), mas na última década em estudo é o trabalho mais frequente em Portugal (Valera, 2006b, p. 25; Bugalhão, 2011, p. 25-26).

Na Arqueologia urbana, o acompanhamento de obras tem-se revelado plenamente justificado pelas ocorrências que tem permitido identificar e salvaguardar, funcionando como método de prospecção e sondagem em áreas urbanas muito alargadas (Bugalhão, 2018c, p. 34-35). Na cidade, atendendo ao uso do solo e à sua elevada densidade de ocupação e de colmatção, não é geralmente possível realizar qualquer tipo de prospecção de superfície. Assim, só é possível uma observação útil e a consequente detecção de achados pelos arqueólogos, durante uma intervenção de subsolo, no momento de mobilização de terrenos. A partir de 2000, o acompanhamento arqueológico de obra é o tipo de intervenção predominante em ambiente urbano (ponto 7.8.5.).

Em território rural, a evolução verificada foi idêntica, com o crescimento exponencial dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, nomeadamente no âmbito de processos de AIA (ponto 7.8.3.b). A prática arqueológica foi progressivamente demonstrando que o acompanhamento arqueológico não só funcionava com um adequado complemento à prospecção arqueológica de superfície prévia à obra ou intervenção, como até permitia alcançar resultados mais produtivos, com a identificação de um muito maior número de sítios arqueológicos (Bugalhão, 2007, p. 172). Ou seja, a experiência foi comprovando que devido a diversos factores (como a antropização da paisagem, as antigas lavras agrícolas com muitas surribas e socacos, a vegetação e o acidentado do terreno, que dificultam em muito a visualização de vestígios à superfície, mas que podem ser anulados no momento da mobilização de solos), um acompanhamento arqueológico, quando criteriosamente direccionado e

executado, pode revelar vestígios arqueológicos não reconhecíveis em prospecção de superfície e assim salvaguardá-los.

Como foi referido, o acompanhamento é um tipo de trabalho profundamente associado à categoria C – Preventiva (Bugalhão, 2011, p. 25-26) e regista incidência considerável na região Centro e em Lisboa e Vale do Tejo, e fraca no Alentejo. Verifica-se uma forte associação entre este tipo de trabalho e o enquadramento empresarial (empresas de arqueologia e outras), como frequente é a realização de acompanhamentos sem qualquer enquadramento institucional.

Os trabalhos de levantamento assumem uma representação modesta na actividade arqueológica portuguesa entre 1970 e 2014, mas têm uma presença um pouco superior na região alentejana.

Por fim, os trabalhos de conservação e restauro têm também um carácter muito minoritário, mas fortemente associados à categoria B – Valorização. Tem uma incidência mais significativa no Alentejo e são predominantemente enquadrados por organismos da administração pública central e local.

7.6. Região

Foi analisada a distribuição regional dos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal entre 1970 e 2014¹⁶¹, considerando as categorias: “Norte”, “Centro”, “Lisboa e Vale do Tejo”, “Alentejo” e “Algarve”¹⁶² (figura 12).

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058

Entre os trabalhos arqueológicos que compõem o universo, 25% ocorreram no Norte, 24% em Lisboa e Vale do Tejo, 23% no Alentejo, 21% no Centro e 7% no Algarve.

¹⁶¹ A região foi apurada para a totalidade dos trabalhos arqueológicos.

¹⁶² Este descritor foi analisado com referência às unidades territoriais no continente conforme estão definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril (que define as unidades territoriais para efeitos de organização territorial), ou seja, regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

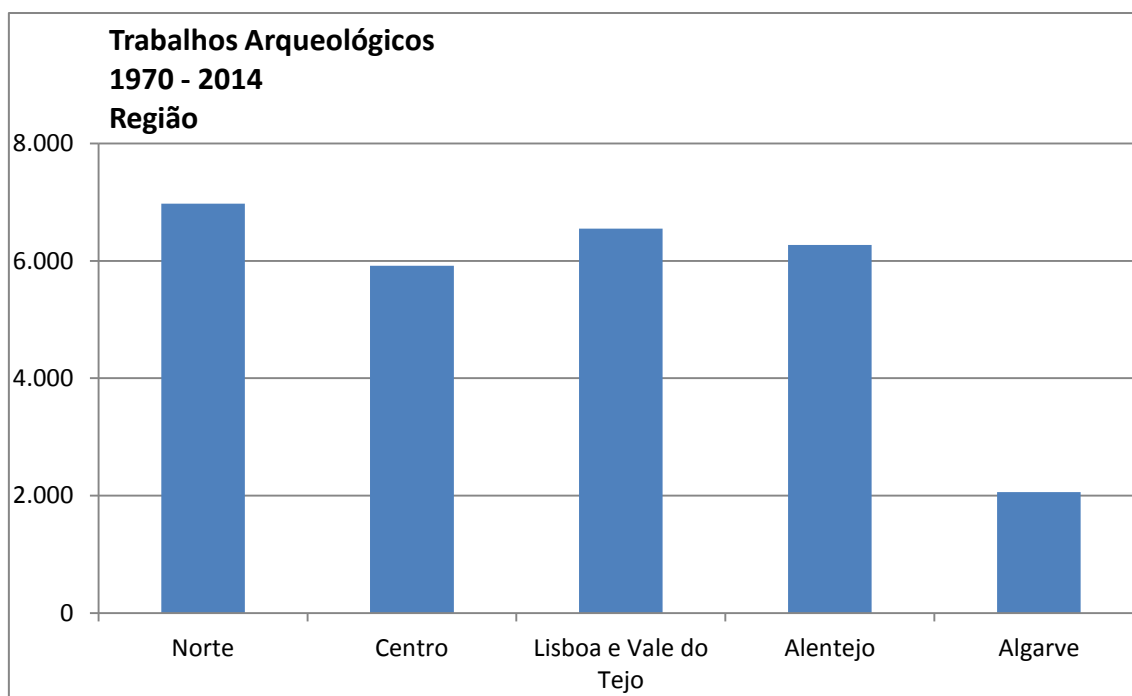


Gráfico 175: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região.

Analisada a evolução quinquenal da distribuição regional da actividade arqueológica, verificam-se algumas oscilações. A região Norte regista entre 10 e 42% do total nacional; a região Centro, entre 11 e 24%; Lisboa e Vale do Tejo, entre 17 e 33%; o Alentejo, entre 19 e 37%; e o Algarve, entre 5 e 13%.

Ao longo do tempo o peso relativo de cada região foi-se alterando. Entre 1970 e 1974, verificou-se uma predominância da actividade desenvolvida no Alentejo (37%). Entre 1975 e 1989, a maioria dos trabalhos arqueológico decorreu no Norte (entre 27 e 42%), situação que se repete entre 2000 e 2004 (26%). A região de Lisboa e Vale do Tejo registou frequências elevadas de actividade arqueológica desde os anos 90 do século XX, sendo a região preponderante entre 1990 e 1994 (29%) e 2010 e 2014 (25%). Entre 1990 e 1994, a maioria dos trabalhos arqueológicos decorreu no Alentejo (29%).

No período em estudo, em termos absolutos, o número de trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Norte, Centro Alentejo e Algarve demonstra uma tendência de crescimento entre 1970 e 2009, seguida de uma retracção no quinquénio de 2010-2014 (especialmente expressiva no Algarve). A região de Lisboa e Vale do Tejo constituiu a excepção a esta tendência, uma vez que não registou retracção no número

de trabalhos no último quinquénio em estudo, mas apenas um abrandamento do crescimento, possivelmente devido ao crescimento da Arqueologia em meio urbano.

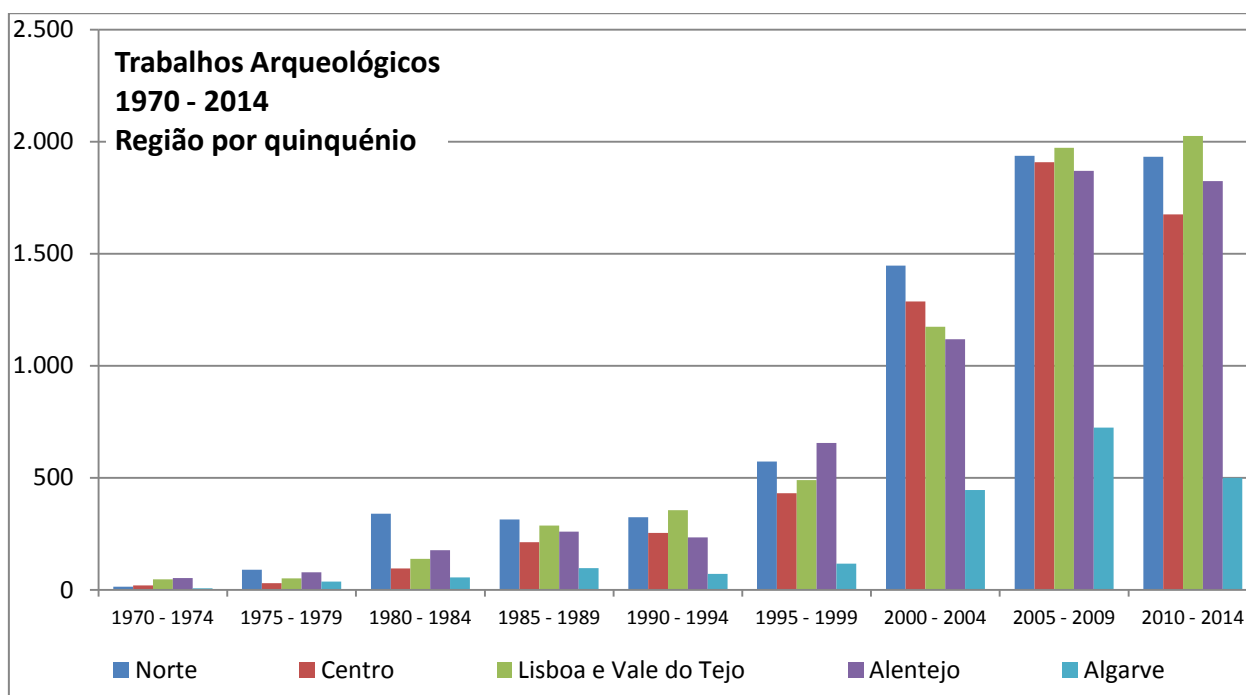


Gráfico 176: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

A análise quantitativa da distribuição regional dos projectos de enquadramento da actividade arqueológica em Portugal revela que 29% decorreram no Norte, 24% em Lisboa e Vale do Tejo, 23% no Centro, 17% no Alentejo e 8% no Algarve. Salienta-se que 2% dos projectos registados decorrem em mais do que uma região, sendo este portanto um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, com percentagens somadas superiores a 100.

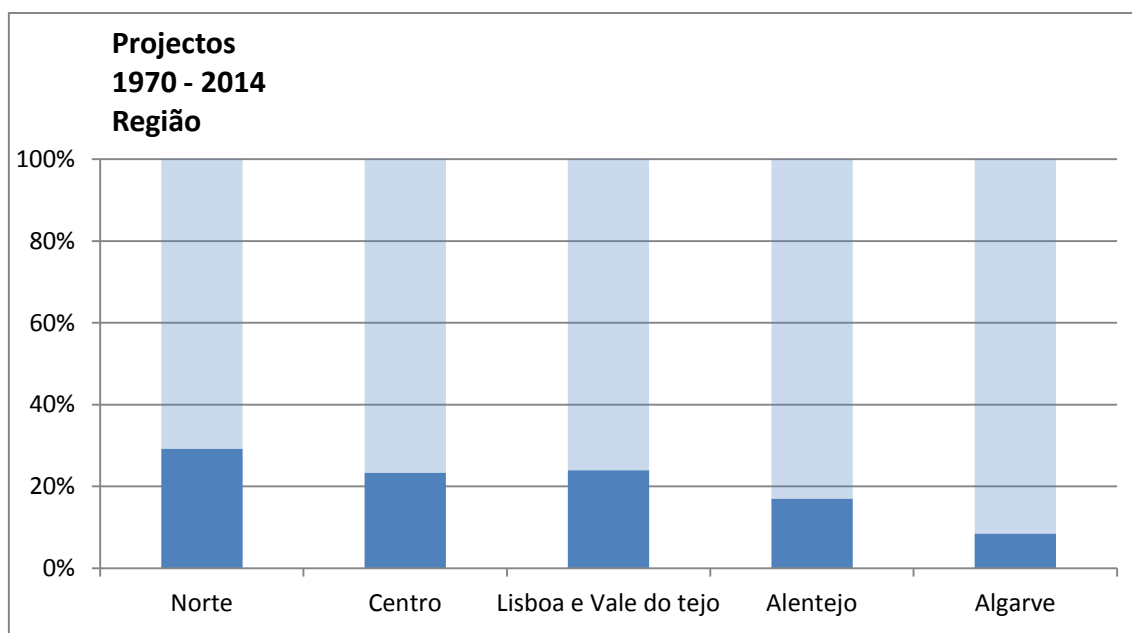


Gráfico 177: Projectos, 1970 - 2014. Região.

Em correspondência com o verificado para os trabalhos arqueológicos, observa-se que a região Norte regista um número mais elevado de projectos entre 1975 e 1984 (30 e 38% do total) e entre 1995 e 2014 (entre 28 e 30%). Lisboa e Vale do Tejo é a região com maior número de projectos de enquadramento da actividade arqueológica entre 1985 e 1994 (27 e 34% do total). O Alentejo é a região com mais projectos registados entre 1970 e 1974 (41%) e 1985 e 1989 (27%).

No período em estudo, em termos absolutos, os projectos de enquadramento da actividade arqueológica desenvolvida no Norte, Centro, Alentejo e Algarve demonstram uma tendência de crescimento entre 1970 e 2009, seguida de uma retracção no quinquénio de 2010-2014. A região de Lisboa e Vale do Tejo constitui a excepção a esta tendência, uma vez que, à semelhança do que ocorre com os trabalhos arqueológicos, não regista retracção, mas apenas um abrandamento do crescimento, no número de projectos no último quinquénio em estudo.

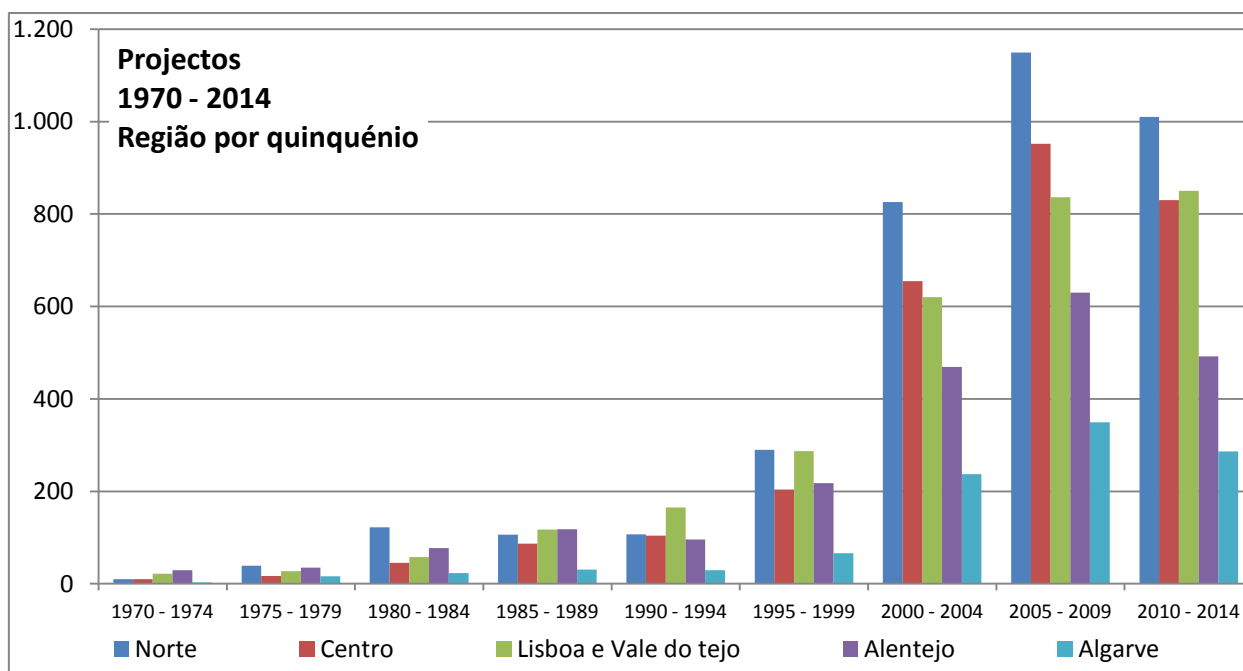


Gráfico 178: Projectos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

7.6.1. Região/Categoria

Foi analisada a distribuição regional dos trabalhos arqueológicos em função da sua categoria (ponto 7.4.2.)¹⁶³.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
 Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445

Os trabalhos de investigação (categoria A) distribuem-se: 27% no Norte, 23% no Alentejo, 22% em Lisboa e Vale do Tejo, 21% no Centro e 7% no Algarve. Os trabalhos de valorização (categoria B) distribuem-se: 36% no Alentejo, 29% no Norte, 17% no Centro, 12% em Lisboa e Vale do Tejo e 6% no Algarve. As intervenções preventivas distribuem-se de forma bastante equilibrada: 25% no Norte, 24% em Lisboa e Vale do Tejo, 22% no Centro e no Alentejo e 7% no Algarve. As intervenções de emergência ou

¹⁶³ A categoria foi apurada para a totalidade dos trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da região.

salvamento realizaram-se 33% em Lisboa e Vale do Tejo, 20% no Norte e no Alentejo; 17% no Centro e 10% no Algarve.

A região Norte regista a maioria dos trabalhos de investigação e preventivos; a região de Lisboa e Vale do Tejo regista o maior número de emergências; e o Alentejo regista o maior número de trabalhos de valorização.

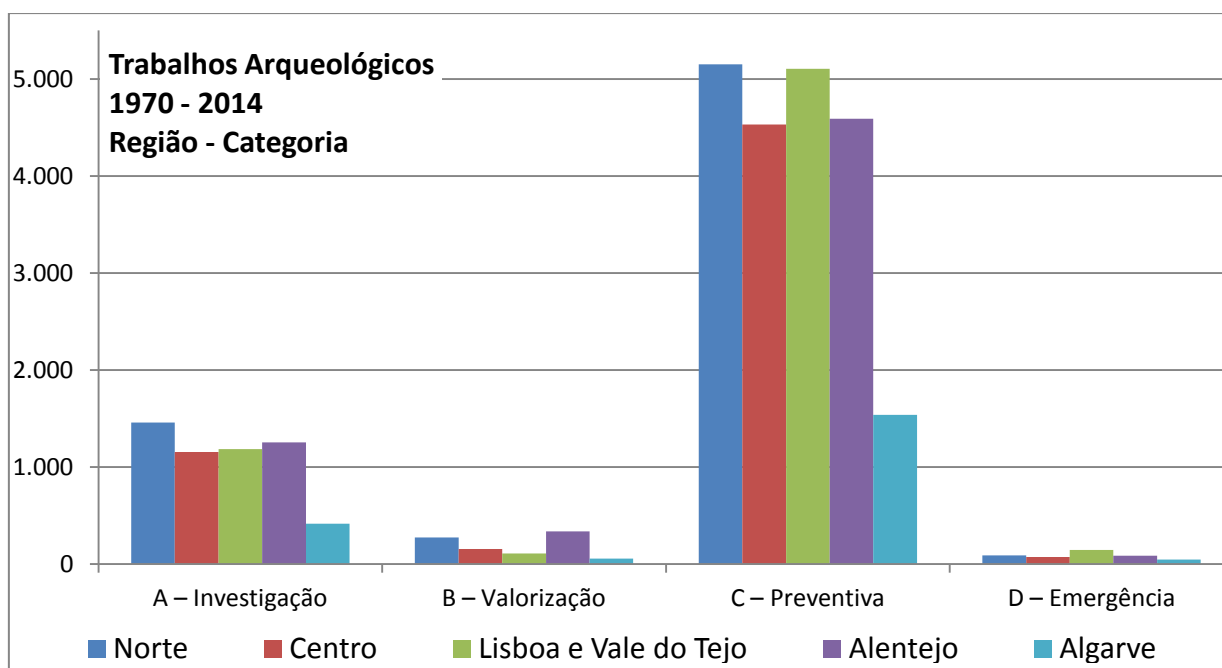


Gráfico 179: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Categoria.

Na perspectiva evolutiva, mais uma vez, regista-se duas fases distintas, com pequenas oscilações de intensidade regionais. Até 1994, a maioria dos trabalhos arqueológicos enquadram-se na categoria A – Investigação. A partir de 1995 e de forma progressivamente mais intensa, a maioria dos trabalhos arqueológicos enquadram-se na categoria C – Preventiva (Gráfico 180).

7.6.2. Região/Tipo de trabalho

Foi analisada a distribuição regional dos trabalhos arqueológicos em função do seu tipo (ponto 7.5.2.)¹⁶⁴.

¹⁶⁴ O tipo foi apurado para a totalidade dos trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da região.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
 Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058
 Trabalhos Arqueológicos de Prospeção - 5.095
 Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
 Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
 Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
 Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777

Os trabalhos de prospeção decorreram: 27% no Norte, 25% no Centro, 22% em Lisboa e Vale do Tejo, 18% no Alentejo e 8% no Algarve. Quando às escavações distribuíram-se: 28% pelo Alentejo, 26% no Norte, 22% em Lisboa e Vale do Tejo, 16% no Centro e 8% no Algarve. Os acompanhamentos decorreram: 29% em Lisboa e Vale do Tejo, 26% no Centro, 23% no Norte, 15% no Alentejo e 7% no Algarve. Os levantamentos distribuem-se 31% no Alentejo, 23% no Norte e no Centro, 16% em Lisboa e Vale do Tejo e 7% no Algarve. Por fim, as acções de conservação e restauro têm uma forte incidência no Alentejo (43%), seguindo-se o Norte (28%), o Centro (15%), Lisboa e Vale do Tejo (9%) e o Algarve (5%).

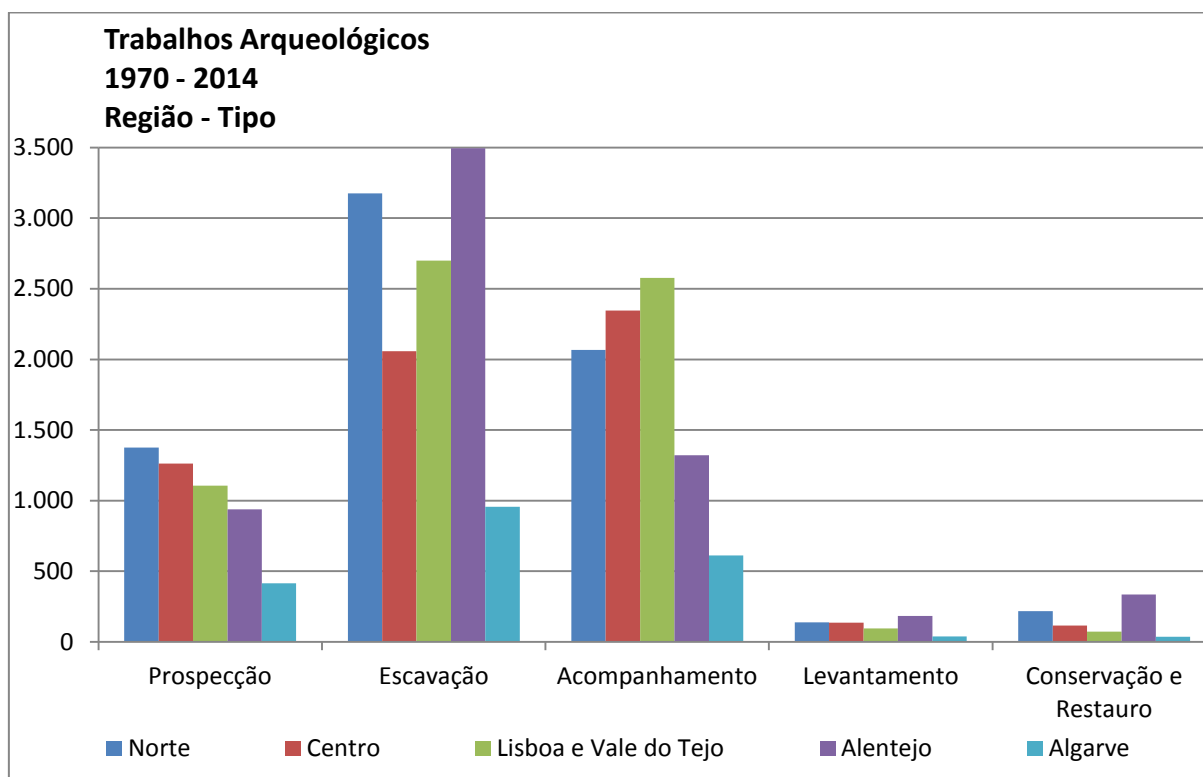


Gráfico 181: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Região - Tipo.

A evolução quinquenal revela o crescimento quantitativo de todos os tipos de trabalhos, em todas as regiões, com as ligeiras diferenças já referidas. Numa primeira fase, até 1994, o crescimento verifica-se essencialmente para escavações e prospecções, às quais se junta o acompanhamento arqueológico, nos últimos vinte anos em análise (Gráfico 182).

7.6.3. Região/Entidade Enquadrante

Foi analisada a região dos trabalhos arqueológicos em função da entidade enquadrante (ponto 7.7.3.)¹⁶⁵.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384

Os trabalhos arqueológicos enquadrados pela administração pública central distribuem-se: 27% no Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo, 20% no Centro, 19% no Norte e 7% no Algarve. Relativamente aos trabalhos enquadrados pela administração pública local há a referir: 30% em Lisboa e Vale do Tejo, 25% no Centro, 23% no Norte, 16% no Alentejo e 6% no Algarve. As associações enquadram 32% de trabalhos no Norte, 26% no Centro, 22% no Alentejo, 18% em Lisboa e Vale do Tejo e 2% no Algarve. Nos trabalhos enquadrados por universidades e unidades de investigação portuguesas observam-se: 31% no Norte, 23% no Alentejo, 18% em Lisboa e Vale do Tejo, 17% no Centro e 11% no Algarve. As suas congéneres estrangeiras desenvolvem 54% dos seus trabalhos no Alentejo, 23% no Algarve, 15% em Lisboa e Vale do Tejo, 5%

¹⁶⁵ A entidade enquadrante foi apurada para 6.464 (93%) trabalhos arqueológicos realizados na região Norte; para 5.479 (93%) trabalhos arqueológicos realizados na região Centro; para 6.222 (95%) trabalhos arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo; para 5.857 (93%) trabalhos arqueológicos realizados na região do Alentejo; e para 1.855 (90%) trabalhos arqueológicos realizados na região do Algarve.

no Centro e 3% no Norte. As empresas de arqueologia denotam um volume de trabalho regionalmente bastante equilibrado: 25% no Norte e no Alentejo, 23% em Lisboa e Vale do Tejo, 20% no Centro e 7% no Algarve. Os outros tipos de empresa distribuem a sua intervenção entre o Alentejo (35%), Norte (23%), Centro (20%), Lisboa e Vale do Tejo (14%) e Algarve (8%). Por fim, 29% dos trabalhos arqueológicos sem entidade enquadrante decorrem em Lisboa e Vale do Tejo, 25% no Norte e no Centro, 16% no Alentejo, e 5% no Algarve (Gráfico 183).

Na análise evolutiva destaca-se, a partir de final dos anos 90 do século XX, o crescimento, em todas as regiões, dos tipos de enquadramento institucional relacionados com a arqueologia comercial e empresarial: as empresas de arqueologia, o outro tipo de empresas, bem como do número de intervenções sem enquadramento institucional (Gráfico 184).

7.6.4. Pelos caminhos (da actividade arqueológica) de Portugal...

Entre 1970 e 2014, a actividade arqueológica portuguesa desenvolve-se em todas as regiões de Portugal continental, de forma mais ou menos equilibrada, à excepção do Algarve que regista sistematicamente indicadores quantitativos mais baixos (Bugalhão, 2011, p. 27). As razões para esta distribuição assentam na extensão dos territórios em causa, a que se juntarão certamente outros factores que não serão aqui objecto de análise. Tanto assim é que, ao longo do tempo, o peso relativo e absoluto de cada região no que respeita ao número de trabalhos arqueológicos vai-se alterando, mas de forma não significativa. Ou seja, todas as regiões registam ao longo do período em estudo um forte crescimento da actividade arqueológica, essencialmente à custa da preponderância crescente da Arqueologia preventiva a partir do final dos anos 90 do século XX.

O Norte regista valores significativos nos projectos e trabalhos de investigação e uma incidência forte de prospecções, nomeadamente nos anos 80 e 90 do século XX, em resultado das diversas teses de doutoramento e mestrado desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino superior daquela região (Jorge e Jorge, 1996a, p. 154; Lemos, 2004b, p. 45; Lemos, 2007, p. 108; Bugalhão, 2020, p. 91 e 99). No que se refere à investigação destacam-se os projectos sobre realidades proto-históricas e, com menor incidência, da pré-história recente (Bugalhão, 2020, p. 91 e 99; ponto

7.8.1., gráfico 201). As intervenções de valorização e musealização de sítios arqueológicos atingem também valores relevantes (Raposo, 2016, p. 72-73; Bugalhão, 2020, p. 91 e 99). Na Arqueologia preventiva predominam os processos de licenciamento e obras e AIA (Bugalhão, 2020, p. 91 e 99). As intervenções de emergência atingiram expressão significativa nos anos 80 do século XX (Bugalhão, 2020, p. 91 e 99). Finalmente, no enquadramento institucional da actividade arqueológica da região Norte sobressaem as empresas de arqueologia, os municípios, as universidades e unidades de investigação portuguesas e as associações (Bugalhão, 2020, p. 91 e 100).

Na região Centro, a representação entre as diversas categorias da actividade arqueológica fornece valores médios, com preponderância clara da arqueologia preventiva, valores elevados de prospecção e acompanhamento arqueológico e baixos de escavação. Na actividade de investigação verifica-se uma incidência especial sobre realidades de época romana (ponto 7.8.1., gráfico 201). As empresas de arqueologia e as universidades e unidades de investigação portuguesas apresentam níveis de actividade relativamente baixos e a actividade sem enquadramento institucional níveis relativamente elevados.

A região de Lisboa e Vale do Tejo regista alta ocorrência de emergências, bem como de trabalhos de acompanhamento. Na actividade de investigação verifica-se uma incidência especial sobre realidades da pré-história recente (ponto 7.8.1., gráfico 201). Trata-se de uma região com forte actividade de organismos da administração pública local no enquadramento da actividade arqueológica, embora também apresente valores elevados de trabalhos sem entidade enquadrante.

No Alentejo, destacam-se os trabalhos de valorização e os tipos escavação, levantamento e conservação e restauro. Na actividade de investigação verifica-se uma incidência especial sobre realidades da pré-história recente e de época romana (ponto 7.8.1., gráfico 201). Nesta região, verifica-se uma actividade relevante da administração pública central, universidades e unidades de investigação estrangeiras, empresas de arqueologia e outras empresas. A actividade arqueológica sem enquadramento institucional é no Alentejo menos significativa.

No Algarve, a representação entre as diversas categorias da actividade arqueológica fornece valores médios, com preponderância clara da arqueologia preventiva, embora

a investigação e valorização arrecadem uma maior exposição pública (Agosto e Silva, 2020, p. 119). As prospecções são especialmente relevantes, bem como o enquadramento institucional garantido por universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras. A actividade arqueológica sem enquadramento institucional é no Algarve menos significativa.

7.7. Entidade Enquadrante

Foram analisados os tipos de entidade enquadrante dos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal entre 1970 e 2014. Foram apuradas as entidades enquadrantes de 25.877 trabalhos arqueológicos (93% do total).

Foram consideradas as categorias: “Administração Pública Central”, “Administração Pública Local”, “Associação”, “Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa”, “Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira”, “Empresa de Arqueologia”, “Empresa - Outras” e “Sem Entidade Enquadrante”. Não foram objecto de análise quantitativa alguns tipos de entidades de enquadramento com uma presença muito residual no universo em análise (por exemplo, escolas de ensino básico e secundário e fundações).

O conceito de “entidade enquadrante” entra no ordenamento jurídico da actividade arqueológica em Portugal com o RTA/2014 (Anexo 60), embora com um erro na sua definição (Bugalhão, 2015, p. 46). De facto, a entidade enquadrante é a pessoa colectiva que enquadra institucionalmente a realização de um trabalho ou projecto arqueológico, responsabilizando-se pela logística, organização e segurança do mesmo. Apesar de juridicamente recente, este conceito sempre existiu de facto na actividade arqueológica portuguesa. No período em estudo, os trabalhos e projectos arqueológicos eram frequentemente pensados e promovidos no contexto da actividade de instituições, que simultaneamente enquadravam o trabalho e actividade dos arqueólogos (ponto 5.11.). Nesse contexto, essas entidades promoviam e eram responsável pelos trabalhos e projectos que enquadravam.

Nas últimas décadas (nomeadamente no século XXI), as relações institucionais na actividade arqueológica diversificaram-se e complexificaram-se. “A ratificação pelo Estado Português da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico e a generalização da aplicação dos princípios da arqueologia preventiva tiveram como

consequência um extraordinário aumento da atividade arqueológica sob contrato e o surgimento de empresas dedicadas à realização de trabalhos arqueológicos, consolidando a necessidade do reconhecimento de intervenientes como a «entidade contratante» e a «entidade enquadrante» (RTA/2014, prólogo, Anexo 60). Assim, no contexto da arqueologia comercial, a entidade enquadrante é normalmente contratada por outra entidade que efectivamente promove o trabalho ou projecto, a entidade contratante.

A aferição deste descritor no universo dos trabalhos arqueológicos constantes nas *Tabelas Actividade Arqueológica* foi complexa, pois nem sempre as fontes de informação utilizadas (ponto 3.2.3.) se referem ao enquadramento institucional dos trabalhos e projectos, pelo que nem sempre o seu apuramento é inequívoco. Em alguns casos, os trabalhos arqueológicos decorriam com o enquadramento (ou apoio) de mais do que uma entidade (por exemplo, uma universidade e uma câmara municipal; ou uma associação e uma universidade; ou uma associação e um organismo da administração pública central, etc.). Estas situações “mistas” são muito diversificadas e mais comuns da fase mais recuada do período em estudo. Nestes casos, atendendo a que a um trabalho arqueológico foi atribuída apenas uma entidade enquadrante, procurou-se escolher a instituição com papel preponderante, exercício nem sempre fácil, nem isento de erro.

Na categoria “Empresa - Outras” consideraram-se as empresas fora do sector arqueológico, nomeadamente, empresas com actividade em AIA, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc.

Na categoria “Sem entidade enquadrante” foram incluídos os trabalhos e projectos para os quais, na fase de recolha de dados, não foi identificada qualquer referência institucional. Contudo, tal não significa necessariamente que não existisse nenhum tipo de enquadramento. Ou seja, deve ressaltar-se que os trabalhos e projectos “Sem entidade enquadrante” incluem também os de entidade enquadrante não referida, mas nos quais também não é referida explicitamente a sua inexistência. Incluíram-se igualmente nesta categoria os trabalhos e projectos, maioritariamente dos últimos vinte anos em estudo, cujos directores científicos eram ou se identificaram como trabalhadores independentes ou liberais, ou empresários em nome individual.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por outros tipos de entidade - 4

Entre 1970 e 2014, 47% dos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal decorreram sob enquadramento de empresa de arqueologia, 15% foram enquadrados pela administração pública local, 11% por universidade ou unidade de investigação portuguesa, 5% por associação, 4% por organismos da administração pública central, 2% por outro tipo de empresa e 1% por universidade ou unidade de investigação estrangeira. Em 13% dos casos, os trabalhos arqueológicos decorreram sem entidade enquadrante (ou não foi possível determiná-la) (Gráfico 185).

A administração pública central revela uma perda de relevância em termos relativos, ao longo do período em estudo, descendo de 31% para 1% no enquadramento da actividade arqueológica nacional (embora em termos absolutos essa perda só se verifique a partir do ano 2000).

A administração pública local regista uma evolução absoluta de crescimento apenas interrompida no último quinquénio. Em termos relativos, o seu peso a nível nacional apresenta um crescimento lento entre 1970 e 2004 (de 13 para 19/20%), decrescendo ligeiramente nos últimos dez anos em estudo.

As associações também crescem como entidades de enquadramento da actividade arqueológica, em termos absolutos, entre 1970 e 2004, decrescendo de forma acentuada nos dez anos seguintes. A sua representação percentual destaca-se entre 1975 e 1984 (entre 26 e 28% do total nacional).

As universidades e unidades de investigação portuguesas revelam um crescimento consistente do número de intervenção arqueológicas que enquadram, entre 1970 e 2004, decrescendo entre 2005 e 2009 e recuperando entre 2010 e 2014. Em termos relativos, crescem entre 1970 e 1984, decrescendo nos trinta anos seguintes.

As universidades e unidades de investigação estrangeiras não revelam tendência clara em termos absolutos, registando perda de preponderância relativa ao longo do período em estudo.

As empresas de arqueologia surgem no panorama da actividade arqueológica portuguesa apenas no quinquénio de 1995-1999, consolidando-se fortemente no enquadramento dos trabalhos arqueológicos até 2009 e registando uma quebra no último quinquénio em estudo.

Os outros tipos de empresa têm evolução semelhante, mas com registo sempre crescente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, entre 1995 e 2014.

Também os trabalhos sem enquadramento institucional revelam uma tendência de crescimento ao longo de todo o período em estudo (Gráfico 186).

Foi possível apurar alguma informação sobre a entidade enquadrante em 93% dos projectos de arqueologia registados no universo em estudo. Foi detectada relação a mais do que uma entidade enquadrante em 13% dos projectos referenciados. Salienta-se que a “entidade enquadrante” é um “descriptor que possibilita a escolha múltipla de categorias”, e por isso regista percentagens de categoria com soma superior a 100.

Entre 1970 e 2014, dos projectos arqueológicos desenvolvidos em Portugal 48% decorreram sob enquadramento de empresa de arqueologia, 21% foram enquadrados pela administração pública local, 8% por universidade ou unidade de investigação portuguesa, 5% por organismos da administração pública central, 3% (cada) por associação e por outro tipo de empresa e 1% por universidade ou unidade de investigação estrangeira. Em 19% dos casos, os projectos arqueológicos decorreram sem entidade enquadrante (Gráfico 187).

No enquadramento de projectos de arqueologia, entre 1970 e 2004, a administração pública central, as associações e as universidades e unidades de investigação portuguesas registam tendência de crescimento em termos absolutos, regredindo de seguida. Na administração pública local, esta tendência de crescimento prolongou-se até 2009. Apesar da modéstia dos seus valores, as universidades e unidades de investigação estrangeiras revelam tendência de crescimento absoluto em todo o período em estudo. As empresas de arqueologia começam a enquadrar projectos de arqueologia em 1995, crescendo até 2009 e regredindo nos cinco anos seguintes. O outro tipo de empresas surge na mesma fase mas o número de projectos que

enquadram aumenta até 2014. Por fim, o número de projectos de arqueologia sem entidade enquadrante aumenta consistentemente ao longo de todo o período em análise.

Em termos relativos, no enquadramento de projectos de Arqueologia, salienta-se a preponderância das universidades ou unidades de investigação portuguesas entre 1970 e 1989; dos organismos da administração pública local, entre 1990 e 1999; e das empresas de arqueologia, entre 2000 e 2014.

Na evolução quinquenal, em termos relativos, pode observar-se que entre 1970 e 1999, as universidades e unidades de investigação portuguesas registam entre 47 e 20% do total nacional. No quinquénio 1995-1999 partilham a “liderança” com a administração pública local que enquadrou igualmente 20% dos projectos arqueológicos realizados. Entre 2000 e 2014, as empresas de arqueologia são as principais entidades de enquadramento de projectos arqueológicos em Portugal (Gráfico 188).

7.7.1. Entidade Enquadrante/Categoria

Foi analisada a entidade enquadrante dos trabalhos arqueológicos em função da categoria (ponto 7.4.3.)¹⁶⁶.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384
Trabalhos Arqueológicos de Categoria A - Investigação - 5.472
Trabalhos Arqueológicos de Categoria B - Valorização - 936
Trabalhos Arqueológicos de Categoria C - Preventiva - 20.915
Trabalhos Arqueológicos de Categoria D - Emergência - 445

No que respeita aos trabalhos de categoria A – Investigação, destacam-se as universidades e unidades de investigação portuguesas, assegurando enquadramento de 39% destes trabalhos. Seguem-se as associações (19%), a administração pública

¹⁶⁶ A categoria foi apurada para todos os trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da entidade enquadrante.

local (18%) e a administração pública central (12%). O enquadramento dos trabalhos de categoria B – Valorização é garantido maioritariamente pela administração pública local (37%) e central (21%), seguindo-se as empresas de arqueologia (17%) e as universidades e unidades de investigação portuguesas (16%). Os trabalhos preventivos são essencialmente enquadrados por empresas de arqueologia (61%) e pela administração pública local (13%); mas 15% destes decorrem sem enquadramento institucional. Por fim, nos trabalhos de emergência ou salvamento, prevalece a administração pública local (29%), as universidades e unidades de investigação portuguesas (22%), a administração pública central (20%) e a administração pública local (12%); mas 12% destes decorrem sem enquadramento institucional (Gráfico 189). Na análise quinquenal destaca-se, em todas as categorias, a perda progressiva de relevância da administração pública central e o ganho progressivo de relevância da administração pública local. As associações também perdem expressão, principalmente nos dez últimos anos em estudo, nos trabalhos de categoria A – Investigação e C – Preventivos. As universidades e unidades de investigação portuguesa também vêm diminuindo o número de trabalhos de Investigação que enquadram entre 2005 e 2009, situação de certa forma compensada com alguma actividade preventiva. Desde 1995, as empresas de arqueologia e o outro tipo de empresas centram a sua actividade na categoria C - com as tendências evolutivas já referidas. Os trabalhos sem entidade enquadrante quase desaparecem na categoria A – Investigação, consolidando a sua posição nos trabalhos de categoria C – Preventivos (Gráfico 190).

7.7.2. Entidade Enquadrante/Tipo de Trabalho

Foi analisada a entidade enquadrante dos trabalhos arqueológicos em função do seu tipo (ponto 7.5.3.)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ O tipo foi apurado para todos os trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da entidade enquadrante.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384
Trabalhos Arqueológicos de Prospeção - 5.095
Trabalhos Arqueológicos de Escavação - 12.384
Trabalhos Arqueológicos de Acompanhamento - 8.922
Trabalhos Arqueológicos de Levantamento - 590
Trabalhos Arqueológicos de Conservação e Restauro - 777

Nos trabalhos de prospeção sobressai o enquadramento das empresas de arqueologia (60% do total), seguindo-se a administração pública local, as universidades e unidades de investigação portuguesas e outro tipo de empresas (com 5% cada) e as associações (4%). Em 18% dos casos, os trabalhos de prospeção decorrem sem enquadramento institucional.

No enquadramento dos trabalhos de escavação, a situação é mais equilibrada. As empresas de arqueologia asseguram o enquadramento de 37% destes trabalhos, seguindo-se as universidades e unidades de investigação portuguesas (18%), a administração pública local (17%), as associações (9%) e a administração pública central (8%). Em 7% dos casos, os trabalhos de escavação decorrem sem enquadramento institucional.

Quanto aos acompanhamentos, são assegurados essencialmente por empresas de arqueologia (59%), mas também pela administração pública local (15%). Em 19% dos casos, os trabalhos de acompanhamento decorrem sem enquadramento institucional.

Por fim, nos trabalhos de conservação e restauro, é clara a predominância da administração pública local (38%), seguindo-se a administração pública central (19%), as universidades e unidades de investigação portuguesas (18%) e as empresas de arqueologia (12%). Em 9% dos casos, os trabalhos de conservação e restauro decorrem sem enquadramento institucional (Gráfico 191).

Na análise quinquenal reiteram-se as observações referidas no ponto anterior: a perda progressiva de relevância da administração pública central e associações, acompanhados, nos últimos dez anos em análise, das universidades e unidades de

investigação portuguesas; e a consolidação da administração pública local, em todos os tipos de trabalho. As empresas de arqueologia (acompanhadas em escala diversa das empresas de outro tipo) registam forte implantação entre 2000 e 2014, essencialmente nos trabalhos de acompanhamento, escavação e prospecção. Os trabalhos arqueológicos sem enquadramento institucional também revelam tendência de crescimento entre 1995 e 2014, com destaque para os acompanhamentos arqueológicos (Gráfico 192).

7.7.3. Entidade Enquadrante/Região

Foi analisada a entidade enquadrante dos trabalhos arqueológicos em função da região (ponto 7.6.3.)¹⁶⁸.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Trabalhos Arqueológicos com entidade de enquadramento apurada - 25.877
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Central - 1.367
Trabalhos Arqueológicos enquadrados pela Administração Pública Local - 3.875
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Associação - 1.421
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Portuguesa - 2.721
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Universidade/Unidade de Investigação Estrangeira - 238
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa de Arqueologia - 12.224
Trabalhos Arqueológicos enquadrados por Empresa - Outras - 643
Sem Entidade Enquadrante - 3.384
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Norte - 6.974
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Centro - 5.918
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Lisboa e Vale do Tejo - 6.546
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Alentejo - 6.272
Trabalhos Arqueológicos realizados na região Algarve - 2.058

Considerado todo o período em estudo, as empresas de arqueologia foram as principais entidades de enquadramento da actividade arqueológica em todas as regiões do país (com 52% no Alentejo, 49% no Algarve, 47% no Norte, 45% em Lisboa e Vale do Tejo e 44% no Centro). Em segundo lugar perfila-se a administração pública local, em Lisboa e Vale do Tejo (19%), Centro (18%), Norte (14%) e Alentejo (10%). As universidades e unidades de investigação portuguesas asseguram também a segunda posição relativa no Algarve (17%) e no Alentejo (10%). Os trabalhos sem entidade de enquadramento representam 16% no Centro e em Lisboa e Vale do Tejo; 13% no Norte; e 9% (cada) no Alentejo e Algarve (Gráfico 193).

¹⁶⁸ A região foi apurada para todos os trabalhos arqueológicos analisados, independentemente da entidade enquadrante.

Ao longo do período em estudo, como já foi referido, a administração pública central vai perdendo expressão, mas ainda assim regista uma presença especialmente relevante em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo. O papel da administração pública local consolida-se ao longo do período em estudo em todas as regiões, mas especialmente no Centro e em Lisboa e Vale do Tejo. O papel das universidades e unidades de investigação portuguesas mantém-se regular na sua distribuição regional, com ligeira prevalência nas regiões do Norte e do Alentejo. As universidades e unidades de investigação estrangeiras estão especialmente implantadas no Alentejo e (na fase final do período em estudo) no Algarve. Entre 2000 e 2014, as empresas de arqueologia têm forte implantação nacional, mas enquadram maior número de trabalhos no Alentejo, Norte e Lisboa e Vale do Tejo. Os outros tipos de empresas também registam uma actividade muito disseminada territorialmente, mas com maior expressão no Alentejo, Norte e Centro. Os trabalhos sem entidade enquadrante ocorrem em todo o país, mas entre 1995 e 2014, especialmente no Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Centro (Gráfico 194).

7.7.4. O enquadramento institucional da actividade arqueológica portuguesa

O enquadramento institucional da actividade arqueológica portuguesa sofre profundas alterações ao longo do período em estudo (capítulo 6). Numa primeira fase, verifica-se uma intervenção mais intensa de organismos públicos e associações (Silva, 1999a, p. 137). Numa segunda fase, assumem prevalência as entidades privadas.

A situação anterior à revolução de 1974 revelava um Estado onipotente mas muito inoperante, favorecendo a iniciativa individual e a desinstitucionalização da Arqueologia (Silva, 2003e, p. 142). Entre 1970 e 1999, as universidades e unidades de investigação portuguesas são as entidades que enquadram um maior número de trabalhos arqueológicos (Real, 1995, p. 25; Fabião, 2006, p. 30), muito embora nos anos 90 do século XX os sectores da administração pública central e local e as associações se encontrassem plenamente estabelecidos na actividade arqueológica e a iniciativa privada (empresas e arqueólogos independentes) surgisse já como realidade emergente (Oosterbeek, 1997, p. 48; Oliveira, 2020, p. 87).

No início do século XXI, o inquérito realizado pela APA identificava três tipos de entidades relacionadas com a actividade arqueológica: autarquias, empresas e centros

de investigação/associações (Almeida, 2007a, p. 130), leitura corroborada por outros autores (Oosterbeek, 2003, p. 7; Silva, 2007b, p. 14). Os organismos da administração central e as associações continuam a marcar presença (Silva, 2007b, p. 14). Mas, progressivamente, entidades comerciais (empresas e trabalhadores independentes) assumem forte prevalência na actividade arqueológica portuguesa (Lago, 2003, p. 103; Silva, 2003e, p. 146; Fabião, 2006, p. 30; Silva, 2007b, p. 14; Bugalhão, 2011, p. 27).

Os dados relativos aos últimos quinze anos em estudo recolhidos no presente trabalho confirmam a consolidação da Arqueologia municipal e o recuo dos serviços centrais do Estado e da actividade associativa, mas principalmente a afirmação das empresas de arqueologia que assumiram o enquadramento da maioria dos trabalhos e projectos arqueológicos realizados em Portugal.

Ao longo do período em estudo, os organismos da administração pública central dedicaram-se essencialmente à investigação, enquadrando principalmente escavações e com maior incidência no Alentejo. Tal deve-se ao facto destes organismos terem desenvolvido grande parte da sua actividade de campo na fase em que praticamente só se efectuavam trabalhos arqueológicos de investigação; aliás, na fase em que a categorização que aqui se utiliza não estava ainda sequer estabelecida.

A administração pública local enquadrrou a maioria dos trabalhos de categoria B – Valorização e das acções de conservação e restauro, mas a sua acção incide essencialmente sobre trabalhos preventivos (Almeida, 2007b, p. 138) e de escavação. Tem uma actividade especialmente intensa em Lisboa e Vale do Tejo. Nos anos 80 e 90 do século XX, era já atribuído um papel muito relevante à Arqueologia municipal (Lemos, 1987, p. 8; Jorge, 1986, p. 2; Real, 1995, p. 25-26), que se acentuou na primeira década do século XXI (Almeida, 2007b, p. 132).

As associações enquadraram maioritariamente trabalhos de investigação e escavações e adquirem especial relevo na região Norte. Estas entidades tiveram um papel muito importante na fase em que a ausência de institucionalização das actividades culturais favorecia uma acção directa das populações, num contexto que também a promovia. Com o crescimento do poder autárquico democrático, este absorve parte dos agentes mais activos e notórios na intervenção sobre o Património, que militavam em associações, realidade extensível a outros sectores da sociedade e de intervenção cívica.

As universidades e unidades de investigação portuguesas asseguraram o enquadramento da maioria dos trabalhos e projectos de investigação (Fabião, 2006, p. 33), embora também tenham participado de projectos preventivos em regime comercial (Silva, 2003e, p. 145; Valera, 2005, p. 96). Realizaram maioritariamente escavações e trabalharam mais intensamente no Norte do país.

As universidades e unidades de investigação estrangeiras dedicaram-se quase exclusivamente à investigação e maioritariamente a escavações. A sua actividade teve forte incidência no Alentejo.

É absolutamente incontestável que a Arqueologia comercial, enquadrada por entidades privadas, está a crescer em todo o mundo, por vezes com consequências extremas no que ao exercício profissional e laboral diz respeito. A expansão da Arqueologia privada comercial resultou de múltiplos e complexos factores, de entre os quais se destaca: um grande e rápido aumento da intervenção humana sobre o território, que assumiu carácter crescentemente destrutivo (construção, infra-estruturas de transporte e energia, indústria, etc.) ao qual os sectores públicos não conseguiam acudir

Este crescimento gerou conflitos múltiplos, nomeadamente junto dos demais agentes institucionais que sentem as suas posições e a sua forma de “fazer” Arqueologia, de alguma maneira, ameaçada (Gonçalves, 2003, p. 112-113; Fabião, 2006, p. 31). Por outro lado, também se verificou a incursão de entidades como as universidades, associações, fundações, etc. na Arqueologia comercial, situação por vezes considerada “concorrência desleal” (Silva, 2003e, p. 145; Valera, 2005, p. 97).

As empresas de arqueologia garantiram o enquadramento institucional de parte muito considerável dos trabalhos preventivos (Fabião, 2006, p. 33). A sua participação na actividade arqueológica de investigação foi vista como possível (Valera, 2007, p. 76) mas problemática (Valera, 2007, p. 78 e 80; Almeida e Neves, 2006, p. 88). Desenvolveram a maioria de todos os tipos de trabalho (com excepção da conservação e restauro), com maior incidência nos acompanhamentos. Asseguraram o enquadramento da maioria dos trabalhos arqueológicos realizados em todas as regiões do país.

As outras empresas dedicaram-se igualmente à actividade arqueológica preventiva, essencialmente através de acompanhamentos e prospecções, e especialmente no Alentejo.

A actividade arqueológica sem enquadramento institucional registou-se ao longo de todo o período em estudo. Como já foi referido (ponto 5.11.8.), numa primeira fase, até aos anos 80 do século XX esta realidade relacionou-se com a persistência da actividade amadora em Portugal e revelava a estruturação incipiente da Arqueologia portuguesa. A partir dos anos 90, a iniciativa individual assumiu-se como um dos motores da actividade arqueológica (Jorge e Jorge, 1996b, p. 162). Nesta fase, a actividade arqueológica desenquadrada institucionalmente relacionava-se essencialmente com o aumento do número de arqueólogos que trabalham em regime liberal ou independente, na emergente Arqueologia comercial. Os trabalhos arqueológicos sem enquadramento institucional revelaram tendência de crescimento entre 1995 e 2014. Esta actividade existia em todas as categorias, mas principalmente nos trabalhos preventivos, nomeadamente ao nível dos acompanhamentos e prospecções. A região com maior incidência de actividade arqueológica não enquadrada institucionalmente foi Lisboa e Vale do Tejo.

7.8. As várias faces da Arqueologia portuguesa

Atendendo à relevância e especificidade de alguns segmentos da actividade arqueológica portuguesa entre 1970 e 2014, considerou-se proveitosa a abordagem monográfica sectorial: (i) das diversas categorias dos trabalhos arqueológicos (A – Investigação, B – Valorização, C – Preventiva, D – Emergência); (ii) de alguns sectores de intervenção integrados na Arqueologia preventiva (Carta Arqueológica e IGT, AIA, licenciamento urbanístico e obras, valorização e intervenção em Património arquitectónico); (iii) e da actividade arqueológica realizada em ambientes territoriais específicos (Arqueologia urbana e Arqueologia subaquática).

7.8.1. Arqueologia de Investigação

A actividade arqueológica de investigação em Portugal nem sempre foi devidamente regulada (ponto 2.1.5.). Inicialmente, numa tradição que vinha do Estado Novo, os projectos e trabalhos de investigação careciam de aprovação da JNE (segundo o seu

Regulamento de 1965, Anexo 7), organismo de competências consultivas, com relações algo vagas à academia, aliás na altura ainda muito incipiente na área científica da Arqueologia. Entre o final dos anos 70 e 1996, a gestão pública da actividade arqueológica decorre no âmbito dos planos nacionais de escavações e trabalhos arqueológicos, instrumento que, em teoria, visava estabelecer as prioridades científicas e patrimoniais que deveriam ter expressão na distribuição do financiamento público disponível para apoiar a actividade arqueológica (artigo 19.º, § 1.º, 7.º, do Regulamento da JNE, Anexo 7; RTA/78, Anexo 14; LPC/85¹⁶⁹, Anexo 21). Como já mencionado, na letra da lei seria conferida “preferência aos sítios, monumentos e estações de maior importância (...) ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica” (LPC/85, Anexo 21), mas esta disposição nunca foi devidamente implementada. A partir de 1998 foram desenhados modelos de gestão da actividade arqueológica baseados na prévia avaliação científica dos projectos, em associação ou não com o financiamento (ponto 2.1.5.).

Como foi já referido (ponto 7.4.), os trabalhos e projectos de investigação (desde 1999, de categoria A) são acções programadas, dirigidas exclusiva ou primordialmente para objectivos de natureza científica, ou seja, para a produção de conhecimento. Embora todo o trabalho arqueológico vise atingir este objectivo (a partir da identificação, registo e estudo de realidades arqueológicas) e esteja sujeito às premissas e procedimentos da investigação científica, apenas na categoria A estas constituem o elemento que desencadeia, de facto, a intervenção arqueológica.

Foram analisados 5.472 trabalhos arqueológicos (20% do total) e 1.273 projectos de investigação (13% do total) de categoria A.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria A - 5.472
Projectos de Investigação - 1.273

A evolução da actividade arqueológica de investigação (trabalhos e projectos) ao longo do período em estudo relevou uma tendência de crescimento absoluto entre 1970 e

¹⁶⁹ Na LBPC/85 (Anexo 5), artigo 42.º, parece verificar-se uma coincidência ou confusão entre o conceito de PNTA e de RTA.

1999 (com uma ligeira quebra no quinquénio de 1990-1994), seguida de uma fase de decréscimo entre 2000 e 2014.

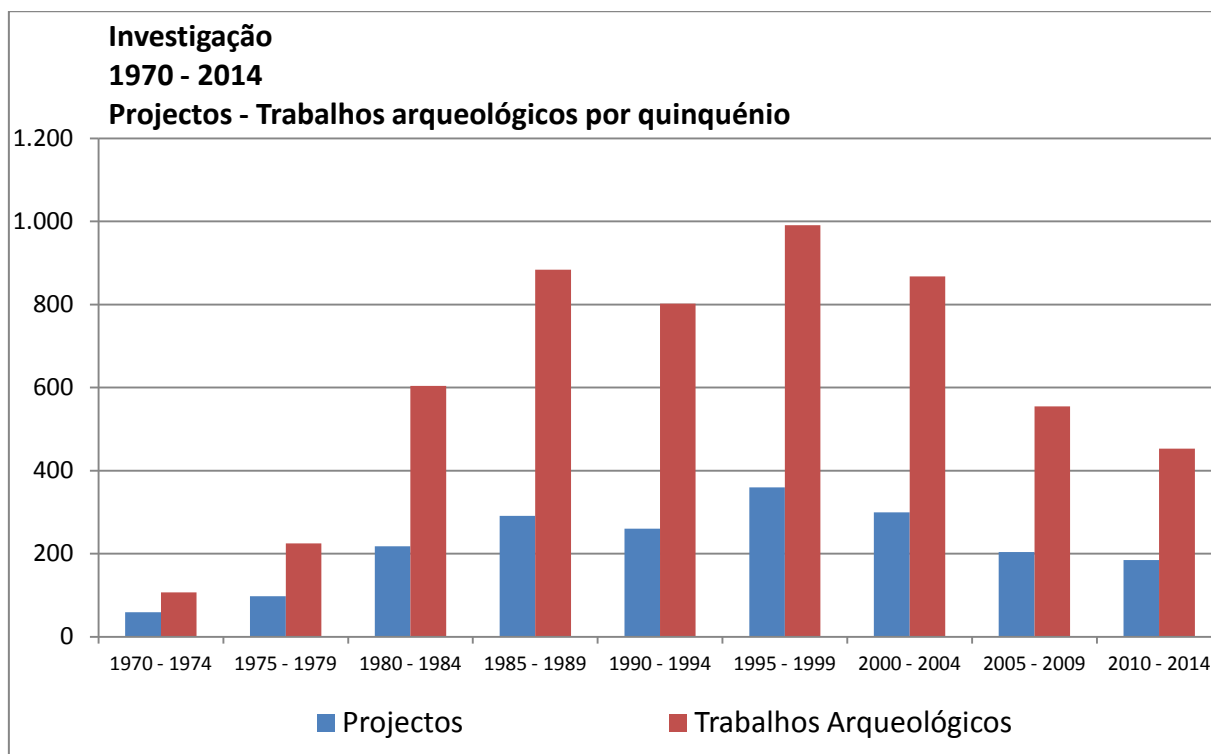


Gráfico 195: Arqueologia de Investigação, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Quanto ao tipo de trabalho, como já foi referido (ponto 7.5.1.), predomina a escavação, seguida da prospecção, levantamento e conservação e restauro. Os trabalhos de escavação, largamente maioritários, têm uma evolução quinquenal semelhante ao total. As prospecções aumentam de número até 2004, decrescendo nos últimos dez anos em estudo.

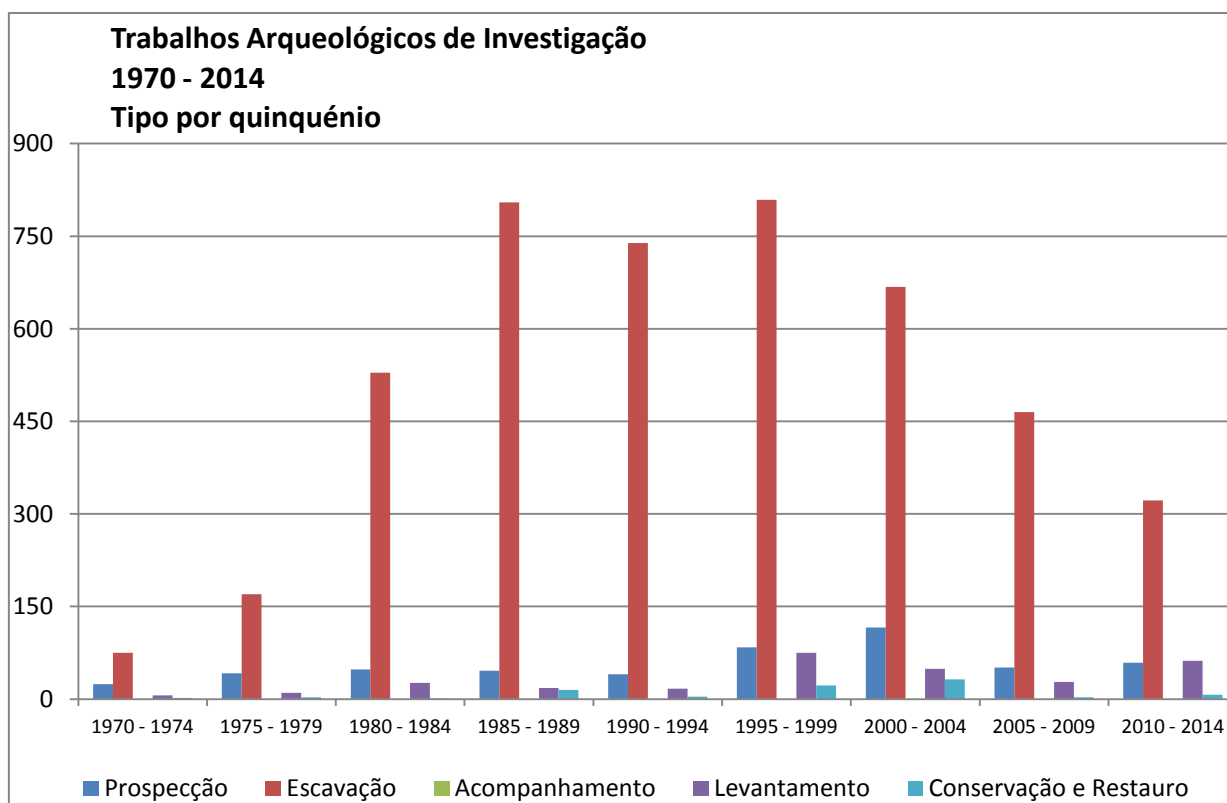


Gráfico 196: Trabalhos Arqueológicos de Investigação, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.

Os trabalhos de investigação distribuem-se de forma equilibrada pelas várias regiões, sendo o Norte a região com mais actividade nesta categoria e o Algarve a região com menos. Ao nível do número de trabalhos realizados, o Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo registam uma evolução semelhante à nacional. A região Centro regista um grande aumento de trabalhos de investigação entre 1980 e 1984 seguido de uma quebra, uma fase de crescimento entre 1985 e 1999 e uma tendência de regressão entre 2000 e 2014. O Algarve apresenta uma evolução pouco linear, com crescimento do número de trabalhos entre 1970 e 1989, diminuição nos anos 90, recuperação entre 2000 e 2004 e nova quebra entre 2005 e 2014.

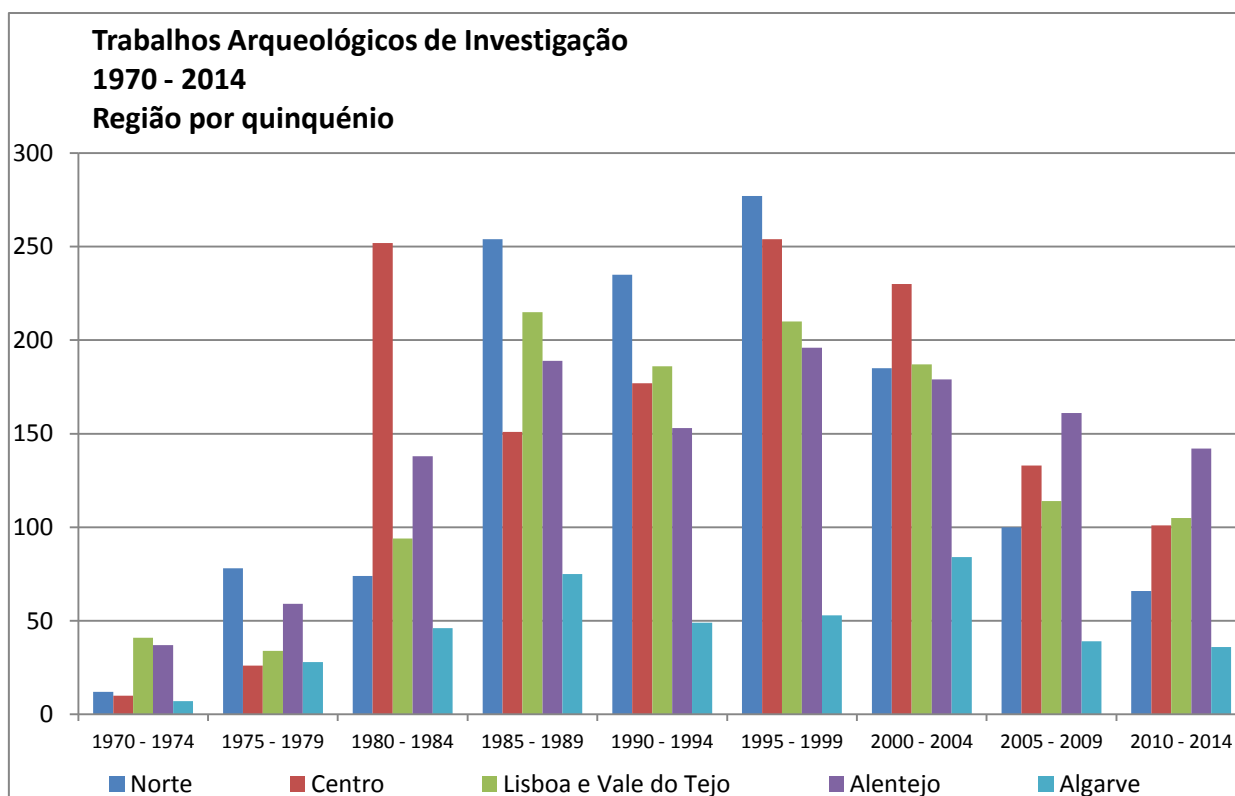


Gráfico 197: Trabalhos Arqueológicos de Investigação, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

Os trabalhos desta categoria são enquadrados essencialmente pelas universidades e unidades de investigação portuguesas (em todo o período em estudo), a que se seguem as associações, a administração pública local e a central (ponto 7.7.1.). Até 1994, as associações e os organismos da administração pública central enquadravam mais trabalhos que a administração pública local. Entre 1995 e 2014, esta situação inverte-se, observando-se a predominância das autarquias relativamente ao Estado central e às associações, entidades que registam nesta fase forte quebra no enquadramento de trabalhos de investigação. As universidades e unidades de investigação têm uma actividade crescente até 1999, regredindo de seguida. As empresas de arqueologia parecem vir consolidando a sua actividade nesta categoria, embora de forma muito ligeira. Os trabalhos de investigação sem enquadramento institucional registam incidência considerável entre 1995 e 2009 (Gráfico 198).

Como já foi mencionado (ponto 7.1.), principalmente nos primeiros vinte anos do período em estudo, os projectos de investigação registam não raras vezes um défice de estruturação e programação. Esta característica revela-se na sua duração. Assim, cerca de 40% dos projectos de investigação aqui considerados têm duração de apenas

um ano. Ainda assim, uma larga maioria de projectos de investigação, 73%, decorre entre um e quatro anos, 14% entre cinco e oito anos e 13% prolonga-se por mais de nove anos.

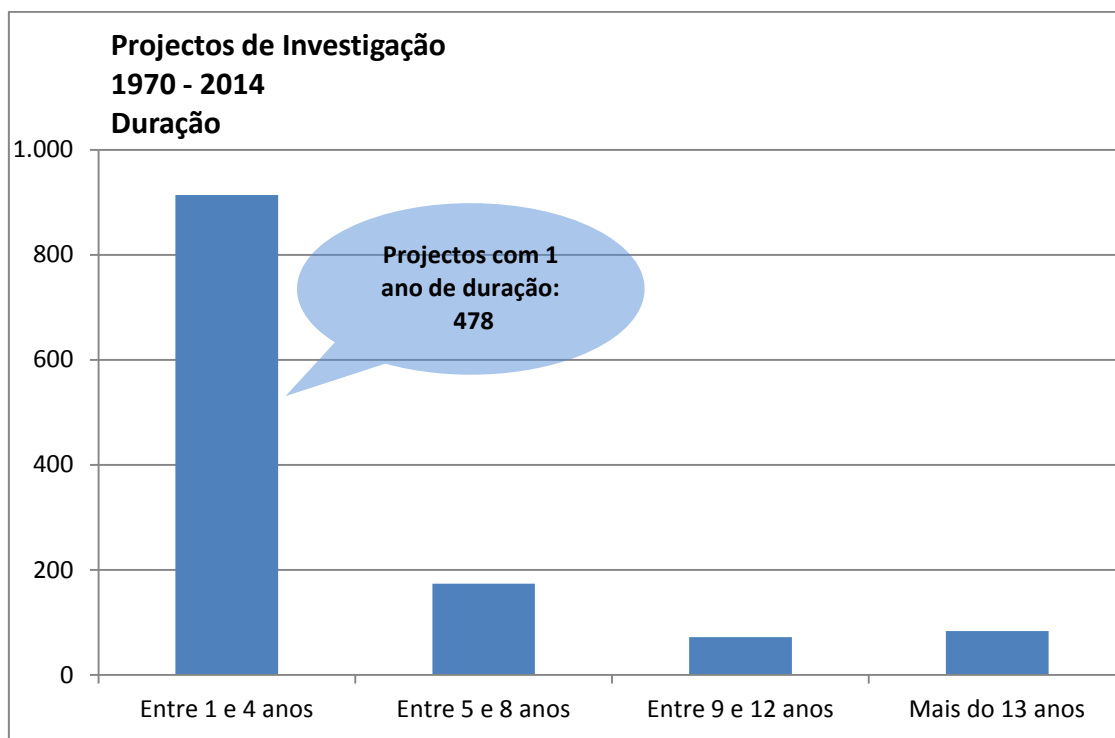


Gráfico 199: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Duração.

Numa abordagem muito preliminar, procurou-se caracterizar o objecto dos projectos de investigação desenvolvidos em Portugal entre 1970 e 2014, nomeadamente o (ou os) período cronológico¹⁷⁰ sobre o qual incidem. Na investigação arqueológica em Portugal, observa-se alguma prevalência de temáticas do período romano (cerca de 45%) e da pré-história recente (cerca de 44%), seguidos do período medieval (cerca de 26%) (Anexo 86, p. 8) e da proto-história (cerca de 20%), da pré-história antiga (cerca de 14%), do período moderno (cerca de 6%) e do contemporâneo (cerca de 0,2%). Os projectos centrados em problemáticas diacrónicas (de longa duração cronológica e cultural) representam cerca de 7% do total.

¹⁷⁰ Consideraram-se as categorias: Pré-História Antiga (Paleolítico, Mesolítico/Epipaleolítico), Pré-História Recente (Neolítico e Calcolítico), Proto-História (Idade do Bronze e Idade do Ferro), Romano, Medieval, Moderno, Contemporâneo e Diacrónico (centrados em problemáticas de evolução de longa duração cronológica e cultural).

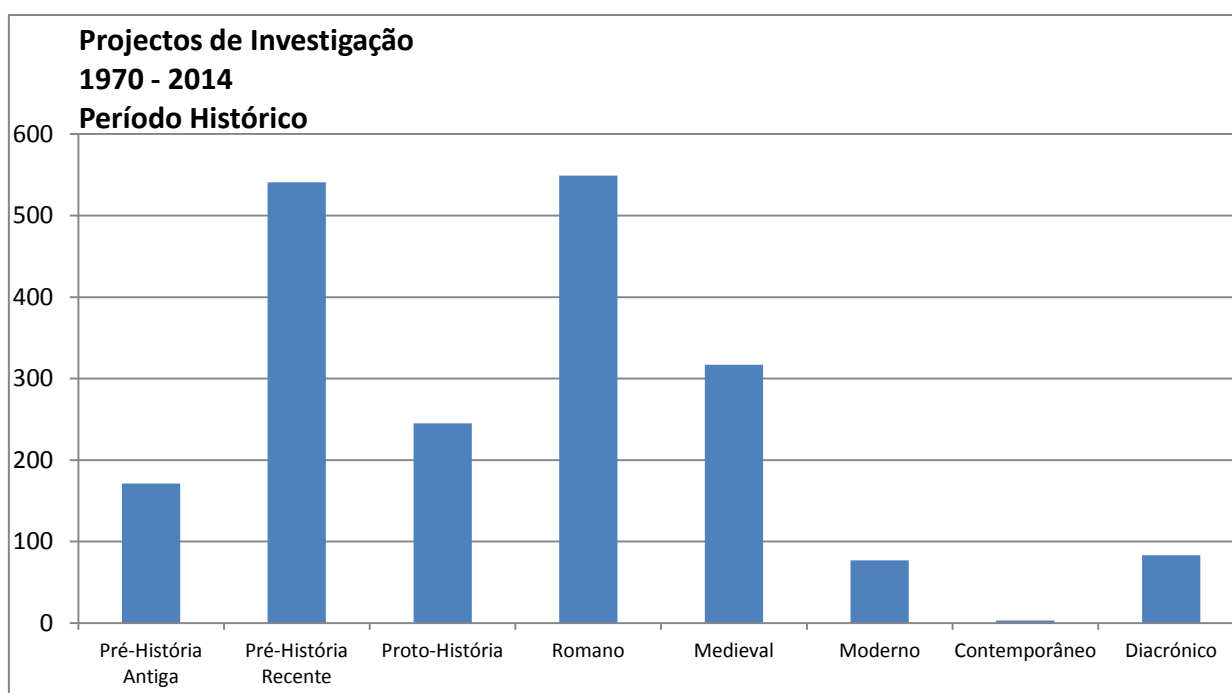


Gráfico 200: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Período Histórico.

Analisada a distribuição dos períodos cronológicos por regiões nos projectos de investigação desenvolvidos em Portugal entre 1970 e 2014, verifica-se uma expressão particularmente relevante da investigação em Pré-história antiga na região de Lisboa e Vale do Tejo. A Pré-história recente tem uma representação relativa significativa em todas as regiões do país, como é o caso do Norte (Bugalhão, 2020, p. 91 e 99) e do Algarve (Agosto e Silva, 2020, p. 118) mas em termos absolutos atinge o valor máximo no Alentejo. A investigação em realidades proto-históricas é especialmente relevante no Norte do país (Bugalhão, 2020, p. 91 e 99). A investigação sobre o período romano é especialmente significativa no Alentejo e no Centro. A investigação em Arqueologia medieval destaca-se no Alentejo e no Algarve, como consequência da intensa investigação sobre o período islâmico (Agosto e Silva, 2020, p. 119; Fernandes *et al.*, 2020). O estudo de realidades de época moderna e os de enfoque diacrónico têm especial relevância em Lisboa e Vale do Tejo, seguramente devido ao peso das intervenções em contexto urbano.

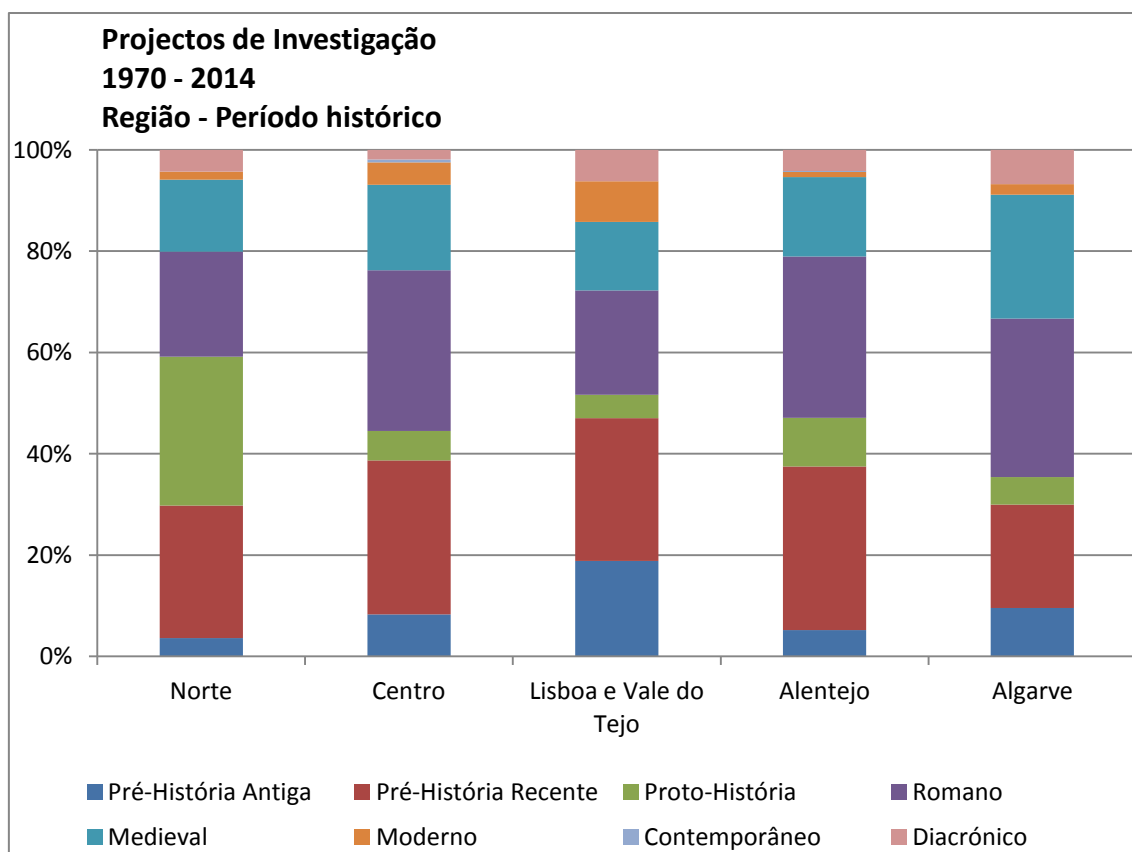


Gráfico 201: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Região - Período histórico.

Ao longo do período em estudo, e do ponto de vista relativo, verifica-se algum abrandamento na investigação sobre realidades da proto-história, a consolidação da investigação sobre realidades medievais a partir de 1985, uma implantação lenta da investigação sobre realidades de época moderna e a quase ausência de investigação arqueológica sobre realidades contemporâneos.

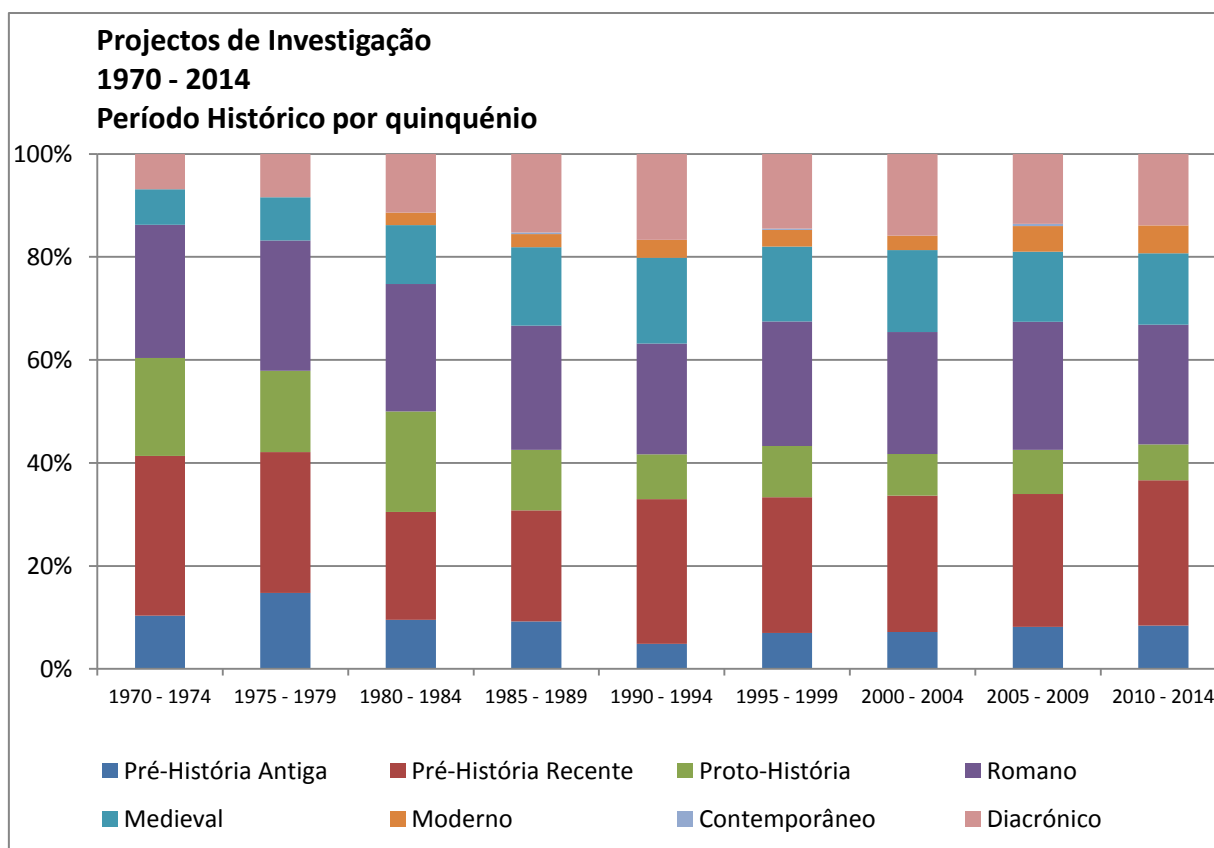


Gráfico 202: Projectos de Investigação, 1970 - 2014. Período Histórico por quinquénio.

A actividade arqueológica de investigação registou uma tendência de crescimento nos primeiros 30 anos em estudo, seguida de uma retracção considerável entre 2000 e 2014. As intervenções de investigação cresceram consideravelmente, nomeadamente nos anos 80, muito associadas às universidades portuguesas (Marques, 1994, p. 83; Silva, 1994a, p. 91; Jorge e Jorge, 1996a, p. 154; Jorge, 2000b, p. 162; Silva, 2002a, p. 307) de forma especial na região Norte (Lemos, 2004b, p. 45; Lemos, 2007, p. 108) e contaram com apoio financeiro do Estado (através do PNTA) e de muitos municípios (Lemos, 1992, p. 57). A partir da primeira década do século XXI, a investigação arqueológica passou a ser mais intensa na região de Lisboa e no Sul do país (Lemos, 2007, p. 108).

A actividade arqueológica de investigação concretizou-se essencialmente nos trabalhos de escavação; teve uma distribuição regional relativamente equilibrada (com ligeira vantagem para a região Norte). Sem surpresas, a actividade de investigação foi enquadrada maioritariamente por universidades e unidades de investigação portuguesas, embora o seu enquadramento institucional não se restrinja a estas

(Valera, 2005, p. 182). A maioria dos projectos de investigação teve uma duração entre um e quatro anos e incidiu maioritariamente sobre realidades do período romano e da pré-história recente (nomeadamente no Alentejo).

No início do período em estudo, os projectos e trabalhos arqueológicos eram objecto de apreciação prévia da JNE. No âmbito do apoio à investigação, a JNE organizou os Congressos Nacionais de Arqueologia (Dias, 1959, p. 9), em 1958, 1970 e 1973, com objectivo de promover a actualização científica do meio arqueológico português (Dias, 1959, p. 11) e a sua internacionalização (Dias, 1959, p. 10; Almeida, 1970b, p. 368). Mas tal era claramente insuficiente, registando-se propostas de criação de instituições públicas dedicadas exclusivamente à investigação (Alarcão, 1971, p. 7), que entre outras tarefas deveria proceder ao estudo e publicação dos espólios conservados nos museus portugueses (Alarcão, 1971, p. 8).

Nas décadas seguintes, a planificação da actividade arqueológica de investigação – “a organização dos planos nacionais de escavações” - é um dos principais objectivos dos organismos consultivos que sucederam à JNE, como a Comissão Organizadora do ISPCN (Anexo 62), muito embora nunca tenha alcançado concretização satisfatória (Anexo 65). Na prática, os planos nacionais anuais eram tabelas de atribuição de subsídios, mais ou menos abrangentes e não sujeitas a critérios abstractos definidos previamente. Não havia lugar a avaliação de mérito científico, pois os projectos de investigação eram apreciados e aprovados por um órgão com competências decisórias e consultivas, de constituição por nomeação e de representação, sem natureza académica.

Em 1980, o então Secretário de Estado da Cultura nomeou uma comissão para elaborar o “Plano de escavações arqueológicas do País para os próximos cinco anos” (Anexo 65). Assim, em Maio de 1980 foi apresentado o “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo para 1980-1984”. Este plano apresentava como primeira novidade o seu carácter plurianual. Destinava-se a enquadrar essencialmente projectos de investigação (procurando diversificar a tipologia das intervenções, da escavação às sondagens, prospecções e intervenções de conservação e restauro), mas não descurava as componentes de conservação e valorização e da Arqueologia preventiva e das emergências. Tratava-se de um plano “bivalente”, nas palavras dos autores, pois pretendia apoiar a investigação e defender o Património. Integrava

também o objectivo de incentivo à internacionalização da investigação arqueológica portuguesa (procurando identificar áreas do conhecimento e do património arqueológico transnacionais e europeias). Um dos aspectos inovadores (pelo menos na intenção) deste “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo para 1980-1984” foi a definição de prioridades na planificação dos trabalhos e respectivo financiamento. Foram definidas três prioridades: A1, programas de investigação em monumentos e estações importantes em risco enquadráveis nas “linhas de investigação propostas”; A2, programas de investigação em monumentos e estações importantes em risco fora das “linhas de investigação propostas”; B, consideradas não prioritárias (Anexo 65). Apesar desta formulação, a componente de “projecto” está praticamente ausente do plano que integra essencialmente intervenções monográficas num só sítio.

Embora pareça que quase toda a actividade arqueológica portuguesa estava contemplada, após a sua divulgação o plano mereceu “quasi unânime rejeição” da comunidade arqueológica, nomeadamente dos arqueólogos participantes no IV Congresso Nacional de Arqueologia (Maio de 1980, em Faro). Estes, queixando-se que o Conselho Científico do Congresso impediu “uma ampla e democrática discussão sobre a política de fundo [para] a Arqueologia Portuguesa” e clamando que “não basta viver em Democracia, mas é preciso sobretudo saber usá-la”, promoveram um “abaixo-assinado” contestando o “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo para 1980-1984”. As críticas residiam na falta de critérios prévia e rigorosamente estabelecidos e consensualizados, na manutenção da desarticulação na investigação e “continuação da desordem”, na falta de rigor e isenção, na incapacidade de corrigir assimetrias regionais e entre a investigação nas diferentes áreas cronológicas-culturais; e, algo contraditoriamente, na exigência de serem contemplados todos os projectos e intervenções excluídas. Mas o abaixo-assinado exigia principalmente a reestruturação global da Arqueologia Portuguesa, nos seus diversos sectores, nomeadamente a organização regional, propondo a constituição de plenários regionais, que analisariam a realidade e subsequentemente elaborariam os “planos” para a Arqueologia portuguesa (Anexo 65).

Como reacção assumida a esta contestação, no início de Junho de 1980, foi nomeada nova comissão para elaborar novo "Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo"¹⁷¹, cujo trabalho contemplou a consulta à comunidade arqueológica (Fabião, 1995, p. 87). Esse plano, no que respeita aos trabalhos a desenvolver em 1980, foi aprovado pela Comissão Organizadora do ISPCN em Julho (Anexo 65). "Dada a escassez de tempo e a existência de numerosos processos pendentes a carecerem de resolução rápida", foi abandonado o objectivo de planificação plurianual. O novo plano estava organizado em cinco blocos: defesa e conservação (intervenções de emergência), conservação, levantamentos (na maioria de natureza preventiva), trabalhos de cooperação internacional ou em continuidade e trabalhos a iniciar; e dentro de cada um destes por períodos históricos. A componente de "projecto" continua omissa, contemplando essencialmente intervenções monográficas num só sítio. A concretização deste plano, com "nível de execução baixo" (IPPC, 1982, p. 15), ficou já a cargo do IPPC, entretanto criado. Este segundo "Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo 1980 – 1984" deu origem ao PNTA dos anos 80 e 90 do século XX (até 1996), o PNTA do IPPC/IPPAR1 (Fabião, 1995, p. 87).

Assim, entre 1981 e 1996, o PNTA era constituído pelo plano anual de financiamento da actividade arqueológica, que integrava trabalhos realizados no âmbito de projectos (de investigação e valorização, previamente apreciados e aprovados pelos órgãos consultivos¹⁷²), mas em grande parte era constituído por intervenções anuais normalmente consideradas de emergência, para as quais tinham sido apresentados pedidos de autorização e de "atribuição de subsídio" (Anexo 68). O PNTA financiava também uma grande diversidade de acções, como o inventário, a conservação e a publicação (PNTA, 1984, p. 50). Assim, de facto, o PNTA não era propriamente um instrumento de gestão e financiamento da investigação, funcionando essencialmente como um fundo global de financiamento da Arqueologia nacional e como plano de actividades do Departamento de Arqueologia do IPPC.

¹⁷¹ A primeira comissão integrava elementos da geração mais velha, com responsabilidades na gestão arqueológica desde a JNE; a segunda comissão integrava arqueólogos mais jovens, muito envolvidos nas profundas alterações na Arqueologia nacional da época.

¹⁷² "Um dos critérios para aprovação das diferentes propostas [pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos], é a sua integração em Projectos de Investigação apreciados na Secção de Arqueologia do Conselho Consultivo do IPPC". Relatório de Actividades 1989 do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul. Arquivo da Arqueologia Portuguesa – 81/1(134).

Por outro lado, não havia também uma planificação propriamente dita¹⁷³ (Jorge, 1982b, p. 2; Martins, 1986, p. 2), mas apenas uma gestão anual dos recursos financeiros disponíveis, na qual eram considerados também projectos previamente aprovados (IPPC, 1982, p. 18; Departamento de Arqueologia, 1983), uma vez que o financiamento da actividade arqueológica de investigação dependia da sua inclusão no PNTA anual.

A partir de 1983, o Departamento de Arqueologia do IPPC “introduziu um espaço novo, que se denominou ‘projectos de Investigação’. Este espaço traduz-se na restrição da actividade dos “franco-atiradores” para ser possível obedecer a padrões de investigação” (Silva, 1983, p. 18). Ou seja, foi implementado um primeiro modelo de gestão da actividade de investigação baseado na obrigatoriedade de programação e na avaliação de mérito, dos quais dependia o seu ulterior financiamento (Silva, 1983, p. 18; PNTA, 1984, p. 50; Silva, 1987, p. 5 e 11; Silva, 1994a, p. 90; Real, 1993c, p. 49; Fabião, 1995, p. 87). Se por um lado se considerou que este modelo disciplinou a actividade (Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Jorge e Jorge, 1996a, p. 155), por outro as exigências a si associadas geraram muita contestação (Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Gonçalves, 1989, p. 117; Silva, 1989a, p. 93; Oliveira, 2020, p. 87). A principal crítica residia na alegada falta de competência dos órgãos que procediam à avaliação dos projectos (Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, 1.ª Secção - Arqueologia - do Conselho Consultivo do IPPC e Comissões Consultivas Regionais de Arqueologia) (Silva, 1983, p. 18; PNTA, 1984, p. 50; Raposo, 1995c, p. 17), que seguiam um modelo de constituição representativa e não de natureza académica ou científica (Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Jorge, 1989, p. 112).

Como foi referido, os projectos submetidos a aprovação não continham necessariamente programação (científica ou financeira) ou calendarização fechada, pelo que a planificação da investigação era, na maioria dos casos, de facto, muito incipiente. Assim, no final dos anos 80 e primeira metade dos anos 90 regista-se uma crescente necessidade de programação e planificação da investigação arqueológica (Alarcão, 1989, p. 85-86; Martins e Lemos, 1989, p. 105; Jorge, 1993, p. 1; Raposo,

¹⁷³ “Mentalidade tradicional, do arqueólogo isolado que pede subsídios (...) para o seu trabalho individual (ou que dá a esse procedimento um aspecto formal de projecto colectivo, quando continua a ser, de facto, basicamente individual)” (Proposta de Regulamento de Projectos de Trabalho Arqueológico, Comissão Instaladora do IPA, Anexo 32).

1994, p. 54), ou seja, da definição de um modelo de gestão da actividade arqueológica de investigação programada, bem como apelos para que o Estado invista e apoie mais a investigação (Silva, 1987, p. 13; Silva, 1989b, p. 95).

A inexistência de um modelo de gestão e investimento sustentado para a investigação arqueológica programada foi-se afirmando como um dos problemas estruturais da nossa Arqueologia, merecendo assim especial atenção da Comissão Instaladora do IPA. Esta entidade elaborou o “Documento preliminar com vista ao estabelecimento do Regulamento de Projectos de Trabalho Arqueológico (PTA). 1997-1999” (Abril-Maio de 1996) (Anexo 32) (ponto 2.1.5.), visando precisamente implementar um novo paradigma na investigação arqueológica de campo.

Com a criação do IPA em 1997, enunciou-se claramente a prioridade do apoio à investigação, atendendo a que “a gestão do património arqueológico em todas as suas vertentes é indissociável do apoio à investigação científica” (Orgânica do IPA, prólogo, Anexo 33). Em 1998, para além do impulso concedido por aquele organismo à publicação científica através de intensa actividade editorial, foi introduzido um novo modelo de regulação da actividade arqueológica de investigação, o PNTA (Anexos 43 e 50). Este modelo funcionou (com muitos problemas e muitas interrupções no financiamento) até 2005-2006. Entre 1998 e 2005 decorreram processos de avaliação científica de projectos de investigação/concursos para financiamento em 1998, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2005-2006. Para tal, foram nomeadas quatro Comissões de Avaliação (1998-2001, 2002, 2003 e 2005-2006) (Anexos 44 e 93). Entre 2007 e 2012, sob gestão do IGESPAR, não existiu qualquer modelo de regulação pública da actividade arqueológica de investigação, nem ao nível da avaliação científica, nem ao nível do financiamento. Não se considerou necessário, ou prioritário, condicionar a intervenção sobre os contextos arqueológicos - sobre o Património arqueológico – ao mérito científico dos projectos, resultando numa desregulação da actividade de investigação e em, eventuais, perdas patrimoniais não justificadas com o correspondente acréscimo no conhecimento histórico.

A partir de 2013, a DGPC delineou o modelo PIPA (ponto 2.1.5.), recuperando a obrigatoriedade de validação científica dos projectos de investigação estabelecida pelo IPA, desta vez a cargo do “Painel Nacional de Avaliação”. O modelo PIPA destina-se exclusivamente à avaliação de mérito científico. Assim, desde 2005, não existe apoio

financeiro à investigação arqueológica por parte das entidades tutelares do Estado com competência sobre a Arqueologia.

As soluções de regulação da actividade arqueológica de investigação (e complementarmente, de valorização), entre 1998 e 2019, obtiveram resultados díspares. No “modelo PNTA” (1998 – 2005), o sistema permitiu uma boa cobertura para a actividade de investigação e uma cobertura muito parcial da actividade arqueológica de valorização. Relativamente ao financiamento da investigação científica, foi garantido o apoio financeiro a cerca de $\frac{1}{3}$ dos projectos avaliados cientificamente e aprovados. Entre 2006 e 2012, numa fase em que a actividade arqueológica de investigação não teve regulação específica, nem foi objecto de financiamento, verificou-se uma diminuição expressiva dos projectos de investigação desenvolvidos, fundamentando a tese que preconiza a vantagem da existência de um mecanismo de gestão especificamente dirigida a este segmento da actividade arqueológica. No “modelo” PIPA (2013 - 2019), a reposição de um mecanismo de avaliação científica, mas sem associação a apoio financeiro, parece resultar também numa diminuição do volume da actividade arqueológica desenvolvida no âmbito de projectos de investigação programados.

Para uma avaliação mais completa destas soluções de gestão pública da actividade arqueológica haveria que alargar a análise a outros indicadores, como sejam os da produtividade científica e outros de natureza qualitativa. Porém, com base dos dados quantitativos analisados pode concluir-se que um modelo estruturado de financiamento favorece a quantidade e a qualidade da actividade arqueológica de investigação.

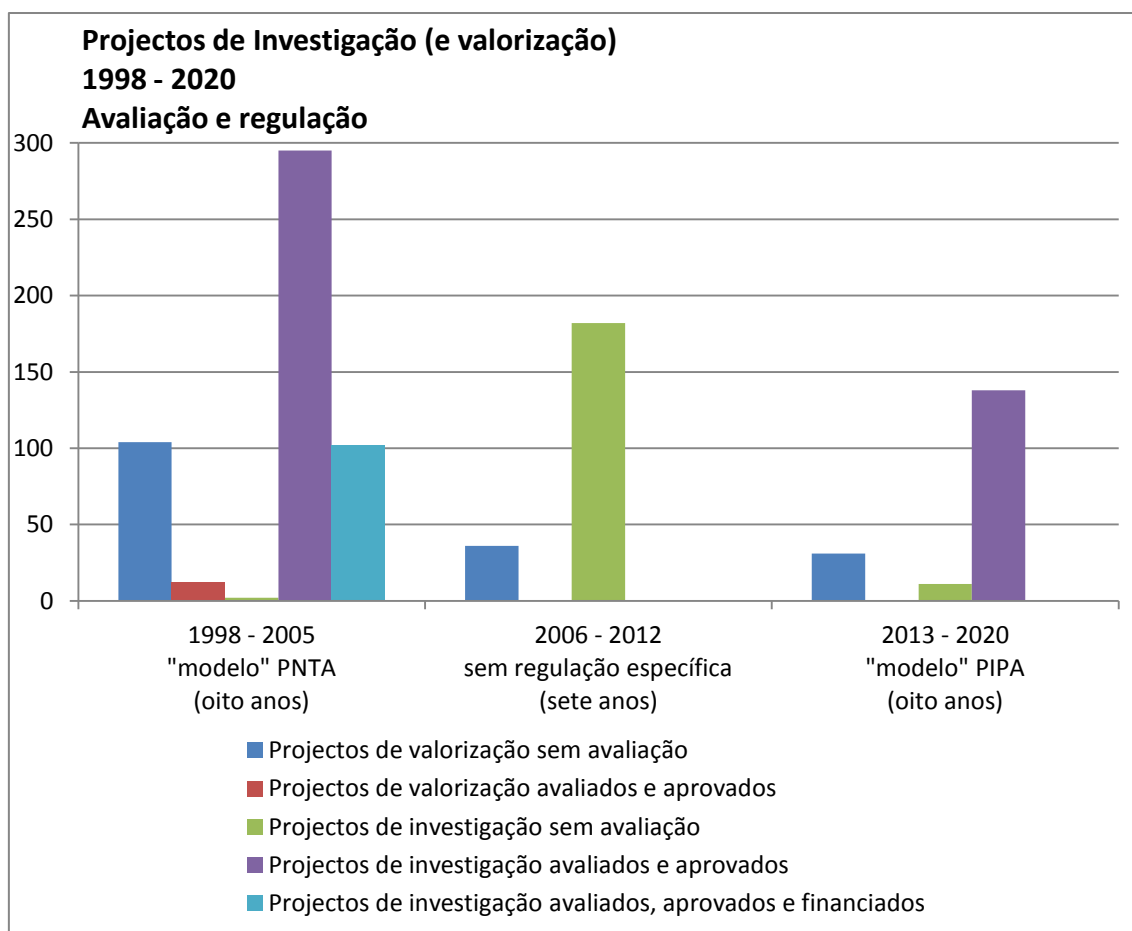


Gráfico 203: Projectos de Investigação (e valorização), 1998 - 2020. Avaliação e regulação.

Outro aspecto relevante do apoio à investigação em Arqueologia relaciona-se com a implementação dos estudos arqueocientíficos e arqueométricos. A este nível, a situação da Arqueologia portuguesa foi muito deficitária praticamente até ao fim do século XX (Serrão, 1977, p. 9; Jorge, 1985, p. 178; Lemos, 1987, p. 9; Silva, 1989b, p. 95; Lemos, 1992, p. 54; Jorge e Jorge, 1996a, p. 146; Oosterbeek, 1997, p. 50; Silva, 1998a, p. 17). Nos anos 70 foram desenvolvidos os primeiros estudos arqueométricos sobre espólio arqueológico metálico e cerâmico com recurso a métodos analíticos físicos (Ferreira e Gil, 1978; Cabral, 1981, entre outros). Durante dos anos 80, no Museu Nacional de Arqueologia foi tentada a criação de uma Unidade de Paleoecologia (Anexo 69), ou Laboratório de Paleoecologia, com valências em Geoarqueologia, Paleoecologia Vegetal e Documentação. Este “embrião” foi, em 1995, transferido para o Museu, Laboratório e Jardim Botânico/Museu Nacional de História Natural (Mateus, 2003, p. 22-23; Zilhão, 2003, p. 15; Anexo 94). Na sequência dos esforços desenvolvidos durante muito tempo por diversas personalidades e

instituições da Arqueologia nacional, em 1986 começou a funcionar o Laboratório de Radiocarbono de Sacavém (Jorge e Jorge, 1996a, p. 147; Jorge, 2000b, p. 162; Zilhão, 2003, p. 15), no Instituto Tecnológico e Nuclear. Entre esse ano e meados dos anos 90, o IPPC e, posteriormente, o IPPAR¹ financiavam anualmente um conjunto de datações, mediante apresentação prévia de pedidos pelos arqueólogos (AAVV, 1987, p. 182-184).

Os estudos arqueocientíficos e arqueométricos foram muito impulsionados a partir de 1997 pela acção do IPA. No prólogo da lei orgânica deste instituto (Anexo 33) lia-se que “a gestão do património arqueológico em todas as suas vertentes é indissociável do apoio à investigação científica, apoio tanto mais necessário quanto, hoje em dia, a exploração adequada da informação arqueológica exige crescentemente o recurso a métodos derivados da física e das ciências naturais, competindo à administração central, na situação presente, desempenhar um papel de forte impulsionador do respectivo desenvolvimento”. As suas competências incluíam “incentivar, através da celebração de protocolos e de outras figuras jurídicas de cooperação, o recurso às unidades de investigação em ciências naturais e exactas, aplicadas à arqueologia” (Orgânica do IPA, Anexo 33). E foi pela via de protocolos de colaboração que, num primeiro momento, o IPA deu seguimento a esta linha de actuação, nomeadamente com o Museu Nacional de História Natural¹⁷⁴ e com o Instituto Tecnológico e Nuclear¹⁷⁵ (Zilhão, 2003, p. 15).

No final de 1999, é criado, como estrutura informal do IPA, o *Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências* (CIPA) que, para além do desenvolvimento de projectos próprios, se propunha dedicar significativamente à “colaboração em projectos de investigação no âmbito do PNTA e a actividades de prestação de serviços”, ou seja, ao apoio à investigação arqueológica nacional (Anexo 94; Mateus, 2003, p. 26-28 e 31-32). Sobre a muito significativa acção do CIPA entre 1999 e 2003 pode consultar-se a monografia *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Mateus e

¹⁷⁴ Foi aberto um concurso para realização de estudos arqueocientíficos em Arqueobotânica e Paleoecologia em 1998 (Anexo 42).

¹⁷⁵ Relativamente à colaboração entre o IPA e o ITN, foram abertos concursos para realização de estudos arqueométricos (datação, metais e ligas metálicas e cerâmicas) em 1998, 1999, 2001, 2003 e 2004 (Anexo 42).

Moreno-García, 2003). Deve salientar-se que entre os objectivos desta estrutura se pretendia alcançar um efeito “multiplicador”, ou seja, desejavelmente, a criação do CIPA originaria “a replicação de equipas de características semelhantes” (Zilhão, 2003, p. 16).

A formalização do CIPA como serviço dependente do IPA foi planeada desde a sua criação em 1999 (Zilhão, 2003, p. 16) e contou com o acordo político dos Ministérios da Cultura e da Ciência. Entre 2000 e 2002, o IPA desenvolveu intensos esforços no sentido de alterar a sua lei orgânica e assim constituir formalmente o CIPA (Anexo 46), objectivo nunca concretizado e definitivamente abandonado com o anúncio da extinção do IPA em Maio de 2002. Contudo, os propósitos programáticos – “uma transformação radical do panorama científico da arqueologia portuguesa” (Zilhão, 2003, p. 16) - terão sido em grande parte alcançados (Valera, 2005, p. 152), destacando-se a constituição de colecções de referência, nomeadamente de Arqueozoologia (mamíferos, aves, répteis e peixes) e de Arqueobotânica (palinoteca, carpoteca, antracoteca e xiloteca). Com a extinção do IPA em 2007, esta estrutura adoptou a designação de LARC e manteve o estatuto informal no quadro do IGESPAR (Anexo 52) e da DGPC2 (Anexo 57). Em 2011, o LARC associou-se ao CIBIO, *Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos*, através da assinatura de um protocolo celebrado entre a DGPC2 e aquele centro de investigação.

A interacção entre a estrutura CIPA/LARC e a comunidade arqueológica decorreu essencialmente através de concursos para realização de estudos arqueocientíficos¹⁷⁶ de que resultaram centenas de colaborações entre arqueólogos e arqueocientistas e a integração no processo de investigação e publicação destes estudos, de forma e com impacto ainda não devidamente estudados. Pode contudo afirmar-se que, vinte anos após a criação do CIPA, os estudos arqueocientíficos em Portugal apresentam um panorama muito distinto, com a integração de arqueocientistas em universidades e centros de investigação e respectivos laboratórios e das arqueociências nos planos curriculares.

¹⁷⁶ Foram abertos concursos para realização de estudos arqueocientíficos (Arqueozoologia, Paleobotânica, Geoarqueologia, Paleo-osteobiologia Humana, Tecnologia Lítica) em 1999, 2001, 2002, 2012 e 2014 (Anexo 42).

Outro instrumento importante no apoio à investigação desenvolvido pelo IPA, entre 1998 e 2005, foi a política editorial e, a correspondente gestão, manutenção e implementação da *Biblioteca de Arqueologia*. Esta linha de acção procurava responder ao défice de publicação científica há muito sentido na Arqueologia portuguesa. A linha editorial do IPA era constituída pela Revista *Portuguesa de Arqueologia*¹⁷⁷ e pela pré-existente série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*¹⁷⁸. A *Biblioteca de Arqueologia* é a maior e mais completa biblioteca pública de Arqueologia existente em Portugal, constituindo verdadeiramente uma biblioteca nacional de Arqueologia. O seu acervo original era constituído pela antiga biblioteca da Delegação em Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, cedida pela República Federal da Alemanha ao Estado Português em 1999. Após a transferência para a gestão do IPA, esta biblioteca foi sendo aumentada pelo regime de permutas instituído com base nas edições do IPA já referidas. Com o mesmo objectivo e atendendo à diminuição drástica de edições verificada sob gestão do IGESPAR e da DGPC2, o RTA/2014 impôs uma norma de “depósito legal” determinando que de todas as publicações (monográficas ou contribuições) sobre arqueologia portuguesa seja depositado um exemplar na *Biblioteca de Arqueologia* (medida cujo cumprimento efectivo na foi ainda aobjecto de avaliação).

A diminuição significativa da actividade arqueológica de investigação registada entre 2005 e 2014 ocorreu simultaneamente ao crescimento da Arqueologia preventiva em Portugal. A diversificação das formas de trabalhar em Arqueologia pode ser uma das explicações para estes dados. Não pode contudo esquecer-se que o financiamento é um dos aspectos críticos da investigação arqueológica em Portugal (ponto 7.9.). A inexistência de um modelo estruturado de gestão e financiamento é incompatível com a prática científica, nos moldes em que hoje é praticada. É certo que a investigação arqueológica tem outras formas e fontes de apoio, nomeadamente os integrados no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, que não são contudo dirigidas especificamente às intervenções de campo, nem são universalmente acessíveis a toda a comunidade arqueológica. Neste contexto, urge desenvolver políticas públicas que

¹⁷⁷ Até 2020, foram publicados 19 números da *Revista Portuguesa de Arqueologia*, pelo IPA, cinco pelo IGESPAR e 8 pela DGPC2.

¹⁷⁸ Até 2020, foram publicados 4 volumes da série monográfica *Trabalhos de Arqueologia* pelo IPPC, 5 pelo IPPAR1, 40 pelo IPA, 4 pelo IGESPAR e 1 pela DGPC2.

alterem o incipiente panorama nacional no que à investigação arqueológica diz respeito, considerando a profunda relação existente entre esta e a actividade arqueológica.

Para uma mais completa caracterização quantitativa da actividade arqueológica de investigação em Portugal deveriam ser analisados os indicadores de produtividade científica que gera, nomeadamente, a publicação científica. Infelizmente, no âmbito do presente trabalho não foi possível empreender esta tarefa.

O défice de publicação científica é considerado um dos problemas estruturais e crónicos da Arqueologia portuguesa (Jorge, 1982b, p. 1-2; Alarcão, 1989, p. 90; Martins e Lemos, 1989, p. 105; Silva, 1989b, p. 95; Silva, 1998a, p. 17; Lemos, 1992, p. 54). Muito embora o panorama pareça ter melhorado nos anos 80 e 90 do século XX (Jorge, 2000b, p. 162; Fabião, 2000, p. 270), permanece deficitário no século XXI (Silva, 2008b, p. 19), nunca se tendo concretizado uma área de mercado para a publicação científica (Zilhão, 2000a, p. 9).

Convém ter sempre presente que uma parte considerável da investigação arqueológica desenvolvida com base em trabalhos de campo não incide exclusivamente (nem talvez essencialmente) sobre projectos e trabalhos de categoria A – Investigação, decorrendo de todas as categorias da actividade arqueológica, nomeadamente da mais abundante, a categoria C – Preventiva.

Desde os primeiros alvares da Arqueologia preventiva em Portugal registou-se a preocupação em garantir que o carácter científico da actividade arqueológica seja comum a todos os trabalhos realizados, independentemente da sua categoria (Jorge, 1989, p. 111; Silva, 2003b, p. 126). “A Arqueologia é uma actividade científica, mas o seu grande crescimento em Portugal operou-se “para fora do plano estrito da investigação” (Oosterbeek, 2007, p. 91-92). A verdade é que a conciliação entre a arqueologia preventiva nos moldes em que esta é praticada em Portugal e a investigação é extraordinariamente difícil (Jorge e Moure Romanillo, 2000, p. 18; Silva, 2003b, p. 125-126; Silva, 2005a, p. 18) e a proposta de separação das esferas da investigação fundamental e da investigação aplicada (Jorge, 1989, p. 112; Jorge e Jorge, 1996a, p. 145; Zilhão, 2000a, p. 7) não parece ser concretizável na prática.

7.8.2. Valorização de sítios arqueológicos

Ao nível normativo, a Convenção de Malta (1992, ratificada em 1997) (Anexo 40) obriga os Estados signatários a “desenvolver medidas que visem a protecção física do Património arqueológico, prevendo a conservação e a manutenção do Património arqueológico, de preferência no seu local de origem”, durante e após as escavações, mesmo quando identificados na sequência de obras. Devem ser tomadas medidas de preservação, conservação e gestão adequadas dos testemunhos do Património arqueológico, promovendo o respectivo acesso do público e “acções educativas com o objectivo de despertar e desenvolver junto da opinião pública a consciência do valor do património arqueológico para uma melhor compreensão do passado e dos perigos que ameaçam este património”. A mesma convenção determina a obrigação de promoção do “acesso do público a testemunhos importantes do seu património arqueológico, nomeadamente dos sítios, e a de encorajar a exposição pública de objectos arqueológicos seleccionados”.

A Convenção de Faro (2005, ratificada em 2008)¹⁷⁹ coloca “a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural”. Cada pessoa tem o direito de beneficiar e se envolver com o património cultural da sua escolha “como expressão do direito de participar livremente na vida cultural, consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

Ao nível da legislação nacional, a LPC/85 (Anexo 21) decretava que a “protecção, conservação, valorização do património cultural deverão ser consideradas obrigatórias no ordenamento do território” e que “o Governo apoiará acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional”. A LBPC/2001 (Anexo 49) determina que a política do Património visa assegurar a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural. O “Estado protege e valoriza o Património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da

¹⁷⁹ Na sequência de outras cartas internacionais relevantes como Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios do ICOMOS (1964), a Carta de Bruxelas (1976), carta do México (1999) e ainda a Carta de Québec (2008).

independência e da identidade nacionais”. A divulgação, sensibilização e animação são consideradas “componentes do regime geral de valorização dos bens culturais”.

Na regulamentação da actividade arqueológica, as problemáticas da valorização e fruição pública estavam ausentes nos diplomas de 1960 (Anexo 6) e 1978 (Anexo 14). O RTA/99 (Anexo 47) já fazia eco das preocupações crescentes sobre “o abandono e degradação de muitos sítios arqueológicos”. No prólogo do diploma era referido que “realização de trabalhos que se preveja virem a resultar na colocação a descoberto de estruturas arquitectónicas importantes será condicionada à demonstração da existência de planos e meios para fazer face aos graves problemas de protecção e conservação que sempre se levantam nestes casos”. Como já foi mencionado, à valorização de sítios e monumentos este regulamento atribuiu uma categoria específica de trabalhos arqueológicos, a B. Nos relatórios finais passou a ser obrigatória a apresentação das “medidas de protecção, conservação e restauro que tenham sido tomadas” durante os trabalhos. Finalmente, o RTA/2014 (Anexo 60) afirma que “a divulgação dos resultados de trabalhos arqueológicos, nas vertentes da sensibilização e educação patrimonial, decorrem de uma responsabilidade do arqueólogo e devem constituir uma oportunidade de aproximação da disciplina científica aos cidadãos. Obriga os directores científicos de trabalhos arqueológicos a prever “um plano de divulgação pública dos resultados a desenvolver junto da comunidade, com vista à sensibilização e educação patrimonial, bem com a descrever a sua execução no relatório final dos trabalhos”, aprofundando a noção de que o arqueólogo é um interlocutor privilegiado entre o conhecimento do passado e as comunidades (Coelho, 2020, p. 27).

O Código Deontológico da APA (aprovado em Assembleia Geral em 10 de Maio de 1997) atribui ao arqueólogo a “responsabilidade primordial de assegurar o estudo e divulgação do património arqueológico”. “O arqueólogo tem o dever de tomar medidas no sentido de informar o grande público acerca dos objectivos e métodos da arqueologia e dos resultados dos trabalhos que desenvolve, da forma mais apropriada e utilizando as técnicas de comunicação ao seu dispor mais adequadas, promovendo assim a salvaguarda e valorização do património arqueológico”. Estas obrigações resultam do respeito que é devido em primeiro lugar à comunidade local que deve ser comprometida activamente na salvaguarda do Património arqueológico.

Como foi já referido (ponto 7.4.), os trabalhos e projectos de valorização (desde 1999, de categoria B) integram acções de valorização programadas (musealização, integração arquitectónica, implantação de infra-estruturas de apoio à visita, integração em percursos ou roteiros, etc.) visando a divulgação e fruição pública do Património arqueológico, com vista à sensibilização e educação patrimonial. Foram analisados 936 trabalhos arqueológicos (3% do total) e 371 projectos de valorização (4% do total).

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria B - 936
Projectos de Valorização - 371

A evolução da actividade arqueológica de valorização de sítios e contextos arqueológicos (trabalhos e projectos), ao longo do período em estudo, relevou uma tendência de crescimento absoluto entre 1970 e 2004, seguida de uma fase de diminuição entre 2005 e 2014.

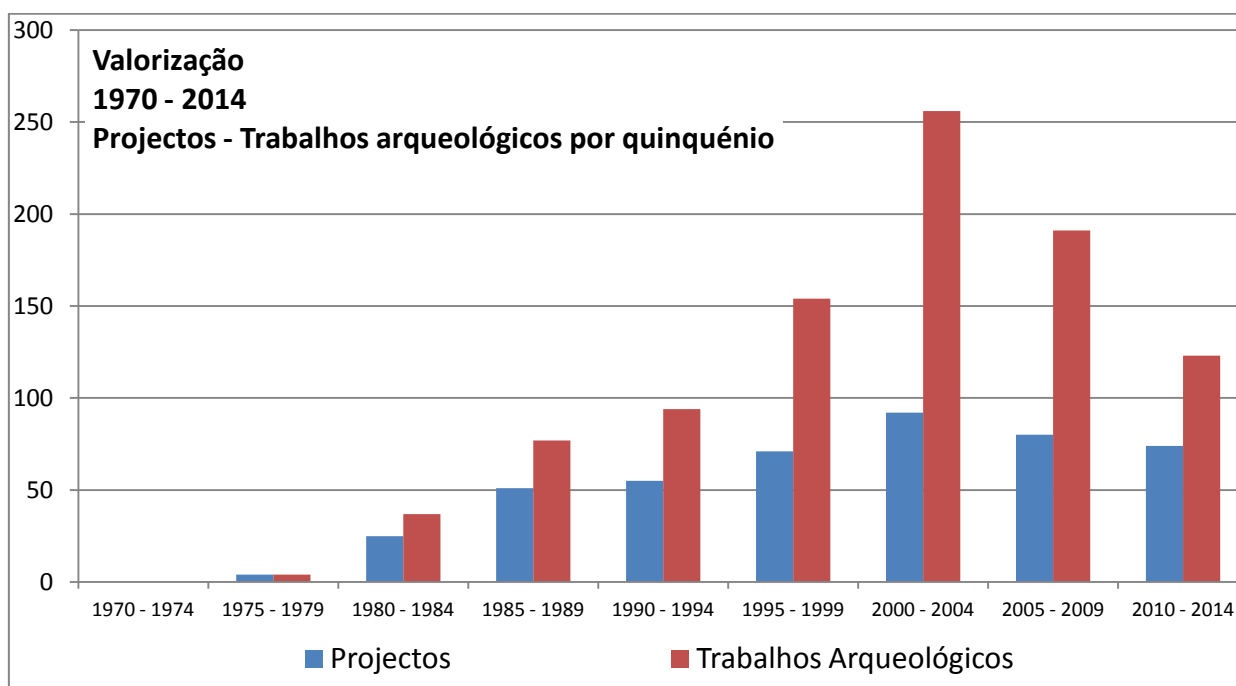


Gráfico 204: Arqueologia de Valorização, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Quanto ao tipo de trabalho, como já foi referido (ponto 7.5.1.), nesta categoria, predominam as acções de conservação e restauro, seguidas da escavação, do acompanhamento, da prospecção e do levantamento. Os trabalhos de conservação e restauro, largamente maioritários, têm uma evolução quinquenal semelhante ao total.

As escavações revelam uma tendência de ligeiro crescimento ao longo de todo o período em estudo.

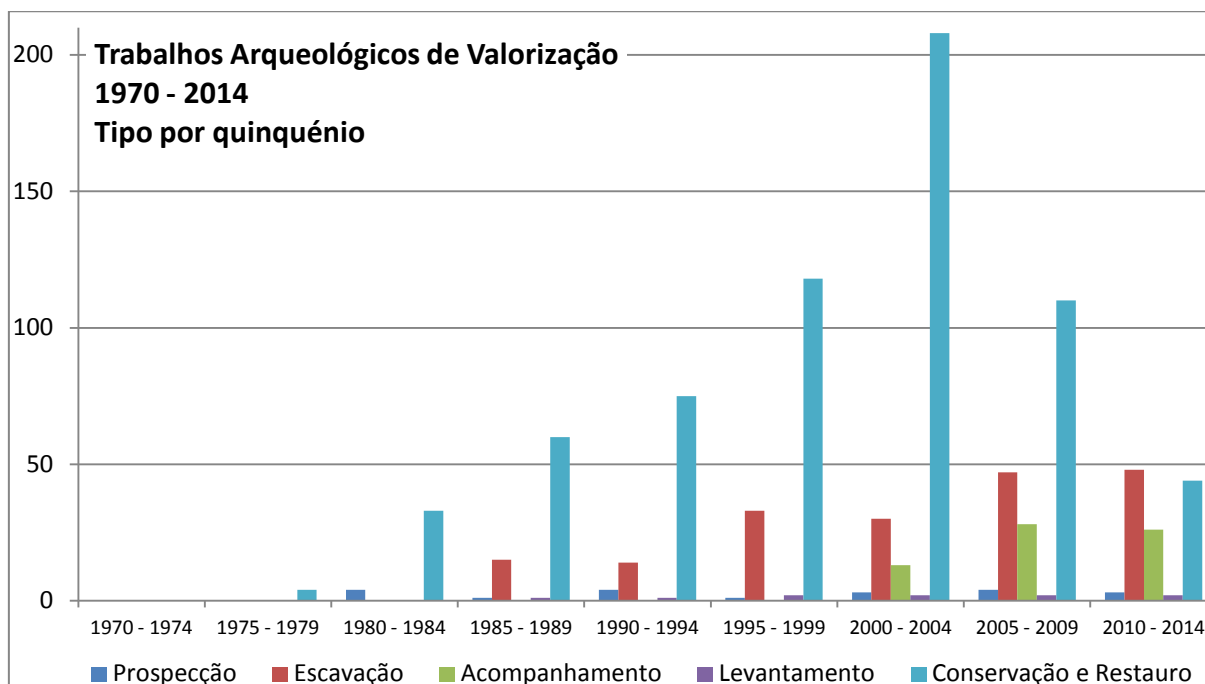


Gráfico 205: Trabalhos Arqueológicos de Valorização, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.

Os trabalhos de valorização parecem assumir maior relevância no Alentejo e no Norte. Ao nível do número de trabalhos realizados, o Alentejo e o Algarve registam uma evolução semelhante à nacional. Nas regiões Norte (principalmente) e Centro, a tendência de aumento do número de trabalhos realizados prolonga-se até 2009, registando-se uma quebra no quinquénio de 2014-2014. Na região de Lisboa e Vale do Tejo verifica-se uma quase ausência de intervenções ente 1970 e 1984; entre 1985 e 1989, a realidade muda; e entre 1990 e 2014, o número de trabalhos de valorização cresce consistentemente.

Confrontados os dados da actividade arqueológica com a distribuição regional dos sítios efectivamente valorizados (Raposo, 2016, p. 72-73), os resultados são divergentes. A maioria dos sítios visitáveis em Portugal situa-se na região Centro (31%), seguindo-se o Norte (26%), Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo (com 19% cada) e o Algarve (6%).

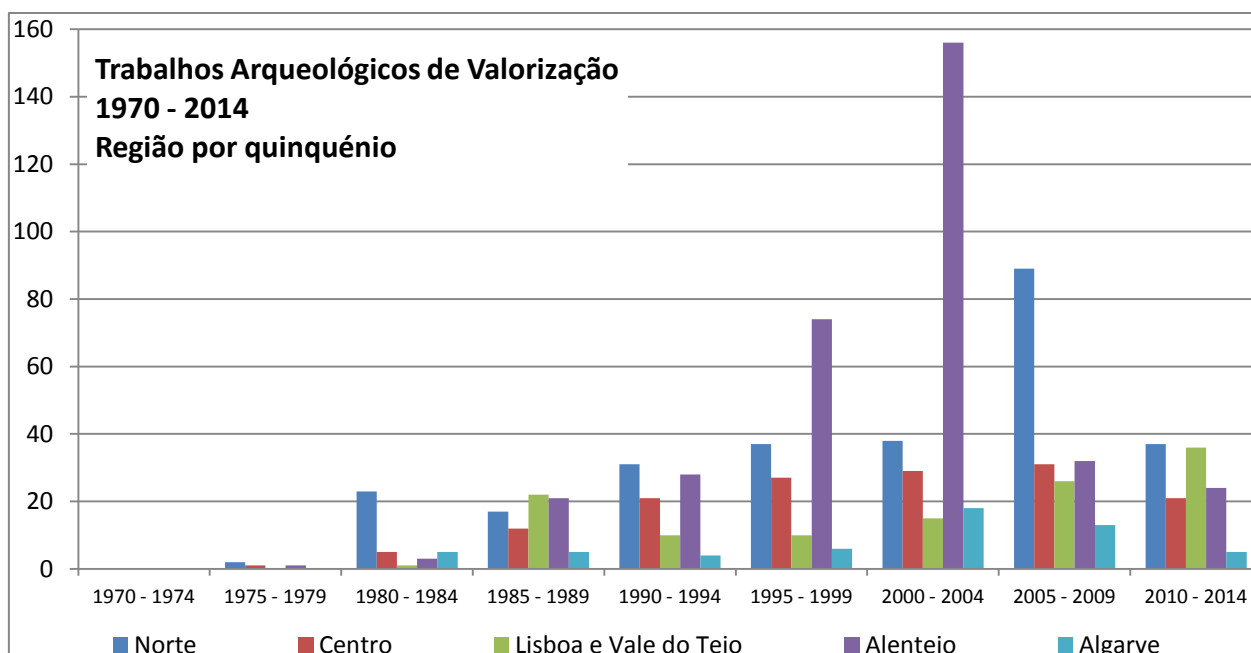


Gráfico 206: Trabalhos Arqueológicos de Valorização, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

Os trabalhos desta categoria são enquadrados essencialmente pela administração pública local, a que se segue a central, as empresas de arqueologia e as universidades e unidades de investigação portuguesas (ponto 7.7.1.). Entre 1980 e 1990, a valorização de sítios e monumentos arqueológicos é essencialmente protagonizada pela administração pública central. Entre 2000 e 2009, o maior número de trabalhos de valorização são enquadrados por autarquias locais. O número de trabalhos de valorização com enquadramento de empresas de arqueologia aumenta entre 1995 e 2014, sendo este o tipo de entidade com maior número de intervenções nesta categoria, no último quinquénio em estudo (Gráfico 207).

Embora a valorização de sítios arqueológicos em Portugal venha registando avanços muito significativos (Raposo, 2016), a actividade arqueológica daí decorrente diminuiu desde 2005. Admite-se, em tese, que a valorização de um sítio nem sempre implique acções compagináveis com a figura de trabalho arqueológico. Também é certo, como já foi mencionado, que muitos projectos têm um carácter “misto” (por exemplo investigação-valorização, ou preventivo-valorização), o que poderá contribuir para uma sub-representação da categoria B – Valorização.

No âmbito de projectos de categoria B, desenvolveram-se essencialmente trabalhos de conservação e restauro e, em menor proporção, escavações. Aparentemente, este tipo de projectos regista incidência superior na região Norte, com excepção do período

entre 1995 e 2004, durante o qual prevalecem os projectos alentejanos, provavelmente como consequência do programa “Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve” (AAVV, 2001; Pereira, 2001; Lacerda, 2003; Parreira, 2007a; Parreira, 2007b). O nível de incidência regional da actividade arqueológica de valorização não tem correspondência directa com a concentração maior ou menor de sítios arqueológicos visitáveis.

O empenho na valorização de sítios arqueológicos transitou da administração pública central que assumiu a liderança destes projectos durante o século XX, para as autarquias (Gonçalves, 1980a, p. 52), e no final do período em estudo, passou a ser predominantemente contratada a empresas de arqueologia (Zilhão, 2000a, p. 9). A valorização de sítios constituiu, nos anos 80, uma das linhas de actuação do IPPC. Durante a existência deste Instituto, grande parte das competências operacionais em Arqueologia, nomeadamente a de promoção de acções de valorização de Património arqueológico, era desenvolvida pelos seus SRAZ. Esta tendência de desconcentração nos trabalhos de valorização acentuou-se na década de 90, com o aumento de protagonismo das autarquias locais, sublinhando o necessário carácter de proximidade desta área da actividade arqueológica.

Relativamente ao período histórico dos vestígios musealizados, muitos têm carácter diacrónico (Raposo, 2016, p. 73), sendo notória a diferença entre as realidades de elevado potencial para o conhecimento científico e as realidades “valorizáveis” ou com potencial expositivo. Os sítios valorizados da pré-história antiga e do período romano estão sub-representados em relação à investigação. Os sítios valorizados da pré-história recente e da proto-história têm representação próxima nos processos de investigação e valorização. Os vestígios valorizados medievais e das épocas moderna e contemporânea estão sobre-representados em relação à investigação.

Em termos históricos, a valorização de sítios arqueológicos em Portugal terá começado no final do século XIX, com a valorização do templo romano de Évora (Fabião, 2011, p. 82-83) e da Citânia de Briteiros, em Guimarães (Fabião, 2011, p. 129). Na sequência das escavações efectuadas desde o século XIX, a cidade romana de Conimbriga tornou-se visitável a partir 1930 (Fabião, 2011, p. 173). Em 1962, no âmbito do projecto luso-francês (Universidade de Bordéus e Universidade de Coimbra) aí desenvolvido, foi

fundado o Museu Monográfico de Conimbriga, considerado um equipamento museológico modelar e exemplar em Portugal (Wiseman, 1982, p. 405). Durante parte considerável do século XX, as intervenções de recuperação de monumentos estiveram sob responsabilidade da DGEMN, que as encarava como “obra” e, geralmente, não incorporou a perspectiva arqueológica na elaboração dos seus projectos nem na sua implementação (Silva, 1999a, p. 136), nem dedicou actividade relevante ao Património arqueológico (Fernandes, 2001).

Com pontuais e honrosas excepções, a reduzida actividade de valorização de sítios arqueológicos desenvolvida nos anos 70 decorreu, esporadicamente, no âmbito de “obras” de restauro, conservação, reparação, consolidação e recuperação. No final da década, existia uma “prática (...) que é o abandono da estação ou do monumento arqueológico pelos seus escavadores após os trabalhos, o que conduz irremediavelmente à sua degradação ou, em muitos casos, à sua destruição total” (Anexo 65). Havia assim consciência da necessidade de implementação de acções de conservação sobre os sítios arqueológicos objecto de escavação, que foram nesta altura enquadradas nos planos de trabalhos arqueológicos então delineados (ponto 7.8.1.).

No período pós revolucionário surgem reflexões essencialmente académicas e abstractas sobre a função social da Arqueologia (Silva, 1977, p. 5), propondo-se acções de divulgação e animação junto da população (Silva, 1977, p. 7), divulgando os resultados dos trabalhos arqueológicos de forma a contribuir para a formação das mentalidades revolucionárias (Silva, 1977, p. 5) e para alcançar uma sociedade mais progressista e justa (Silva, 1977, p. 6). Ao Património cultural era reconhecido potencial para o ensino da História (Silva, 1977, p. 7) e também económico, através do turismo cultural (Silva, 1977, p. 7).

Nos anos 80, aprofundou-se a consciência sobre a função da Arqueologia como forma de enriquecimento cultural do povo (Gonçalves, 1980a, p. 51). Consolidou-se igualmente a consciência sobre a necessidade de comunicar com o público em geral, não apenas na transmissão de conteúdos históricos e arqueológicos, mas também na vertente da formação, da sensibilização e da cidadania (Jorge, 1985, p. 178-179; Departamento de Arqueologia, 1986; Anexo 73). Era notada a necessidade de

produção de publicações de divulgação não especializada (Alarcão, 1989, p. 90) e da existência de “especialistas” em divulgação arqueológica (Jorge, 1982a, p. 1).

O IPPC, organismo que conjugava competências de gestão da actividade arqueológica com outras de intervenção e valorização em sítios arqueológicos, nomeadamente, classificados, desenvolveu uma importante actividade de valorização de sítios e monumentos arqueológicos, financiando acções de conservação no âmbito dos PNTA anuais (PNTA, 1984, p. 50). No IPPC, as acções de defesa e conservação do património arqueológico (limpeza, vedação e conservação) eram vistas como prioritárias (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 4-5; Silva, 1987, p. 13; Lemos, 1992, p. 56), num traço de modernidade característico deste organismo público (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 13-14). A conservação dos vestígios arqueológicos após a escavação continuava a ser referenciada como uma lacuna e uma necessidade premente (Gonçalves, 1983-1984, p. 13; Silva, 1989b, p. 96; Oosterbeek, 1997, p. 50).

No início dos anos 90, dos 24 sítios afectos ao IPPAR, 23 estariam “praticamente ao abandono” essencialmente devido a problemas de financiamento (Real, 1995, p. 30). Para reverter esta situação, foi proposta a criação de uma linha de financiamento específica para a valorização de sítios arqueológicos classificados (Real, 1995, p. 36). Na mesma altura, já existiam diversas iniciativas municipais de valorização de património arqueológico e já se perspectivava a associação entre esta actividade e o turismo cultural (Real, 1995, p. 32). A valorização do património arqueológico em Portugal continuou a desenvolver-se de forma essencialmente casuística e sem uma estratégia global (Fabião, 1995, p. 89), embora os escassos sítios e monumentos arqueológicos musealizados apresentassem taxas médias de visitantes elevadas (Raposo, 1999, p. 62).

Na sequência do movimento cívico pela defesa da arte rupestre do Vale do Côa, identificada no âmbito do projecto preventivo de construção de uma barragem, foi criado em 1996 o Parque Arqueológico do Vale do Côa¹⁸⁰, com visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre da Canada do Inferno e da Penascosa (Luís, 2008, p. 27), mais tarde alargadas ao núcleo de Ribeira de Piscos. Em 1998, as gravuras rupestres do Vale do Côa foram integradas na lista de património da humanidade da UNESCO, passando

¹⁸⁰ O Parque Arqueológico do Vale do Côa integrou o Ministério da Cultura, o IPA, e o IGESPAR. Actualmente integra a Fundação Côa Parque.

a constituir o único conjunto arqueológico português com essa distinção. Entretanto, em 2001, a LPBC/2001 (Anexo 49) instituiu a figura de “parque arqueológico” como “qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes” (n.º 4 do artigo 74.º). A nível do ordenamento do território, a questão do Côa originou, em 2002, a criação de um novo tipo de plano, o Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, até hoje por concretizar. Em 2010 foi inaugurado o Museu do Côa e, em 2011, Parque e Museu passaram a integrar a Fundação Côa Parque (Real, 2011). Pelas suas características patrimoniais tão específicas, a valorização da arte rupestre do Vale do Côa abriu um novo campo de reflexão sobre a valorização do Património arqueológico em Portugal.

Entre o final dos anos 90 do século XX e o início do XXI, cresce o interesse sobre a conservação e valorização dos vestígios arqueológicos (Pereira, 2001, p. 12). Após um processo de preparação e negociação que se arrastava desde 1993 (Real, 1995, p. 36), o IPPAR, em colaboração com o então Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo, promoveu o programa “Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve” (AAVV, 2001; Pereira, 2001; Lacerda, 2003; Parreira, 2007a; Parreira, 2007b). Também neste caso a valorização do Património arqueológico decorria de uma lógica de aproveitamento económico no sector turístico (Parreira, 2007a, p. 99; Parreira, 2007b, p. 9), mas também numa óptica de desenvolvimento e coesão dos territórios, como marca identitária e como produto de conhecimento e inovação (Pereira, 2001, p. 15; Parreira, 2007b, p. 11). O programa integrava inicialmente onze sítios arqueológicos (posteriormente, treze), contemplando as componentes de investigação (Parreira, 2007b, p. 10), preservação, valorização e divulgação dos sítios, incluindo a criação de infra-estruturas interpretativas e de apoio à visita pública (Fabião, 2011, p. 180). Terá sido o projecto de valorização integrada de Património arqueológico mais extenso desenvolvido em Portugal (pretendia abranger todas as fases e componentes), marcante até à actualidade, não obstante os diversos problemas com que se debateu, nomeadamente ao nível do funcionamento sustentado dos equipamentos então

criados. A concretização do programa “Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve” levantou, numa escala maior, a questão crítica da sustentabilidade dos sítios arqueológicos valorizados (Pereira, 2001, p. 18).

Em 2001, a revista *Al-Madan* promoveu o levantamento nacional de sítios arqueológicos visitáveis, ou seja, de alguma forma, valorizados (Raposo, 2001), tendo registado 300 entradas. Catorze anos mais tarde, este levantamento é actualizado, tendo-se elencado 500 sítios arqueológicos valorizados (Raposo, 2016). Entre os dois inquéritos, para além de outros dados relevantes, concluiu-se que entre 2001 e 2015, dos 300 sítios inicialmente referenciados, 131 já não o eram “porque terão perdido efectivamente condições de visita” (Raposo, 2016, p. 73), o que bem ilustra a complexidade dos problemas relacionados com a sustentabilidade do Património arqueológico valorizado. Em contraponto, em 2015 são referenciados 331 novos sítios valorizados (Raposo, 2016, p. 73), o que representa um acréscimo de mais de 100% em relação ao panorama de 2001. Apesar deste aumento, verifica-se que apenas 1,4% dos sítios arqueológicos inventariados oferecem algum tipo de condição de visita (Diniz *et al.*, 2016, p. 173), ou seja o número de novos sítios visitáveis não é proporcional ao número de novos sítios conhecidos (Diniz *et al.*, 2016, p. 174).

Parece evidente que um tal aumento de visibilidade tem necessariamente de se traduzir numa diferente percepção do Património arqueológico, junto do grande público. Avaliar a dimensão da mudança e caracterizar, nas suas diversas dimensões, a informação e conhecimento que efectivamente passam para a generalidades dos cidadãos e visitantes é um trabalho muito complexo que permanece por empreender. Até porque são muito diferenciados (e possivelmente crescentes, embora não existam estudos sintéticos relativos a visitas a sítios e monumentos arqueológicos a nível nacional, independentemente das instituições que os tutelam) os segmentos de público com acesso aos sítios e bens arqueológicos e toda a informação correlacionada disponível: população local, famílias, grupos ou indivíduos (visitas espontâneas, formativas ou lúdicas), público escolar, turismo nacional e internacional, turismo sénior, etc. (ver a título de exemplo, o caso de Lisboa, em Bugalhão, 2017a).

Como foi referido, um dos aspectos críticos da valorização de sítios e monumentos arqueológicos é o problema da sustentabilidade dos vestígios e equipamentos (conservação, manutenção e monitorização, institucionalização, equipas,

financiamento) que se reveste de grande complexidade e especificidade técnica (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 10-14). Assim sendo, considera-se que deverá, sempre que possível, ser assegurada a relação entre o sítio valorizado e uma estrutura museológica, que garanta estabilidade institucional, gestão técnica e científica, acesso ao espólio e aos dados arqueológicos contextuais do sítio (Parreira, 2007b, p. 11).

Numa abordagem geral sobre a valorização de sítios arqueológicos em Portugal, deve salientar-se a consciencialização progressiva dos arqueólogos relativamente às suas obrigações junto da comunidade, relacionada com conceitos como educação e sensibilização patrimonial, Património arqueológico como pertença colectiva efectiva, direito à fruição pública desse Património e responsabilidade cívica do arqueólogo. Ou seja, para além dos já anteriormente consolidados deveres na esfera da salvaguarda patrimonial e da produção de conhecimento científico, actualmente, considera-se a divulgação dirigida ao “grande público”, ou aos diversos segmentos do público, uma responsabilidade primordial do arqueólogo. Tratando-se de uma temática relativamente arredada do conteúdo funcional tradicionalmente atribuído ao arqueólogo, a sua implementação levanta questões complexas, no âmbito do já muito difícil exercício da profissão na contemporaneidade. A musealização de vestígios arqueológicos, a sua integração arquitectónica em espaço edificado ou exterior, a perpetuação ou demarcação de realidades desaparecidas no território actual, a apresentação pública *in situ* de conteúdos relativos a essas realidades, etc., levantam dificuldades e dilemas, quer aos arqueólogos, quer a todos os outros agentes (proprietários, promotores de obra, autarquias, projectistas, museógrafos e designers, cidadãos, visitantes, etc.) que necessariamente participam nestes processos.

No início do século XXI, conceitos como Arqueologia pública (Diniz *et al.*, 2016, p. 170; Coelho, 2020, p. 28) e retorno social da Arqueologia (Silva, 2003e, p. 150; Lemos, 2007, p. 109; Diniz, 2008, p. 27; Diniz *et al.*, 2016, p. 171) entram definitivamente no léxico arqueológico. O Património arqueológico, mormente o valorizado, é um veículo de educação patrimonial, de aproximação da Ciência aos Cidadãos e Democratização da Cultura (Diniz *et al.*, 2016, p. 171). Um número muito elevado de portugueses relaciona a proximidade com elementos do Património Cultural com uma maior qualidade de vida e com um sentimento de orgulho (Comissão Europeia, 2017). O

turismo *tout court*, principal actividade económica nacional, ou o turismo cultural assumem-se como o principal móbil da actividade arqueológica de valorização. Os sítios transformaram-se num produto de consumo (Agosto e Silva, 2020).

A valorização de Património arqueológico tem decorrido paralelamente à consolidação da Arqueologia como disciplina científica com intervenção na gestão do território, mas também à afirmação dos arqueólogos como grupo profissional e social. Mas tal não significa que pertença aos arqueólogos o poder de decisão sobre um espaço e um bem que é eminentemente público. Valorizar, musealizar, ou mesmo apenas integrar arquitectonicamente uma estrutura arqueológica é sempre, no seu fundamento, uma decisão social e colectiva, ou seja, política, e não apenas do arqueólogo. Aliás, nesta relação entre a Arqueologia e a comunidade, há quem considere que o protagonismo deve ser assumido pelos cidadãos e não propriamente pelo arqueólogo (Coelho, 2020, p. 28).

Importa referir que, para além dos museus de Arqueologia, protagonistas na relação entre Arqueologia e o público, a divulgação do Património arqueológico concretiza-se, hoje mais do que nunca, de diversas formas e em diversos suportes. Destacam-se as iniciativas de contacto directo entre os arqueólogos e o público não especializado, como é o caso das visitas abertas a escavações arqueológicas (Valera, 2008a, p. 17); os percursos e roteiros acompanhados direccionados para o Património arqueológico (oferta que se tem multiplicado) (Valera, 2008a, p. 22); a integração de conteúdos arqueológicos em exposições e catálogos de largo espectro temático; a edição de guias e roteiros turísticos e culturais ou especializados; a publicação e divulgação “conteúdos arqueológicos” na comunicação social; os conteúdos *on line*; os equipamentos lúdicos-interactivos, etc. (Sousa, 2016, p. 148). A divulgação, seja ao nível da produção e conteúdos, seja ao nível do contacto directo com os cidadãos, vem-se afirmando como uma área nova e especializada do trabalho em Arqueologia (Valera, 2008a, p. 10; Sousa, 2016, p. 148).

Mas nada suplanta o contacto directo e material com o sítio arqueológico (Diniz *et al.*, 2016, p. 170). Se os sítios musealizados se multiplicam, tal facto só pode resultar de uma assunção de valor: os bens arqueológicos adquiriram valor acrescido na sociedade portuguesa contemporânea. A discriminação das características desse valor que como sociedade atribuímos hoje aos vestígios do passado é difícil. Valoriza-se o que é mais

raro ou o que corre mais riscos de desaparecimento. Valoriza-se também, de forma mais evidente hoje do que ontem, a diferença. A valorização de sítios arqueológicos é muitas vezes encarada como a criação de uma infra-estrutura turística, factor de distinção e de carácter de um território.

Permanece a questão de fundo: porquê preservar os vestígios do passado? Para obter e perpetuar conhecimento, por necessidade de auto-preservação como comunidade, para (nos) conferir sentido, por respeito pelo passado e pela obra passada, para monumentalizar e sacralizar o passado, por impulso de coleccionismo ou reciclagem, ou por reacção emocional aos restos materiais... Os vestígios enterrados e expostos através da Arqueologia transmitem uma mensagem, quase imediata, de antiguidade, de passado, de presença contínua. Permitem, no fundo, construir identidades locais/regionais plurais, sublinhar as permanências dentro da diferença, sentir a História e, se os arqueólogos souberem cumprir o seu dever, conhecê-la.

7.8.3. Arqueologia Preventiva

Relativamente ao quadro jurídico e legislativo, nos primeiros vinte anos em estudo, na área da salvaguarda, destacou-se a utilização do instrumento “classificação” sobre sítios arqueológicos e a consequente obrigatoriedade de aprovação prévia das intervenções em Património classificado, o estabelecimento de “zonas de protecção arqueológica”, a emissão de “parecer nos aspectos estéticos e de salvaguarda do património cultural sobre projectos de urbanização e de obras públicas” e a implementação da Carta Arqueológica (artigo 19.º, § 1.º, do Regulamento da JNE, Anexo 7; orgânica do IPPC, Anexo 16; LPC/85, Anexo 21).

A LPC/85 instituiu igualmente a figura de “reserva arqueológica de protecção, com carácter preventivo e temporário,” como “lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos” onde deveriam ser promovidos “trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse” (Anexo 21). O Estado devia determinar o acompanhamento de trabalhos por técnicos especializados “em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos”. O artigo 41.º da mesma lei instituía ainda a norma mais relevante para a implementação dos pressupostos da Arqueologia preventiva: “no caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da

topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, deverão obrigatoriamente prever-se os meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos”.

No final dos anos 90, a perspectiva preventiva ganha preponderância na prática arqueológica. A ratificação pelo Estado Português da Convenção de Malta, em 1997 (Anexo 40), já pronunciava a consolidação do conceito de Arqueologia preventiva no regime jurídico português, impondo a inclusão da actividade arqueológica em contexto de elaboração de IGT, na AIA, nas obras e outros empreendimentos com impacte na paisagem e no financiamento ao abrigo do princípio do “poluidor-pagador”. O RTA/99 (Anexo 47) estava profundamente imbuído do programa de implementação da Arqueologia preventiva, característica mantida, no essencial, no RTA/20014 (Anexo 60). O carácter fortemente regulatório do RTA/2014 constitui uma tentativa de resposta às diversas e profundas rupturas decorrentes da forte preponderância da Arqueologia preventiva na actividade arqueológica portuguesa.

A LBPC/2001 (Anexo 49), muito influenciada pela Convenção de Malta, integra diversas disposições fortemente direccionadas para a implantação dos procedimentos de Arqueologia preventiva, como sejam o princípio da “conservação pelo registo científico”, que confere protecção tendencialmente universal ao Património arqueológico, impondo a realização de trabalhos preventivos, em face de qualquer ameaça. A LBPC/2001 confere especial atenção à Carta Arqueológica, aos IGT, à gestão urbanística e, ainda que de forma velada, à AIA, como instrumentos de protecção do património arqueológico. É definitivamente instituído o princípio do “poluidor-pagador” para financiamento desta actividade, abrindo campo para a expansão da Arqueologia comercial.

Finalmente, entre o final do século XX e as primeiras décadas do XXI, a regulação especificamente destinada às intervenções preventivas foi plasmada em diversas Circulares emanadas dos organismos públicos com tutela sobre a Arqueologia (Anexo 15).

Como foi já referido (ponto 7.4.), os trabalhos e projectos preventivos (desde 1999, de categoria C) integram acções de minimização no âmbito da aplicação do princípio da “conservação pelo registo científico” desenvolvidas no âmbito de empreendimentos

com impacte sobre o território. Foram analisados 20.915 trabalhos arqueológicos (75% do total) e 8.016 projectos (83% do total) de Arqueologia preventiva.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria C - 20.915
Projectos Preventivos - 8.016

Ao longo do período em estudo, os projectos e trabalhos arqueológicos preventivos revelam uma acentuada tendência de crescimento entre 1970 e 2009, registando ligeira retracção no quinquénio de 2010-2014. A partir de 1995, devido ao carácter largamente maioritário destas intervenções, a evolução dos projectos e trabalhos preventivos é idêntica à evolução da actividade arqueológica na sua globalidade.

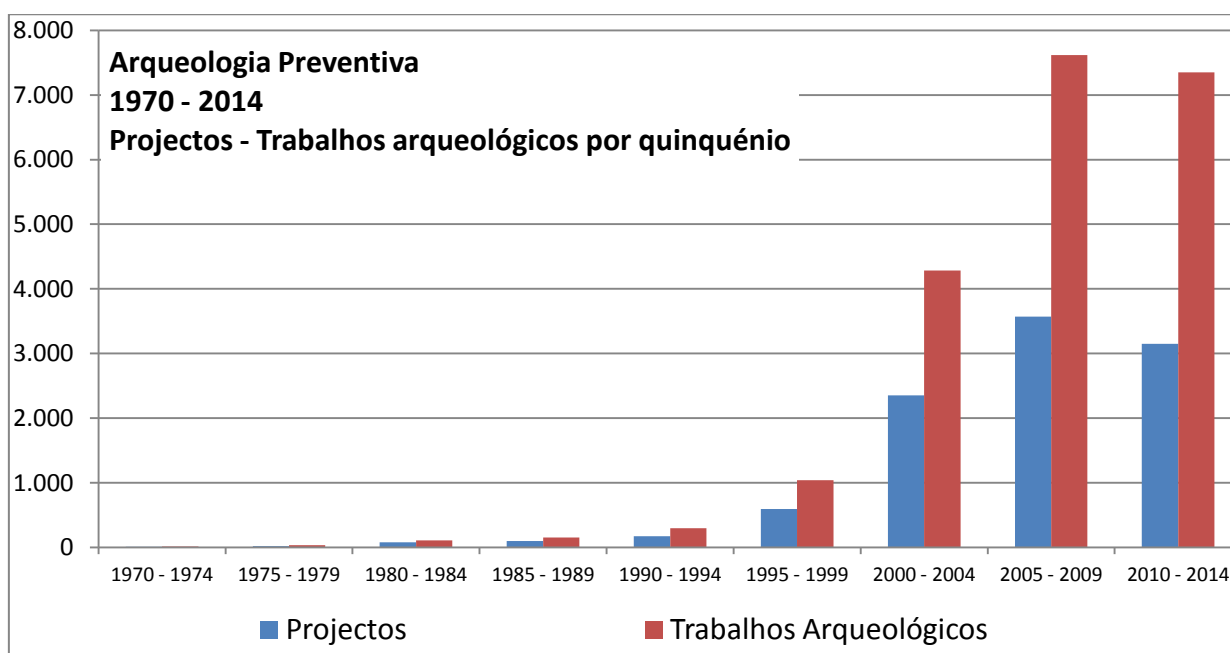


Gráfico 208: Arqueologia Preventiva, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Os projectos e trabalhos que integram a actividade arqueológica preventiva foram tipificados nas seguintes categorias: “Carta arqueológica e ordenamento do território”, “Avaliação de Impacte Ambiental”, “Licenciamento e obras”, “Intervenção e valorização em Património arquitectónico” e “Florestas, agricultura e actividades extractivas” (fora do âmbito de AIA¹⁸¹).

¹⁸¹ A tipologia dos projectos de florestas, agricultura e actividades extractivas no âmbito de AIA é abordada no ponto 7.8.3.b).

Os licenciamentos e obras representam 54% dos projectos preventivos e 48% dos trabalhos arqueológicos preventivos. Os processos de AIA abrangem 37% dos projectos e 45% dos trabalhos. A elaboração de Carta Arqueológica e de IGT, por um lado, as intervenções e valorização em Património arquitectónico, por outro, representam 4% dos projectos preventivos e 3% dos trabalhos arqueológicos preventivos.

Por fim, os empreendimentos florestais, agrícolas e de actividades extractivas (fora do âmbito de AIA) representam apenas 1% dos projectos e menos de 1% dos trabalhos arqueológicos preventivos. Estes projectos não serão objecto de análise quantitativa detalhada, atendendo ao seu reduzido peso quantitativo.

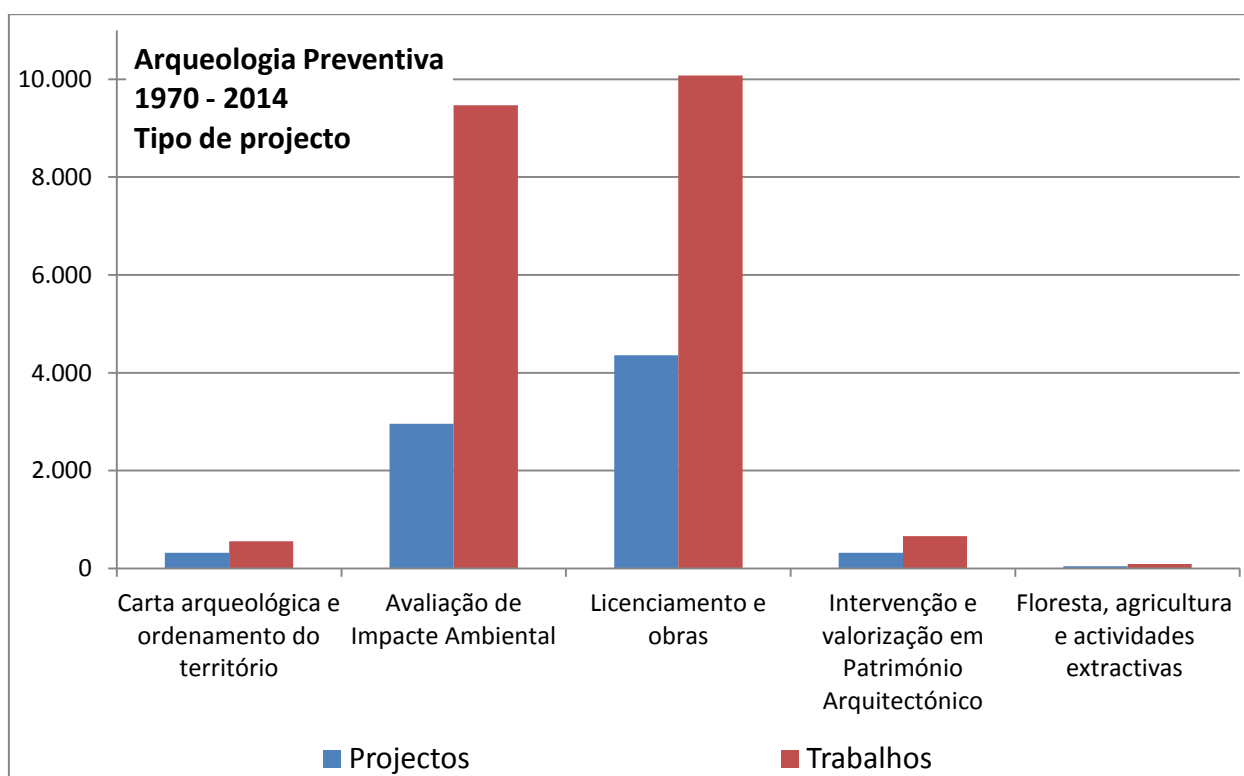


Gráfico 209: Arqueologia Preventiva, 1970 - 2014. Tipo de projecto.

Como já foi referido (ponto 7.4.1.), no universo apurado, os trabalhos arqueológicos preventivos foram constituídos por 42% de acompanhamentos, 35% de escavações, 22% de prospecções, 1% de levantamentos e menos de 1% de acções de conservação e restauro. Ao longo do período em análise, os trabalhos de escavação e prospecção revelaram uma tendência crescente, apenas interrompida no último quinquénio. Os trabalhos de acompanhamento arqueológico surgiram timidamente nos anos 80 do século XX, ganharam grande relevância e aumentaram até ao fim do período estudado.

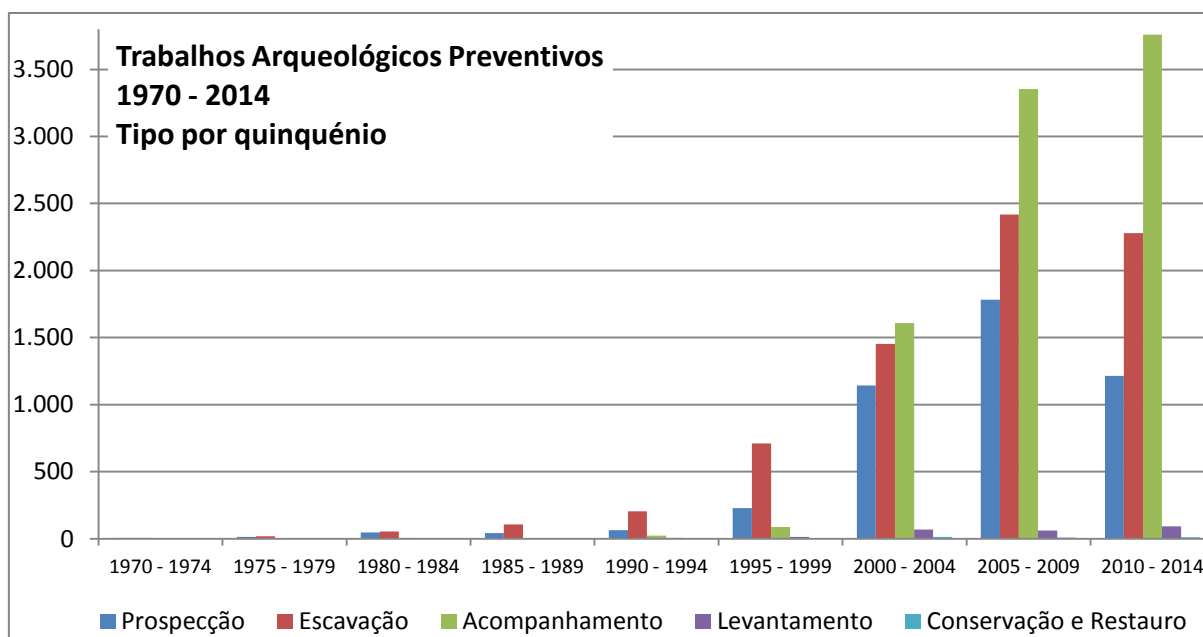


Gráfico 210: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.

Numa análise global, os trabalhos arqueológicos preventivos distribuíram-se por 25% na região Norte, 24% em Lisboa e Vale do Tejo, 22% (cada) no Centro e no Alentejo e 7% no Algarve. Ao longo do tempo, regista-se uma trajectória ascendente no número de trabalhos preventivos realizados nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte. Na região Centro e Algarve observa-se uma retracção no quinquénio 2010-2014, bem como no Alentejo, embora neste caso bastante ligeira.

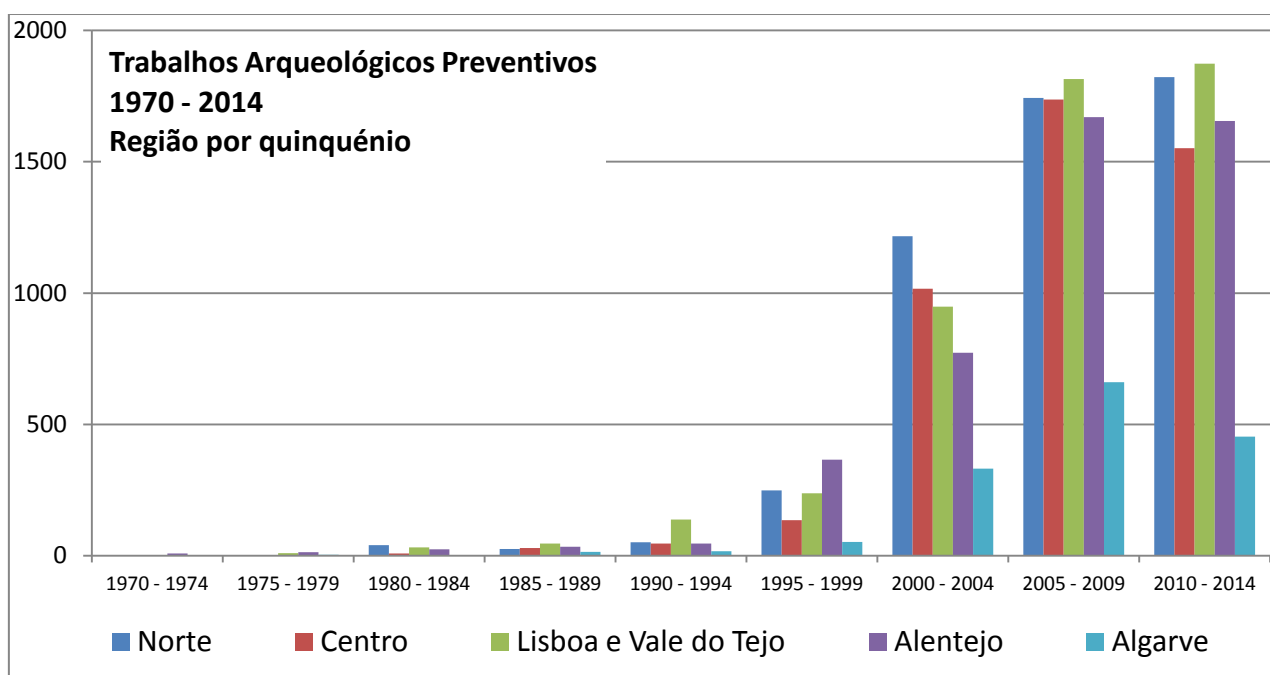


Gráfico 211: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

Como foi atrás mencionado, 61% dos trabalhos preventivos foram enquadrados por empresas de arqueologia e 13% pela administração pública local, para mencionar apenas as entidades enquadrantes mais relevantes. Os trabalhos preventivos sem enquadramento institucional representaram 12%. Como tem sido referido, as empresas de arqueologia iniciaram a sua actividade no quinquénio 1995-1999, registaram um forte crescimento na actividade preventiva durante quinze anos, regredindo nos últimos cinco anos estudados. Observou-se evolução idêntica relativamente aos organismos da administração pública local, embora em escala diferente. Os trabalhos preventivos sem enquadramento institucional demonstraram tendência crescente em todo o período em estudo (Gráfico 212).

Concluindo, em Portugal, considerado todo o período em estudo, a actividade arqueológica preventiva foi largamente predominante, mas tal reflecte, essencialmente, a realidade da segunda metade dos anos 90, quando ocorre um intenso e rápido crescimento desta categoria de intervenções (Bugalhão, 2011, p. 26-27).

Nesta categoria da actividade arqueológica destacaram-se, a nível quantitativo, duas grandes áreas de intervenção, os licenciamentos e obras e os processos de AIA. Na prática arqueológica propriamente dita, os trabalhos preventivos foram constituídos essencialmente por acompanhamentos, escavações e prospecções e distribuíram-se equilibradamente por todo o território nacional continental. Os protagonistas da Arqueologia preventiva foram as empresas de arqueologia, embora a administração pública local também lhe tenha dedicado actividade considerável. Nesta categoria, registou-se também uma forte incidência de trabalhos sem entidade enquadrante, nomeadamente acompanhamentos e prospecções.

A Arqueologia preventiva pode definir-se como a “arqueologia da remoção dos obstáculos que limitam as obras” (Silva, 2003b, p. 125), ou como a Arqueologia de minimização de danos, desenvolvida no âmbito de empreendimentos com impacto sobre o território; corresponde à também chamada Arqueologia de salvaguarda. O conceito de Arqueologia preventiva terá surgido no período de grande desenvolvimento económico após a II Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos

da América e a sua implementação no terreno resultou na definição do princípio do “poluidor-pagador” e no surgimento da Arqueologia comercial, no aumento do volume de actividade arqueológica e do número de arqueólogos profissionais, e nestes, na diminuição do peso relativo da academia (Zilhão, 2000a, p. 6; Silva, 2002a, p. 301).

Em Portugal, a preocupação com a chamada *rescue archaeology* remonta aos anos 70 (Arnaud, 2013, p. 78). No início da década foi concebido e iniciado o primeiro programa preventivo português pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines (Santos, 1973, p. 9; Silva e Soares, 1981, p. 11-12; Jorge e Jorge, 1996a, p. 152; Silva, 2004, p. 39). Tratou-se de uma iniciativa estatal, com traços de modernidade relacionados com o “marcelismo”, com uma vincada componente científica (Silva, 2004, p. 39) e financiamento da JNE (Oleiro, 1974, p. 22). No mesmo sentido surgem propostas de compatibilização das obras com a salvaguarda arqueológica (Viegas, 1975, p. 244; Silva, 1977, p. 8), ou seja de “conciliar as necessidades do desenvolvimento urbano-industrial com as de salvar para o Futuro os testemunhos do Passado, impedindo a destruição de uma importante parcela do nosso património cultural” (Silva e Soares, 1981, p. 12).

Nos anos 80 diversificam-se os projectos de Arqueologia preventiva (Silva, 1994a, p. 91), com especial destaque para o desenvolvido para a Barragem de Alqueva (Wiseman, 1982, p. 403). Este movimento foi acelerado com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1985 (Real, 1993b, p. 303), que acarretou maior desenvolvimento económico e consequente intervenção sobre o território e um pacote legislativo com novas exigências de salvaguarda arqueológica no âmbito de projectos e obras (Silva, 1987, 12, p. 12; Jorge, 1989, p. 111; Anexo 72). Parte significativa dos projectos preventivos foi desenvolvida pelos SRAZ do IPPC (Jorge e Jorge, 1996a, p. 155; Parreira, 2007a, p. 98), sendo financiados pelo PNTA mas também, pontualmente pelos promotores dos projectos que produziam o impacte (Silva, 1994a, p. 90).

Em 1990 estavam já identificados os sectores da actividade económica que careciam de enquadramento no âmbito da Arqueologia preventiva - rede viária, rede de gás natural, rede ferroviária, parques industriais, projectos agrícolas (vinha) e de floresta intensiva (eucaliptos), obras urbanas, empreendimentos turísticos (Arnaud, 1991, p. 13-14). Mas este segmento da actividade arqueológica era ainda integrado na esfera

da Arqueologia da administração pública, juntamente com as emergências e as funções de inventário (Marques, 1994, p. 83). Apesar desta tendência de crescimento inequívoca, só após a total ruptura do modelo de gestão do Património e da actividade arqueológica desencadeada “pela questão do Côa”, foi possível implementar as profundas alterações legislativas e institucionais (nomeadamente a criação e acção do IPA) que, finalmente, criaram um contexto propício à “explosão” da Arqueologia preventiva (Bugalhão, 2011, p. 38-39). No final dos anos 90, o modelo de gestão do Património arqueológico desenvolvido pelo IPA produz uma alteração profunda e rápida na Arqueologia portuguesa, agora claramente orientada para a Arqueologia preventiva (Jorge, 2000a, p. 183; Silva, 2003a, p. 66; Lemos, 2007, p. 107; Raposo, 2010b, p. 365). Na mesma altura iniciou-se o *Plano de minimização de impactes sobre o Património arqueológico do Empreendimento de Alqueva*, projecto de natureza preventiva, mas orientado por premissas e mecanismos próprios dos projectos de investigação (Silva, 2003a, p. 68-69).

No final do século XX começaram a desenhar-se as principais rupturas da nova realidade na actividade arqueológica portuguesa, na qual as intervenções preventivas “esmagaram” quantitativamente as de natureza distinta. Na actividade preventiva, “os ritmos e estratégias da investigação passaram a estar sujeitos a condicionamentos exteriores à própria dinâmica da investigação” (Fabião, 1995, p. 83). No período em estudo, a Arqueologia portuguesa passou progressivamente de um território de investigação para a esfera da prevenção, o que significa que deixou de ser o arqueólogo a definir a agenda de trabalho, para passar a ser a pressão social, sobre o território, a fazê-lo.

Neste contexto, tornou-se notória a dificuldade de conciliar os objectivos da Arqueologia preventiva de salvaguarda (de dados e do Património) com as exigências decorrentes da investigação científica (Zilhão, 2000a, p. 7; Silva, 2003b, p. 125), nomeadamente ao nível da publicação científica (Fabião, 2000, p. 272). O aspecto mais problemático, tanto a nível conceptual, como a nível prático, tem sido a manutenção da produção do conhecimento como fim principal da actividade arqueológica, quando os objectivos e configuração dos trabalhos arqueológicos não são definidos em função de um questionário científico, mas sim impostos pelo projecto de enquadramento. Esta dificuldade, materializada numa desregulação intensa da actividade arqueológica

como um todo, é considerada o “maior drama da arqueologia portuguesa” (Silva, 2003b, p. 126). A implantação da Arqueologia preventiva foi acompanhada pela implantação da Arqueologia comercial, sendo que estas duas vertentes estão fortemente interrelacionadas (Silva, 2003b, p. 124; Silva, 2003e, p. 146; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Rocha, 2015, p. 10).

a) Carta Arqueológica e gestão e ordenamento do território

Uma “Carta Arqueológica” é um repertório de informação estruturada e organizada sobre ocorrências arqueológicas conhecidas e/ou referenciadas, num determinado território, complementada com a respectiva referenciação geográfica. Neste conceito incluem-se (conforme a época de elaboração, contexto e objectivos) desde os simples inventários ou catálogos, até aos avançados e complexos sistemas de informação, passando pela análise de povoamento e território com recurso ao estudo das variantes geográficas, a metodologias de detecção remota, à cartografia digital e à implementação de modelos teóricos a casos concretos. Nesta acepção, o objecto principal da Carta Arqueológica é o conhecimento histórico do território numa perspectiva diacrónica ou sincrónica, perceptível a partir do Património arqueológico imóvel, ou seja, das paisagens, sítios e vestígios.

Numa segunda perspectiva, uma Carta Arqueológica pode ser definida como um instrumento de gestão do Património, entendido como recurso público, comum e finito. Assim, para além da informação técnica e científica, interessa referenciar informação de natureza legal e administrativa. Neste contexto, muitas vezes as Cartas Arqueológicas assumem-se como sistemas de informação e gestão, nos quais o conhecimento sobre a realidade passada constitui a base de um conjunto de procedimentos legais e administrativos, com vista à gestão, protecção, salvaguarda e valorização do Património arqueológico imóvel.

Por fim, numa terceira perspectiva e num momento normalmente decorrente da implementação dos dois conceitos anteriormente descritos, uma Carta Arqueológica é um instrumento complementar de gestão do território, no pressuposto de que o Património arqueológico imóvel é uma parte integrante e não subtraível da paisagem e do território e, assim sendo, a sua protecção e salvaguarda carecem de enquadramento adequado no âmbito dos IGT. Na actualidade, estes diversos conceitos

tendem a coexistir e correspondem, na ordem pela qual foram apresentados, *grosso modo*, à evolução do conceito de Carta Arqueológica (Bugalhão, 2011, p. 28-29).

O ordenamento do território visa a “organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos” (segundo a já revogada Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), designadamente através da “defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico” (Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo).

Ao nível legislativo, em 1932, o Decreto n.º 21.117 (Anexo 5) atribuiu ao Museu Etnológico do Dr. Leita de Vasconcelos a competência de promover o “levantamento” da Carta Arqueológica de Portugal. A mesma competência viria a ser conferida em 1965 à JNE (Anexo 7), em 1980 ao IPPC (Anexo 16), em 1992 ao IPPAR1 (Anexo 24) e em 1997 ao IPA (Anexo 33). A LPC/85 (Anexo 21) não incluía referência à Carta Arqueológica e, no que se refere ao ordenamento e gestão do território, mencionava apenas uma eventual futura definição de regras a aplicar aos espaços urbanos.

A Convenção de Malta (Anexo 40), ratificada por Portugal em 1997, determina no seu artigo 2.º que o regime legal de protecção do património implica a manutenção de um inventário do seu património arqueológico, ou seja de uma Carta Arqueológica. Relativamente aos IGT, a mesma Convenção (Anexo 40), no seu artigo 5.º, determina o dever de promover a “conservação integrada do património arqueológico” no âmbito dos IGT, sendo esta aliás uma das principais directivas da Arqueologia preventiva.

A LBPC/2001 (Anexo 49) define como especial dever do Estado “criar, manter e actualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel” (alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º), ou seja, a Carta Arqueológica. De igual forma determina no seu artigo 79.º que “o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos deverá ser tida em conta na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial”.

Para além da legislação antecedente já referida e de menor relevância neste trabalho, remonta aos anos 80 do século XX o processo de construção do regime jurídico dos

IGT¹⁸² (Silva, 2010, p. 196), reflectindo uma progressiva complexificação conceptual ao nível dos programas e planos. Esta evolução foi muito influenciada pelos normativos europeus que, também desde os anos 80, vêm sendo transpostos para a legislação nacional. Nos anos 90, o regime jurídico dos IGT adquire uma maior explicitação em relação ao património cultural (Silva, 2010, p. 197).

De acordo com regime jurídico progressivamente constituído, o sistema de gestão territorial integra programas (nacionais, regionais e intermunicipais) e planos (municipais, PDM, PU, PP, PP de Reabilitação e PP de Salvaguarda), de âmbito territorial diferenciado e hierarquizado, e ainda instrumentos de planeamento especiais (dirigidos por exemplo, a áreas protegidas, orlas costeiras e Parques

¹⁸² Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio (define as linhas mestras do regime que permitirá a plena utilização do plano director municipal como instrumento do ordenamento do território); Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março (regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território, abreviadamente designados por planos municipais); Decreto-Lei n.º 211/92 de 8 de Outubro (actualiza o Decreto-Lei n.º 69/90); Decreto-Lei n.º 151/95 de 24 de Junho (regula a elaboração e a aprovação dos planos especiais de ordenamento do território, bem como a sua articulação com os planos regionais e municipais de ordenamento do território); Decreto-Lei n.º 176-A/88 de 18 de Maio (regula os planos regionais de ordenamento do território); Decreto-Lei n.º 155/97 de 24 de Junho (procede a ligeiras alterações ao Decreto-Lei n.º 69/90); Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto (estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo); Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro (estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e revoga o Decreto-Lei n.º 69/90); Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro (republica o Decreto-Lei n.º 380/99, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial); Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto (primeira alteração à Lei n.º 48/98); Lei n.º 58/2007 de 4 de Setembro (aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território); Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro (republica o Decreto-Lei n.º 380/99, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial); Decreto-lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro (republica o Decreto-Lei n.º 380/99, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial); Lei n.º 31/2014 de 30 de Maio (estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo); **Decreto-Lei n.º 80/2015** de 14 de Maio (revisão do regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99) (em vigor); **Lei n.º 74/2017** de 16 de Agosto (revisão da Lei n.º 31/2014, Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo) (em vigor); **Lei n.º 99/2019** de 4 de Setembro (primeira revisão da Lei n.º 58/2007, Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (em vigor).

Arqueológicos) e programas sectoriais (por exemplo, Rodoviário, Rede Natura, etc.). Qualquer destes instrumentos, considera o objectivo da salvaguarda e valorização do Património Cultural (e portanto do arqueológico).

Como atrás mencionado, a elaboração de Cartas Arqueológicas e de IGT representam 4% dos projectos e 3% dos trabalhos, preventivos. Foram registados 556 trabalhos arqueológicos e 319 projectos de Carta Arqueológica ou desenvolvidos no âmbito de elaboração IGT. Apesar dos valores quantitativamente modestos, este tipo de projectos tem um carácter multiplicador na actividade arqueológica, como foi referido.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria C - 20.915
Projectos Preventivos - 8.016
Trabalhos Arqueológicos no âmbito de projectos de Carta Arqueológica e IGT- 556
Projectos no âmbito de projectos de Carta Arqueológica e IGT - 319
Processos de IGT acompanhados pela Tutela - 920

Como foi mencionado anteriormente (ver ponto 3.2.3.g) foi efectuado no *Endovélico* um levantamento de dados relativos a processos de elaboração de IGT acompanhados pelas entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia (por exemplo, através da integração de representantes seus nas comissões de elaboração e acompanhamento de IGT), ou em que estas tiveram algum tipo de participação, ou ainda que tiveram actividade arqueológica associada (Bugalhão, 2011, p. 32). Convém referir que os dados apurados e que aqui se apresentam não se encontram registados sistemática e rigorosamente, nem do *Endovélico*, nem em qualquer outra plataforma, pelo que se revestem de carácter meramente indicativo. Por outro lado, nem sempre a intervenção das entidades tutelares nestes processos se concretizou em actividade arqueológica na acepção aqui utilizada.

Foram apurados 920 processos de elaboração e acompanhamento de IGT por parte das entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia. Entre estes encontram-se 40% de planos de pormenor e de pormenor e salvaguarda (PP e PPS), 30% de planos directores municipais (PDM), 18% de planos de urbanização (PU), 11% de programas especiais de ordenamento do território (POE), 1% de programas regionais de ordenamento do território (PROT) e menos de 1% de programas regionais de ordenamento do território (PNOT) (saliente-se que o número reduzido de planos e

programas de âmbito regional e nacional é natural pois, pela sua tipologia, são em muito menor número).

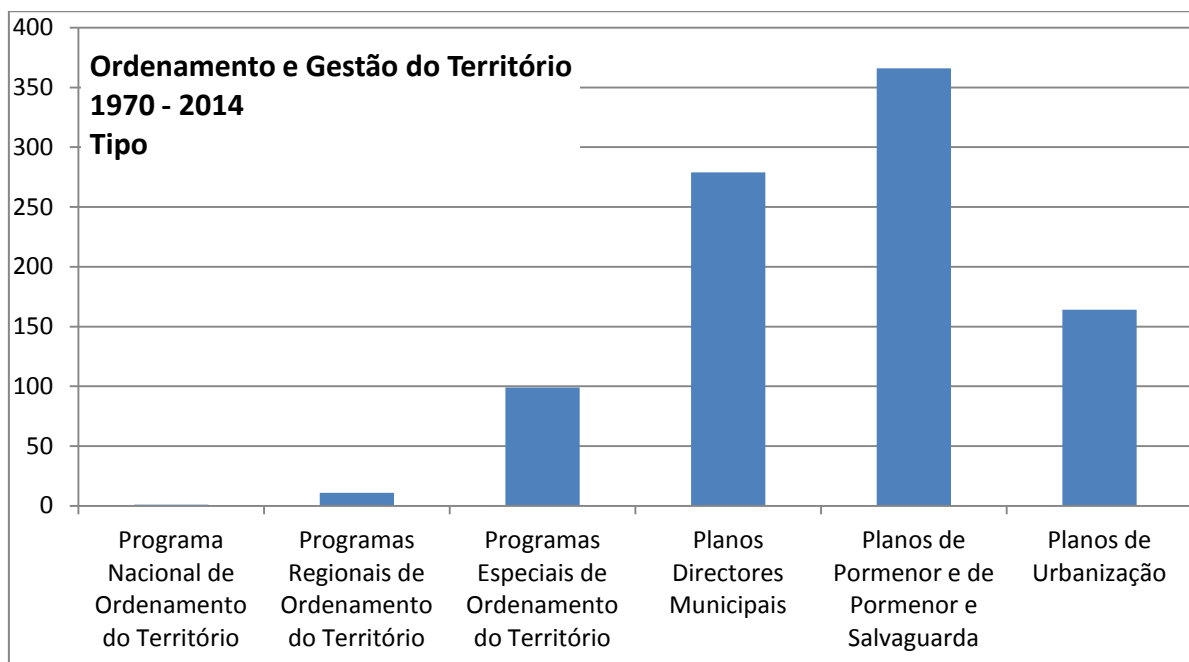


Gráfico 213: Ordenamento do Território, 1970 - 2014. Tipo.

Os processos de elaboração e acompanhamento de IGT por parte das entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia apurados decorreram em 28% na região de Lisboa e Vale do Tejo, 20% no Norte e no Alentejo e 16% no Centro e no Algarve.

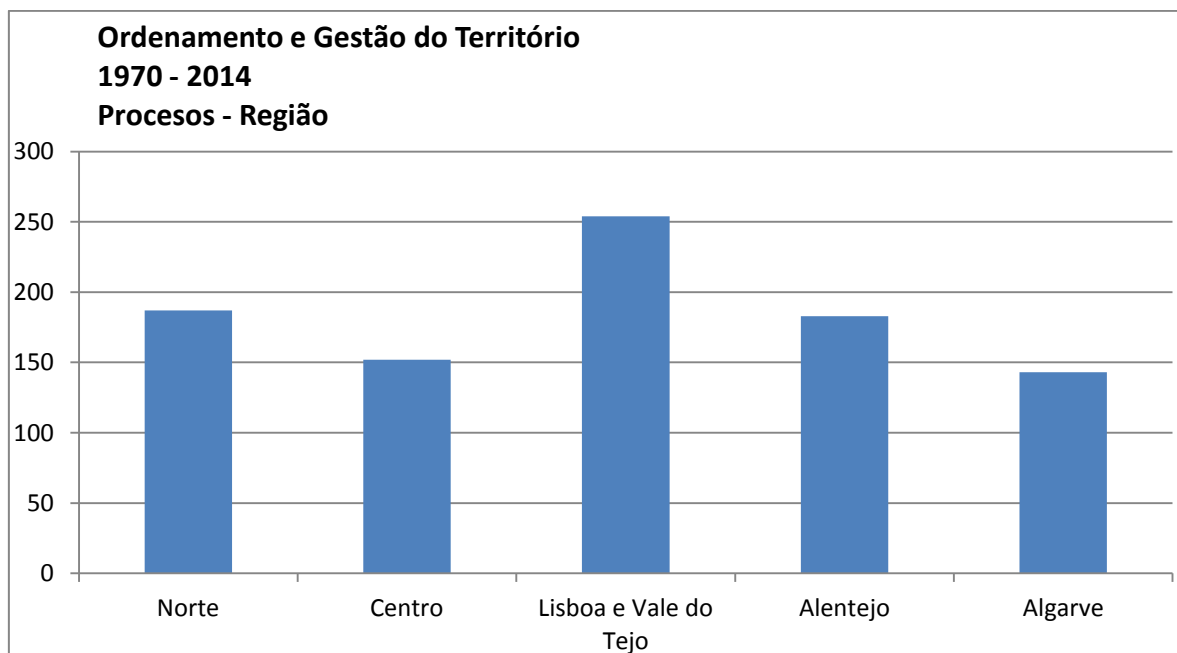


Gráfico 214: Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Processos - Região.

Relativamente à evolução destes processos ao longo do período em estudo refira-se, em primeiro lugar, que a elaboração de IGT é normalmente um procedimento muito demorado, podendo estender-se por vários anos. A participação por parte das entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia nos processos de elaboração e acompanhamento de IGT iniciou-se (essencialmente) em 1995, registando um crescimento contínuo até 2014. Assim, a representação gráfica da componente evolutiva dos IGT efectuar-se-á, por vezes, apenas entre 1990 e 2014.

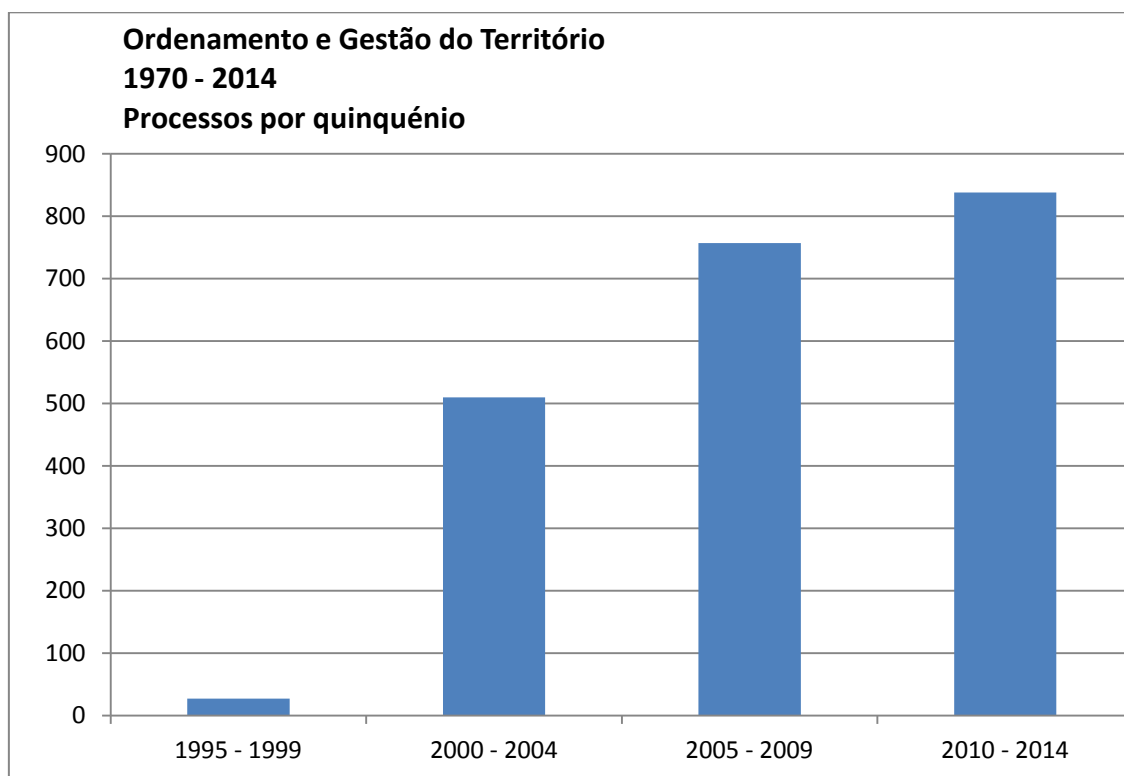


Gráfico 215: Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Processos por quinquénio.

Os projectos e trabalhos arqueológicos no âmbito de Carta Arqueológica e IGT registaram crescimento entre 1970 e 1984. Entre 1980 e 1990 observa-se uma estabilidade nos valores relativos a este tipo de actividade arqueológica, seguida de uma década de forte crescimento. Entre 2010 e 2014, verifica-se uma retracção deste tipo de actividade.

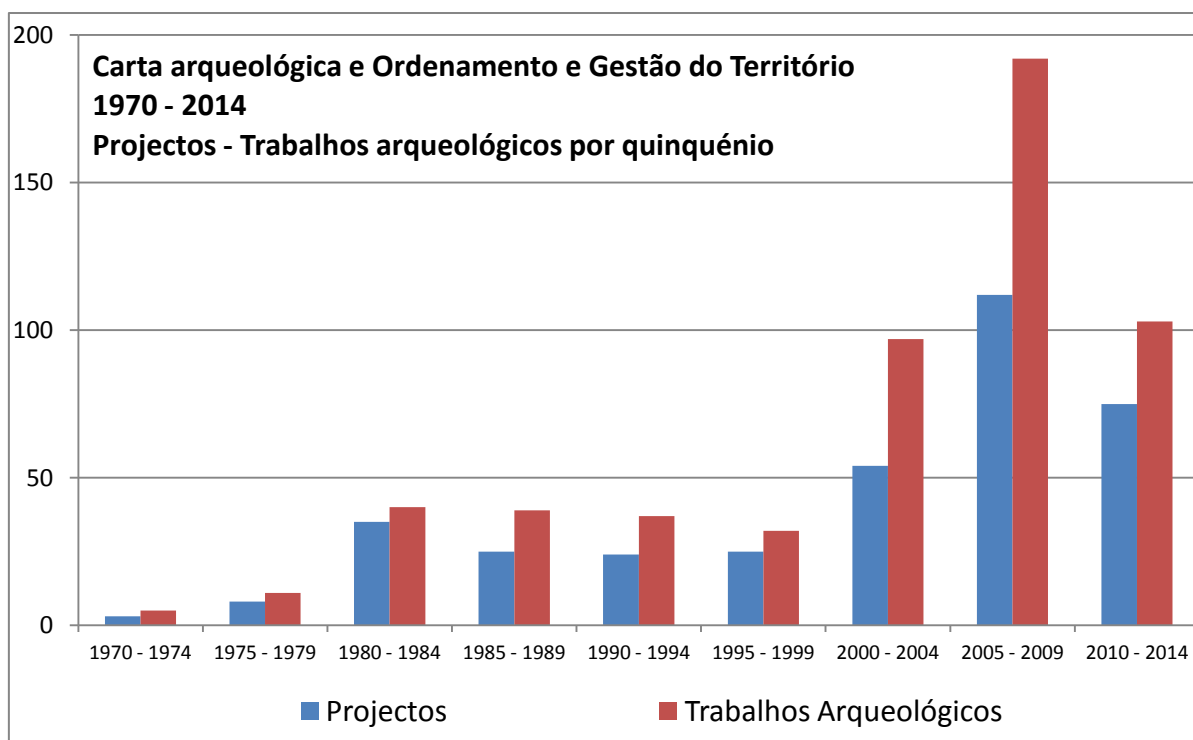


Gráfico 216: Carta arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Como seria expectável a maioria dos trabalhos realizados no âmbito de Carta Arqueológica e IGT são prospecções arqueológicas (77%), seguindo-se as escavações (16%), os acompanhamentos (4%), os levantamentos (3%) e as acções de conservação e restauro (menos de 1%). Na evolução temporal destes vários tipos de trabalho arqueológico há a referir uma maior diversificação tipológica dos trabalhos, com o surgimento do acompanhamento, a partir de 1995.

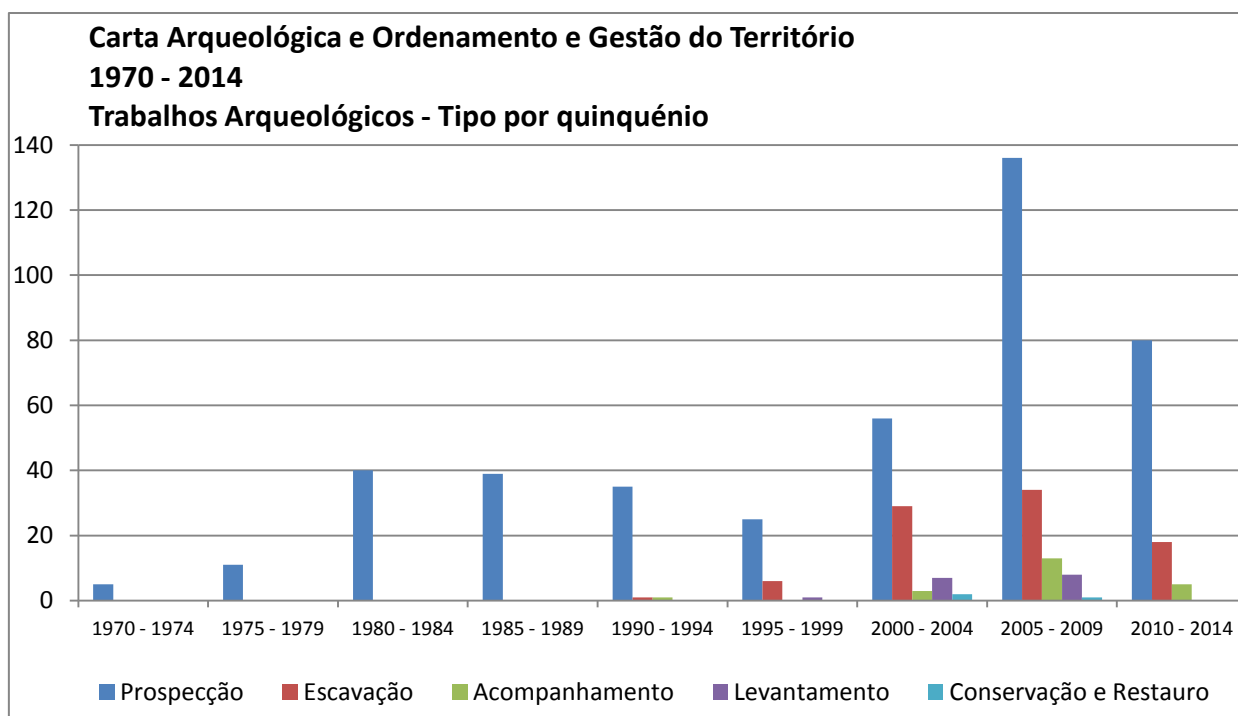


Gráfico 217: Carta Arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.

Numa análise global, os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de projectos de Carta Arqueológica e IGT distribuem-se 28% no Alentejo, 25% na região Norte, 20% em Lisboa e Vale do Tejo, 14% no Centro e 13% no Algarve. Ao longo do tempo, regista-se uma evolução semelhante à nacional no Alentejo e na região Norte, embora nesta última com um pico de actividade entre 1980 e 1984. As demais regiões não revelam tendência clara, mas no Centro os quinquénios com actividade mais intensa são 1990-1994 e 2005-2009; e no Algarve, entre 1985-1989 e 2005-2009.

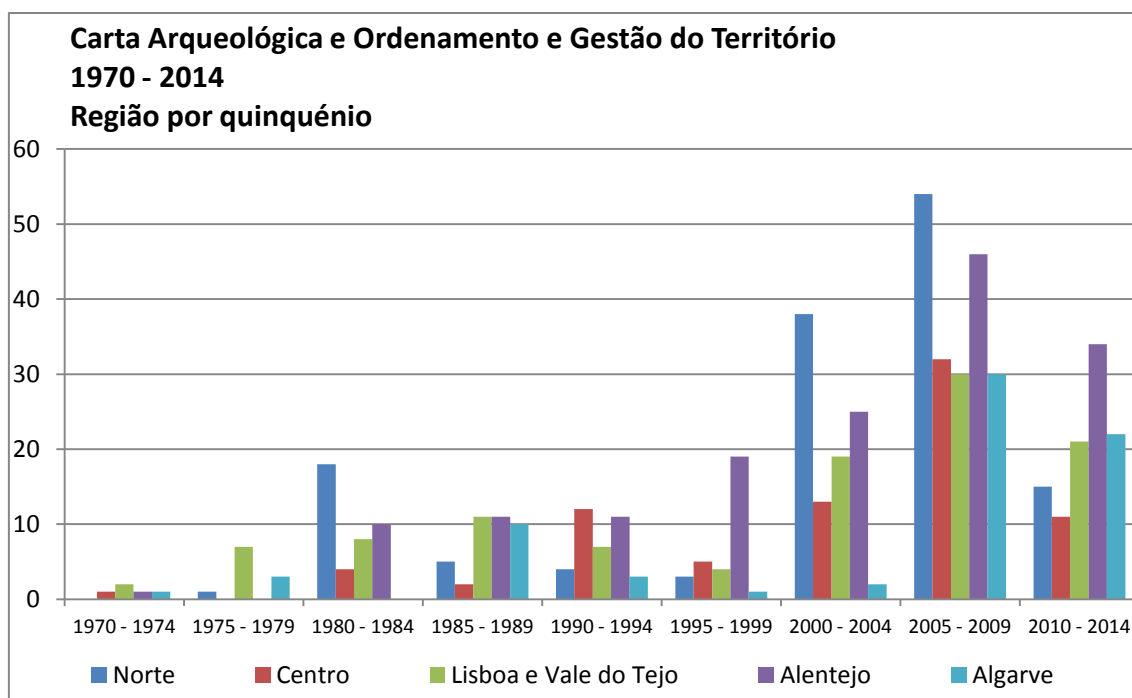


Gráfico 218: Carta Arqueológica e Ordenamento e Gestão do Território, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.

Quando foi possível de apurar a entidade enquadrante nestes trabalhos¹⁸³, verificou-se uma realidade muito dispersa: 29% para a administração pública local; 18% para associações e para empresas de arqueologia; 12% para a administração pública central; 9% para universidades e unidades de investigação portuguesas; 5% para outro tipo de empresas; e 1% para universidades e unidades de investigação estrangeiras. Os trabalhos desta natureza realizados sem enquadramento institucional representam 8% do total. Na evolução temporal não se registaram diferenças significativas, com excepção da administração pública central que registou presença considerável neste tipo de projectos até 1999, seguindo-se uma quase ausência nos quinze anos seguintes (Gráfico 219).

Os projectos de Carta Arqueológica ou de elaboração de IGT têm uma representação quantitativa modesta no conjunto relativo à Arqueologia preventiva. Contudo, a sua relevância na actividade arqueológica é muito superior à demonstrada pelos números. Quer os projectos e trabalhos arqueológicos preventivos desenvolvidos no âmbito de processos de licenciamento urbanístico e obras (ver ponto 7.8.3.c), quer os desenvolvidos em meio urbano (ver ponto 7.8.5.) decorrem frequentemente da

¹⁸³ Foi apurada a entidade enquadrante para 485 trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de projectos de Carta Arqueológica ou de elaboração ou implementação de IGT (87% destes).

aplicação de condicionantes legais impostas pelos IGT. Ou seja, o ordenamento, planeamento e gestão do território é um dos principais instrumentos, senão da gestão (o que seria desejável), pelo menos da salvaguarda do Património arqueológico não classificado. E é um dos principais motores da actividade arqueológica na sua globalidade.

Depois de um período de estabilidade nas duas últimas décadas do século XX, verificou-se entre 2000 e 2014 um aumento da actividade arqueológica associada à elaboração de Carta Arqueológica e IGT, essencialmente constituída por prospecções. Parece verificar-se uma incidência mais expressiva destes projectos no Alentejo, Norte e Algarve. Estes trabalhos foram enquadrados por todos os tipos de entidades considerados, mas principalmente por autarquias, associações e empresas de arqueologia.

A participação das entidades tutelares em processos de elaboração de IGT iniciou-se no quinquénio de 1995-1999, mas consolidou-se de forma determinante entre 2000 e 2014. Os processos de IGT distribuíram-se equilibradamente entre as cinco regiões, mas com uma incidência especial na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Relativamente à tipologia dos instrumentos de planeamento, constatou-se que as entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia participaram (de alguma forma) mais frequentemente em processos de elaboração de planos de pormenor e de pormenor e salvaguarda e em planos directores municipais.

Concluindo, em termos históricos, no final do século XIX, com os trabalhos de Estácio da Veiga no Algarve e Alentejo, iniciou-se em Portugal a consolidação do conceito de inventário - Carta Arqueológica - (Marques, 1993b, p. 310; Marques, 2002, p. 134; Silva, 2002a, p. 303; Fabião, 1999, p. 111-112; Fabião, 2011, p. 142 e ss.; Fabião, 2018, p. 89 e ss.), um dos principais instrumentos operativos para o conhecimento e salvaguarda do Património arqueológico imóvel. Este conceito operativo foi-se consolidando como mecanismo de gestão do património arqueológico, por exemplo, entre outros, nos trabalhos desenvolvidos em Guimarães (Sarmiento, 1896 e posteriores na mesma linha), na Figueira da Foz (Rocha, 1949), em Marvão (Paço, 1953) e em Sesimbra (1973). Na segunda metade do século XX, os trabalhos de prospecção arqueológica ganharam progressivamente relevância como forma de

aquisição de conhecimento sobre a ocupação do território no passado (Rocha, 2015, p. 9).

Nos anos 70 do século XX, os projectos de Carta Arqueológica foram considerados urgentes (Alarcão, 1971, p. 8; Arnaud, 2013, p. 8), sendo apoiados financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian (Alarcão, 1971, p. 8; Oleiro, 1974, p. 22) e pelo Ministério da Educação Nacional (Alarcão, 1971, p. 8). Em 21 de Novembro de 1978, foi criada a Comissão Nacional da Carta Arqueológica de Portugal (Despacho n.º 325/78 de 21 de Novembro, Diário da República n.º 275, II Série de 29 de Novembro de 1978) (AAVV, 1979, p. 88; Marques, 2002, p. 143), com base entre outros argumentos, na “necessidade do Estado dispor de dados rigorosos e objectivos que lhe permitam elaborar uma efectiva e frutuosa programação da investigação e da protecção patrimonial e ambiental, uma adequada e rentável política de turismo, e uma criteriosa planificação regional”. O mesmo despacho deixava antever que a elaboração da Carta Arqueológica de Portugal era um empreendimento colectivo, referindo o empenho do Estado, da Fundação Calouste Gulbenkian (Gonçalves, 1983-1984, p. 12) e de numerosas associações de defesa do Património dispersas por todo o país.

Desta forma, em 1980, foi naturalmente atribuída ao recém-criado IPPC a competência de “colaborar na realização da *Carta Arqueológica de Portugal*” (Orgânica do IPPC, Anexo 16), considerando-se que esta constituía a base de uma mais avançada gestão pública do Património arqueológico (Gonçalves, 1980a, p. 52; Gonçalves, 1983-1984, p. 13; Paixão, 1984, p. 295; Departamento de Arqueologia, 1986, p. 10; Alarcão, 1989, p. 90; Jorge e Jorge, 1996a, 144 e 155). Para além dos apoios já referidos, nesta década, os municípios também começaram a apoiar os projectos de Carta Arqueológica (Caninas e Henriques, 1980, p. 7).

A Carta Arqueológica era vista como um instrumento necessário para “impedir a destruição, por desconhecimento de testemunhos arqueológicos existentes (...) proporcionar às entidades do poder central e local, a quem incumpra promover ou autorizar a realização de trabalhos de urbanização ou outros, que impliquem remoção de terras, um conhecimento antecipado da existência de testemunhos arqueológicos nas áreas onde eventualmente pretendem actuar. Este facto permitirá que na elaboração dos respectivos projectos, sejam devidamente acauteladas as estações e

monumentos aí localizados”, para além de “se tornar útil no campo da investigação a diferentes níveis” (Paixão, 1984, p. 294). Ou seja, a Carta Arqueológica era uma forma de evitar emergências (Martins, 1986, p. 3), tinha objectivos de salvaguarda, mas também no âmbito da investigação e da planificação (Marques, 2002, p. 133).

Na sequência dos antecedentes mencionados, nos anos 80, a elaboração de Cartas Arqueológicas em Portugal foi muito incentivada (projecto de âmbito nacional que permitiu o financiamento e apoio a dezenas de cartas arqueológicas municipais) e financiada (PNTA, 1984, p. 50). A elaboração tendencialmente sistemática de Cartas Arqueológicas constituiu um dos primeiros instrumentos de Arqueologia preventiva implementado em Portugal (Real, 1995, p. 27-30; Jorge, 2000b, p. 162). Desta forma, nos primeiros volumes da *Informação Arqueológica*, surgem abundantes referências aos “levantamentos” arqueológicos que se iam desenvolvendo por todo o país, sob a forma de projectos de investigação, de “achados, prospecções e reconhecimentos”, etc. Em 1984, é referenciada pelo IPPC a realização de cerca de trinta “levantamentos arqueológicos” a maioria de âmbito municipal (AAVV, 1986a, p. 203-209); em 1985, são cerca de vinte (AAVV, 1986b, p. 224-225), num processo que se prolongou, ainda que com menos ímpeto, pelos anos seguintes. Curiosamente, entre os projectos mencionados são incluídos alguns de natureza preventiva que envolviam trabalhos de prospecção (em albufeiras de barragens a construir, por exemplo). A função de inventário era vista como central na orgânica dos organismos públicos com tutela sobre a Arqueologia (Silva, 1987, p. 13; Silva, 2002a, p. 308). No final dos anos 80 já existia a noção que o levantamento da Carta arqueológica constituía uma base indispensável a um correcto ordenamento do território (Silva, 1989b, p. 95).

Em 1990, nas Recomendações das IV Jornadas Arqueológicas, sugeria-se mais investimento nos projectos de Carta Arqueológica, com vista à constituição de um “Banco de Dados Arqueológicos” (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11), numa referência à necessidade de informatização do sistema de inventário do Património arqueológico imóvel (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 11). Nesta altura, apenas cerca de 1/3 dos municípios portugueses teriam um inventário de Património cultural (Marques, 2002, p. 139). Durante os anos 80 e inícios dos anos 90 terão sido realizados e financiados cerca de 70 “levantamentos” de Carta Arqueológica (Real, 1993b, p. 303;

Real, 1995, p. 27). Em meados dos anos 90, a Carta Arqueológica era uma das principais áreas de interesse e tarefa dos arqueólogos profissionais (Anexo 86, p. 7-8). A partir do final dos anos 90 do século XX a Carta Arqueológica foi considerada uma infra-estrutura nacional (Jorge, 1997b, p. 130), uma das bases do ordenamento e gestão do território (Jorge, 1997b, p. 127; Zilhão, 2000a, p. 9; Marques, 2002, p. 133; Silva, 2005b, 91; Silva, 2010, p. 201) e o principal instrumento de salvaguarda arqueológica (Marques, 2002, p. 141; Silva, 2005b, p. 89). Com implantação progressiva dos procedimentos de Arqueologia preventiva, a Carta Arqueológica em forma de sistema de informação ganhou ainda relevância adicional (Silva, 1995a, p. 99; Jorge, 2000a, p. 182; Zilhão, 2000a, p. 9). A gestão e manutenção da Carta Arqueológica de Portugal ou do inventário do Património arqueológico imóvel é uma tarefa central do Estado, ou seja, dos organismos públicos com tutela sobre a Arqueologia (Marques, 1994, p. 83; Zilhão, 1997a, p. 95; Zilhão, 2000b, p. 13; Bugalhão, 2002, p. 46; Oosterbeek, 2003, p. 7; Bugalhão, 2011, p. 37; Bugalhão, 2017c, p. 54-55; Bugalhão, 2019a, p. 54).

A elaboração no terreno e sistematização de Cartas Arqueológicas municipais instituiu-se como uma das principais tarefas da Arqueologia municipal (Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149; Silva, 1997, p. 39; Jorge, 2003, p. 143; Silva, 2005b, p. 93; Silva, 2010, p. 212). No inquérito promovido pela APA em 2002, apurou-se que a tarefa principal das equipas municipais de arqueologia era o inventário (APA, 2002, p. 11). Em estudo idêntico realizado em 2006, concluiu-se que “as autarquias se dedicam, sobretudo, à produção de “cartas arqueológicas” (Almeida, 2007b, p. 138). Este tipo de projectos mantém a sua pertinência até hoje, nomeadamente devido à sua intrínseca associação ao ordenamento e gestão do território.

A partir dos anos 80, o ordenamento e gestão do território é considerado uma das vias essenciais para a salvaguarda do Património arqueológico (Jorge, 1985, p. 179; Silva, 1995b, p. 94). Embora a legislação neste sentido remonte a esta década, a sua aplicação foi muito reduzida (Silva, 2010, p. 196).

As recomendações das IV Jornadas Arqueológicas realizadas em 1991 clamavam que os processos de elaboração de PDM deveriam integrar obrigatoriamente arqueólogos (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11). Nesta fase era também já destacada a forte relação entre os PDM e a implementação de procedimentos de Arqueologia preventiva

(Silva, 1995a, p. 99). Nos anos 90, a Arqueologia desenvolvida em âmbito municipal investia significativamente na elaboração de IGT, com a inclusão de normas relativas ao Património arqueológico (Silva, 1997, p. 37), posteriormente concretizáveis ao nível da gestão urbanística (Silva, 1997, p. 38). A participação nos processos de elaboração e revisão de “planos”, quer através da integração de representantes das comissões de acompanhamento, quer através da emissão de pareceres externos foi muito implementada pelo IPA (Raposo, 2003a; Silva, 2010, p. 197). Aliás, a concretização prática deste objectivo (inclusão de conteúdos e normas arqueológicas em IGT) tem decorrido do maior ou menor empenho que os organismos do Estado com competências tutelar sobre o Património cultural no acompanhamento nos processos de elaboração de IGT foram demonstrando (Barros e Parreira, 2006, p. 138-139). Pouco a pouco foi-se generalizando a integração de normas de salvaguarda específicas (na cartografia e regulamento) para o Património arqueológico nos diversos IGT (Silva, 2008b, p. 19), dependendo essencialmente da equipa responsável pela sua elaboração (desde a fase de estudos até à aprovação e publicação), nomeadamente, no caso da Arqueologia, dos arqueólogos e equipas de Arqueologia municipais.

A inclusão de normas de salvaguarda arqueológica ocorre preferencialmente ao nível dos PDM (Lemos e Roriz, 2003, p. 112-113; Silva, 2008b, p. 18). A primeira geração de PDM em Portugal, publicada entre 1993 e 1997 (Raposo, 2003a, p. 86; Silva, 2010, p. 196), remetia o Património Cultural para uma abordagem muito superficial e quase exclusivamente dedicada aos imóveis classificados, embora pontualmente se tenham registado disposições relativas a sítios arqueológicos não classificados (Raposo, 2003a, p. 93; Silva, 2010, p. 197-198). A segunda geração de PDM começou a ser publicada no final da primeira década do século XXI (Silva, 2010, p. 197) e contempla, normalmente, mais e melhores normativos de protecção do Património arqueológico (Silva, 2010, p. 212-213), situação que em muito depende da prévia existência de Cartas Arqueológicas adequadamente elaboradas (Silva, 2010, p. 201).

O Património arqueológico surge cartografado dos IGT de forma directa - Carta do Património -, ou indirecta - através de cartografia interpretativa, cartas de risco ou potencial arqueológico (cartografia de cobertura integral do território com zonamento arqueológico hierarquizado, na qual a um maior potencial de conservação de vestígios arqueológicos, corresponde um maior condicionamento nas intervenções de subsolo)

(Silva, 2005b, p. 94; Silva, 2010, p. 203). De uma forma geral, nos IGT, o Património assume um carácter negativo, uma condicionante e não positivo, um recurso (Silva, 2010, p. 214), estando a componente da valorização normalmente ausente (Silva, 2010, p. 215). Atendendo a que os IGT têm um período de vigência alargado e que o conhecimento de Carta Arqueológica é por natureza dinâmico, um dos problemas frequentemente mencionados é a ausência de mecanismos de actualização e monitorização permanente destes dados, ao nível da aplicação dos IGT (Silva, 2005b, p. 93; Silva, 2010, p. 213), ou seja ao nível da gestão do território.

Concluindo, esta área da gestão do Património arqueológico iniciou-se timidamente, mas tem revelado progressos consideráveis (Martins, 2012, p. 232 e ss.), não obstante o muito que ainda há por fazer (Lemos e Roriz, 2003; Silva, 2010, p. 212; Bugalhão, 2011, p. 32).

b) Avaliação de Impacte Ambiental

De acordo com o regime jurídico de AIA em vigor (Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de Dezembro), a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é um “instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado i) Na elaboração de um estudo de impacte ambiental; ii) Na realização de consultas públicas e de consultas a entidades competentes em razão da matéria; iii) Na análise pelas autoridades competentes da informação apresentada no estudo e de eventual informação suplementar fornecida pelo proponente ou decorrente das consultas efetuadas; e iv) Na conclusão fundamentada pela autoridade de avaliação de impacte ambiental sobre os efeitos significativos do projeto no ambiente, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projetos e respectiva pós-avaliação”. No fundo trata-se de uma ferramenta de apoio à tomada de decisão, da responsabilidade directa do Estado.

A legislação que impõe a prévia avaliação de impacte dos projectos susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente foi implementada em Portugal desde o final dos anos 80 do século XX¹⁸⁴, sob estímulo de normativos europeus (Silva, 2003e,

¹⁸⁴ Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (define as bases da política de ambiente); Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho (regulamenta os procedimentos de prévia Avaliação de Impacte

p. 143; Raposo, 2010b, p. 364). Ao longo do tempo, a legislação foi-se tornando mais específica e assertiva no que respeita à inclusão do Património arqueológico nos processos de AIA.

Ao nível do regime jurídico do Património Cultural, a LBPC/2001 (Anexo 49) dedica um artigo (40.º) ao “impacte de grandes projectos e obras” sobre o Património imóvel e faz referência à salvaguarda do Património arqueológico no âmbito de “grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem” (artigo 79.º). Embora a AIA não seja referida explicitamente, é enunciado de forma indirecta que esta deve contemplar a salvaguarda arqueológica. A estratégia de implantação da salvaguarda arqueológica no âmbito da AIA surge explicitamente na lei orgânica do IPA (Anexo 33), com diversas referências às competências daquele Instituto neste âmbito. No mesmo sentido se inscrevem as orgânicas do IGESPAR (Anexo 52), DRC1 e 2 (Anexos 53 e 56) e DGPC2 (Anexo 57). Como já foi referido os diversos organismos do Estado com competência sobre Arqueologia produziram Circulares com orientações específicas sobre esta matéria (Anexo 15).

Ambiental); Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de Maio (aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projectos público e privados susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente); Portaria nº 330/2001, de 2 de Abril (estabelece as normas técnicas respeitantes à Proposta de Definição do Âmbito (PDA), ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), ao Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) e Relatórios de Monitorização (RM); Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro (alteração do Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, relativa à participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente); Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de Outubro (estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projectos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente), pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 179/2015 de 27 de agosto e pelo **Decreto-Lei n.º 152-B/2017**, de 11 de Dezembro, que o republica (em vigor); **Lei n.º 19/2014**, de 14 de Abril (define as bases da política de ambiente) (em vigor); **Portaria nº 395/2015**, de 4 de Novembro (estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos respeitantes à apreciação prévia e decisão de sujeição a AIA, à dispensa do procedimento de AIA, a proposta de definição de âmbito (PDA), o modelo de declaração de impacte ambiental (DIA) e a pós-avaliação) (em vigor).

Foram analisados 9.741 trabalhos arqueológicos (45% dos integrados em arqueologia preventiva, categoria C) e 2.960 projectos (37% dos integrados em arqueologia preventiva, categoria C) desenvolvidos no âmbito de processos de AIA. Foi aqui considerada toda a actividade arqueológica realizada numa perspectiva de avaliação de danos e definição de medidas de mitigação dos mesmos, em fase prévia à efectiva implementação dos projectos, ainda que não formalmente integrada em processos de AIA.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria C - 20.915
Projectos Preventivos - 8.016
Trabalhos Arqueológicos no âmbito de projectos de AIA - 9.471
Projectos no âmbito de projectos de AIA - 2.960
Processos de AIA - 6.517

Como foi anteriormente mencionado (ver ponto 3.2.3.g) foi efectuado no *Endovélico* um levantamento de dados relativos a processos de AIA acompanhados pelas entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia (por exemplo através da integração de representantes nas comissões de acompanhamento), ou em que estas tiveram algum tipo de participação, ou que tiveram actividade arqueológica associada (Bugalhão, 2011, p. 31), entre 1970 e 2014.

Os dados apurados e que aqui se apresentam não se encontram registados sistemática e rigorosamente, nem do *Endovélico*, nem em qualquer outra plataforma, pelo que se revestem de carácter meramente indicativo. Admite-se que os valores de processos de AIA apurados possam estar um pouco inflacionados em relação à realidade, devido a deficiências da informação de base. Por outro lado, um mesmo projecto pode ser objecto de vários processos de AIA (devido a repetição do processos de avaliação, alteração no projecto, várias fases de avaliação do mesmo projecto, fraccionamento em subprojectos, etc.). Do levantamento efectuado foram apurados 6.517 processos de AIA com algum tipo de intervenção das entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia e/ou com actividade arqueológica associada.

Ao longo do período em estudo verificou-se que o número de processos de AIA “acompanhados” arqueologicamente regista uma tendência de crescimento entre 1990 e 2009, decrescendo entre 2010 e 2014. Atendendo à configuração desta

evolução, a representação gráfica da componente evolutiva em AIA efectuar-se-á apenas entre 1990 e 2014.

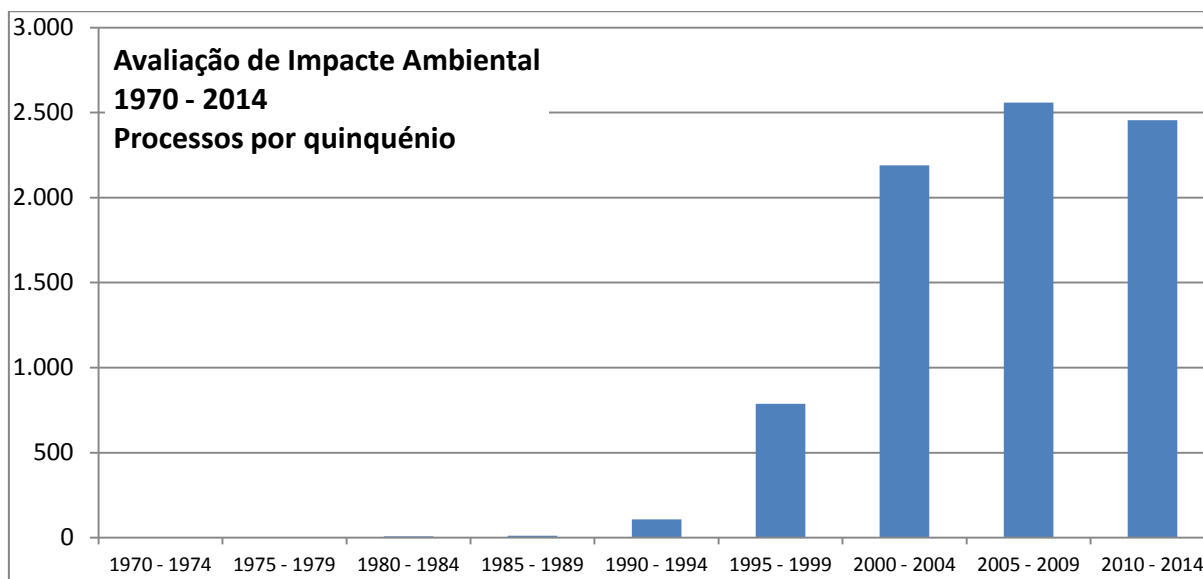


Gráfico 220: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos por quinquénio.

Foi apurada¹⁸⁵ a tipologia dos projectos em avaliação nestes processos de AIA¹⁸⁶, observando-se, aproximadamente, 36% de projectos de infra-estruturas e transporte; 15% de pedreiras; 12% de recursos hídricos; 10% de produção de energia e subestações; 7% de loteamentos, parques industriais, plataformas logísticas; 5% de transporte de energia; 4% (cada) de agricultura, silvicultura indústria e aquicultura, indústria transformadora e turismo; 1% (cada) de eliminação e valorização de resíduos, estações de tratamento de águas residuais, indústria extractiva; e menos de 1% de transporte e armazenagem de matérias.

¹⁸⁵ Foi apurada a tipologia de projecto em 6.471 projectos de AIA (99% destes).

¹⁸⁶ Adaptada e simplificada a partir da tipologia de projectos referida no Artigo 3.º da Portaria n.º 368/2015, de 19 de Outubro (fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental).

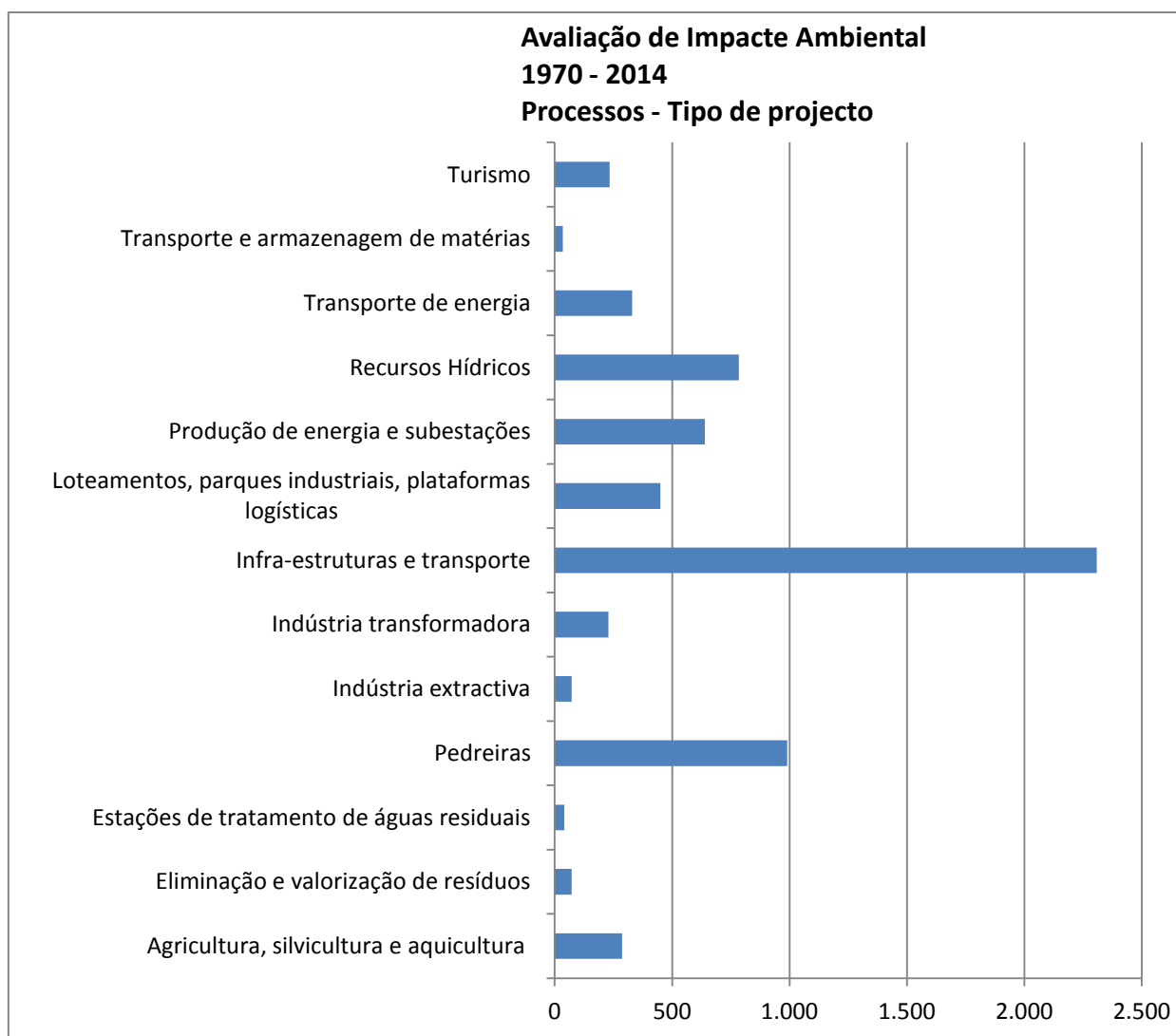


Gráfico 221: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos - Tipo de projecto.

Regionalmente¹⁸⁷, estes processos de AIA distribuem-se aproximadamente em 27% na região Norte, 26% na região Centro, 22% em Lisboa e Vale do Tejo, 18% no Alentejo e 7% no Algarve.

¹⁸⁷ Foi apurada a região em 5.702 processos de AIA (88% destes).

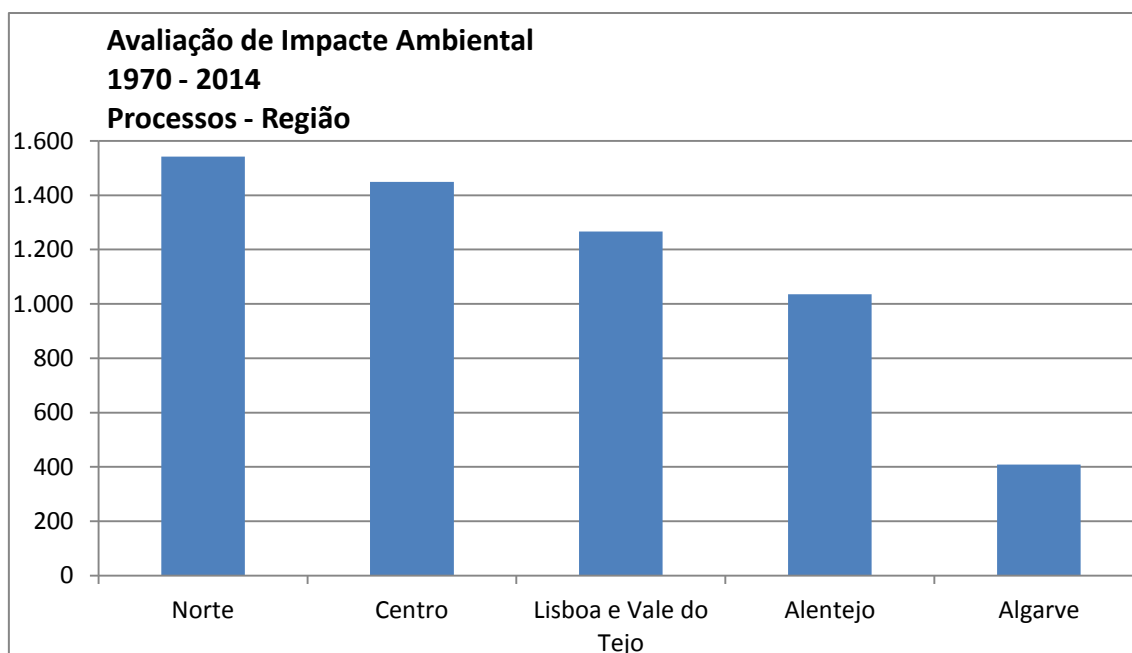


Gráfico 222: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Processos - Região.

Nos indicadores da actividade arqueológica – trabalhos e projectos – desenvolvidos no âmbito de processos de AIA observa-se a mesma tendência evolutiva.

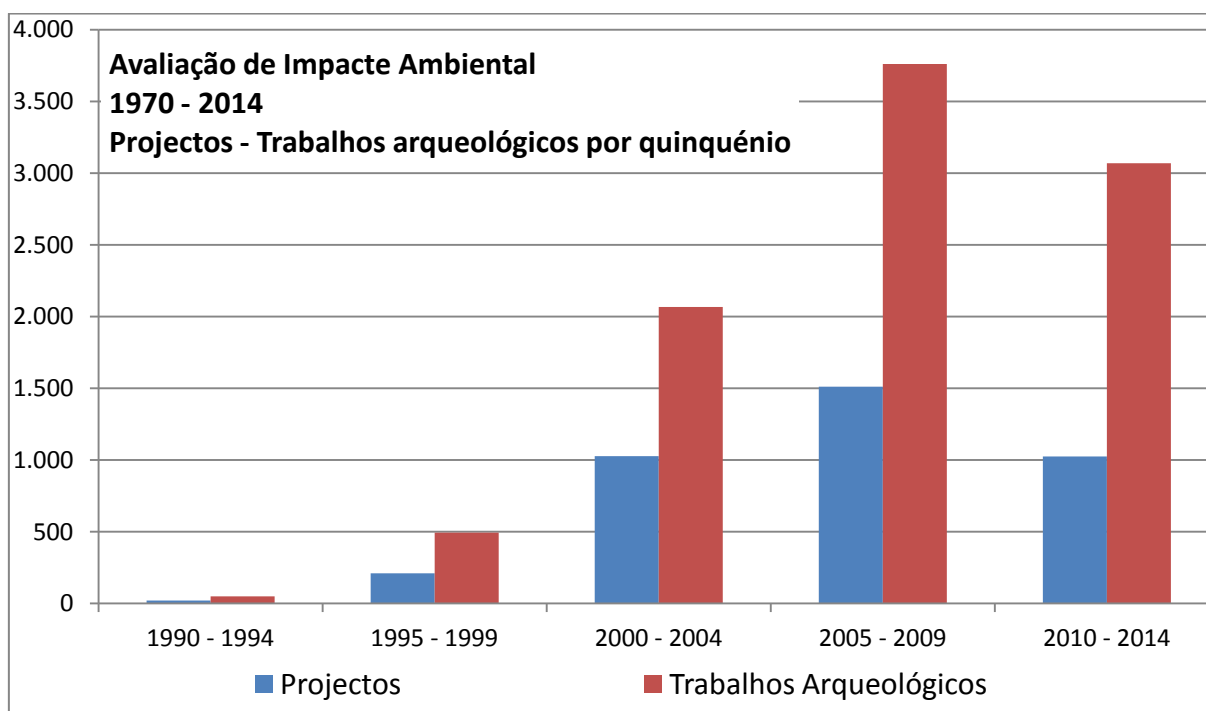


Gráfico 223: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

No que respeita ao tipo de trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de processo de AIA, registam-se 42% de prospecções, 32% de escavações, 25% de

acompanhamentos, 1% de levantamento e um valor residual de acções de conservação e restauro. Verifica-se uma evolução semelhante à já referida para processos e actividade arqueológica de AIA, salientando-se nos últimos quinze anos a forte implantação do tipo acompanhamento e também dos trabalhos de levantamento, embora a escala diversa.

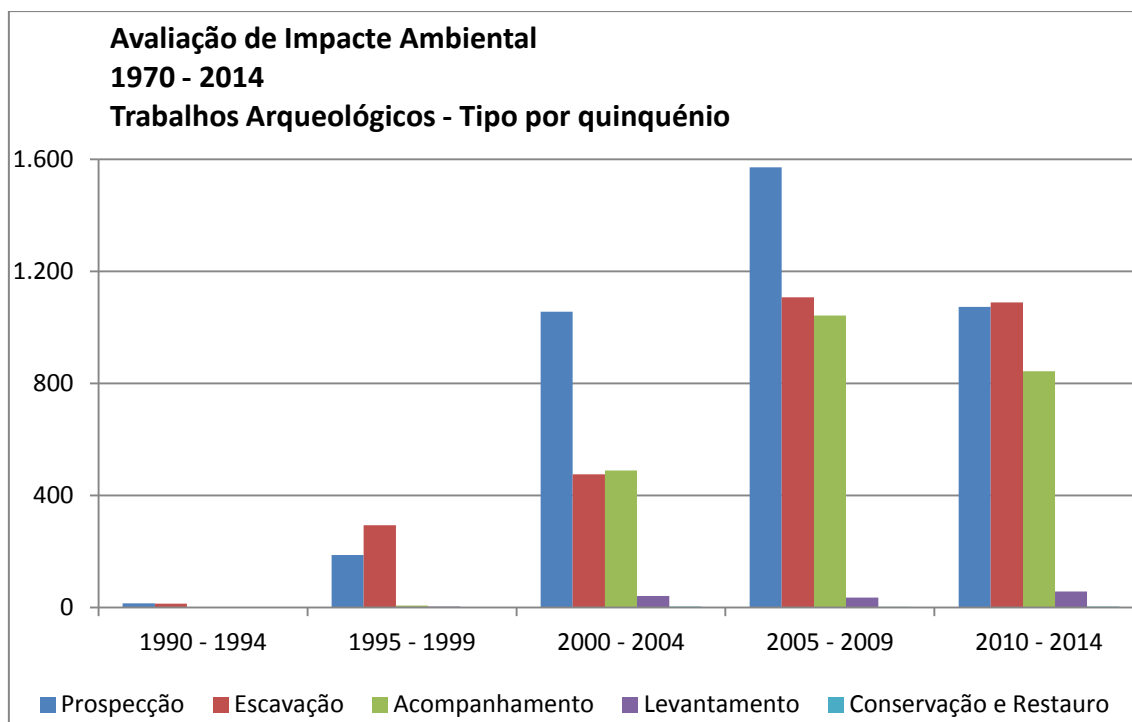


Gráfico 224: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.

Numa análise global, os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de projectos de AIA distribuem-se em 33% no Alentejo, 21% no Centro, 21% na região Norte, 18% em Lisboa e Vale do Tejo e 7% no Algarve. Ao longo do tempo, regista-se uma tendência de crescimento entre 1990 e 2009, decrescendo entre 2010 e 2014, excepto no Alentejo que não regista retracção no último quinquénio.

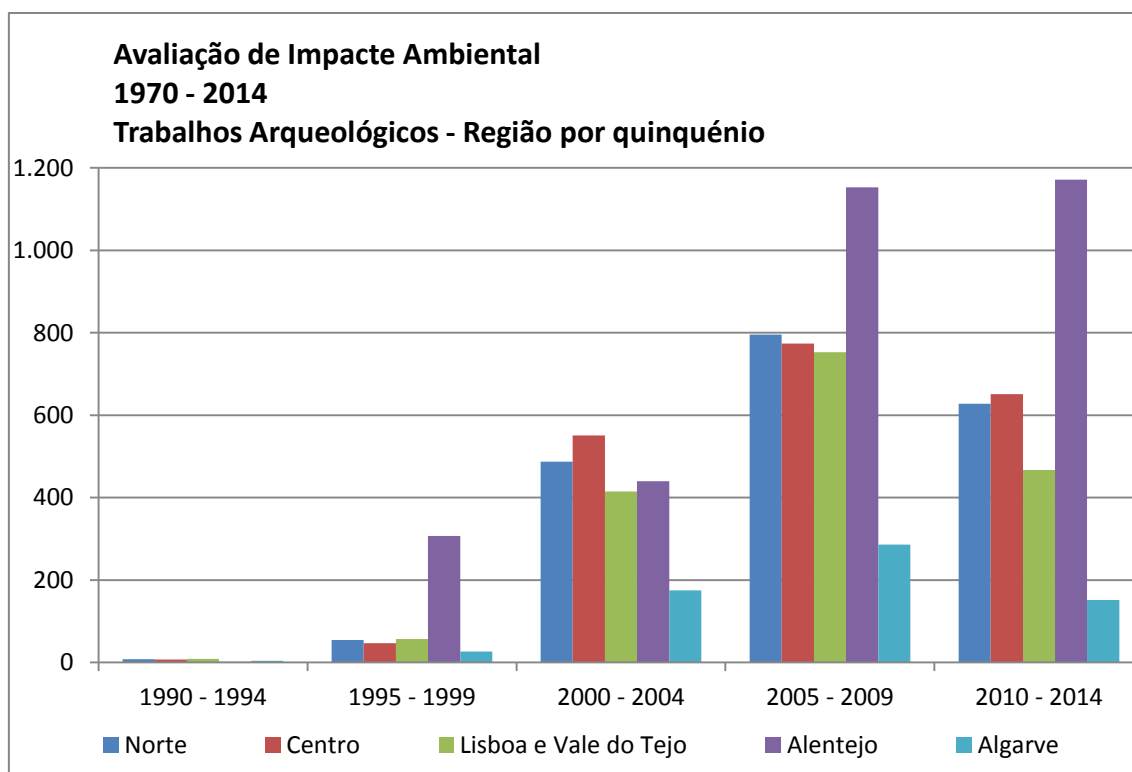


Gráfico 225: Avaliação de Impacte Ambiental, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.

Numa análise global, no que se refere às entidades enquadrantes dos trabalhos¹⁸⁸, verifica-se um peso de 77% das empresas de arqueologia, 5% de outro tipo de empresas, 2% (cada) da administração pública local e de associações e 1% (cada) da administração pública central e das universidades e unidades de investigação portuguesas. Os trabalhos sem entidade enquadrante representam 12% do total. Entre 1990 e 2014 regista-se um apagamento de todos os tipos de entidade enquadrante, à excepção da empresarial e dos relacionados com o trabalho independente (Gráfico 226).

A participação das entidades do Estado com tutela sobre a Arqueologia em processos de AIA regista grande incremento a partir do final dos anos 90 e abrange um leque muito variado de projectos - infra-estruturas e transporte, recursos hídricos, pedreiras, produção de energia e subestações, etc. - distribuídos equilibradamente pelas cinco regiões do país. A actividade arqueológica associada a AIA engloba essencialmente

¹⁸⁸ Foi apurada a entidade enquadrante para 8.872 trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de projectos de AIA (94% destes).

prospecções, escavações e acompanhamentos, aparenta ser especialmente intensa no Alentejo e é quase sempre enquadrada por empresas de arqueologia.

Entre iniciativas pioneiras de minimização de impactes sobre o Património arqueológico de grandes empreendimentos, salienta-se o projecto de salvamento da arte rupestre do vale do Tejo afectada pela Barragem de Fratel desenvolvido entre 1971 e 1973 por jovens estudantes universitários com enquadramento da AAP, numa iniciativa espontânea e sem supervisão estatal (Jorge e Jorge, 1996a, p. 152; Gomes, 2010). De igual forma, merece menção o já referido projecto preventivo desenvolvido pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines a partir de 1972 (Silva e Soares, 1981; Silva, 1989b, p. 95; Jorge e Jorge, 1996b, p. 162), entre outros (Arnaud, 2013, p. 78).

Durante a década 80 do século XX, com a implementação da Directiva europeia 85/377/CEE sobre AIA (Silva, 2002a, p. 308) foram desenvolvidas algumas experiências visando a inclusão do património Arqueológico nos processos de AIA. Estas tentativas, embora importantes pela aprendizagem que proporcionaram, revestiram-se de carácter pontual e excepcional (Arnaud, 1994a; Raposo, 1995a, p. 74 e 80 a 84; Silva, 1995b, p. 96; Lago, 2003, p. 100). A participação de organismos do Estado com competência sobre a Arqueologia em processos de AIA era esporádica (Silva, 2003e, p. 143; Estorninho, Marques e Nunes, 2013, p. 120-121) e quase sempre na fase de consulta pública (Raposo, 1995a, p. 76), como se deduz da proposta da 1.ª Secção do Conselho Consultivo do IPPC, de 12 de Setembro de 1988 (Anexo 72). Contudo, existia já entre a comunidade arqueológica uma consciência muito clara da importância dos processos de AIA para uma mais efectiva estratégia de salvaguarda arqueológica (Silva, 1989b, p. 95; Martins e Lemos, 1989, p. 105). Neste contexto, em 1990, recomendava-se a obrigatoriedade de integração de arqueólogos nas equipas de elaboração de EIA (IV Jornadas Arqueológicas, 1991, p. 11).

Entre 1989 e meados dos anos 90, foi promovido um projecto preventivo no âmbito dos protocolos de colaboração entre o IPPC/IPPAR¹ e as empresas de florestação (Arnaud, Almeida e Bugalhão, 1991; Arnaud, Muralha e Estorninho, 1991; Arnaud, Ramos e Martins, 1991), mas principalmente o projecto de Arqueologia preventiva desenvolvido no âmbito do projecto de construção da barragem de Alqueva entre

1979¹⁸⁹ (Silva, 2002a, p. 308) e 1996 (Silva, 1999b, p. 30-59), concluído com a implementação do *Plano de minimização de impactes sobre o Património arqueológico do Empreendimento de Alqueva* (subscrito pela EDIA e pelo IPA), entre 1998 e 2003. E, evidentemente, o projecto preventivo desenvolvido pelo IPPAR e a EDP entre 1991 e 1995 na área da futura barragem do Côa que terminou com a suspensão da sua construção (Real, 2011).

No entanto, a presença da Arqueologia nos processos de AIA permanecia incipiente (Real, 1993c, p. 51; Cardoso, 1994, p. 101; Raposo, 1995a, p. 81; Silva, 1995b, p. 95). Em levantamento efectuado em 1995 pela revista *Al-Madan*, concluiu-se que: apenas 26% dos estudos contemplavam trabalhos arqueológicos de campo (Raposo, 1995a, p. 69); apenas 12% registavam arqueólogos entre os seus autores (Raposo, 1995a, p. 67); o IPPC/IPPAR1 estava representado em apenas em 3% das comissões de avaliação (Raposo, 1995a, p. 75). Assim, renovavam-se então os apelos para que a integração de arqueólogos na equipa de elaboração de nos EIA fosse obrigatória (Silva, 1995b, p. 95), por forma a serem implementados os adequados procedimentos preventivos (Silva, 1995b, p. 99).

Nos anos 90, foram tentadas diversas fórmulas e experiências que, no seguimento de disposições legais referidas, introduziam o Património cultural imóvel como elemento integrante da paisagem ou ambiente, e logo um dos factores a considerar na avaliação de impactes negativos dos grandes projectos e na consequente implementação de medidas de mitigação dos mesmos (ver especialmente Raposo, 1995a).

No final do século XX, a introdução (institucional e técnica) de procedimentos de Arqueologia preventiva nos processos de AIA foi um dos objectivos estratégicos mais importantes e bem-sucedidos do IPA (Almeida, 2008a, p 162; Raposo, 2010b, p. 365). Aliás, apenas após a questão “do Côa” (1994-1995), a ratificação da Convenção de Malta (1997) e a criação do IPA (1997 em diante), a legislação pré-existente de AIA que impunha a avaliação do descritor “Património Cultural” (com especial relevo para o Património arqueológico pela sua elevada dispersão na paisagem) e a participação de

¹⁸⁹ Em 1980, são retomados os trabalhos de construção da barragem do Alqueva e respectiva central hidroeléctrica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 395/80 de 21 de Novembro, Diário da República n.º 275, I Série), prevendo-se então a comparticipação financeira no levantamento arqueológico de Alqueva, através de protocolo entre o Estado e a empresa pública EDP).

arqueólogos nos processos de AIA foram devidamente implementadas (Raposo, 2010b, p. 365). Ou seja, mais que a imposição legal (Silva, 1995b, p. 96), foi a implementação deliberada de uma forma concreta de aplicação desta que permitiu a inclusão sistemática do Património arqueológico nos processos de AIA (Bugalhão, 2011, p. 31; Martins, 2012, p. 228-229) e consequente definição de medidas de minimização (Estorninho, Marques e Nunes, 2013, p. 122).

O IPA desenvolveu uma forte acção sensibilizadora junto das autoridades de AIA (Ministério do Ambiente e CCDR), no sentido de colocar representantes nas comissões de avaliação, contrariando a tendência anterior (Raposo, 1995a, p. 67 e ss; Silva, 2008b, p. 17) e impondo a inclusão sistemática do descritor “Património Cultural” nos estudos. Para além do trabalho efectivo junto às autoridades de AIA e nas comissões de avaliação, o IPA sentiu também necessidade de fornecer à comunidade arqueológica directivas sobre a realização de trabalhos arqueológicos em contexto de AIA, de forma a normalizar a elaboração dos EIA e outros estudos e apoiar os arqueólogos no seu trabalho técnico em contexto e enquadramento distintos dos tradicionais (Estorninho, Marques e Nunes, 2013, p. 122)¹⁹⁰ (Anexo 15). Um dos primeiros documentos orientadores e estratégico dos produzidos pelo IPA foi precisamente o *Memorando sobre o processo de AIA na vertente do património arqueológico*, de 1997 (Anexo 15) a que se seguiram diversos outros com o mesmo objectivo. Actualmente permanece em vigor a *Circular - Termos de Referência para o descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*, de 2004 (Anexo 15), em fase de revisão. Merece ainda referência a ulterior participação do IGESPAR na elaboração de documentos normativos de natureza metodológica de carácter transversal e destinados a projectos específicos¹⁹¹.

¹⁹⁰ *Memorando sobre a intervenção do IPA no processo de Avaliação de Impacte Ambiental, enquanto não for transposta para a legislação portuguesa a nova directiva comunitária (DIR.97/11/CE), 1997; Memorando - Fiscalização do cumprimento das decisões de AIA, 1999; Circular - Termos de Referência para o descritor património arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental, 2004.*

¹⁹¹ Por exemplo: *Critérios para a Avaliação da Qualidade de Estudos de Impacte Ambiental*, 2007, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Instituto Superior Técnico; *Medidas de Minimização Gerais de Trabalhos de Construção*, s.d., Agência Portuguesa do Ambiente; *Guia Técnico para a Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental do EFMA*, 2008, EDIA).

Assim, desde o final do século XX, a participação sistemática de arqueólogos nos processos de AIA desencadeou um forte impulso na actividade arqueológica (Bugalhão, 2011, p. 26; Estorninho, Marques e Nunes, 2013, p. 123-124), na expansão da Arqueologia comercial e empresarial (Silva, 1997, p. 41; Silva, 2003e, p. 146), na colaboração interdisciplinar entre arqueólogos e outros profissionais e na dignificação da disciplina e da profissão do “arqueólogo” junto de sectores até aí muito alheados da temática patrimonial. O arqueólogo afirmou-se como “o único profissional capaz de abranger o território como um todo (...) e dar o suporte ao desenvolvimento interdisciplinar dos projectos necessários” (Correia, 2003, p. 82).

A actividade arqueológica preventiva no âmbito de processos de AIA constitui uma das maiores fontes de informação para a Carta Arqueológica, garantido a prospecção de superfície e o acompanhamento arqueológico de obras em largas extensões de território, com benefícios para a investigação arqueológica e para o ordenamento do território (Almeida, 2008a, p. 164; Raposo, 2010b, p. 366).

c) Licenciamento e Obras

Desde os primórdios da Arqueologia em Portugal, as obras foram o principal agente destrutivo e causador da necessidade de intervenções de salvamento. Uma obra, em meio urbano ou rural, implica normalmente mobilização de subsolo, por vezes significativa. E na sociedade contemporânea realizam-se muitas obras, numa actividade permanente, quotidiana e bastante disseminada territorialmente.

Numa perspectiva preventiva, intervenções arqueológicas no âmbito de processos de licenciamento e obras decorrem normalmente de condicionantes impostas ao nível dos IGT, quando estes delimitam áreas condicionadas do ponto de vista arqueológico (ver ponto 7.8.3.a) e/ou da actividade de salvaguarda arqueológica desenvolvida no âmbito da gestão urbanística em contexto municipal. Na actividade arqueológica enquadrada em licenciamento e obras, assumem particular relevância quantitativa as intervenções em meio urbano, nomeadamente nos chamados centros históricos, porque são em número muito superior e porque, nas últimas décadas, tem-se consolidado o reconhecimento dos núcleos urbanos antigos como extensos sítios arqueológicos.

Os territórios monumentalizados e as áreas na envolvente urbanística e paisagística dos edifícios históricos classificados foram adquirindo, igualmente, de forma progressiva, “estatuto arqueológico”. A proximidade ou a relação territorial com monumentos são, quase sempre, sinónimas de boa preservação de realidades arqueológicas. Desta forma, uma parte considerável da actividade arqueológica realizada no âmbito de licenciamento ou obras decorre do exercício das competências de salvaguarda dos organismos do Estado com tutela sobre monumentos, sítios e conjuntos classificados (e em vias de classificação) e respectivas zonas de protecção.

Por fim, sempre que um projecto ou obra decorre na proximidade ou na envolvente de um sítio (ou de um conjunto de sítios) arqueológico podem ser exigidos trabalhos preventivos, na perspectiva de diagnóstico ou caracterização. O conhecimento da História do lugar é também um factor potencialmente motivador de trabalhos arqueológicos preventivos, sempre que estejam documentadas ocupações antigas, mesmo que invisíveis nos dias de hoje.

Mas, a verdade é que os restos arqueológicos constituem o Património material mais disperso e mais abundante. Por isso, é frequente a identificação de vestígios arqueológicos em obras, de forma fortuita ou programada, em qualquer local, independentemente da tipologia de ocupação do espaço, das características patrimoniais da sua envolvente, ou do conhecimento histórico sobre esse território. Assim, a associação entre obras e Arqueologia em Portugal é clássica e muito preponderante, ao longo do período em estudo e até à actualidade.

Como referido anteriormente, entre 1970 e 2014, em Portugal, foram registados 10.076 trabalhos arqueológicos (48% do total da Arqueologia preventiva, categoria C) e 4.359 projectos (54% do total da Arqueologia preventiva, categoria C), desenvolvidos no âmbito de processos de licenciamento de operações urbanísticas e/ou obras.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria C - 20.915
Projectos Preventivos - 8.016
Trabalhos Arqueológicos no âmbito de obras - 10.076
Projectos no âmbito de processos de licenciamento e obras - 4.359

A actividade arqueológica preventiva (projectos e trabalhos) realizada no âmbito de processos de licenciamento e obras apresenta uma tendência de crescimento linear, entre 1970 e 2014.

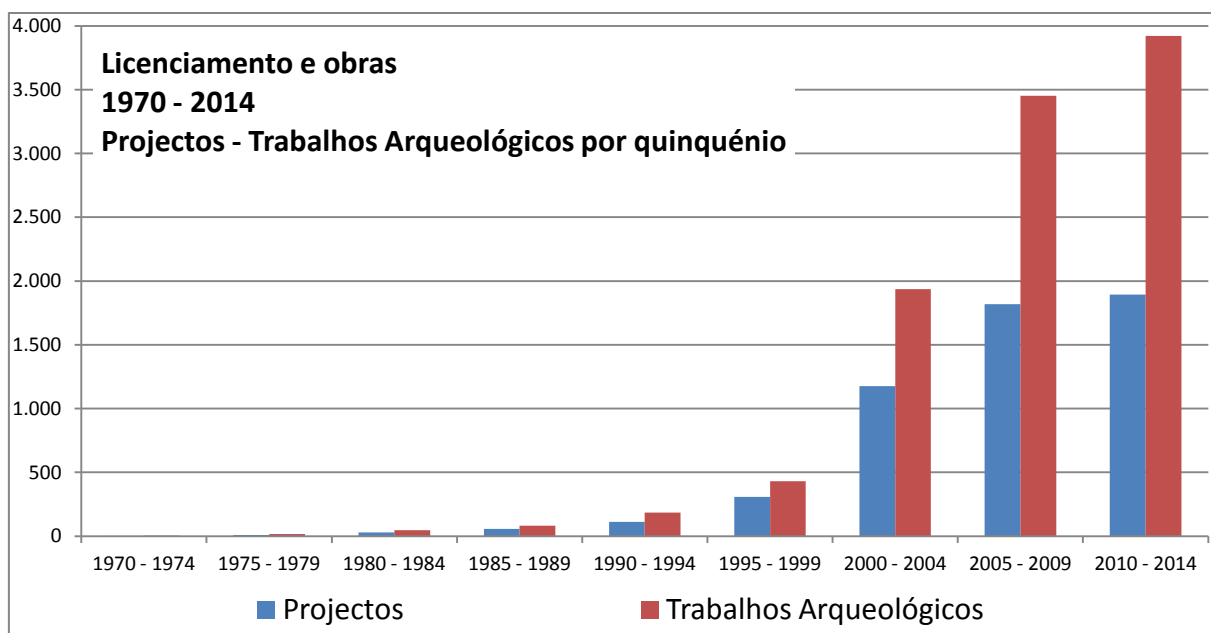


Gráfico 227: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos Arqueológicos por quinquénio.

Esta actividade concretizou-se em 61% de acompanhamentos, 37% de escavações, 1% de prospecções e levantamentos e menos de 1% de intervenções de conservação e restauro. O número de acompanhamentos arqueológicos aumenta entre 1980 e 2014. Os levantamentos também vão consolidando a sua presença. As escavações e prospecções também revelam crescimento, mas apenas até 2009, decrescendo no último quinquénio.

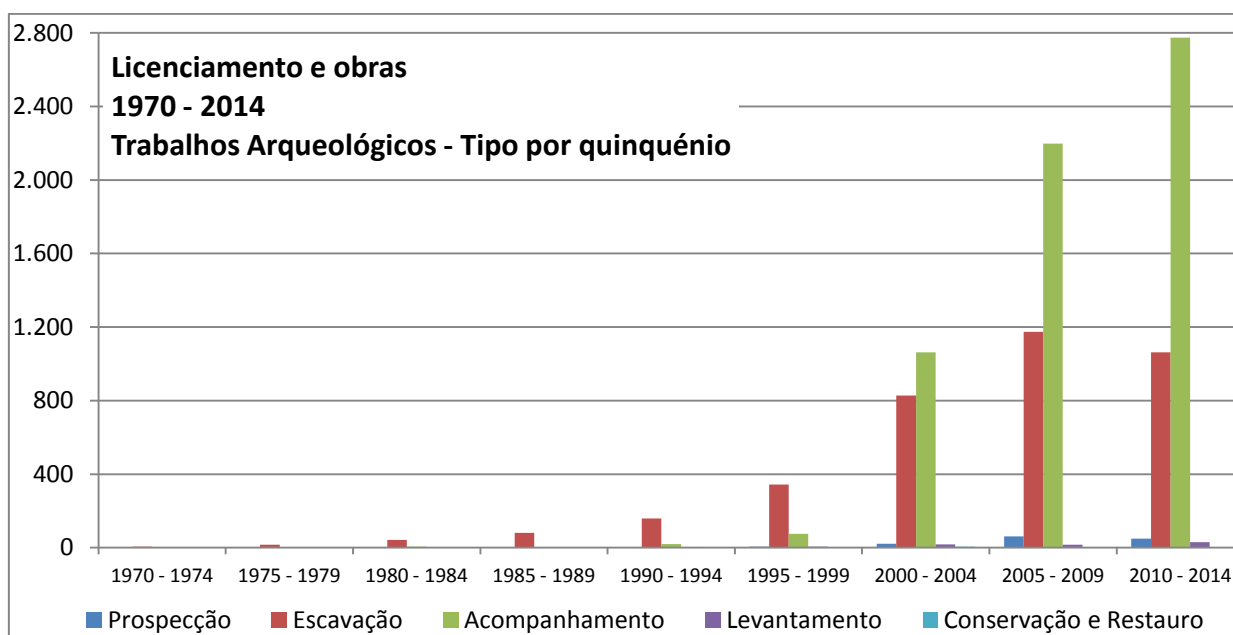


Gráfico 228: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo por quinquénio.

Na distribuição regional dos trabalhos arqueológicos preventivos realizados no âmbito de processos de licenciamento e obras, observa-se que 30% decorrem da região de Lisboa e Vale do Tejo, 28% no Norte, 22% no Centro, 12% no Alentejo e 8% no Algarve. A tendência de crescimento ao longo de todo o período em estudo verifica-se em Lisboa e Vale do Tejo e Norte (regiões mais intensamente urbanizadas). No Centro, Alentejo e Algarve, regista-se abrandamento do último quinquénio.

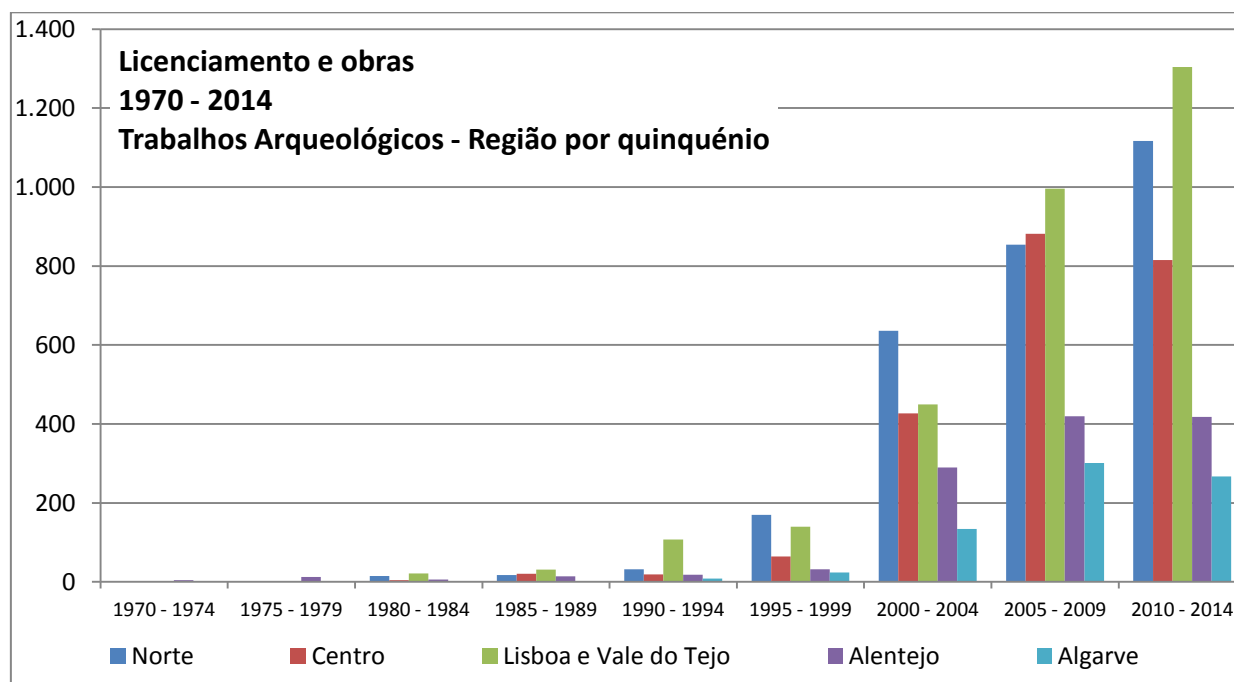


Gráfico 229: Licenciamento e obras, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.

Nestes trabalhos, a entidade enquadrante (quando apurada¹⁹²) foi em 51% dos casos uma empresa de arqueologia, em 21% a administração pública local, em 4% uma universidade ou unidade de investigação portuguesa, em 2% a administração pública central, em 1% (cada) uma associação e uma empresa de outro tipo e, em menos de 1% uma universidade e unidade de investigação estrangeira. Em 19% destes trabalhos não existiu enquadramento institucional. Quase todos os tipos de entidade registam uma curva inicialmente ascendente e posteriormente descendente no número de trabalhos realizados ao longo do período em análise. A administração pública local apenas regista diminuição de valores no último quinquénio. As empresas de

¹⁹² Foi apurada a entidade enquadrante para 9.645 trabalhos arqueológicos preventivos desenvolvidos no âmbito de processos de licenciamento e obras (94% destes).

arqueologia e outras apresentam tendência de crescimento entre 1995 e 2014, o mesmo sucedendo nos trabalhos sem enquadramento institucional (Gráfico 230).

Concluindo, a actividade arqueológica preventiva desenvolvida no âmbito de processos de licenciamento e obras regista um forte e contínuo crescimento nas últimas décadas em Portugal. Quer em 1970 (Alarcão, 1971, p. 8), quer em 1990 (Arnaud, 1991, p. 13-14), as obras urbanas foram identificadas pelos arqueólogos com um campo de aplicação preferencial dos procedimentos de Arqueologia preventiva.

Nos anos 90, a participação de arqueólogos na elaboração de IGT e a consequente inclusão nestes de medidas de salvaguarda especificamente dirigidas ao Património arqueológico permitiram uma aplicação tendencialmente sistemática de medidas arqueológicas preventivas, em qualquer empreendimento mas, principalmente, em obras e operações urbanísticas. Assume particular importância o trabalho sistemático de arqueólogos na gestão urbanística municipal e nos procedimentos de salvaguarda de bens imóveis classificados nas respectivas entidades competentes. Estes procedimentos administrativos de regulação são um importante instrumento de protecção do Património arqueológico. O grande crescimento da actividade arqueológica preventiva realizada no âmbito de obras representou um contributo determinante para a eclosão e crescimento da arqueologia comercial e empresarial (Silva, 2003e, p. 146). Cerca de metade destes trabalhos são enquadrados por empresas de arqueologia, mas assinala-se igualmente a importante intervenção das equipas municipais.

Neste tipo de projectos, verifica-se uma especial incidência dos acompanhamentos arqueológicos. Na distribuição regional, observa-se uma natural prevalência dos territórios mais urbanizados, regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte.

d) Intervenção e/ou valorização em Património arquitectónico

Na actividade arqueológica preventiva incluem-se ainda os projectos e trabalhos desenvolvidos no âmbito da intervenção, reabilitação, restauro e conservação de edifícios históricos (Pereira, 1997), classificados ou não (com especial destaque para as intervenções em igrejas e outros edifícios religiosos). Reconhecidos como elementos patrimoniais passíveis de integrar bens arqueológicos preservados, quer no subsolo, quer em cota positiva, é comum o condicionamento destas intervenções a trabalhos

arqueológicos preventivos. Mais uma vez, salienta-se a relevância da inclusão da componente arqueológica nos procedimentos de salvaguarda de bens imóveis classificados.

Foram analisados 659 trabalhos arqueológicos (3% dos integrados em arqueologia preventiva, categoria C) e 323 projectos (4% dos integrados em arqueologia preventiva, categoria C) desenvolvidos no âmbito de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico, numa actividade apenas registada a partir de meados dos anos 80 do século XX.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos arqueológicos de Categoria C - 20.915
Projectos preventivos - 8.016
Trabalhos arqueológicos no âmbito de projectos de valorização de imóveis classificados - 659
Projectos no âmbito de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico - 323

À semelhança do que ocorre nos processos de licenciamento e obras, a actividade arqueológica (projectos e trabalhos) preventiva realizada no âmbito de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico apresenta uma tendência linear crescente, entre 1985 e 2014.

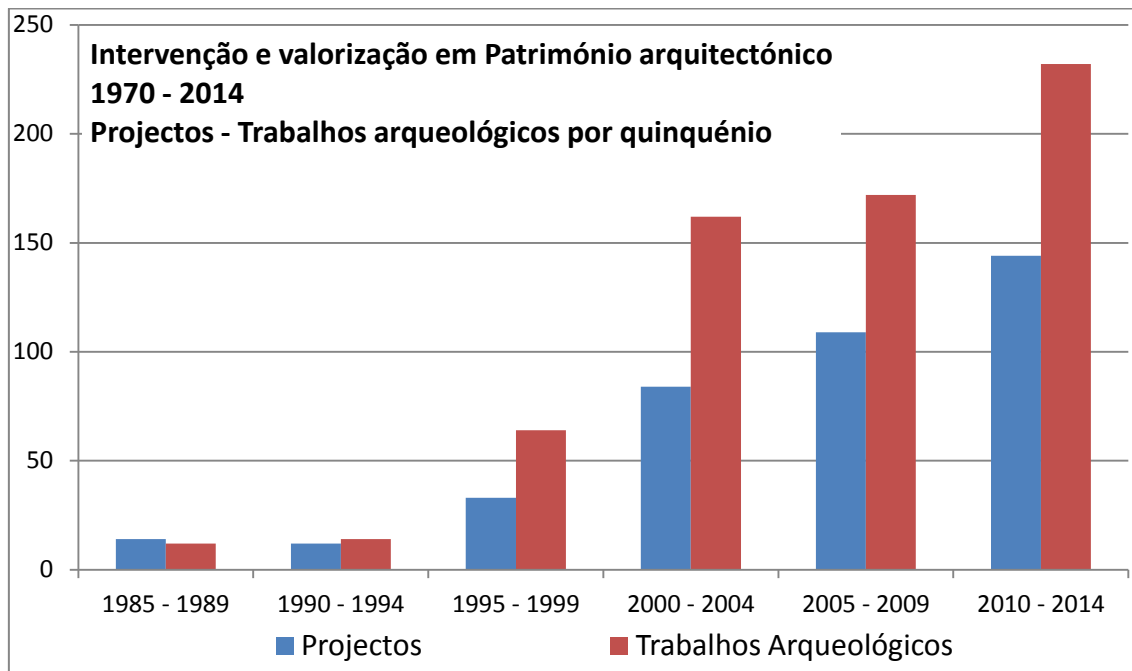


Gráfico 231: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico, incluem 58% de escavações, 39% de acompanhamentos,

1% (cada) de levantamentos e intervenções de conservação e restauro e número irrelevante de prospecções. Entre 2000 e 2014, o número de escavações é tendencialmente estável, enquanto os acompanhamentos registam crescimento.

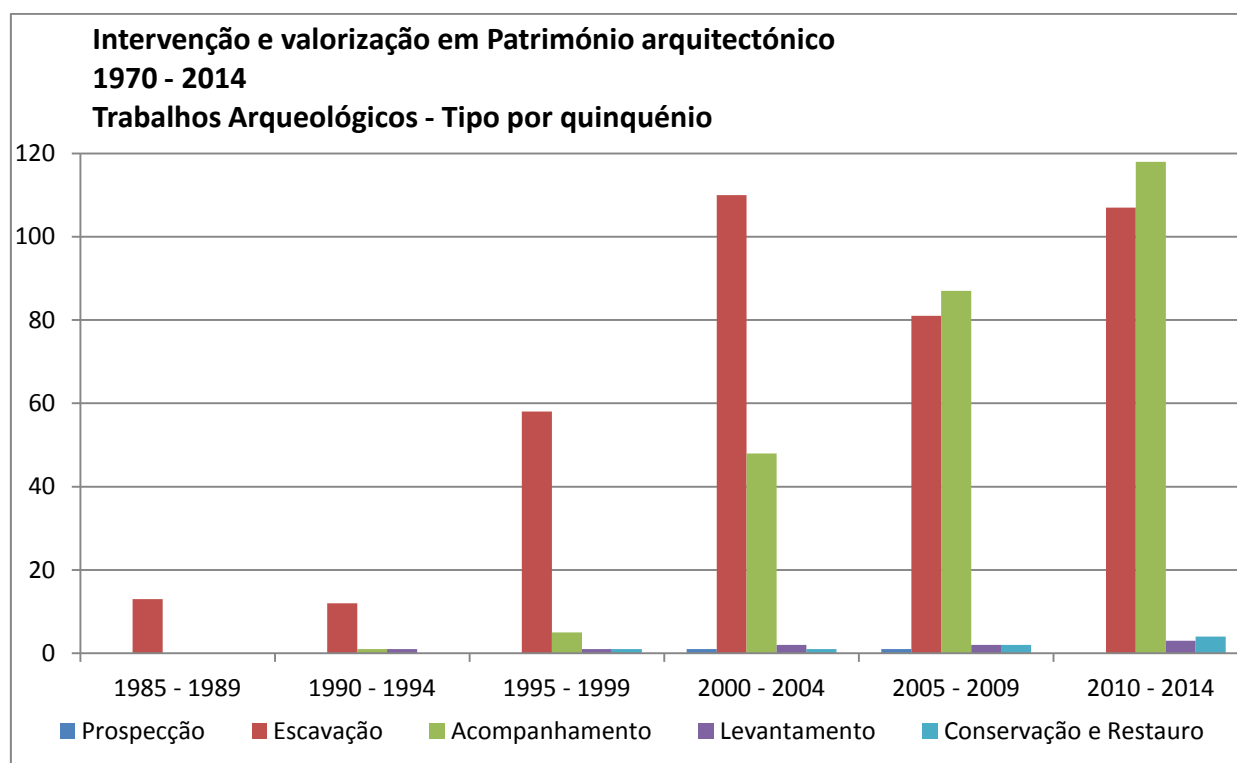


Gráfico 232: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo por quinquénio.

Regionalmente, os trabalhos arqueológicos preventivos realizados no âmbito de projectos de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico distribuem-se desta forma: 32% em Lisboa e Vale do Tejo, 23% no Norte, 22% no Centro, 14% no Alentejo e 9% no Algarve. Nos últimos vinte anos em estudo, na região Norte, estes trabalhos apresentam-se relativamente estáveis; no Centro e em Lisboa e Vale do Tejo, revelam crescimento; no Alentejo e no Algarve, diminuem no último quinquénio.

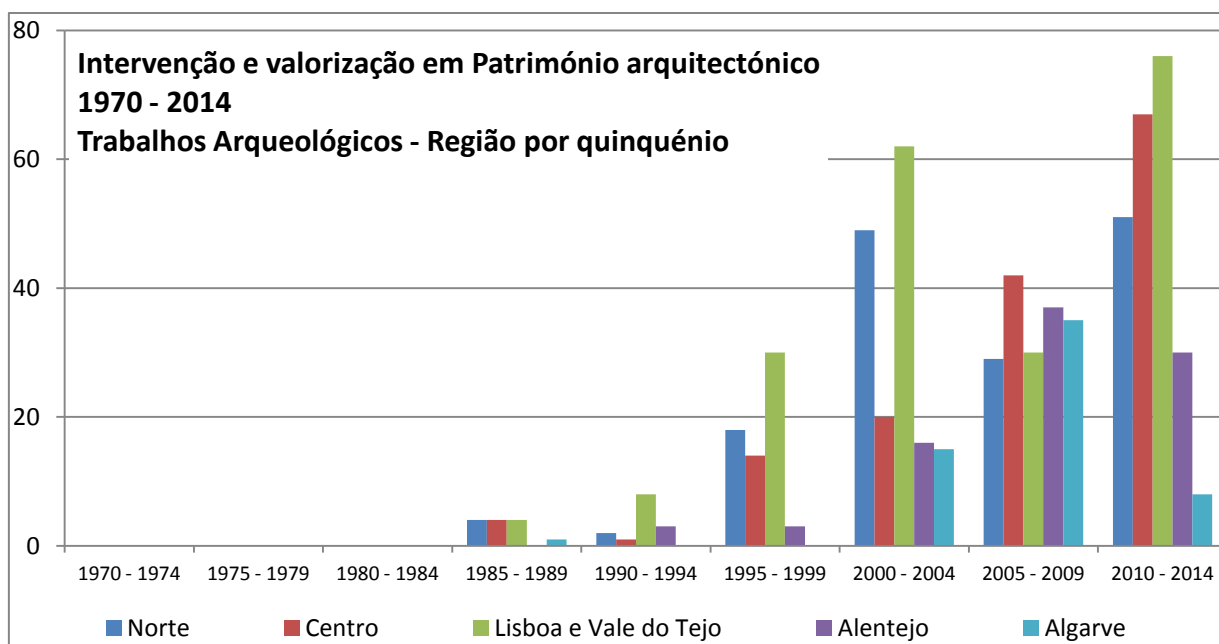


Gráfico 233: Intervenção e valorização em Património arquitectónico, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região por quinquénio.

A entidade enquadrante (quando apurada¹⁹³) foi em 33% dos casos uma empresa de arqueologia, seguindo-se a administração pública local com 30%, a administração pública central com 21%, as universidades e unidades de investigação portuguesas com 6%, as associações com 2% e as outras empresas com menos de 1%. Os trabalhos sem entidade enquadrante representam 7%. Entre 1995 e 2004, o papel da administração pública central é relevante, mas nos dez anos seguintes, entre 2005 e 2014, o protagonismo é assumido pelas empresas de arqueologia e pela administração pública local (Gráfico 234).

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico ocorrem desde 1985 (Real, 1993b, p. 304) e apresentam tendência de crescimento até 2014, mas não em todas as regiões do país. São essencialmente escavações, mas o crescimento neste tipo de trabalho deve-se à evolução ascendente dos acompanhamentos. Têm uma distribuição regional relativamente equilibrada, embora com alguma vantagem para a região de Lisboa e Vale do Tejo. Mais uma vez, são principalmente as empresas de arqueologia que

¹⁹³ Foi apurada a entidade enquadrante para 615 trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de projectos de intervenção e valorização de património arquitectónico (93% destes).

garantem o enquadramento destes trabalhos, registando-se ainda assim, uma presença significativa da administração pública local e central.

7.8.4. Emergência e salvamentos

Como já foi referido (ponto 7.4.), os trabalhos e projectos de emergência (desde 1999, de categoria D) são acções não programadas de emergência (ou salvamento) em sítios arqueológicos em perigo iminente ou em processo de destruição devido a factores naturais ou antrópicos. Nem sempre foi fácil a distinção entre trabalhos de categoria D – Emergência e de categoria C – Preventivos. Contabilizaram-se 445 trabalhos arqueológicos (2% do total) e 331 projectos (3% do total) realizados no âmbito da arqueologia de emergência ou de salvamento.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
 Projectos - 9.664
 Trabalhos Arqueológicos no âmbito de projectos de Emergência - 445
 Projectos de Emergência - 331

A evolução da actividade de emergência em sítios e bens arqueológicos (trabalhos e projectos) relevou uma tendência de crescimento absoluto entre 1970 e 1999, seguida de uma fase de diminuição entre 2000 e 2014.

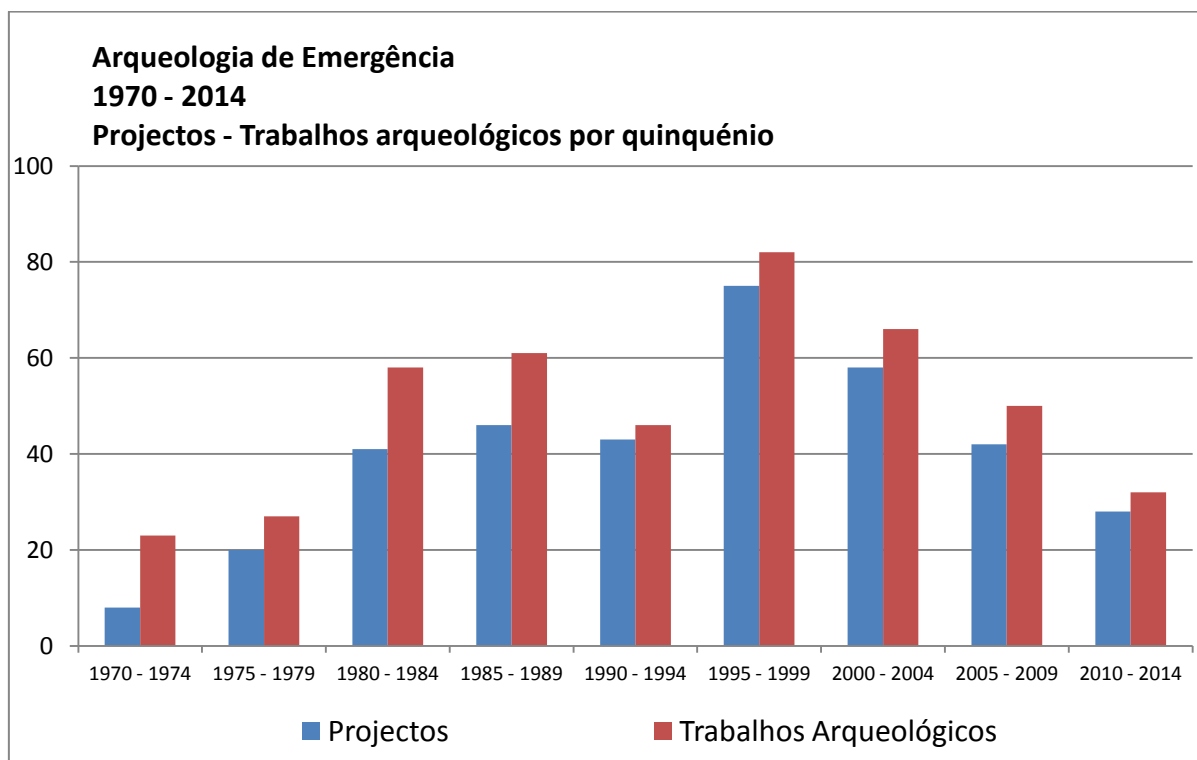


Gráfico 235: Arqueologia de Emergência, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Verificaram-se algumas dificuldades na identificação do agente que provocou o impacto destrutivo na origem dos trabalhos arqueológicos de emergência. Ainda assim, foi possível apurar que 59% dos trabalhos de emergência ocorreram no âmbito de obras, 11% decorreram de trabalhos agrícolas, 9%, de processos erosivos naturais, 6% de trabalhos florestais, 5% de exploração de pedreiras e outro tipo de actividades extractivas, 5% de actos de vandalismo e 5% decorrentes de pressão antrópica, aluimentos de terrenos e ruína de edifícios.

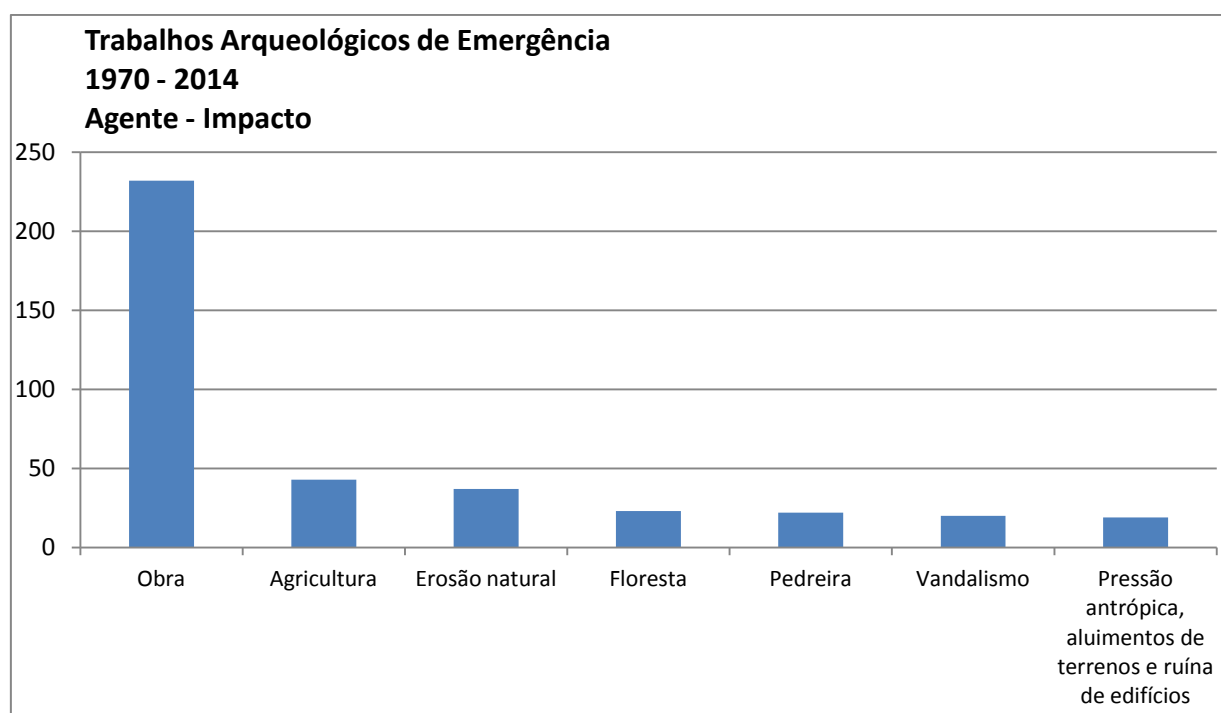


Gráfico 236: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Agente - Impacto.

Quanto ao tipo de trabalhos realizados nesta categoria, como já foi referido (ponto 7.4.1.), predominam as escavações, seguindo-se os levantamentos, as prospecções e os acompanhamentos. Os trabalhos de escavação, largamente maioritários, têm uma evolução quinquenal semelhante ao total da categoria. Os trabalhos de levantamento, prospecção e acompanhamento distribuem-se equilibradamente ao longo do período em estudo.

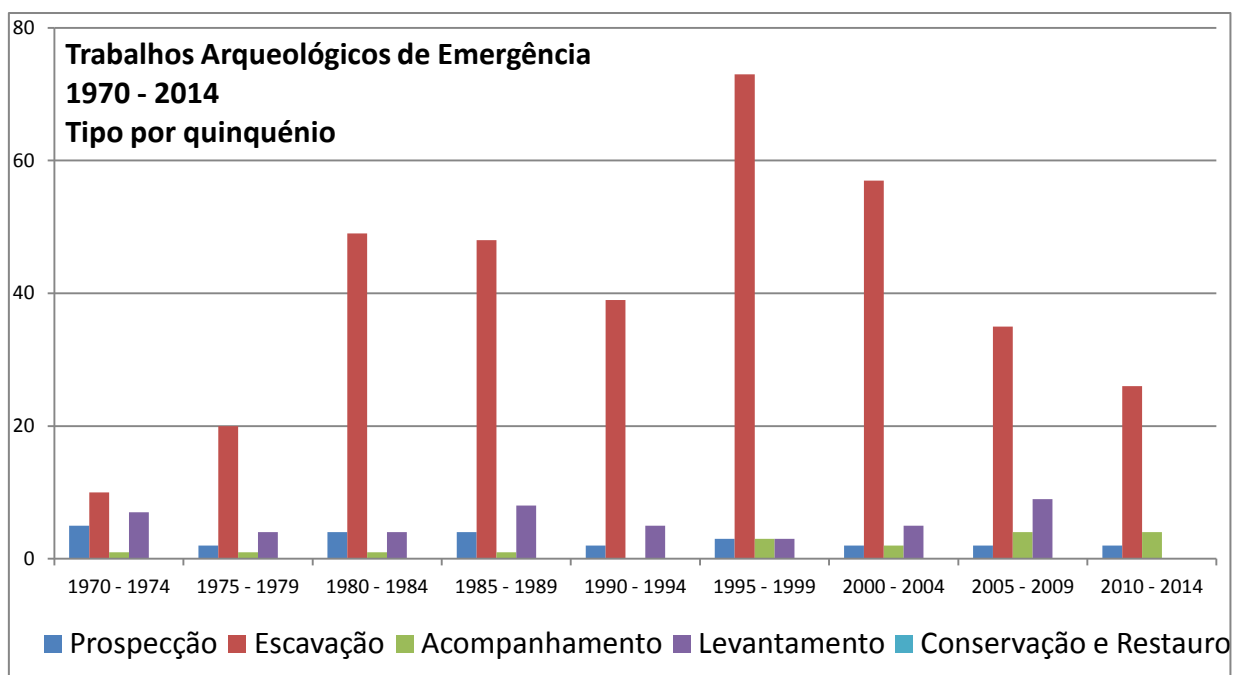


Gráfico 237: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Tipo por quinquénio.

Os trabalhos de emergência registam maior incidência na região de Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se a região Norte, o Alentejo, o Centro e o Algarve. Em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Centro replica-se a tendência nacional: crescimento entre 1970 e 1999, seguido de diminuição, entre 2000 e 2014. Na região Norte, o número máximo de intervenções emergência ocorreu entre 1980 e 1984, registando-se de seguida um decréscimo, para valores estáveis entre 1990 e 2014. No Algarve, o quinquénio com maior número de salvamentos foi 2000-2004.

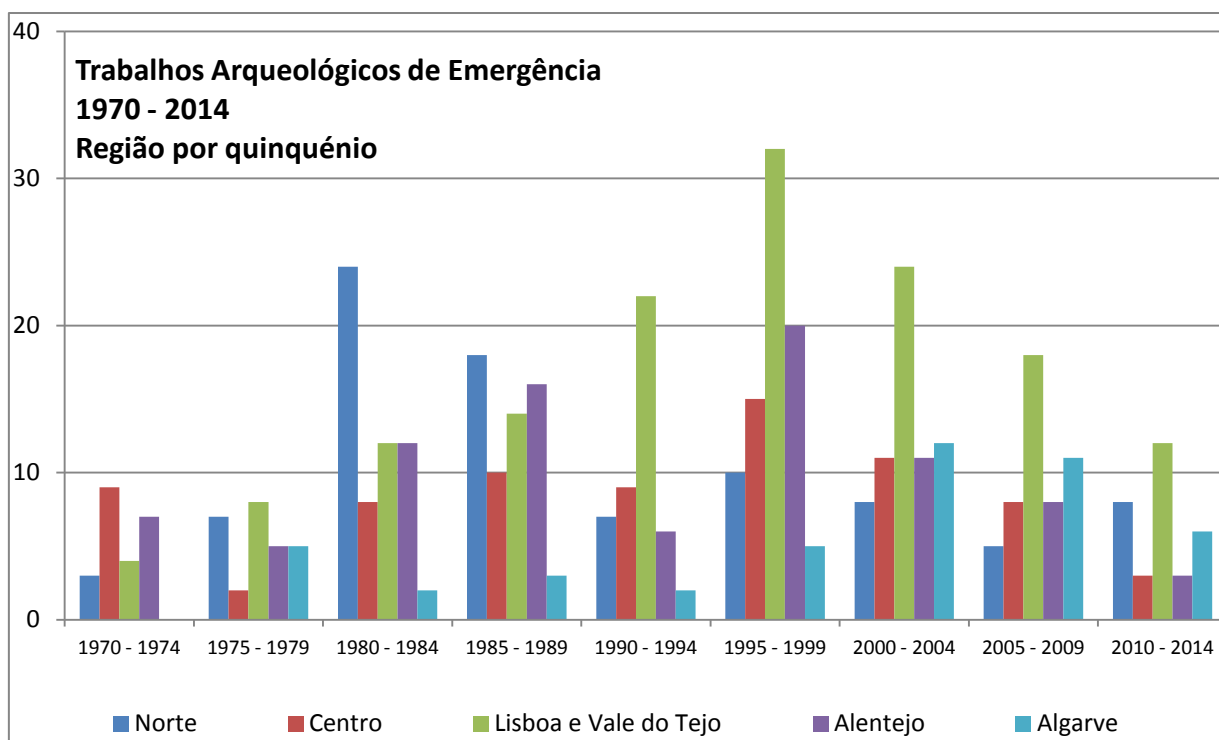


Gráfico 238: Trabalhos Arqueológicos de Emergência, 1970 - 2014. Região por quinquénio.

Os trabalhos desta categoria são enquadrados essencialmente pela administração pública local, universidades e unidades de investigação portuguesas, administração pública central e associações (ponto 7.7.1.). No enquadramento de trabalhos de emergência, a administração pública local e a central registam crescimento entre 1970 e 1999, seguido de diminuição, entre 2000 e 2014; as universidades e unidades de investigação portuguesas atingiram valor máximo entre 1980 e 1989; e as associações, na primeira metade dos anos 80 do século XX (Gráfico 239).

A actividade arqueológica de emergência em Portugal cresceu nos primeiros trinta anos em estudo, decaindo no século XXI. À semelhança do verificado na categoria C - Preventiva, também as intervenções de emergência ocorreram principalmente em contexto de obra. Nesta categoria, predominam as escavações, mas os trabalhos de levantamento registam presença interessante. As emergências revelaram especial incidência na região de Lisboa e Vale do Tejo, e tiveram como principais entidades enquadrantes a administração pública local e as universidades e unidades de investigação portuguesas.

A Arqueologia de emergência ou salvamento é referida na LBPC/85 (Anexo 21), considerando que o plano de trabalhos arqueológicos anual deveria conferir especial

atenção aos sítios “que corram perigo de destruição”. Por outro lado, é também definido o procedimento a adoptar no caso do aparecimento fortuito de realidades arqueológicas: “dar imediato conhecimento à autoridade local, que, por sua vez, informará de imediato o Ministério da Cultura, a fim de serem tomadas as providências convenientes”, tais como “a salvaguarda desses testemunhos (...), nomeadamente recorrendo a entidades científicas de reconhecida idoneidade que efectuem estudos na região”.

No início dos anos 70, as emergências eram recorrentes, sendo pontualmente apoiadas técnica e financeiramente pela JNE (Oleiro, 1974, p. 22). O já referido projecto de salvamento da arte rupestre do vale do Tejo afectada pela Barragem de Fratel (Jorge e Jorge, 1996a, p. 152; Gomes, 2010) foi precisamente um salvamento, apesar de se inscrever igualmente numa lógica de minimização de impactes daquele projecto. A partir de 1974, em face de ameaças como turismo, urbanização, industrialização, construção de vias de comunicação e agricultura (Viegas, 1975, p. 243; Silva, 1977, p. 8), as intervenções de emergência tornam-se mais frequentes (Jorge e Jorge, 1996a, p. 144), registando-se propostas para a criação de equipas especialmente vocacionadas para lhes acorrer (Viegas, 1975, p. 243).

O salvamento de Bracara Augusta foi a primeira grande experiência de salvamento de carácter institucional desenvolvida em Portugal (Silva, 2002a, p. 307). O movimento nasceu em contexto associativo em 1973, mas rapidamente foi integrado numa estrutura da administração central (Alves, 2019, p. 8-9), o Campo Arqueológico de Braga. Esta experiência constituiu um laboratório de experimentação para diversas soluções institucionais para a Arqueologia portuguesa, uma vez que ao Campo Arqueológico de Braga sucederam a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Martins, 1989, p. 170), o SRAZ Norte (o primeiro a ser criado no IPPC), o Museu de D. Diogo de Sousa (Silva, 2002a, p. 314) e o serviço municipal de Arqueologia de Braga. Assim, em consequência deste projecto de salvamento, a cidade de Braga tornou-se, no final dos anos 70 e início dos 80, um dos mais importantes polos da Arqueologia portuguesa (Alves, 2019, p. 17).

O carácter reactivo e não programado da actividade arqueológica de emergência e salvamento, bem como a dissociação entre quem provoca o dano e quem arca com o ónus da mitigação, são características da Arqueologia praticada nos anos 70 e 80 do

século XX, em Portugal. Os volumes da *Informação Arqueológica* (AAVV, 1979 a 1994) contêm, aliás, um capítulo destinado a relatar as situações de destruição de património e as intervenções de emergência despoletadas para lhes fazer face. A Arqueologia em meio urbano transforma-se no principal palco das emergências em Portugal (Silva, 1978, p. 36; Departamento de Arqueologia, 1986, p. 11-12).

Nos anos 80 as situações de emergência arqueológica multiplicam-se (Silva, 1994a, p. 91; Silva, 2003e, p. 143), tornando-se numa das mais importantes tarefas desenvolvidas pelos SRAZ do IPPC (Silva, 1989b, p. 95; Lemos, 1992, p. 56; Silva, 2002a, p. 308; Parreira, 2007a, p. 98), mas também pelas universidades (Jorge, 1982b, p. 3) e pelos municípios (Gonçalves, 1980a, p. 52). Neste contexto, o PNTA financia estas intervenções (PNTA, 1984, p. 50) e é proposto um *Programa para a Arqueologia Nacional* para enquadrar as necessidades ao nível dos salvamentos e da conservação dos sítios arqueológicos (Silva, 1987, p. 12). O inventário é assumido como uma forma de evitar e combater as emergências (Martins, 1986, p. 3).

A tendência de crescimento das emergências prolonga-se pelos anos 90, com a multiplicação das situações de destruição arqueológica (Jorge, 1993, p. 1). Muito embora todos os agentes da Arqueologia portuguesa continuem a dedicar os seus esforços a mitigar este flagelo (Marques, 1994, p. 83; Jorge, 2003, p. 143), sucedem-se as perdas patrimoniais e de informação arqueológica, ou seja a perda de “património de investigação” (Santos, 1991, p. 131). A incapacidade de resposta evidenciada desencadeou uma profunda crise na Arqueologia portuguesa e no seu modelo de gestão (Oosterbeek, 1997, p. 50), cujo principal episódio ocorreu no Vale do Côa (Silva, 2002a, p. 315). A criação e funcionamento do IPA, a profunda revisão do regime jurídico de gestão do Património arqueológico e da actividade desenvolvida, ou seja, a introdução dos procedimentos de Arqueologia preventiva em Portugal, no final dos anos 90, foram reacções à falência da Arqueologia de emergência e salvamento.

Saliente-se que a motivação de base para a criação do IPA em 1997 e que se veio a consubstanciar no seu programa de actuação se relacionava com a necessidade de evitar as situações de destruição do Património arqueológico imóvel e a consequente necessidade de desenvolver intervenções arqueológicas de emergência. “O estado incipiente de desenvolvimento e de estruturação em que se encontra a actividade arqueológica em Portugal tem sido causador de prejuízos acentuados para o País,

tanto pela perda de Património e informação de interesse relevante, nacional ou mesmo internacional (...) decorrente da identificação tardia de bens patrimoniais a cuja preservação o Estado Português está obrigado”. (...) As necessidades da vida moderna tornam inevitável a realização de intervenções profundas na paisagem (...). Nos últimos decénios, generalizou-se assim, em todos os países desenvolvidos, a prática de fazer preceder essas intervenções dos estudos arqueológicos necessários à recuperação do máximo de informação que, pelos padrões científicos do momento, é possível extrair dos «arquivos da terra»” (Orgânica do IPA, prólogo, Anexo 33). O objectivo era implementar um programa preventivo de salvaguarda arqueológica - prevenir - intervir - registar - num momento anterior ao impacte destrutivo e assim descartar a necessidade de intervir em regime de emergência, quando a destruição decorria ou já se tinha consumado. De facto, e apesar da persistência nos anos mais recentes de situações de emergência, o seu peso absoluto e relativo diminuiu para valores inferiores à unidade percentual.

Os empreendimentos florestais e agrícolas constituem excepção nada despicienda deste panorama geral¹⁹⁴. Tendo sido identificados no início dos anos 90 como um tipo de empreendimento que requeria solução no âmbito da Arqueologia preventiva (Arnaud, 1991, p. 13-14), não foi ainda possível encontrar uma abordagem sustentadamente eficaz. Estas operações implicam, frequentemente, um impacte considerável na paisagem e no subsolo, tendo-se assistido nos últimos anos a inúmeras e graves afectações do Património arqueológico, sem que se assegure, no quadro geral do licenciamento, financiamento e regulação destas actividades, a promoção dos adequados procedimentos de salvaguarda patrimonial (Silva, 2005b, p. 90; Caninas, Henriques e Gouveia, 2008; Valente, 2018; Bragança *et al.*, 2019; Bragança *et al.*, 2020; Pereiro, 2020).

7.8.5. Arqueologia Urbana

No presente trabalho, consideram-se trabalhos e projectos em Arqueologia Urbana os que decorrem em espaço urbano actual, incidindo essencialmente sobre espaços

¹⁹⁴ Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito deste tipo de situações têm sido integrados na categoria C – Prevenção, embora com frequência muito superior à desejável tenham início em momento posterior à ocorrência do impacte destrutivo, ou seja, constituam, de facto, emergências.

urbanos históricos (Bugalhão, 2018c, p. 32). Procedeu-se à análise da actividade arqueológica urbana, entre 1970 e 2014, em Portugal. Foram registados 9.707 trabalhos arqueológicos (35% do total) e 3.832 projectos (40% do total), realizados em espaço urbano.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768
Projectos - 9.664
Trabalhos Arqueológicos em espaço urbano - 9.707
Projectos em espaço urbano - 3.832

Ao contrário do verificado em outros segmentos da actividade arqueológica nacional, na Arqueologia urbana verificou-se um crescimento contínuo e muito significativo entre 1970 e 2014. Nos anos 80 do século XX, este crescimento desenvolve-se essencialmente nos núcleos urbanos de Braga, Almada, Mértola e Tomar. Mas dos anos 90 em diante, a prática arqueológica em ambiente urbano generaliza-se a todo o território nacional, muito embora com expressão quantitativa muito diferenciada em cada cidade. Entre 2000 e 2004, o número de trabalhos e projectos quase quadruplica, muito devido à actividade arqueológica nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Salienta-se por fim que, ao contrário do que se regista para a globalidade da actividade arqueológica, entre 2010 e 2014, a actividade arqueológica urbana não regista qualquer contracção.

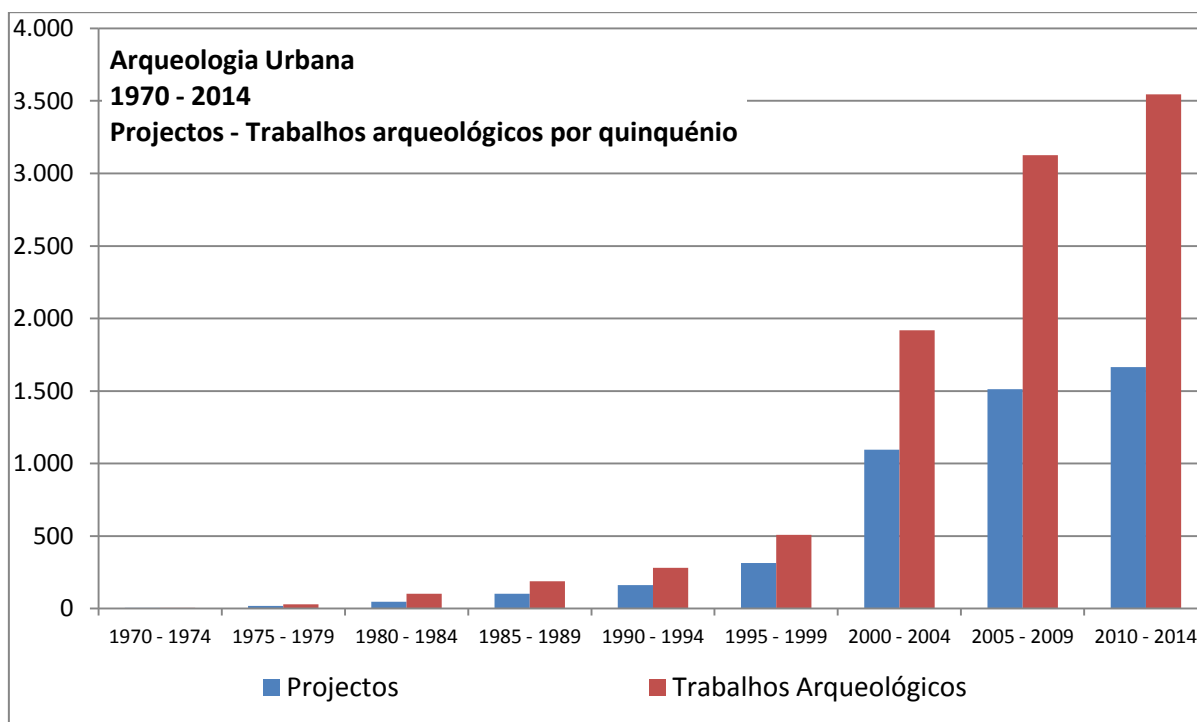


Gráfico 240: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Mais relevante, contudo, na análise da evolução temporal, é o constante aumento de importância relativa da Arqueologia urbana na actividade global. A Arqueologia em meio urbano evolui de um peso relativo de 4%, entre 1970 e 1974, para 45% entre 2010 e 2014, sem retracção no último quinquénio. Esta divergência poderá explicar-se com a constante pressão de obras e intervenções em espaço urbano, onde, aparentemente, os efeitos da crise económica de 2008 (e anos seguintes), não se fizeram sentir de forma evidente, possivelmente devido à sua simultaneidade com o crescimento do turismo nas cidades portuguesas.

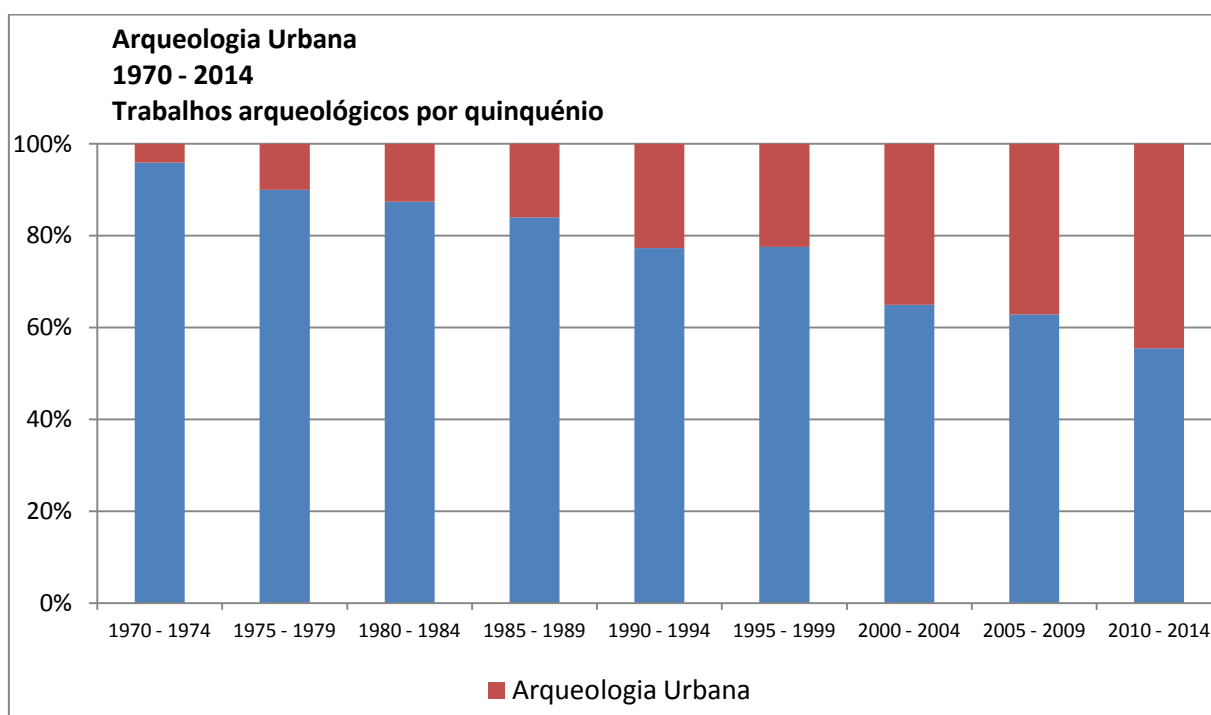


Gráfico 241: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

Relativamente à categoria, entre 1970 e 2014, 93% das intervenções urbanas foram preventivas, 6% são de investigação, 1% de emergência e menos de 1% de valorização. Até 1989, a maioria dos trabalhos realizados em meio urbano eram de categoria A – investigação. Mas a partir de 1990, a categoria C- preventiva foi crescentemente predominante, até atingir mais de 98% do total, entre 2010 e 2014 (Bugalhão, 2018c, p. 34). As intervenções de investigação alcançaram valores máximos (em redor da centena) entre 1985 e 1989 e entre 1995 e 1999, decrescendo acentuadamente de seguida. As intervenções de emergência alcançaram valores máximos (em redor das duas dezenas) entre 1990 e 1999, decrescendo de seguida.

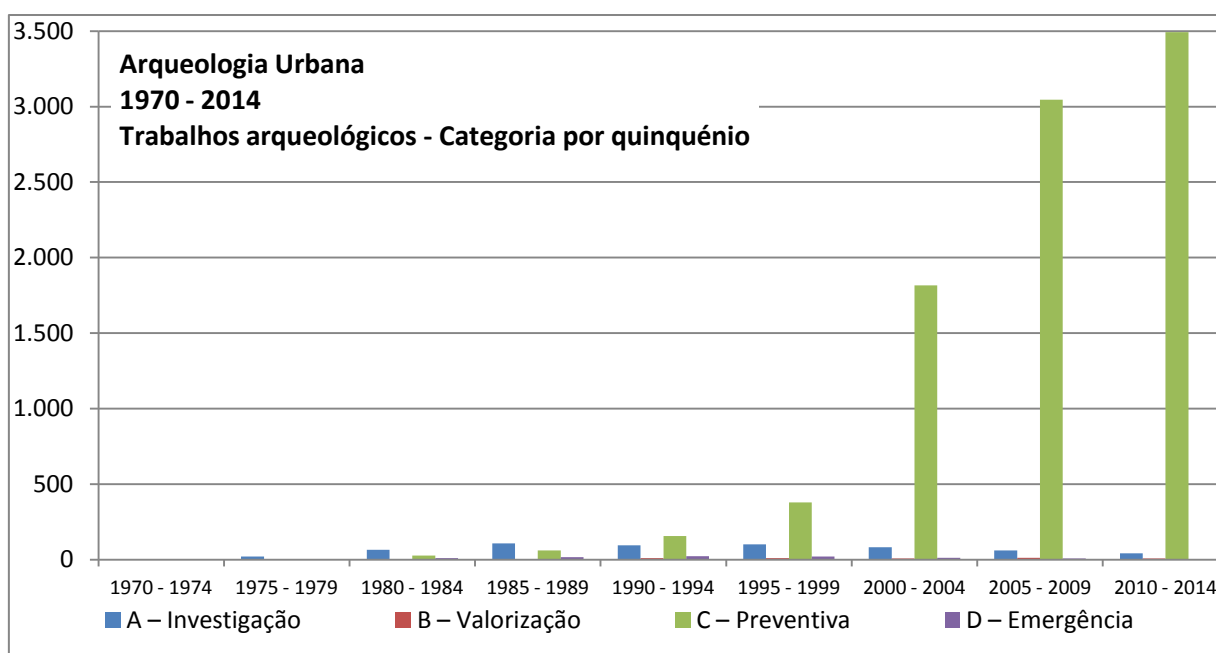


Gráfico 242: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Categoria por quinquénio.

Foram tipificados os projectos de enquadramento das intervenções urbanas¹⁹⁵ nas categorias “construção e remodelação de imóveis”, “infra-estruturas de subsolo”, “intervenção e valorização em monumentos arquitectónicos e arqueológicos” e “espaço público, rede viária, transportes e estacionamento” (Bugalhão, 2018c, p. 34). A construção e remodelação de imóveis motivaram 50% dos trabalhos arqueológicos urbanos; as infra-estruturas de subsolo 24%; a intervenção e valorização em Património arquitectónico e arqueológico 18%; e as intervenções em espaço público, rede viária, transportes e estacionamento 8%.

Os projectos de intervenção e valorização em monumentos arquitectónicos e arqueológicos, maioritários inicialmente, vão perdendo relevância ao longo do período em estudo. Os projectos de construção e remodelação de imóveis foram sempre relevantes e consolidam a sua posição ao longo do tempo. Os projectos relacionados com a implantação ou renovação de infra-estruturas de subsolo assumem um peso relativo significativo nos últimos quinze anos. Por fim, as intervenções em espaço público, rede viária, transportes e estacionamento têm uma presença quase permanente, mas tendencialmente discreta.

¹⁹⁵ O tipo de projecto de arqueologia urbana foi apurado para todos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em espaço urbano.

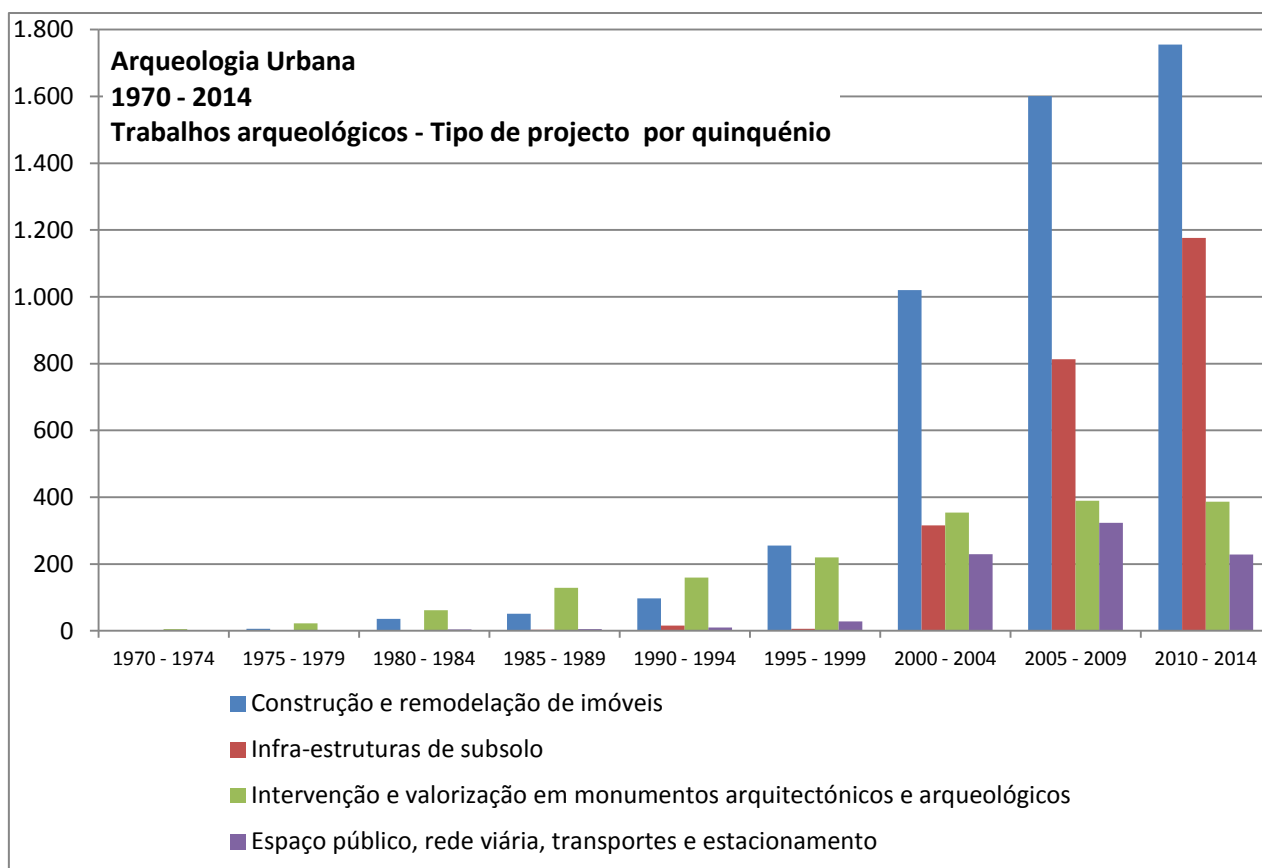


Gráfico 243: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo de projecto por quinquénio.

Na actividade arqueológica realizada em ambiente urbano, entre 1970 e 2014, 56% são acompanhamentos, 42% escavações, e 1% (cada) prospecções, levantamentos e intervenções de conservação e restauro. Até 1999, a escavação é o tipo de trabalho largamente maioritário. Contudo, a partir dos anos 90 de século XX, os trabalhos de acompanhamento arqueológico ganham progressivamente terreno, tornam-se mais numerosos a partir de 2000, atingindo 70% do total entre 2010 e 2014 (ver ponto 7.5.).

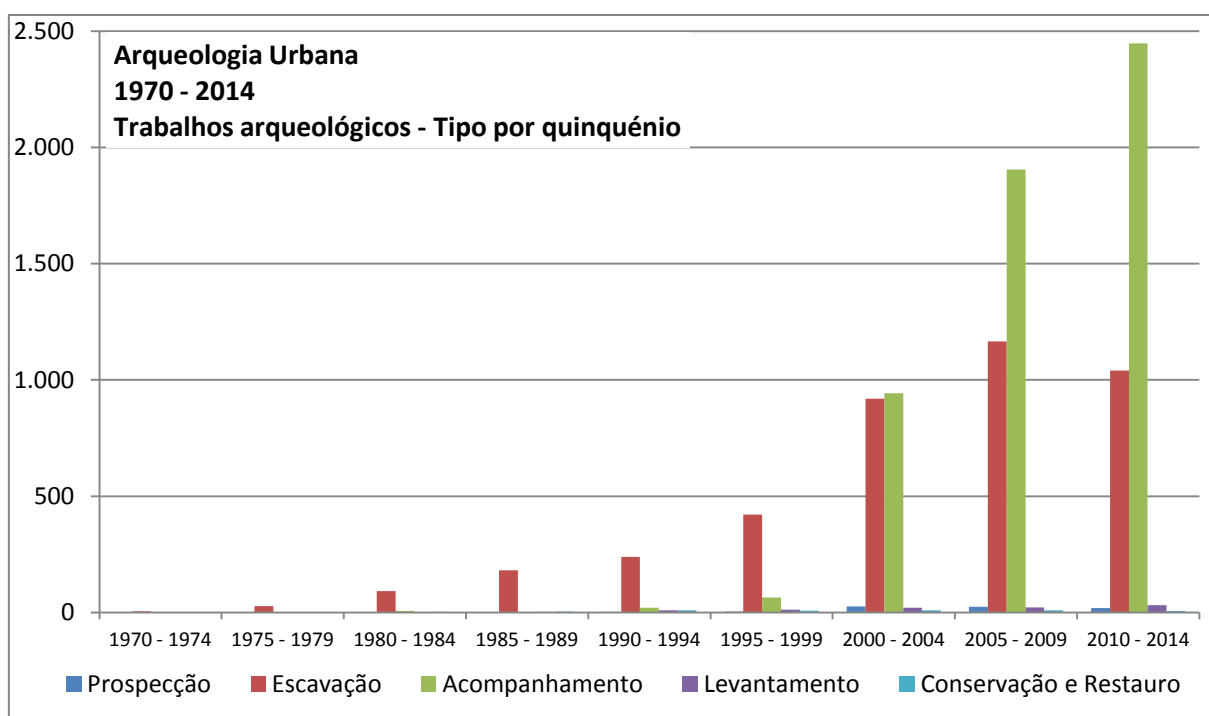


Gráfico 244: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Tipo por quinquénio.

Relativamente à distribuição geográfica da actividade arqueológica urbana, verifica-se que 32% se desenrola na região de Lisboa e Vale do Tejo, 27% na região Norte, 22% na região Centro, 11% no Alentejo e 8% no Algarve. Ao longo período em estudo, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que concentra maior número de trabalhos arqueológicos em meio urbano, com excepção do quinquénio de 2000-2004, em que é suplantada pela região Norte. As regiões Centro e Algarve registam uma actividade urbana especialmente intensa entre 2005 e 2009.

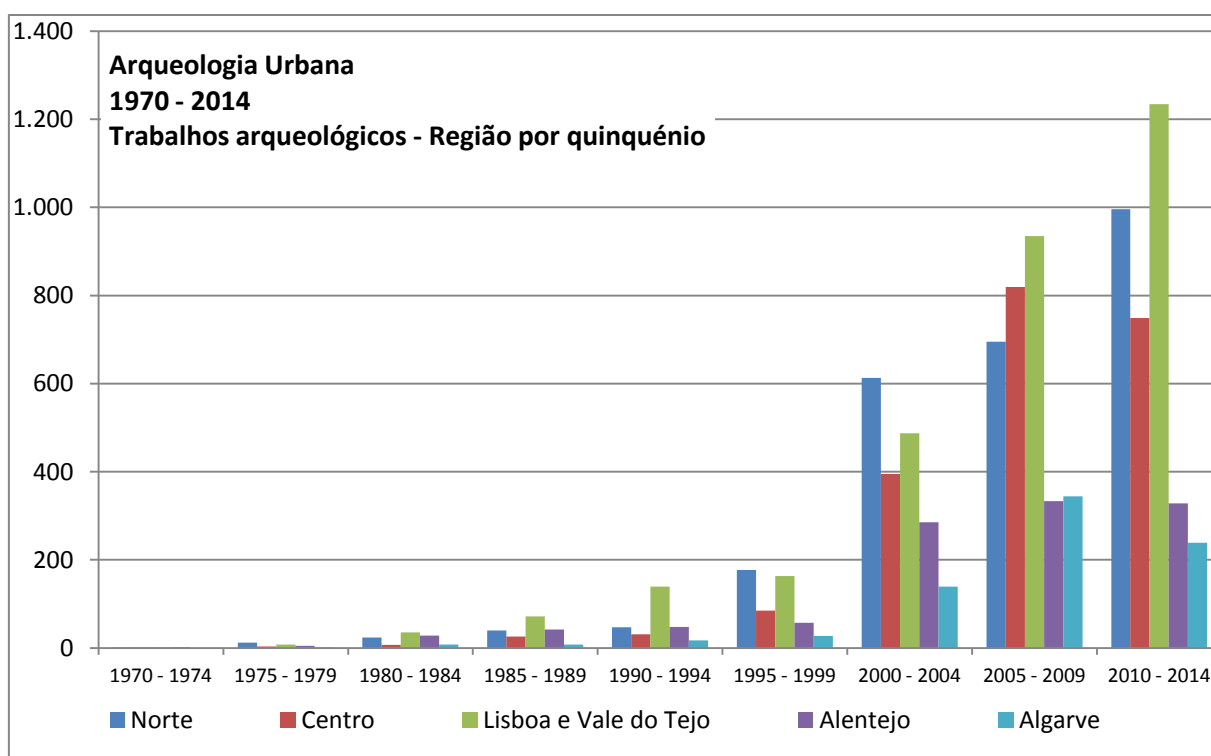


Gráfico 245: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Trabalhos arqueológicos - Região por quinquénio.

Esta actividade desenvolve-se em concreto nos aglomerados urbanos. Considerando a cidade como um “sítio arqueológico”, a sua dimensão (em termos urbanos históricos) e a estratégia de gestão do Património arqueológico urbano aí implementada, ao longo do período em estudo, observam-se grandes diferenças de escala entre as diversas cidades (Bugalhão, 2018c, p. 34).

Em primeiro lugar, destaca-se Lisboa como o mais extenso e importante sítio arqueológico português. Não se pretende aqui caracterizar o complexo fenómeno arqueológico urbano de Lisboa, aliás já objecto de diversos estudos específicos (Bugalhão, 2008 e 2017c). Mas é inegável a diferença de importância entre esta e as restantes realidades urbanas portuguesas, a nível arqueológico. No período em estudo, Lisboa regista um número de intervenções arqueológicas próximo dos dois milhares, representando nos primeiros anos do século XXI cerca de 5% da actividade arqueológica nacional e rondando, entre 2019 e 2020, os 20% da mesma.

Em segundo lugar, observam-se as cidades do Porto e de Coimbra, com valores próximos das oito centenas de intervenções arqueológicas. Por fim, enumeram-se dezassete núcleos urbanos com mais de 100 intervenções, sendo que Braga regista

cerca de 300 intervenções, e as cidades de Évora, Santarém e Lagos valores ligeiramente superiores a duzentas intervenções. Destes vinte núcleos urbanos, sete integram a região Norte; quatro, Lisboa e Vale do Tejo; quatro, o Algarve; três, o Centro; e dois, o Alentejo.

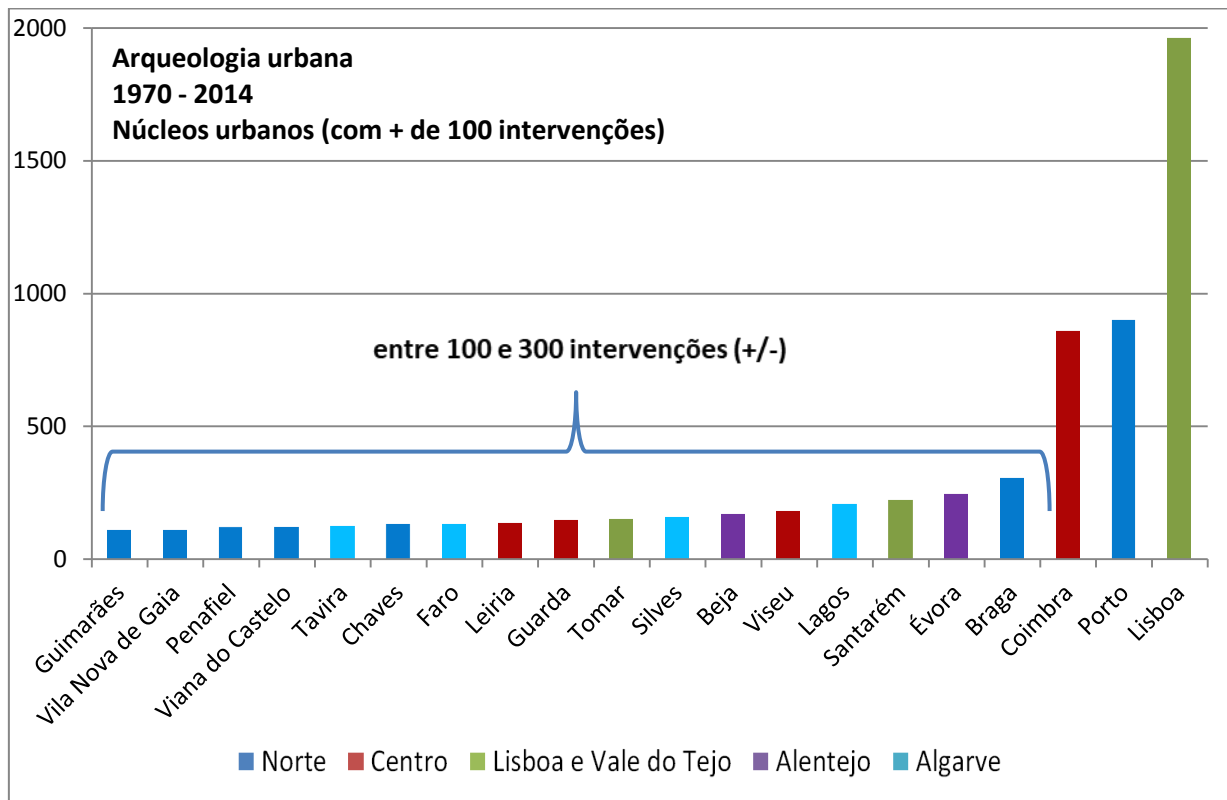


Gráfico 246: Arqueologia Urbana, 1970 - 2014. Núcleos urbanos (com + de 100 intervenções).

No que se refere ao tipo de entidade enquadrante¹⁹⁶ das intervenções em meio urbano, observa-se que 47% são empresas de arqueologia, 22% dizem respeito à administração pública local, 6% a universidades ou unidades de investigação portuguesas, 4% à administração pública central, 2% a associações, 1% a outro tipo de empresas e num valor muito residual (0,2%) a universidades ou unidades de investigação estrangeiras. Entre os trabalhos arqueológicos urbanos 18% não tiveram qualquer tipo de enquadramento institucional.

Ao longo do período de actividade das empresas de arqueologia, entre 1995 e 2014, o seu enquadramento de trabalhos em meio urbano revela uma contínua tendência de crescimento. O mesmo se verifica, embora em menor escala para empresas de outro

¹⁹⁶ Foi apurada a entidade enquadrante para 9.132 trabalhos arqueológicos desenvolvidos em espaço urbano (94% destes).

tipo. Os organismos da administração pública local registam também uma tendência ascendente no enquadramento da actividade arqueológica urbana, mas apenas até 2009, decrescendo no quinquénio de 2010-2014. As universidades e unidades de investigação portuguesas, a administração pública central e as associações registam também um crescimento no número de trabalhos por si enquadrados até 2004, decrescendo nos últimos dez anos em análise. Salienta-se o número expressivo e em franco crescimento dos trabalhos arqueológicos realizados em meio urbano sem enquadramento institucional (Gráfico 247).

A Arqueologia urbana era até ao início dos anos 90 uma realidade emergente que, com a institucionalização da Arqueologia preventiva e a consolidação da Arqueologia municipal, se sistematizou nos centros históricos mais importantes, chegando a quase todos os aglomerados urbanos antigos. Esta evolução traduz-se num crescimento ininterrupto da Arqueologia em meio urbano, entre 1970 e 2014, em Portugal. A Arqueologia urbana desenvolvida em Portugal (essencialmente, escavações e acompanhamentos arqueológicos) é quase sempre de natureza preventiva (nomeadamente, no âmbito de projectos de construção e remodelação de imóveis e de implantação ou renovação de infra-estruturas de subsolo). Ao nível da distribuição regional, observa-se uma certa prevalência da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas principalmente do colossal sítio arqueológico de Lisboa. O enquadramento institucional da Arqueologia urbana revela, mais uma vez, dois dos seus principais traços: a forte relação com a Arqueologia preventiva comercial e a importância do papel desenvolvido pela administração pública local.

A Arqueologia urbana surge na sequência da II Guerra Mundial e consequentes devastação e reconstrução de um número considerável de cidades europeias (Martins, 1997, p. 91). O extraordinário desenvolvimento económico, social e cultural vivido na generalidade dos países europeus ocidentais no pós-guerra gerou uma forte e continuada pressão sobre os tecidos urbanos históricos. Esta realidade material, problemática e complexa, conjugada com a eclosão das teorias, práticas e métodos de intervenção no Património Cultural, veio a ser, de algum modo, conceptualizada e normalizada na Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios do ICOMOS, 1964), que amplia o conceito de monumento

arquitectónico para a asserção de sítio urbano, “inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido” (Martins, 1997, p. 103). Mais de duas décadas depois, duas outras convenções internacionais vieram desempenhar um papel relevante na Arqueologia urbana: a Carta de Washington, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987) e a Convenção de Malta (1992) (Anexo 40). A LPC/85 (Anexo 21) reconheceu o potencial arqueológico do subsolo urbano: “dada a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas, o Ministério da Cultura promoverá a publicação de legislação cautelar específica que contemple as diversas situações” (artigo 40.º). A legislação de desenvolvimento nunca foi publicada, mas tal não impediu a evolução da Arqueologia urbana portuguesa (Silva, 1994b, p. 46). De facto, as principais questões a regulamentar - inclusão de condicionantes arqueológicas nos IGT (Silva, 1987, p. 12), constituição de equipas de Arqueologia urbana preferencialmente municipais (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 13); participação de arqueólogos na gestão urbanística e nos procedimentos de salvaguarda do Património imóvel classificado (Silva, 1994b, p. 53-54) – foram sendo concretizadas na legislação, ainda que não em diplomas de temática especificamente arqueológica. O RTA/99 (Anexo 47) conferiu especificidade aos trabalhos arqueológicos realizados em meio urbano, concedendo-lhes um prazo alargado para entrega dos relatórios finais.

As cidades portuguesas não sofreram bombardeamentos aéreos e, devido a condicionalismos históricos bem conhecidos, Portugal tardaria a sentir os efeitos urbanos de um efectivo desenvolvimento económico, social e cultural, iniciado apenas a partir da democratização do país (1974) e, de forma mais intensa, da sua adesão à então Comunidade Económica Europeia (1985). Contudo e curiosamente, dois séculos antes das grandes e bélicas destruições urbanas europeias, o Terramoto de 1755 teve em Lisboa consequências semelhantes (descontadas as enormes diferenças de época): a exposição de importantes conjuntos arqueológicos e o desenvolvimento de iniciativas voluntárias e muito meritórias no sentido do seu registo e, por vezes, da sua preservação (Fabião, 1994, p. 150-151).

Foram publicados diversos e completos trabalhos sobre a curta história da Arqueologia urbana portuguesa (Martins, 1997; Lemos, 2002 e 2004; Martins e Ribeiro, 2009-2010), nos quais se incluem as mais relevantes reflexões críticas e prospectivas sobre o

tema. Nos anos 60 do século XX, decorreram em Lisboa algumas experiências pioneiras mas de carácter pontual, nomeadamente na Praça da Figueira (no âmbito da construção da rede do metropolitano) e no Teatro Romano (com objectivo de recuperar e valorizar este monumento) (Leite, 2013, p. 27-30). Nos anos 70 e 80, seguindo com algum atraso a corrente europeia, surgem em diversas cidades portuguesas equipas de arqueologia que, com origem em acções de salvamento (em contexto de obra) ou investigação, iniciam um trabalho arqueológico mais sistemático e abrangente, valorizando a importância da Arqueologia para o conhecimento da história urbana e para a compreensão e valorização do seu Património. Tal foi o caso do já referido projecto pioneiro de salvamento de Bracara Augusta, em Braga (Martins, 2013; Martins, Fontes e Cunha, 2013; Alves, 2019), mas também de Mértola, Setúbal e Silves (Bugalhão, 2018c, p. 33).

Como já foi referido, inicialmente a Arqueologia urbana foi essencialmente de emergência (Oleiro, 1974, p. 19; Viegas, 1975, p. 243; Silva, 1977, p. 8; Silva, 1997, p. 36; Jorge e Jorge, 1996a, p. 144), registando-se enorme dificuldade na implementação de respostas eficazes às situações de destruição (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 11-13; Marques, 1991a, p. 5; Real, 1991, p. 16; Real, 1993b, p. 309).

A partir dos anos 90 e crescentemente, decorrente da eficácia adquirida pelos IGT (Real, 2001, p. 94), da proliferação das equipas municipais de Arqueologia, de uma acção mais assertiva dos organismos do Estado com competência sobre a Arqueologia (Silva, 2007a, p. 97), mas também de uma maior atenção e exigência da sociedade em geral, as intervenções preventivas em espaço urbano vão-se sistematizando e normalizando, praticamente eliminando as situações de emergência. Como já foi amplamente referido este processo é paralelo à expansão da Arqueologia comercial e empresarial (Silva, 1997, p. 41).

Analizada a evolução das diversas realidades urbanas portuguesas, desde os anos 80 do século XX, verifica-se que, de uma forma geral, ocorreu um desenvolvimento espontâneo em função de múltiplas condicionantes contextuais, sem que os modelos teóricos de gestão que foram sendo propostos fossem implementados no terreno. Considerada esta realidade, foi proposta uma tipificação dos modelos de gestão observados (Bugalhão, 2018c, p. 36-37), embora na maior parte dos centros urbanos portugueses com práticas continuadas e consolidadas de Arqueologia urbana, se

encontram traços dos três modelos enunciados, numa realidade mesclada e frequentemente desregulada (Bugalhão, 2018c, p. 38).

O modelo de gestão centralizado é protagonizado pela mais antiga e consolidada experiência da Arqueologia urbana portuguesa desenvolvida desde o final dos anos 70 no século XX, em Braga (Lemos, 2000, p. 30; Martins, 2013; Martins, Fontes e Cunha, 2013; Alves, 2019). Este modelo pressupõe a existência de uma estrutura de projecto, orientada cientificamente, com coordenação única, equipa estável e uniformidade de procedimentos. Este modelo foi também implementado em Mértola. As duas realidades urbanas são muito diferentes, como distintos os contextos em que dois projectos nasceram (em Braga, um projecto de emergência; em Mértola, um projecto de investigação e intervenção social). Sobressai igualmente o facto da direcção dos dois projectos ser assegurada por organismos de natureza muito distinta: em Braga, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (unidade de investigação); em Mértola, o Campo Arqueológico de Mértola (associação de defesa do Património, entidade do direito privado).

O modelo de gestão disperso tem a sua manifestação maior em Lisboa, a partir dos anos 90 do século XX (Lemos, 2000, p. 30; Bugalhão, 2008), encontrando-se em muitas cidades do país. Neste modelo, não há gestão nem direcção centralizadas da actividade arqueológica urbana, que decorre em função das necessidades da Arqueologia preventiva (obras, reabilitação urbana, ordenamento do espaço urbano, etc.). A intervenção no espaço urbano é assegurada por uma multiplicidade de arqueólogos e equipas (empresas, profissionais liberais, equipa municipal, universidades, administração pública central, etc.), normalmente no âmbito da Arqueologia comercial, sem qualquer estrutura de gestão ou integração global.

O modelo de gestão municipal surge a partir de 1995 na maioria dos centros históricos urbanos portugueses. Neste caso, a Arqueologia na cidade é desenvolvida por equipas ligadas aos municípios, inicialmente associadas aos então designados Gabinetes Técnicos Locais. Pode dizer-se que há uma gestão concentrada numa só equipa, mas a estratégia de intervenção assenta essencialmente em procedimentos preventivos relacionados com os projectos municipais e, por vezes, direccionados para a valorização e divulgação. A partir de 2000, em muitas cidades verifica-se a coexistência dos modelos de gestão municipal e disperso (Martins, 1997, p. 98; Soares, 2005).

Pelos motivos atrás expostos, a gestão da actividade arqueológica urbana deve promover a prioridade das exigências da investigação arqueológica (que tem por base a problematização e questionários destinados ao aumento do conhecimento), sem obliterar os procedimentos da Arqueologia preventiva (que previne e evita destruições sem registo prévio). Esta gestão deve basear-se na aplicação de instrumentos de gestão e ordenamento do território urbano que consubstanciem uma estratégia de salvaguarda arqueológica clara e eficaz, acompanhada de uma estratégia de protecção legal (classificação) de conjuntos urbanos, com a adequada valorização da componente arqueológica.

A acção reguladora, normativa, licenciadora e, principalmente, fiscalizadora da actividade arqueológica (desenvolvida pelos organismos tutelares do Estado) assume particular importância em ambiente urbano. Mas é absolutamente indispensável a existência e bom funcionamento de um organismo de gestão da Arqueologia da cidade, público, municipal, embora se admita a possibilidade de outros enquadramentos. A esse organismo competirá a gestão da informação arqueológica da cidade (através de sistemas de informação e de informação geográfica) (Martins, 1997, p. 95; Beira *et al.*, 2002; Muralha *et al.*, 2003); a gestão de espólios; a definição e uniformização de procedimentos, formatos, boas práticas e, eventualmente, a normalização de registos; o apoio aos arqueólogos, investigadores, universidades, unidades de investigação e empresas de arqueologia; a colaboração na definição científica de objectivos para cada intervenção, no âmbito da discussão das problemáticas arqueológicas da cidade nas suas diversas áreas e períodos; a constituição de repositórios digitais; a promoção da investigação e da publicação científica; e a divulgação, sensibilização e educação patrimonial dirigida a toda a comunidade.

A Arqueologia urbana debate-se com graves problemas como a dificuldade de gestão da informação arqueológica e dos espólios (Encarnação, 2017 e 2018; Raposo, 2019; Silva, 2019) e a dificuldade no desenvolvimento de projectos de investigação e na publicação científica. É certo que em ambiente urbano é especialmente difícil a investigação programada (Alarcão, 1994, p. 60). Mas é premente que a cidade possa “constituir-se objecto de múltiplos projectos de investigação, de diversos e críticos olhares” (Bugalhão, 2008, p. 229). Só com um investimento público, assertivo e estável

na definição de políticas estratégicas de investigação científica, com financiamento adequado e consistente, poderá ser concretizada a produção de conhecimento arqueológico a partir dos muitíssimo abundantes dados arqueológicos recolhidos nas cidades. Mas cabe a toda a sociedade, organismos públicos e privados (no contexto das suas esferas de actuação e responsabilidades sociais), a promoção de projectos modelares de intervenção, investigação, valorização e divulgação patrimonial dos bens arqueológicos urbanos.

Concluindo, na senda de processos europeus precedentes, a Arqueologia é uma presença incontornável nas cidades portuguesas contemporâneas. A cidade, como espaço ocupado em permanência por numerosas comunidades humanas num tempo tendencialmente longo, persiste, material e resilientemente, no subsolo urbano. Assim a Arqueologia urbana, nas suas vertentes patrimonial e científica, é um dos maiores repositórios da história e da identidade das cidades e dos cidadãos.

Mas a Arqueologia e o Património arqueológico urbanos detêm ainda um fortíssimo valor intangível. A cidade viva sobrepõe-se à cidade morta, recobrando-a e encobrindo-a. Com tal, a cidade, como sítio arqueológico, é um bem essencialmente invisível, e assim, de alguma forma, imaterial, mas claramente presente e inteligível para o cidadão. Tal é seguramente o caso de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora e Santarém. E também de Mértola, Silves, Chaves, Tavira, Ponte de Lima, Faro, Beja, Idanha-a-Velha, Palmela, Caminha, Serpa ou Freixo Numão. Para este efeito, não releva apenas o número de intervenções, mas também este em função da dimensão e população do aglomerado urbano, ou seja, o que se poderia chamar de densidade arqueológica urbana.

Na cidade, principal palco da *polis* (vida pública e publicamente organizada), concentra-se a maior complexidade e exigência do trabalho do arqueólogo. “A Arqueologia urbana é, pela sua complexidade e largo espectro cronológico, pelas questões que suscita, a mais moderna das Arqueologias, a mais próxima da maioria das pessoas” (Lemos, 2004b, p. 55). Neste sentido, a cidade é um espaço de grande conflito entre o valor arqueológico e a vida presente do cidadão. O solo urbano é caro; o espaço é limitado e muito disputado; a cidade é a sede do poder e são muitos os poderes que pretendem implantar-se materialmente nela. Trata-se, portanto, de um conflito com aspectos económicos, sociais e políticos (Martins, 1997, p. 96). Por todas

estas razões, é nas cidades que se verificam os mais elevados riscos de destruição arqueológica (Correia, 2002, p. 165).

Esta realidade impõe ao arqueólogo e aos restantes intervenientes na vida urbana um esforço constante de negociação e compromisso, desenvolvido frequentemente em desigualdade relativa de circunstâncias. Não obstante a elevada dificuldade da sua tarefa, o arqueólogo tem a seu favor, neste contexto, um factor intrínseco. Na contemporaneidade, o arqueólogo é um ser social essencialmente urbano. Quando trabalha no campo, em meio rural, o arqueólogo transporta a sua urbanidade para um ambiente que lhe é, geralmente, estranho e assume uma postura de aprendizagem. Na cidade, o arqueólogo trabalha no seu *habitat* natural, com conhecimento de códigos e processos.

7.8.6. Arqueologia subaquática: abordagem preliminar

A Arqueologia em ambiente subaquático não foi considerada nos vários capítulos desta dissertação. Na recolha e tratamento de dados que estão na base deste trabalho, esta relevante vertente não foi contemplada. Contudo, e em reconhecimento da extraordinária importância que esta tem na Arqueologia portuguesa, elabora-se aqui uma abordagem muito preliminar à actividade arqueológica em meio subaquático e húmido no território de Portugal continental¹⁹⁷.

Os dados sobre a actividade arqueológica em meio subaquático e/ou húmido que aqui se apresentam foram recolhidos e preliminarmente tratados na Direcção-Geral do Património Cultural (*Arquivo da Arqueologia Portuguesa/CNANS e Endovélico*¹⁹⁸), complementados com uma muito sumária consulta bibliográfica¹⁹⁹.

Trabalhos Arqueológicos em meio subaquático ou húmido em Portugal Continental - 901
Projectos em meio subaquático ou húmido em Portugal Continental - 348

¹⁹⁷ Salienta-se a enorme relevância das regiões autónomas da Madeira e, especialmente, dos Açores, no quadro da Arqueologia náutica e subaquática portuguesa. Contudo, e por imperativos de coerência, optou por não considerar neste trabalho os dados relativos a estas regiões, à semelhança do definido para a Arqueologia terrestre. Noutros trabalhos é apresentada a perspectiva nacional completa sobre o tema (Bugalhão, 2014, 2018a e 2018b).

¹⁹⁸ A recolha e tratamento preliminar dos dados decorreram na DGPC, em colaboração com Diogo Gomes, Natalina Guerreiro e Pedro Barros.

¹⁹⁹ Agradece-se a José António Bettencourt a indicação e cedência de bibliografia.

Entre 1970 e 2014 terão sido realizados em Portugal continental cerca de 901 trabalhos arqueológicos e 348 projectos de Arqueologia em meio subaquático ou húmido. Esta actividade demonstra uma tendência de ligeiro crescimento entre 1970 e 1994, seguida de um forte aumento entre 1995 e 2004. Entre 2005 e 2014 verifica-se uma quebra acentuada.

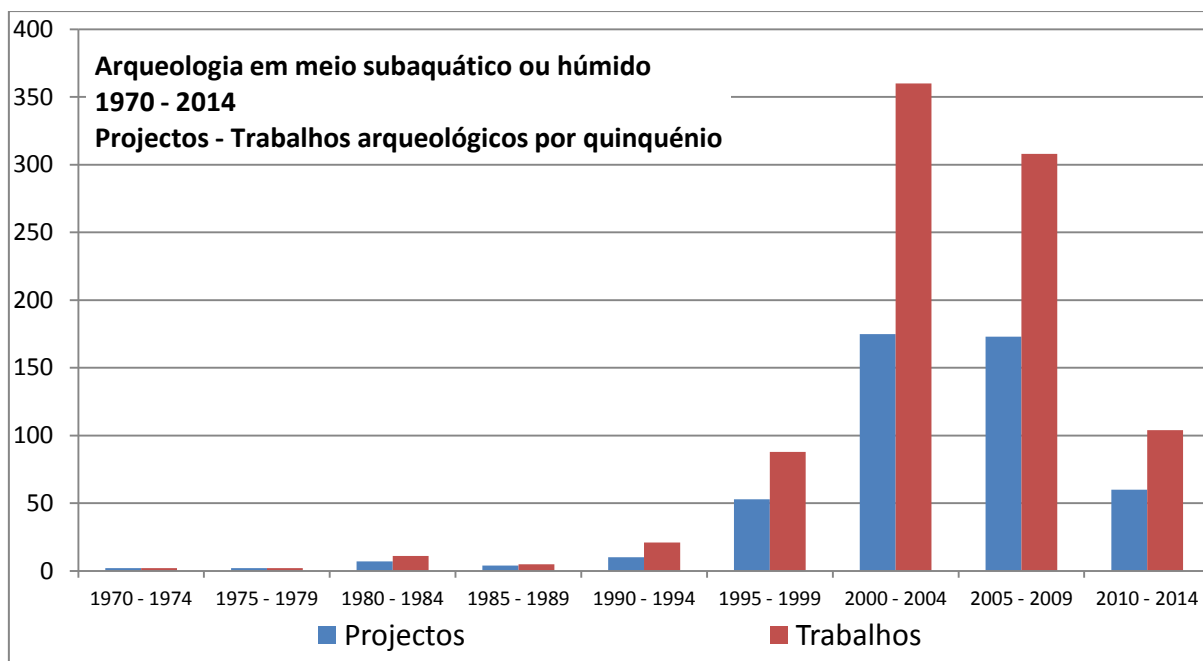


Gráfico 248: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Projectos - Trabalhos arqueológicos por quinquénio.

A categoria foi apurada para todos os trabalhos arqueológicos registados, distribuindo-se em 67% de categoria C – Preventiva, 27% de categoria A – Investigação, 4% de categoria D – Emergência e 2% de categoria B – Valorização.

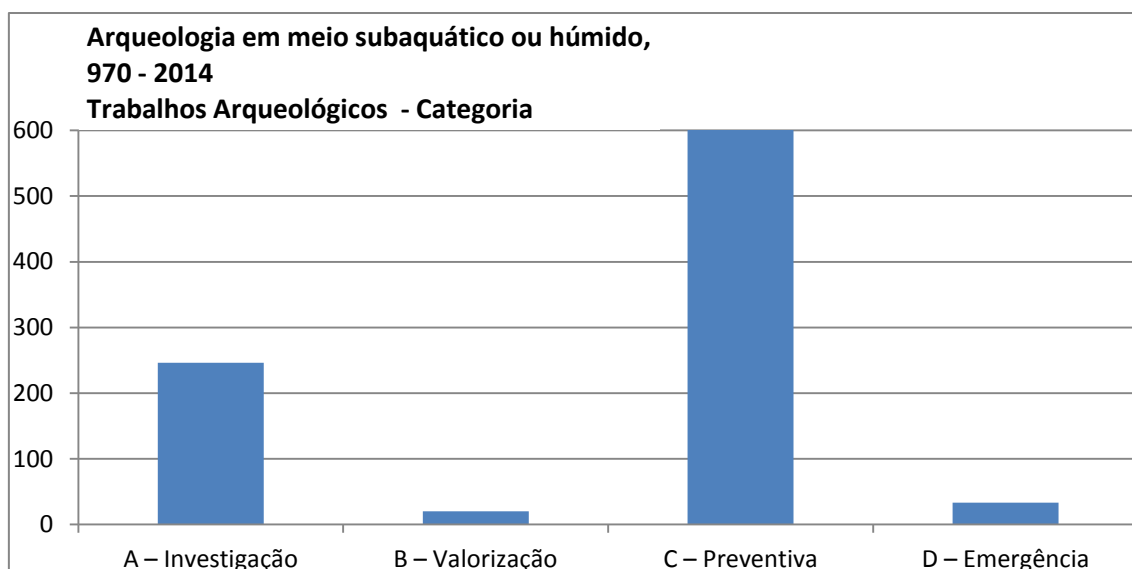


Gráfico 249: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Categoria.

O tipo de trabalho foi apurado para 92% dos trabalhos arqueológicos registados, registando-se: 37% de prospecção, 24% de acompanhamento, 16% de prospecção geofísica, 10% de escavação; 7% de levantamento²⁰⁰, 4% de verificação de achado²⁰¹ e 2% de trabalhos de conservação²⁰².

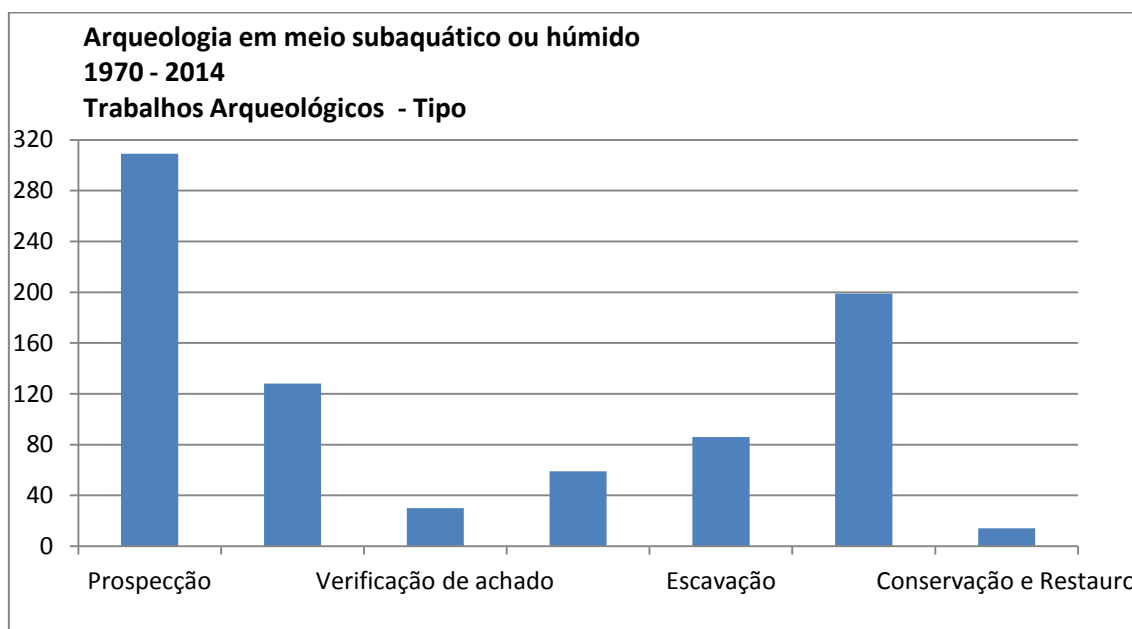


Gráfico 250: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Tipo.

²⁰⁰ Trabalhos de registo e documentação de um sítio ou achado.

²⁰¹ Trabalho de reconhecimento, na sequência de declaração de achado fortuito ou de outro tipo de informação “externa” à Arqueologia

²⁰² Nomeadamente, preparação para visita.

A região foi apurada para a quase totalidade dos trabalhos arqueológicos realizados. Na região de Lisboa e Vale do Tejo decorreram 32% dos trabalhos; 31% no Algarve, 23% no Norte, 9% no Centro e 5% no Alentejo.

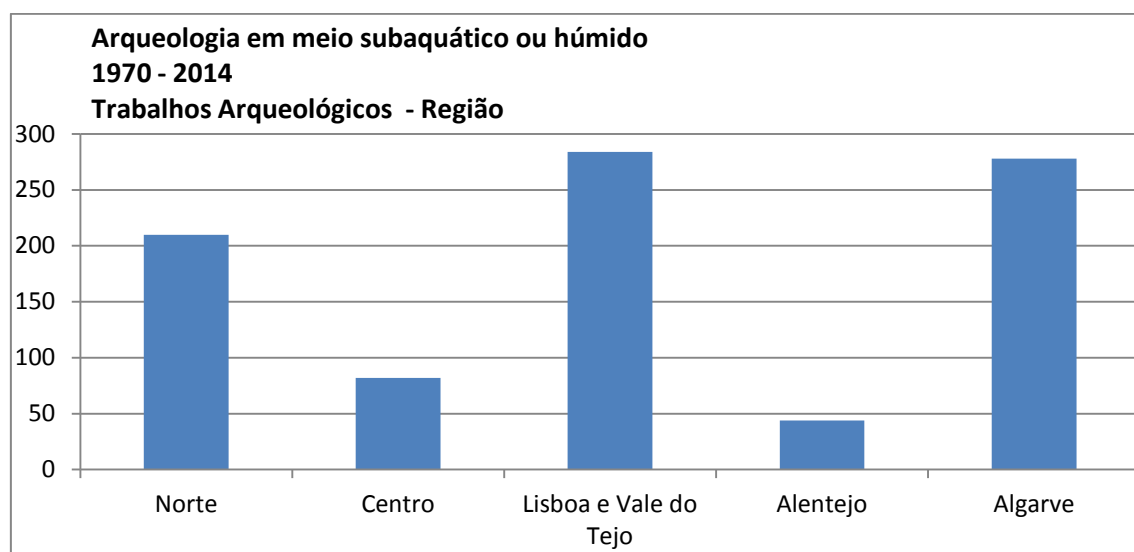


Gráfico 251: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Trabalhos Arqueológicos - Região.

O conjunto de arqueólogos a trabalhar em Arqueologia em meio subaquático ou húmido registou até 1994 valores bastante modestos. Entre 1995 e 1999, o valor aumenta significativamente, tendência que se acentua entre 2000 e 2004, quando atinge a centena. Nos dez últimos anos em estudo, o número de arqueólogos com intervenção em meio subaquático ou húmido reduziu-se consideravelmente.

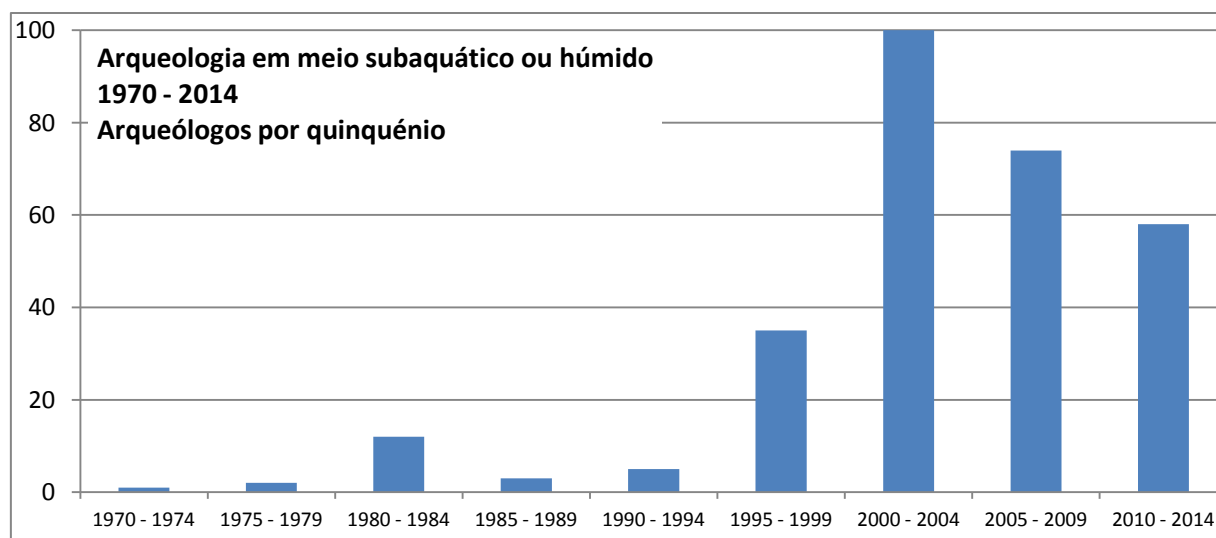


Gráfico 252: Arqueologia em meio subaquático ou húmido, 1970 - 2014. Arqueólogos por quinquénio.

Concluindo, a Arqueologia subaquática implantou-se progressivamente em Portugal. Nos anos 80 do século XX, esta evolução decorreu essencialmente da actividade desenvolvida no quadro do Museu Nacional de Arqueologia. A partir dos anos 90, principalmente na segunda metade desta década, a Arqueologia em meio subaquático ou húmido cresceu exponencialmente, tendência que se acentuou no primeiro quinquénio do século XXI. Esta evolução relaciona-se directamente com a actividade e acção do CNANS, no quadro do IPA.

Entre 2005 e 2014 (principalmente nos últimos cinco anos), parece observar-se retracção acentuada no número de trabalhos e projectos em meio subaquático ou húmido (tendência algo divergente da verificada na Arqueologia em meio terrestre; ver gráfico 152). A esta realidade não será alheia a profunda conturbação e claro retrocesso verificados neste sector da Arqueologia nacional, com a extinção do CNANS como serviço autónomo na estrutura do Estado e as consequentes carências crescentes ao nível das infra-estruturas públicas de gestão deste Património (Bugalhão, 2018b).

Se considerado todo o período em estudo, verifica-se uma clara predominância das intervenções e projectos de categoria C – Preventiva, mas tal decorre da preponderância da actividade arqueológica desenvolvida entre o final do século XX e os primeiros quinze anos do século XXI. Até 1994, a quase totalidade das intervenções era de investigação. Nas últimas décadas, as intervenções preventivas suplantam os projectos de investigação, destacando-se os projectos de construção de grandes infra-estruturas portuárias, mas principalmente, as intervenções na frente ribeirinha de Lisboa, pelos resultados extraordinários que produziram. Mas ao contrário do que sucede na Arqueologia terrestre, o peso de investigação manteve-se preponderante na Arqueologia subaquática durante todo o período em estudo (ver gráfico 155).

De forma bastante diversa do que se observa para a Arqueologia em meio terrestre, em ambiente subaquático (principalmente) ou húmido, o tipo de trabalho mais frequente foi a prospecção, a que se juntaram outros tipos de intervenção igualmente não intrusivos, como a prospecção por métodos geofísicos, a verificação de achado e mesmo o levantamento (neste tipo de trabalho pode haver lugar à “recuperação” de bens móveis, mas sem recurso a escavação). Os trabalhos de escavação foram mais excepcionais, porque implicam uma maior complexidade de recursos (de todas as

naturezas), mas principalmente porque o país não dispõe ainda, infelizmente, de infra-estruturas de apoio à Arqueologia subaquática que permitam que estas intervenções possam decorrer regular e normalmente. Mesmo em meio húmido, as escavações arqueológicas são trabalhos extraordinariamente complexos e requerem meios normalmente difíceis de garantir (Silva, Lago e Bugalhão, 2018), pelo que o trabalho preventivo predominante é o acompanhamento arqueológico. Por fim, merece menção o pequeno número de intervenções destinadas à preparação de infra-estruturas de apoio à visita de sítios arqueológicos subaquáticos, de entre os quais se destaca o histórico *Itinerário Arqueológico Subaquático do Océan*, na praia da Salema, Vila do Bispo (Alves, 1997).

A nível da distribuição regional observou-se um relativo equilíbrio entre as regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo e, contrariamente ao que ocorre na Arqueologia em meio terrestre, no Algarve. No Centro e no Alentejo a actividade arqueológica em meio subaquático e húmido teve expressão mais modesta.

O número de arqueólogos que se dedicaram à Arqueologia em meio subaquático e húmido, entre 1970 e 1994, rondou as duas dezenas. A partir de 1995, este grupo profissionalizou-se e tornou-se mais numeroso, atingindo um valor próximo de uma centena de arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos em meio subaquático e húmido, entre 2000 e 2004. Nos últimos dez anos em estudo, este número decresceu significativamente, situando-se entre 2010 e 2014 em cerca de sessenta arqueólogos, configurando uma tendência semelhante à verificada para os arqueólogos que trabalham em meio terrestre, mas com intensidade agravada (ver gráfico 14).

O Património arqueológico náutico e subaquático português, conservado inteiramente ou em parte, em meio subaquático, encharcado ou húmido e ainda em áreas de interface entre o território emerso e submerso²⁰³, é especialmente relevante como

²⁰³ O conceito “arqueologia de interface” refere-se a trabalhos arqueológicos realizados em zonas de contacto entre territórios terrestres e subaquáticos (marítimos, estuarinos, fluviais, etc.). Corresponde frequentemente a zonas portuárias, de frente ribeirinha ou marítima, imersas e aterradas num determinado momento histórico. Os depósitos arqueológicos estão assim soterrados, mas em ambiente húmido ou encharcado, frequentemente abaixo do nível médio actual das águas.

testemunho da presença humana e possuiu um extraordinário valor histórico e científico, constituindo-se numa das mais importantes reservas patrimoniais nacionais. São vários os factores que para tal concorrem: a dimensão da nossa costa marítima e dos estuários e leitos interiores portugueses, a estrutura do povoamento, a tipologia dos aglomerados urbanos de litoral, os fenómenos ligados às alterações da linha de costa e das bacias hidrográficas e, principalmente, a relevância histórica da navegação de curto, médio e longo curso. A breve história da Arqueologia subaquática portuguesa tem vindo a ser sistematizada e faseada (Alves, 2002).

Na fase do *Amadorismo*, entre os finais dos anos 50 aos finais dos anos 70 do século XX, esta actividade surgiu ligada ao desenvolvimento da actividade de mergulho subaquático (Alves, 2002, p. 256). Em 1959, por iniciativa do Centro Português de Actividades Submarinas, realizou-se a primeira intervenção arqueológica subaquática portuguesa na “caldeira” de Tróia (Grândola, Setúbal). Datam dos anos 70 os primeiros diplomas legais que atribuíam valor cultural e protecção legal ao Património subaquático (Decreto-Lei n.º 416/70 e Decreto/Lei n.º 577/76, Anexo 8). Na mesma época decorreram os primeiros trabalhos no Rio Arade e na Ria de Aveiro, bem como intervenções subaquáticas dirigidas por investigadores estrangeiros, nos Açores, Madeira e no continente, mas ainda sem a aplicação de metodologias científicas.

A segunda fase - *Pioneirismo* - decorreu entre o início dos anos 80 e meados dos anos 90 (Alves, 2002, p. 257). Ao nível do enquadramento legal, a LPC/85 referiu-se especificamente aos trabalhos arqueológicos realizados no leito ou no subsolo de águas interiores ou territoriais, bem como aos testemunhos arqueológicos descobertos nas águas submersas ou arrojados à costa. Foram formalizadas estruturas orgânicas para a gestão da Arqueologia subaquática, a nível consultivo (Comissão Nacional Provisória de Arqueologia Subaquática, IPPC, 1982; Comissão do Património Cultural Subaquático, IPPAR1, 1993) e executivo (Divisão de Arqueologia Subaquática, IPPC, 1990, Anexo 23; Divisão do Património Subaquático, IPPAR1, 1994). Estas últimas nunca chegaram a existir de facto, pois pretendia-se a criação de um serviço nacional e especializado (Silva, 1987, p. 6; Alves, 1989, p. 101; Alves, 1995, p. 112-113; Anexo 74). No quadro do Museu Nacional de Arqueologia foi criado, ainda que informalmente, o primeiro serviço público dedicado à gestão da Arqueologia subaquática (com infra-estruturas, equipamentos, técnicos especializados, biblioteca, arquivo, etc.). À acção

do Museu Nacional de Arqueologia juntou-se, em 1991, a intensa actividade desenvolvida pela Arqueonáutica, Centro de Estudos (Castro, 1996). Esta associação, que funcionava no próprio Museu destacou-se especialmente na área da formação dirigida a arqueólogos e amadores.

Neste período, foram lançados importantes projectos da Arqueologia subaquática portuguesa, como São Julião da Barra (Cascais/Oeiras), Rio Arade (Portimão), Ria de Aveiro (Aveiro/Ílhavo), Berlengas (Peniche), naufrágio *Oceán* (Vila do Bispo), naufrágio e cemitério de *San Pedro de Alcantara* (Peniche), Vale de Frades (Lourinhã) e a recuperação de pirogas do Lima (Viana do Castelo). Data ainda desta fase a constituição da Carta Arqueológica subaquática de Portugal (Departamento de Arqueologia, 1986, p. 10; Marques, 1991a, p. 6).

Entre 1993 e 1995, foram publicados diplomas legais (Decreto-Lei n.º 289/93 de 21 de Agosto, regime jurídico Património cultural subaquático; Portaria n.º 568/95 de 16 de Junho, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos Subaquáticos) que, ao arrepio do processo internacional que decorria na UNESCO com participação do Estado Português, visavam a legalização da exploração comercial da actividade arqueológica subaquática e do Património cultural subaquático, com prejuízo da sua componente científica e patrimonial. Estas iniciativas mereceram forte contestação de diversos sectores da sociedade portuguesa, muito especialmente de arqueólogos, arqueólogos subaquáticos e personalidades especialmente interessadas na defesa dos Patrimónios do mar (AAVV, 1995), com eco na imprensa internacional, culminando na sua revogação, em 1995. Esta crise emparelhou com a crise em volta do Vale do Côa (Silva, 2002a, p. 310), contribuindo para as profundas reformas desenvolvidas nos anos seguintes.

Já no rescaldo da crise, consolidou-se o projecto de criação de um serviço público para a Arqueologia subaquática, o Centro Experimental de Arqueologia Náutica e Subaquática²⁰⁴ (Alves, 1995, p. 113), com capacidade operacional e de coordenação de uma rede de especialistas, infra-estruturas específicas (barcos, oficinas, laboratórios, biblioteca e centro de documentação especializado, *atelier*, escola, pólo promotor de acções de divulgação e exposição, etc.) e dedicada à formação especializada (Alves,

²⁰⁴ Julga-se ser esta a origem da designação mais tarde atribuída ao CNANS, que persiste, a duras penas, até à actualidade.

1995, p. 113). Consequentemente, em Julho de 1996, no âmbito da actividade da Comissão Instaladora do IPA, iniciou-se a preparação da criação desta estrutura, tendo sido criado o Centro de Operações de Arqueologia Subaquática (COAS) (Jorge e Oosterbek, 1997, p. 100). O COAS herdou do Museu Nacional de Arqueologia e da Associação Arqueonáutica funções, competências, actividades, infra-estruturas, recursos humanos e parte significativa do acervo (Jorge e Oosterbek, 1997, p. 98) e constituiu o embrião do CNANS criado no âmbito do futuro IPA.

Em 1993, tinha-se iniciado a intervenção num dos mais relevantes sítios arqueológicos subaquático da nossa costa, São Julião da Barra (Oeiras/Cascais). Este projecto veio a propiciar, nos anos seguintes, uma extraordinária projecção pública do Património subaquático português, uma vez que foi escolhido como tema central do Pavilhão de Portugal na EXPO'98. A exposição promovida para este efeito - *Nossa Senhora dos Mártires, a última viagem* (AAVV, 1998), foi preparada pelo COAS, na sequência de contactos entre Comissariado do Pavilhão de Portugal na Expo'98 e o Ministério da Cultura.

Entre 1997 e 2006, decorreu a fase do *Profissionalismo* (Alves, 2002, p. 258). A legislação de enquadramento da actividade é significativamente alterada, incluindo a transferência de competências para os Governos Regionais da Madeira e dos Açores (Lei n.º 19/2000, de 10 de Agosto). Foi aprovado o Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho (Anexo 38), ainda em vigor, que harmoniza a legislação que rege a actividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à actividade arqueológica em meio terrestre, reforçando a exclusividade do carácter científico, de investigação, valorização ou salvaguarda da intervenção sobre realidades arqueológicas subaquáticas. Este regime jurídico foi em 2006 reforçado com a ratificação pelo Estado Português da Convenção sobre o Património Subaquático, com nova tradução publicada em 2012 (Anexo 51).

Em 1997 é criado o IPA e, no seu âmbito, o CNANS, ao qual são acometidas vastas competências²⁰⁵. Aliás, a revogação da legislação disruptiva de meados dos anos 90 e a

²⁰⁵ O CNANS foi um serviço dependente do IPA, ao qual competia o exercício das competências deste em toda a actividade relacionada com a arqueologia náutica e a arqueologia em meio subaquático (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de Maio, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 111, Lei orgânica do Instituto Português de Arqueologia, Anexo 33): a) Promover a salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos,

criação do CNANS podem considerar-se, conjuntamente com o salvamento da Arte Rupestre do Vale do Côa e a criação do respectivo Parque Arqueológico, os principais marcos da política de gestão arqueológica do final do século XX (Silva, 2002a, p. 315). O IPA conferiu um destaque muito especial à Arqueologia náutica e subaquática, considerando que a sua “importância crescente (...) justifica a criação de serviços próprios dedicados especificamente às tarefas ligadas ao seu registo, estudo, divulgação e exploração científica” (Anexo 33, prólogo).

Nos primeiros anos de existência, o CNANS ocupou-se essencialmente da sua instalação e apetrechamento técnico e humano, da conclusão da concepção da já referida exposição *Nossa Senhora dos Mártires: a última viagem* e da organização, em 1998, do *Simpósio Internacional sobre Arqueologia dos Navios Medievais e Modernos de Tradição Ibero-Atlântica* (Alves, 2001b), que viria a traduzir-se no reconhecimento internacional da Arqueologia náutica e subaquática portuguesa. Os principais projectos de investigação prosseguiram e outros se iniciaram. Mas principalmente irromperam em grande quantidade os projectos de Arqueologia preventiva em meio subaquático e húmido, neste caso desenvolvidos directamente pelo CNANS numa situação próxima do monopólio estatal (Silva, 2003e, p. 143). Entretanto é aprovada a LBPC/2001 (Anexo 49) e o RTA/99 (Anexo 47), diplomas que incluem referências explícitas ao património arqueológico conservado em meio húmido e subaquático.

Em 2007 inicia-se nova fase, aqui designada como da *Conservação pelo registo*, caracterizada por uma intensa desestruturação do organismo público com

móveis e imóveis, classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados, situados ou não em reservas arqueológicas de protecção, designadamente através de acções e programas a desenvolver por imperativos de emergência, de ordem preventiva e de acompanhamento, ou com vista à verificação, caracterização e avaliação de descobertas fortuitas, oficialmente declaradas ou não, ou ainda através de projectos fundamentados no seu manifesto e prioritário interesse para o avanço dos conhecimentos sobre o património cultural náutico e subaquático nacional; b) Fiscalizar e acompanhar tecnicamente a realização de trabalhos arqueológicos no seu âmbito; c) Promover e apoiar a realização da carta arqueológica do património náutico e subaquático nacional, no âmbito da carta arqueológica de Portugal, centralizando os respectivos dados; d) Recolher e promover as medidas necessárias à conservação de achados arqueológicos fortuitos e de todos os bens arqueológicos provenientes de acções, programas e projectos promovidos ou realizados sob a sua responsabilidade, ou propor o seu local de recolha e depósito transitórios. Após a sua extinção formal, o CNANS continuou a funcionar como estrutura informal, inicialmente como Divisão do IGESPAR (entre 2007 e 2012) e depois como estrutura informal da DGPC, integrada no Departamento de Bens Culturais daquele organismo.

competência sobre a Arqueologia náutica e subaquática, com a consequente desregulação desta área de actividade e uma abertura às unidades de investigação e ao sector privado. Em 2007, com a extinção do IPA foi igualmente extinto o CNANS (Bugalhão, 2014 e 2018a e 2018b). Na estrutura do então criado IGESPAR, figurava a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática, que assegurava as competências na área da Arqueologia náutica e subaquática²⁰⁶. Mais tarde, em 2012, também o IGESPAR é extinto e os seus serviços integrados na DGPC2. Este organismo resultou de uma acentuada contracção orgânica e como tal, não integrou qualquer serviço específico para a Arqueologia, muito menos para a Arqueologia náutica e subaquática (Bugalhão, 2014 e 2018a e 2018b). As competências específicas da DGPC2 para a área Arqueologia subaquática foram muito resumidas²⁰⁷. Por despacho interno de Junho de 2012, foi aprovado o funcionamento do CNANS como estrutura informal sem expressão orgânica da DGPC2. Logo após a sua criação, a DGPC desenvolveu uma importante iniciativa que, entre outros nobres objectivos, visava (nos propósitos dos seus promotores) o relançamento da área funcional da Arqueologia náutica e subaquática no organismo: a exposição temporária *Tempo Resgatado ao Mar*, no Museu Nacional de Arqueologia, inaugurada em 2014 (AAVV, 2014). Infelizmente,

²⁰⁶ Portaria n.º 376/2007 de 30 de Março (Anexo 52), artigo 2.º, n.º 1, alíneas al) a an): “a) Promover a salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos, móveis e imóveis, classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados, situados ou não em reservas arqueológicas de protecção, designadamente através de acções e programas a desenvolver por imperativos de emergência, de ordem preventiva e de acompanhamento, ou com vista à verificação, caracterização e avaliação de descobertas fortuitas, oficialmente declaradas ou não, ou ainda através de projectos fundamentados no seu manifesto e prioritário interesse para o avanço dos conhecimentos sobre o património cultural náutico e subaquático; b) Promover e apoiar a realização da carta arqueológica do património cultural náutico e subaquático nacional, no âmbito da Carta Arqueológica de Portugal; c) Fiscalizar e acompanhar tecnicamente a realização de trabalhos arqueológicos no âmbito do património arqueológico náutico e subaquático que lhe sejam cometidos”.

²⁰⁷ Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho que estabelece a estrutura nuclear da DGPC2 (Anexo 57), artigo 2.º, n.º 3, alínea h): “Promover a salvaguarda, estudo e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos, móveis e imóveis, classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados, situados ou não em reservas arqueológicas de protecção, designadamente através de acções e programas a desenvolver por imperativos de emergência, de ordem preventiva e de acompanhamento, ou com vista à verificação, conservação, monitorização, caracterização e avaliação de descobertas fortuitas, oficialmente declaradas ou não, ou ainda através de projetos fundamentados no seu manifesto e prioritário interesse para o avanço dos conhecimentos sobre o património cultural náutico e subaquático”.

apesar do enorme sucesso da exposição, o projecto não teve os resultados esperados ao nível da gestão pública da Arqueologia náutica e subaquática.

Na fase da *Conservação pelo registo*, os principais focos da actividade arqueológica em meio subaquático ou húmido foram: as intervenções em contextos urbanos de interface, nomeadamente em Lisboa (Bugalhão, 2005; Sarrazola, Bettencourt e Teixeira, 2013; Bettencourt *et al.*, 2017 e 2019; Bugalhão, 2019b), no âmbito de Carta Arqueológica, IGT e AIA. Esta actividade sofreu uma retracção quantitativa superior à registada em ambiente terrestre, o mesmo sucedendo com o número de arqueólogos que a pratica.

Apesar da importância crescente que esta área vem ganhando nas diversas frentes da actividade arqueológica, a oferta disponível para formação académica específica em Arqueologia náutica e subaquática é ainda muito incipiente (a FCSH-UNL inclui no plano de estudos da sua licenciatura em Arqueologia uma cadeira de Introdução à Arqueologia Náutica e Subaquática e, no mestrado em Arqueologia, seminários de Arqueologia Marítima e Arqueologia Naval; o Instituto Politécnico de Tomar oferece uma pós-graduação em Arqueologia Subaquática; Bugalhão, 2014). O CNANS, durante os seus dez anos de existência formal, desenvolveu iniciativas de promoção da formação especializada destinadas a arqueólogos (estágios, cursos, conferências e seminários), para além da organização de reuniões científicas propriamente ditas.

É indiscutível o valor do Património arqueológico náutico e subaquático português, pedra basilar da nossa História colectiva e uma das mais importantes reservas patrimoniais nacionais. Não obstante, não têm sido fáceis os caminhos da Arqueologia náutica e subaquática portuguesa. Actualmente verifica-se a premente necessidade da constituição de um serviço público, na estrutura do Estado, dotado de uma orientação estratégica clara e realista, com vista à prossecução das competências e atribuições definidas na Lei, dos compromissos internacionais, das boas práticas e à necessidade de crescimento e qualificação deste sector da Arqueologia nacional (Bugalhão, 2018b). A relação de Portugal com o meio marítimo ao longo da história constitui um dos principais elementos identitários nacionais. Por isso, urge salvaguardar e estudar o Património náutico, portuário e subaquático português, bem como estabelecer linhas de contacto entre este importante, mas tendencialmente inacessível e muitas vezes

ilegível, Património e os cidadãos, que são os seus usufrutuários por direito. É um desígnio nacional de primeira ordem.

7.9. Financiamento

A recolha de informação sobre o financiamento da actividade arqueológica em Portugal é uma tarefa extraordinariamente difícil e complexa. As fontes de informação são ou inexistentes, ou parcas e dispersas, e não existe nenhum sistema de tratamento organizado dos dados. É difícil aceder à informação sobre quem financia a actividade arqueológica e, mais ainda, sobre os montantes deste financiamento. Por essa razão optou-se neste trabalho por não analisar de forma sistemática as fontes de financiamento (já tentada em Bugalhão, 2011, p. 36-37) e os montantes envolvidos.

O financiamento da actividade arqueológica nos países ocidentais, na actualidade, ocorre principalmente sob dois formatos, o directo e o contratualizado. O primeiro refere-se à forma de financiamento tradicional, no âmbito das instituições (públicas ou privadas) que se dedicam à actividade arqueológica ou à promoção da investigação científica através da disponibilização de fundos próprios, ou através da atribuição de subsídios, bolsas ou outro tipo de pacotes financeiros para a custear (sem transacção de natureza comercial envolvida). O segundo formato refere-se à *contract archaeology*, Arqueologia contratual, Arqueologia sob contrato ou, na designação aqui adoptada, Arqueologia comercial. Na Arqueologia comercial o financiamento da actividade arqueológica decorre de um contrato de natureza comercial, podendo ocorrer em contexto empresarial, liberal ou de prestação de serviços. Esta forma de financiamento diz-se indirecta pois provém de fontes não destinadas a custear directamente a actividade arqueológica. As verbas despendidas constituem uma parcela de orçamentos de estudos, planos, projectos e obras no âmbito dos quais é necessário desenvolver actividade arqueológica preventiva. Uma parte significativa desta Arqueologia comercial é financiada ao abrigo da aplicação do princípio do “poluidor-pagador”, adaptado à gestão do património arqueológico (Convenção de Malta, artigo 6.º, Anexo 40; LBPC/2001, artigo 79.º, n.º 3, Anexo 49; Martins, 2012, p. 231-232), ou seja, “os custos decorrentes da adopção de uma política de gestão deste património arqueológico (...) devem ser afectados aos promotores das intervenções

que venham eventualmente a causar a respectiva destruição física” (Anexo 33, prólogo).

Convém contudo salientar que a Arqueologia comercial também ocorre em contexto não preventivo, quando entidades com competência ou atribuição na promoção de trabalhos de investigação ou (mais frequentemente) de valorização a concretizam com recurso a equipas contratadas. Uma mesma fonte (uma município, por exemplo) pode financiar a actividade arqueológica directamente (através do seu plano de actividades e do seu quadro de pessoal) e contratualmente (adquirindo os serviços de uma empresa ou profissional liberal).

O apuramento da forma de financiamento de cada trabalho arqueológico que integra o universo em estudo é complexo e comporta uma margem de erro significativa, se consideradas as fontes de informação utilizadas (ver capítulo 3), as características da informação disponível e a grande complexidade da relação entre arqueólogos e instituições na Arqueologia Portuguesa no período em estudo.

Trabalhos Arqueológicos - 27.768 Trabalhos Arqueológicos com forma de financiamento apurada - 27.644

A forma de financiamento foi apurada para 27.644, ou seja para a quase totalidade do universo. A Arqueologia comercial representa 63% e o financiamento directo 37% do total apurado.

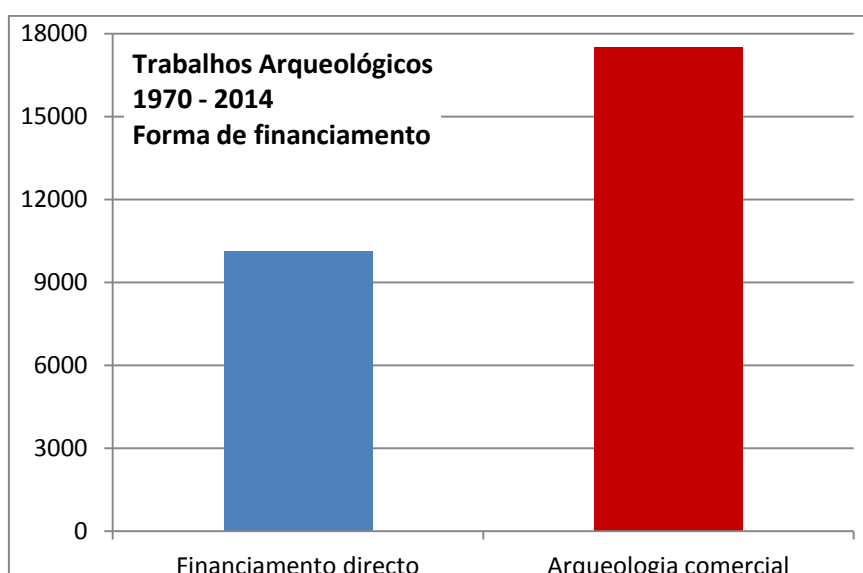


Gráfico 253: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento.

O financiamento directo da actividade arqueológica é o formato predominante até ao final do século XX. A Arqueologia comercial, que já representava uma fatia considerável da actividade arqueológica entre 1995 e 1999 (32%), torna-se maioritária nos últimos quinze anos em estudo, e atinge um máximo de 84% de todos os trabalhos realizados entre 2010 e 2014.

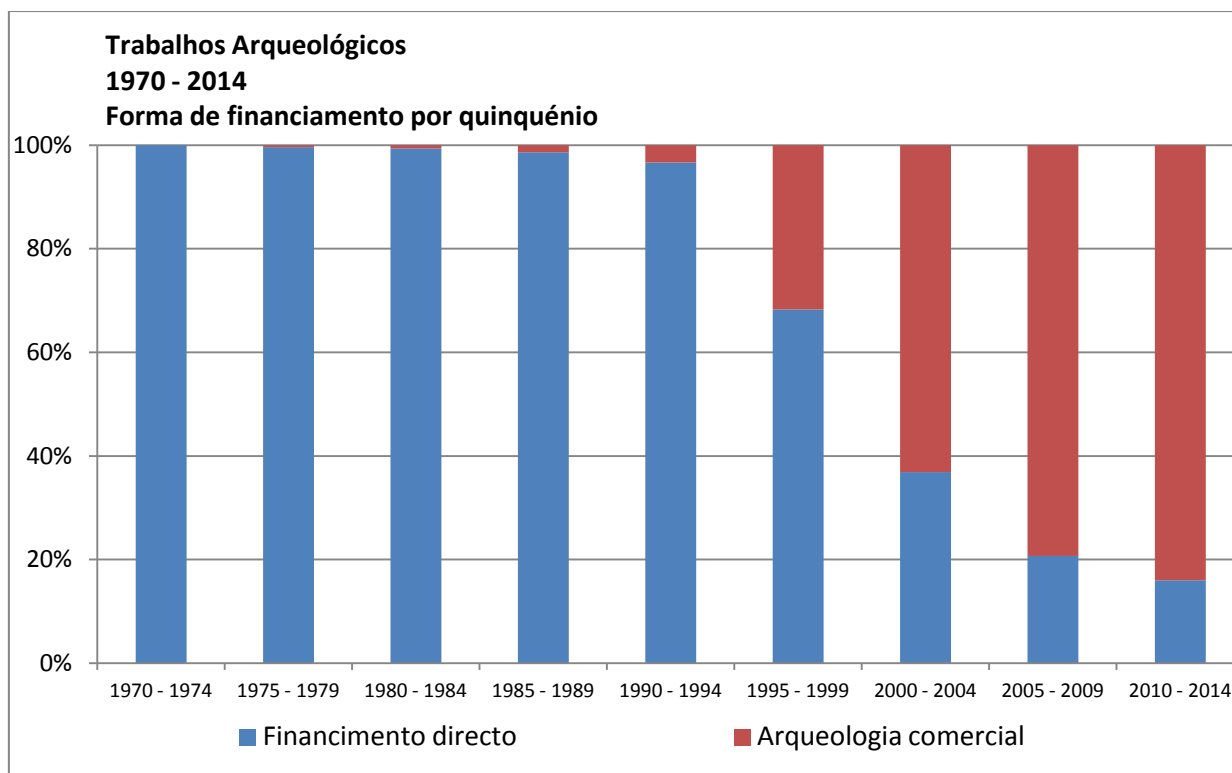


Gráfico 254: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento por quinquénio.

Foi analisada a forma de financiamento da actividade arqueológica em função da sua categoria, ao longo de todo o período em análise. Nas categorias A – Investigação, B – Valorização e D – Emergência, o financiamento directo é predominante representando, respectivamente, 98%, 80% e 87% do total. Na categoria C – Preventiva, a situação inverte-se e a Arqueologia comercial corresponde a 82% dos trabalhos realizados.

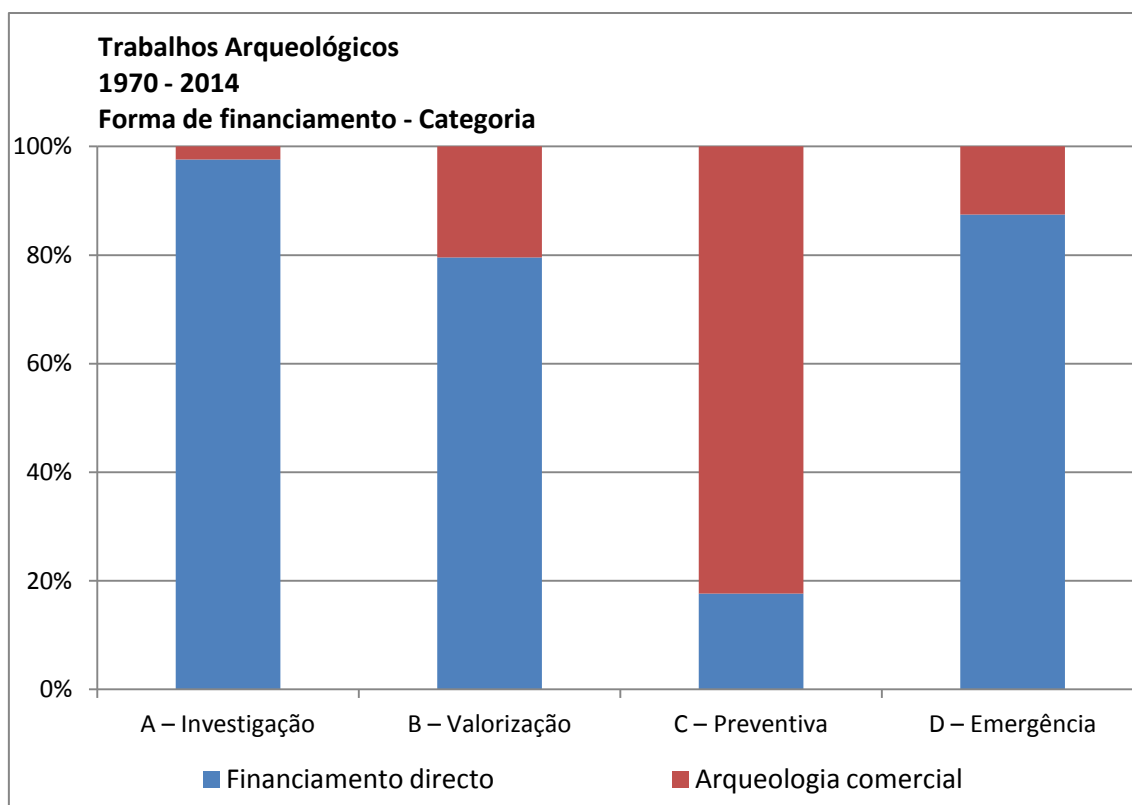


Gráfico 255: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Categoria.

Contudo, o financiamento dos diversos tipos de projecto que integram a categoria C – Preventiva assume diferenças significativas. Nos projectos de Carta Arqueológica e IGT, 69% dos trabalhos têm maioritariamente financiamento directo. Nos projectos de intervenção e valorização em Património arquitectónico as duas formas de financiamento apresentam valores equilibrados. Os projectos de licenciamento e obras são realizados com recurso à Arqueologia comercial em 74% dos casos e apenas em 26% decorrem com financiamento directo. Finalmente, nos projectos de AIA a esmagadora maioria dos trabalhos (96%) são desenvolvidos em contexto de Arqueologia comercial.

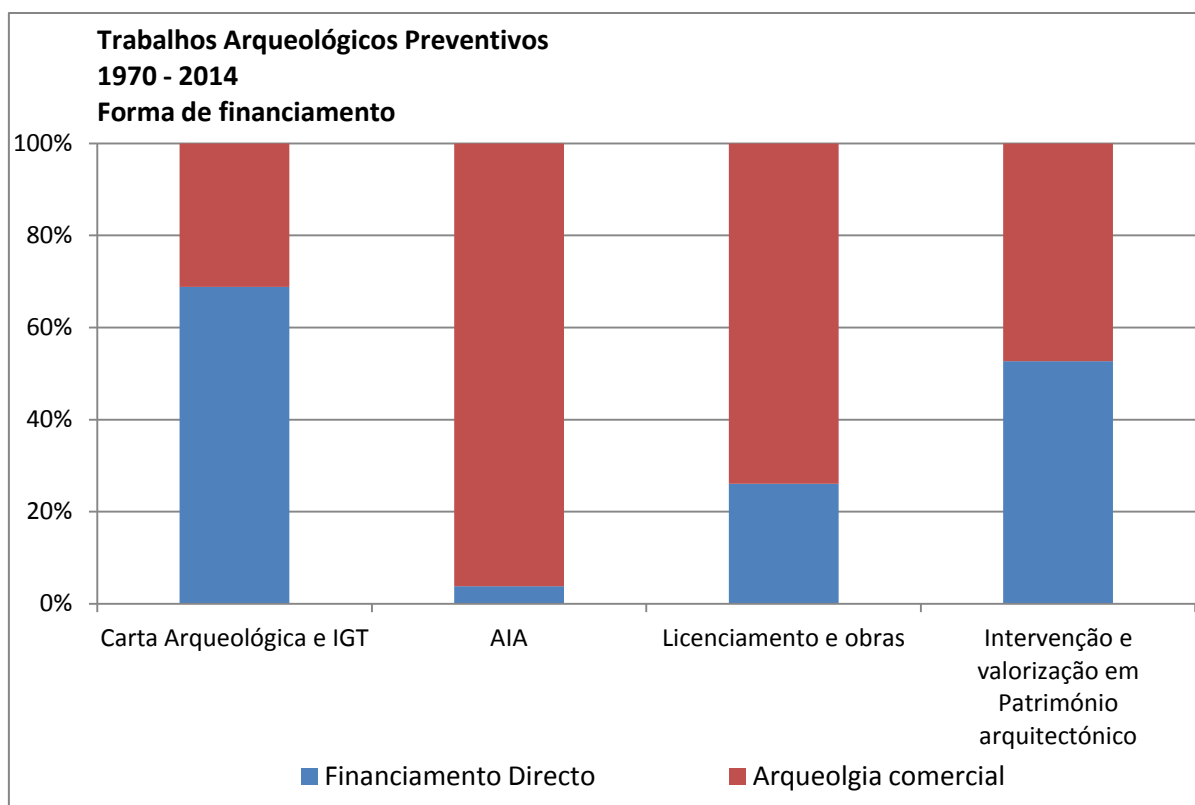


Gráfico 256: Trabalhos Arqueológicos Preventivos, 1970 - 2014. Forma de financiamento.

Se analisada a forma de financiamento em função do tipo de trabalho, constata-se que os tipos de trabalho mais directamente associados à Arqueologia preventiva (ver ponto 7.4.1.) registam valores mais elevados para a Arqueologia comercial: prospecção (81%) e acompanhamento (83%). Verifica-se um equilíbrio quanto à forma de financiamento nos trabalhos de escavação (financiamento directo: 54%; Arqueologia comercial: 46%) e levantamento (financiamento directo: 64%; Arqueologia comercial: 36%). Os trabalhos de conservação e restauro são na sua maioria (83%) financiados directamente.

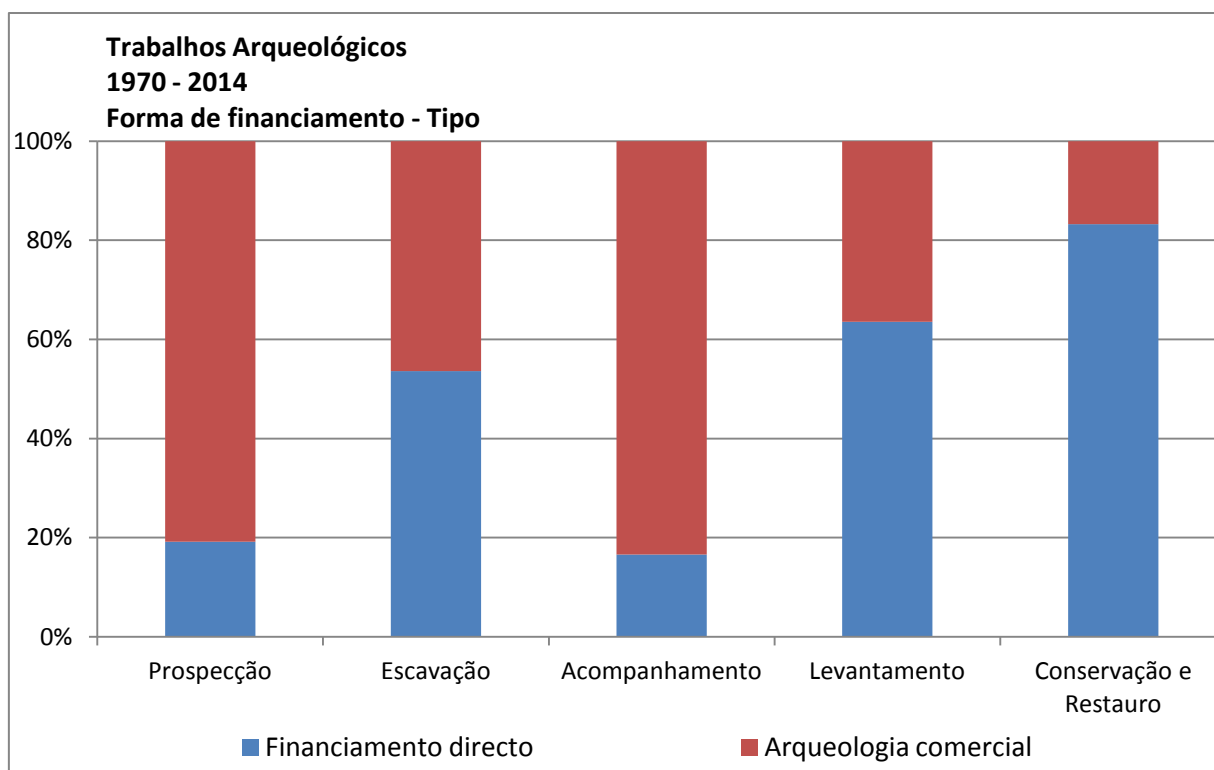


Gráfico 257: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Tipo.

Não se registam diferenças relevantes ao nível da distribuição regional da forma de financiamento da actividade arqueológica.

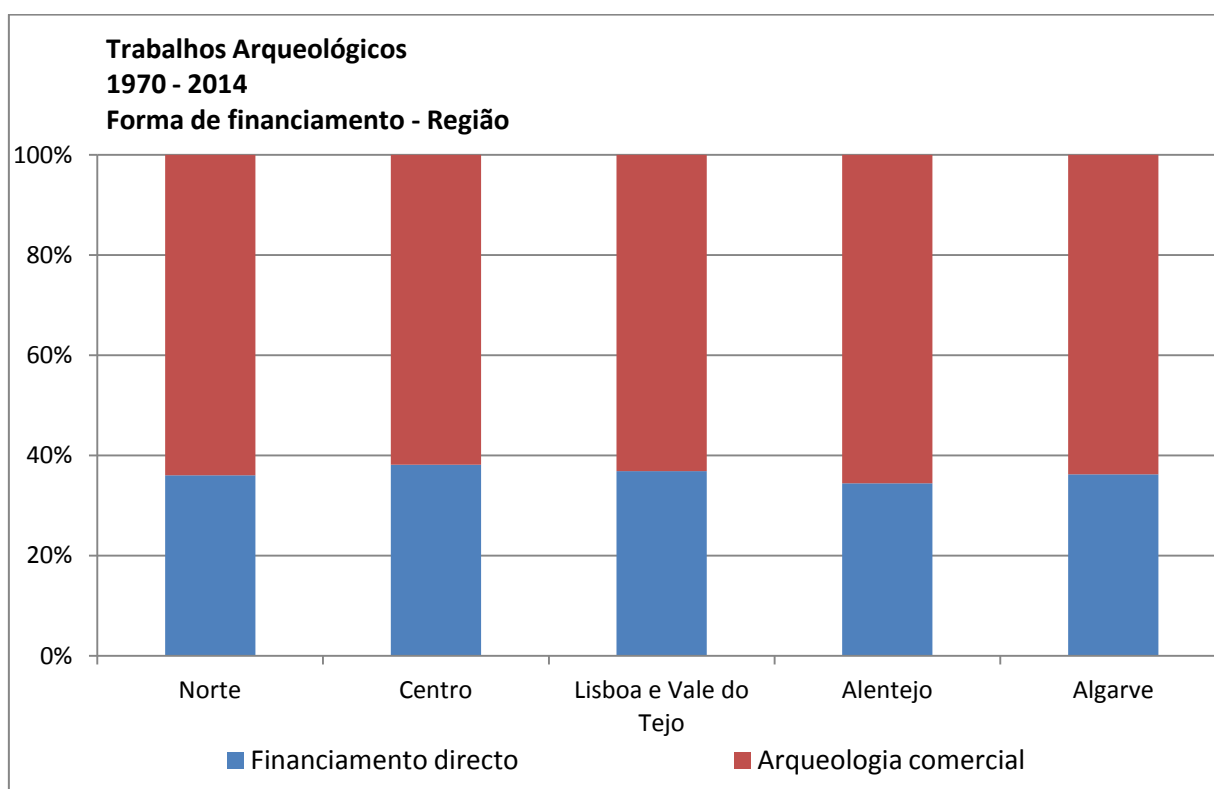


Gráfico 258: Trabalhos Arqueológicos, 1970 - 2014. Forma de financiamento - Região.

Por fim, foi analisada a forma de financiamento da actividade arqueológica, ao longo de todo o período em estudo em função da entidade enquadrante. Os resultados obtidos no cruzamento destes dois descritores demonstram bem quão problemático é o apuramento da forma de financiamento da actividade arqueológica. Considerou-se que o financiamento dos trabalhos arqueológicos enquadrados por organismos da administração pública central e local foi exclusivamente directo. Contudo, como já foi referido, está documentada a prática de contratação comercial de arqueólogos e equipas de arqueologia (em regime de aquisição de serviços) externos a estas entidades, para realização ou participação em trabalhos arqueológicos sob o seu enquadramento directo. É assim muito difícil identificar e caracterizar devidamente estas situações.

As universidades e unidades de investigação estrangeiras registam também apenas financiamento directo.

As universidades e unidades de investigação portuguesas e as associações estão também essencialmente associadas a este tipo de financiamento (no caso das segundas, eventualmente, através de subsídios). Mas ambas registam casos de Arqueologia comercial, ou seja, são também prestadores de serviços comerciais (Valera, 2005, p. 96).

Os outros tipos de empresa registam forte associação à Arqueologia comercial, mas também existem casos em que estas se constituem como entidade empregadora de arqueólogos e equipas de Arqueologia, promovendo e financiando directamente trabalhos arqueológicos.

As empresas de arqueologia estão intensamente associadas à Arqueologia comercial, como seria expectável.

Por fim, os trabalhos desenvolvidos sem entidade enquadrante são maioritariamente conduzidos em contexto de Arqueologia comercial, essencialmente através do trabalho de arqueólogos liberais, independentes, ou empresários em nome individual. Os trabalhos financiados directamente e sem enquadramento institucional relacionam-se com a permanência de actividade arqueológica amadora ou proto-profissional em Portugal e com a estruturação incipiente da Arqueologia portuguesa, características da primeira fase do período em estudo (Gráfico 259).

O financiamento da actividade arqueológica sofreu grandes alterações na sequência da implementação em Portugal dos procedimentos de Arqueologia preventiva, no final do século XXI. No que respeita à forma de financiamento, essas alterações assumiram tendência linear ao longo do período em estudo, com a progressiva diminuição do peso do financiamento directo e o consequente crescimento do financiamento indirecto e da Arqueologia comercial.

Ainda assim, esta linearidade não foi transversal a toda a actividade arqueológica. Os trabalhos de investigação e valorização tenderam a permanecer na esfera do financiamento directo; o mesmo sucedendo, em contexto preventivo, à actividade relacionada com a elaboração de Carta Arqueológica e IGT (Silva, 2005b, p. 92) e com a intervenção e valorização de Património construído. Da mesma forma, nos trabalhos de conservação e restauro, levantamento e mesmo escavação, o financiamento directo mantiveram um peso muito significativo.

A actividade arqueológica preventiva desenvolvida em AIA e no âmbito de processos de licenciamento e obras (quantitativamente preponderante nos últimos vinte anos em análise), bem como os trabalhos de prospecção e acompanhamento apresentaram uma clara relação positiva com a forma de financiamento própria da Arqueologia comercial.

Nos anos 70, o financiamento directo do Estado à actividade arqueológica cingia-se às escassas intervenções promovidas pelos organismos públicos - a JNE e, episodicamente, a DGEMN (Fernandes, 2001). Eram pontualmente atribuídos “magros subsídios” (Silva, 1999a, p. 137), atribuídos pelo Fundo de Fomento Cultural, sob decisão da JNE (Oleiro, 1974, p. 22; Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Lemos, 1992, p. 56; Silva, 1999a, p. 137). Este apoio financeiro coexistia com os apoios disponibilizados pelo Instituto de Alta Cultura (Alarcão, 1971; Arnaud, 2013, p. 77) e pela Fundação Calouste Gulbenkian (Alarcão, 1971; Oleiro, 1974, p. 21-22; Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Silva, 1999a, p. 137). Na mesma altura, subsistiam os campos de trabalho para jovens do Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional/Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa (Arnaud, 2013, p. 77), organização acusada no pós-25 de Abril de receber “verbas elevadíssimas” (artigo no jornal *Diário de Lisboa* de 31 de Maio de 1974, Anexo 61). Mas o financiamento era

de uma forma geral muito problemático e inibidor de uma actividade arqueológica regular, justificando o apelo da comunidade arqueológica para a atribuição de mais verbas e um maior planeamento para este fim (Raposo, 1971; Almeida, 1974, p. 6).

Nos anos 80, o financiamento da actividade arqueológica foi essencialmente gerido pelo IPPC, com o apoio dos respectivos órgãos consultivos, através do PNTA (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Silva, 1987, p. 11; Gamito, 1989, p. 106; Lemos, 1992, p. 56), registando-se também pontuais apoios financeiros do Instituto Nacional de Investigação Científica (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Gamito, 1989, p. 106) e depois da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Gamito, 1989, p. 106; Martins e Lemos, 1989, p. 105), do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (Caninas e Henriques, 1980, p. 5; Jorge, 1986, p. 3; Valera, 2005, p. 128), das autarquias (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Martins, 1986, p. 3; Alarcão, 1989, p. 85; Marques, 1991a, p. 6; Lemos, 1992, p. 57) e da Fundação Calouste Gulbenkian (Gonçalves, 1983-1984, p. 11; Gamito, 1989, p. 106).

Um dos problemas deste modelo de financiamento residia no seu carácter pontual, casuístico e não programado; financiavam-se campanhas e não projectos de investigação estruturados (Departamento de Arqueologia, 1983, p. 7 e ss; Gonçalves, 1983-1984, p. 12; Jorge, 1986, p. 3; Silva, 1987, p. 4; Alarcão, 1989, p. 83). As já referidas tentativas de planificação e de financiamento planificado desenvolvidas no início desta década (Anexo 65) não tiveram infelizmente concretização adequada. Assim, grande parte dos trabalhos arqueológicos continuava dependente do “modesto subsídio” (Silva, 1993b, p. 55) atribuído no âmbito dos PNTA anuais que se consubstanciavam em tabelas de atribuição de subsídios, solicitados mediante requerimento (ponto 7.8.1.). Nessa época, o PNTA tinha uma lógica universal de distribuição da verba disponível, de forma mais ou menos equitativa, por todos os requerentes (ver PNTA 1982 e 1983, em AAVV, 1985, p. 24-36; PNTA 1985, em AAVV, 1986b, p. 219-223; PNTA 1986, em AAVV, 1987, p. 188-196). A maioria dos requerentes obtinha subsídio, embora os montantes fossem tendencialmente pequenos e de pagamento tardio e irregular (Silva, 1993b, p. 56). Era assim prática generalizada apresentar simultaneamente o requerimento de PATA (Anexo 10) e o boletim para pedido de subsídio (Anexo 68).

Por outro lado, verificava-se uma confusão, ou até promiscuidade, entre o financiamento do Estado e o financiamento conferido pelo Estado. O PNTA, gerido pelo IPPC, era o instrumento de financiamento da actividade arqueológica em geral, mas simultaneamente financiava as actividades do IPPC e dos SRAZ. Ou seja, os organismos que geriam o financiamento eram, simultaneamente beneficiários do mesmo (Jorge, 1983, p. 3; Gonçalves, 1983-1984, p. 12; PNTA, 1984, p. 50; Gonçalves, 1989, p. 118) concorrendo com os demais, nomeadamente com a Arqueologia universitária. Por sua vez, o IPPC considerava não ser tarefa sua garantir o financiamento das actividades académicas, nomeadamente dos projectos de doutoramento dos arqueólogos universitários (Jorge, 1983, p. 3; Silva, 1987; Alarcão, 1989, p. 83-84; Jorge, 1989, p. 111; Lemos, 1992, p. 57). Entre o início dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90, a Arqueologia portuguesa viveu numa situação de conflito latente entre o Estado e a Academia (Alves, 1989, p. 99; Silva, 1989a, p. 93-94; Marques, 1991a, p. 6; Raposo, 1992, p. 40; Silva, 2002a, p. 308; Oliveira, 2020, p. 82 e 87), muito devido aos problemas de financiamento.

De uma forma geral, os recursos financeiros canalizados para a Arqueologia eram considerados insuficientes (Martins, 1986, p. 2; Silva, 1993b, p. 55; Jorge, 2000b, p. 164; Silva, 2003e, p. 142; Silva, 2007a, p. 98; Anexo 80), situação agravada pelo subfinanciamento das universidades (Gonçalves, 1983-1984, p. 10; Alarcão, 1989, p. 83; Lemos, 1992, p. 54; Silva, 2002a, p. 308; Lemos, 2007, p. 107; Oliveira, 2020, p. 82). A dispersão de fontes de financiamento público era identificada como obstáculo ao bom planeamento (Jorge, 1986, p. 2). O financiamento era assim considerado um dos maiores problemas estruturais da Arqueologia da época e, como tal, foram enunciadas propostas de criação de um fundo financeiro autónomo para a actividade arqueológica planeada (Jorge, 1985, p. 179; Silva, 1987, p. 4).

Nos anos 70 e 80, o financiamento de intervenções preventivas motivadas por empreendimentos privados foi, por vezes, objecto de negociação, verificando-se casos em que os promotores custeavam, pelo menos parcialmente, os trabalhos, nomeadamente em ambiente urbano, em empreendimentos hidroeléctricos e outros (AAVV, 1983, p. 177; AAVV, 1985, p. 260; Silva, 1994, p. 50). Em meados dos anos 80 é já claro que os promotores de obras e de outros empreendimentos com impacte relevante sobre o Património arqueológico deviam financiar as intervenções

arqueológicas de minimização (Jorge, 1985, p. 179), à semelhança do que ocorria em outros países (Jorge, 1989, p. 111).

Até meados dos anos 90 do século XX, o financiamento da actividade arqueológica permanece quase exclusivamente directo e essencialmente público (Lemos, 1987, p. 9; Silva *et al.*, 1994, p. 76; Lago, 2003, p. 97; Silva, 2008a, p. 15; Bugalhão, 2011, p. 36). Nos anos 90, as fontes públicas e os problemas de financiamento mantêm-se essencialmente idênticos (Real, 1993b, p. 306-307; Real, 1995, p. 35; Oosterbeek, 1997, p. 50; Silva, 1998a, p. 17). À medida que a Arqueologia municipal cresce e se afirma, o financiamento das Autarquias à actividade arqueológica adquire maior relevância (Real, 1993b, p. 307; Silva, 1997, p. 35; Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 149), embora no geral estas entidades se demonstrassem incapazes de atribuir quadros plurianuais estáveis de financiamento (Silva, 1993b, p. 55).

Contudo, nesta década, verifica-se uma tendência para a diversificação nas fontes de financiamento para o sector privado, multiplicando-se os apoios mecenáticos e colaborações com empresas, por vezes com mediação pública (Lemos, 1994, p. 98; Real, 1995, p. 35; Jorge, 1997b, p. 129; Oosterbeek, 1997, p. 49; Silva, 1998a, p. 16). Nesta fase de transição é proposta a criação de um “Fundo de Fomento Arqueológico” para onde seriam canalizados os financiamentos dos promotores privados (Alves, 1995, p. 101), numa aproximação ao modelo francês que nunca vingou em Portugal.

A partir do final dos anos 90, o financiamento directo continuou a ser predominante na actividade arqueológica de Investigação (categoria A), valorização (categoria B, nomeadamente, nos trabalhos de conservação e restauro) e emergência (categoria D). No entanto, nesta fase, o financiamento indirecto e concedido sob contrato – a Arqueologia comercial - foi ganhando terreno, implantando-se crescentemente até 2014 (Silva, 1997, p. 40; Silva, 2002b, p. 20; Raposo, 2003c, p. 59; Silva, 2003c, p. 72; Carneiro, 2003a, p. 116; Silva, 2005a, p. 17; Almeida e Neves, 2006, p. 86; Parreira, 2007, p. 100; Almeida, 2007a, p. 103; Silva, 2008a, p. 15). Neste formato coexistiam fontes de financiamento públicas e privadas (Bugalhão, 2011, p. 36-37) e eram os promotores de projectos com impacte no subsolo urbano ou rural - o Estado, as empresas públicas e privadas e as entidades individuais - que financiavam grande parte da actividade arqueológica, em consequência das obrigações legais de salvaguarda do Património arqueológico afectado no âmbito dos projectos que promoviam. Ou seja,

em resultado de “uma exigência técnico-administrativa, tendencialmente burocratizada e cujos benefícios ou resultados nem sempre são completamente evidentes” (Silva, 2003b, p. 125). A actividade arqueológica preventiva desenvolveu-se assim, essencialmente, a partir da aplicação do princípio do “poluidor-pagador” e da obrigatoriedade legal da “conservação pelo registo científico” dos vestígios arqueológicos (LBPC/2001, artigo 75.º, n.º 1, Anexo 49). Como consequência, verificou-se que, de facto, era toda a comunidade, toda a sociedade, todos os cidadãos, que financiavam a actividade arqueológica (Jorge, 2000c, p. 12; Bugalhão, 2011, p. 37). Nesta realidade residirá uma das disfunções da Arqueologia comercial, pois o cliente é obrigado a adquirir o produto, no qual não está, normalmente, propriamente interessado (Carneiro, 2003b, p. 130).

Como foi referido, verificou-se uma intensa ligação entre o financiamento por via comercial ou contratual, a Arqueologia comercial, e a Arqueologia preventiva (Categoria C), especialmente expressa nos tipos de trabalho mais directamente associados a esta categoria (prospecção e acompanhamento). Contudo deve ressaltar-se que esta associação se verificou essencialmente nos projectos de licenciamento e obras e no âmbito de processos de AIA. Os projectos de intervenção e valorização em Património arquitectónico eram viabilizados, de forma equilibrada, por financiamento directo e de forma contratual (Arqueologia comercial). Os projectos de Carta Arqueológica e IGT beneficiavam, maioritariamente, de financiamento directo.

Por outro lado, a aplicação do princípio do “poluidor-pagador” no financiamento de trabalhos preventivos de empreendimentos privados não é universal, nem constitui a única via possível. Com alguma frequência, os organismos públicos, nomeadamente os municípios, assumiram os seus custos, como forma de apoio social (aos munícipes com menos capacidade económica), ou de acordo com modelos de gestão que visam a concentração da actividade arqueológica sob sua responsabilidade directa (Silva, 2005b, p. 92; e diversos contributos em Almeida e Carvalho, 2011). Assim, em muitos municípios de média e pequena dimensão, foram os serviços municipais que garantiram a execução e financiamento da globalidade das intervenções preventivas, mesmo daquelas que eram promovidas por entidades privadas, no âmbito da implementação de um modelo de gestão centralizada da actividade arqueológica (ponto 7.8.5.). Este modelo de gestão tem-se revelado muito positivo para a

implantação de boas práticas na actividade arqueológica e nos resultados alcançados ao nível da investigação, valorização e salvaguarda do Património arqueológico (ver diversos contributos em Almeida e Carvalho, 2011).

Como é natural, a Arqueologia comercial implantou-se essencialmente no sector privado - empresas e profissionais liberais (Silva, 1995a, p. 100; Silva, 2003b, p. 124; Almeida e Neves, 2006, p. 86). Como se pode verificar em relação à Arqueologia urbana, esta é uma realidade transnacional e europeia (Conselho da Europa, 1999), independentemente do enquadramento institucional público ou privado dos trabalhos (Martins e Ribeiro, 2009-2010, p. 152 e ss.; Lemos, 2004a, p. 34-36; APA, 2014, p. 48-49). A Arqueologia comercial dedicou-se essencialmente à actividade desenvolvida no âmbito de AIA e em meio urbano (Silva, 1997, p. 41), embora também se tenha estendido à valorização de sítios, turismo arqueológico e até, à publicação científica (Zilhão, 2000a, p. 9).

A Arqueologia comercial consolidou o mercado de trabalho em Arqueologia (Silva, 1999c, p. 20; Silva, 1995a, p. 100; Gamito, 2003, p. 139; Bicho, 2001, p. 16; Bugalhão, 2011, p. 36-37; Rocha, 2015, p. 10; Comissão Europeia, 2017), embora a qualidade do emprego escasseasse e as condições de trabalho fossem muito deficientes (Jorge, 2000b, p. 164; Silva, 2003b, p. 126; Almeida e Neves, 2006, p. 89; Silva, 2007b, p. 14; Lopes, 2009, p. 62-63; Mesquita e Simões, 2014; Rocha *et al.*, 2020). Na ausência de um poder tutelar consistente e coerente e de mecanismos eficazes de auto-regulação profissional, nomeadamente a nível deontológico (APA, 1998; Martins, 1998, p. 32; Silva, 1998b, p. 6; Silva e Correia, 1998, p. 6; Carneiro, 2003b, p. 130; Jorge, 2003, p. 141; APA, 2009, p. 17-23), o predomínio da Arqueologia comercial tendeu a suscitar uma desregulação sistémica na actividade arqueológica (Almeida e Neves, 2006, p. 89; Valera, 2007, p. 80; Silva, 2013, p. 15).

O financiamento do processo de investigação decorrente das intervenções preventivas, não obstante as (seguramente) consideráveis verbas nesta despendidas (Carneiro, 2003b, p. 130; Fabião, 2006, p. 37; Silva, 2006, p. 17; Almeida, 2008b, p. 146), é provavelmente o aspecto mais bem diagnosticado e crítico da Arqueologia portuguesa contemporânea (Fabião, 2006, p. 39). A base do problema volta a aproximar-se da realidade dos anos 80 do século XX. Financiam-se intervenções preventivas e não projectos de investigação. Por um lado, alega-se que o regime

jurídico em vigor impõe ao promotor da intervenção preventiva o financiamento (através do princípio do “poluidor-pagador”), não só da intervenção propriamente dita, mas dos trabalhos de gabinete, da preparação da colecção para depósito (incluindo conservação preventiva), do estudo das realidades exumadas e da sua publicação monográfica. E assim é. Por outro, tal implica que, no momento de elaborar o orçamento, o arqueólogo consiga orçamentar todas estas tarefas, em momento prévio ao início da intervenção, desconhecendo, portanto, a realidade com que se irá deparar. Elaborar um projecto de investigação, programado e estruturado não é fácil. Fazê-lo ainda antes de dispor dos dados primários que constituem o objecto da investigação é virtualmente impossível. Acresce que a investigação científica nem sempre se centra num sítio, muito menos numa intervenção; antes se baseia no estabelecimento de uma problemática, frequentemente mais vasta e complexa, cuja definição e desenvolvimento carecem de tempos muito distintos dos envolvidos no trabalho arqueológico de campo propriamente dito. Tal não significa que no orçamento de cada intervenção não devam estar contemplados o estudo, a investigação e a publicação dos bens previsivelmente intervencionados. Mas, para além dos elementos imponderáveis próprios da Arqueologia, considera-se que, principalmente para os sítios/contextos arqueológicos mais complexos, a investigação aí considerada será sempre, apenas, a base de um processo mais complexo e alargado no tempo, cujo financiamento só em condições excepcionais poderá ser imputado ao promotor do empreendimento que motivou a realização do trabalho arqueológico.

O financiamento da actividade arqueológica de investigação, como já foi referido atrás (ponto 7.8.1.), teve pela primeira vez um modelo público no PNTA (artigos 3.º e 4.º do RTA/99, Anexo 47; e Regulamento do PNTA, Anexo 43). Apesar de aí ser claramente referido que “anualmente, e na sequência de publicitação adequada nos órgãos de comunicação social, poderão ser apresentadas candidaturas à obtenção de financiamento no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos” (ver requerimento de candidatura Anexo 58), como já foi referido, este modelo funcionou de forma muito irregular²⁰⁸. Ainda assim, entre 1998 e 2005, foram apoiados financeiramente 102 projectos ao abrigo do PNTA, com um financiamento total de

²⁰⁸ Entre 1998 e 2007, foram abertos seis concursos para financiamento no âmbito do PNTA, 1998, 1999, 2000, 2002, 2003 e 2005 (Anexo 44).

cerca de 2 milhões de euros. No RTA/2014 (artigo 4.º, Anexo 60) as premissas relativas ao financiamento não são consideravelmente alteradas: “os projetos podem ser total ou parcialmente financiados pela DGPC mediante candidatura a concurso para financiamento”. Porém, desde 2005, não há concursos para financiamento de projectos de investigação plurianual em Arqueologia.

Restam à actividade arqueológica de investigação outras formas e fontes de financiamento, que se afiguram sempre insuficientes (Fabião, 2006, p. 37; Lemos, 2007, p. 107), nomeadamente os instrumentos de financiamento integrados no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (financiamento às unidades de investigação com actividade na área científica da Arqueologia e os diversos concursos para projectos e bolsas, com avaliação independente *inter pares*), a candidatura a concursos de apoio ao investimento e ao desenvolvimento financiados com fundos internacionais (que muitas vezes obrigam a mascarar objectivos de investigação), os apoios municipais à investigação, o mecenato.

Para além da actividade arqueológica de campo, a sociedade actual exige maior investimento no Património arqueológico, na sua gestão, conservação e valorização (Comissão Europeia, 2017).

7.10. Actividade Arqueológica em Portugal, entre 1970 e 2014

O conceito de “trabalho arqueológico” (e de “projecto” que o enquadra) adoptado neste trabalho remete exclusivamente para a intervenção sobre Património arqueológico imóvel, ou seja, sobre sítios e territórios. O âmbito do conceito foi evoluindo (na prática arqueológica e no enquadramento legislativo) ao longo do período em estudo, partindo de uma associação quase exclusiva à escavação arqueológica, para uma diversificação significativa das acções de natureza intrusiva e não intrusiva que visam a recolha de dados com vista à produção de conhecimento histórico-científico, mas também à salvaguarda e valorização do Património arqueológico.

Na sequência da ideia implementada para a década de 60 do século XX (Alarcão e Alarcão, 1970), entre 1979 e 1994 foram publicados nove números da publicação em série *Informação Arqueológica* (relativos à actividade arqueológica desenvolvida entre 1979 e 1987 (AAVV, 1979, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986a, 1986b, 1987 e 1994). Um

dos principais objectivos da revista era dar a conhecer, de forma sistemática, as primeiras notícias sobre os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados anualmente em Portugal. Desta forma, a informação reunida nos números publicados desta revista é muito útil para uma apreensão global da actividade arqueológica nacional nos anos em causa. Este objectivo é prejudicado pelo incumprimento muito acentuado do dever de entrega dos “resumos para a *Informação Arqueológica*”, por parte dos arqueólogos, amplamente referido nas introduções dos diversos números da revista. Alguns autores dedicaram alguma reflexão à evolução da actividade arqueológica, referindo aliás a “falta de elementos disponíveis e organizados para uma análise exaustiva da evolução da Arqueologia no nosso país” (Real, 1995, p. 20). Na análise dos resultados do inquérito promovido pela APA em 2006, é referido que as entidades públicas tutelares não dispõem de dados fiáveis para a caracterização da actividade arqueológica em Portugal (Almeida, 2007b, p. 132), diagnóstico repetido na segunda década do século XXI (Silva, 2015, p. 18). Os inquéritos promovidos pela APA (Silva, 2015, p. 18) em 1995 (Anexo 86), 2002 (APA, 2002), 2006 (Almeida, 2007b) e 2014 (APA, 2014) não incidiram sobre a actividade arqueológica.

Os dados analisados no presente trabalho revelaram que a evolução quantitativa da actividade arqueológica em Portugal apresentou uma tendência de crescimento entre 1970 e 2007, uma fase de estabilidade entre 2007 e 2011, dois anos de quebra acentuada entre 2012 e 2013 e, finalmente, o que aparenta ser o início de uma recuperação, a partir de 2014. Na análise quinquenal, os indicadores quantitativos da actividade arqueológica (número de trabalhos e projectos e de arqueólogos com direcções científicas) registam um crescimento até 2009, (especialmente intenso entre 2000 e 2009), seguido de uma regressão no quinquénio de 2010-2014. A partir de 2015 parece verificar-se uma recuperação no volume da actividade arqueológica que se prolonga até 2019 (ver gráfico 151), sendo para já incógnitas as consequências da crise pandémica na actividade arqueológica portuguesa.

Na primeira década em estudo, os anos 70 do século XX, quer antes quer após o 25 de Abril de 1974, a actividade arqueológica desenvolvida em Portugal era muito reduzida (Silva, 1994a, p. 90; Silva, 2004, p. 39), embora a implantação do regime democrático tenha suscitado condições para o seu crescimento. Nos anos 80 do século XX, o volume ainda reduzido da actividade (Silva, 1994a, p. 90), vai revelando uma tendência

de crescimento ligeiro dos trabalhos arqueológicos realizadas em Portugal (Real, 1995, p. 37). Na primeira metade dos anos 90, parecia verificar-se alguma estabilidade nos valores deste indicador (Bugalhão, 2011, p. 22). Entre 1980 e 1990, estruturou-se o modelo legislativo e estatal de gestão da actividade arqueológica e nesta fase, a comunidade arqueológica cresceu e profissionalizou-se (Lemos, 1987, p. 8). Mas permaneceram por resolver crónicos e graves problemas na salvaguarda do Património (e da informação científica que este encerra), que se foram agravando até configurar uma crise aguda que culminou na ruptura do sistema então vigente.

A partir de 1997, empiricamente ou através do número de autorizações concedidas para realização de trabalhos arqueológicos (registado no *Endovéllico*), constata-se uma tendência de crescimento (Lago, 2000, p. 18 e ss.; Silva, 2000, p. 23; Silva, 2002a, p. 300; Carneiro, 2003a, p. 116; Lago, 2003, p. 96; Silva, 2003d, p. 21; Valera, 2005, p. 166; Almeida, 2007b, p. 135; Lemos, 2007, p. 107; Bugalhão, 2011, p. 22; Sousa, 2013, p. 40; Coelho, 2016, p. 40; Sousa, 2016, p. 137; Bugalhão, 2018c, p. 34) que terá atingido o seu pico absoluto entre 2007 e 2011. No final dos anos 90, o modelo legislativo e institucional que enquadra a Arqueologia foi profundamente alterado, passando a contemplar procedimentos eficazes de Arqueologia preventiva e novas formas de financiamento. A fase mais florescente de uma actividade arqueológica regulada terá decorrido entre 1997 e 2005, correspondendo a um período em que foi implementado um modelo mais adequado e eficaz de gestão da actividade arqueológica e do Património arqueológico, na perspectiva preventiva, mas também nas perspectivas da investigação e da valorização. O centro da actividade arqueológica transferiu-se do “Sítio” e do “Objecto”, para o “Território” e a “Paisagem”.

Entre 2007 e 2013, os indicadores analisados (trabalhos arqueológicos e projectos, directores científicos) registaram perturbação, sob forma de decréscimo quantitativo, com excepção da Arqueologia desenvolvida em meio urbano, principalmente nas maiores cidades. Em linha com a crise económica, entre 2010 e 2013, foi referenciado um decréscimo do número de trabalhos arqueológicos realizados (Bugalhão, 2011, p. 22; Coelho, 2016, p. 40; Bugalhão, 2018c, p. 34). A partir de 2015, parece desenhar-se uma recuperação transversal a toda a actividade arqueológica, com excepção da Arqueologia desenvolvida em meio subaquático (cuja crise começou antes e cuja recuperação ainda não se vislumbra).

A necessidade de integração da actividade arqueológica em projectos devidamente categorizados, para assim ultrapassar o seu carácter excessivamente pontual e casuístico, remonta aos anos 70 do século XX, mas só foi objecto de regulamentação e implementação no final do século, com a publicação do RTA/99. Antes e depois dessa formalização, é possível distinguir quatro grandes ordens de razão que motivavam e enquadravam a actividade arqueológica nacional: investigação, valorização, prevenção e emergência. Entre 1970 e 2014, verificou-se um predomínio quantitativo nas intervenções arqueológicas de investigação e preventivas, e a ocorrência sempre mais pontual de trabalhos de valorização e emergência.

O período em estudo divide-se em duas grandes fases: entre 1970 e 1994 prevaleceram as intervenções de investigação; entre 1995 e 2014 prevaleceram, e de forma crescente, as intervenções preventivas (Carneiro, 2003a, p. 115). A progressiva consolidação da Arqueologia preventiva em Portugal, à semelhança do que ocorreu nos demais países ocidentais, pode considerar-se uma tendência estrutural, mas sofreu um forte impulso com as alterações legislativas, institucionais e arqueológicas-sociológicas ocorridas na sequência do processo de salvamento da arte rupestre do Côa, em meados dos anos 90 do século XX. A disparidade crescente entre a Arqueologia preventiva (predominante) e a investigação arqueológica é o problema estrutural mais complexo da Arqueologia portuguesa, motivando uma miríade de rupturas que a caracterizam na actualidade, à semelhança aliás do que ocorre na Arqueologia europeia e dos países ditos desenvolvidos.

Neste contexto, destaca-se a muitíssimo problemática questão da gestão dos espólios arqueológicos (Jorge, 1997b, p. 130; Silva, 1998a, p. 17; Jorge, 2000a, p. 184; Carneiro, 2003b, p. 130; Raposo, 2003b, p. 133; Almeida, 2006a; Almeida, 2006b; Silva, 2008b, p. 19; Deus, 2013; Silva, 2016; Encarnação, 2017 e 2018; Raposo, 2019; Silva, 2019), tanto do ponto de vista da conservação, como ao nível do seu estudo, publicação e valorização/exposição, especialmente dramática em Arqueologia urbana (Bugalhão, 2018c, p. 33), nos projectos preventivos de grande amplitude (Deus, 2013, p. 57) e na Arqueologia em meio subaquático ou húmido (Bugalhão, 2018a).

A distribuição regional da actividade arqueológica portuguesa no território continental, entre 1970 e 2014, foi tendencialmente equilibrada e estável ao longo do tempo, distinguindo-se o Algarve (a região menos extensa) pela sua menor expressão

quantitativa na maioria dos indicadores analisados, com excepção da Arqueologia em meio subaquático ou húmido. Mas também no território se reconhecem claramente as duas fases referidas. Na primeira fase (1970-1994), a actividade decorreu essencialmente em meio rural. Na segunda fase (1995-2014), o meio urbano foi o principal palco da actividade arqueológica, que também se afirma em meio subaquático e húmido (sob influência institucional estatal) embora com carências estruturais significativas.

As duas diferentes fases observam-se de forma particular no enquadramento institucional da actividade arqueológica que, na primeira fase, foi predominantemente público (universidades e unidades de investigação, administração pública central) e, na segunda fase, tendencialmente privado (empresas de arqueologia e outras e actividade liberal). Não obstante esta tendência dominante, na primeira fase as associações (entidades de direito privado) tiveram actividade relevante e, na segunda, verificou-se uma consolidação da administração pública local.

Também ao nível da forma de financiamento da actividade arqueológica se desenharam dois blocos temporais distintos. No primeiro (1970-1994), predominou o financiamento directo; no segundo (1995-2014), o financiamento indirecto por via contratual/comercial.

Na evolução histórica da actividade arqueológica portuguesa aqui delineada sobressai uma forte dependência da tutela administrativa, ou seja, dos organismos do Estado com tutela sobre a Arqueologia. Essa tutela é essencial na legislação e regulamentação, na definição estratégica de objectivos e prioridades, na gestão pública da actividade e Património arqueológico, na regulação das relações entre a Arqueologia e as demais actividades, sectores e instituições da sociedade, no inventário e gestão da informação, na fiscalização, na salvaguarda do Património, na gestão do espólio, no apoio à investigação, no financiamento, etc. A autonomização da tutela estatal sobre a Arqueologia foi uma reivindicação perseguida durante muito tempo e concretizada entre 1997 e 2007 no IPA, para logo de seguida ser integrada em organismos tutelares de espectro mais alargado (IGESPAR, DRC1 e 2 e DGPC2). Pelos dados apurados neste trabalho, concluiu-se que as opções na gestão pública-institucional do Património têm consequências directas na Arqueologia nacional.

A **Arqueologia de investigação** desenvolvida entre 1970 e 2014 é unanimemente considerada deficitária no quadro geral da actividade arqueológica desenvolvida em Portugal, tendo como consequência um panorama de publicação científica igualmente insuficiente (Jorge, 1985, p. 178; Lemos, 1987, p. 9). Esta característica assumiu especial expressão na Arqueologia urbana (sector muito carente em repostas de gestão adequadas).

A actividade arqueológica de investigação concretizou-se nas acções de campo, essencialmente através de escavações (o trabalho arqueológico clássico) e prospecções, enquadradas maioritariamente por universidades e unidades de investigação (portuguesas, mas também estrangeiras), administração pública central e associações. A actividade arqueológica de investigação cresceu entre 1970 e 1999, retraindo-se de seguida. Tendencialmente organizou-se em projectos plurianuais e incidiu mais frequentemente sobre realidades romanas e da pré-história recente.

A regulação pública da actividade arqueológica de investigação foi desigual ao longo do período em estudo. Inicialmente assentava num sistema de representação corporativa, evoluindo posteriormente para modelos baseados na avaliação de mérito científico que registaram contudo um funcionamento muito instável. O apoio ao desenvolvimento das arqueociências e dos métodos arqueométricos, especialmente a partir de 1999, foi uma das iniciativas públicas mais bem-sucedidas da Arqueologia portuguesa.

O financiamento foi um dos aspectos críticos da investigação arqueológica, arredada do principal “centro de custos” arqueológico, decorrente da aplicação do princípio do “poluidor-pagador”, próprio da Arqueologia preventiva. Desta forma, restou à investigação o financiamento directo. Numa primeira fase (1970-1997), procurou-se incessantemente planificar de forma programada e estratégica o financiamento da actividade arqueológica de investigação, mas apenas se conseguiu implementar um modelo de financiamento anual, “assistencialista”, miserabilista, pontual e casuístico. Numa segunda fase (1998 -2006), promoveu-se, com inúmeras dificuldades, um sistema baseado no mérito científico, programado, plurianual e transparente. A partir de 2007 não existiu nenhum modelo específico de financiamento da actividade arqueológica de investigação em Portugal.

A **valorização do Património arqueológico**, bem como as temáticas da sua divulgação pública e da educação e sensibilização patrimoniais, ganhou protagonismo na Arqueologia portuguesa ao longo do período em estudo, durante o qual o Património arqueológico ganhou visibilidade pública, tornando-se mais acessível aos cidadãos. Esta dinâmica alargou-se dos sítios arqueológicos conservados em meio rural, ao Património arqueológico urbano e até, ainda que muito pontualmente, ao Património cultural subaquático.

A actividade arqueológica associada à valorização do Património arqueológico viveu o seu período mais florescente entre 1980 e 1994, com linha específica de financiamento público e número elevado de acções de conservação e restauro. Numa primeira fase, o enquadramento dos trabalhos de valorização coube principalmente à administração pública central (IPPC e do IPPAR1 e 2), a que sucederam, no século XXI, as autarquias (por vezes com recurso à contratação de empresas de arqueologia). A evolução da actividade arqueológica de valorização não apresenta relação directa com a evolução do número de sítios arqueológicos visitáveis em Portugal.

Persistem ainda sérios problemas na relação entre investigação (necessariamente anterior) e valorização (necessariamente posterior), bem como no financiamento dos projectos de valorização (que é essencialmente directo) e na gestão sustentável e sustentada dos equipamentos museológicos que os sítios arqueológicos valorizados necessariamente são.

A **Arqueologia preventiva** ganhou progressiva preponderância em Portugal, em meio rural, urbano (de forma mais intensa) e subaquático, especialmente, como já foi referido, a partir do final dos anos 90 do século XX. Nas intervenções de terreno predominaram os acompanhamentos (cujo aparecimento está associado à implantação desta categoria de intervenção), as escavações e as prospecções. Todos os tipos de instituição que intervieram na actividade arqueológica enquadraram trabalhos preventivos, mas estes foram principalmente executados por empresas de arqueologia, outro tipo de empresas e pela administração pública local. A actividade arqueológica sem enquadramento institucional (executada por profissionais liberais e independentes) foi nesta categoria especialmente relevante e, aparentemente, está a

crescer. Na Arqueologia preventiva destacaram-se duas grandes áreas de intervenção, os licenciamentos e obras e os processos de AIA.

A actividade arqueológica realizada no âmbito de processos de licenciamento de obras e operações urbanísticas foi sempre muito relevante em Portugal. Entre os anos 90 do século XX e 2014, registou crescimento contínuo, nomeadamente ao nível dos acompanhamentos arqueológicos e em contexto preventivo. Decorreu do trabalho desenvolvido previamente por arqueólogos no âmbito da elaboração de IGT, dos processos de salvaguarda de património imóvel classificado e da gestão urbanística municipal. Foi uma actividade enquadrada principalmente por empresas de arqueologia e pela administração pública local.

A actividade arqueológica desenvolvida no âmbito de projectos de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico (escavações e acompanhamentos) foi menos frequente mas também cresceu até 2014, enquadrada por empresas de arqueologia e pela administração pública local e central.

A actividade arqueológica preventiva realizada no âmbito de processos de licenciamento de obras e operações urbanísticas (construção e remodelação de imóveis e implantação ou renovação de infra-estruturas de subsolo, intervenções no espaço público) e de projectos de intervenção e/ou valorização de Património arquitectónico decorreu essencialmente em meio urbano. A Arqueologia em meio urbano (escavações e acompanhamentos arqueológicos) registou em Portugal crescimento contínuo entre 1970 e 2014. A partir de meados dos anos 90 foi uma actividade essencialmente preventiva, por imposição dos IGT e pela implementação de procedimentos de salvaguarda do Património imóvel classificado. Nas intervenções urbanas aumentaram também significativamente os trabalhos em meio húmido. A amplitude da actividade em meio urbano, a complexidade das realidades patrimoniais conservadas em meio húmido, o volume e os requisitos para a conservação do espólio orgânico recolhido geraram complexos problemas sistémicos, como a dificuldade de gestão de informação arqueológica e dos espólios e o défice na investigação e na publicação científica.

A actividade arqueológica promovida no âmbito de AIA iniciou-se timidamente nos anos 70 e 80 do século XX, através de alguns e pontuais projectos pioneiros. No final dos anos 90 do século XX, foi desenvolvida pelo Estado uma estratégia assertiva

(institucional e ao nível dos procedimentos técnicos) de introdução e implementação dos conteúdos e problemáticas arqueológicas nos procedimentos de AIA, que teve como consequência um forte impulso na actividade arqueológica (prospecções, escavações e acompanhamentos). Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito de processos de AIA foram quase sempre enquadrados por empresas de arqueologia.

Os projectos de Carta Arqueológica ou de elaboração de IGT tiveram uma representação quantitativa modesta, mas foram estrategicamente muito importantes, constituindo um dos principais motores da actividade arqueológica, principalmente de natureza preventiva. Envolveram normalmente prospecções arqueológicas, promovidas por autarquias, associações e empresas de arqueologia. Nos anos 80 do século XX, o Estado, apoiado por toda a comunidade arqueológica nacional, promoveu e financiou de forma significativa trabalhos e projectos conducentes à constituição da Carta Arqueológica de Portugal. A actividade arqueológica conduzida no âmbito de IGT foi essencial para a salvaguarda do Património arqueológico, tendo aumentado nos últimos quinze anos em estudo. Incidiu especialmente na elaboração de planos de pormenor e salvaguarda e de planos directores municipais.

A partir do final do século XX, a actividade arqueológica preventiva realizada no âmbito de elaboração de Carta Arqueológica e IGT e da intervenção e valorização de Património construído foi tendencialmente financiada directamente. Contudo, na maior parte da actividade preventiva, desenvolvida no âmbito de processos de AIA, licenciamento e obras, o financiamento foi sobretudo indirecto e contratado (Arqueologia comercial), de acordo com a aplicação do princípio do “poluidor-pagador” e com a obrigatoriedade legal da “conservação pelo registo científico”, gerando problemas muito complexos na viabilização posterior do processo de investigação.

A **Arqueologia de emergência** (ou salvamento) foi característica da primeira fase do período em estudo (entre 1970 e meados dos anos 90), previamente à introdução dos procedimentos de Arqueologia preventiva em Portugal. Tratava-se de uma actividade (escavações e levantamentos) desenvolvida essencialmente em contexto de obra e foi geralmente enquadrada pela administração pública local e central, mas também por universidades e unidades de investigação portuguesas. No século XXI, a Arqueologia de

emergência assumia um carácter residual em Portugal, com excepção das intervenções realizadas no âmbito de empreendimentos florestais e agrícolas, para os quais não foram ainda definidos procedimentos preventivos eficazes, com pesados danos para o Património arqueológico.

8. A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI

Sendo a Arqueologia “por ontológica definição, uma actividade científica” (Silva, 2005a, p. 17), surge efectivamente como tal em Portugal, na segunda metade do século XIX (Lemos, 1987; Jorge e Jorge, 1996a; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002a; Fabião, 2011; Fabião, 2018). Apesar da diversificação crescente da actividade arqueológica verificada nas últimas décadas (Jorge, 2003b, p. 121-122; Valera, 2007, p. 76), a primeira obrigação do arqueólogo continuou a ser o conhecimento do passado (Martins, 1998, p. 31), embora a Arqueologia já se tenha libertado do estatuto de ciência auxiliar da História (Castelo-Branco, 1971; Jorge, 2003b, p. 122). A prática arqueológica é um exercício moldado pelo momento em que decorre e pelo contexto que lhe é contemporâneo (Jorge, 2003b, p. 123) e recorre a “um conjunto de conhecimentos e de técnicas indispensáveis a uma sociedade contemporânea” (Jorge, 1997b, p. 129). O direito ao Conhecimento transformou-se num imperativo de cidadania e num indício de modernidade (Diniz, 2008, p. 29).

Como ciência, a Arqueologia estuda vestígios materiais e, nessa sua expressão material, é também Património Cultural, pertencendo a todos e não aos arqueólogos (Raposo, 1995c, p. 18). O Património arqueológico é “objecto de usufruto cultural (...) [de] natureza particularmente perecível e sob permanente ameaça (...), testemunho insubstituível da nossa memória colectiva enquanto povo com história para além da história” (Silva, 1987, p. 2). “Não há património cultural sem arqueologia” (Pereira, 2001, p. 16). O Património arqueológico contribui para a construção da identidade nacional e para a democratização da cultura (Diniz *et al.*, 2016, p. 171).

A Arqueologia como ciência e Património foi-se consubstanciando, em Portugal, numa área de actividade profissional, científica e técnica, regulada e regulamentada, desenvolvida por agentes individuais - os arqueólogos – e instituições. Nesta tese, procurou-se caracterizar a evolução desta realidade, a Arqueologia Portuguesa, nos últimos 50 anos, mais especificamente entre 1970 e 2014, partindo, essencialmente, dos seus indicadores quantitativos.

Estudos anteriores têm proposto um faseamento para a História da Arqueologia portuguesa (Lemos, 1987; Lemos, 1992; Jorge e Jorge, 1996a, p. 147-151; Fabião, 1999; Jorge, 2000a; Silva, 2002a; Fabião, 2011). Uma primeira fase florescente, “idade de ouro”, na segunda metade do século XIX (ou até aos anos 20 do século XX) (Lemos,

1987, p. 5-6; Jorge e Jorge, 1996a, p. 147); uma segunda fase de estagnação, entre o início (ou os anos 30) do século XX e 1970 (Fabião, 1995, p. 85; Lemos, 1987, p. 6-7; Jorge e Jorge, 1996a, p. 151; Jorge, 2000a, p. 171); uma terceira fase de desenvolvimento (ou “renascimento”), entre 1970 e 1996 (Lemos, 1987, p. 7-8; Jorge e Jorge, 1996a, p. 151; Jorge, 2000a, p. 173), terminando num momento de forte crise (Lemos, 1992, p. 61); e uma quarta fase, a partir do final dos anos 90 do século XX, de ciência, Património e prática profissional (Jorge e Jorge, 1996a, p. 151; Jorge, 2000a, p. 176). Segundo esta proposta consolidada, o âmbito do presente trabalho insere-se na terceira fase, de “renascimento” (Lemos, 1987, p. 8) ou “desenvolvimento” (Jorge e Jorge, 1996a, p. 147-151; Jorge, 2000a, p. 173), engloba a crise do final do século e incide igualmente sobre a quarta fase, “uma nova Era” (Fabião, 2011, p. 179 e ss).

Durante o Estado Novo (1933 - 1974) a Arqueologia portuguesa viveu um período de estagnação, sendo ainda considerada uma disciplina auxiliar da História (Jorge e Jorge, 1996a, p. 143-144). A Arqueologia não foi objecto de particular apropriação ideológica pelo regime (Fabião, 1996, p. 96 e 105; Jorge e Jorge, 1996a, p. 144; Gomes, 2011, p. 541), com pontuais excepções (Lilios, 1995, p. 65; Gomes, 2012, p. 82-83). A concentração de poderes no MNA ocorrida então foi considerada nefasta (Fabião, 1995, p. 85), não tendo a Arqueologia merecido particular apoio (Lemos, 1994, p. 96). Os arqueólogos eram maioritariamente amadores (Silva, 1989a, p. 93; Fabião, 1995, p. 145), com uma prática arqueológica essencialmente empírica e acrítica (Jorge, 1983, p. 2), “sem formação científica nem preparação técnica, cujas escavações se limitavam à busca febril de peças aparatosas, consideradas dignas de figurar em vitrinas, rejeitando todos os objectos e fragmentos que à primeira vista pareciam desprovidos de qualquer significado ou valor artístico” (Dias, 1959, p. 12). Registavam-se algumas excepções, como o projecto de Conimbriga (Fabião, 1995, p. 86), com apoio de uma equipa francesa. Aliás, os arqueólogos estrangeiros eram tratados com elevada reverência em Portugal (Carvalho, 1989, p. 90), reflexo do provincianismo do nosso ambiente arqueológico.

É neste contexto que se inicia o período em estudo na presente dissertação.

8.1. 1970 - 1974: ecos do passado, gritos do presente

*Quis saber quem sou
O que faço aqui
(...)
Quis saber de nós
(...)
E ao morrer
Renasci*

E Depois do Adeus, 1974. Paulo de Carvalho. Letra: José Niza. Música: José Calvário

Entre 1970 e 1974, a Arqueologia estava enquadrada no limitado quadro jurídico do Estado Novo. Nos anos 60, como em outras áreas da sociedade, sentiam-se prenúncios de mudança na Arqueologia nacional. No contexto da nova legislação publicada e das reestruturações da Junta Nacional de Educação (JNE) ocorridas nessa década, encontrava-se em preparação o primeiro regulamento de trabalhos arqueológicos (RTA). Em 1970, os achados fortuitos subaquáticos foram regulamentados, numa primeira tentativa de salvaguardar o seu valor histórico, cultural e científico.

No Estado, a tutela política sobre a Arqueologia dependia do Ministério da Educação Nacional, no qual se integravam a JNE, órgão consultivo e decisório e a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, substituída em 1973 pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, num primeiro prenúncio de uma nova área de tutela administrativa. A nível local, numa rede irregular e lacunar, operavam as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia e os Delegados Municipais da JNE.

No início dos anos 70, existiam em Portugal pouco mais de 180 arqueólogos. Arqueólogo era aquele que dirigia escavações arqueológicas, recolhia “achados” arqueológicos e se dedicava ao seu estudo e publicação. Os arqueólogos eram quase todos homens, com média etária acima dos 45 anos e quase $\frac{1}{3}$ tinha nacionalidade estrangeira. Eram maioritariamente, profissionais com vínculo de trabalho dependente em universidades e na administração pública, mas os amadores eram igualmente numerosos. O trabalho de arqueólogos em ambiente associativo era normal. A habilitação académica mais comum entre os arqueólogos era a licenciatura, quase sempre na área da História, que contudo, com alguma frequência, não possuíam

habilitação superior. O único grau académico em Arqueologia conferido pelas universidades portuguesas era o doutoramento (em Pré-história e Arqueologia, instituído pela reforma de 1957), mas o número de doutorados era muito reduzido.

Os trabalhos arqueológicos careciam de autorização do Estado, concedida pela JNE. A actividade arqueológica de campo era muito reduzida (entre duas e três dezenas de intervenções anuais e cerca de 70 projectos por quinquénio), constituída maioritariamente por escavações e, pontualmente, por prospecções. Decorria com maior incidência no Alentejo. Os trabalhos eram sobretudo orientados para a investigação, não existindo porém qualquer planificação desta actividade, embora tal fosse considerado necessário. Esporadicamente, os trabalhos eram motivados por emergências, registando-se já preocupações com a chamada *rescue archaeology*, nomeadamente entre os arqueólogos mais jovens. Neste âmbito, salientam-se os projectos de salvamento da arte rupestre do vale do Tejo afectada pela Barragem de Fratel (1971 - 1973) e o projecto desenvolvido pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines (a partir de 1972). Os mecanismos de salvaguarda do Património arqueológico passavam pela classificação (com as consequentes restrições de intervenção) e pela almejada elaboração da Carta Arqueológica de Portugal que beneficiava de apoio estatal e da Fundação Calouste Gulbenkian. As problemáticas da valorização patrimonial estavam afastadas da actividade arqueológica. A Arqueologia em meio urbano era praticamente inexistente (reduzindo-se a algumas intervenções em monumentos em espaço urbano), mas davam-se já (1973) os primeiros passos no salvamento de *Bracara Augusta*. As intervenções arqueológicas em meio subaquático eram muito pontuais (no rio Arade e na Ria de Aveiro) e desenvolvidas em regime amador.

O enquadramento institucional dos trabalhos arqueológicos era incipiente (universidades e administração pública central e, em menor escala, associações), sendo a iniciativa individual o principal elemento mobilizador da actividade arqueológica. O apoio financeiro era garantido pelo Estado, de forma directa mas escassa e irregular. A JNE promoveu os II e III Congressos Nacionais de Arqueologia, respectivamente em 1970 e 1973.

A Arqueologia portuguesa entre 1970 e 1974 tinha ainda um carácter fechado, limitado e atrasado, afastado das correntes internacionais e com deficiências ao nível

da formação, organização e financiamento. Contudo, sentiam-se já sinais de mudança. Apesar do arrastamento do regime político ditatorial e da guerra colonial, vivia-se uma fase de algum crescimento económico, com consequências numa relativa melhoria das condições de vida e num maior acesso à educação e à cultura. Uma pequena mas muito activa e aguerrida geração de jovens arqueólogos estava pronta e ansiosa por tomar nas suas mãos o destino da ainda apenas emergente Arqueologia portuguesa.

8.2. 1974 - 1980: democratização e associativismo

*Uma gaivota voava, voava
Grito vermelho, coração de mar
Como ela, somos livres, somos livres
De voar...*

Somos Livres, 1974. Ermelinda Duarte. Letra e música: Ermelinda Duarte

Em 1976 a Assembleia Constituinte da nova democracia aprovou a Constituição da República Portuguesa, seu texto fundacional, na qual plasmou o dever de “preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português”. Conforme previsto nesta lei fundamental, nos anos seguintes decorreu o processo de redacção da primeira lei de bases do sistema de protecção do Património Cultural, num processo bastante participado pelas diversas estruturas da Arqueologia nacional.

No culminar do processo iniciado no princípio da década, é aprovada em 1978 a nova regulamentação da actividade arqueológica - o RTA/78 - revogando a anterior portaria de 1960. O RTA/78 foi elaborado pela JNE entre 1972 e 1974 e passou, sem alterações de relevo, por diversos organismos consultivos e executivos do Estado democrático, como a DGPC1, a Comissão Organizadora do ISPCN e a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia. Neste regulamento foram consolidadas a figura legal da direcção científica de trabalhos arqueológicos – assegurada pelo “arqueólogo responsável pela direcção dos trabalhos” - e a função tutelar do Estado, num documento com forte componente procedimental.

Entretanto, na estrutura do Estado, a tutela política sobre a Arqueologia vai pendulando entre as áreas governativas da educação, ciência, comunicação social, ambiente e cultura, em função da orgânica dos numerosos e efémeros Governos desta fase. Em 1975, é criada a primeira estrutura do Estado específica para o Património Cultural, a DGPC1, com funções instrutórias e executivas. Mas este foi um organismo de transição pois, em 1977, foi constituída a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural - órgão técnico e consultivo que tinha como principal missão a futura criação do ISPCN. Este organismo foi apoiado pelas Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia e Subcomissão de Arqueologia da Comissão

Instaladora do ISPCN - estruturas consultivas com constituição de lógica representativa. Em 1978, foi constituída uma estrutura governamental mista, a Comissão Nacional da Carta Arqueológica de Portugal, reflectindo o carácter de missão nacional colectiva que a Carta Arqueológica assumia na época. Após a revolução de 1974, no que respeita à estrutura do Estado, a comunidade arqueológica concentrou esforços em duas exigências estruturantes: a criação de estruturas desconcentradas a nível regional e local; a constituição de órgãos representativos da comunidade arqueológica, de superintendência ao nível da definição de políticas, decisões estruturantes e opções de financiamento. A reflexão e debate sobre estes dois temas prolongar-se-ão nas décadas seguintes.

Ao nível do ensino superior, nas Faculdades de Letras das Universidades do Porto, Coimbra e Lisboa, foi instituída, a partir de 1975, a “pré-especialização” em Arqueologia da licenciatura em História, primeiro grau de licenciatura especializado nesta área científica. Estimam-se em cerca de três dezenas os diplomados nestas “pré-especializações” entre 1975 e 1979, enquanto o número de doutoramentos em Arqueologia continuava muito reduzido.

Após o 25 de Abril de 1974, a comunidade arqueológica portuguesa manifestava plena consciência da necessidade de definir com clareza quem era e quem podia ser arqueólogo, quer ao nível de tentativas auto-regulatórias, como a ocorrida no Plenário de Arqueólogos realizado na Ateneu Comercial de Lisboa, em 29 de Junho de 1974, quer ao nível da regulamentação inscrita no RTA/78. Arqueólogo continuou a ser aquele que trabalhava em Arqueologia, mas esboçavam-se já distintas vertentes da actividade, como a investigação e o trabalho técnico. Os requisitos que permitiam o acesso à actividade - autorização do Estado para dirigir trabalhos arqueológicos - continuaram a ser essencialmente curriculares (idoneidade, aptidão, participação anterior em trabalhos, produção bibliográfica).

Entre 1975 e 1979, a comunidade arqueológica estava a crescer e terão trabalhado em Portugal cerca de duas centenas e meia de arqueólogos, dos quais $\frac{1}{3}$ do sexo feminino. A média etária feminina situava-se nos 36 anos; a masculina, nos 46. Nesta época de instabilidade, a presença estrangeira registou alguma retracção. A habilitação académica predominante permaneceu a licenciatura, geralmente em História, mas cerca de $\frac{1}{3}$ dos arqueólogos não possuía formação universitária.

A profissionalização da actividade era vista como um objectivo a alcançar, nomeadamente através da criação dos necessários postos de trabalho, quando quase metade dos arqueólogos ainda desenvolvia a actividade de forma amadora. O trabalho dependente mantinha-se largamente predominante, mas registaram-se os primeiros trabalhadores com vínculo precário, no Campo Arqueológico de Braga. No enquadramento do trabalho dos arqueólogos, as universidades ganharam ligeira vantagem, relativamente às associações, administração pública central e local, que também registaram crescimento. Mas a Arqueologia portuguesa continuava a ser, no essencial, desinstitucionalizada.

Com o RTA/78, surgiu a expressão “actividade arqueológica” para designar o conjunto dos trabalhos arqueológicos de campo. A “organização dos planos nacionais de escavações” (um dos principais objectivos da Comissão Organizadora do ISPCN na área da Arqueologia) permanecia por concretizar. Os pedidos para realização de trabalhos arqueológicos eram apreciados de forma quase sempre avulsa, pelos órgãos consultivos, a JNE e as comissões consultivas representativas que lhe sucederam, a Subcomissão *ad hoc* de Arqueologia e a Subcomissão de Arqueologia da Comissão Instaladora do ISPCN. O número de intervenções anuais registou um intenso crescimento (de cerca de três dezenas em 1975, para cerca de uma centena em 1979), o mesmo sucedendo ao nível dos projectos (mais de uma centena entre 1975 e 1979). O processo revolucionário, a implantação da democracia, a consciência da liberdade individual e colectiva e do poder de intervenção na definição das políticas nacionais desencadearam um ímpeto extraordinário na actividade arqueológica, que era também um espaço de intervenção cívica. Foi uma mudança essencialmente quantitativa, pois no essencial as características da actividade mantiveram-se inalteradas. As escavações continuaram a ser o tipo de trabalho mais frequente (representando quase $\frac{3}{4}$ do total), seguidas, de longe, pelas prospecções. A região com maior incidência de trabalhos arqueológicos era o Norte, seguida de perto pelo Alentejo. As universidades continuavam a ser as instituições mais relevantes no enquadramento da actividade arqueológica, mas as associações reforçaram consideravelmente a sua presença.

O financiamento, quase exclusivamente público e directo, continuava a revelar-se insuficiente, contribuindo para a deficiente planificação da actividade arqueológica.

Continuava igualmente a verificar-se o predomínio das intervenções de investigação e um número considerável de emergências. Foi-se implantando progressivamente a consciência da necessidade de garantir a conservação dos sítios arqueológicos após a escavação. Muito de acordo com o espírito da época, registaram-se reflexões e acções sobre o papel da Arqueologia e do Património arqueológico (cuja finitude era já reconhecida) nas comunidades. A Arqueologia era também considerada um mecanismo de intervenção e progresso social e de construção de identidade, sendo este o campo preferencial de acção das numerosas associações de defesa do Património. Na Arqueologia subaquática, que se mantinha residual, destaca-se o início do projecto de intervenção no naufrágio do San Pedro de Alcantara, em Peniche.

Na segunda metade da década de 70, estavam bem identificadas as principais ameaças que pairavam sobre o Património arqueológico: urbanização, industrialização, turismo, construção de vias de comunicação e agricultura. A par dos salvamentos, as acções de natureza preventiva começam timidamente a ganhar terreno (as intervenções em áreas classificadas ou em zonas de protecção; os trabalhos de Carta Arqueológica; as intervenções do Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines; e ainda, algumas pontuais e pioneiras iniciativas de minimização de impactes arqueológicos de grandes projectos). Merecem realce as acções de carácter muitas vezes misto ou impreciso, entre a emergência e a prevenção, desenvolvidas em espaço urbano ou em processo de urbanização, em Braga (onde foi constituída uma estrutura pública, o Campo Arqueológico de Braga) e em diversas outras cidades, fortalecendo a Arqueologia em meio urbano ainda emergente (cerca de 10% do total), no contexto da investigação e da salvaguarda do Património.

A segunda metade da década de 70 foi um período de mudança mas, principalmente, de prenúncio de mudança na Arqueologia portuguesa. Grande parte dos indicadores assume um carácter de continuidade e ligeiro crescimento, mas as mudanças, embora subtis, revestem-se de grande significado. Nas universidades, ensaiou-se o ensino especializado da Arqueologia ao nível da licenciatura. O aumento da actividade arqueológica foi exponencial, mas não registava ainda paralelo ao nível do número de arqueólogos em actividade. O número de associações com actividade em Arqueologia triplicou. Eram pouco mais os arqueólogos, mas estavam mais motivados; organizavam-se, trabalhavam, participavam e intervinham mais; queriam conhecer

melhor e estar mais próximos do seu “território arqueológico”; reagiam rápida e apaixonadamente às destruições arqueológicas; queriam decidir o futuro da Arqueologia portuguesa, que sonhavam renovado e melhor.

8.3. 1980 - 1989: organização, consolidação territorial e proto-profissionalização

*Não, não sou o único
Não sou o único a olhar o céu
E quando as nuvens partirem
O céu azul ficará
E quando as trevas abrirem
Vais ver, o sol brilhará*

Circo de Feras, 1987. Xutos e Pontapés. Letra e música: Xutos e Pontapés

Em 1982, o Estado português ratificou a Convenção de Londres (aprovada em 1969). Mas o marco legislativo mais importante da década do 80, no que se refere à gestão do Património Cultural e do Património arqueológico, foi a publicação da Lei do Património Cultural Português (LPC/85). Segundo o seu texto “os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional”, num axioma, para alguns, destituído de valor efectivo, mas que instituiu perenemente o regime tendencialmente universal de protecção do Património arqueológico que até hoje vigora em Portugal. Numa primeira formulação foi enunciado o princípio do “poluidor-pagador”, como forma de financiamento de intervenções preventivas. A LPC/85 remetia alguns dos seus principais conceitos - a definição de bens arqueológicos (imóveis e móveis), o regime de propriedade, os achados “ocasionais”, as reservas arqueológicas temporárias, a Arqueologia urbana, o regime sancionatório - para uma posterior regulamentação que nunca veio a ocorrer.

Logo no início da década, tinha sido concretizada a grande reforma na estrutura do Estado relativa à gestão do Património Cultural, em preparação desde meados da década anterior. A tutela política do sector ainda oscilou entre a Educação, Ciência e Cultura até 1983, quando definitivamente se fixou na área governativa da Cultura. Em 1980, foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), organismo que preconizava uma gestão holística e integrada dos diversos segmentos do Património Cultural. A sua estrutura integrava o Departamento de Arqueologia e os também recém-criados Serviços Regionais de Arqueologia das Zonas Norte, Centro e Sul (SRAZ). A nível consultivo e numa clara imposição das bases, mantiveram-se em

funcionamento até 1985 as sucessivas comissões informais representativas, com poderes deliberativos e consultivos: a Comissão *ad hoc* de Arqueologia (1980-1981) e a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia (1981-1985). Junto dos SRAZ funcionaram ainda as Comissões Consultivas Regionais (Provisórias) de Arqueologia (de estatuto variável, entre o informal e o formal), de carácter e competências semelhantes às congéneres de âmbito nacional. Em 1985 estas estruturas foram substituídas pela 1.ª Secção de Arqueologia do Conselho Consultivo do IPPC. Assim, durante esta década, concretizou-se a estruturação e formalização progressiva da estrutura administrativa do Estado democrático, agora completamente renovada e distinta do modelo que funcionara durante o Estado Novo. As aspirações mais ambiciosas que pretendiam a constituição de um sistema de autogestão ou auto-regulado, através de uma estrutura representativa, coordenadora ou consultiva (um “Conselho Superior de Arqueologia”), foram sendo descartadas ao longo da década e substituídas por um aparelho burocrático pesado, estatizante e consideravelmente desligado dos demais sectores da Arqueologia portuguesa.

Ao nível do ensino superior especializado em Arqueologia, a década de 80 produziu desenvolvimentos muito relevantes. Foi criada a variante Arqueologia da licenciatura em História, na FLUC e na FLUP (1980) e na FLUL (1986). Nesta década, ter-se-ão licenciado em História com algum nível de especialização em Arqueologia (incluindo as “pré-especializações”) mais de centena e meia de alunos. Em 1987 e 1988, o Instituto Politécnico de Tomar leccionou os Diplomas de Especialização em Arte e Arqueologia e em Arte, Arqueologia e Restauro, que embora não tenham produzido um número significativo de diplomados, marcaram a entrada do sector politécnico no ensino da Arqueologia em Portugal. Mas, principalmente, em 1989, começou a funcionar na FLUP, o primeiro mestrado em Arqueologia do país, o primeiro curso superior específico da área científica da Arqueologia a ser ministrado em Portugal. Nos anos e décadas seguintes, este curso teve enorme relevância na alteração do nível habilitacional e qualificação académica dos arqueólogos portugueses, tanto directamente, no número de graduados, como indirectamente, nos diversos cursos de mestrado que lhe sucederam, na FLUP e em todas as outras universidades portuguesas com ensino da Arqueologia. Até 2014, a FLUP foi o estabelecimento de ensino superior português que formou o maior número de diplomados com o grau de mestre em

Arqueologia (quase $\frac{1}{3}$ do total). Embora os primeiros alunos deste curso só tenham obtido o seu grau mais tarde, na década de 80 foram defendidas um pouco mais que uma dezena de teses de mestrado de temática arqueológica “portuguesa”, no estrangeiro e em Portugal, a maioria das quais no mestrado de História de Arte leccionado na FCSH-UNL.

O número de doutoramentos concluídos nesta década continuou relativamente reduzido (pouco mais de uma dezena) e foram defendidos maioritariamente em Portugal (nas FLUP, FLUC e FLUL e na FCSH-UNL).

O processo de definição da actividade e da sua profissionalização era ainda incipiente e, em face da inexistência de formação académica específica, a aquisição social do título de arqueólogo mantinha-se, essencialmente, na esfera curricular. Não obstante, os sinais de mudança eram muitos. O número de arqueólogos em actividade continuava a aumentar, ultrapassando as três centenas na primeira metade da década e as quatro, na segunda. As mulheres constituíam já praticamente $\frac{1}{3}$ de um grupo que também se rejuvenesceu, descendo para 40 anos a média etária e para 25 anos a moda etária. A licenciatura permaneceu como a habilitação académica de base dos arqueólogos. Embora a maioria dos diplomados em todos os graus pertencesse seguramente ao sexo masculino, nos escassos mestrados registados nesta década as mulheres encontram-se, curiosamente, em maioria. Entre os arqueólogos em actividade, há uma proporção superior de indivíduos naturais da região de Lisboa e Vale do Tejo (talvez devido ao factor capitalidade) e uma proporção inferior de indivíduos nascidos no Norte (valor talvez compensado com o número crescente de arqueólogos de nacionalidade portuguesa originários da região Norte nascidos fora do país). Com a estabilização política da democracia portuguesa, a presença de estrangeiros - arqueólogos, universidades e unidades de investigação - volta a ser apreciável.

O exercício amador da actividade diminuiu, sendo praticado, no final da década, apenas por cerca de $\frac{1}{4}$ dos arqueólogos da época. Permanecia muito escasso o número de “empregos” em Arqueologia, mas a aspiração ao exercício profissional era muito intensa na nova geração de arqueólogos, geralmente com formação superior e experiência curricular, obtidos na Universidade e/ou na militância associativa. Afirmou-se, assim, uma nova forma de exercício “para-profissional” da Arqueologia,

não remunerada, paralela ao exercício de uma outra profissão (normalmente na docência). Para muitos arqueólogos esta situação foi transitória, anterior ao exercício profissional pleno. Com efeito, foi o tempo dos arqueólogos-professores, requisitados ao Ministério da Educação. Estes arqueólogos, bem como alguns afortunados que ingressaram directamente na profissão, colocaram-se na administração pública central (IPPC, SRAZ e museus, principalmente) e também, crescentemente, em municípios.

A Arqueologia portuguesa continuava a sofrer de falta de estruturação e organização, com actividade de iniciativa individual e sem enquadramento institucional, muitas vezes desenvolvida por jovens arqueólogos em início de carreira que insistiam na intenção de trabalhar em Arqueologia. Contudo, o número de instituições com actividade em Arqueologia também aumentou, nomeadamente nos municípios, nos organismos da administração pública central e nas associações. No final da década, o número de museus com actividade em Arqueologia mais que duplicou, relativamente ao início do período em estudo. Mas nos anos 80 foram ainda as universidades as principais entidades de enquadramento do trabalho dos arqueólogos e as que promoveram um volume superior de actividade arqueológica.

Na década de 80, com a diversificação do trabalho em Arqueologia, nomeadamente com a implantação dos organismos públicos de gestão arqueológica, e a ainda difusa definição das esferas de actividade e competências dos diferentes sectores, instalou-se um conflito latente entre arqueólogos universitários e arqueólogos gestores (IPPC e SRAZ), principalmente relacionado com o financiamento, na altura baseado na atribuição de pequenos subsídios para cada campanha arqueológica anual.

Com a LPC/85 a definição de actividade arqueológica alarga-se a “todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico”, ou seja, afasta-se do estereótipo escavação/intervenção material intrusiva. O modelo de gestão pública da actividade arqueológica - desenvolvida pelos organismos públicos tutelares - consolidou-se, mas continuou parcamente organizado e estruturado. Em 1980, no seguimento de uma orientação legal que remontava aos anos 60 e considerada muito premente, a Secretaria de Estado da Cultura promoveu a elaboração do “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo para 1980-1984”, para planificação plurianual e financiamento da actividade arqueológica. Esta iniciativa teve um percurso muito atribulado, com a nomeação de duas comissões geracionalmente

distintas para a sua elaboração, com uma primeira versão muito contestada, uma segunda versão que perdeu o carácter plurianual e um considerável atraso em todo o processo. O cerne da discórdia residia na entidade à qual seria entregue o poder de avaliação de projectos e de atribuição de verbas, ou seja, a competência de definição de políticas e estratégias para a Arqueologia nacional. A comunidade arqueológica tentava ainda entregar esta responsabilidade a entidades de natureza representativa, de âmbito nacional e regional, e não à administração do Estado e aos órgãos políticos. Na época, a conceito de gestão democrática do Património arqueológico não se esgotava na legitimidade dos órgãos políticos eleitos. Os arqueólogos ambicionavam participar directamente das decisões fundamentais para o sector através de estruturas, senão eleitas, pelo menos representativas sectorial e regionalmente.

Na sequência deste processo, a almejada “planificação” foi reduzida a plano financeiro anual, o PNTA. Na tentativa de disciplinar, pelo menos patrimonialmente, a actividade arqueológica, em 1983, o IPPC impôs a obrigatoriedade de aprovação prévia dos projectos de investigação, inicialmente pela Comissão Nacional Provisória de Arqueologia e, a partir de 1985 pela 1.ª Secção (Arqueologia) do Conselho Consultivo do IPPC. É interessante verificar que, no início dos anos 80, a questão da legitimidade para proceder a avaliação científica não era prioritária. A principal preocupação dizia respeito ao direito à autogestão; ou seja, os arqueólogos pretendiam, essencialmente, deter o direito de decisão sobre matérias da Arqueologia, que entendiam ser o seu espaço (quase) exclusivo de actuação, mais ou menos isolado do todo social. No final da década (e anos seguintes), a principal crítica passou a ser de natureza distinta, centrando-se na falta de legitimidade científica do órgão (consultivo e considerado cada vez menos representativo) que detinha competência para proceder à avaliação dos projectos, a 1.ª Secção (Arqueologia) do Conselho Consultivo do IPPC.

Não obstante a ausência da tão almejada planificação, verificou-se um intenso aceleração da actividade arqueológica, com a quase triplicação do número de intervenções arqueológicas anuais (em 1989, quase três centenas, entre uma maioria de escavações e um crescente número de prospecções e de intervenções de conservação e restauro) e dos projectos que as enquadravam (quase meio milhar entre 1985 e 1989).

A actividade arqueológica de investigação aumenta consideravelmente, em particular na região Norte (no âmbito dos doutoramentos em elaboração na FLUP e também na Universidade do Minho), sobre temas em torno da ocupação proto-histórica e pré-histórica recente. No que se refere à investigação, os estudos arqueocientíficos estavam ainda praticamente ausentes na Arqueologia portuguesa. Neste âmbito há a destacar, alguns estudos arqueométricos sobre espólio arqueológico desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 70, mas principalmente, em 1986, a criação do Laboratório de Radiocarbono de Sacavém (e o subsequente apoio financeiro para datações concedido pelo IPPC) e a tentativa de criação de uma Unidade de Paleoecologia no Museu Nacional de Arqueologia. A publicação científica registou algum desenvolvimento nos anos 80, mas manteve o seu carácter deficitário.

A LPC/85 tinha imposto a conservação e valorização do Património Cultural no âmbito do ordenamento do território e das “acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional”. Neste contexto, a actividade arqueológica de valorização de sítios e monumentos é uma das principais áreas de intervenção do IPPC e dos SRAZ, tendo sido igualmente implementada a nível municipal. A conservação dos vestígios arqueológicos após a escavação continua a ser referenciada como uma lacuna e uma necessidade premente.

Na Arqueologia de salvaguarda – no âmbito da cada vez mais presente Arqueologia preventiva – a LPC/85 instituiu as figuras de “reserva arqueológica de protecção” e de “acompanhamento de trabalhos por técnicos especializados”, para além do já referido princípio do “poluidor-pagador”. Este último teve uma aplicação apenas pontual, sendo a maioria dos trabalhos preventivos financiada no âmbito do PNTA. A Arqueologia preventiva registou algum crescimento, normalmente no âmbito da acção dos SRAZ, numa época de intensificação da intervenção no território e na paisagem, desencadeada pela adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Os projectos preventivos mais apoiados na década de 80 foram os de Carta Arqueológica, num esforço verdadeiramente nacional e participado por diversos sectores da Arqueologia e da sociedade, sendo considerados a melhor estratégia para o conhecimento e salvaguarda e para a prevenção de situações de emergência. Em contraponto, a actividade arqueológica no âmbito de AIA era ainda muito esporádica, apesar da

introdução de legislação europeia nesse sentido e da consciência generalizada da sua importância entre os arqueólogos. Os trabalhos preventivos realizados no âmbito de processos de licenciamento e obras também registaram crescimento, nomeadamente em meio urbano. Braga mantinha-se como o principal foco de actividade na Arqueologia urbana que se vai implantando, igualmente em cidades como Tomar, Almada, Mértola, Évora, Lisboa e Porto.

Mas a intensidade das intervenções no subsolo era muito superior à capacidade de resposta da Arqueologia e consequentemente, as situações de emergência multiplicavam-se e agravavam-se. Na década de 80 todos os sectores acorriam ao salvamento de sítios arqueológicos em processo de destruição - IPPC e SRAZ, universidades, municípios e associações - mas os esforços ficavam sempre aquém das necessidades. Este grau tão agudo de destruição e emergência constitui o traço distintivo da Arqueologia portuguesa dos anos 80 do século XX.

Com a LPC/85 o território submerso foi plenamente integrado na esfera de actuação da Arqueologia. A Arqueologia em meio subaquático ou húmido vivia uma fase pioneira em Portugal. No Museu Nacional de Arqueologia foi constituída uma primeira estrutura pública informal dedicada ao sector, bem como a associação Arqueonáutica e o IPPC, integrava um órgão consultivo especializado, a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia Subaquática. A actividade arqueológica subaquática registou um ligeiro crescimento, mantendo-se exclusivamente na esfera da investigação. O número de arqueólogos subaquáticos nesta década situava-se em pouco mais de uma dezena. Iniciaram-se os projectos nas Berlengas (Peniche), no naufrágio Oceán (Vila do Bispo), em Vale de Frades (Lourinhã) e a recuperação das pirogas do Rio Lima (Viana do Castelo).

Como já foi referido, o subfinanciamento da actividade arqueológica era um dos mais complexos e conflituosos problemas da Arqueologia desta época. Independentemente da categoria das intervenções, a fonte quase exclusiva das verbas era o Estado (o co-financiamento privado era muito raro), principalmente o IPPC, através do PNTA, que atribuía subsídios anuais, num processo muito burocratizado e problemático.

Os anos 80 do século XX foram uma fase fundacional na evolução da Arqueologia portuguesa contemporânea. Destaca-se a fixação de um regime jurídico de protecção tendencialmente universal do Património arqueológico e de um robusto quadro

regulatório da actividade arqueológica, implementado por um aparelho burocrático também então constituído na estrutura do Estado, a Tutela administrativa da Arqueologia. No essencial, este quadro jurídico-institucional mantém-se vigente até à actualidade. Como foi referido, esta infra-estrutura foi criada com ampla participação da comunidade arqueológica, que se diversificou e estabeleceu novas áreas de trabalho fora da esfera da investigação académica fundamental, na salvaguarda e na gestão. Neste sentido, a Arqueologia estatizou-se, mas também se socializou. Este alargamento de âmbito provocou fortes rupturas, nomeadamente na proliferação das situações de destruição arqueológica (ou na consciência destas). Mas também provocou o crescimento do conflito entre arqueólogos de enquadramentos distintos, entre arqueólogos e o Estado, entre arqueólogos e alguns sectores da economia e entre arqueólogos e os outros cidadãos. A Arqueologia, que se queria gerir a si própria, foi-se consciencializando que o seu objecto de trabalho não lhe pertencia, era Património comum; e que o seu trabalho era eminentemente social, um espaço de intervenção cívica, uma forma de exercer a cidadania.

8.4. 1990 - 1996: profissionalização, transição e ruptura

*Ninguém, ninguém, ninguém, ninguém, ninguém está preocupado
É pura ilusão que Portugal é diferente
(...)*

*Podemos rebentar, mas não nos peças para nadar, para nadar yoooo
(...) não sabe nadar yo!
(...) não sabe nadar yo!*

Não Sabe Nadar, 1994. Black Company. Letra e Música: Black Company

Entre 1990 e 1996 não foi aprovada legislação relevante para a Arqueologia. Os únicos e felizmente inconsequentes diplomas legais publicados foram o Decreto-Lei n.º 289/93 (relativo ao regime jurídico Património Cultural subaquático) e a Portaria n.º 568/95 (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos Subaquáticos) que visavam a implementação de um sistema de exploração comercial do Património Cultural subaquático, revogados em 1995, na sequência de forte contestação.

Ao nível da estrutura do Estado, pelo contrário, esta fase foi pródiga em alterações institucionais e orgânicas, com consequências muito relevantes para a Arqueologia. No final da década de 80, foram sendo desanexados do IPPC diversos sectores e departamentos que integravam a sua estrutura original, revertendo o carácter de estrutura de gestão integrada do Património Cultural. Neste contexto, o peso do sector dedicado ao Património arquitectónico foi ganhando progressivamente preponderância, em detrimento dos demais. Em 1990, o IPPC sofreu uma reestruturação orgânica que criou uma rede de serviços desconcentrados - direcções e delegações regionais – nos quais os pré-existentes SRAZ foram diluídos. Nesta fase, o funcionamento dos SRAZ encontrava-se bastante bloqueado pela burocracia excessiva do IPPC (que impedia uma adequada gestão de instalações, o acesso a recursos técnicos, logísticos e financeiros, bem como o indispensável recrutamento de arqueólogos e outros técnicos de Arqueologia), resultando numa incapacidade de resposta cabal às crescentes exigências da Arqueologia preventiva e de salvamento e de conservação do Património arqueológico. Mas ainda assim, a perda da pouca autonomia técnica e decisória de que, apesar de tudo, os SRAZ gozavam, como serviços especializados de Arqueologia, constituiu um rude golpe para a gestão pública

arqueológica. Os problemas avolumaram-se com os costumeiros, mas agora agravados, atrasos na atribuição dos subsídios anuais do PNTA. Contudo, esta reforma constituiu apenas o prelúdio de uma segunda mais profunda, ocorrida em 1992, quando o IPPC foi extinto e criado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR1). O Conselho Consultivo do IPPAR1 integrava a 2.ª Secção dedicada ao Património Arqueológico (e não à Arqueologia), composto essencialmente por titulares de cargos dirigentes, nem sempre arqueólogos, com claro prejuízo de representatividade da comunidade arqueológica. Não só não foi constituído no Estado o, por muitos almejado, órgão superior coordenador de constituição representativa e plural – o Conselho Superior de Arqueologia – como, neste novo modelo de gestão, a Arqueologia foi subalternizada, a sua autonomia cerceada e o poder de decisão sobre matéria arqueológica entregue definitivamente a técnicos e dirigentes de outras áreas. Estes desenvolvimentos geraram um profundo descontentamento entre os arqueólogos e a conflituosidade entre a comunidade arqueológica e o Estado atingiu níveis muito elevados, com profusa exposição pública e mediática.

Nos anos seguintes, a gestão estatal da Arqueologia e as relações entre arqueólogos e o Estado foram sofrendo uma degradação progressiva, culminando na questão do Côa, escândalo patrimonial de âmbito mundial que extravasou amplamente as estreitas fronteiras da comunidade arqueológica. O desempenho incompetente do IPPAR1 neste processo, o posicionamento do Estado perante o Património Cultural, sobejamente patente na terceiro-mundista tentativa de rentabilizar comercialmente o Património subaquático português, e a ruptura de todo o modelo de gestão e salvaguarda do Património Cultural, resultando nas sucessivas situações de destruição patrimonial foram achas na fogueira flamejante da crise social e política que atravessava o país.

Em 1995, os arqueólogos desejavam de forma consideravelmente unânime a criação de um organismo público com competências tutelares, dedicado específica e exclusivamente à Arqueologia. Após eleições e mudança governativa, esta aspiração mereceu acolhimento através da criação da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (IPA). Durante um ano, esta estrutura trabalhou em documentos orientadores e estruturantes como: a política arqueológica nacional, a estrutura orgânica do futuro IPA, a revogação e revisão do regime jurídico do

Património Cultural subaquático, a revisão do RTA, o modelo de gestão e financiamento da actividade arqueológica de investigação, a política editorial e a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Estas iniciativas foram desenvolvidas nos anos subsequentes.

Ao nível do ensino superior, em 1994, a variante em Arqueologia da licenciatura em História da FCSH-UNL juntou-se às pré-existentes e o número de licenciados por ano continuou a aumentar. O mestrado em Arqueologia da FLUP continuou em funcionamento, ao qual se juntaram outros na mesma área científica, na Universidade do Minho (1992), na FLUL (1993) e na FLUC (1995), com o número de mestrados concluídos a registar um crescimento muito acentuado. Os doutoramentos revelam tendência idêntica, embora menos intensa.

Em meados dos anos 90, arqueólogo era o titular de um grau académico superior que reunia condições para obter autorização para dirigir trabalhos arqueológicos. O requisito de formação superior foi-se consolidando espontaneamente, à medida que se foi elevando o nível habilitacional do grupo. A Arqueologia já era uma profissão remunerada, embora de definição ainda um pouco difusa e o exercício amador da actividade era cada vez mais raro. Eclodiu uma “consciência de classe”, constituindo-se a Associação Profissional de Arqueólogos.

Nesta fase, trabalhavam em Portugal cerca de cinco centenas de arqueólogos, entre os quais mais e mais qualificadas mulheres. No grupo, a licenciatura continuava a ser a habilitação mais comum, mas em consequência da maior oferta formativa já referida, havia cada vez mais mestres, nomeadamente entre os naturais das regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo. Embora o trabalho dependente continuasse a constituir o vínculo laboral mais comum, registou-se um grande aumento do número de trabalhadores independentes e sem vínculo laboral estável e surgiram os primeiros empresários. Com a profissionalização surgiu a precariedade laboral sistémica na Arqueologia portuguesa. O trabalho sem enquadramento institucional continuou presente.

Entre 1990 e 1996, o número de instituições com actividade em Arqueologia, incluindo museus, aumentou ligeiramente. A Arqueologia municipal e o sector associativo também registaram crescimento modesto. As universidades e unidades de investigação portuguesas continuavam a ter um papel central e mantinha-se a

conflituosidade entre estas e a administração pública central (que estagnou em termos quantitativos). Os organismos públicos eram os principais empregadores de arqueólogos, garantido o enquadramento da maioria da actividade arqueológica. Em 1996 existiam três empresas de Arqueologia a funcionar em Portugal.

Entre 1990 e 1996, os conceitos de actividade arqueológica e de trabalho arqueológico não sofreram alteração significativa e o seu volume manteve-se estável (tanto em meio rural, como urbano). Não se verificaram alterações de relevo nos instrumentos de gestão da actividade arqueológica. O objectivo da sua planificação quase desaparece do discurso arqueológico e os apoios à investigação mantiveram-se incipientes. A inexistência de um modelo de gestão e investimento sustentado para a investigação arqueológica programada foi-se afirmando como um dos problemas estruturais da nossa Arqueologia. Não obstante, a investigação permaneceu como a principal motivação dos trabalhos arqueológicos. A valorização também se consolidou, nomeadamente por acção dos municípios. As emergências e respectiva falta de resposta eficaz também continuaram presentes, num quadro cada vez mais intolerável e indesculpável.

Numa actividade arqueológica que estabilizou quantitativamente, a Arqueologia preventiva estava cada vez mais presente, como comprova o crescimento do número de acompanhamentos arqueológicos, mas de forma muito desregulada e por vezes contraditória. A Arqueologia continuava a não marcar presença sistemática nos processos de elaboração de IGT, apesar de existir plena consciência do carácter estratégico deste mecanismo. A participação de arqueólogos em processos de AIA era muito pontual, mas o *Plano de minimização de impactes sobre o Património arqueológico do Empreendimento de Alqueva* foi planeado em meados dos anos 90. Após o ímpeto dos anos 80, a Carta Arqueológica parecia ter estagnado, mas na primeira metade dos anos 90 foi concebido o *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*. Na Arqueologia subaquática, após a crise relacionada com o seu regime jurídico (1993 - 1995), foi criado o Centro de Operações de Arqueologia Subaquática e iniciado o projecto de intervenção no sítio de São Julião da Barra (Oeiras/Cascais) e concebida a consequente exposição *Nossa Senhora dos Mártires, a última viagem*, no Pavilhão de Portugal na EXPO'98.

As rupturas eram múltiplas, sistémicas e institucionais. O Estado continuava a tentar acorrer directamente a todas as solicitações da Arqueologia preventiva, negociando apoio financeiro junto dos promotores de projectos (no sector das florestas, no projecto do gasoduto, nas intervenções urbanas - como no Metropolitano de Lisboa -, nas grandes barragens - como do caso do Côa). O financiamento público e directo da actividade arqueológica mantinha-se predominante, mas procuravam-se formas rebuscadas de integrar o financiamento privado, sem contemplar uma relação verdadeiramente contratual. Mas cada vez era mais claro que estas fórmulas de gestão públicas-privadas não constituíam solução consistente, porque o Estado não conseguia crescer ao ritmo das necessidades e porque todo o processo de intervenção, salvaguarda e investigação ficava refém do complexo, pesado e anacrónico aparelho burocrático.

Entre 1990 e 1996, a Arqueologia portuguesa viveu uma profunda crise, paralelamente à eclosão de múltiplos sinais de vitalidade e renovação. A crise teve expressão institucional na desagregação e descaracterização da estrutura do Estado construída na década anterior e na falência dos seus instrumentos de gestão, na salvaguarda e no financiamento. Mas, também, na incapacidade de interpretar e reagir às tendências de mudança que se faziam claramente sentir na comunidade arqueológica profissionalizada, mais qualificada, sociologicamente mais diversa e plural, mais jovem e mais paritária. O *status quo* revelou igualmente dificuldade e resistência ao surgimento de um sector privado emergente e ao imperativo de responsabilizar directa e contratualmente os agentes causadores de impactes destrutivos sobre o Património arqueológico.

Neste contexto de transição, dinamismo e ruptura irrompe a questão do Côa. Portugal e a Arqueologia portuguesa demonstravam-se incapazes de proteger o maior conjunto de Arte Rupestre pré-histórica ao ar livre, mais tarde reconhecido como Património da Humanidade, num processo com fortes responsabilidades do Estado e dos seus organismos com competência sobre o Património arqueológico. As coisas tinham de mudar. E mudaram!

8.5. 1997 – 2008: autonomia, regulação e crescimento

*Há quem costume falar de revolução
Mas a revolução não vai ser transmitida na televisão
Ela tem que acontecer dentro de cada um
Caso contrário nunca chegaremos a lugar algum
(...)
Toda a gente critica
Toda a gente tem muita pica,
Mas é na mesa do café que toda a acção fica,
Não há dinheiro que pague este solzinho
Manda mas é vir mais um cafezinho*

Todagente, 1997. Da Weasel. Letra e Música: Da Weasel

Na sequência das eleições legislativas de 1995 e no rescaldo da crise com múltiplas manifestações que atravessou a Arqueologia portuguesa, tinha sido criado o Ministério da Cultura, no âmbito do qual foi desenvolvida nova orientação política na gestão da Arqueologia, centrada na criação de um organismo tutelar autónomo e especializado. Neste sentido, tinha sido constituída a referida Comissão Instaladora do IPA (1995-1996) que preparou aquela reforma política. Assim, em 1997 e pela primeira e única vez (até hoje) foi criado um organismo público dedicado exclusivamente à gestão pública da Arqueologia, o IPA.

Sob égide do IPA foi publicado um pacote legislativo que mudou significativamente o regime jurídico do sector. Assim, enumeram-se em 1997, a ratificação da Convenção de Malta, a revisão do contestado regime jurídico aplicável ao Património Cultural subaquático, a criação e regulamentação das carreiras de pessoal específicas da área funcional de arqueologia na administração pública; em 1999, a revisão do RTA (RTA/99) e a regulamentação da utilização de detectores de metais; em 2000, a transferência de competências de gestão da actividade arqueológica (terrestre e subaquática) para os Governos Regionais; em 2002, a regulamentação do plano de ordenamento de parque arqueológico, novo IGT entretanto criado. Esta reforma do quadro legal e regulamentar foi um factor decisivo para o extraordinário desenvolvimento da actividade arqueológica em Portugal nos anos subsequentes.

No que se refere à Convenção de Malta, se bem que parte significativa do enunciado tenha sido integrado na legislação portuguesa, algumas normas tiveram

implementação muito ténue, como sejam o conceito de reserva arqueológica para gerações futuras, a recomendação de constituição de “armazéns” para espólio arqueológico recolhido e a integração das fases de estudo e publicação no âmbito do “trabalho arqueológico”. Embora efémeras, as carreiras de pessoal de arqueologia desempenharam um papel muito relevante na autonomização técnica dos arqueólogos, nomeadamente em âmbito municipal. No RTA/99, destaca-se a definição das quatro categorias de trabalhos e projectos arqueológicos, a prioridade concedida à Arqueologia preventiva, a fixação da licenciatura como requisito para acesso à direcção de trabalhos arqueológicos, a clarificação do conceito de reserva/prioridade científica e a regulamentação da intervenção em contextos funerários, do depósito do espólio (incluindo documentação de campo), do estudo e publicação dos resultados.

Em 2001, foi publicada a LBPC/2001, nova lei de bases do Património Cultural que integrou um alargamento de âmbito do conceito de Património arqueológico, inspirado na Convenção de Malta, que passou a abarcar todos os bens (sítios, objectos, depósitos, contextos, território) cujo estudo permita traçar a história da humanidade, recuperados e/ou estudados no âmbito de trabalhos arqueológicos científicos. Foi instituído o princípio da “conservação pelo registo científico”, mecanismo legal de operacionalização da protecção universal aplicada ao Património arqueológico, que procura igualmente a compatibilização da salvaguarda arqueológica com as exigências da sociedade contemporânea, no que se refere às intervenções sobre o território. Foi criado o referido plano de ordenamento de parques arqueológicos. Mantiveram-se o objectivo da planificação/financiamento da actividade arqueológica, as normas relativas à salvaguarda no âmbito dos IGT e das obras e o financiamento das intervenções preventivas ao abrigo do princípio do “poluidor-pagador”. Finalmente, na tutela penal e contra-ordenacional, foi regulado o crime de destruição de vestígios.

Nos anos seguintes, foram ainda publicados, em 2003, o Regulamento de Apoio Financeiro ao PNTA (aplicado muito fugazmente); em 2006, a ratificação da Convenção sobre o Património Subaquático; e em 2008, a ratificação da Convenção de Faro. O quadro legal definido para os bens culturais subaquáticos, nomeadamente a fixação do seu estatuto como Património Cultural não transaccionável nem concessionável, é muito relevante e completo, contrastando com o menos brilhante percurso da Arqueologia em meio húmido e subaquático, apesar dos desenvolvimentos registados.

Na estrutura do Estado, o IPA reuniu as competências de superintendência geral da política arqueológica, de gestão da actividade arqueológica e de apoio à investigação. Possuía uma rede de dez estruturas ligeiras desconcentradas - as Extensões Territoriais - três serviços dependentes - o CNANS, o Centro Nacional de Arte Rupestre e o Parque Arqueológico do Vale do Côa - e a estrutura informal CIPA. Geria ainda o *Endovélico*, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* e a *Biblioteca de Arqueologia*. O IPA não contou com o apoio de nenhum órgão consultivo, nomeando apenas comissões científicas independentes para avaliação de projectos submetidos ao PNTA. Para além do IPA funcionaram em simultâneo outros organismos com atribuições na área da Arqueologia, o IPPAR2 (1997-2007), com competências na gestão do Património classificado; e o Instituto Português de Museus (1991-2007), com competência sobre museus e gestão de bens arqueológicos móveis. A convivência entre estes Institutos foi problemática e conflituosa.

Em 2002, na sequência de nova alteração política, em contexto de restrição orçamental e procurando ultrapassar as permanentes dissensões orgânicas, foi anunciada a decisão de extinguir o IPA, fundindo-o com o IPPAR2. Esta decisão dividiu a comunidade arqueológica. Embora a grande maioria dos arqueólogos continuasse a desejar uma gestão autónoma da Arqueologia, a unanimidade de 1995-1996 já não existia. Não obstante, em 2002 e nos anos seguintes manifestou-se uma profunda contestação a esta medida, muito corporizada pela geração mais jovem que tinha iniciado e desenvolvido a sua profissão sob tutela do IPA.

Após um processo lento e de contínuo desgaste, a reforma orgânica no sector público do Património Cultural concretizou-se em 2007, com a criação do IGESPAR e de cinco DRC1 (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve)²⁰⁹, apoiados consultivamente pela Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional da Cultura.

E assim, ao contrário do que sucedeu entre 1936 e 1997, e até hoje, o Estado não tem um órgão consultivo especializado em Arqueologia, nem na esfera política, nem na

²⁰⁹ Resultantes da fusão entre o IPA, o IPPAR2, parte dos serviços com competências sobre o Património Cultural da DGEMN e as estruturas desconcentradas destes organismos e do Ministério da Cultura. Na mesma reforma foi criado o Instituto de Museus e da Conservação, resultante da fusão entre o Instituto Português de Museus e o Instituto da Conservação e Restauro.

esfera administrativa, com prejuízo da representação da Arqueologia nacional e com o comprometimento da capacidade de transmissão dos interesses e aspirações do sector junto das estruturas do Estado e dos órgãos políticos.

Na Arqueologia, as Extensões Territoriais ficaram na dependência do IGESPAR que manteve assim a gestão da actividade arqueológica na sua generalidade. Nesta reforma, por um lado, retornou-se ao modelo de gestão integrada de Património Cultural imóvel - arqueológico e arquitectónico; por outro, essa gestão foi dispersa territorialmente por cinco regiões. As DRC1 não dependiam do IGESPAR, mas do Ministério da Cultura; e tinham um âmbito de actuação que extravasava a gestão do Património Cultural imóvel (integrando museus, palácios e monumentos e apoio às artes e produção artística). Todo o desenho orgânico era confuso e gerador de dúvidas e equívocos e os anteriores conflitos de competências e de âmbitos de actuação perpetuaram-se entre o IGESPAR e as DRC1. A Arqueologia voltou a uma posição orgânica subalterna, com contracção de competências, serviços e infra-estruturas.

No ensino da Arqueologia, na FLUP, que se mantinha na vanguarda deste processo, é finalmente instituída a primeira licenciatura em Arqueologia, em 1999. Registou-se ainda a criação de diversas licenciaturas mistas, variantes e ramos de Arqueologia na Universidade do Minho (1998), no Instituto Politécnico de Tomar (1999, 2004 e 2006), na FLUL (2000), na FLUC (2003) e na Universidade de Évora (2008). A estas seguiram-se as licenciaturas em Arqueologia na Universidade do Minho (2003), na FCSH-UNL (2006), na FLUL (2006) e na Universidade do Algarve (2008).

Ao nível dos mestrados, registou-se um processo semelhante, com a criação de cursos de área científica mista na FCSH-UNL (2001) e na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (2008); e uma grande profusão de mestrados em Arqueologia na FLUC (2002), na Universidade do Algarve (2003), na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Instituto Politécnico de Tomar (2005), na FCSH-UNL (2007), na FLUL (2007), na Universidade de Évora (2007) e na Universidade do Minho (2007).

Foram instituídos novos cursos de doutoramento em Arqueologia na Universidade do Minho (1998), na FLUP (1999), na Universidade de Évora (2000), na Universidade do Algarve (2000), na FLUL (2007) e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2007).

Entretanto, entre 2005 e 2009, no sistema de ensino superior em Portugal decorria a transição para o modelo de Bolonha.

Como claramente se depreende desta enumeração, entre 1997 e 2008, ocorreu uma verdadeira revolução no ensino superior da Arqueologia em Portugal, com antecedentes no final dos anos 80, mas que apenas foi plenamente concretizada nesta altura. O número de diplomados por ano acompanhou esta transformação: em dez anos e em números redondos, o número de diplomados nos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento duplica, em linha com as estatísticas globais do ensino superior em Portugal. Este quadro é tão mais relevante porque não demonstra apenas um aumento quantitativo da oferta formativa e de alunos, mas revela também uma diversidade, pluralidade e dispersão territorial do ensino da Arqueologia, muito superior à registada anteriormente, acompanhada de uma finalmente adquirida paridade de género e de uma intuída diversificação de origem social e económica, entre os diplomados.

No que se refere à evolução do estatuto profissional do arqueólogo (com o amadorismo relegado para valores irrelevantes), com o RTA/99 ficou definitivamente fixado o requisito da titularidade de um grau académico superior - licenciatura na área da Arqueologia - para acesso à direcção científica de trabalhos arqueológicos, acrescido de uma componente curricular (prática) ainda algo indefinida. Contudo, a partir de 2005, com a já referida implementação do processo de Bolonha, instalou-se uma longa indefinição sobre os requisitos habilitacionais (grau/ciclo) requeridos, só resolvida com a publicação do RTA/2014. De qualquer forma, a exigência de um nível habilitacional superior e mais especializado e de uma componente curricular prática mais estruturada vão-se consolidando na prática da gestão da actividade arqueológica e *inter pares*. Por outro lado, o conteúdo funcional da profissão diversifica-se consideravelmente. Embora a direcção de trabalhos arqueológicos continue a ser uma tarefa definidora da profissão, esta deixou de ser exclusiva. O trabalho de gestão e coordenação (administrativa, em museu, numa empresa) e de investigação (em gabinete ou laboratório), a elaboração de estudos, projectos e pareceres, a produção de conteúdos, a valorização, divulgação e animação, etc., constituíam crescentemente diferentes funções de arqueólogos, nos diversos sectores da actividade.

Entre 1997 e 2008, o número de arqueólogos em actividade duplicou, situando-se em cerca de um milhar. O grupo era constituído em partes idênticas por homens e mulheres, e tornou-se mais jovem (com 34 anos de média etária e 27 anos como moda etária), principalmente no feminino (com 31-32 anos de média etária). O número de estrangeiros manteve-se estável mas o seu peso relativo diminuiu consideravelmente. Prosseguindo a tendência iniciada na década de 90, o grupo registava um nível habilitacional consideravelmente superior. Os arqueólogos sem formação universitária quase desapareceram. A licenciatura continuou a ser a habilitação mais frequente (quase $\frac{3}{4}$ do grupo) mas $\frac{1}{5}$ dos arqueólogos eram mestres e o número de doutores continuou a crescer.

No que respeita à forma de exercício profissional, mais especificamente ao vínculo, relação ou situação laboral dos arqueólogos, entre 1997 e 2008, verificou-se uma mudança muito profunda. Em primeiro lugar instalou-se uma elevada instabilidade na situação laboral dos arqueólogos que, frequentemente acumulavam ou alternavam entre vínculos distintos. O número de trabalhadores independentes cresceu vertiginosamente, suplantando, em muito, os arqueólogos que trabalhavam por conta de outrem. O número de arqueólogos que trabalhava como empresário ou como bolseiro ou investigador sem contrato de trabalho também registou forte crescimento. A instabilidade laboral e as relações precárias de trabalho (presentes principalmente no trabalho independente e entre bolseiros e investigadores) alcançaram, nesta fase, na Arqueologia portuguesa, proporções muito elevadas e preocupantes. A instabilidade e a precariedade afectavam especialmente os mais jovens e as mulheres. O número de instituições com actividade em Arqueologia entre 1997 e 2008 aumentou consideravelmente, aproximando-se, em 2008, das quatro centenas. Entre estas, o número de museus também aumentou, embora perdendo algum peso relativo. As instituições mais numerosas eram os municípios, seguindo-se as empresas de arqueologia e as associações.

No enquadramento do trabalho dos arqueólogos e da actividade arqueológica, as entidades privadas (principalmente as empresas de arqueologia, mas também, crescentemente, as empresas fora do sector arqueológico) assumiram preponderância. Entre 1997 e 2008, as empresas de arqueologia proliferaram e implantaram-se rapidamente, constituindo uma resposta social eficaz às necessidades

crecentes do sector, nomeadamente na Arqueologia preventiva. Tornaram-se as principais entidades enquadrantes e empregadoras, principalmente entre os mais jovens e as mulheres.

O número de municípios com actividade em Arqueologia duplicou, embora ainda fossem muitos os concelhos sem arqueólogo. Consequentemente, a relevância dos municípios como empregadores de arqueólogos e no enquadramento de trabalhos arqueológicos também se consolidou fortemente. Esta tendência contrasta com a verificada na administração pública central, que embora se mantivesse estável ao nível do número de organismos em actividade, perdeu preponderância no enquadramento do trabalho dos arqueólogos e da actividade arqueológica. Situação semelhante se verificou com a academia que, no século XXI, perdeu peso relativo, com a manutenção ou até decréscimo do número de intervenções arqueológicas promovidas. Ao nível do enquadramento do trabalho dos arqueólogos, as universidades e unidades de investigação portuguesa registaram um ligeiro aumento, acolhendo um número crescente de bolseiros e investigadores. Para as associações, esta foi uma fase de transição, entre uma consolidação, até 2004, e uma tendência de retracção, nos anos seguintes.

Entre 1997 e 2008, a Arqueologia portuguesa tornou-se mais institucionalizada e organizada, mas o trabalho sem enquadramento institucional, também fortemente associado à Arqueologia preventiva e ao trabalho independente e à instabilidade e precariedade laboral, avolumou-se, afectando também mais os jovens e mais mulheres.

A definição de trabalho arqueológico registou, nesta fase, um considerável alargamento. O conceito abstractizou-se, abrangendo “todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do Património arqueológico usando métodos e técnicas próprios da arqueologia” (RTA/99) e que visem “a produção de conhecimento histórico” (LBPC/2001). Para além das clássicas escavação e prospecção, tornou-se comum o acompanhamento arqueológico e um conjunto diverso de outras acções não intrusivas.

O volume da actividade arqueológica (trabalhos e projectos) quadruplicou, atingindo, em 2007, um pico de mais de 1.700 intervenções anuais. No seguimento da tendência já esboçada nos anos anteriores, a natureza desta actividade alterou-se

profundamente, com o predomínio esmagador (mais de 90%) das intervenções preventivas. A escavação arqueológica passou a representar apenas 1/3 dos trabalhos realizados, enquanto o acompanhamento (que anteriormente registava valores irrisórios) passou a representar 2/3 do total. A actividade arqueológica desenvolvia-se cada vez mais frequentemente em meio urbano.

Nesta fase, a actividade arqueológica de investigação perdeu naturalmente peso relativo, atendendo ao percurso mencionado da Arqueologia preventiva. Em termos absolutos, a actividade arqueológica de investigação registou um primeiro momento de consolidação (entre 1997 e 2002) seguido de retracção considerável. Esta evolução pode relacionar-se com as vicissitudes vividas no modelo público de gestão e financiamento da investigação. De facto, entre 1998 e 2002, foi implementado com regularidade pelo IPA o modelo PNTA que procedia à avaliação (por comissão científica independente) e financiamento dos projectos, com base no seu mérito científico. Simultaneamente foi promovido um programa de incentivo e apoio aos estudos arqueocientíficos dirigido a toda a comunidade arqueológica, designadamente através do CIPA e do protocolo celebrado com o Instituto Tecnológico e Nuclear (para além do investimento na constituição de colecções de referência de espécimes zoológicos e botânicos). Esta linha estratégica da política arqueológica teve um resultado multiplicador de grande desenvolvimento destas frentes da investigação arqueológica portuguesa, mesmo fora do apoio directo do Estado, em universidades e centros de investigação e respectivos laboratórios. Como resposta ao diagnosticado défice de publicação científica na Arqueologia portuguesa, o IPA promoveu uma dinâmica política editorial com a *Revista Portuguesa de Arqueologia* e a revitalização da série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*, cujas permutas passaram a constituir o principal recurso de ampliação da *Biblioteca de Arqueologia*, também gerida pelo IPA, no âmbito da sua estratégia de apoio à investigação arqueológica nacional.

Na actividade arqueológica de valorização, as exigências patrimoniais, sociais e deontológicas aumentaram consideravelmente. Nesta fase, para além da protecção, conservação e manutenção, impunham-se também a valorização do Património arqueológico (exposição, musealização, acesso público), no sentido da sua divulgação e animação e com objectivos de educação e sensibilização dos cidadãos. A pessoa e os valores humanos passam a ocupar o cerne do conceito de Património Cultural. O

Património arqueológico tornou-se assim também “instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais” (LBPC/2001). Não obstante o seu valor relativo modesto, a actividade arqueológica de valorização cresceu entre 1997 e 2008, implementada essencialmente pelos municípios e pelo IPPAR2.

A actividade arqueológica preventiva, já antes largamente predominante, aumentou em muito o seu âmbito de actuação. Os projectos e trabalhos de Carta Arqueológica e, principalmente, os projectos no âmbito de elaboração de IGT registaram um aumento muito significativo. A Carta Arqueológica passou a ser verdadeiramente considerada uma infra-estrutura nacional e o principal instrumento de salvaguarda arqueológica, cuja informação deveria reverter para os IGT. A participação de arqueólogos na sua elaboração (principalmente municipais) e nas comissões de acompanhamento (da administração pública central) foi determinante para a primeira geração de PDM e outros IGT. Decorrente deste trabalho de base (bem como da consolidação dos procedimentos de salvaguarda de imóveis classificados no IPPAR2, em articulação com o IPA e os municípios), a realização de intervenções preventivas no âmbito de processos de licenciamento e obras registou um enorme crescimento, sendo as mais numerosas entre as realizadas em contexto preventivo.

No âmbito dos processos de AIA, o IPA desenvolveu uma acção muito assertiva que permitiu a inclusão sistemática do descritor/factor ambiental “Património Cultural” nos estudos e relatórios, há muito prevista na lei mas até aí debilmente implementada. O IPA passou a estar constantemente representado nas comissões de avaliação, impondo a implementação dos adequados trabalhos preventivos. Desta estratégia decorreu um aumento muito considerável da actividade arqueológica realizada no âmbito de processos de AIA.

Entre 1997 e 2008, como consequência deste processo de implementação da Arqueologia preventiva, a actividade arqueológica de emergência diminuiu consideravelmente.

Como já foi mencionado, nesta fase, a Arqueologia em meio urbano registou um desenvolvimento muito significativo e disseminado no território (embora com contributo significativo das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra), correspondendo a

mais de ⅓ da actividade total. Esta tendência relaciona-se de perto com os processos já amplamente explicitados de institucionalização da Arqueologia preventiva, da consolidação da Arqueologia municipal (nomeadamente nas funções de gestão urbanística e nos procedimentos de salvaguarda do Património imóvel classificado), da consolidação dos dados de Carta Arqueológica nos IGT e do crescimento da Arqueologia comercial (empresas e arqueólogos independentes). Também a sociedade em geral estava mais informada e atenta à salvaguarda das suas “cidades soterradas”. Assim, no início do século XXI, a Arqueologia entrou finalmente no quotidiano das cidades, reduzindo em muito o número de emergências. Nas cidades maiores, as intervenções urbanas foram quase sempre asseguradas por empresas e arqueólogos independentes, no âmbito da Arqueologia comercial. Mas em muitos aglomerados de média e pequena dimensão, implementaram-se modelos de gestão arqueológica urbana mista ou centralizada (normalmente, nos serviços municipais).

A Arqueologia náutica e em meio subaquático ou húmido profissionalizou-se, registando também um enorme desenvolvimento entre 1997 e 2008. Este sector constituiu uma das prioridades do IPA, que apostou fortemente na sua consolidação, qualificação e crescimento, através da criação e acção do CNANS. Na Arqueologia em meio subaquático ou húmido, a Arqueologia preventiva também cresceu nesta fase mas a desproporção entre esta e a Arqueologia de investigação nunca foi tão profunda. Da mesma forma, a expressão das entidades privadas e da Arqueologia comercial não atingiu níveis comparáveis aos da Arqueologia em meio terrestre, uma vez que o CNANS assumiu directamente uma parte muito significativa dos trabalhos.

O financiamento indirecto e sob contrato, ao abrigo do princípio do “poluidor-pagador”, ou seja, a Arqueologia comercial, foi-se implantando progressivamente entre 1997 e 2008, até abranger cerca de ⅓ da actividade arqueológica, designadamente, no âmbito de AIA e em meio urbano. Como já foi ampla e reiteradamente repetido, esta evolução relaciona-se de perto com o crescimento da Arqueologia preventiva e a consolidação das entidades privadas (empresas de Arqueologia e arqueólogos independentes). O enorme desenvolvimento da actividade arqueológica preventiva comercial acarretou problemas sistémicos de proporções crescentes, como a dificuldade de proceder à adequada gestão de espólios, incluindo um volume esmagador de dados e registos; a complexidade (ou mesmo

impossibilidade) de concretizar o estudo e publicação consistentes das abundantes realidades arqueológicas descobertas e intervencionadas; a cada vez mais intuída falta de qualidade técnica e científica das intervenções, agravada pela fragilidade crescente da gestão e fiscalização tutelar da actividade arqueológica e pela ausência de mecanismos de auto-regulação profissional e de parametrização deontológica; e, finalmente mas não por último, a acentuada desregulação do trabalho em Arqueologia, com a profunda degradação da estabilidade dos vínculos (ou a sua inexistência), das condições de trabalho, do quadro remuneratório e da expectativa de uma carreira profissional digna.

O financiamento directo da actividade arqueológica continuou a ser predominante na investigação, na valorização e nos projectos de Carta Arqueologia e IGT. O apoio financeiro à actividade arqueológica de investigação pelo Estado viveu a sua fase mais generosa entre 1998 e 2005, com os concursos para financiamento de PNTA promovidos pelo IPA. O número de projectos avaliados cientificamente superou as quatro centenas, com cerca de 100 projectos financiados, numa cifra até hoje não superada.

Entre 1997 e 2008, ter-se-á vivido a fase mais florescente, regulada e apoiada da história da Arqueologia portuguesa, não obstante os múltiplos e complexos problemas que permaneceram por resolver. O quadro jurídico estruturou-se e estabilizou-se. Esteve em funções o único (até hoje) organismo público tutelar autónomo e especializado em Arqueologia que, no quadro orgânico em que se inseria na estrutura do Estado (em que igualmente figuravam o IPPAR2 e o Instituto Português de Museus), concretizou o modelo mais adequado e eficaz de gestão da actividade arqueológica e do Património arqueológico, quer na perspectiva preventiva, quer nas perspectivas da investigação e da valorização. Numa situação até aí inédita, o IPA assumiu frontalmente o estatuto de organismo tutelar regulador e fiscalizador, sem objectivos de intervenção directa, separando as esferas de acção do Estado e da comunidade arqueológica em geral. Em paralelo, assumiu directamente a prioridade do apoio à investigação científica e da sua qualificação, apostando em sectores de vanguarda ou marginais, como a Arte e o Património Rupestre, a Arqueologia Náutica e Subaquática e as arqueociências.

Tal só foi possível porque, na mesma época, se consolidou e tentou organizar-se um grupo profissional de arqueólogos, sociologicamente plural e de dimensão adequada às necessidades do país. Este grupo profissional era titular, finalmente, de níveis habilitacionais superiores e especializados em Arqueologia, conferidos por uma rede de estabelecimentos de ensino superior (e respectivo quadro académico) dispersa territorialmente, com oferta formativa diversificada.

E tal foi possível também porque, na mesma época, se encontrava também em emergência um sector privado em Arqueologia, constituído por um conjunto significativo de empresas de arqueologia e arqueólogos independentes, com desejo de se aventurar e singrar na Arqueologia comercial e capacidade de resposta às necessidades crescentes de um mercado formado a partir das exigências da Arqueologia preventiva.

Mas é certo que este panorama não estava isento de problemas e até rupturas potencialmente iminentes. Não foi institucionalizada nenhuma estrutura superior representativa dos diversos sectores da Arqueologia nacional. Os meios financeiros disponibilizados estavam muito aquém das necessidades e das aspirações dos arqueólogos. A qualidade (técnica, patrimonial e científica) percpcionada da actividade arqueológica oscilava, com alguma frequência, entre indeterminada e medíocre. As infra-estruturas básicas da Arqueologia portuguesa (*Endovélico*, laboratórios arqueocientíficos, *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* e *Biblioteca de Arqueologia*) mantiveram um estatuto informal e assim permaneceram à mercê dos costumeiros desmandos ignorantes do Estado e órgãos políticos portugueses (como aliás se verificou na reforma de 2007). Os espólios arqueológicos recolhidos no âmbito da intensa actividade arqueológica acumularam-se com frequência demasiada, ou em parte incerta, ou em condições de depósito inadequadas, ficando por conservar, estudar, publicar e disponibilizar aos cidadãos. As condições da prática profissional e laboral degradaram-se profundamente, em forte contradição com os exigentes requisitos de acesso à profissão e seu exercício.

Com a extinção do IPA, os méritos da sua política e estrutura perderam-se. Os problemas que não conseguiu resolver agravaram-se. E foi nestas condições que a Arqueologia portuguesa recebeu o embate da crise financeira e económica global.

8.6. 2009 - 2014: retracção, diversificação e desregulação

*Que parva que eu sou!
E fico a pensar,
Que mundo tão parvo
Que para ser escravo é preciso estudar*

Parva que sou, 2011. Deolinda. Letra e música: Pedro da Silva Martins

Entre 2009 e 2014 o quadro jurídico aplicável à Arqueologia não sofreu alterações significativas, à excepção da revisão do RTA, cuja necessidade já se vinha sentindo desde meados da primeira década do século XXI. O RTA/2014 surgiu na sequência de um longo (cerca de dez anos) processo de revisão, procurando responder às profundas alterações ocorridas na Arqueologia portuguesa desde a publicação do RTA/99. Este regulamento procurou repor o primado da investigação e da produção de conhecimento histórico, integrando referências às infra-estruturas do Estado no sector da Arqueologia, designadamente o sistema *Endovélico*, o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, a *Biblioteca de Arqueologia* e a linha editorial (*Revista Portuguesa de Arqueologia* e a série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*). O RTA/2014 integrou também a definição de um novo modelo de gestão da actividade arqueológica de investigação, baseado na avaliação de mérito científico, independente dos mecanismos de financiamento (o modelo PIPA, incluindo a criação do *Painel Nacional de Avaliação*). O novo regulamento clarificou os requisitos habilitacionais e curriculares de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos, criou as figuras de entidade contratante e enquadrante, alargou o conceito de espólio arqueológico; explicitou o conceito de reserva científica e introduziu a vertente da divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos junto do público em geral, numa perspectiva de sensibilização e educação patrimonial.

Na estrutura do Estado, entre 2009 e 2012, continuou em funções o IGESPAR e as DRC1, já anteriormente mencionados, orgânica que assumiu um carácter de transição para uma nova reforma, mais aproximada da visão política dos seus mentores, assente num modelo de gestão regionalizada do Património Cultural. Assim, em 2012 é criada a DGPC2 e criadas DRC2 (reduzidas apenas a quatro, Norte, Centro, Alentejo e

Algarve)²¹⁰. A DGPC assumiu as competências correspondentes à extinta DRC1 de Lisboa e Vale do Tejo e as Extensões Territoriais de Arqueologia foram integradas nas DRC2. Nenhum destes organismos integrou na sua orgânica qualquer serviço de Arqueologia. Embora a DGPC mantenha algumas competências tutelares da Arqueologia de âmbito nacional, como sejam, a autorização dos trabalhos Arqueológicos e a gestão das infra-estruturas nacionais (*Endovélico, Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Biblioteca de Arqueologia*, linha editorial - *Revista Portuguesa de Arqueologia* e série monográfica *Trabalhos de Arqueologia* -, LARC - herdeiro do CIPA - e CNANS), perdeu a sua componente operacional, agora transferida para as DRC2 dependentes do Ministério da Cultura. As sobreposições de atribuições e a confusão orgânica entre as esferas regional e nacional, entre as competências instrutórias, decisórias e normativas alargaram-se e instalaram-se, tornando-se o novo normal. Manteve-se em funcionamento o órgão Consultivo do Ministro da Cultura, o Conselho Nacional de Cultura, cuja Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico permanece em funções sob gestão directa da DGPC2. Nesta Secção, a representação da Arqueologia é pouco mais que insignificante.

No ensino superior da Arqueologia, a transição para o modelo de Bolonha estava concluída na generalidade. A oferta formativa de ensino superior em Arqueologia, nos três ciclos de estudos, é considerável em termos de quantidade, variedade e dispersão no território e sendo também bastante dinâmica e/ou instável. Verifica-se, por um lado, alguma tendência de diferenciação (por vezes até de especialização) e, por outro, um esforço para fornecer respostas mais eficazes às necessidades sociais e profissionais dos estudantes, ou seja, uma maior adaptação às exigências do mercado de trabalho. Registou-se igualmente uma tendência generalizada de valorização da componente prática (de campo e gabinete), formalizando-a através da sua integração nos planos de estudo, sob forma de unidades curriculares. Neste sentido, nesta fase, o ensino superior da Arqueologia em Portugal, adquiriu uma natureza mais profissionalizante.

Entre 2009 e 2014, o número de graduados nas licenciaturas em Arqueologia estabilizou, de forma semelhante ao ocorrido no ensino superior português na sua

²¹⁰ Resultantes da fusão entre o IGESPAR, o Instituto de Museus e da Conservação e os respectivos serviços dependentes.

globalidade, situação normalmente justificada pela crise económica e social que o país viveu (aliás, tendência semelhante se verificou nos ingressos no ensino superior). No número de mestrados e doutoramentos registou-se um aumento considerável de graduados (para mais do dobro). A evolução ao nível dos mestrados pode relacionar-se com Bolonha e as alterações do RTA/2014. O crescimento do número de doutoramentos segue também uma tendência global nacional e terá explicações diversas, nomeadamente nos incentivos à formação académica disponibilizados pelo Sistema Científico e Tecnológico Nacional. De qualquer forma, e independentemente das causas próximas e profundas deste panorama, é certo que a comunidade arqueológica nacional revela uma forte determinação em adquirir uma maior qualificação e preparação científica.

Ao nível da definição da profissão de arqueólogo, a alteração mais significativa decorreu do RTA/2004 e da fixação de um novo quadro habilitacional para a generalidade dos arqueólogos. Em primeiro lugar, refira-se que em 2014 era já possível exigir formação superior especializada na área científica da Arqueologia, graças ao desenvolvimento do ensino superior, já amplamente referenciado. Em segundo lugar, apesar do acesso à função de arqueólogo na carreira de técnico superior da administração pública continuar a exigir apenas a licenciatura, o requisito mais exigente para direcção de trabalhos arqueológicos - mestrado (mais especificamente, 180 créditos curriculares na área científica da Arqueologia) - foi-se implantando na comunidade arqueológica, nomeadamente entre os arqueólogos mais jovens, no início da sua vida profissional. Embora esta imposição do RTA/2014 tenha merecido alguma contestação, considera-se que a sua implementação resultou numa melhoria da preparação académica dos novos arqueólogos. Os requisitos curriculares práticos (“experiência comprovada de trabalho de campo”) também foram explicitados no RTA/2014, numa solução que se julga transitória, uma vez que esta componente tenderá cada vez mais a estar integrada nos *curricula* académicos.

O número de arqueólogos em actividade entre 2009 e 2011 registou alguma estabilidade, atingindo valores máximos (até à actualidade) nos anos de 2010 e 2011. Entre 2012 e 2014 iniciou-se uma tendência decrescente que se prolongaria até 2016. Estes valores estão igualmente relacionados com a crise económica e social que teve como consequência um aumento de incidência do abandono da profissão, já

anteriormente sentida. A média etária dos arqueólogos em actividade nesta fase subiu, principalmente entre as mulheres. O número de estrangeiros aumentou um pouco, mas o seu peso relativo diminuiu. Ao nível dos vínculos, relações ou situações laborais, entre 2009 e 2014, verificou-se uma estabilidade no número de trabalhadores independentes (maioritários) e dependentes. O número de bolseiros e investigadores sem contrato de trabalho aumentou ligeiramente. Os empresários, pelo contrário, tornaram-se ligeiramente menos numerosos.

O grupo dos arqueólogos permaneceu tendencialmente paritário, mas parece evidente que, nesta fase, comparativamente aos homens, as mulheres ingressaram menos na profissão e abandonaram mais a profissão. Verificou-se assim, durante a crise, uma ligeira perda de peso relativo do sexo feminino, que poderá estar igualmente relacionada com a aspiração a uma maior estabilidade e à maternidade e ao apoio à família. O invulgarmente baixo índice sintético de fecundidade das mulheres arqueólogas corrobora esta tese. Por outro lado, continuou a verificar-se um peso relativo superior de mulheres na Arqueologia comercial e nas situações laborais mais precárias (trabalho independente, trabalho como bolseiras ou investigadoras, trabalho em empresas de arqueologia e em outro tipo de empresas e trabalho sem enquadramento institucional).

Não se verificaram alterações significativas no número de instituições com actividade em Arqueologia, embora pareça notar-se uma ligeira diminuição ao nível dos museus. Os municípios e as empresas de arqueologia permaneceram os tipos maioritários. Salienta-se, nesta fase, um considerável aumento de empresas fora do sector da Arqueologia (empresas com actividade na avaliação de impacte ambiental, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc.), nas quais trabalhou um número crescente de arqueólogos. Embora sem alteração relevante no número de instituições em presença, nesta fase, as universidades e unidades de investigação portuguesas enquadraram o trabalho de um número consideravelmente superior de arqueólogos (nomeadamente, bolseiros e investigadores), embora tenham promovido um número menor de trabalhos arqueológicos. Um número muito elevado de arqueólogos trabalhou em empresas de arqueologia, mas os arqueólogos que trabalharam sem enquadramento institucional

são ainda mais numerosos (e também mais jovens, menos qualificados e proporcionalmente, mais mulheres).

A definição de trabalho arqueológico não mereceu alteração significativa no RTA/2014. Há apenas a referir a integração dos trabalhos conduzidos no âmbito da Arqueologia da arquitectura, ou Arqueologia de cota positiva ou da estratigrafia parietal, no âmbito da actividade arqueológica.

A actividade arqueológica (trabalhos e projectos) terá alcançado valores máximos em 2007, estabilizando e regredindo até 2013, como consequência da recessão económica, à excepção da realizada em meio urbano. Em 2014, inicia-se uma reversão desta tendência, num ciclo de crescimento que se prolongará, pelo menos, até 2019. Ao nível do tipo de trabalho, as prospecções e escavações caíram em linha com a actividade em geral, mas pelo contrário, o número de acompanhamentos arqueológicos continuou a aumentar, possivelmente pela sua maior incidência em ambiente urbano.

Nesta fase, a distribuição da actividade pelas diversas categorias manteve-se idêntica, mas a prevalência das intervenções preventivas intensificou-se um pouco, sendo que a crise económica agravou os diversos pontos de ruptura. A actividade arqueológica de valorização registou decréscimo. Embora o RTA/2014 tenha definido novas obrigações nas vertentes da sensibilização e educação patrimonial e se tenham verificado meritórios esforços dos arqueólogos nesse sentido, o balanço desta estratégia permanece ainda por fazer. Contudo, este é um caminho sem regresso; no futuro, a Arqueologia será cada vez mais dirigida para os cidadãos e para as comunidades. A actividade de emergência também diminuiu, permanecendo por desenvolver mecanismos eficazes de salvaguarda específicos para os projectos florestais e de agricultura intensiva.

A actividade arqueológica de investigação perdeu peso absoluto e relativo. Até 2012, manteve-se a inexistência de modelo de gestão da actividade arqueológica de investigação, pelo que os projectos não eram sujeitos a qualquer avaliação científica. A partir de 2013, foi implementado o modelo PIPA, no qual a actividade arqueológica de Categoria A é obrigatoriamente enquadrada em projectos de investigação que carecem de prévia aprovação do *Painel Nacional de Avaliação*, embora daí não decorra qualquer apoio financeiro. Na DGPC funcionou o LARC (associado à unidade de

investigação CIBIO, *Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos*), estrutura informal que, para além de manter as colecções de referência e desenvolver projectos próprios, concedeu apoio à comunidade arqueológica ao nível dos estudos arqueocientíficos. Mas nesta fase já existiam no país investigadores e linhas de investigação integrados em diversos laboratórios e unidades de investigação, que desenvolviam trabalho na área das arqueociências, num panorama consideravelmente distinto do anterior ao lançamento do projecto CIPA. A actividade arqueológica de investigação, sobretudo os trabalhos de campo, sofreu duramente com a ausência de um mecanismo de financiamento especificamente a si dirigido. As unidades de investigação na área da Arqueologia contaram apenas com os seus recursos, equipas de investigação mais numerosas, com investigadores de doutoramento e pós-doutoramento e com o financiamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Parte considerável da actividade arqueológica de investigação continuou a ser financiada pelos municípios.

A Arqueologia desenvolvida em meio urbano constituiu uma excepção à retracção global verificada, uma vez que, principalmente nas cidades maiores, se registou, no mesmo intervalo temporal, um crescimento da actividade arqueológica, explicável com o desenvolvimento económico do sector do turismo que nesta fase prosperou em contraciclo. Entre 2010 e 2014, a Arqueologia em meio urbano representou quase metade de toda a actividade arqueológica nacional e Lisboa representou cerca de 1/3 da mesma. Este intenso crescimento provocou um agravamento dos problemas específicos desta Arqueologia. A maioria das cidades não dispunha de uma entidade ou modelo de gestão da sua Arqueologia (nomeadamente, dos dados arqueológicos). A gestão dos espólios atingiu, em muitos casos, o estado de caos. Aprofundou-se a distância entre as realidades arqueológicas intervencionadas e estudadas.

A Arqueologia em meio subaquático ou húmido sofreu também uma séria retracção, recuando para valores anterior à criação do CNANS. A estrutura informal que sucedeu a este organismo manteve-se na DGPC, mas em funcionamento quase larvar. Neste contexto, registou-se a afirmação de algumas unidades de investigação e do sector privado (empresas e arqueólogos independentes). Estes agentes deram continuidade aos projectos preventivos, no âmbito de AIA (nomeadamente, projectos de construção de grandes infra-estruturas portuárias), em contextos urbanos de interface

(destacando-se as intervenções na frente ribeirinha de Lisboa, pelos resultados extraordinários que produziram), mas também pontualmente no âmbito de Carta Arqueológica e IGT. Na Arqueologia em meio subaquático ou húmido, os projectos de investigação continuaram a deter um peso relativo mais relevante, comparativamente com a Arqueologia desenvolvida em meio terrestre.

Entre 2009 e 2014, o financiamento da actividade arqueológica indirecto, sob contrato, comercial, ao abrigo do princípio do “poluidor-pagador” atingiu o seu valor máximo, incidindo sobre mais de ⅔ dos trabalhos realizados. Como foi referido, não havia apoio financeiro público à investigação, pelo que o financiamento directo ficou reduzido aos muito raros projectos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, aos apoios municipais (na investigação e na valorização) e aos planos de actividades e de financiamento de universidades e unidades de investigação. O financiamento da actividade arqueológica não preventiva manteve-se como um dos problemas mais críticos da Arqueologia portuguesa contemporânea.

Essencialmente a partir de 2009, a crise financeira global atingiu a Arqueologia portuguesa, uma vez que esta estava intrínseca e profundamente dependente da economia. A actividade arqueológica regrediu e o número de arqueólogos e empresas de arqueologia também. Verificou-se, ainda, um processo de desinstitucionalização. Quando analisado o enquadramento institucional do trabalho dos arqueólogos e as entidades enquadrantes dos trabalhos arqueológicos, verifica-se que os arqueólogos em actividade sem enquadramento institucional se tornaram majoritários; e que o número de intervenções arqueológicas sem entidade enquadrante não cessou de crescer.

A instabilidade profissional e a precariedade laboral agravaram-se de forma muito profunda. Provavelmente, e pela primeira vez desde que a Arqueologia se tornou uma profissão, houve despedimentos e falta de trabalho para muitos arqueólogos (não se pode falar de desemprego, pois geralmente, os profissionais afectados por esta situação nunca tiveram emprego). Mas as cidades e o seu turismo por um lado, e as bolsas atribuídas em tempos melhores por outro, seguraram a comunidade arqueológica. A crise foi vencida e a partir de 2014 as tendências inverteram-se e a Arqueologia portuguesa voltou a crescer. O que não se alterou foi a miríade de problemas estruturais que a assombravam e a incapacidade de os enfrentar e resolver

demonstrada pelas entidades públicas competentes, pelas instituições com actividade no sector, pelo grupo profissional e pela sociedade em geral.

8.7. Epílogo (para já)

*A vida é sempre uma curiosidade
(...)
Interessa-me o que está para vir
(...)
Do meu prazer em descobrir
Encontrar, renovar, vou fugir ou repetir
Vou viver
(...)
Quero é viver
Amanhã, espero sempre um amanhã
E acredito que será mais um prazer*

Quero É Viver, 2004 (anos '80), intemporal. Humanos. Letra e música: António Variações

Entre 1970 e a segunda década do século XXI, foi construído em Portugal um regime jurídico aplicável à Arqueologia, progressivamente mais completo e complexo, enquadrável nas melhores práticas legais da Europa ocidental. Este regime incide essencialmente sobre o direito e regulamentação aplicáveis ao inventário, salvaguarda, estudo, valorização e divulgação dos bens arqueológicos, à definição de competências, deveres e direitos de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais e à gestão da actividade arqueológica. Assim, a legislação arqueológica é um reflexo muito relevante do extraordinário percurso da Arqueologia portuguesa nos últimos 50 anos. Mas se “fraco rei faz fraca a forte gente”, lei forte não faz forte a fraca Arqueologia. Como em outros sectores da sociedade portuguesa, a legislação arqueológica nem sempre goza de aplicação efectiva, verificando-se, não poucas vezes, um desfasamento entre a lei e as práticas sociais. Muitas das normas “mortas” demonstram os bloqueios ainda persistentes na nossa Arqueologia, ou porque remetem para estádios de desenvolvimento social e civilizacional ainda não alcançados; ou porque são desadequados à realidade sob a qual impendem.

Ao nível da estrutura do Estado, ou seja, dos organismos da administração central com competências sobre a Arqueologia, verificou-se, nestes 50 anos, a fixação da tutela na área governativa da Cultura. Numa primeira fase, decorreu um processo de progressiva especialização de âmbitos de actuação dos organismos tutelares; numa

segunda fase, inversamente, um processo de generalização e mescla de âmbitos de actuação dos mesmos (pisando as pegadas do anterior percurso). Paralelamente, verificou-se uma tendência contínua de compartimentação e fragmentação territorial (de que são exemplo a transferência e descentralização de competências no domínio da Arqueologia para os municípios e para organismos de âmbito regional, mais recentemente, para as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional). Deste processo parece resultar uma vítima, a figura da tutela arqueológica administrativa, directamente dependente da tutela política, autónoma, especializada e desconcentrada. Mas seja qual for o para já incerto futuro da gestão da Arqueologia pelo Estado (cujas competências estão definidas na Constituição e na lei de bases), terão de ser garantidas as já há muito bem definidas funções tutelares: inventário, gestão da actividade arqueológica, apoio à investigação, gestão de espólios, gestão das infra-estruturas nacionais arqueológicas (*Endovélico, Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Biblioteca de Arqueologia* e linha editorial, CNANS e LARC).

A evolução da formação superior em Arqueologia nos últimos 50 anos é seguramente um sucesso, aliás paralela à do ensino superior em Portugal. Partindo quase do nada, alcançou-se uma rede de estabelecimentos de ensino superior de dimensão, diversidade e dispersão muito significativas e com um número anual de diplomados, nos vários ciclos, expressivo e regular. Tudo indica que esta situação assim se manterá, podendo até ser melhorada e alargada.

Os arqueólogos são (ou eram até 2020) um grupo em crescimento e com potencial de crescimento, embora ainda não se tenha alcançado os valores máximos atingidos no final da primeira década do século XX, quando estariam em actividade entre 1.300 e 1.500 profissionais. O grupo não tem uma evolução unívoca, revelando intensa instabilidade e volatilidade, com permanentes e elevados índices de ingresso e abandono, este último, normalmente, após alguns anos de trabalho.

A Arqueologia é hoje uma profissão (ainda que não organizada nem auto-regulada), sociologicamente plural (não obstante a baixa diversidade étnica-racial), paritária (apesar de diversas e persistentes desigualdades negativas de género), dispersa no território e muito qualificada academicamente. É um grupo relativamente jovem que reúne condições de renovação permanente e se relaciona amiúde com a comunidade homóloga internacional, fora e dentro do país. É também versátil e dinâmico, cujos

membros alternam e acumulam, com frequência, diferentes funções e diversos tipos de vínculo e relação laboral. E é um grupo muito segmentado.

As mulheres são mais jovens, a prazo, serão mais qualificadas, têm vínculos laborais mais precários e trabalham mais em empresas e em regime independente. Os homens têm área de formação científica mais diversificada e são (por enquanto) a maioria dos doutorados. Os trabalhadores independentes são mais jovens, menos qualificados e trabalham frequentemente sem enquadramento institucional. Os universitários e estrangeiros são mais velhos, mais qualificados e mais frequentemente homens e trabalhadores dependentes. Os bolseiros e investigadores sem contrato de trabalho são mais jovens, precários e muito qualificados. Os trabalhadores do sector público são mais velhos, menos qualificados e, em maior número, homens. Os empresários são jovens, pouco qualificados e, em maior número, homens.

Em 2020, independentemente do tipo de vínculo ou situação laboral, mais de metade dos arqueólogos em actividade já tinha trabalhado para empresas de arqueologia; mas um número ainda superior, cerca de $\frac{3}{4}$, tinha experimentado o trabalho sem qualquer enquadramento institucional; cerca de $\frac{1}{4}$ trabalhava ou tinha trabalhado em municípios e outros tantos em universidades e unidades de investigação portuguesas.

Um dos aspectos mais interessantes identificado é a tendência para a manutenção de uma relação estável e frequentemente prolongada no tempo entre os arqueólogos (ao longo da sua vida profissional e independentemente dos vínculos e enquadramento institucional em que trabalham) e as universidades (onde se formaram, onde estabeleceram as primeiras relações com a Arqueologia, ou com a quais se identificam ou estabeleceram relações profissionais e científicas). Atendendo à desinstitucionalização da Arqueologia portuguesa e às condições de trabalho extremamente difíceis dos arqueólogos, esta relação é muito positiva. Por isso, reitera-se que o ideal é que qualquer arqueólogo, ainda que trabalhador independente, ainda que em exercício profissional essencialmente desenquadrado, ainda que sem infraestrutura favorável ao desempenho da actividade sob parâmetros técnicos e científicos adequados, mantenha um espaço aberto de acolhimento numa universidade ou unidade de investigação, na qual encontre as suas referências e onde possa procurar e obter apoio científico, social e pessoal, sempre que necessário.

No que se refere ao trabalho dependente, tendencialmente estável, com condições e adequado enquadramento institucional, o protagonismo é claramente assumido pelos municípios que são as principais entidades empregadoras da Arqueologia portuguesa, enquadrando cerca de metade dos arqueólogos que trabalham por conta de outrem (as universidades e unidades de investigação portuguesas e as empresas de arqueologia, cada, dão emprego a cerca de ¼ destes). Este dado é especialmente reconfortante se considerarmos que ainda há muitos municípios que não têm nos seus quadros quaisquer trabalhadores de Arqueologia, e que estes profissionais são muito necessários nas funções asseguradas pelas câmaras municipais. Por isso, considera-se que nos municípios reside uma esperança de futuro para a Arqueologia, mas principalmente, para os arqueólogos portugueses. O trabalho de um arqueólogo municipal é estável, com qualidade e tem elevadíssimo valor social, patrimonial e cultural, constituindo a via mais exequível para alterar o degradante panorama das relações laborais em Arqueologia que se vive em Portugal.

Mas é no trabalho em regime independente e muito especialmente nos “falsos recibos verdes” que reside o foco das maiores preocupações. Em 2020, estima-se que cerca de ¾ dos arqueólogos em actividade tenha experimentado o trabalho como prestador de serviços em regime independente e, destes, provavelmente mais de metade nunca tenha conhecido outro vínculo laboral. O trabalho independente está muito associado ao sector privado e empresarial (em empresas de arqueologia e em outro tipo de empresas) e à actividade sem enquadramento institucional. Mas deve sublinhar-se que todas as instituições que intervêm na actividade arqueológica recorrem ao trabalho independente. Infelizmente, na grande generalidade dos casos, estes profissionais não têm condições de trabalho dignas e aceitáveis e são muito mal remunerados. É importante que haja total e generalizada consciência que um número muito significativo (senão a maioria) dos arqueólogos “a recibo verde” auferem remuneração no limiar do ordenado mínimo nacional, não sendo raro situar-se abaixo deste²¹¹. Por outro lado, felizmente, na grande generalidade dos casos, estes profissionais são altamente qualificados (o grau académico de mestre é cada vez mais comum), pois a

²¹¹ O problema da baixa remuneração do trabalho dos arqueólogos no sector privado extravasa o âmbito do trabalho independente. O vencimento dos arqueólogos-trabalhadores dependentes situa-se também, geralmente, em níveis inferiores (ou muito inferiores) à tabela remuneratória correspondente da administração pública.

Arqueologia é uma profissão de base científica. A combinação destas duas características produz uma profunda e intrínseca contradição no exercício da profissão, na qualidade do trabalho que se executa, na investigação que se desenvolve, no conhecimento que se produz, no Património que se cuida e apresenta, na divulgação que se dissemina. A precariedade não propicia condições para um bom trabalho científico, ou mesmo técnico.

Nos últimos 50 anos, as instituições com actividade em Arqueologia consolidaram-se e diversificaram-se. A Arqueologia continuará a contar com o trabalho dos organismos da administração pública central, por muito incerta que seja a sua configuração futura. As universidades e unidades de investigação continuarão a desempenhar um papel central na formação, na investigação e na promoção da relação entre a ciência e a sociedade. Mas todos os indicadores sugerem que os municípios e as empresas de Arqueologia irão consolidar a sua posição institucional na Arqueologia portuguesa, os primeiros, em todas as frentes e vertentes do sector e as segundas, na actividade arqueológica, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos e também na interacção com a sociedade.

Embora pareça óbvio que o futuro da Arqueologia portuguesa depende de uma intensa e estável institucionalização, o panorama presente reflecte alguma pulverização e instabilidade das entidades com intervenção no sector (algumas pouco ou nada comprometidas com o paradigma arqueológico), característica que se poderá revelar problemática. Mas mais preocupante é o notório crescimento da actividade arqueológica e do trabalho de arqueólogos sem qualquer enquadramento institucional, realidade que se considera muito negativa. O trabalho sem enquadramento institucional, nas proporções que regista actualmente, é uma consequência de várias disfunções e problemas da Arqueologia portuguesa. Refira-se o aumento da actividade em meio urbano (que muitas vezes dispensa meios de transporte) e dos tipos de trabalho não intrusivos e com menor complexidade logística, como os acompanhamentos arqueológicos e as prospecções (que não requerem meios técnicos dispendiosos e muitas vezes podem ser desenvolvidos individualmente). Por outro lado, avolumam-se as péssimas condições de trabalho oferecidas, com demasiada frequência, pelas empresas de arqueologia (e outras entidades enquadrantes), entregando à responsabilidade do arqueólogo a recibos

verdes transporte, alojamento, equipamento informático, de fotografia e outro, ferramenta, consumíveis, etc.; mas também o contacto, frequentemente complexo, com os outros intervenientes na actividade arqueológica. Mas, agravam-se principalmente, os escandalosos e indignos níveis remuneratórios praticados actualmente no sector privado da Arqueologia em Portugal.

Este quadro remete os arqueólogos para uma opção que parece óbvia: i) se o trabalho em contexto institucional é totalmente precário e instável (atingindo-se o cúmulo do contrato à hora); ii) se oferece tão poucas vantagens ao nível de um verdadeiro enquadramento do trabalho; iii) se a remuneração é tão baixa, sendo claro que o valor cobrado à entidade contratante contempla uma margem muito elevada de *overheads* ou margem de lucro, então, porque não trabalhar sozinho? Realmente, qual é a vantagem de trabalhar com enquadramento institucional?

Daqui se deduz que combater a precariedade laboral é também promover uma Arqueologia institucionalizada, organizada, num quadro de legalidade e normalidade e com cadeias de responsabilidade bem definidas. É trabalhar por uma melhor Arqueologia.

O trabalho dos arqueólogos, ou seja, o seu conteúdo funcional, tem sofrido um processo de diversificação e alargamento de âmbito. Um arqueólogo em 2021 não é apenas aquele que dirige trabalhos de campo, nem mesmo que escava, podendo trabalhar apenas ou também em investigação ou num conjunto muito alargado de técnicas de gabinete, no ensino, em gestão do Património (directamente sobre bens móveis e imóveis, ou na esfera burocrática-administrativa), em divulgação e animação, na edição e produção de conteúdos, etc.

No trabalho de campo prevê-se a continuação do regime assente no licenciamento, fiscalização, aprovação de relatório, divulgação e sensibilização patrimonial, depósito de espólio e estudo e publicação de resultados, só para mencionar as principais componentes. A actividade arqueológica registou uma tendência de claro crescimento até 2019. Em 2021, em face da pandemia global, prever o destino próximo da actividade arqueológica é um exercício de pura futurologia. Mas seja com a continuação da tendência de crescimento, ou com uma fase de retracção, seguida de recuperação, a Arqueologia é uma realidade e uma actividade bem consolidada na sociedade portuguesa e por isso subsistirá e avançará. É possível que a Arqueologia em

meio urbano registre alguma estabilização e é imprescindível que a Arqueologia desenvolvida em meio subaquático ou húmido recupere e se consolide.

A actividade de investigação terá necessariamente de crescer, sendo indispensável a definição de um mecanismo estável de apoio financeiro à investigação em Arqueologia, o PNTA. Mas o apoio aos trabalhos de campo de investigação deve continuar a contar com a participação de outras entidades e segmentos da sociedade, nomeadamente os municípios, o sistema científico e tecnológico nacional (na concessão de bolsas, no financiamento de projectos, etc.) e as entidades privadas, no exercício da sua responsabilidade social e também através do mecenato.

A valorização do Património arqueológico tem, finalmente, de assumir o incontornável estatuto de desígnio nacional, pois o país não pode continuar a maltratar e desconsiderar os seus principais recursos, o Património Cultural e o Património natural. Este desígnio deve ser assumido pelo Estado, mas também por toda a sociedade, e deve ser concretizado através de políticas para tal concebidas, mas também como tarefa quotidiana de todos. A valorização do Património Cultural assume um valor estratégico central nas sociedades contemporâneas, pois concorre para a coesão territorial, combate as assimetrias e os conflitos sociais, contribui para a melhoria das condições de vida das comunidades e para a realização e felicidade individual e colectiva. E, sim, é também um recurso económico, nomeadamente associado ao turismo, que Portugal não deve nem pode dispensar.

Por fim, a Arqueologia preventiva terá necessariamente de manter a sua função e espaço preponderante na Arqueologia nacional. Os mecanismos de salvaguarda arqueológica têm de ser permanentemente melhorados e implementados, nomeadamente no ordenamento e planeamento do território, mas também na sua gestão global e integrada, quer em meio urbano, quer em meio rural. A incerteza sobre o futuro da tutela arqueológica não é um bom augúrio, mas é indispensável aprofundar o acompanhamento, fiscalização e a exigência de rigor técnico e científico. Esta tarefa só pode ser empreendida por organismos públicos, com independência e autonomia técnica e afastamento institucional dos centros de decisão. Terão de ser definidas e implementadas soluções para que o processo de investigação subsequente às intervenções preventivas seja viável e normalizado. Os organismos públicos, nomeadamente os municípios, terão de encontrar mecanismos adequados e

sustentáveis que permitam a gestão de dados e informação arqueológica e a gestão dos espólios recuperados nas intervenções arqueológicas preventivas (sistemas de informação arqueológica e geográfica, rede nacional de reservas de espólio arqueológico com procedimentos de gestão técnica e patrimonialmente consensualizados).

Nestes 50 anos, foram muitos os sucessos e insucessos da Arqueologia portuguesa. Não é fácil elencar o deve e o haver deste processo histórico e são de evitar os dramáticos discursos escatológicos e os vãos louvores auto-panegíricos. O que se alcançou está resolvido; o que não se alcançou terá de se resolver.

Conquistou-se um bom regime jurídico, um quadro referencial de funções tutelares a assegurar pelo Estado, uma boa infra-estrutura de ensino superior, um grupo profissional qualificado academicamente, uma Carta Arqueológica (*Endovélico*), uma profusa e disseminada rede de museus e sítios musealizados, processos normalizados de investigação programada, investigadores e laboratórios especializados, um elenco editorial coerente de séries periódicas e monográficas, procedimentos institucionalizados e alargados de Arqueologia preventiva (nomeadamente aos níveis de AIA e IGT), normalização e socialização da Arqueologia urbana, (quase) eliminação das situações de emergência, um conjunto considerável de empresas de arqueologia, um razoável mercado de trabalho e de negócio em Arqueologia.

Temos pela frente colossais desafios: promover o cumprimento da lei, conceber novos e mais eficazes procedimentos administrativos de defesa do Património arqueológico, evitar a descaracterização, desvanecimento e enfraquecimento da tutela arqueológica (administrativa e política), institucionalizar o CNANS e o LARC (e suas colecções de referência), combater a desinstitucionalização e consolidar as instituições, disseminar a Arqueologia municipal, concretizar a organização profissional e perseguir a auto-regulação, instituir o Código Deontológico. E também, impor o direito ao emprego em Arqueologia, circunscrever à mínima expressão possível a precariedade laboral, efectivar a regulação da actividade arqueológica, actualizar os instrumentos digitais de gestão da Arqueologia, desenvolver a Arqueologia em meio húmido e subaquático, delinear e implementar um modelo estável de gestão e financiamento da investigação, institucionalizar e digitalizar o *Arquivo da Arqueologia Portuguesa* e a Biblioteca de Arqueologia, preservar a linha editorial pública (*Revista Portuguesa de Arqueologia* e

Trabalhos da Arqueologia), universalizar a Arqueologia nos IGT, estabelecer e consolidar uma rede nacional de reservas de espólio arqueológico, socializar a Arqueologia e o Património arqueológico.

Será difícil, mas temos que nos conformar, como dizia um sábio amigo, pois somos arqueólogos.

Bibliografia

- AAVV (1969) – Notícias dos Jornais. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 291-311.
- AAVV (1979) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 1, 1977-1978.
- AAVV (1982) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, 1979.
- AAVV (1983) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 3, 1980.
- AAVV (1984) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, 1981.
- AAVV (1985) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, 1982-83.
- AAVV (1986a) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 6, 1984.
- AAVV (1986b) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 7, 1985.
- AAVV (1987) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, 1986.
- AAVV (1994) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, 1987.
- AAVV (1995) – *Livro Branco – Para um debate sobre a legislação do património arqueológico subaquático em Portugal. Arqueologia ou Caça ao Tesouro?* Lisboa: Arqueonáutica, Centro de Estudos.
- AAVV (1998) – *Nossa Senhora dos Mártires, a última viagem*. Lisboa: Verbo, 279 p.
- AAVV (2000) – *Dossier Ordem dos Arqueólogos. Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*, Lisboa. 2, pp. 6-29.
- AAVV (2001) – Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve. *Património. Estudos*. Lisboa. 1, pp. 43 -101.
- AAVV (2008) – *Primeiro Congresso de Arqueologia Empresarial*. Lisboa: Archeoestudos, Arqueohoje, Arqueologia e Património, Crivarque, Dryas Arqueologia, Era Arqueologia, 54 p. (livro de resumos).
- AAVV (2014) – *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/INCM, 219 p.
- AAP (2012) – *Estatutos e Regulamento Interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (versão aprovada em 22 de Novembro de 2012, 10 p. Disponível em: https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/assets/img/AAP_Estatutos.pdf (acedida em 10 de Outubro de 2013)).

AGOSTO, Frederico; SILVA, João (2020) – *Os memoráveis? A arqueologia algarvia na imprensa nacional e regional na presente centúria (2001-2019): características, visões do(s) passado(s) e a arqueologia enquanto marca*. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 115-127.

ALARCÃO, Adília; ALARCÃO, Jorge, org. (1970) – *Dez anos de Actividade Arqueológica em Portugal. 1960-1969. II Congresso Nacional de Arqueólogos*. Coimbra, 90 p.

ALARCÃO, Jorge de (1971) – Apresentação. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da educação Nacional/Junta Nacional de Educação, pp. 7-10.

ALARCÃO, Jorge (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Entrevista de Luís Raposo. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 83-91.

ALARCÃO, Jorge (1994) – Arqueologia nas cidades. *Bracara Augusta*. Braga. XLV: 97 (110) (Encontro de Arqueologia Urbana), pp. 59-62.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974) – Crónica do Congresso. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, I Volume. Porto: Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional de Educação, pp. 5-7.

ALMEIDA, Fernando (1970a) – Actas. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958)*, II Volume. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 363-366.

ALMEIDA, Fernando (1970b) – Conclusões e Votos. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958)*, II Volume. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 367-369.

ALMEIDA, Luís Ferrand, leitura e transcrição (1960-1961) – Documentos. Um parecer de 1779 sobre a posse dos tesouros achados por acaso. *Conimbriga*. Coimbra. 2-3, pp. 335-341.

ALMEIDA, Maria José (2006a) – Colecções de Arqueologia em Autarquias: reflexões a partir de um inquérito promovido pela APA. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 37-50.

ALMEIDA, Maria José (2006b) – Património arqueológico móvel: (des)enquadramento na actual legislação portuguesa. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 29-36.

ALMEIDA, Maria José (2007a) – A arqueologia para os arqueólogos. Reflexões sobre a organização sócio-profissional dos arqueólogos em Portugal. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 101-103.

ALMEIDA, Maria José (2007b) – Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 2, pp. 129-169.

ALMEIDA, Maria José (2008a) – Avaliação de Impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e para o património arqueológico? *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 161-166.

ALMEIDA, Maria José de; CARVALHO, António, eds. (2011) – *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 702 p.

ALMEIDA, Miguel (2008b) – Proteger apesar do IGESPAR, IP: a Arqueologia Portuguesa num Instituto sem competências de Arqueologia... Nem de Património Histórico. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 145-153.

ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2006) – Arqueologia Low-cost. Fatalidade nacional ou opção de classe? O modelo empresarial. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 86-91.

ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João; BASÍLIO, Lília; FERREIRA, Maria Teresa (2008) – O Futuro, Dez Anos Depois. *Al-Madan*. Almada. II Série, 16, pp. 65-69.

ALMEIDA, Nelson; ROCHA, Leonor (2011) – E depois do adeus... Uma breve retrospectiva sobre a Extensão do Crato do Instituto Português de Arqueologia (1998-2006). In *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3.^{as} Jornadas*. Lisboa/Fronteira: Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira, pp. 395-401.

ALVES, Francisco J. S. (1982) – Questões da Arqueologia Nacional: entrevista com Francisco J. S. Alves. *Al-Madan*. Almada. I Série, 0, pp. 19-20.

ALVES, Francisco (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 99-102.

ALVES, Francisco J. S. (1995) – Memorandos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, pp. 99-115.

ALVES, Francisco (1997) – O Itinerário Arqueológico Subaquático do Océan. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, pp. 455-467.

ALVES, Francisco (2001a) – A legislação sobre património cultural subaquático em Portugal. *Revista Jurídica*. Lisboa. 24, pp. 201-225.

ALVES, Francisco, ed. (2001b) – *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach. (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática / Academia de Marinha). Lisbon - September 7th to 9th, 1998* (Trabalhos de Arqueologia, 18). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 463 p.

ALVES, Francisco (2002) – O desenvolvimento da Arqueologia Subaquática em Portugal: uma leitura. In ARNAUD, José, ed. – *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal* (Arqueologia & História, 54). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 255-260.

ALVES, Francisco J. S. (2019) – No centenário do Museu D. Diogo de Sousa, recordando o salvamento de Bracara Augusta. *Campo Arqueológico de Braga* (1976-1980). *Mínia*. Braga. III.ª Série, 14, pp. 7-23.

ANTAS, Mário Nuno do Bento (2013) – *A comunicação educativa como factor de (re)valorização do património arqueológico. Boas práticas em Museus de Arqueologia portugueses*. Tese de doutoramento em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4977> (acedido em 16 de Junho de 2015).

APA (1998) – Código Deontológico dos Arqueólogos. In SILVA, António Manuel S. P.; CORREIA, Vírgilio Hipólito, coord. – *Profissão e Ética. Contribuição para um debate sobre Deontologia Profissional na Arqueologia portuguesa*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 75-81.

APA (2002) – *Inquérito Actividade arqueológica nas autarquias. Apresentação dos resultados. Outubro de 2002*. Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/1848800/> (acedido em 11 de Setembro de 2018).

APA (2009) – *Associação Profissional de Arqueólogos. Regulamentos*. Porto: APA, 56 p.

APA (2014) – *DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/31261> (acedido em 3 de Outubro de 2014).

ARNAUD, José Morais (1991) – Palavras de abertura do Secretário-Geral das Jornadas. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 13-14.

ARNAUD, José Morais (1994a) – A componente arqueológica no processo de AIA em Portugal. In PARTIDÁRIO, Maria do Rosário; JESUS, Júlio de, eds. – *Avaliação do Impacte Ambiental: conceitos, procedimentos e aplicações*. Monte da Caparica: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, pp. 252-263.

ARNAUD, José Morais (1999) – Possidónio, precursor do ensino e da investigação arqueológica em Portugal. *Arqueologia & História*. Lisboa. 51, pp. 31-36.

ARNAUD, José Morais, ed. (2013) – *Memória e intervenção. 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 110 p.

ARNAUD, José Morais; ALMEIDA, Pedro; BUGALHÃO, Jacinta (1991) – Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Soporcel. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.

ARNAUD, José Morais; MURALHA, João; ESTORNINHO, Alexandra (1991) – Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Celbi. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 69-74.

ARNAUD, José Morais; RAMOS, Carlos Alberto; MARTINS, Artur (1991) – Prospeção Arqueológica na Herdade do Gavião (Aljustrel). In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 83-86.

ARQUIVO AAP, s.d. – *Página do Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses na internet*. Disponível em: <http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arquivo.html> (acedida em Julho de 2018).

BAPTISTA, António Martinho (2014) – Para a história da arqueologia rupestre em Portugal. O Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) em Vila Nova de Foz Côa (1997-2007). *Côavisão, Economia, Ciência e Cultura*. Vila Nova de Foz Côa. 16, pp. 83-94.

BARATA, Filomena (2003) – Os vestígios arqueológicos e o ordenamento do território: um passivo e um futuro. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro*

para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 13-24.

BARROS, Luís (1982) – III Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património. *Al-Madan*. Almada. I Série, 0, pp. 27-29.

BARROS, Pedro; PARREIRA, Rui (2006) – Processo de revisão do PROT Algarve. Património algarvio é factor de desenvolvimento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 138-139.

BATATA, Carlos; BOAVENTURA, Rui; GOMES, Ana Sofia; LOURENÇO, Sandra; SOUSA, Maria João (2001) – Arqueólogos Avençados em Exercício na Função Pública. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, p. 211.

BEIRA, Inês; OLIVEIRA, Paula; ARROJA, Rui; MONTEIRO, Paula; AFONSO, Paulo (2002) – Os sistemas de informação geográfica ao serviço da investigação em Arqueologia urbana. In BARROS, Luís Manuel B. V. de; HENRIQUES, Fernando J. Robles, coord. – *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada/Divisão de Museus, pp. 77-80.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; SILVA, Tiago (2017) – Navios de época Moderna em Lisboa: balanço e perspectivas de investigação. In CAESSA Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da, coords. - *I Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*. Lisboa: CAL/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 479-495.

BETTENCOURT, José; FONSECA, Cristóvão; COELHO, Inês Pinto; LOPES, Gonçalo; CARVALHO, Patrícia; SILVA, Tiago (2019) – A arqueologia do interface nos meios húmidos da cidade de Lisboa: um balanço. *Arqueologia & História*. Lisboa. 69, pp. 121-130.

BICHO, Nuno Ferreira (2001) – O ensino da Arqueologia em Portugal. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 3, pp. 14-19.

BICHO, Nuno Ferreira (2006) – A Educação e a Formação em Arqueologia na Universidade do Algarve. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, p. 126.

BIOGRAFIAS LNEG, s.d. – Biografias de Personalidades Famosas no Domínio das Geociências em Portugal. Laboratório Nacional de Energia e Geologia. Disponível em:

http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias

(acedido

recorrentemente).

BIOGRAFIAS DGPC, s.d. – Biografias de autores com bibliografia no acervo da Biblioteca de Arqueologia da DGPC presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner.

Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/> (acedido recorrentemente).

BOTELHO, Iva João (2017) – Acompanhamento arqueológico e método. Contributo para o seu enquadramento legal. In ARNAUD, José Moraes; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 259-271.

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2019) – Balanço dos Incêndios 2017: região de Lisboa e Vale do Tejo. In ROCHA, Leonor; BRANCO, Gertrudes; SANTOS, Ivo, eds. – *Salvaguarda Arqueológica. Archaeological Safeguard* (Scientia Antiquitatis, 1). Évora, pp. 477-489. Disponível em: http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/26/V3_N1 (acedido em Maio de 2020).

BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra; PAIVA, Belém; BANHA, Carlos; REGALA, Frederico Tatá; MOURA, Helena; BUGALHÃO, Jacinta; MARQUES, João; CORREIA, José; FARIA, Pedro; MELRO, Samuel (2020) – Salvaguarda de Património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização. In ARNAUD, José Moraes; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 164-178.

BUGALHÃO, Jacinta (2002) – Instituto Português de Arqueologia: em processo de extinção. *Al-Madan*. Almada. II Série, 11, pp. 45-48.

BUGALHÃO, Jacinta (2004) – *Instituto Português de Arqueologia. Relatório de actividades da Divisão de Inventário - 2003 (Janeiro - Agosto)*. Documento policopiado. Processo 710.01 Pº06 - Plano de Relatório e Actividades do IPA para 2003. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, DGPC.

BUGALHÃO, Jacinta (2005) – Lisboa "Sempre" Ribeirinha. *Al-Madan*. Almada. II Série, 13, pp. 151-154.

BUGALHÃO, Jacinta (2007) – Arqueo-Estrada, A21 Troço Ericeira - Mafra. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 171-173.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 8, pp. 218-230.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*. Lisboa. 60-61, pp. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013a) – As mulheres na arqueologia portuguesa. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (2013b) – A Arqueologia na nova orgânica do património cultural. *Arqueologia & História*. Lisboa. 62-63, pp. 147-151.

BUGALHÃO, Jacinta (2014) – A arqueologia náutica e subaquática em Portugal: breves apontamentos. In *O tempo resgatado ao Mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/INCM, pp. 19-22.

BUGALHÃO, Jacinta (2015) – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro): versão anotada. *Al-Madan*. Almada. II Série, 19, pp. 40-48.

BUGALHÃO, Jacinta (2016) – *Arqueologia, Universidades e Ensino em números e em gráficos*. Documento não publicado preparado no âmbito da Sessão "Arqueologia - Universidades e Ensino, em números e em gráficos", organizada pela Secção de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, a 9 de Abril de 2016, 24 p. Disponível em: [https://www.academia.edu/37215410/Arqueologia Universidades e Ensino em n%C3%BAmeros e em gr%C3%A1ficos](https://www.academia.edu/37215410/Arqueologia_Universidades_e_Ensino_em_n%C3%BAmeros_e_em_gr%C3%A1ficos) (acedido em 13 de Novembro de 2018).

BUGALHÃO, Jacinta (2017a) – Arqueologia Urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública. In COELHO, Inês Pinto; TORRES, Joana Bento; GIL, Luís Serrão; RAMOS, Tiago, eds. – *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia, Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica* (Colecção ArqueoArte, 4). Lisboa: CHAM/IEM, pp. 467-474.

BUGALHÃO, Jacinta (2017b) – Arqueólogos Portugueses. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-31.

BUGALHÃO, Jacinta (2017c) – O novo modelo de gestão descentralizada do Património Cultural: compartimentação geográfica e fragmentação. *Al-Madan*. Almada. II Série, 21, pp. 51-55.

BUGALHÃO, Jacinta (2017d) – O papel da mulher na arqueologia portuguesa. *OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 123-130. Disponível em: <http://ophiussa.lettras.ulisboa.pt/article/Tmc9PQ> (acedido em 3 de Dezembro de 2017).

BUGALHÃO, Jacinta (2018a) – A actividade arqueológica subaquática no quadro da Arqueologia Portuguesa. *CulturaAçores – Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo. 8, pp. 44-47.

BUGALHÃO, Jacinta (2018b) – A arqueologia náutica e subaquática em Portugal: passado, presente e futuro. *Anuário do Património*. Lisboa. 3, pp. 176-183.

BUGALHÃO, Jacinta (2018c) – Arqueologia urbana, em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa. 5, pp. 30-39.

BUGALHÃO, Jacinta (2019a) – Gestão Pública do Património Arqueológico. *Al-Madan*. Almada, II série, 22, pp. 48-58.

BUGALHÃO, Jacinta (2019b) – Lisboa “sempre” Ribeirinha. Episódio 2. *Arqueologia & História*. Lisboa. 69, pp. 19-27).

BUGALHÃO, Jacinta (2020) – Arqueologia e Arqueólogos no Norte de Portugal. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 85-100.

BUGALHÃO, Jacinta (no prelo) – Gender divergence and convergence in Portuguese Archaeology. Actas do *AGE Workshop 2017. Gender and Change in Archaeology*, Lisboa, 19 e 20 de Outubro de 2017. Instituto de História Contemporânea, Grupo Ciência: Estudos de História Filosofia e Cultura Científica (Universidade de Évora), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa e AGE, Archaeology and Gender in Europe. Archeapress.

BUGALHÃO, Jacinta; CARVALHO, António; GOMES, Ana Sofia; ALMEIDA, Rui Roberto de (no prelo) – Medio mundo en la Arqueología portuguesa. La presencia internacional em la actividad arqueológica en Portugal, de 1960 a la actualidad. *Colloque*

International “Archéologie en Péninsule Ibérique. Plus d’un siècle de coopération internationale”, Madrid, 17 de Novembro de 2017, Casa de Velázquez.

BUGALHÃO, Jacinta; LUCENA, Armando (2006) – As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas*. Baião: Câmara Municipal, pp. 175-192.

BUGALHÃO, Jacinta; SILVA, Rodrigo Banha da; LAGO, Miguel (2020) – Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2018. *Arqueologia & História*. Lisboa. 70, pp. 365-367.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Ana Catarina; BRAGANÇA, Filipa (2021) – Os fundos documentais de arqueólogos (pessoais) em Portugal (século XIX – 1974). In SOUSA, Ana Catarina; BRAGANÇA, Filipa; Torquato, Fernanda; KUNST, Michael, eds. - *Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972)* (Estudos & Memórias, 14). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto Arqueológico Alemão / Direção-Geral do Património Cultural, pp. 635-663.

CABRAL, João Manuel Peixoto (1981) – Arqueologia e arqueometria. *Arqueologia*. Porto. 5, pp. 8-11.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1997) – O Poder Local e a gestão do Património Arqueológico. In *Iº Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 147-150.

CANINAS, João Carlos (2010) – Associativismo e defesa do Património (1980-2010). In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património, memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 281-293.

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco (1980) – Contribuição para a Carta Arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa (1). *Preservação*. Vila Velha de Ródão. Ano III, 3, 81 p.

CANINAS, João; HENRIQUES, Francisco, GOUVEIA, Jorge (2008) – Contributos para uma caracterização do impacte dos fogos florestais de 2003 sobre o património arqueológico e o património construído no distrito de Castelo Branco. *AÇAFA On Line*.

Vila Velha de Ródão. 1, pp. 1-13. Disponível em [http://www.altotejo.org/acafa/docs/Arquivo/Impactes no Patrimonio dos Fogos de 2003.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docs/Arquivo/Impactes_no_Patrimonio_dos_Fogos_de_2003.pdf) (acedido em 12 de Dezembro de 2019).

CARDOSO, João Luís (1994) – O impacte de grandes obras públicas no Património Arqueológico. Algumas considerações sobre a sua quantificação. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 101-104.

CARDOSO, João Luís (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 8, pp. 138-156.

CARDOSO, João Luís (2000) – Como nasceu a Arqueologia em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa. 4, pp. 7-28.

CARDOSO, João Luís (2005) – D. Fernando de Almeida: breve evocação no centenário do seu nascimento. *Ebvrobriga*. Fundão. 3, pp. 22-28

CARDOSO, João Luís, s.d. – *Página pessoal na plataforma Academia.edu*. Disponível em: <https://independent.academia.edu/jo%C3%A3oCardoso4> (acedido recorrentemente).

CARNEIRO, Sérgio (2003a) – Caminhando sobre a cauda do dragão. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 115-118.

CARNEIRO, Sérgio (2003b) – Entre o Público e o Privado: conflito e ruptura na Arqueologia portuguesa. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 129-130.

CARNEIRO, Sérgio (2006) – Editorial. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 5-7.

CARVALHO, António (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. O Livro de Visitantes da Junta de Turismo de Cascais. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 8, pp. 75-150.

CARVALHO, Daniel Martins da Silva Rodrigues de (2018) – O Ensino da Arqueologia no Século XIX. Uma abordagem preliminar de propostas, programas e cursos. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(1), pp. 80-85. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_1 (acedido em 24 de Setembro de 2020).

CASTELO-BRANCO, Fernando (1971) – *Arqueologia Portuguesa*. In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 195-198.

CASTRO, Filipe (1996) – *Arqueonáutica, Uma associação pioneira no estudo e salvaguarda do património arqueológico náutico e subaquático em Portugal*. Lisboa, 14 de Novembro de 1996. Disponível em: http://nautarch.tamu.edu/shiplab/treasurehunters_05portugal93.htm (acedido em 18 de Abril de 2012).

CENTENO, Rui; SOEIRO, Teresa; SANCHES, Maria de Jesus (2013) – Caminhos e encruzilhadas. O ensino e a investigação em Arqueologia na Faculdade de Letras da U.P. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* (Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva). Porto. XIII, pp. 31-48.

COELHO, Maria Catarina (2016) – The General Directorate of Cultural Heritage's competencies in the context of safeguarding and promoting the Portuguese archaeological heritage. In FLORJANOWICZ Paulina, ed. – *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century. Proceedings of the International Conference Lisbon, Portugal, 19–21 March 2015* (EAC Occasional Paper, 11). Namur/Lisboa: Europae Archaeologia Consilium/DGPC, pp. 89-94.

COELHO, Rui Gomes (2018) – *O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 153 p.

COELHO, Rui Gomes (2020) – Como descolonizar a arqueologia portuguesa? In ARNAUD, José Moraes; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 25-39.

COMISSÃO EUROPEIA, Direcção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura (2017) – *Eurobarómetro Especial 466 - Outubro 2017- Património Cultural* (GEPAC - Cultura. Nota Estatística. 2, 2018), 125 p. Disponível em: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/SPECIAL/surveyKy/2150> (acedido em 26 de Abril de 2018).

CONSELHO DA EUROPA (1999) – *Report on the situation of urban archaeology in Europe*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 250 p.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2002) – Bases metodológicas para um programa nacional de arqueologia urbana. In *Seminário Internacional “Gestão do Território na Europa”* (Área Domeniu, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 165-179.

CORREIA, Virgílio (2003) – Um depoimento pessoal(íssimo). In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 77-83.

COSTA, João R. da; MARQUES, Teresa (2002) – Do *Endovellicus* à gestão integrada do Património Arquitectónico. In *Património Edificado. Novas Tecnologias. Inventários* (XIII Semana de Estudos dos Açores). Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 117-124.

COSTEIRA, Catarina; LUÍS, Elsa (2020) – Retractos da arqueologia portuguesa na imprensa: (in)visibilidades no feminino. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 73-83.

CUSTÓDIO, Jorge (2010) – A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932). In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património: memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 85-104.

DEGÓIS, s.d. – *Plataforma DeGóis*. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.degois.pt/globalindex.jsp> (acedido recorrentemente).

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA (1983) – *Relatório de Actividades 1982*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 111 p. (documento policopiado).

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA, org. (1986) – *5 Anos de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural* (catálogo da exposição na Galeria Almada Negreiros). Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 21 p.

DEUS, Manuela de (2013) – Quadro legal da área da Arqueologia e dos Museus. Como se relacionam? *Vipasca, Arqueologia e História*. Aljustrel. 2.ª Série, 4, pp. 55-61.

DEUS, Manuela de; BARROS, Pedro; BRAGANÇA, Filipa; CORREIA, José; GOMES, Ana Sofia; LOURENÇO, Sandra; MARTINS, Ana; MELRO, Samuel; NETO, Filipa; PEREIRA, Luís; ZAMBUJO, Gertrudes (2007) – O Estado da Arqueologia em Portugal. Uma reflexão interna. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 104-105.

DGEEC, s.d. – *Página na Internet da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/18/> (acedido em Janeiro de 2016).

DGEEC (2014) – *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional - 1982 a 2012. 3 Décadas de indicadores de I&D em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 161 p. Disponível em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN_SerieLonga_23122014.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=11&fileName=IPCTN_SerieLonga_23122014.pdf) (acedido em 2 de Maio de 2016).

DGES, s.d. – *Página na Internet da Direcção-Geral do Ensino Superior*. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/> (acedido em Janeiro de 2016).

DGPC, s.d. – *Página na Internet da Direcção-Geral do Património Cultural*. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/> (acedido em 3 de Agosto de 2018).

DIAS, João Pereira (1959) – Abertura. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 9-13.

DIAS, Lino Tavares (1992) – Formação Especializada em Arqueologia: o papel da Escola Profissional de Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 47-49.

DIAS, Lino Tavares (1998) – A Escola Profissional de Arqueologia enquanto instituição de suporte para a investigação arqueológica. In SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. – *Encontros Cem anos de Arqueologia "O Archeólogo Português"*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, pp. 37-40.

DIMAS, Filipa; DINIZ, Mariana (2020) – Dados para a história das mulheres na arqueologia portuguesa, dos finais do século XIX aos inícios do século XXI (números, nomes e tabelas). In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 57-71.

DINIZ, Mariana (2008) – Arqueologia - Divulgação - Universidade: palavras-chave para um novo contrato social. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 25-30.

DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea; CARVALHO, Daniel; ARNAUD, José Morais (2016) – Papéis, funções e disfunções do património arqueológico: o caso do

povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja/Portugal). *Arqueologia & História*. Lisboa. 68, pp. 169-180.

DITED, s.d. – Depósito de Dissertações e Teses Digitais. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://dited.bn.pt/jsp/indexCommonLang.jsp> (acedido em 7 de Abril de 2016).

DIVISÃO DE INVENTÁRIO do Instituto Português de Arqueologia; BUGALHÃO, Jacinta; LUCENA, Armando; BRAGANÇA, Filipa; NETO, Filipa; SOUSA, Maria João; GOMES, Sofia; COSTA, Joaquim Pinto da; CALDEIRA, Nuno; VIRALHADAS, Paulo; FRAGA, Tiago (2002) – Endovélico - Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5(1), pp. 277-283.

DRE, s.d. – Diário da República Electrónico. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/> (acedido recorrentemente).

ENCARNAÇÃO, José d' (1982) – O ensino da Epigrafia em Portugal. *Munda*. Coimbra. 3, pp. 23-26.

ENCARNAÇÃO, José d' (1998) – O Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. In SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. – *Encontros Cem anos de Arqueologia "O Archeólogo Português"*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, pp. 63-66.

ENCARNAÇÃO, José d' (2017) – O Destino dos Materiais Arqueológicos. *Al-Madan Online*. Almada. II Série, 21(2), pp. 8-10. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_2 (acedido em 5 de Maio de 2017).

ENCARNAÇÃO, José d' (2018) – Depósitos Arqueológicos. Património ou lixo? *Al-Madan Online*. Almada. II Série, 22(1), pp. 182-184. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_1 (acedido em 4 de Janeiro de 2019).

ESTORNINHO, Alexandra; MARQUES, João; NUNES, Ana (2013) – Avaliação de impacte ambiental (AIA) e a atividade arqueológica. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 119-126.

FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope*. Lisboa. 2, pp. 11-26.

FABIÃO, Carlos (1994) – Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa. *Penélope*. Lisboa. 13, pp. 147-162.

FABIÃO, Carlos (1995) – Património arqueológico em Portugal: gestão de uma memória incómoda. *História*. Lisboa. Nova Série, 11-12, pp. 76-91.

FABIÃO, Carlos (1996) – Archaeology and nationalism: the Portuguese case. In DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, Timothy eds. – *Nationalism and Archaeology in Europe*. Londres: UCL Press Limited, pp. 169-178.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal - I. *Al-Madan*. Almada. II Série, 8, pp. 104-126.

FABIÃO, Carlos (2000) – Archaeological Publications in Portugal. *European Journal of Archaeology*. Cambridge. 3(2), pp. 269-273.

FABIÃO, Carlos (2006) – A Universidade e as empresas de arqueologia: vias para uma relação desejável. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 7, pp. 30-40.

FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios/CTT Correios de Portugal, 192 p.

FABIÃO, Carlos (2018) – Estácio da Veiga e a Carta Archeologica do Algarve (1876-1891): o nascimento da moderna arqueologia portuguesa. In BELTRÁN FORTES, J.; FABIÃO, C.; MORA SERRANO, B., coord. – *La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a debate* (SPAL Monografías Arqueología, XXX). Sevilha: Editorial Universidad de Sevilla/Universidade de Lisboa/Universidad de Málaga, pp. 79-103.

FERNANDES, Carla Alves (2001) – A Direcção-Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais e a Arqueologia do Estado Novo (1929-1974). *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, pp. 59-69.

FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Sofia; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança dos; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COELHO, Catarina; COVANEIRO, Jaqueline; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José (2020) - O estudo da cerâmica islâmica na construção da história do Gharb al-Andalus. *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 15, pp. 193-215.

FERREIRA, Gaspar P.; GIL, Fernando Bragança (1978) – Análise por fluorescência de raios X de dois fragmentos de cadinhos da Cerradeirinha. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, pp. 154-157.

FLORJANOWICZ, Paulina, ed. (2016) – *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century. Proceedings of the International Conference Lisbon, Portugal, 19-21 March 2015* (EAC Occasional Paper, 11). Namur: Europae Archaeologia Consilium (EAC), 198 p.

GAMITO, Teresa Júdice (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 106-107.

GAMITO, Teresa Júdice (2003) – A Arqueologia: que perspectivas profissionais? *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 137-140.

GOMES, Ana Sofia; LEITE, Sílvia; NETO, Filipa; OLIVEIRA, Catarina; BRAGANÇA, Filipa (2012) – Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural. *Disegnarecon*. Bolonha. 5: 10 (número especial, *DOCO 2012 - Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano*), pp. 3-8. Disponível em: <https://disegnarecon.unibo.it/article/view/3290/2669> (acedido em 19 de Abril de 2016).

GOMES, Francisco (2015) – Género, identidade e poder: para uma leitura crítica das relações de género em arqueologia. *Conimbriga*. Coimbra. 54, pp. 27-44.

GOMES, Mário Varela (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico e Cultural Pré e Proto-Histórico*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pp. 25-37. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/4771> (acedido em 12 de Dezembro de 2019).

GOMES, Rosa Varela (2006) – O Ensino da Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, p. 124.

GOMES, Sérgio (2012) – O entrelaçado da prática arqueológica e da construção da Identidade Nacional Salazarista. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 50, pp. 80-88.

GOMES, Sérgio (2011) – *O Passado, a Identidade e as Teias de Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da Identidade Nacional Salazarista*. Tese de doutoramento em Arqueologia

apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 660 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/63187> (acedido em 15 de Junho de 2018).

GONÇALVES, João Ludgero Marques (1980a) – Património arqueológico e autarquias locais. Poder Local. *Revista de administração Democrática*. Lisboa. 18, pp. 51-55. Disponível em: <http://revistapoderlocal.pt/index.php/a-revista/edicoes/artigo?id=92&i=PT.PODERLOCAL.18.11> (acedido em Abril de 2017).

GONÇALVES, Victor (1980b) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal 1880-1891* (Clássicos da Historiografia Portuguesa/Opúsculos, 3). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Cooperativa Editora "História Crítica", 25 p.

GONÇALVES, Victor (1983-1984) – Apresentação, seguida de uma Pavana por uma arqueologia (quase) defunta, com votos de pronto restabelecimento. *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 9-15.

GONÇALVES, Victor S. (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 20, pp. 117-118.

GONÇALVES, Victor (1997) – Universidades e gestão do Património. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 23-29.

GONÇALVES, Victor dos Santos (2003) – Virtudes públicas, vícios privados? In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 109-113.

GONÇALVES, Victor S.; FABIÃO, Carlos (2006) – Faculdade de Letras de Lisboa: os dois primeiros ciclos do ensino da Arqueologia, de acordo com o modelo derivado dos "Protocolos de Bolonha". *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 122-123.

GOOGLE, s.d. – *Google, Inc.* Versão portuguesa. Disponível em: <https://www.google.pt/> (acedido recorrentemente).

IPA; ECHIRON (2003) – [Manual de] *Navegação*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia/eChiron, 28 p.

IPPC (1982) – *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural* [1981]. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 88 p.

IV JORNADAS ARQUEOLÓGICAS (1991) – Recomendações das IV Jornadas Arqueológicas. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 11.

JORGE, Susana Oliveira (2003) – A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras, vol. 3, pp. 1453-1482.

JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira (1996a) – Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXVI, pp. 143-158.

JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira (1996b) – Women in Portuguese archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XXXVI, pp. 159-167.

JORGE, Vítor Oliveira (1982a) – A "Arqueologia" em 1982. *Arqueologia*. Porto. 5, pp. 1-3.

JORGE, Vítor Oliveira (1982b) – A Arqueologia e a Universidade: um ponto de vista. *Arqueologia*. Porto. 6, pp. 1-4.

JORGE, Vítor Oliveira (1983) – O papel da "Arqueologia" no contexto cultural português. *Arqueologia*. Porto. 8, pp. 1-4.

JORGE, Vítor Oliveira, coord. (1985) – Mesa Redonda Arqueologia e o Papel dos Jovens. Conclusões. *Arqueologia*. Porto. 11, pp. 177-181.

JORGE, Vítor Oliveira (1986) – Sobre a importância de se organizar a arqueologia portuguesa por meio de projectos e de se definir uma hierarquia de competências de quem neles intervém. *Arqueologia*. Porto. 13, pp. 2-5.

JORGE, Vítor Oliveira (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 110-112.

JORGE, Vítor Oliveira (1993) – Editorial. *Arqueologia*. Porto. 23, p. 1.

JORGE, Vítor Oliveira (1997a) – Arqueologia portuguesa: algumas reflexões para um diagnóstico e uma estratégia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37, pp. 255-257.

JORGE, Vítor Oliveira (1997b) – O Império da Ordem e a Proliferação dos Não-Lugares. Contradições na gestão do Património Arqueológico. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 113-134.

JORGE, Victor Oliveira (1998) – Instituto Português de Arqueologia (IPA): um projecto para renovar a administração da arqueologia nacional. In SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. – *Encontros Cem anos de Arqueologia “O Archeólogo Português”*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, pp. 13-16.

JORGE, Vítor Oliveira (2000a) – 1996 – A Arqueologia portuguesa num momento de viragem. Reflexões sobre o seu estado actual e sobre as linhas orientadoras da sua reestruturação. In *Arqueologia Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 167-191.

JORGE, Vítor Oliveira (2000b) – Arqueologia em Portugal (1974-1989): algumas reflexões. In *Arqueologia Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 155-166.

JORGE, Vítor Oliveira (2000c) – As Empresas de Arqueologia vistas por um universitário. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1, pp. 10-13.

JORGE, Vítor Oliveira (2003) – Arqueólogos (portugueses, e não só): primeiros contributos para uma (breve) tipologia. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar. 14, pp. 119-158.

JORGE, Vítor Oliveira; MARQUES, Teresa (1992) – A Arqueologia nas Universidades. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 36-38.

JORGE, Vítor Oliveira; MOURE ROMANILLO, Alfonso (2000) – Notícia final, conclusões e recomendações do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. In *Arqueologia Peninsular. História Teoria e Prática* (Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. I). Porto: ADECAP, pp. 15-19.

JORGE, Vítor Oliveira; OOSTERBEEK, Luiz (1997) – Elementos para a história recente da Arqueologia portuguesa: a actividade da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia (Dez. de 1995 Set. de 1996). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37, pp. 85-103.

LAGO, Miguel (2000) – Arqueologia ou arqueologias. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1, pp. 18-22.

LAGO, Miguel (2003) – Profissão: arqueólogo (na transição do milénio). In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 95-108.

LACERDA, Manuel (2003) – Sítios arqueológicos: valorização, interpretação, arquitectura. A experiência do Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 151-157.

LEITE, Ana Cristina (2013) – Irisalva Moita e a arqueologia em Lisboa. *Rossio, Estudos de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 24-31. Disponível em: <https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/rossio.estudos.de.lisboa.n.1> (acedido em 12 de Junho de 2013).

LE MOS, Francisco Sande (1987) – As três idades da arqueologia portuguesa. *Forum*. Braga. 2, pp. 5-11.

LE MOS, Francisco Sande (1992) – Arqueologia portuguesa: próximo futuro. Previsões para a última década do II milénio. *Forum*. Braga. 11, pp. 53-64.

LE MOS, Francisco Sande (1993) – Nevoeiro na Arqueologia. A propósito de dois textos publicados na revista *Almadan* (série II, nº 1). *Forum*. Braga. 12-13, pp. 161-168.

LE MOS, Francisco Sande (1994) – Cavar em ruínas. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 95-100.

LE MOS, Francisco Sande (2000) – Os caminhos da arqueologia urbana em Portugal: da década de 70 ao fim do milénio. “*Terrenos*” da *Arqueologia da península Ibérica*. 3.^o Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas. 8. Porto: ADECAP, pp. 21-36.

LE MOS, Francisco Sande (2002) – A Arqueologia Urbana em Portugal: a Cidade, o Poder e o Conhecimento. In ARNAUD, José, ed. – *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal* (Arqueologia & História, 54). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 245-253.

LE MOS, Francisco Sande (2003) – Arqueologia em Portugal em tempo de crise. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 49-55.

- LEMOS, Francisco Sande (2004a) – A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano. *Revista Património Estudos*. Lisboa. 6, pp. 33-40.
- LEMOS, Francisco Sande (2004b) – Apontamentos para a história da arqueologia portuguesa. *Forum*. Braga. 35, pp. 41-60.
- LEMOS, Francisco Sande (2007) – Memórias do tempo recente... para registo futuro. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 106-109.
- LEMOS, Francisco Sande; RORIZ, Ana (2003) – Ordenamento do Território e Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 12, pp. 109-114.
- LILIOS, Katina (1995) – Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar regime (1932-1974). In KOHL, P. L.; FAWCETT, C., eds. – *Nationalism, politics and the practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-69.
- LOPES, Andreia (2009) – A segurança laboral na Arqueologia portuguesa. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 4, pp. 59-65.
- LUÍS, Luís (2008) – *A arte e os artistas do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa/Associação de Municípios do Vale do Côa, 148 p.
- MACEDO, Sofia Costa (2018) – *Associações de Defesa do Património em Portugal (1974-1997)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 327 p.
- MARQUES, Gustavo; PEREIRA, Jorge Paulino; COELHO, Luís (1976) – *Reestruturação da actividade arqueológica em Portugal*. Lisboa: edição dos autores (impresso na Tipografia Tondelense, Tondela), 10 p.
- MARQUES, Teresa (1988) – Inventário e Carta Arqueológica, breve reflexão. *Arqueologia*, 18. Porto, pp. 175-176.
- MARQUES, Teresa (1991a) – Arqueologia em Portugal: que fazer? *Arqueologia*. Porto. 21, pp. 5-7.
- MARQUES, Teresa (1991b) – Carta arqueológica de Portugal: balanço da situação actual/perspectivas futuras. In *Actas das 4^{as} Jornadas Arqueológicas, Lisboa, 1990*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 57-60.
- MARQUES, Teresa (1993a) – Carta Arqueológica de Portugal. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 310-312.

MARQUES, Teresa (1993b) – O conceito de Carta Arqueológica a partir da experiência portuguesa. *Vipasca, Arqueologia e História*. Aljustrel. 2, pp. 115-118.

MARQUES, Teresa (1994) – Portugal 1993: contextos actuais da prática arqueológica. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 83-88.

MARQUES, Teresa (2002) – O Inventário do património - a política da necessidade e a necessidade de uma política. In *Património Edificado. Novas Tecnologias. Inventários (XIII Semana de Estudos dos Açores)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 133-145.

MARQUES, Teresa; COSTA, João Ribeiro da (1997) – Endovélico. Um Sistema de Informação aplicado ao inventário dos sítios arqueológicos portugueses. *Informação Informática*. Amadora. Ano X, 19, pp. 36-44.

MARTINS, Ana Cristina (2015) – O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958): entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico. In SALGUEIRO, Angela, NUNES, Maria Fátima, ROLLO, Maria Fernanda, LOPES, Quintino, eds. – *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 193-206.

MARTINS, Ana Cristina (2016) – Pioneiras da Arqueologia em Portugal: “another brick” against “the wall” of indifference. María de Lourdes Costa Arthur (1924-2003). *Clepsydra: Revista de Estudios de Género y Teoría Feminista*. San Cristóbal de La Laguna. 15, pp. 77-100.

MARTINS, Ana Cristina (2017a) – Arqueologia em transição: actores, métodos e projectos no Portugal dos anos 70 (apreciação inicial). In AYARZAGÜENA SANZ, Mariano; MORA, Gloria; SALAS ÁLVAREZ, Jesus, eds. – *150 Años de Historia de la Arqueología: Teoría y Método de una Disciplina*. Madrid: Sociedad Española de la Historia de la Arqueología, pp. 341-356.

MARTINS, Ana Cristina (2017b) – “Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que tanto nos dizem respeito?” A colaboração arqueológica internacional no Portugal dos anos 50-60 do século XX: tradições, inovações e contradições. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 87-98.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2012) – A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacto ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, pp. 219-256.

MARTINS, Manuela (1989) – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. *Arqueologia*. Porto. 20, pp. 170- 171.

MARTINS, Manuela (1997) – A Gestão da Arqueologia Urbana. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 91-111.

MARTINS, Manuela (1998) – Ética, investigação e comunidade científica. In SILVA, António Manuel S. P.; CORREIA, Vigílio Hipólito, coord. – *Profissão e Ética. Contribuição para um debate sobre Deontologia Profissional na Arqueologia portuguesa*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 29-37.

MARTINS, Manuela (2013) – Projeto de *Bracara Augusta*. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* (Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva). Porto. XIII, pp. 159-169.

MARTINS, Manuela; FONTES, Luís Fernando Oliveira; CUNHA, Armandino (2013) – Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. - *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 81-88.

MARTINS, Manuela; LEMOS, Francisco Sande (1989) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 104-106.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2009-2010) – *A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades*. *Forum*. Braga. 44-45, pp. 149-177.

MARTINS, Maria Manuela (1986) – Arqueologia Portuguesa - algumas reflexões. *Arqueologia*. Porto. 14, pp. 2-4.

MATEUS, José E. (2003) – Introdução. In *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 21-32.

MATEUS, José E.; MORENO-GARCÍA, Marta, eds. (2003) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da*

Cultura (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 353 p.

MEIRELES, José (2006) – A Arqueologia na Universidade do Minho. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 116-117.

MENDES, Maria Teresa Pinto (1970) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (1960-1969)*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, 90 p.

MENDES, Maria Teresa Pinto (1973) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (1950-1959)*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, 79 p.

MESQUITA, Ana; SIMÕES, Sara (2014) – Os Trabalhadores de Arqueologia Portugueses já têm um Sindicato. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 19(1), pp. 197-198. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline19_1 (acedido em 18 de Maio de 2018).

MURALHA, João; GOUVEIA, Mário; GAMBOA, Nuno (2003) – Gestão da informação arqueológica: o caso do Museu da Cidade. In *Actas do quarto encontro de Arqueologia urbana*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia/Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora, pp. 199-207.

NETO, Filipa; CALDEIRA, Nuno; GOMES, Ana Sofia; BRAGANÇA, Filipa (2007) – Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica: Endovélico e SIG. In *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 117-124.

NETO, Filipa; COSTEIRA, Catarina (2019) – Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projecto Arqueosia. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 1, pp. 57-76.

OLEIRO, J. M. Bairrão (1974) – Palavras de abertura. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, I Volume. Porto: Ministério da Educação Nacional/Junta Nacional de Educação, pp. 17-24.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1984) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (1935-1969)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Arqueologia, 233 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1985) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (1970-1979)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Arqueologia, 125 p.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1993) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (Séc. XVI-1934)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico/Departamento de Arqueologia, 260 p.

OLIVEIRA, Jorge de (2020) – Elementos para a História da Arqueologia Universitária: a Comissão Inter-Universitária de Arqueologia e o 1º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 1, pp. 81-174. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/28119> (acedido em 3 de Setembro de 2020).

OOSTERBEEK, Luiz (1997) – Associativismo e Património Arqueológico. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 45-53.

OOSTERBEEK, Luiz (2003) – Que futuro para as arqueologias profissionais? In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 3-12.

OOSTERBEEK, Luiz (2004) – Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 6, pp. 6-15.

OOSTERBEEK, Luiz (2006a) – Bolonha e Arqueologia: algumas reflexões. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 114-116.

OOSTERBEEK, Luiz (2006b) – Licenciatura em Técnicas de Arqueologia no Instituto Politécnico de Tomar. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 120-121.

OOSTERBEEK, Luiz (2007) – (Re)Organizar a Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 91-93.

OOSTERBEEK, Luiz (2008) – Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 139-144.

PAÇO, Afonso do (1953) – *Carta arqueológica do concelho de Marvão* (separata das Actas do XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências - Lisboa, 1950. Tomo VIII - 7ª secção - Ciências Históricas e Filológicas). Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Câmara Municipal de Marvão, 31 p.

PAIXÃO, Judite Cavaleiro (1980) – *Proposta de organização do Serviço de Documentação de Documentação e Informação Arqueológica*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

PAIXÃO, Judite Cavaleiro (1984) – Serviço de Informação e Documentação Arqueológica. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, pp. 292-295.

PARREIRA, Rui (2007a) – A prática arqueológica enquanto gestão patrimonial. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 98-100.

PARREIRA, Rui (2007b) – Itinerários Arqueológicos no Extremo Sul de Portugal. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa. 23, pp. 9-12.

PATRÍCIO, Helena Simões, ed. (2017) – *Questionário sobre repositórios digitais nas áreas da cultura e da ciência em Portugal: análise de resultados*. República Portuguesa. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Cultura. Disponível em: http://repositorios-conhecimento.pt/images/document/relatorio_diretorios_digitais.pdf (acedido em 8 de Agosto de 2018).

PEREIRA, João Paulo (1989) – Informatização do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. *Arqueologia*. Porto. 20, pp. 150-158.

PEREIRA, Jorge Paulino (2014) – Comunicação integrada no Painele 3 – “As Portas que Abril Abriu”: combates pelo Património, apresentada nas Jornadas "Arqueologia - Património e Museus nos tempos da mudança", 9 de Maio de 2014, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

PEREIRA, Paulo, coord. (1997) - *Intervenções no Património. 1995-2000. Nova política*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 115 p.

PEREIRA, Paulo (2001) – A gestão de sítios arqueológicos. Problemas e hipóteses. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 4, pp. 12-21.

PEREIRO, Tiago do (2020) – Os Estudos de Impacte Patrimonial como elemento para uma estratégia sustentável de minimização de impactes no âmbito de reconversões agrícolas. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 155-163.

PERSONAGENS, s.d. – *Personagens da Ciência em Portugal*. Instituto Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p1.html> (acedido recorrentemente).

PNTA (1984) – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos / 84. *Al-Madan*. Almada. I Série, 3, p. 50.

PORBASE, s.d. – Base Nacional de Dados Bibliográficos. Biblioteca Nacional de Portugal. República Portuguesa. Cultura. Disponível em <http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile> (acedido recorrentemente).

PORDATA, s.d. – *Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <http://www.pordata.pt/> (acedido recorrentemente).

PORTAL, s.d. – *Portal do Arqueólogo*. Direcção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

ROCHA, Leonor (2015) – Arqueologia Profissional versus Arqueologia de Investigação: a situação portuguesa. *ARPI, Arqueología y Prehistoria del Interior Peninsular*. Madrid. 2, pp. 4-13.

RAPOSO, Jorge (1984) – Lei de Bases do Património Cultural em Debate na Assembleia da República. *Al-Madan*. Almada. I Série, 3, p. 52.

RAPOSO, Jorge (1995a) – Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural. *Al-Madan*. Almada. II Série, 4, pp. 57-86.

RAPOSO, Jorge (2001) – Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, pp. 100-106.

RAPOSO, Jorge (2003a) – Planos Directores Municipais e Património. *Al-Madan*. Almada. II Série, 12, pp. 82-94.

RAPOSO, Jorge (2003b) – Por uma Arqueologia de serviço público. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 131-135.

RAPOSO, Jorge (2006) – Bolonha e o Ensino da Arqueologia e de Áreas de Conhecimento Afins. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 102-110.

RAPOSO, Jorge (2016) – Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados: 500 arqueossítios ou conjuntos em condições de fruição pública responsável. *Al-Madan*. Almada. II Série, 20, pp. 70-196.

RAPOSO, Jorge (2019) – Boas Práticas na Gestão de Espólios Arqueológicos. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(3), pp. 198-199. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_3 (acedido em 2 de Novembro de 2020).

RAPOSO, Luís (1971) – Um passado sem futuro? O muito que falta em Portugal à arqueologia e aos arqueólogos. *Diário de Lisboa*, edição de 11 de Dezembro de 1971.

RAPOSO, Luís (1989a) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 20, pp. 117-118.

RAPOSO, Luís (1989b) – Arqueologia, Património e Investigação: algumas reflexões para um debate necessário. *Arqueologia*. Porto. 19, pp. 1-5.

RAPOSO, Luís (1992) – A Arqueologia Fora das Universidades. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 38-43.

RAPOSO, Luís (1993) – A estrutura administrativa do Estado e o Património Cultural. *Vértice*. Coimbra. II Série, 54, pp. 38-45.

RAPOSO, Luís (1994) – Ante-projecto lei do Património Cultural, primeiras impressões. *Al-Madan*. Almada. II Série, 3, pp. 51-55.

RAPOSO, Luís (1995b) – Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um conselho superior de arqueologia. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, pp. 63-97.

RAPOSO, Luís (1995c) – Património cultural, poder político e aparelho de Estado. *Vértice*. Coimbra. II Série, 64, pp. 14-18.

RAPOSO, Luís (1997) – Arqueologia em diálogo. O papel dos museus. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 73-90.

RAPOSO, Luís (1999) – Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 17, pp. 51-72.

RAPOSO, Luís (2003c) – Passado, presente e futuro da Arqueologia profissional. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 57-66.

RAPOSO, Luís (2010a) – 1926 a 1936: a instalação da ‘ordem nova’ e a arqueologia portuguesa. In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património, memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 201-204.

RAPOSO, Luís (2010b) – A arqueologia e impactes ambientais: o beijo da aranha. In CUSTÓDIO, Jorge, ed. – *100 anos de Património, memória e identidade*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 364-368.

REAL, Fernando (1991) – Os arqueólogos e a noção de cidade: uma entidade em constante transformação. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 15-17.

REAL, Fernando Sousa (1993a) – A Nova Convenção para a Protecção do Património Arqueológico. *Vipasca, Arqueologia e História*. Aljustrel. 2, p. 95-103.

REAL, Fernando (1993b) – A pesquisa arqueológica em Portugal. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 302-309.

REAL, Fernando (1993c) – Entrevista com Fernando Real, conduzida por Jorge Raposo e Elisabete Gonçalves. *Al-Madan*. Almada. II Série, 2, pp. 48-52.

REAL, Fernando C. S. (1995) – A Arqueologia Portuguesa em mapas e números. In JORGE, Vítor Oliveira, ed. – *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, VIII* (Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, XXXV: 4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 19-40.

REAL, Fernando (2001) – A nova Lei do Património Cultural português. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, pp. 92-94.

REAL, Fernando (2003) – Profissão de arqueólogo: alguns desafios para o futuro. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. pp. 85-93.

REAL, Fernando (2004) – Uma grande operação de Arqueologia preventiva e de salvamento. In BUGALHÃO, Jacinta, ed. – *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação* (Trabalhos de Arqueologia, 39). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 7- 8.

REAL, Fernando (2011) – Datas essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989-2011). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, pp. 205-228.

REAL, Fernando; ALFARO, Leonor (2006) – Legislação e Regulamentos em preparação em 2005. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 9-13.

ROCHA, António dos Santos (1949) – *Antiguidades pré-históricas do concelho da Figueira da Foz* (Memórias e Explorações Arqueológicas, 1). Coimbra: Universidade de Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 428 p.

ROCHA, Leonor (2006) – A Arqueologia na Universidade de Évora. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, p. 125.

ROCHA, Miguel; CARVALHO, Liliana Matias; BARBOSA, Regis; CORREIA, Mauro; SIMÕES, Sara; BUGALHÃO, Jacinta; BRITO, Sara; CARVALHO, Liliana Veríssimo; PEACE, Richard; PEÇA, Pedro; SANTOS, Cézer (2020) – O Caderno Reivindicativo e as condições de trabalho em Arqueologia. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 145-153.

SANTOS, Manuel Farinha dos (1973) – As II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa - 1972)*, Volume I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 7-9.

SANTOS, Nuno Carvalho (1991) – O arqueólogo, o neolítico e a sociedade. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 129-138.

SARMENTO, Francisco Martins (1896) - Materiaes para a archeologia do Concelho de Guimarães. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 13(1), pp. 5-18.

SARRAZOLA, Alexandre (2000) – Arqueologia e Acompanhamento de Obras: um equilíbrio em construção. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 2, pp. 52-67.

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato). *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 1, pp. 23-28.

SARRAZOLA, Alexandre (2017a) – Acompanhamento arqueológico em Lisboa – lei, des(ordem) e procrastinação. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. - *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 249-257.

SARRAZOLA, Alexandre (2017b) – Acompanhamento arqueológico: *iuris urbe inordinationem*. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 12, pp. 59-68.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André (2013) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *Revista Património*. Lisboa. 1, pp. 142-146.

SERRÃO, Eduardo da Cunha (1973) – *Carta arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico antigo até 1200 d.c.)*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, 27 p.

SERRÃO, Eduardo da Cunha (1977) – Inauguração das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 7-9.

SILVA, António Carlos (1983) - Entrevista com António Carlos Silva (por Júlia Pinheiro e Vítor Manuel Santos). *Al-Madan*. Almada. I Série, 1, pp. 16-18.

SILVA, António Carlos (1987) – *Proposta de reorganização dos serviços de arqueologia*. Lisboa: Departamento de Arqueologia/Instituto Português do Património Cultural, 19 p. (documento policopiado)

SILVA, António Carlos (1989a) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. II Série, 18, pp. 93-94.

SILVA, António Carlos (1993a) – Dar também futuro ao passado imperfeito. *Al-Madan*. Almada. II Série, 2, pp. 52-53.

SILVA, António Carlos (1994a) – A crise actual da arqueologia portuguesa face à experiência dos anos 80. Crise de crescimento ou crise de consciência? In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 89-94.

SILVA, António Carlos (1994b) – Arqueologia Urbana em Portugal. Enquadramento Jurídico e suporte financeiro. *Bracara Augusta*. Braga. XLV, 97(110) (Encontro de Arqueologia Urbana), pp. 43-55.

SILVA, António Carlos (1995a) – Arqueologia preventiva e de salvamento, a ponta do iceberg. *Al-Madan*. Almada. II Série, 4, pp. 97-100.

SILVA, António Carlos (1999a) – Arqueologia Portuguesa no Século XX: um testemunho muito especial. *Al-Madan*. Almada. II Série, 8, pp. 133-137.

SILVA, António Carlos (1999b) – Salvamento Arqueológico no Guadiana (Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, 1). Beja: EDIA, pp. 30-59.

SILVA, António Carlos (2002a) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) - cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. *Arqueologia & História*. Lisboa. 54, pp. 299-315.

SILVA, António Carlos (2003a) – Arqueologia de salvamento, “amostragem mínima obrigatória” ou “direito à livre escolha”? *Al-Madan*. Almada. II Série, 12, pp. 65-69.

SILVA, António Carlos (2003b) – Conflito, mediação e regulação de interesses na "Arqueologia Preventiva". *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 123-127.

SILVA, António Carlos (2004) – A arqueologia e a reforma agrária. In MURTEIRA, A., dir. – *Uma revolução na revolução, reforma agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras, pp. 39-55.

SILVA, António Carlos (2007a) – Al-Madan. Uma testemunha independente do “processo em curso” da Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 94-97.

SILVA, António Carlos (2008a) – Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos”. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 8, pp 14-18.

SILVA, António Carlos; MARQUES, Teresa (1992a) – Criação de um Serviço Nacional de Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 44-45.

SILVA, António Carlos; MARQUES, Teresa (1992b) – Estrutura oficial da Arqueologia. *Al-Madan*. Almada. II Série, 1, pp. 32-35.

SILVA, António Manuel S. P. (1993b) – Da dependência à dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos. *Al-Madan*. Almada. II Série, 2, pp. 54-57.

SILVA, António Manuel S. P. (1995b) – Impacte Ambiental e Arqueologia, um diálogo indispensável. *Al-Madan*. Almada. II Série, 4, pp. 94-96.

SILVA, António Manuel S. P. (1997) – Das autarquias aos profissionais da Arqueologia. *Perspectivas da Sociedade Civil*. In *Iº Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: perspectivas de diálogo* (Arkeos, Perspectivas de Diálogo, 1). Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, pp. 31-44.

SILVA, António Manuel S. P. (1998a) – Do novo Instituto de Arqueologia a uma nova prática arqueológica. *Al-Madan*. Almada. II Série, 7, pp. 16-17

SILVA, António Manuel S. P. (1998b) – Ética e Deontologia Profissional em Arqueologia. In SILVA, António Manuel S. P.; CORREIA, Vigílio Hipólito, coord. – *Profissão e Ética. Contribuição para um debate sobre Deontologia Profissional na Arqueologia portuguesa*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 3-7.

SILVA, António Manuel S. P. (1998c) – Exercício Profissional e desenvolvimento da arqueologia em Portugal. In SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. – *Encontros Cem anos de Arqueologia “O Archeólogo Português”*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, pp. 29-36.

SILVA, António Manuel S. P. (1999c) – Profissionalização sem renovação? *Al-Madan*. Almada. II Série, 8, pp. 19-20.

SILVA, António Manuel (2000) – A Nossa Arqueologia em 2050. *Al-Madan*. Almada. II Série, 9, pp. 22-24.

SILVA, António Manuel S. P. (2002b) – Desafios em Tempo de (Nova) Reestruturação. *Al-Madan*. Almada. II Série, 11, pp. 20-21.

SILVA, António Manuel S. P. (2003c) – A APA, a razão e sentido de uma associação profissional. In CARNEIRO, Sérgio, ed. – *Nos 10 Anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 67-76.

SILVA, António Manuel S. P. (2003d) – Ser Arqueólogo, Hoje e Amanhã: sobre a necessidade de avaliação das perspectivas profissionais. *Al-Madan*. Almada. II Série, 12, pp. 20-21.

SILVA, António Manuel S. P. (2005a) – A Arqueologia-Modo-de-Vida é ainda Investigação? *Al-Madan*. Almada. II Série, 13, pp. 17-19.

SILVA, António Manuel S. P. (2005b) – Carta Arqueológica. Instrumento indispensável para uma política de promoção do Património Cultural. In SILVA, António Manuel S. P., coord. – *Cartas arqueológicas. Do inventário à salvaguarda e valorização do Património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, pp. 87-94.

SILVA, António Manuel S. P. (2005c) – O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8(1), pp. 459-69.

- SILVA, António Manuel S. P. (2006) – Entre o acaso e a necessidade, da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento de Estado. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 15-17.
- SILVA, António Manuel S. P. (2007b) – A Al-Madan. Crónica da Arqueologia portuguesa nos últimos 25 anos... *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 13-14.
- SILVA, António Manuel S. P. (2008b) – A Arqueologia passou de moda? *Al-Madan*. Almada. II Série, 16, pp. 17-19.
- SILVA, António M. S. P. (2010) – O património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte. *Oppidum*. Lousada. Ano 5, 4, pp. 195-216.
- Silva, António Manuel S. P. (2013) – Arqueologia Portuguesa em (tempo de) Crise? *Al-Madan*. Almada. II Série, 18, pp. 15-16.
- SILVA, António Manuel S. P. (2015) – Para quando a liberdade a sério na Arqueologia portuguesa. Algumas notas a propósito de um inquérito e de um regulamento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 19, pp. 15-18.
- SILVA, António Manuel S. P. (2016) – Que fazer com tantos cacos? O peso dos espólios na Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. II Série, 20, pp. 15-19.
- SILVA, António Manuel S. P. (2019) – Os espólios arqueológicos regressam à agenda da comunidade arqueológica. Ou não? *Al-Madan*. Almada. II Série, 22, pp. 8-12
- SILVA, António Manuel S. P.; CORREIA, Virgílio Hipólito, coord. (1998) – *Profissão e Ética. Contribuição para um debate sobre deontologia profissional na arqueologia portuguesa*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, 81 p.
- SILVA, António Manuel S. P.; OSÓRIO, Isabel Pinto; GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo; CARVALHO, Teresa Pires (1994) – Bases para a constituição de uma Associação Profissional de Arqueólogos. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 1.º volume. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.
- SILVA, Carlos Tavares da (1977) – A Arqueologia da Revolução Portuguesa. In *Arqueologia: que função social*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 5-8.
- SILVA, Carlos Tavares (1989b) – A Arqueologia em Portugal, hoje. Depoimento. *Vértice*. Coimbra. Série II, 18, pp. 94-96.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1981) – *Pré-história da área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines, 231 p.

SILVA, Maria Isabel; MAIA, Maria Isaura dos Santos; SOUSA, Maria José Carvalho e; PINTO, Paulo Costa, eds. (1998) – *Encontros Cem anos de Arqueologia "O Archeólogo Português"*. Vila do Conde: Associação de Protecção do Património Arqueológico de Vila do Conde, 247 p.

SILVA, Miguel Lago da (2003e) – Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia & História*. Lisboa. 55, pp. 141-150.

SILVA, Rodrigo Banha da; LAGO, Miguel; BUGALHÃO, Jacinta (2018) – Comissão de Arqueologia Profissional da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Al-Madan online*. Almada. 22(2), pp. 142-143. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2 (acedido em 12 de Julho de 2018).

SIMÕES, Sara; BRITO, Sara; CARVALHO, Liliana; BUGALHÃO, Jacinta; MOREIRA, Andreia (2018) – Questões de Género em contexto laboral em Arqueologia: breves notas. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(2), pp. 111-113. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2 (acedido em 26 de Julho de 2017).

SMI, s.d. – *Sistema de Metainformação do Sistema Estatístico Nacional*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://smi.ine.pt/> (acedido em 29 de Janeiro de 2021).

SOARES, António Monge (2005) – A Arqueologia Urbana. O quadro legal. In Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. In *Arqueologia Urbana/Fórum Internacional de Urbanismo* (Coleção Fórum, 10). Lisboa: URBE, pp. 105-109.

SOEIRO, Teresa (2006) – Licenciatura em Arqueologia na Universidade do Porto: adequação ao "Processo de Bolonha". *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 118-119.

SOUSA, Ana Catarina (2013) – A revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia portuguesa no século XXI: uma breve reflexão. *Revista Património*. Lisboa. 1, pp. 36-42.

SOUSA, Ana Catarina (2016) – Challenges and opportunities for disseminating archaeology in Portugal: different scenarios, different problems. In FLORJANOWICZ

Paulina, ed. – *When Valletta meets Faro. The reality of European archaeology in the 21st century. Proceedings of the International Conference Lisbon, Portugal, 19–21 March 2015* (EAC Occasional Paper, 11). Namur/Lisboa: Europae Archaeologia Consilium/DGPC, pp. 137-155.

STARQ (2018) – *Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia. Estatutos*. 14 p. Disponível em: <http://www.starq.info/index.php/starq-estatutos> (acedido em 27 de Julho de 2018).

VALENTE, Marco (2018) – Petição Pela Defesa do Património Arqueológico Nacional. *Al-Madan online*. Almada. II Série, 22(2), p. 141. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline22_2 (acedido em 2 de Novembro de 2020).

VALENTE, Maria João; BICHO, Nuno; BERNARDES, João; CARVALHO, António Faustino; PEREIRA, Telmo (2016) – Arqueologia na Universidade do Algarve. Apresentação à Sessão «Arqueologia – Universidades e Ensino em números e em gráficos», Ciclo de Encontros «Discutir Arqueologia» (9 Abril 2016). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 20 p. Disponível em: https://www.academia.edu/24503135/Arqueologia_na_Universidade_do_Algarve (acedido em 10 de Agosto de 2018).

VALERA, António Carlos (2001) – Escola, autoridade, racionalismo crítico e organização curricular no ensino da Arqueologia. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1 (2006), pp. 8-13.

VALERA, António Carlos (2005) – *Holocénico [o Blog]*. Lisboa: Era, Arqueologia SA/Editorial XPTO, 246 p.

VALERA, António Carlos (2006a) – Bolonha Vista de Jusante. *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, pp. 111-113.

VALERA, António Carlos (2006b) – Universidades e Empresas de Arqueologia: razões para uma relação desejável. *Era Arqueologia*. Lisboa. 7 (2006), pp. 22-29.

VALERA, António Carlos (2007) – Arqueologia empresarial e produção de conhecimento. *Al-Madan*. Almada. II Série, 15, pp. 75-82.

VALERA, António Carlos (2008a) – A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis Arqueológica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*. Porto. 3, pp. 9-23.

VALERA, António Carlos (2008b) – Minimizar em Arqueologia, um novo rumo? *Al-Madan*. Almada. II Série, 16, pp. 59-64.

VIANA, Abel (1970) – Arqueologia, arqueólogos e escavações arqueológicas: monumentos, achados, espólios e museus. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (realizado em Lisboa de 15 a 2º de Dezembro de 1958)*, II Volume. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 319-329.

VIEGAS, João Rosa (1975) – Para a criação de uma equipa arqueológica de urgência. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Setúbal (Setúbal Arqueológica, I)*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 243-244.

WISEMAN, James (1982) – Editorial Commentary: Archaeology in Portugal. *Journal of Field Archaeology*. Abingdon. 9, pp. 401-406.

ZILHÃO, João (1997a) – Reportagem Instituto Português de Arqueologia. Entrevista com João Zilhão, conduzida por Jorge Raposo. *Al-Madan*. Almada. II Série, 6, pp. 78-98.

ZILHÃO, João (1997b) – Um passo decisivo para o Património Cultural Português. *Al-Madan*. Almada. II Série, 6, p. 80.

ZILHÃO, João (2000a) – Arqueologia por Contrato. Algumas reflexões sobre a arqueologia como actividade empresarial. *Era - Arqueologia, Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. 1, pp. 6-9.

ZILHÃO, João (2000b) – O Instituto Português de Arqueologia. Balanço de um ano e meio de actividade. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso. 2.ª Série, 2-3, pp. 9-13.

ZILHÃO, João (2003) – Prefácio. In MATEUS, José E.; MORENO-GARCÍA, Marta, eds.– *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 14-19.

